



FACULDADE DE LETRAS
UNIVERSIDADE DE
COIMBRA

Pedro Alexandre Maia Martins

**COBERTURA NOTICIOSA DO CHEGA NAS ELEIÇÕES
LEGISLATIVAS DE 2019**

POPULISMO E CRITÉRIOS DE NOTICIABILIDADE: O CASO DO JORNAL
I E DO JORNAL *PÚBLICO*

Dissertação de Mestrado em Jornalismo e Comunicação – Ramo de Investigação, orientada pelo
Professor Doutor José Carlos Costa dos Santos Camponez, apresentada ao Departamento de
Filosofia, Comunicação e Informação da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

Julho de 2022

FACULDADE DE LETRAS

COBERTURA NOTICIOSA DO CHEGA NAS ELEIÇÕES LEGISLATIVAS DE 2019

POPULISMO E CRITÉRIOS DE NOTICIABILIDADE: O CASO DO JORNAL / E DO JORNAL *PÚBLICO*

Ficha Técnica

Tipo de trabalho	Dissertação
Título	Cobertura noticiosa do Chega nas eleições legislativas de 2019
Subtítulo	Populismo e Critérios de Noticiabilidade: o caso do jornal / e do jornal <i>Público</i>
Autor/a	Pedro Alexandre Maia Martins
Orientador/a(s)	José Carlos Costa dos Santos Camponez
Júri	Presidente: Doutor Sílvio Manuel Rodrigues Correia dos Santos Vogais: 1. Doutor João Manuel Santos De Miranda 2. Doutor José Carlos Costa dos Santos Camponez
Identificação do Curso	2º Ciclo em Jornalismo e Comunicação
Área científica	Ciências da Comunicação
Especialidade/Ramo	Investigação
Ano	2021/2022
Data da defesa	19-07-2019
Classificação	18 valores



Agradecimentos

Ao Professor Luiz Moniz, fundador da FOXP2, pela cedência de dados que muito ajudou em parte deste trabalho,

À Professora Estrela Serrano, pelo apoio prestado compreensão da cobertura dos partidos sem presença no parlamento,

À Professora Isabel Ferin Cunha, pelas generosas cedências de bibliografia,

Ao Sr. Ferreira Fernandes, pelo valioso testemunho dado para o presente trabalho, e à Dr^a Catarina Carvalho, por me ter cedido o contacto do seu antigo colega (espero encontrar-vos pessoalmente no futuro),

Ao Professor Riccardo Marchi, por todo o conhecimento transmitido e todas as sugestões e recomendações feitas durante a nossa troca de e-mails,

Aos antigos moradores e frequentes visitantes do nº 45 – Bloco 1 – 2B da Avenida D. Afonso Henriques (demasiado numerosos para serem aqui identificados), por todo o apoio moral e amizade prestados durante este período,

Ao Professor João Figueira e à Professora Rita Basílio, por todo o apoio e incentivo dados durante a licenciatura, restaurando a minha fé em mim próprio (sem vocês, eu não teria chegado aqui),

Ao Professor Carlos Camponez, mestre e orientador, não só pela vasta transmissão de conhecimento com a qual este trabalho não teria sido possível, mas também por toda a paciência, preocupação e amizade demonstradas com o seu mais recente orientando (os agradecimentos feitos no ponto anterior também se aplicam aqui),

Por último, o agradecimento mais importante, à Dona Teresinha e ao Sr. Lúcio, meus pais, por todo o carinho e apoio dados ao longo de todos os meus anos de vida.

RESUMO

Cobertura noticiosa do Chega nas eleições legislativas de 2019

A entrada do Chega na Assembleia da República, após as eleições legislativas de 2019, representou um ponto de viragem nos panoramas político e mediático portugueses. Intrinsecamente ligado à figura do seu líder, André Ventura, cujas declarações preconceituosas contra a comunidade cigana eram conhecidas, este partido surgia como o primeiro representante da direita radical populista a alcançar um assento parlamentar em Portugal. Colocados perante o desafio de cobrir a campanha eleitoral desta nova força política, os diferentes *media* portugueses adotaram abordagens distintas. Entre os meios de comunicação identificados por Riccardo Marchi (autor de uma das primeiras obras académicas sobre o Chega), dois são singularizados, devido à sua periodicidade frequente e respetiva postura em relação ao partido liderado por André Ventura: o jornal *I*, descrito como o *medium* diário mais favorável ao partido, e o jornal *Público*, descrito como o *medium* diário mais hostil.

A pretensão de iniciar uma compreensão da cobertura do Chega pelos *media* e de entender a relação dos meios de comunicação portugueses com os atores políticos populistas leva a que se questione se o alegado favorecimento do jornal *I* e a alegada hostilidade do jornal *Público* se verificam, procurando também compreender como os dois jornais diários analisados cobriram o partido em questão. Para esse efeito, realizou-se um estudo das peças de cariz informativo sobre o partido liderado por André Ventura publicadas nos dois jornais mencionados durante o período eleitoral, de 1 de agosto a 6 de outubro de 2019, analisando-se também a semana imediatamente posterior ao ato eleitoral. Esse estudo envolveu a medição quantitativa das presenças simples do Chega, das suas presenças enquanto ator principal, das suas presenças na manchete de cada um dos *media* analisados, dos artigos focados na figura do seu líder e nas propostas integrantes do seu *Programa Político* e das suas *70 medidas para reerguer Portugal*, assim como a análise qualitativa das peças nas quais o partido em questão é abordado.

O estudo do *corpus* mostrou que, embora exista um conjunto de peças noticiosas que não correspondem à descrição feita por Marchi e a atenção dada ao Chega tenha sido menor até à eleição de André Ventura para o parlamento, existe uma confirmação maioritária tanto do favorecimento por parte do jornal *I* como da hostilidade por parte do jornal *Público*, com diferenças substanciais e particularidades na abordagem de cada *medium*.

Palavras-chave: Chega, populismo, campanha eleitoral, valores-notícia, jornal *I*, jornal *Público*

ABSTRACT

News coverage of Chega during the legislative election of 2019

The accession of Chega to the Assembly of the Republic, after the legislative election of 2019, represented a turning point for Portuguese political and mediatic landscapes. Inherently linked to the figure of its leader, André Ventura, whose prejudiced assertions about the Romani community were known, this party emerged as the first representative of the populist radical right who managed to get a seat in the parliament of Portugal. The challenge of covering this new political force led different Portuguese *media* outlets to adopt a variety of approaches. Many of these *media* approaches were identified by Riccardo Marchi (the author of one the first academic works about

Chega), with two newspapers being highlighted because of their daily editions and their respective stances on the party headed by André Ventura: *I*, described as the most favorable daily *medium*, and *Público*, described as the most hostile daily *medium*. The desire to understand the coverage of Chega by the *media* and to comprehend the relationship between mediatic outlets and populist political actors leads one to question the alleged favorability of *I* and the alleged hostility of *Público*, aiming also to understand how the coverage of said party by both of the analyzed newspapers was conducted. With that purpose in mind, one conducted a study of every informative journalistic piece published during the electoral period, from August 1 to October 6, 2019, whose subject was the party led by André Ventura, whilst also examining the articles published during the week after the electoral act. This study included the measurement of every simple presence of Chega, of every presence as the main actor, of every presence in the headlines of each of the analyzed *media*, of how many articles were focused on the figure of its leader and on the measures proposed by its *Political Program* and its *70 measures to reerect Portugal*, as well as the qualitative analysis of the pieces whose subject was said party. As the study of the corpus showed, despite the existence of a set of journalistic pieces not corresponding to the description made by Marchi and the quantitative inferiority of the attention paid by the *media* until André Ventura's election to the parliament, there is a prevailing confirmation of both alleged stances, the favorability of *I* and the hostility of *Público*, with substantive differences and particularities in the approach of each *medium*.

Keywords: Chega, populism, electoral campaign, news values, *I* (newspaper), *Público* (newspaper)

Índice

Introdução	1
Capítulo I - Enquadramento Teórico	3
Conceitos basilares	5
Populismo	5
Povo	5
Elite	7
Vontade geral	8
Teorias sobre o populismo	9
Populismo como ideologia ténue	9
Populismo como discurso ou lógica	11
Populismo como estratégia de mobilização e ação política.....	12
Populismo como estilo de comunicação	14
Populismo de direita	16
Direita populista radical e os media	18
Necessidade de material noticioso por parte dos <i>media</i> informativos	19
Critérios de noticiabilidade.....	19
Teoria do <i>agenda-setting</i>	24
Populismo Mediático.....	26
Lógica de redação populista e as três perspetivas sobre o populismo mediático	28
Capítulo II – Estratégia Metodológica	30
Objetivos e questões de pesquisa	31
Delimitação do <i>corpus</i> de análise.....	32
Jornal /	33
Jornal <i>Público</i>	35
Metodologia de análise adotada.....	37
Metodologia quantitativa adotada	38
Metodologia qualitativa adotada	41
Capítulo III – Análise do <i>Corpus</i>	44
Análise quantitativa.....	44
Análise qualitativa	59
Jornal /	60
Jornal <i>Público</i>	91
Conclusão	117

INTRODUÇÃO

As eleições legislativas de 2019 representam um ponto de viragem na política portuguesa. Após 45 anos como um dos casos europeus de exceção em relação à presença da Ultradireita¹ nos seus órgãos de soberania (Caeiro, 2019; Ignazi, 2006; Lopes, 2021; Marchi, 2020a; Quintas da Silva, 2018; Santiago, 2021; Mudde, 2020), Portugal viu o partido político Chega entrar no parlamento como sétima força política mais votada.

Numa tendência semelhante à das restantes forças políticas populistas de direita europeias, este partido apresenta uma liderança personalizada: o Chega é frequentemente identificado com a figura do seu presidente, André Ventura, como se fossem uma e a mesma coisa (Honório, 2021; Lopes, 2021; Marchi, 2020a; Mendes, 2021; Reis, 2020; Santiago, 2021). Também por causa dessa personalização, a emergência do Chega não foi estranha à arena mediática. Apesar da sua chegada recente à Assembleia da República (AR), André Ventura já era bastante conhecido pelos *media* portugueses: para além da sua carreira como comentador desportivo na CMTV (Dennison & Mendes, 2021; Marchi, 2020a; Reis, 2020; Santiago, 2021), havia captado as atenções mediáticas aquando da sua candidatura à presidência da Câmara Municipal de Loures, em 2017. Numa entrevista ao jornal *I²*, André Ventura havia acusado os elementos da comunidade cigana de “viverem quase exclusivamente de subsídios do Estado”. O teor preconceituoso destas declarações gerou uma vasta cobertura mediática, associando o seu protagonista à rejeição de valores típicos da democracia liberal como a tolerância ou o multiculturalismo.

Esta reputação permaneceria até ao sufrágio de 6 outubro de 2019. Os mesmos *media* responsáveis tanto pela exposição como pela disseminação das declarações de André Ventura encontravam-se agora perante a tarefa de cobrir a campanha eleitoral do seu partido. Perante este contexto, qual terá sido a abordagem dos diferentes meios de comunicação? Riccardo Marchi aborda esta questão: apesar da perceção de bloqueio mediático sentida pelos militantes do Chega, a atitude dos diferentes meios de comunicação não foi unânime, indo dos mais hostis como o semanário *Expresso*, o jornal *Público*, o *Observador* e a revista *Sábado*,

¹ O conceito de ultradireita foi introduzido por Cas Mudde, que a descreve como “uma combinação entre a direita extremista e a direita radical” (2020, p. 193). O politólogo holandês aponta para a crença na naturalidade e na positividade das desigualdades entre as pessoas como um elemento comum entre estas duas ideologias. Contudo, enquanto a direita extremista “rejeita a essência da democracia”, a direita radical apenas “se opõe a elementos fundamentais da democracia liberal” (2020, p. 191). Baseando-se nesta conceitualização de Mudde, Riccardo Marchi considera que o Chega se insere no campo ideológico da direita radical, enquanto a direita extremista corresponderia ao campo político do Ergue-te (2020a).

² Publicada a 17 de julho de 2017.

aos mais favoráveis como o já mencionado jornal *I* e o semanário *Sol*, para além da cobertura neutra do *Correio da Manhã* e da *CMTV*, e do alegado caso *suis generis* do *Diário de Notícias*³ (*DN*) (2020a).

Mas será que estas hostilidades e favorecimentos na cobertura se verificaram mesmo? No caso de a resposta ser afirmativa, como se consubstanciaram? Será que o Chega foi alvo de uma a cobertura mais reduzida que os restantes partidos? Terá essa cobertura aumentado após o ato eleitoral de 6 de outubro de 2019⁴? Estas atitudes, a terem-se verificado, foram apenas focadas na figura de André Ventura e nas suas declarações ou também nas propostas expressas no seu programa e nas suas *70 medidas para reerguer Portugal* (Afonso, 2019)?

A presente dissertação de mestrado pretende responder a estas questões. Para esse efeito, o primeiro capítulo será dedicado a um enquadramento teórico que visa explicar qual o campo político-ideológico no qual o Chega se insere, o populismo, com especial atenção para o populismo de direita, sendo também abordadas a sua relação com os *media* e as rotinas de produção noticiosa por detrás dessa mesma relação.

O segundo capítulo identificará o conjunto de estratégias metodológicas a adotar para analisar a cobertura noticiosa do Chega durante o período eleitoral legislativo de 2019. Nesta parte também será feita uma breve apresentação dos dois meios de comunicação a analisar, o jornal *Público* e o jornal *I*.

No terceiro capítulo, proceder-se-á a uma análise comparativa entre os dois jornais mencionados por Marchi (2020a) e descritos como os *media* com a cobertura mais favorável e com a mais hostil em relação ao partido e à figura de André Ventura. Para o efeito proceder-se-á a uma análise quantitativa de conteúdo onde se procurará perceber quantas vezes o Chega

³ De acordo com Marchi, o *DN* evitava cobrir o Chega com o objetivo de não lhes dar publicidade (2020a), tendo o próprio investigador italiano esclarecido, através de um e-mail no quadro da presente dissertação, que essa ausência de cobertura consistia em noticiar o menos possível as atividades do partido e apenas utilizar fontes indiretas, como notícias ou comunicados da *Agência Lusa*, nunca pondo a hipótese de entrevistar ou dar voz ativa a André Ventura ou qualquer um dos outros dirigentes. Essa abordagem foi confirmada pelo próprio diretor do *DN* da época, Ferreira Fernandes, que assume “a posição deliberada de atacar o Chega”, sobretudo pelo teor racista das suas declarações sobre a comunidade cigana. Numa entrevista feita para o presente trabalho, o antigo diretor do *DN* afirmou que, em termos de opinião, a sua equipa “nunca daria guarida a Ventura”, tendo sempre o cuidado “de o mostrar como um mau candidato”. Ferreira Fernandes acrescentou ainda que André Ventura e o seu partido “ainda eram pouco relevantes”, devido a ainda não estarem presentes na Assembleia da República, e que os assuntos que os mesmos colocavam no espaço público apenas interessavam “para ser criticados, para mostrar o quanto as suas ideias eram perigosas” (anexo 1).

⁴ Estas duas perguntas vão de encontro às afirmações de Frank Esser, Agnieszka Stepińska e David Nicolas Hopmann, que apontam para a reduzida cobertura dos partidos populistas quando “a sua força eleitoral e a sua posição nas sondagens são baixas”, somente aumentando após algum sucesso eleitoral (2016, p. 366).

foi objeto de notícia, quer como referência principal das notícias quer como secundária. Nessa análise serão ainda analisados aspetos como as presenças simples e como ator principal do Chega nos dois meios de comunicação, o número de manchetes nas quais apareceu e quantos artigos se focaram em pontos do seu *Programa Político* e das suas *70 medidas para reerguer Portugal*, quantos se dedicaram apenas à figura do seu líder, André Ventura. Esta análise quantitativa será seguida por uma análise qualitativa das peças nas quais o Chega marca presença, com vista a verificar se as posições de favorecimento e hostilidade mencionadas por Riccardo Marchi (2020a) se verificam e em que tipo de cobertura se traduzem, procurando identificar as especificidades de cada uma e verificar se existe algum ponto comum a ambas as abordagens jornalísticas.

O estudo feito no presente trabalho vai permitir verificar que as coberturas realizadas pelos dois *media* em análise não correspondem totalmente à descrição feita por Marchi (2020a), embora existam diferenças substanciais e particularidades na abordagem feita por cada meio de comunicação, em resultado da sua linha editorial.

I. ENQUADRAMENTO TEÓRICO

Para analisar a cobertura noticiosa de um partido político, é necessário também que se faça um enquadramento teórico e contextualização dessa mesma força política. No caso do Chega, esta tarefa é dificultada pelo seu surgimento recente, o que conduz a um número reduzido de fontes documentais e bibliográficas dedicadas à força política liderada por André Ventura.

Na literatura interna partidária, o Chega é definido como um partido conservador “de feição liberal, democrática e pluralista”⁵, apresentando-se como “um partido de base essencialmente popular” e direcionado a “uma rutura com o sistema político vigente”⁶. Riccardo Marchi parte desta auto-descrição para definir o Chega como um elemento da “Nova Direita Antissistema”, sendo “um partido populista de nova direita radical” (2020a, p. 191). De acordo com o académico italiano, “o Chega é populista porque a sua mundividência está baseada numa perspetiva dicotómica da realidade política” (2020a, p. 193), contrapondo “o povo como entidade homogénea e virtuosa à elite corrupta e corruptora” (2020a, p. 192). No

⁵ Ponto I do *Programa Político* para as eleições legislativas de 2019.

⁶ Versão de 2019 do Manifesto Político Fundador.

mesmo sentido, Marchi coloca o partido liderado por André Ventura na direita radical, campo ideológico “com um carácter antissistema e objetivos de mudanças substanciais no regime, mas através das regras do jogo estabelecidas pela constituição, inclusive com a sua reforma” (2020a, p. 192). Sendo populista e de direita radical, o Chega insere-se na nova direita radical, porque embora se encontre no espaço mais à direita do espectro político, “não reivindica a herança política nem do regime autoritário deposto em 1974, nem dos opositores de direita da transição democrática” (Marchi, 2020a, p. 195)⁷.

Contudo, a definição exposta pelo académico luso-italiano está longe de ser consensual entre os autores que se dedicaram ao estudo do partido mais à direita no parlamento português. Partindo das ideias de Enzo Traverso e do seu conceito de “pós-fascismo”⁸ (2019), Cecília Honório denomina o Chega e outras forças políticas da nova direita radical⁹ como “nova extrema-direita”, distinta da extrema-direita clássica por não rejeitar abertamente a democracia e por surgir num contexto diferente a nível histórico, social e político (2021). Para a historiadora e deputada do Bloco de Esquerda (BE), “estas extremas-direitas são um novo fenómeno”, mas continuam a ser herdeiras do fascismo histórico:

“(...) estas novas extremas direitas recrutam e reabilitam alguns dos seus quadros históricos, reatualizam o seu ideário cultural e explicam uma estratégia política nacionalista, autoritária, xenófoba, antiliberal e de ataque às conquistas do mundo do trabalho, ao Estado social e às políticas de igualdade, reconhecimento e distribuição.” (2021, p. 10).

No mesmo sentido, tanto Cecília Honório como os restantes autores participantes na obra *Novas e Velhas Extremas-Direitas* rejeitam a descrição do Chega como “antissistema”, já que “a generalidade dos seus líderes vem de dentro do sistema, sendo que em nenhum momento colocam em causa o capitalismo neoliberal e o sistema financeiro” (2021, p. 10)¹⁰.

O presente trabalho irá adotar a perspetiva de Riccardo Marchi, considerando o Chega um partido de direita radical e populista, mas não de extrema-direita, considerando-se que as semelhanças entre os dois campos ideológicos expostas por Cecília Honório não bastam para os considerar como uma mesma ideologia. No mesmo sentido, a utilização do termo

⁷ Marchi baseia esta definição nos postulados expostos por Piero Ignazi (1992; 2006).

⁸ À semelhança da autora portuguesa mencionada neste parágrafo, Enzo Traverso não define a nova direita radical como fascista devido às suas diferenças em relação ao fascismo clássico e ao facto de nenhum dos partidos que a integra se considerar herdeiro das ditaduras fascistas do passado (2019).

⁹ Como o Vox em Espanha, a *Lega* em Itália, a *Alternative für Deutschland* (AFD) na Alemanha, o *Rassemblement National* em França ou o *FPÖ* na Áustria.

¹⁰ Este último ponto resulta de uma visão marxista comum entre o meio político esquerdista, no qual se inserem os autores mencionados neste parágrafo, colocando a tónica sistémica nas questões económico-financeiras.

“extrema-direita” para descrever o Chega será entendida como um sinal de hostilidade, devido à carga negativa associada a essa expressão¹¹.

Apesar das divergências entre os autores mencionados, nenhum dos dois disputa o carácter populista do partido de André Ventura, criando uma necessidade prévia de definir o populismo, bem como um conjunto de outros conceitos que se revelarão essenciais para o estudo que se pretende realizar no decorrer da presente dissertação. Esta tarefa não tem um carácter exaustivo, mas pretende identificar algumas abordagens de referência capazes de operacionalizarem o estudo do objeto desta investigação.

Conceitos basilares

Populismo

Cas Mudde foi um dos primeiros autores a apresentar uma definição mais alargada e flexível de populismo, capaz de abarcar todas as diferentes formas que este adota. De acordo o académico holandês, o populismo pode ser definido como “uma ideologia débil segundo a qual a sociedade está dividida em dois grupos homogêneos e antagónicos – o povo e a elite corrupta - e que defende que as políticas deveriam constituir uma expressão da *volonté générale* (vontade geral) popular” (2020, p. 192)¹².

Perante esta caracterização, torna-se necessário responder a três perguntas: quem é o povo? Quem são as elites? O que é a vontade geral? (Caeiro, 2019; Sá, 2021)

Povo

À semelhança do conceito de “populismo”, não existe uma resposta una para a interrogação “quem é o povo?”. Embora as noções existentes pretendam representá-lo como uma entidade homogênea, todas apresentam descrições vagas (Caeiro, 2019).

¹¹Esta carga negativa do termo “extrema-direita” deve-se à sua associação à primeira vaga da ultradireita (Mudde, 2019), herdeira expressa das ditaduras fascistas e cujos membros, muitas vezes, adotavam atos violentos.

¹² Esta definição de “populismo” não está isenta de críticas, sobretudo por colocar os populismos de esquerda e de direita na mesma categoria (Oliveira, 2021).

Ernesto Laclau (2005) descrevia o povo como um significante vazio: sendo composto por um conjunto heterogéneo e alargado de indivíduos, este grupo não dispõe de algo comum a todos os seus elementos, tornando-se numa entidade sem significado. Esse vazio de significado possibilita o seu livre preenchimento, através da construção de uma identidade partilhada com base em elementos tanto culturais, como políticos como de qualquer outra ordem.

Cas Mudde e Cristobal Rovira Kaltwasser, também definem o povo como uma construção. Contudo, ao invés de ser desprovido de significado, o conceito “povo” de Mudde e Kaltwasser combina três significados: “povo como soberano, povo comum e nação” (2017, p. 9).

No primeiro caso, encontramos a conceção de povo associada à ideia de democracia moderna, enquanto “governo do, por e para o povo”. Apesar desta máxima, a forma de governo democrática não impede o afastamento entre governantes e governados. Por esse motivo, o povo enquanto soberano pode sentir que não está a ser representado pelos detentores do poder e reivindicar a sua posição (muitas vezes até pela força).

Já no caso do “povo comum”, a conceção mais visível na maioria das experiências populistas, estamos perante “uma referência quer explícita, quer implícita a um conceito alargado de classe que combina o *status* socioeconómico com tradições culturais e valores populares específicos” (Mudde & Kaltwasser, 2017, p. 10). Frequentemente, esta conceção oferece uma crítica à classe dominante, pela sua suspeita relativamente “aos julgamentos, aos gostos e aos valores das pessoas comuns”, excluindo-as das esferas de poder, tanto a nível subjetivo como objetivo (2017, p. 10). Muitas vezes, o apelo a esta definição de “povo” leva líderes populistas a “adotarem elementos culturais considerados como marcas de inferioridade pela cultura dominante” (2017, p. 10)¹³. Para além disso, o apelo ao “povo comum” pode ser considerado tanto um fator de integração como de exclusão: “não só tenta unir uma maioria irritada e silenciosa como pretende mobilizar esta maioria contra um inimigo bem-definido, como, por exemplo, o *establishment* político” (Mudde & Kaltwasser, 2017, p. 11). Esta oposição contra a elite traduz-se “numa crítica a instituições como partidos políticos, grande organizações e burocracias, acusadas de distorcer as ‘verdadeiras’ conexões entre os líderes populistas e o ‘povo comum’” (Mudde & Kaltwasser, 2017, p. 11).

¹³ Mudde e Kaltwasser apontam o caso da glorificação de duas comunidades, os *descamisados* e os *cabecitas negras* pela ditadura argentina de Juan Péron (2017).

Já no caso da nação, encontramos uma referência ao “povo” enquanto comunidade nacional, podendo ser definida “tanto em termos cívicos como étnicos”, i.e., podendo incluir tanto todos os cidadãos nascidos dentro das fronteiras de um determinado país como excluir aqueles que não pertencem às etnias dominantes (Mudde & Kaltwasser, 2017, p. 11)¹⁴. No contexto nacional, os indivíduos formam uma comunidade conjunta com uma vida em comum, sendo a sua identidade reforçada por um conjunto de “mitos fundacionais” (Mudde & Kaltwasser, 2017, p. 11).

Elite

Mudde & Kaltwasser consideram que ao contrário do conceito de “povo”, o conceito de “elite” foi relativamente menos elaborado que os conceitos anteriormente tratados pelos diversos autores (2017). De acordo com estes dois autores, a elite pode ser representada de forma oposta à do *populus*, sendo a sua corrupção a antítese da pureza popular. Neste caso, estaríamos perante “um grupo homogéneo e corrupto que trabalha contra a ‘vontade geral’ do povo”, sendo a distinção entre os dois colectivos baseada em critérios morais e não situacionais (Mudde & Kaltwasser, 2017, p. 12). Perante os três significados de “povo” supramencionados, também é possível recorrer aos critérios de “poder político, estatuto socioeconómico e nacionalidade” (Mudde & Kaltwasser, 2017, p. 11) para definir a elite no contexto populista¹⁵:

- Segundo Mudde e Kaltwasser, a elite corresponde aos detentores do poder, não só político, mas também económico e até mediático. Tendo em conta a natureza moral e não situacional da distinção entre povo e elite, os líderes populistas fazem uma autoexclusão desta categoria, por se oporem a ela e não partilharem dos seus valores¹⁶, abrindo também a exceção para os detentores do poder que apoiam as suas causas¹⁷.

¹⁴ A existência ou não de critérios com base étnica complica esta definição, sobretudo no caso de países onde habitam diferentes grupos étnicos (Mudde & Kaltwasser, 2017).

¹⁵ Muitas vezes, este recurso a poder político, estatuto socioeconómico e nacionalidade pode levar à combinação entre os diferentes critérios, ou até usar critérios diferentes para definir quem é a elite e quem é o povo. Mudde e Kaltwasser dão um exemplo:

“os políticos xenófobos na Europa costumam definir o povo em termos étnicos, excluindo os imigrantes e as minorias, mas não alegam que a elite faz parte de outro grupo étnico. Eles alegam, isso sim, que a elite favorece os interesses dos imigrantes sobre os do povo nativo” (2017, p. 14).

¹⁶ Um caso claro é o próprio André Ventura, cuja carreira como comentador desportivo, i.e., como integrante dos *media*, e como professor universitário e jurista é conhecida. Contudo, apresenta-se como a voz do cidadão comum.

¹⁷ Inclui-se nesta referência o caso dos *media* simpatizantes de causas populistas.

Para esse efeito, argumentam que “o poder *real* não é detido pelos líderes eleitos, mas por umas forças obscuras quaisquer que se mantêm de forma ilegítima para sabotar a voz do povo” (2017, p. 12).

Em certos casos, os políticos e movimentos populistas chegam mesmo a acusar a elite política de “não se limitar a ignorar os interesses do povo, mas de trabalhar mesmo contra os interesses do seu próprio país” (2017, p. 13)¹⁸.

- Em oposição ao povo comum, existiria uma elite económica, favorecida por “divisões de classe artificialmente criadas para minar ‘o povo’ e manter ‘a elite’ no poder” (2017, p. 13). Embora esta definição esteja maioritariamente associada ao populismo de esquerda, também é frequentemente utilizada pelos populistas de direita. Estes acusam a elite política e a elite de económica de colaborarem para “colocar os seus ‘interesses específicos’ acima do ‘interesse geral’ do povo” (2017, p. 13)¹⁹.
- No caso da “nacionalidade” enquanto critério distintivo, a divisão entre povo e elite é tanto moral quanto étnica. Neste caso, “a elite não é apenas composta por *agentes* de poderes estrangeiros, sendo ela própria considerada estrangeira”. No entanto, Mudde e Kaltwasser acrescentam que “esta retórica não é muito prevalecente entre os populistas xenófobos europeus, visto que a elite (em qualquer sector) é quase exclusivamente ‘nativa’” (2017: 14).

Vontade geral

O conceito “vontade geral” não corresponde ao conceito rousseauiano, *volonté générale*, de crítica à democracia representativa e apelo a participação popular. Neste caso, “não estamos perante um processo racional construído através da esfera pública”, mas antes “uma noção populista de que a vontade geral é baseada numa ideia de ‘senso comum’” (Mudde & Kaltwasser, 2017, p. 18). Esta conceção permite agregar diferentes reivindicações, propiciando “a formação de um sujeito popular com uma identidade forte”, ao mesmo tempo que identifica um inimigo comum, neste caso, a elite, o que permite “pôr em causa o *status*

¹⁸ Esta crítica é frequente no caso da União Europeia (UE), sendo os governantes dos Estados-membros acusados, por políticos eurocéticos, de colocarem os interesses europeus acima dos interesses nacionais dos seus países (Mudde & Kaltwasser, 2017).

¹⁹ Mudde e Kaltwasser apresentam o exemplo do Tea Party nos Estados Unidos. Apesar de defender o capitalismo e a liberdade de mercado, este grupo acusava o Congresso norte-americano e as grandes empresas de corromper o mercado livre através de legislação regulatória que destruiria a concorrência entre empresas e acabaria com o pequeno comércio (2017).

quo” (Mudde & Kaltwasser, 2017, p. 18)²⁰.

Teorias sobre o populismo

À semelhança da pergunta “qual é a ideologia do Chega?”, a interrogação “o que é o populismo?” também gera uma multiplicidade de respostas, sem qualquer tipo de consenso²¹. Este obstáculo remonta aos anos 60, quando Isaiah Berlin o denominou de “Complexo de Cinderela”: existe um sapato, i.e. o termo “populismo”, mas não existe uma definição-Cinderela cujo pé caiba com toda a precisão nesse sapato (1968). A ausência de uma definição única, consensual e precisa transforma a palavra “populismo” numa pedra de arremesso verbal, frequentemente utilizada pelos opositores de um movimento político para o atacar, desacreditar ou mesmo deslegitimar (Mény & Surel, 2002; Moffitt & Tormey, 2014; Mudde, 2001; Mudde & Kaltwasser, 2017; Taguieff, 1995). Como Cas Mudde afirma, “o populismo é um conceito altamente contencioso com mais inimigos do que amigos nas ciências sociais” (2001, p. 214).

Apesar de todas as conceções sobre populismo comungarem da oposição entre o povo e a elite e de uma certa ideia de vontade geral, há diversas abordagens sobre este fenómeno político. De entre todas elas, existem quatro consideradas maioritárias: o populismo como ideologia ténue, da autoria de Cas Mudde (2017); o populismo como lógica ou discurso, da autoria de Ernesto Laclau (2005); o populismo como estratégia de mobilização e ação política, proposto por Robert S. Jansen (2011) e Kurt Weyland (2001); e o populismo como estilo de comunicação, proposto por Jan Jagers e Stefaan Walgrave (2007). Contudo, deve frisar-se que estas quatro correntes não são mutuamente exclusivas, podendo ser conjugadas no estudo dos fenómenos populistas (Guazina, 2021; Prior & Araújo, 2021).

Populismo como ideologia ténue

²⁰ Mudde e Kaltwasser apontam para uma desvantagem desta conceção: a vontade geral é vista como transparente e absoluta, incitando à exclusão de quem se opuser a ela. Desta forma, o conceito populista de “vontade geral” poderá abrir portas para o autoritarismo (2017).

²¹ Diversos autores se debruçaram sobre a multiplicidade de definições do conceito “populismo”, sendo de referir: Benjamin Arditi (2004), Mariana Caeiro (2019), Margaret Canovan (1999) Liziane Guazina (2021), Robert S. Jansen (2011), Ernesto Laclau (2005), Mónica Lopes (2021), Yves Mény e Yves Surel (2002) Cas Mudde, quer na sua obra individual (2001), quer em parceria com Cristóbal Rovira Kaltwasser (2017), Helder Prior (2021), Estrela Serrano (2020), Pierre Taguieff (1995), Stefan Walgrave e Jan Jagers (2007) e Kurt Weyland (2001).

Tal como foi mencionado acima, Cas Mudde vê o populismo como uma ideologia ténue, descrevendo-a como “um corpo de ideias normativas sobre a natureza do homem e da sociedade, assim como da organização e dos propósitos da sociedade” (2017, p. 6). Em conjunto com Kaltwasser, aponta para a maleabilidade do conceito de populismo. Contrariamente às “ideologias rígidas” como o socialismo, o fascismo ou o liberalismo, as ideologias ténues não se sustentam por si só, acabando por surgir em ligação com (ou mesmos assimiladas por) outros *corpora* ideológicos²².

Neste contexto, os conceitos-chave populistas encontram-se “em relação com outros conceitos ideológicos, formando enquadramentos interpretativos capazes de apelar a diferentes sociedades”. Neste sentido, o populismo é compreendido como “um mapa mental através do qual os indivíduos analisam e compreendem a realidade política” (2017, p. 6).

A realidade é que o populismo não consiste numa tradição ideológica, mas “num conjunto de ideias, que no mundo real são combinadas com ideologias bastante diferentes ou, por vezes, contraditórias entre si” (2017, p. 6). O populismo acabará sempre por utilizar conceitos de outros campos políticos, das chamadas “ideologias rígidas”, originando diversos subtipos de populismo, como o populismo de direita e o de esquerda, o neopopulismo, o populismo económico ou o populismo agrário. Desta forma, como Mudde e Kaltwasser afirmam, “é muito difícil o populismo existir em estado puro: antes aparece em combinação com, ou consegue sobreviver graças a, outros conceitos” (2017, p. 7).

No entanto, a abrangência deste conceito não o impede de excluir três categorias, consideradas por Mudde e Kaltwasser como “não-populismo”: o elitismo e o pluralismo, enquanto opostos diretos ao populismo, e o clientelismo, com o qual é frequentemente confundido:

- Apesar de comungarem a distinção maniqueísta e monista entre povo e a elite, o elitismo vê este último grupo como “moral, cultural e intelectualmente superior”, encarando os elementos do povo como “perigosos, desonestos e vulgares” (2017, p. 7). Nesse sentido, o poder é visto como um dos domínios das elites, do qual o povo deverá ser afastado, quer através de colocação de limites quer através da rejeição da democracia.

²² Mudde e Kaltwasser apontam inclusive para o desligamento do populismo em relação à dicotomia entre esquerda e direita, podendo ligar-se a qualquer um dos dois campos ideológicos (2017).

- Já o pluralismo rejeita o dualismo típico do populismo e do elitismo. A sociedade é vista como um conjunto de “grupos sociais sobrepostos”, com interesses e ideias diversos, sendo esta diversidade “um sinal de força e não de fraqueza” (2017, p. 7). No mesmo sentido, ao invés do poder concentrado defendido pelo populismo, o pluralismo defende o exercício descentralizado e desconcentrado do poder, através do compromisso e do consenso, de forma a concretizar os interesses de tantos grupos sociais quanto possível (Mudde & Kaltwasser, 2017).
- Por último, o clientelismo, embora seja frequentemente confundido com o populismo²³, diverge deste por não constituir uma ideologia, mas “uma estratégia, usada por líderes e partidos (de diferentes campos ideológicos) para alcançar e exercer o poder político” (2017, p. 8).

Populismo como discurso ou lógica

A segunda abordagem sobre o populismo é da autoria de Ernesto Laclau (2005). Perante a miríade de definições do termo “populismo” e o carácter vago partilhado por todas elas, o filósofo argentino decidiu procurar uma explicação alternativa. Tal como Mudde e Kaltwasser, Laclau pretendia encontrar uma conceção que pudesse abranger uma multiplicidade de casos, ao invés de “restringir o populismo a uma das suas variantes históricas ou tentar uma definição geral demasiado redutora” (2005, p. 17). Contudo, o filósofo argentino pretendia “inverter a perspetiva analítica que partia do carácter vago e do vazio ideológico” associados à ideologia populista (2005, p. 13), passando para uma abordagem focada na lógica política e no discurso. Neste novo ponto de vista, o populismo é encarado como um elemento *sine qua non* do sistema político, existindo como “uma possibilidade distintiva e sempre presente de estruturação da vida política” (2005, p. 13), sendo uma mera expressão política de uma realidade social²⁴.

Neste contexto, o populismo seria visto como “um ato performativo dotado da sua própria racionalidade” (2005, p. 18). A retórica tantas vezes referida como algo negativo,

²³ A raiz desta confusão encontra-se na localização geográfica dos casos de estudo sobre o clientelismo: a América Latina. Como Mudde e Kaltwasser apontam, “muitos líderes populistas latino-americanos criaram ligações de cariz clientelístico para ganhar eleições e permanecer no poder”. Contudo, os autores avisam que não só estes líderes populistas não são os únicos a recorrer ao clientelismo, como “não há nenhuma razão para achar que existe alguma afinidade natural entre os dois” (2017, p. 8).

²⁴ Não se deve ignorar que a conceção de Ernesto Laclau tem como ponto de referência o regime do presidente argentino Juan Péron, com o qual o filósofo simpatizava.

seria “a própria lógica de constituição das identidades políticas” (2005, p. 19), sendo os seus dispositivos, i.e., as figuras de estilo como a metáfora, a metonímia e a sinédoque, nada mais do que “instrumentos de racionalidade social expandida” (2005, p. 12). Sendo a “ênfase na lógica política” encarada como “um ingrediente necessário da política *tout court*” (2015, p. 18) e o aspeto discursivo encarado com bastante atenção, a perspetiva de Laclau recusa duas críticas frequentes às declarações populistas, considerando os elementos criticados como algo perfeitamente natural: a vagueza do discurso e a simplificação da comunicação política.

Assim:

- na perspetiva de Laclau, o carácter vago do discurso populista nada mais é do que “a consequência real de a própria realidade social ser, em algumas situações, vaga e indeterminada” (2005, p. 17). Perante a já mencionada “racionalidade própria do populismo enquanto ato performativo”, a vagueza torna-se numa “condição necessária para a construção de significados políticos” (2005, p. 18).
- mesmo a simplificação do espaço político, com “a substituição de um conjunto complexo de diferenças e determinações por uma dicotomia rígida cujos dois polos são necessariamente imprecisos”, é vista como nada mais do que “uma condição essencial para a ação política” (2005, p. 18).

Populismo como estratégia de mobilização e ação política

A terceira abordagem é da autoria de dois politólogos norte-americanos, Robert S. Jansen e Kurt Weyland. O objetivo é, de acordo com Robert S. Jansen, “mudar o foco do conteúdo e dos fins do populismo para os meios que este utiliza”, ou seja, “investigar o populismo como uma prática política, como um conjunto específico de ações que os políticos e os seus apoiantes adotam”, ao invés de investigar “os tipos de movimento, partido, regime e ideologia” (2011, p. 82).

Embora, tal como Ernest Laclau, também tenham a realidade política latino-americana como ponto de partida²⁵, Jansen e Weyland não veem, porém, a opção do discurso populista como algo de natural na atividade política. Em lugar disso, o populismo é visto por estes dois

²⁵ O seu objetivo seria encontrar uma descrição comum quer, por um lado, para os governantes populistas dos anos 30 e 40, como Getúlio Vargas no Brasil, Juan Péron na Argentina ou Lázaro Cardenas no México, quer, por outro lado, para os governantes neopopulistas dos anos 80 e 90, como os peruanos Alberto Fujimori e Alan Garcia, o argentino Carlos Menem ou o brasileiro Fernando Collor de Melo (Jansen, 2011; Weyland, 2001).

autores como uma estratégia de mobilização política²⁶ (Jansen, 2011; Weyland, 2001). Jansen define a mobilização populista como “qualquer projeto político sustentado e de larga escala que junta sectores sociais geralmente marginalizados em ações políticas publicamente visíveis e contenciosas, em simultâneo com a articulação de uma retórica antielitista e nacionalista que valoriza o povo comum”²⁷ (2011, p. 77). Para que o um projeto de mobilização populista esteja presente, é necessária a combinação da mobilização popular e da retórica populista, i.e. mobilizar “os pobres, os excluídos ou outros não mobilizados previamente”, através do recurso a “coleções de ações simbólicas, estilos de expressão, declarações públicas (quer orais quer escritas), definições de situação e outras maneiras de elaborar ideias que amplamente invoquem ou reforcem a solidariedade popular” (2011, p. 83-84).

Kurt Weyland aponta ainda para o predomínio da figura do líder entre os atores políticos que adotam as estratégias populistas. É através destas últimas que “um líder personalista exerce ou procura exercer o poder governamental, com base no apoio direto, informal e sem mediação dos seus seguidores” (2011, p. 14). Esse apoio seria alcançado através da sua apresentação como “o representante dos excluídos ou marginalizados pela vida política, prometendo salvá-los de crises, ameaças e inimigos”. Ao mesmo tempo, um líder populista utilizaria os contactos cara-a-cara e as aparições nos *media* audiovisuais sempre que possível, com vista a “demonstrar a sua proximidade com o homem comum e estimular a identificação popular com a sua liderança” (2001, p. 14).

Contudo, há que ter em conta que a mobilização populista varia de acordo com o contexto histórico, social, económico e, acima de tudo, político, não se revestindo da mesma forma em ocasiões diferentes (Jansen, 2011, p. 84).

À semelhança de Mudde e Kaltwasser (2017), a abordagem do populismo enquanto estratégia de mobilização também exclui determinadas categorias políticas²⁸:

- apesar da simultaneidade histórica, o populismo é distinto do surgimento das políticas democráticas, podendo ambas existir sem necessitarem uma da outra. De igual modo,

²⁶ Jansen define a mobilização política como “os meios políticos utilizado por políticos em exercício e candidatos de vários quadrantes para alcançar uma vasta gama de agendas sociais, políticas e económicas” (2011, p. 77).

²⁷ Nesse sentido, Jansen afirma que os regimes políticos não “nascem” como populistas, antes adotam estratégias populistas *a posteriori*, de acordo com os seus objetivos políticos (2011, p. 88).

²⁸ Com efeito, para Jansen, qualquer ator político pode recorrer a essas categorias políticas e ao populismo em simultâneo (2011).

- o surgimento dos “movimentos esquerdistas, reformistas ou populares que têm como objetivo ajudar os sectores sociais mais empobrecidos” não é idêntico à mobilização populista. Embora os atores políticos destes sectores ideológicos “recorram à mobilização populista para ganhar apoio”, estes fenómenos devem ser estudados por si só, ao invés de serem confundidos com a mobilização populista *per se* (Jansen, 2011, p. 86).
- também tanto o populismo como o clientelismo são modos de incorporação de grupos sociais numa estratégia política. Contudo, não só há que ter em conta que o clientelismo se traduz na incorporação de elementos da elite através de favores, como também não se deve ignorar que “frequentemente o populismo resulta do colapso de antigos sistemas clientelistas” (Jansen, 2011, p. 86). Tal como a categoria dos movimentos de esquerda, também o clientelismo deverá ser estudado por si só.
- por último, embora partilhem a figura de um chefe carismático e a representação personalizada da sua liderança, o populismo e o caudilhismo não são o mesmo fenómeno, podendo um regime ser caudilhistas sem recorrer a estratégias populistas, como aconteceu na Espanha franquista ou no Chile de Augusto Pinochet.

Populismo como estilo de comunicação

A última abordagem tratada na presente dissertação vem de dois autores belgas e tem como ponto de partida o partido de ultradireita flamengo *Vlaams Belang*, antigo *Vlams Blok*²⁹. No âmbito de um estudo empírico sobre o discurso desta força política, Jan Jagers e Stefaan Walgrave propuseram que se pensasse o populismo como “um estilo de comunicação dos atores políticos que se refere ao povo”, podendo estes atores ser “políticos ou partidos, líderes de movimentos, representantes de grupos de interesse ou jornalistas”. Em termos discursivos, este estilo traduzir-se-ia “num enquadramento comunicativo que apela e se identifica com o povo, fingindo falar em seu nome” (2007, p. 322).

No entanto, Jagers e Walgrave consideram que, mesmo nesta abordagem, será necessário dividir o populismo em duas categorias: o populismo fino, que apenas se caracteriza pelo apelo popular de forma inclusiva, e o populismo denso, excludente, que além do referido apelo apresenta um sentimento antielite e uma visão monolítica do povo como se de um todo

²⁹ Em 2007, Jagers e Walgrave apontavam que o partido acima mencionado “parecia ter desenvolvido uma estratégia de comunicação inteligente, omnipresente e acentuada, perfeitamente adequada para causar um impacto antipolítico” (2007, p. 321).

homogéneo se tratasse. À semelhança das quatro abordagens teóricas sobre o populismo, estas duas categorias também não são mutuamente excludentes, podendo ser combinadas (2007, p. 332).

- No caso do populismo fino, seria possível ver uma ideologia “totalmente despida de todas as conotações pejorativas e autoritárias, sem cor política, podendo tanto ser de direita como de esquerda³⁰” (2007, p. 323). No âmbito desta abordagem, a utilização de linguagem casual ou coloquial e a adoção de uma indumentária informal podem ser vistos como sinais de proximidade comunicativa por parte de atores populistas. Porém, o conteúdo do discurso é o elemento de análise mais importante. Uma das formas através das quais a adoção deste estilo comunicativo é notória verifica-se através das referências constantes ao povo, “enfazando a soberania e a vontade populares” e afirmando “defender os seus interesses”. Em simultâneo, dá-se uma sucessão de chavões e palavras de ordem, com constantes apelos “ao povo, ao público, aos cidadãos, aos eleitores, aos contribuintes, aos residentes ...” (2007, p. 323).
- Já no caso do populismo denso, teríamos os elementos do populismo fino aliados a “uma posição *anti-establishment* explícita e à exclusão de certas categorias da população”, aproximando-se do conceito clássico e restritivo de populismo (2007, p. 323). Jagers e Walgrave apontam para a existência de duas dimensões do populismo denso:
 - a primeira delas é a dimensão vertical, que enfatiza “a distância e alienação entre o povo e as elites” (2007, p. 324). Na perspectiva dos autores, nestes casos as elites veem-se como superiores ao povo comum e prosseguem os seus próprios interesses. Assim sendo, dentro das elites poderíamos ter um conjunto social bastante amplo, incluindo “tanto as elites políticas, como os *media*, como a administração pública e os funcionários do estado, como os intelectuais como o poder económico”. Nesse sentido, “o antielitismo será mais radical e fervoroso quanto mais difuso for, i.e., quanto mais dirigido for contra categorias gerais e universais da elite” (2007, p. 324). Tendo em conta que os atores populistas se referem a estes grupos como o sustentáculo do *establishment* político, as críticas antielitistas serão dirigidas também a governantes, parlamentares, líderes partidários, etc. Todos os problemas e falhanços

³⁰ Esta conceptualização demonstra algumas semelhanças com o populismo enquanto ideologia ténue de Cas Mudde e Cristóbal Rovira Kaltwasser (2017), além de possibilitar, como outros autores já fizeram, a sua aplicação à análise do comportamento de políticos mainstream, como Tony Blair ou Bill Clinton (Jagers & Walgrave, 2007).

de país serão vistos como responsabilidade da política, “causados por incompetência, falta de vontade e sabotagem” (2007, p. 324).

- A segunda dimensão do populismo denso é horizontal, relativa à homogeneidade da categoria “povo”. Sendo um grupo de indivíduos com “os mesmos interesses e as mesmas características”, os grupos isolados que não partilharem essas “qualidades populares” serão apontados como um inimigo interno, cujos “valores e comportamento são irreconciliáveis com o interesse geral do povo” (2007, p. 324). Este carácter excludente do populismo denso traduz-se na culpabilização dos grupos considerados “extrapovo” por todos os problemas da população em geral, podendo mesmo criar um apelo à sua expulsão.

Populismo de Direita

O Chega não pode ser enquadrado apenas à luz de abordagens teóricas sobre o populismo. Dentro deste último, existem diversas variantes cujas especificidades devem ser analisadas. Entre elas, encontra-se o populismo de direita, mais especificamente a direita radical populista, no âmbito do qual o partido de André Ventura se insere (Marchi, 2020a). Apesar da carga negativa que lhe é frequente atribuída (Caeiro, 2019; Lopes, 2021; Mény & Surel, 2002; Sá, 2021; Taguieff, 1995), muito em resultado da sua associação aos regimes autoritários dos anos 30 e 40 (Sá, 2021), esta ideologia tem sido adotada por partidos com uma ascensão política bastante notória nas democracias liberais (Guazina, 2021), sobretudo desde a última década do século XX. De acordo com Cas Mudde, forças políticas como o Chega, o Vox ou a AFD fazem parte daquilo que define como a fase de “integração da ultradireita no *mainstream* político” (2019, p. 31)³¹. Na perspetiva do investigador holandês, esta ascensão da direita populista radical resulta da normalidade patológica deste campo político: o seu ideário representa uma radicalização das perspetivas *mainstream* da população, o que explica o seu sucesso em anos recentes (2010)³².

³¹ Mudde identifica como vagas anteriores: a fase do neofascismo, de 1945 a 1955, caracterizada pela partidos e movimentos que se apresentavam como sucessores dos regimes fascistas derrotados no final da 2ª Guerra Mundial, sendo compostos por antigos colaboradores e integrantes desses mesmos regimes; a fase do populismo de direita, desde 1955 a 1980, caracterizados pela oposição às elites do período pós-guerra, cooptando causas de alguns grupos excluídos como as populações rurais; e, por último, a fase da direita radical, de 1980 a 2000, que partilha os mesmos ideais populistas e nativistas da quarta vaga, mas ainda com um sucesso eleitoral bastante limitado (Mudde, 2019).

³² Esta ideia de Cas Mudde, denominada de “tese da normalidade patológica”, representa uma atualização da tese da patologia normal, proposta por Erwin Scheuch e Hans Klingemann. De acordo com esta teoria, os movimentos de ultradireita eram vistos como desadequados à democracia, sendo o seu sucesso eleitoral bastante reduzido por consequência (1967).

Enraizado numa reação à globalização, ao neoliberalismo e ao multiculturalismo (Sá, 2021; Betz, 2003), o ideário da direita populista radical foi apontado por Pippa Norris e Ronald Inglehardt como uma ideologia autoritária (2019). O autoritarismo aqui presente não se refere à concentração de poderes típica do autoritarismo clássico (Bobbio *et al.*, 1998), mas à defesa de um conjunto de valores descritos por Liziane Guazina como “antidemocráticos”, nomeadamente

“1) a intolerância, 2) a imposição de barreiras simbólicas, territoriais ou negação de direitos a grupos étnicos/ou sociais como forma de garantir segurança aos grupos nativos e/ou privilegiados contra os riscos da instabilidade e da desordem, 3) a cultura do medo e da ameaça contra a cultura da liberdade, da transparência e da pluralidade, 4) a preservação de valores morais e/ou religiosos tradicionais contra os valores da diversidade, e a 5) obediência ou lealdade a lideranças fortes que oferecem soluções fáceis para problemas complexos” (2021, p. 51).

Apontando Jair Bolsonaro no Brasil e Matteo Salvini na Itália como exemplos de líderes populistas bem-sucedidos, Guazina frisa ainda “o cunho *antiestablishment* e antiesquerda, e a polarização nós versus eles” como marcas discursivas típicas da direita populista (2021, p. 51)³³. No âmbito deste discurso polarizado, antiesquerdista e autoritário³⁴, podemos encontrar também um dos elementos do populismo apontados por Mudde e Kaltwasser (2017): o povo enquanto “pessoas comuns”, aliado a uma conceção nativista, de “povo enquanto nação”, excluindo imigrantes e grupos étnicos minoritários³⁵ (Guazina, 2021).

Numa abordagem complementar, Cas Mudde aponta para o autoritarismo típico da direita radical populista como “a crença numa sociedade com uma ordem rigorosa, na qual as infrações à autoridade têm de ser punidas severamente”. Todos os problemas são vistos como “questões essenciais de ordem pública, que só podem ser enfrentados se houver uma abordagem punitiva, e só podem ser prevenidos através da reintrodução da ‘moral’ ou de uma educação ‘tradicional’ nas escolas” (2019, p. 39). Olhando para o *Programa Político* do Chega e para algumas das *70 medidas para reerguer Portugal* (Afonso, 2019), é possível encontrar algumas das marcas descritas nestes dois últimos parágrafos, em propostas como a revogação da lei da igualdade de género, a “proibição da propaganda LGBTI no sistema de ensino”

³³ Na sua descrição da direita populista, Liziane Guazina apresenta uma abordagem próxima do populismo como estilo de comunicação política, neste caso na sua vertente densa, que Jan Jagers e Stefan Walgrave propunham (2007).

³⁴ Guazina baseia esta definição de autoritarismo na obra de Pippa Norris e Ronald Inglehardt (2019).

³⁵ Esta exclusão de grupos minoritários é visível nas declarações feitas pelo líder do Chega sobre a comunidade cigana portuguesa.

(Afonso, 2019, p. 3), a introdução da prisão perpétua e da pena de castração química ou a redução do número de deputados na AR.

Direita populista radical e os media

A relação entre os *media* e a direita populista radical é bastante mais complexa do que pode aparentar. Nas palavras de Cas Mudde, “os meios de comunicação são amigos e adversários da ultradireita” (2020, p. 115). Tendo em conta que o panorama mediático atual tem as suas raízes na democracia liberal e que o populismo, quer de direita quer de esquerda, surge como reação a esta, seria de esperar algum antagonismo ou uma postura ainda mais crítica por parte dos *media* e do jornalismo³⁶. Contudo, embora haja ocasiões nas quais ela se confirma, como nos casos apontados por Riccardo Marchi em relação ao Chega (2020a), a posição é um pouco mais ambígua.

A realidade é que todos os *media*, sejam informativos ou de entretenimento, audiovisuais ou de imprensa, necessitam de cativar as audiências. Afinal de contas, é da publicidade que vem a maior parte ou a totalidade do financiamento dos meios de comunicação e o investimento publicitário será condicionado pela quantidade de leitores, ouvintes ou espectadores (Gomes, 1995). E a realidade é que, por muito que muitos profissionais jornalísticos vejam a direita populista radical “como um perigo para a democracia, também sabem que ela vende” (Mudde, 2020, p. 116). Muitas vezes, o estilo de comunicação inflamado, com mensagens controversas e conteúdos possivelmente odiosos, acaba por gerar material noticioso bastante atrativo para jornalistas e *media* ansiosos por notícias³⁷. Longe de ser accidental, este estilo comunicativo mostra um claro conhecimento das rotinas jornalísticas. Para compreender essas rotinas e a sua influência no comportamento político dos movimentos populistas, é necessário abordar três temas essenciais para esta área:

³⁶ Deve ter-se em conta que cobertura negativa não se traduz necessariamente num malefício para os atores políticos populistas, podendo estes beneficiar da simples visibilidade ou utilizar o tom crítico dos *media* como uma prova de aversão por parte do *establishment*, no qual os atores populistas incluem as instituições mediáticas (Esser, Stępińska & Hopmann, 2016).

³⁷ João Figueira discorre sobre este tema nos seguintes termos:

“à simplificação crescente dos discursos e narrativas dos atores políticos, sociais e outros que dessa forma satisfazem mais fácil e rapidamente o apetite voraz dos media e as suas necessidades de informação contínua, vem correspondendo uma lógica informativa ansiosa, imediata e, por conseguinte, também simplificadora. Uns e outros têm em comum o desejo de chegar ao maior número de pessoas e que estas prestem atenção ao que é dito e veiculado. A economia da atenção passa, assim, a estar entre os seus valores de ação numa disputa já sem quartel, tantos são os canais de comunicação disponíveis e utilizados, o que potencia e convida à prática da comunicação desintermediada” (2021, p. 14-15)

a necessidade de material noticioso constante por parte dos *media*, os critérios de noticiabilidade e a teoria do *agenda-setting*.

Necessidade de material noticioso por parte dos media informativos

Apesar do seu dever primordial de informar o público, os *media* informativos necessitam de alcançar esse mesmo público para se manterem em atividade. Ao mesmo tempo, a periodicidade associada a todos os diferentes meios de comunicação força-os a uma procura constante de material noticioso³⁸. Esta necessidade de conteúdos por parte dos *media* acaba por gerar uma situação de dependência em relação aos produtores de notícias³⁹, que no caso em análise correspondem aos diferentes atores políticos⁴⁰.

Numa tentativa de poupar tempo e dinheiro, as redações jornalísticas tendem a fazer um *outsourcing* do seu material jornalístico, reproduzindo acriticamente conteúdos de comunicação político-partidária, como, por exemplo, os comunicados de imprensa. Este tipo de práticas deixa os profissionais jornalísticos vulneráveis perante as pressões dos *spin doctors* e de assessores de comunicação política. Para além disso, existem dois fatores que aumentam esta vulnerabilidade: o facto de os profissionais da comunicação pública existirem em muito menor número do que o dos jornalistas, e de este último grupo competir frequentemente entre si pelas atenções do público (Eberwein *et al.*, 2016).

A par disto, a recusa de noticiar determinadas iniciativas político-partidárias cria um risco de alienação dos militantes ou simpatizantes do partido que as realiza, algo que os diversos *media* pretendem evitar (Eberwein *et al.*, 2016).

Critérios de noticiabilidade

Quando os editores de um *medium* decidem que um acontecimento pode apresentar material noticioso que interessa ao público, estão automaticamente a excluir outro(s) evento(s) considerados menos relevantes. Esta escolha, resulta do seguimento de um conjunto de critérios de noticiabilidade, i.e., de um “conjunto de critérios e operações que fornecem a aptidão de merecer um tratamento jornalístico”, determinando se um acontecimento ou

³⁸ Esta procura constante de material noticioso é ainda mais visível no caso dos *media* com produção diária.

³⁹ O conceito de “produtores de notícias” foi introduzido por Nelson Traquina (2007).

⁴⁰ Neste caso, os atores políticos tanto podem ser os próprios titulares dos órgãos de soberania, como os agentes partidários ou membros dos vários grupos de influência.

assunto “é suscetível de se tornar notícia, possuindo, por isso, valor-notícia” (Traquina, 2007, p. 173).

Quais são estes valores-notícia? Partindo da primeira lista de valores-notícia, elaborada por Johan Galtung e Mark Ruge⁴¹ (1965), da categorização feita por Mauro Wolff (1987) e de uma lista feita por Ericson *et al.* (1987), Nelson Traquina divide o conjunto de valores notícia em duas categorias (2007):

- Valores-notícia de seleção, utilizados para selecionar os acontecimentos a transformar em notícia, esquecendo outros eventos. Estes estão divididos em dois subgrupos:
 - Critérios substantivos, respeitantes “à avaliação direta do acontecimento em termos da sua importância ou interesse como notícia” (2007, p. 186). Neste caso, falamos sobre critérios como a morte, a notoriedade, a proximidade, a relevância temática, a novidade, o tempo, a notabilidade, o inesperado, a controvérsia ou o conflito e a infração.
 - Critérios contextuais, que dizem respeito “ao contexto de produção noticiosa” (2007, p. 186). Neste conjunto encontram-se valores-notícia como a disponibilidade, o equilíbrio, a visualidade, a concorrência e o dia noticioso.
- Valores-notícia de construção, que se referem à elaboração da própria notícia, funcionando como “linhas guia para a apresentação do material, sugerindo o que deve ser realçado, o que deve ser omitido, o que deve ser prioritário nessa construção” (2007, p. 186-187). Neste caso, os valores que orientam a conduta jornalística são a simplificação, a amplificação, a relevância dada pelo jornalista, a personalização, a dramatização e a consonância.

Apenas nove destes vinte e um critérios de noticiabilidade serão explicadas de forma pormenorizada, por serem os mais recorrentes na cobertura do populismo: a notoriedade, a relevância temática, a novidade, o tempo, a notabilidade, o inesperado, o conflito ou a controvérsia, a simplificação, a amplificação, a personalização, a dramatização e a consonância.

⁴¹ Galtung e Ruge partiram da análise de notícias internacionais nos jornais noruegueses para definir um conjunto de doze critérios de noticiabilidade frequentemente seguidos pelos jornalistas no exercício da sua atividade (1965). Nelson Traquina aponta que estes dois autores não distinguem quais valores-notícias são utilizados durante o processo de seleção de temas a noticiar e quais são utilizados durante a produção do artigo noticioso (2007).

Valores-notícia de seleção – critérios substantivos

Notoriedade

O valor noticioso de um acontecimento depende bastante da notoriedade do seu agente principal, do seu nome e da sua posição. Como Galtung e Ruge afirmavam, “quanto mais um acontecimento diz respeito a pessoas da elite, maior será a sua probabilidade de se tornar notícia” (1965, p. 68). Este critério aplica-se na cobertura dos atores políticos populistas, sobretudo após a sua entrada na política ativa, mesmo que seja apenas como parlamentares.

Relevância temática

Todos os profissionais do ramo jornalístico têm “uma preocupação de informar o público sobre os acontecimentos importantes”, procurando saber “quais têm impacto sobre a vida das pessoas, quais determinam a forma como a noticiabilidade tem a ver com a capacidade de incidência do acontecimento sobre essas pessoas, sobre as regiões ou sobre os países” (Traquina, 2007, p. 189). Neste âmbito, inserem-se as notícias sobre a política nacional, sobretudo quando se trata da possível entrada de novos atores políticos num órgão de soberania (como seria o caso do parlamento). Ao mesmo tempo, os possíveis efeitos das promessas eleitorais dos atores populistas, sejam negativos ou positivos, mas sempre passíveis de abalar o *status quo*, tornam as suas ações mais atrativas para os *media*.

Novidade

A novidade é um critério central para a atividade dos jornalistas. Nesse sentido, todo o acontecimento, evento ou declaração que surja como pela primeira vez em alguma área temática será objeto de transformação em notícia (Traquina, 2007). Um exemplo deste tipo de acontecimentos poderá ser a entrada do Chega na AR, enquanto primeiro partido de ultradireita a fazê-lo. O mesmo pode ser dito de outros populistas estreados nas disputas eleitorais dos seus respetivos países.

Notabilidade

A visibilidade e a tangibilidade são qualidades fundamentais para o trabalho jornalístico. Por esse motivo, a maioria dos jornalistas está mais inclinado a cobrir acontecimentos ao invés de problemáticas, por aqueles serem mais visíveis e narrativamente menos complexos (Traquina, 2007). Isso explica o porquê de as atividades de campanha ou estreias parlamentares de movimentos populistas serem frequentemente cobertas, ao invés de questões de fundo como o seu financiamento ou a viabilidade das suas propostas políticas⁴².

Um dos registos de notabilidade a ser tido em conta é o da inversão, o “contrário do ‘normal’” (Traquina, 2007, p. 191). Usando novamente o Chega e André Ventura como exemplo, num país governado por uma democracia liberal, onde no discurso público se tende a valorizar e a apelar à tolerância e ao multiculturalismo, não será difícil compreender o interesse pelas declarações daquele líder partidário quando, por exemplo, afirma que os ciganos são “subsídio-dependentes” ou quando propõe que a deputada Joacine Katar Moreira poderia ser “devolvida” à Guiné-Bissau⁴³.

Conflito/Controvérsia

O conflito e a controvérsia são valores-notícia que se traduzem “na violência física ou simbólica, como uma disputa verbal entre líderes políticos”, vista como “uma quebra do normal” (Traquina, 2007, p. 192). Este critério noticioso explica a razão pela qual a retórica de confronto permanente do populismo acaba por receber atenção mediática.

Valores-notícia de construção

Simplificação

Uma notícia terá maior probabilidade de ser notada e compreendida quanto menor for a sua ambiguidade e a sua complexidade (Traquina, 2007), levando a uma utilização mais frequente de estereótipos, clichês e ideias feitas (Peixinho & Araújo, 2017; Traquina, 2007). Sendo a simplificação dos assuntos presentes na agenda pública uma das técnicas de comunicação mais frequentes por parte de atores políticos populistas, através dos três recursos discursivos mencionados na frase anterior, aliado ao uso de chavões, de palavras de ordem, de

⁴² As reportagens sobre estes dois últimos temas existem, mas são em número muito menor.

⁴³ Declaração proferida por André Ventura numa [publicação na sua página do Facebook](#), a 28 de janeiro de 2020.

frases de efeito e de esquemas binários de representação (Figueira, 2021; Guazina, 2021; Mesquita, 1995; Prior & Araújo, 2021; Santos, 1995), facilmente as ações dos atores políticos populistas se tornam um objeto frequente de tratamento noticioso.

Amplificação

De acordo com Nelson Traquina, “quanto mais amplificado é o acontecimento, mais possibilidades tem a notícia de ser notada, seja pela amplificação do ato, do interveniente ou das suas supostas consequências” (2007, p. 199). A nível das consequências, o facto de facilmente os atos dos atores populistas surtirem efeito a nível nacional não oferece dúvidas. Contudo, existe ainda a forte presença dos movimentos populistas nas redes sociais (Mudde, 2020), que asseguram, à partida, um primeiro nível de amplificação das suas declarações, mesmo quando ainda não conseguiram romper o bloqueio mediático. Ao mesmo tempo, o carácter polémico de certas declarações feitas por atores políticos populistas, como é o caso dos argumentos de André Ventura mencionados acima, tende a originar uma sucessão de peças jornalísticas sobre esse mesmo tema e sobre as reações de outras figuras da arena pública.

Personalização

O público tem mais facilidade em identificar-se com um acontecimento quando este é associado a uma personalidade. Por essa razão, uma notícia terá mais possibilidade de ser notada se o acontecimento for mais personalizado, levando os jornalistas a valorizar as pessoas envolvidas num acontecimento (Traquina, 2007). Este critério de noticiabilidade facilita as estratégias de comunicação política de atores populistas: tendo a sua liderança um pendor bastante personalista, sobretudo na sua representação comunicativa, os seus atos serão sempre bastante atrativos para os profissionais dos *media* informativos.

No caso português, é necessário assinalar que, quer no seu funcionamento interno quer na sua representação pelos *media*, o Chega não é o único partido com uma liderança personalizada, sendo essa característica generalizada entre as forças políticas com assento parlamentar. Contudo, essa personalização ganha um relevo especial no caso do partido liderado por André Ventura, se se tiver em conta que se trata de uma das características-chaves das forças políticas da direita populista. Para além disso, o próprio funcionamento e

sobrevivência do Chega estão ligados ao sucesso do seu presidente. Nas palavras de Riccardo Marchi, “no partido, todos sabem que o projeto existe até existir a figura de André Ventura” (2020b, p. 217). O Chega tem um carácter unipessoal, tanto na sua comunicação pública como na forma de estruturação partidária.

Dramatização

Neste caso, Traquina parte da categorização dos valores-notícia feita por Ericson *et al.* (1987). Um dos fatores para que um acontecimento seja noticiado está ligado à sua capacidade para “ser visualizado como propício a um desenvolvimento dramático” (Ericson *et al.*, 1987, p. 141). Mais uma vez, vemos uma perceção de que os elementos mais negativos serão os que suscitam mais atenção na audiência. Traquina aponta para “o reforço dos aspetos mais críticos, do lado emocional, da natureza conflitual” (2007, p. 199). Esse reforço apelo à emoção e ao conflito é um elemento conhecido do estilo de comunicação populista, levando os seus agentes a tornarem-se bastante atrativos para os *media*.

Teoria do agenda-setting

A teoria do *agenda-setting* está ligada à ideia da atividade jornalística como influenciadora da opinião pública. Esta conceção foi proposta por Maxwell E. McCombs e Donald L. Shaw (1972), e alvo de várias revisões pelos seus autores, afirmando que os *media* informativos têm uma capacidade significativa de influenciar a agenda pública, através dos temas que abordam, ou seja, através da precedente agenda noticiosa⁴⁴ (Borges, 2010). Devido à credibilidade conferida pelo público aos profissionais do jornalismo (Couldry, 2019), esse mesmo público irá atribuir uma importância considerável às temáticas abordadas no âmbito mediático. Por outras palavras, os temas noticiados ou comentados pelos *media* serão alvo de discussão e debate pelo público, quer este partilhe das perspetivas dos agentes mediáticos ou não⁴⁵. Associada a esta teoria está a ideia do jornalista enquanto *gatekeeper*, enquanto

⁴⁴ Everett Rogers e James W. Dearing afirmam que a generalidade dos *media* tende a destacar os mesmos temas, “colocando a mesma saliência num conjunto de assuntos” (1996, p. 90). Rogers e Dearing apontam ainda que “os indicadores do real têm pouca importância na definição da agenda mediática”, sendo esta influenciada “pela atenção que redes organizadas de pessoas conseguem convocar relativamente a um problema” (1996, p. 91).

⁴⁵ Esta conceção vai no mesmo sentido da teoria dos efeitos limitados, de acordo com a qual a influência dos *media* é “limitada pelo fluxo de comunicação a dois níveis (*two steps flow of communication*): os ‘líderes de opinião’ (*opinion leaders*), mais expostos aos *media*, interpretam as mensagens para os restantes membros do público, através das suas redes de relações interpessoais” (Borges, 2010, p. 138), contrariando os efeitos

entidade selecionadora de quais matérias deverão ser noticiadas e quais deverão ser descartadas, em função de uma hierarquia de importância (White, 1950)⁴⁶.

Como seria de esperar, depressa os restantes atores presentes na esfera pública, cientes desta capacidade dos *media* mesmo antes dela ter sido academicamente formulada, se apressam para influenciar a agenda mediática, com o objetivo de assim moldar a própria agenda pública (Borges, 2010; Rogers & Dearing 1996). Como afirma João Carlos Correia:

“O reconhecimento da capacidade dos media em tornar relevantes os temas e em definir estes esquemas torna-se o desiderato de uma luta insanável por parte de vários agentes interessados: assessorias de comunicação, relações-públicas, movimentos sociais, classes sociais e grupos profissionais, think tanks, universidades, sociedades académicas e instituições de legitimação intelectual como prémios, academias, sociedades científicas, lobbies, etc.” (2020, p. 114)

Uma das consequências imediatas deste processo mediático pode ser a adaptação da atividade dos atores políticos à lógica mediática⁴⁷, podendo esta, por vezes, chegar ao ponto de constituir o próprio núcleo da sua comunicação política⁴⁸. (Strömbäck, 2008; Strömbäck & Van Aelst 2013). Esta mediatização da política pode materializar-se numa situação de campanha permanente⁴⁹, na profissionalização da política, numa interação constante com o público como estratégia de governação (Strömbäck, 2008), ou ir até mais longe ao adaptar-se às necessidades e aos próprios critérios de noticiabilidade dos *media*, ou seja, à lógica mediática noticiosa⁵⁰: neste caso, os agentes políticos procederiam à organização de iniciativas destinadas a atrair os *media* e a providenciar informação em formatos e horários

mediáticos totais e diretos sobre a opinião e o comportamento das pessoas que a teoria hipodérmica propunha (Sousa, 2006).

⁴⁶ Tal como David Manning White (1950) já apontava no passado, este processo de decisão não cabe apenas a um jornalista, sendo feito por vários membros de uma mesma redação.

⁴⁷ A lógica mediática traduz-se no “domínio dos processos societários dos valores-notícia e das estratégias narrativas que os *media* usam para tomar partido do seu próprio *medium* e formato, e para competirem na luta permanente pela atenção das pessoas”. Essas estratégias narrativas incluem “a simplificação, a polarização, a intensificação, a personalização, a visualização, a estereotipação, e o enquadramento da política como um jogo estratégico ou uma ‘corrida de cavalos’” (Strömbäck, 2008, p. 233).

⁴⁸ A adoção da lógica mediática acontece quando os atores políticos e sociais não só se adaptam a esta e aos valores-notícia predominantes como os internalizam e permitem que eles, mais ou menos conscientemente, “se tornem numa parte integral do processo dirigente” (Strömbäck, 2008, p. 239-240). Thomas Meyer denomina este processo de “colonização mediática da política” (2002).

⁴⁹ O conceito de campanha permanente foi popularizado por Sidney Blumenthal em 1980, referindo-se à “junção das técnicas de campanha política com o ato de governar, o que transforma a governação num ato de campanha perpétua e o governo num instrumento desenhado para sustentar a popularidade de um governante ou representante eleito” (Conaghan & De la Torre, 2008, p. 267).

⁵⁰ Strömbäck e Van Aelst descrevem a lógica mediática noticiosa como “as características institucionais, tecnológicas e sociológicas dos *media* noticiosos”, atributos esses que incluem “o formato, a produção e a disseminação de rotinas, normas e necessidades, critérios de noticiabilidade e regras formais e informais que governam os meios de comunicação informativos” (2011, p. 373).

conformes às rotinas de produção mediáticas, como no caso das conferências de imprensa e dos pseudoacontecimentos⁵¹; outra medida adotada neste âmbito seria a criação de ligações pessoais entre os jornalistas e os assessores de imprensa ou os próprios atores políticos, através, por exemplo, de encontros num contexto informal ou do fornecimento de informação confidencial e exclusiva (Strömbäck & Van Aelst, 2013).

Este efeito é especialmente visível no caso dos atores populistas. Sendo integrantes de partidos frequentemente externos ao arco de governação, os políticos populistas têm maior dificuldade, pelo menos à partida, em atrair as atenções dos *media* e fazer com que as suas propostas e valores entrem na agenda pública. Essa necessidade maior de saliência mediática dos seus valores, leva-os a adotar um discurso mais inflamado ou a defender posições consideradas fraturantes⁵², no sentido de dominar a agenda pública. Ao mesmo tempo, o surgimento recente das redes sociais forneceu aos movimentos populistas uma forma de contornar o *gatekeeper* das redações ou estúdios jornalísticos, conseguindo lançar as suas temáticas na audiência pretendida e, até mesmo, atrair as atenções dos próprios jornalistas, cujo enfoque nos acontecimentos online, em detrimento dos acontecimentos no Mundo físico, é cada vez maior⁵³ (Mudde, 2020).

Populismo Mediático

Em simultâneo com a já mencionada mediatização da política, ocorre uma mudança no sentido oposto. A necessidade de atrair audiências e a indesejabilidade de alienar uma parte delas⁵⁴ leva os *media* a adaptarem-se à própria lógica política e discursiva populista⁵⁵. Esta “utilização de elementos estilísticos e ideológicos do populismo pelos *media*” é denominada

⁵¹ Os pseudoacontecimentos correspondem a eventos não-espontâneos, planeados com o objetivo de serem reportados ou reproduzidos pelos *media*, de acordo com as rotinas de produção deste sector (Boorstin, 1992). Num contexto de necessidade de produção noticiosa para captação de públicos, os pseudoacontecimentos tornam-se num instrumento frequente para atração de atenções mediáticas.

⁵² Esta não é uma prática exclusiva da direita populista radical, sendo também apontado o caso do Centro Democrático Social – Partido Popular (CDS-PP) e do BE nas eleições legislativas de 2009 (Cunha, 2010).

⁵³ Cas Mudde comenta este último ponto:

“uma vez que muitos jornalistas vivem no Twitter e alguns confundem a sua linha de tempo com um exemplo representativo do mundo real, os astutos utilizadores de redes sociais de ultradireita, de Matteo Salvini a Richard Spencer, conseguiram chegar a uma audiência muito superior à dos seus próprios seguidores” (2020, p. 119).

⁵⁴ Neste caso, a parte da audiência a não alienar seriam os apoiantes e/ou simpatizantes dos movimentos populistas.

⁵⁵ Não se esqueça, contudo, que a identificação do *medium* em questão com um ou outro movimento populista também poderá ser um fator decisivo (Norocel *et al.*, 2017).

por Benjamin Krämer como populismo mediático⁵⁶. Neste caso, os próprios meios de comunicação “assumem-se como atores populistas, por meio de enquadramentos e argumentos, nomeadamente em programas jornalísticos e nas notícias” (Cunha, 2019, p. 12). De acordo com Krämer, esta cooptação do estilo de comunicação populista pelos *media* opera através “da construção de favoritismos de grupos internos, hostilidade e comportamento evasivo em relação às elites e instituições da democracia representativa, recurso ao carisma e ao senso comum coletivo e do apelo a sentimentos morais (através de um apelo à emoção, à personalização e de um discurso falado de forma direta)⁵⁷” (2014, p. 48). Ao mesmo tempo, estas instituições mediáticas focam-se quase exclusivamente “em questões como criminalidade, corrupção, imigração e terrorismo, tornando as políticas e os partidos da direita radical populista mais relevantes” (Mudde, 2020, p. 117)⁵⁸. De acordo com Isabel Ferin Cunha, esta incorporação mediática dos elementos do populismo resulta de uma intenção de atrair o público. Nas suas palavras:

“Assiste-se a um processo de incorporação nos media dos valores tabloides — que tende a alimentar a necessidade de entretenimento e escapismo face aos factos — ancorada nas audiências e na ideia que se deve oferecer ao público aquilo que o público quer, embora esteja associada à mercantilização dos media e às alterações tecnológicas. A assunção desta perspetiva e a inter-relação destes fenómenos exigiu que os conteúdos fossem moldados a um gosto e a valores ditos populares, em que predominam o sensacionalismo, a simplificação, o apelo às emoções primeiras, a personalização, os elementos visuais, a estratégia ficcional e o jogo de suposições” (2019, p. 18).

Em simultâneo, a concorrência forte vinda das redes sociais, onde vários utilizadores veiculam opiniões populistas sem qualquer filtro, cria uma tentação jornalística de “privilegiar informações que agreguem emoções e preencham vazios socio-emocionais”. Este “jornalismo emocional, muitas vezes de cariz populista” tende a representar o Mundo de uma forma simplificada, dividindo-o entre “um Nós, necessariamente bom – e os Outros – obviamente estranhos e ameaçadores”. (Cunha, 2019, p. 18). O apelo ao medo e o sentimento de

⁵⁶ Alguns autores aferem que esta da adaptação pode ocorrer em diversos tipos de *media* (Esser, Stępińska & Hopmann, 2016; Schmuck, Matthes & Boomgarden, 2016), embora Krämer sugira que se trata de algo mais típico do jornalismo popular ou dos ditos *media* tabloide do que do jornalismo de referência (2014).

⁵⁷ Liziane Guazina menciona “o apelo à dramatização, à emoção e ao personalismo, ou ainda a colocação instituições sob suspeição em coberturas jornalísticas de denúncias” como estratégias de comunicação populistas apropriadas pelos *media* mainstream, apontando que estas, em conjunto com “uma combinação de critérios de noticiabilidade, permitem normalizar atores e discursos populistas (2021, p. 59).

⁵⁸ Isabel Ferin da Cunha vai no mesmo sentido ao afirmar que: “*O Outro nos media mainstream, principalmente na televisão, foi objeto de intensa mediatização, a partir da normalização de imagens, discursos e temas, que privilegiaram a criminalidade, a violência e o desvio, e onde os estereótipos ocidentais sobre os migrantes e as minorias foram intensamente cultivados no quotidiano noticioso*” (2017).

insegurança surgem associados a esta divisão binária e polarizada da realidade, sendo incorporados pelos *media mainstream*

Em conjunto com esta representação binária, é adotada uma perspetiva excludente, “presente em coberturas jornalísticas que optam por banir pontos de vista plurais, testemunhos contraditórios e fontes alternativas” (Cunha, 2019, p. 18).

Esta adaptação mediática acaba por ter dois efeitos junto da audiência: uma alienação cada vez maior entre os atores políticos e a população por eles governada ou representada, em função de um clima de desconfiança cada vez maior e, sobretudo, a normalização dos movimentos populistas pelos *media*, sobretudo no caso da direita populista radical⁵⁹. Como Isabel Ferin Cunha já apontava, os meios de comunicação “são responsáveis por reportarem o populismo e darem visibilidade aos atores populistas” (2019, p. 12). Esta última consequência é também abordada por João Figueira, que sublinha “as afirmações e comentários que colocam no mesmo plano de radicalismo as posições do Chega, do PCP e do BE”, acrescentando que “tais opiniões, que os *media* vão tranquilamente deixando sedimentar, contribuem para a tal normalização e inclusão do Chega no jogo democrático, sob o argumento que ele representa, à direita, o radicalismo que PCP e BE assumem à esquerda” (2021, p. 14).

Lógica de redação populista e as três perspetivas sobre o populismo mediático

Para compreender o tema em análise neste trabalho, refira-se ainda os contributos de Esser *et al.*: de acordo com estes investigadores, apenas uma pequena parte dos meios de comunicação ajuda a construir o ressentimento populista, enquanto a maioria apenas “providencia uma janela de oportunidade para os atores populistas, multiplicando e magnificando assim as suas mensagens num ambiente profissionalmente produzido” (2016, p. 367). Em qualquer uma destas circunstâncias, a atividade jornalística é condicionada por uma “lógica de redação populista”, i.e., “uma abordagem mercadológica à produção noticiosa aberta à disseminação das mensagens populistas”. Para estes três investigadores, a adoção

⁵⁹ Como Isabel Ferin Cunha aponta, o populismo mediático “tende a promover atitudes de cinismo e desconfiança face à democracia, assim como sentimentos de injustiça, xenofobia e nacionalismo”, frisando, embora, que não é possível afirmar a existência de uma relação causa-efeito (2019, p. 18).

desta lógica resultará em três formas de disseminação mediática do populismo: o populismo pelos *media*, o populismo através dos *media* e o jornalismo cidadão populista.

Populismo pelos media

O populismo pelos *media* ocorre quando as instituições mediáticas embarcam no seu próprio género de populismo: enquanto quarto poder, que visa pôr os poderes instituídos à prova, os meios de comunicação adotam uma postura hostil ao *establishment* e às elites políticas e apresentam uma identificação com o “povo comum”. Em diversas instâncias, esta hostilidade “transforma-se em cinismo”, resultante de uma atitude dos *media* entendidos como cão-de-guarda da sociedade. Este posicionamento poderá conduzir à representação da política como “um jogo de vencedores e perdedores ou como um espetáculo remoto de drama e corrupção, do qual o povo deveria desconfiar” (Esser, Stepińska & Hopmann, 2016, p. 368).

Esta forma de disseminação mediática do populismo resulta da própria forma como os *media* noticiam os acontecimentos. A representação da política descrita no parágrafo anterior pode ser muito favorável à própria estrutura de comunicação dos diversos partidos políticos⁶⁰, em particular dos partidos populistas. Estas forças políticas são mais suscetíveis, à partida, de recorrer a *soundbytes* e de criar um conjunto de eventos destinados a uma audiência momentânea, beneficiando desta lógica de redação populista.

Dois jornais portugueses bastante distintos poderiam ser identificados com esta descrição: o semanário *Tal & Qual*, cujos antigos colaboradores descrevem como “um jornal de repórteres” e que se caracterizou sempre pela exposição de escândalos por parte da classe política (Rosa & Fafe, 2020); e o jornal *Público* que, apesar de ser um jornal de referência, mantém uma notória postura crítica dos partidos do arco de governação, privilegiando as franjas do espectro político português (Graça, 2017). Contudo, o jornal *Público* não deverá ser perspectivado no âmbito do populismo mediático favorável ao Chega, por os valores presentes no seu estatuto editorial serem antagónicos aos do partido liderado por André Ventura.

Populismo através dos media

⁶⁰ Para além de não ser novo, este aproveitamento das rotinas de produção jornalística pelos atores políticos também não é específico do populismo.

O populismo através dos *media* ocorre quando a propagação das ideias populistas resulta de uma convergência entre as lógicas de produção noticiosa e a comunicação política dos movimentos populistas, ao invés de uma identificação ideológica dos meios de comunicação com a força ou ator político em questão. Neste caso, existe um fortalecimento das mensagens dos políticos populistas através da sua presença nos *media*, aumentando a sua visibilidade pública e a sua legitimidade perante os eleitores (Esser, Stepińska & Hopmann, 2016). Gianpietro Mazzoleni descreve esta conduta como uma “cumplicidade mediática”, transformando os meios de comunicação em “ferramentas quer intencionais, quer involuntárias de mobilização das causas populistas” (2008, p. 50).

Um caso manifesto de populismo através dos *media* no panorama mediático português seria o jornal *I*, que apesar de não subscrever a ideologia do Chega, dedicou bastante espaço dos seus artigos informativos à força política recém-chegada, como será demonstrado no capítulo III.

Jornalismo cidadão populista

O jornalismo cidadão populista ocorre quando “as organizações mediáticas abrem as portas para mensagens populistas vindas de membros da audiência – geralmente sob a forma de comentários dos leitores nos seus websites” (Esser, Stepińska & Hopmann, 2016, p. 371). Em diversos casos, estes espaços de comentários servem de área de circulação de discurso de ódio contra minorias étnicas e religiosas, sem qualquer controlo por parte dos meios de comunicação envolvidos. Também neste caso, os *media* em questão são acusados de cumplicidade com os ideais populistas presentes nas suas caixas de comentário (Hameleers, Bos & de Vreese, 2016).

II. ESTRATÉGIA METODOLÓGICA

O enquadramento teórico feito anteriormente ajuda-nos a compreender o campo político no qual o Chega se insere e a sua relação com os *media*. Contudo, a pretensão de um entendimento mais específico e minucioso acerca do olhar dos meios de comunicação sobre o partido de André Ventura nas eleições legislativas de 2019 cria a necessidade de uma análise empírica.

Objetivos e questões de pesquisa

Partindo das afirmações de Riccardo Marchi (2020a) sobre a relação dos *media* com o Chega nas eleições legislativas de 2019, é possível constatar que os diversos meios de comunicação, quer de imprensa quer audiovisuais, não abordaram o partido de André Ventura de maneira uniforme. Marchi aponta para quatro tipos de abordagem por parte dos agentes mediáticos noticiosos: os mais hostis, entre os quais os inclui o jornal *Público*, o semanário *Expresso*, o *Observador*⁶¹ e a revista *Sábado*⁶²; os mais favoráveis, entre os quais insere o jornal *I* e o semanário *Sol*; e os que têm uma abordagem neutra, como o *Correio da Manhã* e a *CMTV*. Na análise de Riccardo Marchi sobressai ainda um outro tipo de abordagem, a do *Diário de Notícias*, apontado como exemplo *suis generis*, por alegadamente evitar cobrir o Chega, limitando-se a noticiá-lo quando a informação é fornecida por fontes secundárias, com o alegado objetivo de não fazer o jogo do partido em questão e de não se sujeitar às suas estratégias comunicativas mediáticas.

Da leitura desta categorização, surge um conjunto de perguntas:

- Será que esta hostilidade e favorecimento apontados por Marchi (2020a) se confirmam?
- No caso de se confirmarem, como se manifestam?
- Será a cobertura do Chega mais reduzida que a dos restantes partidos?
- Será a cobertura noticiosa apenas focada na figura de André Ventura e nas suas declarações ou também nas próprias propostas do Chega, expressas no seu programa e nas suas *70 medidas para reerguer Portugal* (Afonso, 2019) ?
- Quais serão as especificidades do discurso utilizado por cada um dos diferentes *media* analisados?

Para responder a estas perguntas, procurou-se proceder à delimitação de um corpus de análise a partir do qual se procurou realizar este estudo.

⁶¹ Marchi frisa o *Observador* por se tratar do único jornal assumidamente de direita à época e, no entanto, ser um dos mais hostis em relação ao Chega (2020a).

⁶² No caso da revista *Sábado*, Marchi aponta o facto de pertencer ao mesmo grupo que a *CMTV*, a *Cofina*. Apesar de André Ventura ter sido comentador desportivo da *CMTV*, a revista *Sábado* não se coíbe de uma postura crítica (2020a), revelando a existência de opções editoriais distintas dentro de um mesmo grupo económico de *media*.

Delimitação do corpus de análise

Para responder ao conjunto de questões acima apresentado, torna-se necessário delimitar qual será o objeto a ser analisado. Uma possível forma de obter uma resposta seria através de uma análise comparativa. Por esse motivo, a escolha recai sobre dois órgãos de comunicação identificados pelo estudo de Riccardo Marchi. Desse modo, a decisão incidu sobre o jornal *Público*, enquanto diário considerado como o mais hostil, e o jornal *I*, enquanto diário identificado como tendo uma abordagem noticiosa mais favorável. A escolhas destes dois títulos tem a ver também como a sua periodicidade diária, acabando por fornecer um conjunto mais amplo de dados.

Tendo em conta que o objetivo da presente dissertação é analisar a cobertura da campanha eleitoral do Chega para as eleições legislativas de 2019, é necessário fazer uma delimitação das datas das coberturas noticiosas. Para esse efeito é necessário identificar qual o intervalo de tempo correspondente ao denominado “período eleitoral”, ou seja, ao conjunto composto pelos períodos de campanha eleitoral e de pré-campanha⁶³, com o objetivo de obter uma análise mais abrangente. De acordo com o artigo 3º da lei n.º 72-A/2015, de 23 de julho, a pré-campanha eleitoral corresponde “ao período compreendido entre a data da publicação do decreto que marque a data do ato eleitoral e a data de início da respetiva campanha”⁶⁴, sendo as datas de início e fim da campanha eleitoral as que se encontram “fixadas na lei eleitoral”⁶⁵. Estes artigos remetem assim para o decreto do Presidente da República n.º 45-A/2019 de 1 de agosto, que estabelece o dia 6 de outubro de 2019 como data das eleições legislativas, e para o artigo 53º da Lei Eleitoral da Assembleia da República, de acordo com o qual “o período de campanha eleitoral se inicia no 14.º dia anterior e finda às 24 horas da antevéspera do dia designado para as eleições”. Nestes moldes, as edições dos meios de comunicação acima referidos objeto da análise da presente dissertação integram o período entre o dia 1 de agosto de 2019, data do início da pré-campanha, e o dia 6 de outubro. Contudo, com vista a obter um quadro de análise mais completo, serão também analisadas as edições subsequentes, entre os dias 7 e 13 de outubro do ano mencionado, com vista a obter as reações aos resultados eleitorais.

⁶³ O conceito de “período eleitoral” encontra-se definido no número 1 do artigo 3º da Lei n.º 72-A/2015 de 23 de julho, que estabelece o regime jurídico da cobertura jornalística em período eleitoral.

⁶⁴ Expresso no número 2 do referido artigo.

⁶⁵ Expresso no número 3 do referido artigo.

Embora Riccardo Marchi aponte que a hostilidade e o favorecimento nos periódicos mencionados acima se verificam tanto em peças opinativas como em peças de cariz informativo⁶⁶, apenas as peças de cariz informativo serão objeto do presente trabalho, podendo esta categoria incluir tanto notícias, como reportagens, como breves, utilizando-se o conteúdo opinativo apenas para complemento intertextual da análise qualitativa, nomeadamente enquanto mecanismo de enquadramento. Tendo em conta o período temporal delineado acima e os géneros jornalísticos informativos acima mencionados, procedeu-se a uma recolha de todas as peças noticiosas entre 1 de agosto e 13 de outubro de 2019, procedendo-se posteriormente a uma identificação de quais incidiam sobre matérias políticas e quais incidiam sobre o Chega.

O estudo das peças publicadas no período acima referido necessita ainda de uma breve explanação sobre as características dos dois meios de comunicação mencionados, o jornal *I* e o jornal *Público*.

Jornal I

O jornal diário detido atualmente pela Newsplex surgiu a 7 de maio de 2009, sob a direção de um antigo jornalista do *Independente* e do *Diário Económico*, Martim de Avillez Figueiredo. O seu título representava um acrónimo de “Informação”⁶⁷. Ricardo Pereira define este jornal como “um meio de comunicação híbrido” (2011, p. 10), pela sua forma e pelo seu conteúdo: por um lado, adota fórmulas mais aplicadas em revistas, como a utilização de uma maior variedade de cores na sua paginação⁶⁸ e da veiculação de temáticas mais especializadas em vários domínios, como a culinária e a informática; por outro lado, a apresentação de “menos texto e de uma maior componente visual” (2011, p. 3), assemelha-se ao *layout* dos meios online. Estas duas estratégias permitiram angariar novos leitores, “que não liam jornais até àquele preciso momento” (2011, p. 6). Outro domínio no qual o jornal *I* divergiu dos seus concorrentes foi a divisão editorial: ao invés das editorias tradicionais como Desporto, Política ou Cultura, o diário da Newsplex divide o seu conteúdo “com o objetivo de proporcionar ao leitor aquilo que ele ainda não sabe, em jeito de análise, contextualização e

⁶⁶ Declaração prestada via e-mail.

⁶⁷ Uma reformulação da sua imagem, em 2020, mudaria o acrónimo para “Inevitável”, tal como informa [uma notícia da revista Meios & Publicidade](#) de 23 de dezembro do mesmo ano.

⁶⁸ De acordo com Ricardo Pereira, esta aposta na cor e em elementos gráficos “concede maior aproximação a um jornalismo visual, fornecendo mais rapidamente a informação ao leitor” (2011, p. 27).

interpretação”⁶⁹ (2011, p. 23), levando à existência de quatro secções, cada uma com o seu mote: Opinião, cujo mote é “Pensar”, incluindo o editorial do início e os artigos de opinião; Radar, cujo mote é “Saber”, com os acontecimentos das últimas 24 horas e cujos artigos mais longos “não ultrapassam meia página” (2011, p. 23); Zoom, com o mote “Perceber”, com artigos “mais aprofundados e contextualizados” (2011, p. 24); e a secção Mais, com o mote “Sentir/Jogar”, dedicada “aos assuntos urbanos ou *lifestyle*, cultura, entretenimento, tendências criativas e desporto” (2011, p. 24).

Todas estas características se mantêm até à atualidade, ao contrario do sucedido com a dimensão do jornal: a sua primeira edição continha “um total de 70 páginas” (2011, p. 31), bastante superior às 40 das edições atuais e às 48 do período analisado nesta dissertação.

A dimensão não foi o único elemento a sofrer mudanças ao longo da história do jornal *I*. Durante o seu primeiro ano de existência, a propriedade do jornal coube à Sojormedia, que detinha diversas publicações de âmbito regional e cujo único acionista era o grupo empresarial Lena, ligado ao sector da construção civil (Figueira, 2012; Pereira, 2011). Contudo, as fracas receitas levaram a que fosse “colocado à venda no Verão de 2011” (Pereira, 2011, p. 69), passando para as mãos do empresário Jaime Antunes a 29 de junho de 2011⁷⁰. Antunes vendê-lo-ia ao também empresário Manuel Cruz, a 6 de fevereiro de 2012⁷¹, que acabaria por a vender à Newshold a 3 de setembro de 2014.⁷² Esta última aquisição marcaria um ponto de viragem na história do jornal *I*: a empresa em questão era proprietária do semanário *Sol*, fundado em 2006 pelo antigo diretor do semanário *Expresso*, José António Saraiva. A sua falência em 2015 levaria à venda dos dois jornais à recém-formada Newsplex, cujo proprietário era o antigo diretor do semanário *Sol*, Mário Ramires. Esta transferência de propriedade realizada a 16 de dezembro de 2015 levaria à reestruturação dos dois títulos noticiosos: o jornal *I* deixou de ter edição de fim-de-semana e os dois jornais passavam a ter uma redação única⁷³. Esta fusão teria efeitos na linha editorial do jornal diário: embora José António Saraiva já não fosse diretor do semanário referido, continuava a ocupar a posição de Conselheiro Editorial, que ainda ocupa na atualidade.

⁶⁹ No entanto, a organização do trabalho na redação permanece dividida “de acordo com as editorias tradicionais” (Pereira, 2011, p. 31).

⁷⁰ De acordo com [uma notícia do jornal Dinheiro Vivo](#) da data acima referida.

⁷¹ De acordo com [uma notícia do Jornal de Negócios](#) da mesma data.

⁷² De acordo com [outra notícia do Jornal de Negócios](#).

⁷³ De acordo com [uma notícia da revista Meios & Publicidade](#), publicada a 16 de dezembro de 2015.

Embora a primeira linha do seu estatuto editorial afirme que “o *I* é um jornal rigorosamente independente de partidos políticos, organizações económicas, igrejas ou seitas” e existam inclusivamente artigos escritos por políticos ligados a partidos de esquerda, como a deputada do BE, Joana Mortágua, o eurodeputado socialista Carlos Zorrinho, os antigos deputados socialistas António Galamba e Henrique Neto e o antigo militante e dirigente socialista Alfredo Barroso, a maioria do espaço de opinião do jornal *I* é ocupado por personalidades ligadas à direita portuguesa. Para além de dirigentes do Chega, como o próprio André Ventura ou atual presidente do Concelho de Jurisdição, Rodrigo Alves Taxa, existem ainda textos de opinião escritos pelos autarcas sociais-democratas Carlos Carreiras e Luís Newton, pelos antigos deputados sociais-democratas Carlos Pinto, Cristóvão Norte e António Pinho Cardão, pelo jurista e também militante do Partido Social-Democrata (PSD) João Lemos Esteves, pelo antigo secretário de estado social-democrata João M. A. Soares e pela atual deputada, na altura apenas militante, da Iniciativa Liberal (IL), Carla Castro. Para além disso, existem ainda artigos da autoria de personalidades ligadas ao Centro Democrático-Social – Partido Popular (CDS-PP), como o antigo presidente José Ribeiro e Castro, o antigo secretário de estado adjunto da ministra da Justiça, João Luís Mota de Campos e antiga cabeça-de-lista pelo distrito de Leiria, Raquel Abecassis, embora nenhum dos três tenha escrito mais do que um texto de opinião durante o período analisado.

Jornal *Público*

O jornal *Público* surgiu 19 anos antes do jornal *I*, a 19 de março de 1990, como resultado de “‘um pacto’ entre um grupo de jornalistas e um grupo empresarial – Sonae” (Figueira, 2012, p. 63), que ainda hoje detém a propriedade do *medium*. Sob a direção de um antigo chefe de redação e diretor-adjunto do semanário *Expresso*, Vicente Jorge Silva, o jornal *Público* trazia “48 páginas⁷⁴ diárias de amplo noticiário e análise”, para além de “um suplemento temático a cores, diferente todos os dias”, o que permitia trazer a abordagem aprofundada típica dos semanários até um jornal diário (Figueira, 2012, p. 63-64).

Contrariamente aos restantes jornais diários existentes à época, o diário da Sonae apostava, como nenhum jornal com periodicidade semelhante, na reportagem, para além de dar uma importância única ao fotojornalismo, não visando a fotografia como uma mera

⁷⁴ Ao contrário do jornal *I*, o jornal *Público* manteve um número de páginas próximo das suas origens, oscilando entre as 40 e as 56 páginas.

ilustração ou muleta do texto, mas como “um campo jornalístico de relevo, autónomo e que propunha ao leitor novas hipóteses de abordagem e de leitura dos acontecimentos” (Figueira, 2012, p. 65).

Estas novas práticas jornalísticas possibilitaram que o *medium* em questão passasse a ser descrito como um “jornal de referência”, devido “à atenção dada aos temas de Política, Economia e Cultura”, e à “linguagem cuidada e ao grande respeito pelo cumprimento das regras deontológicas, evitando o sensacionalismo e atribuindo importância aos espaços de Opinião” (Figueira, 2012, p. 70).

Os espaços de opinião apontam para outra alegada característica do jornal *Público*: a publicação de artigos escritos por figuras como o deputado Pedro Soares Dias do BE, o coordenador do Livre, Rui Tavares, o eurodeputado socialista Manuel Pizarro, os sociólogos Boaventura de Sousa Santos e Elísio Estanque ou os historiadores Manuel Loff e Raquel Varela poderiam criar a imagem do jornal *Público* como um jornal de esquerda, algo agravado pela experiência do próprio fundador Vicente Jorge Silva como deputado pelo PS⁷⁵. Nestas circunstâncias, a “sintonia com as mudanças de civilização no espaço público contemporâneo” expressas no primeiro ponto do seu estatuto editorial adquiririam um significado particular, de progressismo político⁷⁶. Contudo, uma consideração deste género ignoraria a presença de figuras de direita nos mesmos espaços de opinião como o eurodeputado social-democrata Paulo Rangel, o jornalista João Miguel Tavares, o sociólogo António Barreto ou o falecido historiador Vasco Pulido Valente, para além das contribuições, embora de forma esporádica, do antigo líder do CDS-PP José Ribeiro e Castro e da candidata a deputada do mesmo partido, Raquel Abecassis, do antigo presidente da IL, Carlos Guimarães Pinto e do líder atual João Cotrim Figueiredo, bem como do presidente da Frente Cívica e candidato pelo Nós, Cidadãos! Paulo de Moraes.

Francisco Graça oferece uma explicação alternativa: a abordagem do jornal *Público* às instituições partidárias baseia-se mais “no estatuto do partido na dicotomia *mainstream*/franja, do que no posicionamento esquerda/direita”, privilegiando as forças políticas exteriores ao arco governativo. Francisco Graça acrescenta que este jornal “não revela enviesamentos a favor de nenhum dos partidos de ambições governativas e mantém-se razoavelmente neutral na disputa CDU/BE/CDS-PP” (2017, p. 28). Ao contrário do CDS-PP, a Coligação

⁷⁵ Embora já não fosse diretor do jornal *Público* nessa altura.

⁷⁶ Isto é, poderiam criar a imagem do jornal *Público* como uma publicação situada mais à esquerda no espectro editorial português.

Democrática Unitária (CDU) e o BE estariam menos sujeitos a críticas por nunca terem integrado nenhuma coligação governativa, ao contrário do CDS-PP. O apoio parlamentar destas duas forças políticas a um governo minoritário liderado pelo Partido Socialista (PS) explicaria a postura recente do jornal *Público* de alegado “contrapoder à experiência governativa que ficará para a história com o (injusto) nome de ‘geringonça’” (Osório, 2019).

Metodologia de análise adotada

Como Jane Stokes afirma, nos estudos dos *media* “não existe uma metodologia única a ser utilizada” (2003, p. 21). O propósito de fazer uma análise abrangente (Stokes, 2003) sobre a cobertura noticiosa da campanha eleitoral do Chega implica a utilização de várias abordagens metodológicas, i.e., o recurso a uma metodologia mista de análise. Para “determinar a força da associação entre variáveis, a generalização e a objetivação dos resultados através de uma amostra que produz dados adjetivados como ‘sólidos e repetíveis’”, pretendendo abordar cenários de onde se possa “achar tendências e continuidades a respeito de um determinado tema” (Palazzolo & Vidarte Asorey, 2013, p. 88), é necessário realizar uma análise quantitativa, através da recolha e tratamento de dados numéricos, i.e. de variáveis quantificadas, com vista a extrair informação a partir a sua análise estatística (Cresswell, 2009; Cunha, 2012; Neumann, 2011; Palazzolo & Vidarte Asorey, 2013; Stokes, 2003). Ao mesmo tempo, o objetivo de realizar um estudo abrangente gera também a necessidade de utilizar métodos qualitativos, afastados da estudo de indicadores numéricos (Cresswell, 2009; Stokes, 2003), recorrendo antes “às análises textuais e à observação, tendo como objetivo proceder à interpretação de informações, textos e documentos” (Cunha, 2012, p. 80), com vista a “produzir dados mais ricos e profundos, não generalizáveis devido à sua relação com cada sujeito, grupo e contexto, com uma procura orientada para esse processo” (Palazzolo & Vidarte Asorey, 2013, p. 88). Para esse efeito, as perguntas que servirão de ponto de partida a esta análise deverão ser de resposta aberta (Cresswell, 2009), com recurso “às análises textuais e as que derivam dos procedimentos de observação” (Cunha, 2012, p. 81), tendo “a interpretação de fenómenos e a atribuição de significados” como elementos básicos (Silva & Menezes, 2001, p. 20). Neste âmbito, é necessário ter em conta que a análise textual inclui não só a observação dos textos propriamente ditos, mas também as imagens que os acompanham ou que são legendadas por eles (Stokes, 2003). Dentro desta metodologia qualitativa de análise, recorrer-se-á também à análise crítica do discurso, com o objetivo de

identificar as estruturas de poder existentes num determinado contexto social e as formas como esse mesmo poder é exercido no contexto social (Van Dijk, 2005).

Contudo, tendo em conta que os objetivos da investigação condicionam os métodos a utilizar (Cresswell, 2009; Neumann, 2011; Palazzolo & Vidarte Asorey, 2013; Stokes, 2003), os protocolos de análise quantitativa a adotar serão específicos para este trabalho, não sendo integralmente inspirados em nenhuma outra análise. Já no caso da análise qualitativa, haverá uma inspiração nos cinco estágios de análise propostos por Deacon *et al.* (1999), em conjunto com a posição de Emília Ribeiro Pedro sobre a análise textual e a análise crítica do discurso (1997a; 1997b). As duas abordagens serão explicadas de imediato.

Metodologia quantitativa adotada

Em virtude das regras seguidas de delimitação do *corpus*, procedeu-se a uma recolha de todas as peças informativas do jornal *I* e do jornal *Público* dentro do período de 1 de agosto de 2019 até 13 de outubro do mesmo ano. A quantidade de artigos recolhidos correspondeu a um total de 5349 peças, sendo 2471 do jornal *I* e 2878 do jornal *Público*⁷⁷. O objetivo de responder às questões “Será que a hostilidade e o favorecimento em relação ao Chega se confirmam?”, “No caso de se confirmarem, como se manifestam?” e “Será a cobertura do Chega mais reduzida que a dos restantes partidos?” conduziram à formulação de um conjunto de hipóteses⁷⁸:

H1: O favorecimento do jornal *I* e a hostilidade do jornal *Público* confirmam-se e verificam-se através de uma cobertura maior do Chega no caso do *medium* mais favorável, e menor nos casos do *medium* mais hostil.

H2: O Chega teve uma cobertura inferior aos restantes partidos atualmente presentes na AR⁷⁹.

⁷⁷ A existência de um número menor de peças resulta maioritariamente da periodicidade, o que explica um número bastante inferior no jornal *I*, que ao contrário do jornal *Público*, não sai ao Sábado nem ao Domingo.

⁷⁸ Neumann descreve as hipóteses como “versões empiricamente testáveis de uma proposição teórica que ainda não foi testada nem verificada com evidência empírica” (2011, p. 68).

⁷⁹ Marchi (2020a) refere os relatórios de Entidade Reguladora para a Comunicação Social (ERC) sobre a cobertura jornalística das eleições legislativas de 2019, cujos dados apontavam para uma menor cobertura do Chega em relação aos restantes partidos com presente atual no parlamento. No entanto, é preciso ter em conta que, por a metodologia utilizada neste trabalho ser diversa da adotada pela ERC, também os resultados poderão divergir.

H3: A cobertura jornalística do Chega aumentou após a sua entrada no parlamento.

Para verificar estas três hipóteses, foi necessário aprofundar os critérios excludentes das peças recolhidas. Para esse efeito, foi necessário identificar quais peças incidiam sobre matérias políticas, excluindo dessa forma todas as outras. Embora este desejo de afunilar o *corpus* possa levar um autor a cingir-se apenas às editorias de política nacional, a verdade é que a existência de atos políticos ou a presença de atores políticos enquanto tal podem acontecer também em peças de outras editorias. Porém, a inclusão adicional de artigos de outras editorias implica que se explicita o que se entende por atos políticos e por atores políticos.

No âmbito da quantificação feita nesta dissertação, atos políticos serão definidos como ações adotadas por atores políticos e com consequências políticas, mas apenas quando representados nesse mesmo âmbito, isto é, quando o foco da peça for(em) o(s) ator(es) político(s) em questão ou as consequências e motivações de âmbito político. Por exemplo, uma reportagem ou notícia na secção de “Sociedade” sobre as reações de um membro do governo a um conjunto de protestos ou manifestações poderá ser considerado um ato político, por incidir sobre as relações entre um ator político e a restante sociedade ou sobre o efeito de políticas públicas. Por outro lado, uma notícia na secção de “Economia” sobre alguma medida de um ministro das finanças ou da economia que apenas anuncie essa medida e se foque predominantemente em indicadores económicos não será contabilizada como uma notícia sobre matérias políticas.

Esta definição de atos políticos implica a clarificação de outro conceito: ator político. Neste caso existe um conjunto de autores cujas contribuições podem ser relevantes para a definição deste conceito: Brian McNair descreve este grupo como incluindo “os indivíduos que aspiram a influenciar os processos de decisão, através de meios organizacionais e institucionais”, sendo integrados pelos partidos políticos, pelas organizações públicas⁸⁰ e pelos grupos de pressão⁸¹ (2011, p. 5); a Entidade Reguladora para a Comunicação Social (ERC), no seu Relatório de avaliação da Observância do Princípio do Pluralismo Político em 2019, aponta para uma definição igualmente abrangente, apontando para um grupo que inclui

⁸⁰ Estas organizações públicas tanto poderiam corresponder aos sindicatos, às organizações não-governamentais, às associações ou ordens profissionais, como profissionais e associações de interesse público, ou a fundações ou instituições de solidariedade social ou beneficência (McNair, 2011).

⁸¹ Neste caso, os grupos de pressão correspondem aos movimentos que visitam influenciar a agenda pública através do ativismo por assuntos singulares, como os ativistas pelo combate às alterações climáticas ou os ativistas antivacinas (McNair, 2011).

“representantes do Governo, partidos políticos e outras personalidades ligadas à vida política nacional, regional e local” (2019a); Jan Jaegers e Stefaan Walgrave vão num sentido semelhante, ao incluir neste grupo “não apenas partidos, mas também políticos, líderes de movimentos, jornalistas e personalidades televisivas” (2007, p. 334); Mário Mesquita, baseando-se nas ideias de Jean-Louis Missika e Dominique Wolton (1983), acrescenta “os intelectuais, que baseiam o seu acesso aos *media* e a sua intervenção pública nos saberes e no conhecimento, na ligação às instituições do ensino e da cultura” (1995, p. 386) aos conjuntos já referidos neste parágrafo. Partindo destes postulados, é possível definir os atores políticos, para efeitos da presente análise quantitativa, como grupo que inclui: membros dos órgãos de soberania quando representados nesse papel e com o foco do artigo sobre as suas ações e as respetivas consequências; associações e organizações públicas e seus integrantes, quando visam influenciar ou reagir a políticas governamentais ou medidas legislativas da AR; grupos de pressão quando pretendem influenciar a política nacional; comentadores políticos, quando o seu comentário sobre política nacional for noticiado pelos periódicos em análise. Quando se verificar a presença de algum destes atores numa peça noticiosa, e a conduta aí representada tiver consequências políticas, estaremos perante um ato político, incidindo o artigo sobre matérias políticas.

Contudo, a simples exclusão de artigos que não abordem matérias políticas não é suficiente para testar as hipóteses expostas acima. Para esse efeito, é necessário realizar uma comparação com a cobertura das restantes 21 forças políticas que disputaram a eleição. Essa comparação implica a introdução na análise das seguintes variáveis de análise: presença na manchete, presença simples no artigo e presença como ator principal. Assim sendo, será quantificada a presença de cada uma das 21 das forças políticas enquadrada em cada uma das quatro variáveis aqui introduzidas. Para quantificar o número de presenças de cada uma das forças políticas enquanto ator político principal, é necessário explicitar o que isso significa no contexto desta quantificação: o partido ou coligação em questão é o ator principal da peça quando as ações ou declarações dos seus militantes ou simpatizantes são o foco do artigo, o seu objeto principal. Ainda assim, é necessário esclarecer uma situação que pode oferecer dúvidas: em casos excecionais, vários partidos podem ser considerados atores principais simultâneos. Nesta categoria estarão incluídos dois tipos de peças: os artigos no quais se compara as diferentes propostas de um grupo de partidos sobre a mesma área, e as notícias que apontam quantos partidos concorrem a determinada eleição ou quais as despesas

eleitorais de cada um, sem darem protagonismo a qualquer uma das forças políticas mencionadas.

Todavia, continua a existir uma pergunta relativa à análise quantitativa que fica por responder: Tendo em conta a personalização das lideranças populistas no geral e do Chega em particular, já mencionadas no enquadramento teórico, será a cobertura focada apenas na figura de André Ventura ou também nas próprias propostas expressas no seu programa e nas suas *70 medidas*? Esta questão dá azo a mais três hipóteses:

H4: A cobertura da campanha eleitoral do Chega foca-se maioritariamente na figura de André Ventura.

H5: Os *media* em análise ignoram a maioria das *70 medidas para reerguer Portugal*.

H6: Os *media* em análise ignoram a maioria das propostas presentes no *Programa Político* do Chega.

Para testar estas três hipóteses, será necessário realizar uma análise quantitativa do grupo de peças nos quais o Chega é mencionado. Em primeiro lugar, verificar-se-á se a peça em questão se centra em André Ventura ou em alguma declaração, quantificando o número de artigos centrados no líder do Chega ou nas suas declarações. Seguidamente, será quantificado o número de vezes nas quais é mencionada cada uma das *70 medidas para reerguer Portugal*. Já no caso do *Programa Político* do Chega, este encontra-se organizado em duas partes, uma primeira denominada “Matriz Político do Chega” e outra denominada “Programa Político do Chega”. Esta última está dividida em quatro outras partes ou “Funções”, cada uma com um determinado número de pontos, i.e., de propostas (Chega, 2019). Após a contabilização das menções à “Matriz Político” e a cada uma das “Funções”, apurar-se-á quais dos pontos dessas funções foram mencionados e quantas vezes se mencionou cada uma deles.

Metodologia qualitativa adotada

Para além das questões mencionadas acima, existe ainda a necessidade de esclarecer se a favorecimento do jornal *I* e a hostilidade do jornal *Público* se verificam também a nível qualitativo, e como se traduzem na cobertura do Chega no período eleitoral. A resposta a essas duas questões cria a necessidade de realizar um estudo de caso, o que implica a análise aprofundada e detalhada de um determinado conjunto de objetos de estudo num determinado

período de tempo, investigando tanto as suas condicionantes internas como externas (Cresswell, 2009; Neumann, 2011). Neste caso, serão observadas as peças sobre Chega que integram o *corpus* em análise, tomando também atenção às ausências nos contextos onde o partido em questão deveria ter sido referido. No mesmo sentido, a observação incidirá tanto sobre o texto dos artigos como sobre as imagens que os integram.

Antes de definir a metodologia de análise qualitativa, é necessário estabelecer um conjunto de pressupostos basilares para a observação dos dados. Para esse efeito, será seguida a posição de Emília Ribeiro Pedro relativamente à análise de textos informativos, com base na Análise Crítica do Discurso:

1) Apesar de a história real ser, nos textos em análise, ao assunto, ou tópico, comum, a apresentação da história real varia de modos bastante substanciais;

2) esta variação da apresentação não é, de nenhum modo, apenas um problema de estilo do jornalista em questão, posto que as escolhas textuais são sempre o sinal de escolhas ideacionais e interpessoais, ou seja, dos modos como cada um de nós textualiza uma particular representação do mundo e do modo como expressa sua identidade e percebe a identidade do Outro. Neste sentido, estas escolhas posicionam o produtor textual em relação ao conteúdo proposicional, e termos de uma representação social e cognitiva particular da realidade, e de como, igualmente, o consumidor textual é posicionado em termos dos modos como a mensagem se adequa à sua própria representação do mundo;

3) Estas escolhas textuais são, de facto, estratégias ideológicas que revelam não apenas o posicionamento do autor relativamente à história real – o acontecimento específico que justifica a informação – mas também, as estratégias que usa para posicionar, de modo particular, os seus leitores. (Pedro, 1997b, p. 294)

No entanto, a análise de um objeto de estudo deve também ser sempre precedida da definição de um conjunto de etapas. Tal como no exemplo proposto por Isabel Ferin Cunha (2012), também a análise qualitativa do trabalho presente irá seguir o processo de análise proposto por Deacon *et al.* (1999). Os autores propõem a realização de cinco etapas ou, nas suas palavras, “estágios”:

- 1) O primeiro estágio corresponde “ao estudo das estruturas formais do texto”, procurando entender “as formas como um texto adquire uma identidade e um papel dentro de uma estrutura alargada” (Deacon *et al.* 1999, p. 174). No âmbito desta etapa torna-se necessário saber:

- Qual a posição das peças na ordem das páginas do *medium* e qual a sua posição dentro da própria página, em função da importância que é dada ao tema que essa peça aborda.
 - A composição do próprio texto, para compreender a ordem de importância dada aos temas abordados nessa peça.
 - As relações de intertextualidade, verificando quais artigos de opinião ou editoriais foram colocados em páginas ou locais próximas da peça analisada.
- 2) O segundo estágio diz respeito “à estrutura temática” (Deacon *et al.* 1999, p. 176), identificando a ordem dos temas abordados no texto e a “conceção ou proposição-chave” que lhe serve como fio condutor.
- 3) No terceiro estágio examina-se “o esquema discursivo que percorre o texto e atua como um mecanismo organizador geral” (Deacon *et al.* 1999, p. 176). Aqui deve referir-se que o segundo e o terceiro estão bastante interligados, necessitando ambos que sejam identificadas três estratégias de discurso noticioso:
- A estrutura sequencial, que diz respeito “à organização e ao contorno narrativo gerais a partir dos quais as notícias são construídas”, sendo os temas classificados “em função da sua creditação e importância” (Deacon *et al.* 1999, p. 176). Isso implica “uma identificação prévia das posições e dos valores adotados por cada fonte”, explicando depois o acontecimento noticiado: quem o fez, quais as circunstâncias, as consequências possíveis e os comentários. Além disso, torna-se necessário também “entender como esta ordem de fontes priorizadas e relegadas se relaciona com a estrutura subliminar” das peças em análise (Deacon *et al.* 1999, p. 176-177).
 - A quantidade e a qualidade das fontes, pois é destas que vem a maior parte da informação. Embora uma notícia “pareça tratar sempre as diferentes fontes de forma imparcial”, é sempre necessário investigar para verificar se isso realmente acontece (Deacon *et al.* 1999, p. 177).
 - Os procedimentos de enquadramento⁸², no que se relaciona com “a divisão das vozes citadas no texto em protagonistas e antagonistas”, para entender “como uns são colocados em relação com os outros”. No caso desta estratégia discursiva noticiosa,

⁸² O enquadramento corresponde à “seleção de alguns aspetos de uma realidade compreendida, tornando-os mais salientes,” i.e., mais noticiáveis, significativos ou memoráveis, “num texto comunicativo, de forma a promover” algo para “um item descrito”: uma definição, uma interpretação causal, uma avaliação moral ou uma recomendação de tratamento (Entman, 1993, p. 52). Para esse efeito, é necessário que exista um produtor de texto e um comunicador que decide o enquadramento a adotar de acordo com o seu sistema de crenças. O enquadramento será recebido pelo recetor, i.e., o leitor ou o espectador. Note-se que tanto o comunicador como o recetor também são condicionados pelos seus próprios enquadramentos a nível social, cultural ou profissional (Entman, 1993).

também é necessário ter atenção às características textuais que influenciam a forma como a realidade representada é enquadrada, como o uso de determinados verbos ou figuras de estilo (Deacon *et al.*, 1999, p. 177).

- 4) O quarto estágio consiste na análise da escolha lexical, enquanto suporte da estrutura temática da narrativa jornalística. No ponto de vista de Deacon *et al.*, a importância da escolha lexical resulta do facto de esta “revelar certas crenças ideológicas e valores subjacentes a certas histórias”, para além de “providenciar ainda mais provas sobre a forma como as palavras numa notícia apoiam a estrutura semântica de uma narrativa” (1999, p. 178).
- 5) O quinto e último estágio consiste na “revisão das formas como as macroestruturas temáticas são mobilizadas em diferentes modos” (Deacon *et al.* 1999, p. 178).

A variedade de abordagens de cobertura noticiosa e de temas noticiados ou reportados cria necessidade de introdução de alguma multidisciplinidade nesta análise (Pedro, 1997a), utilizando-se contributos de outras áreas para além das Ciências da Comunicação e da Ciência Política na observação de cada uma das peças integrantes do *corpus*.

III. ANÁLISE DO *CORPUS*

Análise quantitativa

Olhando para os dados quantitativos, é possível ver que nem todas as hipóteses propostas acima se confirmam.

H1: O favorecimento do jornal I e a hostilidade do jornal Público confirmam-se e verificam-se através de uma cobertura maior do Chega no caso do medium mais favorável, e menor nos casos do medium mais hostil.

Se a simples cobertura noticiosa ou ausência dela forem perspetivadas como equivalentes, respetivamente⁸³, o favorecimento e a hostilidade a uma força política, é possível concluir que a H1 se confirma. Analisando os dados expostos no Gráfico 1, é visível a quantidade maior de presenças simples do Chega no meio de comunicação descrito como

⁸³ Como Elihu Katz e Daniel Dayan afirmavam, “cobrir um acontecimento implica já fazer uma escolha” (1995, p. 288).

favorável, o jornal *I*, em relação ao alegadamente hostil, o jornal *Público*: o jornal *I* produziu 54 artigos sobre o Chega, correspondendo a 2% do total das suas peças noticiosas e a 12,8 % dos seus artigos sobre política, numa quantidade superior às 26 peças do jornal *Público*, que correspondem a 1% do total de artigos e a apenas 6% dos seus artigos sobre política.

Gráfico 1 - Presenças dos partidos e coligações.

	I	Público	Total
total de peças	2471	2878	5349
artigos sobre política	419	488	907
CHEGA	54	26	80
PS	131	160	291
PSD	173	157	330
BE	93	98	191
CDS	108	105	213
CDU	92	101	193
PAN	63	61	124
Iniciativa Liberal	42	18	60
LIVRE	51	24	75
Aliança	50	22	72
PCTP/MRPP	24	6	30
RIR	25	6	31
PNR	23	5	28
MPT	25	4	29
Nós, Cidadãos!	28	8	36
PDR	29	16	45
PURP	24	8	32
JPP	13	4	17
PPM	23	4	27
PTP	23	5	28
MAS	9	4	13

Fonte: análise de conteúdo dos jornais *I* e *Público*.

Já no caso de presenças na manchete, o Gráfico 2 também aponta para uma confirmação da H1: O Chega apareceu em 10 manchetes do jornal *I* num total de 50 edições, estando presente em 20% das capas, enquanto a sua presença nas manchetes do jornal *Público* se ficou

por 3 edições, correspondendo a apenas 4,1% de um total de 73. No entanto, deve frisar-se que uma das presenças na manchete do jornal *I*, a da data de 26 de Setembro, corresponde a uma menção implícita, num artigo sobre “As propostas mais radicais dos partidos para ganharem votos”, sendo colocada no topo uma das suas propostas, a reinstituição da prisão perpétua.

Gráfico 2 - Presenças dos partidos e coligações na manchete.

	<i>I</i>	<i>Público</i>	Total
total de edições	50	73	123
CHEGA	10	3	13
PS	20	18	38
PSD	28	22	50
BE	9	13	22
CDS	13	9	22
CDU	10	8	18
PAN	4	11	15
Iniciativa Liberal	9	6	15
LIVRE	6	1	7
Aliança	8	0	8
PCTP/MRPP	1	0	1
RIR	2	0	2
PNR	1	0	1
MPT	1	0	1
Nós, Cidadãos!	1	0	1
PDR	3	0	3
PURP	1	0	1
JPP	1	0	1
PPM	1	0	1
PTP	1	0	1
MAS	1	0	1

Fonte: análise de conteúdo dos jornais *I* e *Público*.

No caso das presenças enquanto ator político principal, a H1 é mais uma vez confirmada: o jornal *I* apresenta uma quantidade de artigos nos quais o Chega é o ator político principal que supera o jornal *Público* em mais do dobro: 19 presenças, correspondentes a 4,5% dos artigos sobre política e a 0,7% do total de peças informativas, em contrapartida com

as meras 9 presenças do jornal detido pela Sonae, que correspondem a 1,8% das peças sobre política e a 0,3% do total de artigos de cariz informativo.

Gráfico 3 - Presenças dos partidos e coligações enquanto ator político principal.

	I	Público	Total
total de peças	2471	2878	5349
artigos sobre política	419	488	907
CHEGA	19	9	28
PS	38	86	124
PSD	79	107	186
BE	29	61	90
CDS	34	64	98
CDU	27	139	166
PAN	19	39	58
Iniciativa Liberal	20	13	33
LIVRE	9	12	21
Aliança	20	16	36
PCTP/MRPP	0	3	3
RIR	2	6	8
PNR	0	1	1
MPT	2	0	2
Nós, Cidadãos!	7	6	13
PDR	6	13	19
PURP	1	4	5
JPP	0	1	1
PPM	1	1	2
PTP	0	1	1
MAS	0	3	3

Fonte: análise de conteúdo dos jornais *I* e *Público*.

No entanto, deve frisar-se que, em relação às 19 presenças enquanto ator principal no jornal *I*, o Chega partilha o lugar com outras forças políticas em pelo menos quatro peças: na edição de 8 de agosto, o partido liderado por André Ventura é protagonista de uma notícia sobre os partidos sem representação parlamentar ou com apenas um deputado⁸⁴, partilhando

⁸⁴ Como era o caso do PAN aquando das eleições legislativas de 2019.

esse lugar com o Pessoas – Animais – Natureza (PAN), a IL, o Livre, a Aliança e o Nós, Cidadãos!; na edição de 19 de agosto surge uma foto sobre um aperto de mão entre André Ventura e Pedro Santana Lopes, o líder da Aliança, aquando das eleições legislativas regionais madeirenses, sendo a peça protagonizada por ambos; também na edição de 26 de setembro existe um artigo sobre “as propostas mais ousadas” dos partidos menores, sendo a posição de ator principal ocupada conjuntamente pelo Chega, pelo PAN, pela IL, pelo Livre, pela Aliança, pelo Partido Democrático Republicano (PDR) e pelo Partido Unido dos Reformados e Pensionistas (PURP); por último, na edição de 7 de outubro surge um artigo no qual André Ventura é descrito como um dos vencedores do ato eleitoral de 6 de outubro de 2019, partilhando esse lugar com o primeiro-ministro e líder do PS, António Costa, a coordenadora do BE, Catarina Martins, o então líder do PAN, André Silva, e o então líder da IL, Carlos Guimarães Pinto.

Em duas das nove presenças como ator principal no jornal *Público* ocorre algo semelhante: numa notícia de 7 de outubro sobre os três partidos estreantes na AR, o Chega é coprotagonista, em conjunto com a IL e o Livre; noutra notícia da mesma data, André Ventura é, à semelhança do ocorrido no jornal *I*, descrito como um dos vencedores do escrutínio, em conjunto com António Costa, André Silva, o presidente da república Marcelo Rebelo de Sousa, Joacine Katar Moreira e Carlos Guimarães Pinto.

H2: O Chega teve uma cobertura inferior aos restantes partidos atualmente presentes na AR

Já em relação à H2, constata-se que essa hipótese é parcialmente confirmada. No que toca aos resultados totais, o Gráfico 1 mostra uma presença do Chega em 80 peças, correspondentes a 8,8% do total de artigos sobre política e a 1,4% do total de peças informativas nos dois meios de comunicação analisados. No mesmo sentido, o Gráfico 2 mostra a presença do Chega em apenas 10 manchetes e capas, correspondentes a apenas 8,1% do total de 123 edições do jornal *I* e do jornal *Público*. Para além disso, é possível ver que o partido de André Ventura somente foi representado como ator principal em 28 peças, menos de metade das suas presenças, o que corresponde a 3% das peças sobre política e a 0,5% do total de peças informativas publicadas no período analisado. Contudo, ao contrário do sugerido por Marchi (2020a), com base nos relatórios da ERC⁸⁵ (2019a; 2019b; 2019c), a

⁸⁵ A metodologia adotada nos Relatórios de Pluralismo da ERC é distinta da utilizada na presente dissertação, o que explica a diferença de resultados.

cobertura do Chega durante o período analisado não teve uma atenção menor do que todos os restantes partidos que elegeram deputados nessas eleições. É verdade que a sua cobertura foi inferior à das seis forças políticas presentes na AR até 6 de outubro de 2019, i.e., ao PS, ao PSD, ao BE, ao CDS-PP, à CDU e ao PAN. Contudo, quando comparado com os outros dois partidos recém-chegados, a IL e o Livre, o número de presenças totais do Chega é superior, tendo a IL apenas 60 presenças, correspondentes a 6,6% dos artigos sobre política e a 1,1% do total de peças informativas, e o Livre apenas 75, correspondentes a 8,2% das peças sobre política e a 1,4% do total de artigos de cariz informativo. No entanto, a IL ultrapassa o Chega no que toca a presenças nas manchetes, com um total de 15 capas e manchetes, correspondentes a 12,1%, e nas presenças como ator principal, tendo protagonizado 33 peças, ou seja, 3,6% dos artigos sobre política e 0,6% do total de peças informativas.

Os resultados individuais de cada um dos *media* analisados confirmaram uma tendência semelhante à dos resultados totais no que toca aos partidos já presentes na AR à época: o Chega teve uma quantidade de presenças inferior à do PS, do PSD, do BE, do CDS-PP, da CDU e do PAN, tanto no que toca a presença simples, como a presenças na capa como a presenças como ator principal, confirmando parcialmente a H2. No entanto, o mesmo não ocorre em relação à IL e ao Livre, com diferenças entre os *media* analisados:

- No caso do jornal *I*, a IL registou 42 presenças, correspondentes a 10% dos artigos sobre política e a 1,6% do total de peças informativas, e protagonizou 20 peças, correspondentes a 4,7% das peças sobre política e a 0,8% do total de peças informativas. Contudo, o número de manchetes nas quais marcou presença foi superior ao Chega, tendo aparecido em 9 manchetes, correspondentes a 18% das edições publicadas no período analisado. Já o Livre ficou-se por valores inferiores: 51 presenças, correspondentes a 12,1% dos artigos sobre política e a 2% do total de peças de cariz informativo; 9 presenças como ator principal, correspondentes a 2,1% dos artigos sobre política e a 0,3% do total de peças informativas; e apenas 6 aparições na manchete, correspondentes a 12% das edições publicadas no período analisado. É constatável, portanto, que, no caso do jornal *I*, a H2 apenas se verifica em relação às presenças na manchete e enquanto ator principal da IL, não se confirmando em relação ao Livre.
- No caso do jornal *Público*, tal como no jornal *I*, o número de presenças da IL é inferior ao Chega, mas o partido liberal foi o ator principal em mais artigos e esteve na manchete em mais edições: embora tenha estado presente em apenas 18 peças,

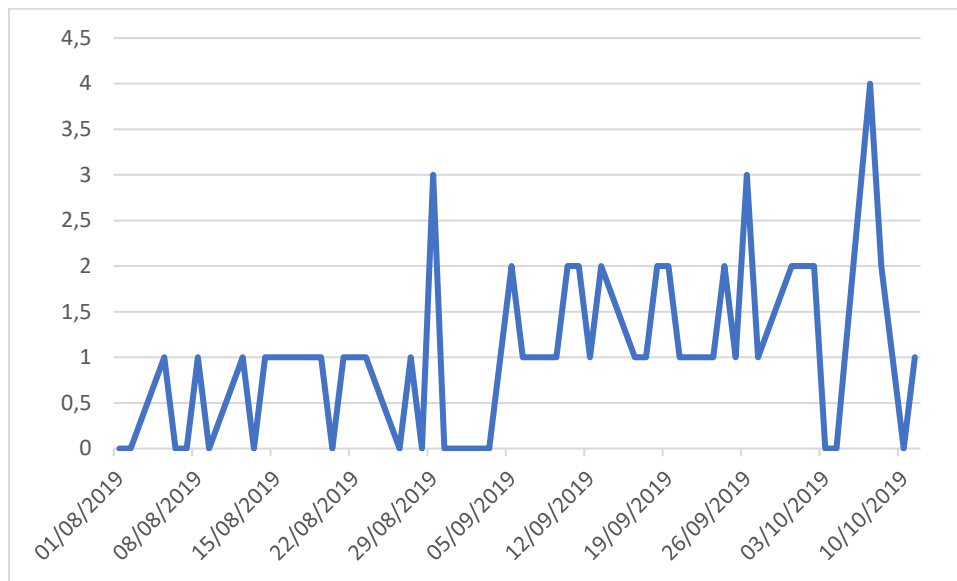
correspondentes a 3,6% dos artigos sobre política e a 0,6% do total de peças informativas, a IL foi o elemento noticioso principal de 13 artigos, correspondentes a 2,6% dos artigos sobre política e a 0,4% do total de peças informativas, tendo também estado presente em 6 manchetes, que correspondem a 8,2% das edições publicadas no período analisado. Já em relação ao Livre, é certo que marcou presença em mais peças do que a IL, correspondendo as suas 24 peças a 4,9% dos artigos sobre política e a 0,8% do total de peças informativas. Contudo, protagonizou apenas 12 artigos, correspondentes a 2,4% das peças sobre política e 0,4% do total de peças informativas, e marcou presença em apenas uma manchete, o que corresponde a 1,3% das edições publicadas no período analisado. Contrariamente ao jornal *I*, no caso do jornal *Público* a H2 confirma-se em relações às presenças como ator principal e, no caso da IL, também em relação às manchetes. Já no caso das presenças simples e das presenças do Livre nas manchetes, todos os valores são inferiores aos do Chega, desmentindo parcialmente a H2.

H3: A cobertura jornalística do Chega aumentou após a sua entrada no parlamento.

Olhando para os Gráficos 4 a 9, é possível notar uma confirmação total da H3: o número de artigos sobre o Chega subiu nas edições imediatamente seguintes ao dia 6 de outubro de 2019. Contudo, também é possível ver que essa mudança foi mais acentuada no jornal diário descrito por Marchi (2020a) como o mais hostil, i.e., o jornal *Público*.

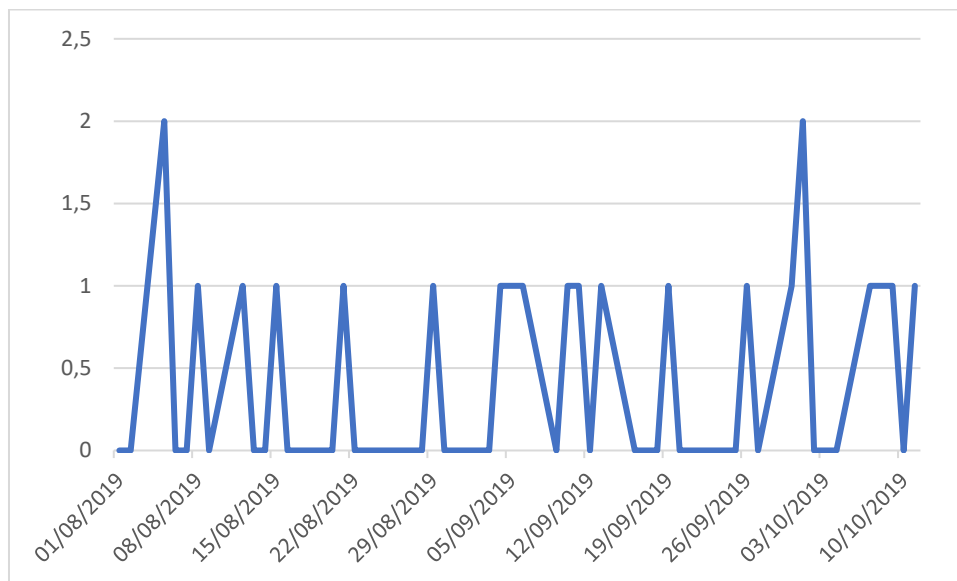
Menos notória é a diferença no caso do jornal *I*, que publicou quatro artigos sobre o partido de André Ventura no dia 7 de outubro de 2019, ou seja, apenas mais um número que nas edições de 29 de agosto e de 16 de setembro do mesmo ano (Gráfico 4). Para além disso, o líder do Chega apenas foi o ator principal num artigo da edição do dia posterior às eleições. Nessa altura, já tinha atingido o pico de referências como ator principal nos dias 5 de agosto e 1 de outubro (Gráfico 5) e as suas presenças nas manchetes dos dias 7 e 8 de outubro correspondiam já às suas sexta e sétima presença nas capas do jornal *I* (Gráfico 6).

Gráfico 4 - Evolução do número de artigos do jornal *I* sobre o Chega



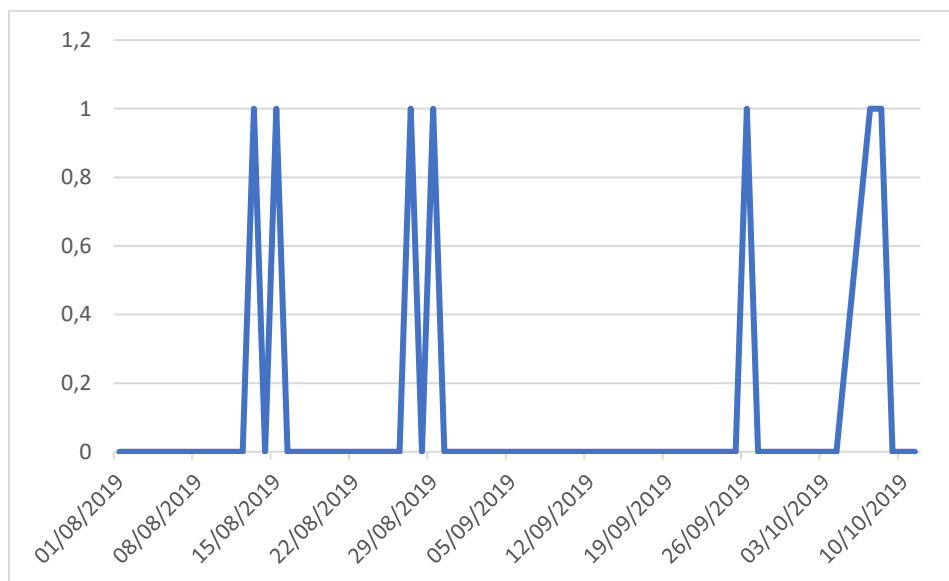
Fonte: análise de conteúdo dos jornais *I* e *Público*.

Gráfico 5 - Evolução do número de artigos do jornal *I* nos quais o Chega é o ator principal



Fonte: análise de conteúdo dos jornais *I* e *Público*.

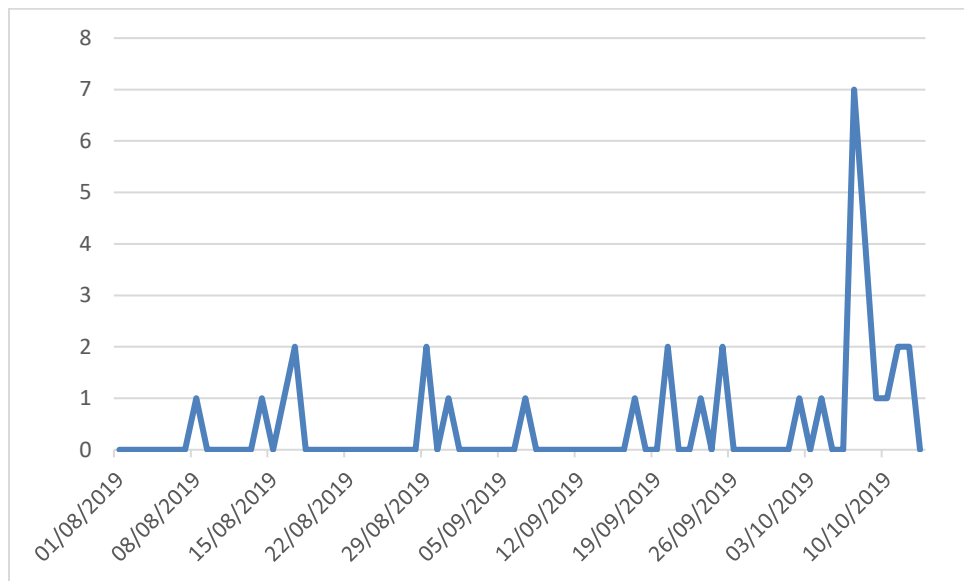
Gráfico 6 - Datas das manchetes do jornal *I* nas quais o Chega está presente



Fonte: análise de conteúdo dos jornais *I* e *Público*.

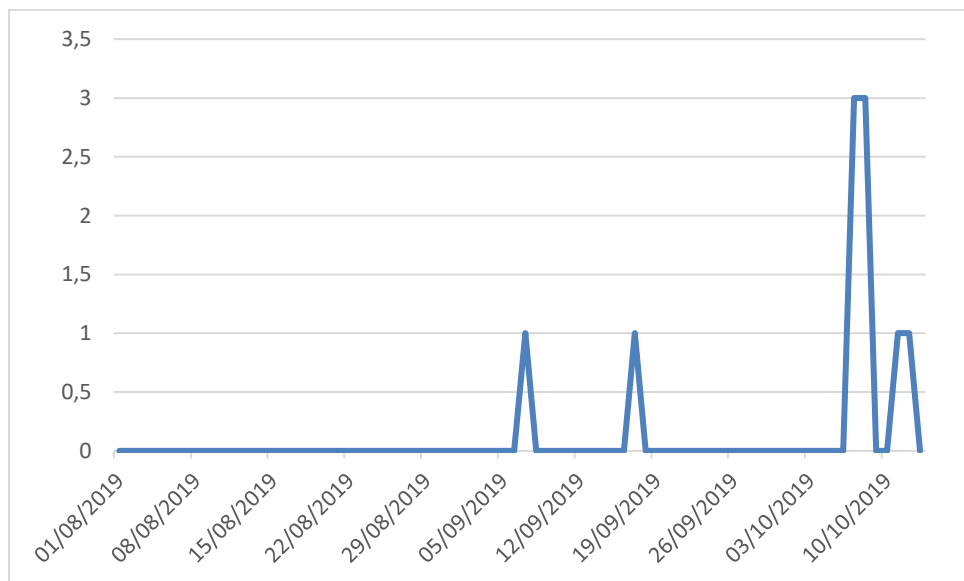
Já no caso do jornal *Público*, a diferença é notória: o Chega passou de quatro datas com duas presenças por edição (17 e 29 de agosto e 20 e 25 de setembro) e de apenas uma presença noutras oito datas (8, 14 e 31 de agosto, 7, 17 e 23 de setembro e 2 e 4 de outubro) para 7 peças sobre o Chega no dia 7 de outubro (Gráfico 7). Para além disso, as representações do partido de André Ventura como ator principal passaram de apenas um artigo em duas datas (7 e 17 de setembro) para 3 artigos por edição diária nos dois dias a seguir às eleições (Gráfico 8). Mesmo em relação às manchetes do jornal *Público*, a estreia do partido português da direita radical ocorreu no dia 7 de outubro, repetindo-se nos dias 10 e 11 do mesmo mês (Gráfico 9).

Gráfico 7 - Evolução do número de artigos do jornal *Público* sobre o Chega



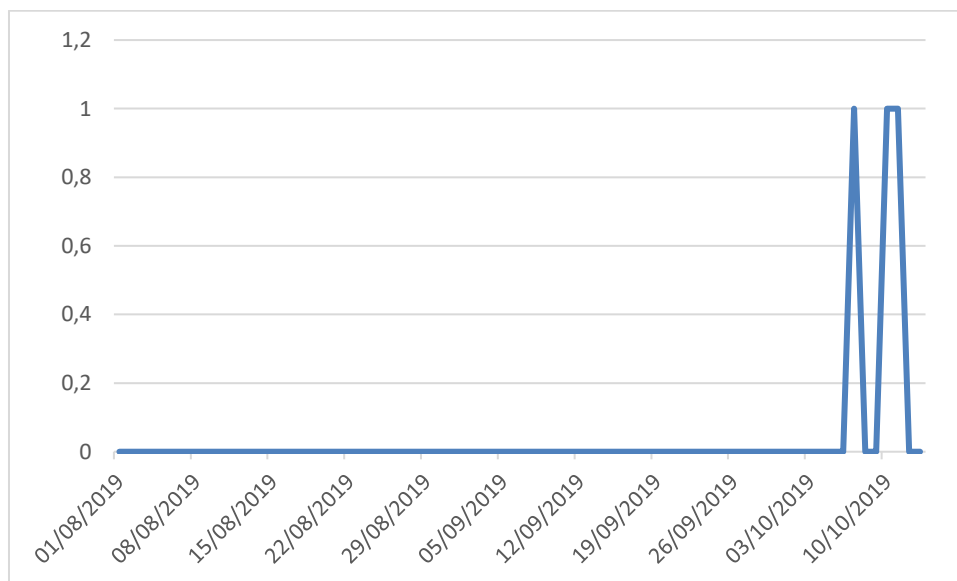
Fonte: análise de conteúdo dos jornais *I* e *Público*.

Gráfico 8 - Evolução do número de artigos do jornal *Público* nos quais o Chega é o ator principal



Fonte: análise de conteúdo dos jornais *I* e *Público*.

Gráfico 9 - Datas das manchetes do jornal *Público* nas quais o Chega está presente



Fonte: análise de conteúdo dos jornais *I* e *Público*.

Em ambos os casos, a cobertura maior após o sufrágio de 6 de outubro de 2019 pode ser explicada pelo valor-notícia da quebra da normalidade decorrente da notabilidade do resultado eleitoral e pela novidade criada pela primeira eleição para o Parlamento português de deputado pertencente a um partido populista de direita radical, cujas posições fraturantes eram de conhecimento público.

H4: A cobertura da campanha eleitoral do Chega foca-se maioritariamente na figura de André Ventura.

Perante a já mencionada personalização das lideranças populistas e a alegada apropriação das lógicas de comunicação populistas pelos *media*, surge a necessidade de verificar se o próprio André Ventura é o foco da cobertura do Chega na campanha política para as eleições legislativas de 2019.

Gráfico 10 - Número de artigos focados na figura de André Ventura e nas duas declarações

	I	Público	Total
total de peças sobre o CHEGA	54	26	80
Artigos com cobertura focada em André Ventura	15	7	22
Artigos com cobertura focada em declarações de André Ventura	11	5	16

Fonte: análise de conteúdo dos jornais *I* e *Público*.

Olhando para o Gráfico 10, é possível constatar que esta hipótese não se verifica. Uma análise dos valores totais mostra que entre as 80 peças sobre o Chega, apenas 22 (27,5%), se focam na figura de André Ventura, com apenas 16 (20%), focadas nas suas declarações. Os dois *media* analisados vão na mesma direção que os resultados totais: das 54 peças sobre o Chega no jornal *I*, apenas 15 (27,7%) se focam em André Ventura, sendo a quantidade de peças centradas nas suas declarações de apenas 11 (20,3%); no caso do jornal *Público*, apenas 7 (26,9%) das suas 26 peças se focam no líder do Chega, com apenas 5 (19,2%) tendo por objeto principal as suas declarações.

H5: Os media em análise ignoram a maioria das 70 medidas para reerguer Portugal.

Um dos instrumentos de comunicação política utilizados pelo Chega aquando da campanha eleitoral de 2019 foi o documento intitulado *70 medidas para reerguer Portugal* (Afonso, 2019), no qual era apresentada uma versão sintetizada de 70 propostas eleitorais integrantes do seu *Programa Político* (Chega, 2019). Um olhar sobre o Gráfico 11 mostra que a H5 se confirma na sua totalidade.

Gráfico 11 - Quantidade de peças sobre as *70 medidas para reerguer Portugal*.

	I	Público		Total
Total de peças sobre o CHEGA	54	26		80
Medida 7	1	0		1
Medida 19	3	1		4
Medida 20	1	0		1
Medida 21	2	2		4
Medida 32	5	1		6
Total de peças sobre as 70 Medidas	12	4		16

Fonte: análise de conteúdo dos jornais *I* e *Público*.

Tal como o Gráfico 11 mostra, apenas cinco (7,1%) das medidas propostas pelo Chega foram noticiadas pelos dois *media* em análise: a medida 7, relativa à “revogação da Lei do Género e Igualdade” e à “obrigatoriedade de autorização expressa, individualmente, do encarregado e educação para qualquer atividade com conteúdo de valores éticos, sociais, cívicos, morais ou sexuais”; a medida 19, que propunha a possibilidade de castração química como punição de agressões sexuais a menores de 16 anos; a medida 20, que propunha “a obrigatoriedade de penas de prisão efetiva para quaisquer crimes de violação sem possibilidade de pena suspensa”; a medida 21, na qual era proposto a introdução da pena de prisão perpétua para crimes de terrorismo ou para homicídios com características específicas; e a medida 32, que defendia a redução do número de deputados na AR.

Entre as 80 peças sobre o Chega, o número de artigos sobre alguma das *70 medidas* limita-se a 16 (20%), indo o maior número de menções para a Medida 32, sobre a redução do número de deputados, que surgiu em 6 textos (37,5%) num total de 16 artigos. As medidas 19 e 21, sobre a introdução da castração química e da prisão perpétua no âmbito penal surgiu em segundo lugar, com quatro menções cada uma, correspondendo a 25% do total. Já as restantes duas medidas receberam apenas uma menção cada uma (1,25%).

Já a distribuição da cobertura das medidas pelos dois meios de comunicação analisados apresenta especificidades em cada um dos casos: é visível uma quantidade maior de peças sobre as 70 medidas no *medium* descrito como mais favorável em detrimento do *medium* descrito como mais hostil, através da quantidade três vezes superior do jornal *I* em relação ao jornal *Público*, sendo o diário da Newsplex responsável por 12 menções, correspondentes a 75% do total, o triplo das 4, ou seja 25%, do jornal da Sonae. Ao mesmo tempo, é possível notar que o jornal *Público* se focou nas medidas 19, 21 e 32, relativas a questões penais e à redução do número de deputados, enquanto o jornal *I* também deu atenção às medidas 7 e 20.

H6: Os media em análise ignoram a maioria das propostas presentes no Programa Político do Chega.

À semelhança da H5, a H6 também se confirma na sua totalidade. Um olhar sobre o Gráfico 12 revela que apenas 16 artigos, i.e., 20% das peças sobre o Chega abordam o conteúdo do seu programa.

Gráfico 12 - Peças sobre proposta presentes no *Programa Político* do Chega de 2019

	<i>I</i>	<i>Público</i>	Total de menções
Total de peças sobre o CHEGA	54	26	80
Peças sobre propostas do Programa Político do CHEGA de 2019	12	4	16
Matriz Política do CHEGA	1	0	1
Funções Auto-reguladoras e de Gestão	9	3	12
Funções Soberanas	8	1	9
Funções Patrimoniais	0	0	0
Funções Acessórias	2	0	2

Fonte: análise de conteúdo dos jornais *I* e *Público*.

Os dados recolhidos apontam para um pormenor comum a ambos os meios de comunicação analisados: nenhum abordou nenhum dos pontos integrantes da secção “Funções Patrimoniais”. As secções “Matriz Política do Chega” e “Funções Acessórias” também sofreram pouca atenção, com apenas uma e duas menções, respetivamente, ambas pelo jornal *I*, correspondendo a 1,25% e a 2,5%. A secção com maior número total de menções foi “Funções Autorreguladoras e de Gestão”, respeitante à organização política e às políticas económicas, que foi mencionada num total de 12 peças (15%). A secção “Funções Soberanas”, respeitante a questões de costumes, questões penais, segurança pública e política externa, veio em segundo lugar com 9 peças (11,25%).

No entanto, é necessário verificar as diferentes coberturas destas propostas por cada um dos *media* em análise:

- O jornal *I* foi *medium* com maior número de menções aos pontos integrantes do *Programa Político*, apesar de os seus 12 artigos também representarem uma percentagem muito baixa (22,2%).

Para além disso, apesar de ser o único meio de comunicação aqui analisado a noticiar pontos de todas as secções do *Programa Político* do Chega à exceção das “Funções Patrimoniais”, apenas cobriu um conjunto bastante reduzido de propostas: um dos candidatos do Chega frisa a intenção de “romper com o sistema”⁸⁶, indo de encontro à parte II da “Matriz Política do Chega”, intitulada “Em direção à IV República: Recentrar o regime, refundar o sistema”; No caso das “Funções Acessórias”, existe uma menção única para cada um dos dois pontos dela integrantes que foram noticiados: a equiparação a nível das condições a nível de direitos laborais dos trabalhadores do sector público ao sector privado e a instituição do serviço comunitário para os beneficiários do subsídio de desemprego. Já na secção “Funções autorreguladoras e de Gestão”, o jornal *I* menciona a extinção do cargo de primeiro-ministro numa peça, a redução do número de deputados e o fim dos privilégios para a classe política, como as subvenções vitalícias em quatro artigos, e a oposição à regionalização em apenas um artigo. No tocante às “Funções soberanas”, o jornal *I* foca-se na castração química de agressores sexuais de menores, mencionada em três peças, na introdução da prisão perpétua, que é referida em quatro artigos e na oposição à ideologia de género, objeto, ainda que de secundário, de dois artigos. Os restantes

⁸⁶ Num artigo intitulado “Jovens ao Poder” de 19 de agosto de 2019 (anexo 11).

pontos desta secção, mencionados em apenas uma peça foram: a proibição de ventres de aluguer, a extinção do Ministério da Educação, a retirada da “ideologia de género” dos planos curriculares do Ensino Básico, o reforço dos poderes dos estados-membros na União Europeia (UE) e o agravamento das penas para os crimes de corrupção, contra o ambiente, recursos hídricos e florestais, e património cultural e histórico.

- Já o jornal *Público*, apenas dedicou quatro das suas 26 peças (15,3%) às propostas do *Programa* do partido. Desses quatro artigos, um mencionou as propostas incluídas na secção “Funções Soberanas”, mais especificamente a prisão perpétua e a impossibilidade de naturalização pelos refugiados. Os outros três artigos foram dedicados à secção “Funções autorreguladoras e de Gestão”, com duas menções à extinção do cargo de primeiro-ministro e à revisão constitucional, e uma menção para a Taxa Única no Imposto sobre o Rendimento Singular, a eliminação de “isenções, derrogações e outros mecanismos” para contornar o sistema fiscal, a abolição do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) e a eliminação da dupla tributação.

Análise qualitativa

Os dois jornais diários analisados comungam de duas características: ambos contêm a generalidade dos artigos sobre o Chega nas suas primeiras secções informativas: a esmagadora maioria das peças do jornal *I* encontra-se na secção “Radar”, entre as primeiras dez páginas, abrindo-se uma exceção para reportagens⁸⁷ e breves colocadas na contracapa⁸⁸; já no caso do jornal *Público*, todos artigos sobre o Chega aparecem na secção “Política”, cuja dimensão é variável em função da atividade noticiosa coberta, podendo os seus artigos surgir em qualquer lugar entre as páginas 2 e 21. Para além disso, ambos os jornais contêm um conjunto de artigos nos quais a posição atribuída por Marchi (2020a) não é patente, sendo difícil notar o alegado favorecimento do *I* e a alegada hostilidade do jornal *Público*. Contudo, essas são as únicas semelhanças entre as coberturas dos dois meios de comunicação.

⁸⁷ No caso do jornal *I*, existem duas reportagens pertencentes à secção “Zoom”, estando, portanto, colocadas nas páginas 12 a 15 e 20 a 23 das suas respetivas datas.

⁸⁸ É o caso de uma das peças do jornal *I* (anexo 4). Para além disso, as edições nas quais a quantidade de notícias era vasta levavam a uma maior dimensão da secção “Radar”, podendo os artigos sobre o Chega surgir entre as páginas 11 e 15.

Jornal I

À primeira vista, seria difícil notar a cobertura favorável feita pelo jornal *I*, existindo um conjunto de 27 artigos onde é difícil observar uma posição nesse sentido:

- a) Logo na sua primeira peça, uma breve, na página 48 da edição de 5 de agosto (anexo 4), é referido que as listas do Chega integram elementos do Partido Pró-Vida/Cidadania e Democracia Cristã, sem qualquer tipo de posicionamento sobre o assunto⁸⁹.
- b) Das 54 peças sobre o Chega no diário da Newsplex, 20 apenas enumeram os cabeças-de-lista dos diversos partidos, tendo sido publicadas, por ordem alfabética do nome de cada círculo eleitoral, de 9 de setembro a 2 de outubro de 2019 (anexos 82 a 102). Estas peças ocupavam duas páginas, podendo encontrar-se no fim ou no meio da secção “Radar”. Geralmente ocupavam um par de páginas entre a quarta e a décima-primeira página, existindo quatro exceções nas quais ocuparam as páginas 12 e 13, 18 e 19. Nos dias 1 e 2 de outubro, devido a noticiarem os candidatos de dois círculos eleitorais em cada edição, o jornal *I* dedicou o espaço desde a página 8 até à página 11. Não tendo o partido da direita radical populista qualquer representação parlamentar à época, os seus cabeças-de-lista apenas apareciam numa coluna colocada no lado direito da segunda das duas páginas mencionadas, em conjunto com os candidatos cimeiros dos restantes partidos sem deputados eleitos. No mesmo sentido, os candidatos do partido de André Ventura só eram mencionados pelo nome, sem qualquer identificação fotográfica e com o logotipo do Chega por cima. Esta paginação é visível no exemplo de 9 de setembro de 2019, apresentado na Figura 1.

⁸⁹ Mesmo de um ponto de vista intertextual, esta edição contém um artigo de opinião de Alfredo Barroso no qual se tecem críticas aos líderes populistas (anexos 2 e 3). Contudo, nem André Ventura nem o seu partido são mencionados, retirando qualquer possibilidade de posicionamento ideológico.



Figura 1 – Imagem da página 7 da edição de 9 de setembro de 2019 do jornal *I*. Os cabeças-de-lista dos partidos sem assento parlamentar são visíveis na coluna à direita. A cabeça-de-lista do Chega por Aveiro, Karina Marques, surge em terceiro lugar.

- c) Igualmente inócuas seriam as menções feitas na página 9 da edição de 14 de agosto (anexo 14), sobre “os 16 partidos na corrida eleitoral” madeirense, na qual apenas se refere que o partido de André Ventura “aparece em segundo lugar” nos boletins de voto. O mesmo acontece na da edição de 24 de setembro (anexos X). A manchete refere que o Recilar-Incluir-Reagir (RIR) teve mais votos que o Chega e a Aliança, remetendo para um artigo na página 3 (figura 2 e anexo X) sobre as eleições legislativas regionais na Madeira intitulado “PSD e CDS-PP já cozinham coligação”.



Figura 2 – Imagem da manchete da edição de 24 de setembro de 2019 do jornal *I*.

Aqui, o partido da direita populista radical apenas era mencionado no último parágrafo, referindo-se os seus resultados: “0,43% com pouco mais de 600 votos”.

- d) A página 5 da edição de 16 de agosto (anexo 18) contém apenas uma breve na qual Miguel Tiago, deputado do Partido Comunista Português (PCP), critica André

Ventura, alegando que este é “apenas um *boy*, desesperadamente à procura do seu *job*”, que “encontrou um nicho de mercado no ódio e na extrema-direita”⁹⁰.

- e) A edição de 19 de agosto contém uma reportagem intitulada “Jovens ao Poder” (anexos 19 a 21), sobre os candidatos mais novos para a AR. A peça em questão vai desde as páginas 12 a 15. Um dos oito candidatos mencionados no texto é o Sérgio Freitas, o número 11 do Chega pelo círculo eleitoral de Aveiro, cujas declarações contra o exercício da política como profissão e identificação com o carácter antissistémico do partido mencionado são expostas no antepenúltimo parágrafo, na página 15. Porém, a parcela do texto ocupada por Sérgio Freitas apenas ultrapassa a de Joana Sá Pereira, a candidata número sete do PS para o mesmo distrito, sendo inferior à cobertura dada aos restantes seis candidatos. Para além disso, quem surge na foto de destaque é a candidata número sete da CDU pelo círculo eleitoral de Braga, Inês Rodrigues (figura 3).

⁹⁰ Espelhando uma ideia já exposta por diversos autores, de acordo com os quais os atores políticos populistas se definem como antissistema, mas na realidade integram esse mesmo sistema (Canovan, 1999; Mény & Surel, 2001; Mudde, 2001).



Figura 3 – Imagem da página 14 da edição de 19 de agosto de 2019 do jornal *I*.

- f) Num artigo de 29 de agosto sobre os gastos nas campanhas eleitorais intitulado “Legislativas. Partidos preveem gastar 8,1 milhões de euros” (anexos 38 e 39), o Chega é mencionado apenas na página 3, no oitavo de dez parágrafos, referindo o seu orçamento de 150 mil euros, com uma mera referência aos 90 mil euros gastos em “estruturas, telas e cartazes”, num dos sete itens presentes numa caixa que ocupa toda a margem direita da página.
- g) O conjunto de artigos sobre política da edição de 5 de setembro abre com uma reportagem sobre os debates televisivos, nas páginas 4 e 5 (anexos 44 e 45). Como presidente de um partido sem representação parlamentar, André Ventura é mencionado apenas numa frase, quando o diretor da Eurosondagem, Rui Oliveira e Costa, se refere a ele como um dos líderes partidários que concorre neste escrutínio, tal como aconteceu em outros casos similares.
- h) A página 7 da edição de 19 de setembro mostra uma foto relativa às eleições legislativas regionais da Madeira, fotografia essa em que André Ventura e Pedro Santana Lopes, líder da Aliança, se cumprimentam de forma sorridente, com a

legenda: “Santana Lopes e André Ventura cruzaram-se na campanha para as eleições regionais da Madeira. Os dois líderes cumprimentaram-se e trocaram algumas palavras” (figura 4 e anexo 55).



Figura 4 – Imagem da página 7 da edição de 19 de setembro de 2019 do jornal *I*.

Esta imagem coloca os líderes do Chega e da Aliança, ambos em partidos de direita e dissidentes do PSD, numa espécie de equivalência, sem adotar qualquer tipo de favorecimento em relação a nenhum dos dois atores políticos.

- i) A edição de 9 de outubro do jornal *I* continua com o tema das forças políticas recém-chegadas, desta vez visando saber “O que vão propor os novos partidos”, um tema tratado nas páginas 6 e 7 (anexos 77 e 78). Mais uma vez, é colocada uma foto de cada um dos representantes partidários, semelhantes às do dia 8 de outubro, com um texto sobre as propostas de cada partido, sendo Ventura o primeiro a ser apresentado, no lado direito da página 6. Embora se note um contraste entre o aprofundamento das medidas do Chega, em relação à descrição mais sintética das propostas da IL, esse contraste é inexistente quanto às medidas propostas pelo Livre, igualmente aprofundadas.

Esta apresentação é acompanhada por uma coluna na extremidade direita da página 7 (figura 5 e anexo 78), onde são descritos os melhores resultados de cada um dos três partidos, sendo a seguir referidos os distritos onde obtiveram a sua votação mais fraca, de forma semelhante entre as três forças políticas.

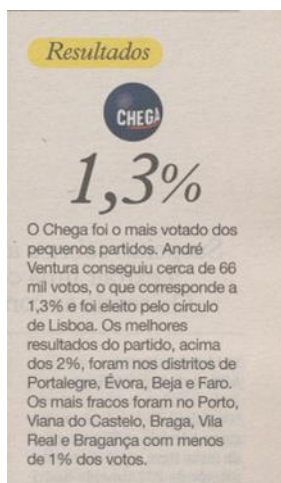


Figura 5 – Imagem da página 7 da edição de 9 de outubro de 2019 do jornal *I*.

É certo que, como Marchi explicou via e-mail, na entrevista efetuada no âmbito do presente estudo, o favorecimento que apontava relativamente ao Chega consistia na ausência de conteúdo crítico ou, nas suas palavras, “demonizador” do Chega. No seu ponto de vista, esta postura seria motivada pela abordagem jornalística que o conselheiro editorial do jornal, José António Saraiva, pretende adotar, de “jornalismo de suporte à reconfiguração das direitas”. Contudo, os outros 27 artigos e a edição do dia 13 de agosto mostram que a postura favorável do jornal *I* em relação ao partido de André Ventura é mais visível do que aparenta. Esta atitude está presente nos aspetos identificados a seguir:

- a) A edição de 8 de agosto apresenta-se como a estreia do Chega na manchete, embora numa das notícias secundárias, colocadas no lado esquerdo com a frase “Livre quer eleger a primeira mulher negra e Chega acredita que vai fazer história” (anexo 5), sobre a possibilidade de entrada de novos partidos no parlamento. Embora o título refira as duas forças políticas, o texto encontra-se colocado sobre um fundo azul (figura 6), cor frequentemente associada aos movimentos mais à direita do espectro político (Stones *et al.*, 2008).

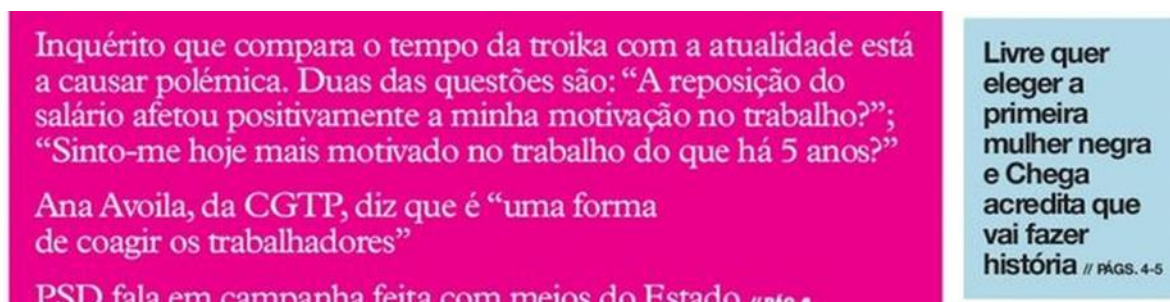


Figura 6 – Imagem da manchete da edição de 8 de agosto de 2019 do jornal *I*.

Com o destaque devido a um artigo das páginas 4 e 5 (anexos 6 e 7), esta peça refere o partido de André Ventura numa frase do segundo parágrafo, como um dos “três partidos recentes”, e dedica-lhe todo o quarto parágrafo, com voz ativa e uma proporção textual superior à dos restantes partidos não representados da AR:

“À espera de também fazer história está André Ventura, líder do Chega, que nem coloca a hipótese de não eleger nenhum deputado na próxima corrida às urnas. ‘Todos os resultados que temos e sondagens mostram que vamos conseguir eleger pelo menos um deputado por Lisboa, mas temos de fazer mais. Temos de eleger, pelo menos, dois por Lisboa e um pelo Porto’, revelou ao I, o presidente do partido. Para atingirem esse objetivo, o presidente do partido - que integrou a coligação Basta! às europeias - disse que o Chega tem de “se aproximar do eleitorado” e garantir que o ‘André Ventura comentador televisivo não é confundido com o André Ventura candidato político’. Mas deixa uma garantia: ‘Não vai deixar a televisão porque é a sua ‘profissão’’, garantiu ao I que vai conseguir que os portugueses o vejam como um futuro deputado”.

Para além disso, o artigo é ainda acompanhado por uma coluna no lado direito (figura 7 e anexo 7), qual são identificados alguns candidatos a deputados. O quarto a ser mencionado é o cabeça-de-lista do Chega pelo Porto, Hugo Hernano, que havia sido notícia por, na sua função de militar da Guarda Nacional Republicana (GNR), ter alvejado mortalmente um jovem cigano durante uma perseguição policial.



Figura 7 – Imagem da página 5 da edição de 8 de agosto de 2019 do jornal *I*.

- b) Na edição de 12 de agosto, André Ventura é citado numa breve, na página 7, na qual mostra a sua oposição à regionalização, afirmando que a mesma “irá ‘significar mais corrupção e mais tachos para todos’” (anexo 8). Contudo, esta menção aparentemente leve contém três elementos que dão um tom favorável ao presidente do Chega e ao seu partido: o título “Ventura contra ‘mais tachos para todos’”, sem referir o tema da regionalização, o que cria uma simples imagem de oposição à corrupção, capaz de enquadrar todo o restante texto; a pequena fotografia que a acompanha, na qual o líder partidário surge com um ar pensativo e a olhar para o lado direito, numa pose demonstradora de poder e proatividade (figura 8).



Figura 8 – Imagem da página 7 da edição de 12 de agosto de 2019 do jornal *I*.

Simone Schnall denomina este efeito de “viés da capacidade de ação no espaço”: de acordo com determinadas condicionantes socioculturais, “a forma como uma pessoa é representada num espaço influencia as perceções automáticas de quem a percebe”. No contexto sociocultural ocidental, a pose voltada para a direita cria uma ideia de movimento “como se imaginássemos a pessoa retratada a mover-se literalmente da esquerda para a direita, num caminho imaginário que a leva do presente para os sucessos ou realizações do futuro” (2017).

Para além dos dois elementos mencionados, a breve mencionada encontra-se enquadrada, à sua esquerda e no seu limite inferior, por artigos que abordam quezílias internas no maior partido da oposição, o PSD, reforçando a narrativa populista dos agentes políticos *mainstream* mais preocupados com os seus próprios interesses do que com o interesse público, em contraste com a postura reivindicativa do líder do Chega.

Para além disso, embora nem esta breve nem nenhum dos outros artigos do jornal *I* seja ladeado por peças de cariz opinativo, é possível encontrar um artigo na secção de opinião da autoria de Henrique Neto (anexo 9), no qual o antigo deputado socialista

tece críticas à governação do seu partido, com pontos de vista coincidentes com as posições do Chega.

- c) Na edição de 13 de agosto não existe qualquer artigo noticioso sobre o Chega, mas na secção de opinião, mais especificamente na página 37, é dado espaço ao próprio André Ventura (figura 9 e anexo 13).



Figura 9 – Imagem da página 37 da edição de 13 de agosto de 2019 do jornal *I*.

Embora seja um artigo que ocupa apenas um terço da página, uma das suas frases aparece na manchete, embora como peça menor no canto inferior esquerdo: “Espero que o Salvini corra com esta corja de mariquinhas da UE” (figura 10 e anexo 10).

André Ventura.
“Espero que Salvini corra com esta corja de mariquinhas da UE” // PÁG. 37

Figura 10 – Imagem da manchete da edição de 13 de agosto 2019 do jornal *I*.

Esta peça segue-se a um artigo crítico da passividade da oposição, escrito por Luís Menezes Leitão (anexo 11), e a um artigo de João Lemos Esteves que critica a gestão

- da greve dos motoristas de matérias perigosas pelo primeiro governo de António Costa (anexo 12), enquadrando a postura do líder do Chega num contexto antissistémico.
- d) Na edição de 15 de agosto André Ventura surge mais uma vez na manchete, ainda que num dos artigos com menos destaque, sobre o seu alegado convite a Pedro Pardal Henriques, o porta-voz dos motoristas de matérias perigosas na greve que se encontravam a realizar (anexo 15). Num artigo que ocupa a maioria da página 9 (anexo 17), o líder do Chega é citado em duas ocasiões: no *lead*, quando nega ter feito qualquer convite a Pardal Henriques, e no terceiro parágrafo, no qual aproveita para elogiar a greve dos motoristas, num possível ato de campanha. Contudo, o enquadramento favorável em relação a Ventura está presente também na sua ligação intertextual com o editorial da página 2 dessa mesma edição, da autoria do diretor-executivo Victor Rainho (anexo 16), no qual o jornalista tece duras críticas à forma como o governo e os diversos partidos com assento parlamentar estavam a lidar com a referida greve. Ao criticar governo e oposição, este editorial coloca a causa dos motoristas de matérias perigosas numa lógica antissistema, criando um enquadramento propício às declarações de Ventura.
- e) Na página 9 da edição de 21 de agosto surge uma breve na qual o Chega anuncia a sua intenção de interpor uma providência cautelar contra o governo português, em resultado de “um despacho sobre a lei do direito à autodeterminação da identidade e expressão de género”. O mesmo artigo cita as declarações publicadas por André Ventura no Facebook no dia anterior: “Mas agora qualquer rapaz que se sinta rapariga pode frequentar a casa de banho feminina?” (anexo 22). A mesma edição contém um artigo do próprio André Ventura sobre outra temática, na qual responde a críticas feitas em edições anteriores do jornal *I* por Alfredo Barroso (anexo 23). Contudo, o elemento característico desta peça não se prende com a exposição dada a essa posição do Chega. A realidade é que o partido nunca chegou a submeter a referida providência cautelar, mas tinha o pleno conhecimento do carácter fraturante das questões de género, sabendo que iria gerar material noticioso. Nesse contexto, é possível afirmar que se tratou de um pseudoacontecimento, i.e., um acontecimento “que não é espontâneo, mas surge porque alguém o planeou ou incitou”, com “o propósito imediato de ser reportado ou reproduzido” (Boorstin, 1992: 11).
- Note-se que esta não foi a única situação na qual os pseudoacontecimentos promovidos pelo Chega tiveram eco nas páginas do jornal *I* durante o período analisado. Um *filet* publicado na página 7 da edição de 4 de setembro noticia o

anúncio de uma vigília no Tribunal Constitucional “para protestar contra a atribuição de pensões vitalícias a políticos condenados por crimes públicos” (anexo 42), acrescentando a essa mesma edição um artigo de opinião do empresário e autarca cascalense Carlos Carreiras, que também criticava alguns excessos nas subvenções (anexo 43). Esse tema volta a motivar um pseudoacontecimento, desta vez a entrega de um documento nas sedes do PSD, PCP e Aliança, a 5 de setembro, documento esse no qual o Chega exige que os líderes dessas forças políticas abdicuem das suas subvenções vitalícias. À semelhança da iniciativa do Chega do dia 4, também esta foi objeto de uma notícia na página 7 da edição do dia seguinte, 6 de setembro, dando ainda azo para que André Ventura se apresentasse de forma distinta dos três partidos que criticava nesta ação, afirmando: “Agora percebemos porquê só o Chega toca neste tema” (anexo 49). Tanto na edição do dia 4 como na do dia 6, André Ventura aproveitou a cobertura noticiosa para apontar para o exemplo do antigo deputado e ministro socialista Armando Vara, que se encontrava detido no Estabelecimento Prisional de Évora nessa época. O jornal *I* acabava a peça noticiosa de 6 de setembro com uma informação sobre a pena de prisão a que o ex-ministro havia sido condenado e a pensão mensal que continua a receber, como elemento de credibilidade dado às ações do Chega.

Numa materialização do valor noticioso de continuidade, este dirigente político viria a ser objeto de mais um pseudoacontecimento por parte de André Ventura e do seu partido: a 9 de setembro, o presidente do Chega anuncia⁹¹ que a apresentação oficial da sua candidatura às eleições legislativas se irá realizar no dia 10 de setembro junto ao estabelecimento prisional acima referido, acrescentando ainda que exige ao ex-dirigente socialista que renuncie à sua subvenção vitalícia, e que pretende ser recebido pelo político em questão ou pelo diretor da prisão. O jornal *I*, na edição da mesma data do pseudoacontecimento, publica uma notícia de antecipação com o anúncio do líder populista numa breve na página 6 (anexo 50), dando-lhe continuidade na página 7 do dia seguinte, com o título “Vara rejeitou receber Ventura”, que acaba com uma citação de uma publicação do líder do Chega nas redes sociais: “estava à porta da prisão de Évora” para ‘exigir aos corruptos que devolvam as subvenções vitalícias’” (anexo 51).

- f) Na edição de 22 de agosto de 2019, surgiu um artigo, nas páginas 2 e 3, sobre um despacho do Ministério da Educação que visava garantir o direito dos alunos

⁹¹ Num [vídeo](#) publicado na página de Facebook do partido.

transgénero a serem identificados de acordo com a sua identidade de género, bem como a vestirem uniforme e a utilizarem as casas de banho correspondentes a esse mesmo género (anexos 25 e 26). O artigo era seguido por um enquadramento internacional do tema, nas páginas 4 e 5 (anexos 27 e 28). Tratando-se de uma temática fraturante, como é comum em todas as questões de género, este enquadramento internacional incluía um conjunto de reações que diversos ativistas e políticos haviam emitido sobre o assunto nas redes sociais: a favor dessa medida, na coluna esquerda da página 4 (anexo 27), e contra, na coluna direita da página 5 (anexo 28). Um dos opositores citados era exatamente André Ventura, com a frase “Lutarei contra esta lei e contra estas medidas administrativas até ao meu último fôlego”, na linha do que já havia publicado no Facebook (anexo 28 e figura 11).

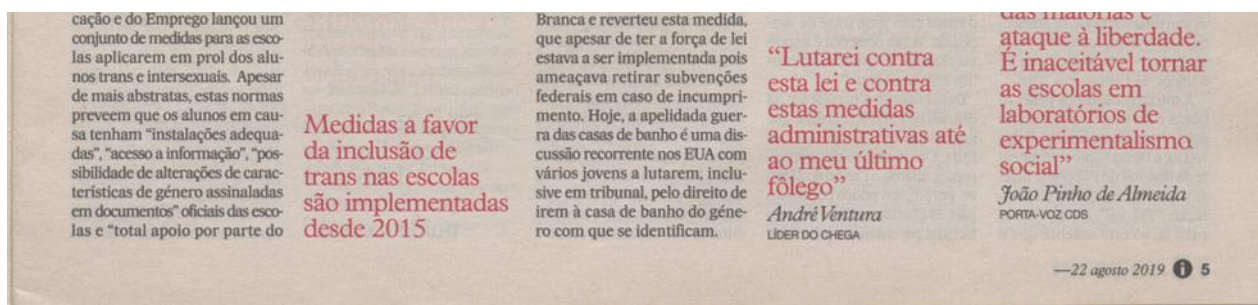


Figura 11 – Imagem da página 5 da edição de 22 de agosto de 2019 do jornal *I*.

Contudo, o líder do Chega foi exatamente o único representante dos partidos sem representação parlamentar cujas declarações surgem neste artigo, tanto no que toca a declarações favoráveis como a declarações desfavoráveis. É certo que nem a IL, nem o Livre, nem nenhum dos seus dirigentes, a nível individual, se pronunciou publicamente sobre este despacho. Contudo, o mesmo não se pode dizer da Aliança, que publicou um comunicado no seu site oficial opondo-se à Lei da Igualdade de Género nas Escolas, comunicado esse que havia sido partilhado na sua conta de Facebook⁹². Com efeito, nenhuma declaração do partido que Pedro Santana Lopes liderava foi citada neste artigo do jornal *I*. A continuação viria na edição do dia seguinte, com a reação negativa da direita portuguesa em relação a este despacho nas páginas 4 e 5 (anexos 30 e 31). Mais uma vez, o Chega continua ser o único partido sem representação parlamentar a ser citado, embora o seja apenas num parágrafo, no

⁹² O link desse [comunicado](#) no site oficial do partido encontra-se inativo, ao contrário da [publicação no Facebook](#).

qual reafirma a intenção de interpor uma providência cautelar para suspender esta lei e pedir o apoio do Presidente da República nessa ação, além de congratular o PSD e o CDS-PP por se juntarem ao Chega neste tema.

Embora o artigo de 22 de agosto possa ter apresentado igualmente as posições contra e a favor deste despacho, a realidade é que os artigos de opinião a ele favoráveis são inexistentes. Já no caso de artigos críticos ao despacho do Ministério da Educação, há dois: um da autoria de Pedro Ferros, no dia 22, que termina com um *post scriptum* crítico desta medida (anexo 29), e um da autoria de João Gomes de Almeida, antigo consultor de comunicação do Chega, no dia 23, que vai no mesmo sentido reprobatório (anexo 32).

Nestes exemplos vemos vários exemplos de omissão como mecanismo de enquadramento, com a potencialidade de surtir um efeito na perceção dos leitores (Entman, 1993), efeito esse que seria, neste caso, a ideia de que apenas o Chega se manifestou sobre as questões de género constantes do referido despacho.

- g) André Ventura aparece pela terceira vez na manchete do jornal *I* a 27 de agosto, em conjunto com os restantes políticos que também desempenham o papel de comentadores futebolísticos (figura 12 e anexo 33).



Figura 12 – Imagem da manchete da edição de 27 de agosto de 2019 do jornal *I*.

Ao longo da maioria do artigo das páginas 20 a 23 (anexos 34 a 36), é possível notar uma postura acrítica por parte do jornal *I* em relação ao desempenho da função de comentadores desportivos pelos políticos mencionados (Luís Filipe Vieira, Rui Gomes da Silva, Telmo Correia, Nuno Magalhães, Diogo Feio, Hélder Amaral e o líder do

Chega), chegando mesmo a citar o presidente da associação Integridade e Transparência, João Paulo Batalha, que afirma “‘não existir qualquer incompatibilidade’ na participação de um político em programas de análise desportiva” (anexo 36).

- h) O Chega volta à manchete do jornal *I* na edição de 29 de agosto (anexo 37) destacado no topo. Sobre um fundo azul⁹³, o diário da Newsplex coloca uma imagem de André Ventura à direita de Assunção Cristas, a líder do CDS-PP, cuja imagem tem uma dimensão consideravelmente menor. O texto da imagem também dá claro destaque ao líder do Chega, através de uma citação: “Cristas tem uma obsessão comigo. Sou o líder que o CDS-PP gostava de ter”, surgindo a contextualização abaixo, ao lado da foto da líder centrista: “Ventura reage a declarações de Assunção Cristas, que disse que só o Chega estaria a mais numa coligação de direita” (figura 13).



Figura 13 – Imagem da manchete da edição de 29 de agosto de 2019 do jornal *I*.

Embora o leitor apenas seja expressamente remetido para a página 5, a análise deve ser feita sobre o conjunto das páginas 4 e 5 (anexos 40 e 41). Em primeiro lugar surge uma notícia na qual o líder do PSD, Rui Rio, admite a possibilidade de uma coligação

⁹³ A associação entre a cor azul e a direita política já foi mencionada.

à direita, “desde que seja liderada por si”. Embora nada nas declarações do líder social-democrata possa criar uma ideia de exclusão do Chega, a mesma é colocada pela então líder do CDS-PP, Assunção Cristas, no sexto e no sétimo parágrafo, ao referir que o partido de André Ventura “deve ser posto de parte”. Contudo, esse mesmo sétimo parágrafo é finalizado por uma declaração de André Ventura, afirmando que “o Chega é que vai excluir o CDS-PP de qualquer coligação a 6 de outubro”, seguido por uma frase entre parêntesis “ver artigo ao lado”. Dessa remissão surge um *filet* no canto superior esquerdo da página 5, com o título a repetir a citação da manchete: “Cristas tem uma obsessão comigo. Sou o líder que o CDS-PP gostava de ter” (figura 14).



Figura 14 – Imagem da página 5 da edição de 29 de agosto de 2019 do jornal I.

Nesse mesmo artigo, André Ventura acusa a Aliança e a IL de serem fantoches do sistema e Assunção Cristas de não se preocupar com temas como a corrupção e a insegurança. Ao colocar estes dois artigos em sequência, o jornal *I* realça uma lógica de competição e confrontação entre os partidos menores da direita portuguesa, mas dá destaque ao líder do Chega.

Esta prática repetir-se-ia na edição do dia 30 de setembro, quando André Ventura aparece pela quinta vez numa manchete do jornal *I* a afirmar que “O Chega engolirá

muito em breve o CDS-PP e toda a direita” (figura 15 e anexo 63).

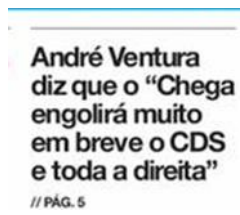


Figura 15 – Imagem da manchete da edição de 30 de setembro de 2019 do jornal *I*.

O leitor é direcionado para página 5 da mesma edição (anexo 64), cujo centro é completamente ocupado por um *filet* sobre as declarações do presidente do partido populista de direita (figura 16).



Figura 16 – Imagem da página 5 da edição de 30 de setembro de 2019 do jornal I.

Sem qualquer artigo em volta sobre o CDS-PP ou qualquer um dos seus militantes, esta notícia retoma a lógica de competição entre os partidos da direita portuguesa, ao colocar no título que “André Ventura acusa Cristas de ‘ter medo da esquerda’”, com um *superlead* no qual a líder do CDS-PP diz que “trabalha todos os dias ‘para que não

haja nenhum deputado eleito” pelo partido da direita radical. No entanto, ao longo do texto, essas declarações do CDS-PP são relegadas para o final do segundo parágrafo, deixando o texto restante para Ventura. Utilizando uma nota enviada ao jornal pelo Chega, o jornal *I* replica neste texto diversos ataques ao partido democrata-cristão, como a alegação que “o CDS-PP está preso ao politicamente correto”, que as acusações de racismo e xenofobia são meros estereótipos que “povoam o discurso da esquerda”, que os centristas atacam outros projetos de direita por não terem propostas para melhorar o país ou que ignoram o suposto “problema com a subsidi dependência da comunidade cigana”.

- i) Para além do artigo já mencionado sobre os debates televisivos, a edição de 5 de setembro contém ainda uma peça sobre a opinião que os partidos sem representação parlamentar têm desses mesmos debates, nas páginas 6 e 7 (anexos 46 e 47). A peça em questão contém declarações dos representantes de três partidos: o Nós, Cidadãos!, o Chega e o Livre. Apesar de a parte do texto dedicada ao partido populista de direita ter sido menor do que a que foi dedicada ao Livre, a análise intertextual revela uma certa vantagem para o partido de André Ventura: para além das habituais referências aos problemas na justiça e à repetição das queixas sobre as subvenções vitalícias de titulares de cargos políticos, o líder do Chega tece acusações de encenação de divergências entre a CDU e o governo, afirmando que os deputados comunistas apenas teceram críticas ao governo quando as eleições se aproximaram. Essa crítica aos partidos da Geringonça encontra eco num artigo de opinião de Pedro Ferro (anexo 48) na mesma edição, no qual as medidas económicas do primeiro governo de António Costa e o seu apoio pela CDU e pelo BE são criticadas, sendo a possibilidade de um novo entendimento à esquerda descrita como um possível “regresso ao Gonçalvismo”, numa referência aos governos provisórios de tendência marxista no pós-25 de Abril, liderados por Vasco Gonçalves.
- j) A edição de 13 de setembro coloca uma notícia sobre a situação instável no PSD, seguida por um *filet* sobre os planos do governo de António Costa relativamente a questões laborais. Logo à direita, na página 7, surge um conjunto de breves (anexo 53). Tendo em conta que tendencialmente se procura a informação no sentido de cima para baixo e, no ocidente, da esquerda para a direita, a primeira breve a ser lida seria a que estivesse colocada no canto superior esquerdo. Neste caso, esse lugar cabe a uma peça sobre Chega, com o título, “Chega quer extinguir o cargo de Primeiro-Ministro”, no seguimento de duas notícias sobre os líderes políticos vistos como candidatos a

Líder governamental, o que realça essa proposta (figura 17).



Figura 17 – Imagem da página 7 da edição de 13 de setembro de 2019 do jornal *I*.

k) A quarta menção do Chega nas manchetes do jornal *I* surge na edição de 26 de setembro, embora de forma implícita: no topo é feita uma chamada de atenção às “propostas mais radicais dos partidos”, sendo a prisão perpétua a primeira mencionada

(figura 18 e anexo 58).



Figura 18 – Imagem da manchete da edição de 26 de setembro de 2019 do jornal *I*.

Seguindo as indicações desta capa, o leitor é levado até à página 6 e 7. É nesta última página que se encontra o *superlead* da notícia (figura 20), que volta a mencionar a prisão perpétua, com as propostas do Chega em duas colunas mais abaixo, sendo o único partido além do PURP e do PAN a ser representado dessa forma: na coluna da página 6 (figura 19 e anexo 59), colocada em segundo lugar, é referida a proposta de redução do número de lugares na AR de 230 para 100, com o final da peça a avisar que os partidos da esquerda e o CDS-PP se opõem a qualquer diminuição do número de deputados. Esta informação pode ser vista como um reforço da imagem antissistémica do Chega, ao mostrar a resistência dos partidos do dito sistema às suas

propostas.



Figura 19 – Imagem da página 6 da edição de 26 de setembro de 2019 do jornal *I*.

Já na página 7 (figura 20 e anexo 60), a primeira de todas as colunas foca-se inteiramente na componente judicial do programa, com a já mencionada instituição da prisão perpétua para os crimes mais graves, de penas de prisão efetiva para crimes de violação, sem possibilidade de pena suspensa e “o agravamento substancial das penas para os crimes de corrupção, contra o ambiente, recursos hídricos e florestais, património cultural e histórico e contra a integridade física e moral dos agentes da

autoridade policial”.



Figura 20 – Imagem da página 7 da edição de 26 de setembro de 2019 do jornal *I*.

Na mesma edição surge, na página 14, uma notícia sobre o caso do roubo de armas na base de Tancos, intitulado “Costa não comenta e Rui Rio defende Presidente” (anexo

61). Embora todo o texto do artigo cite apenas o primeiro-ministro António Costa e dos restantes líderes dos partidos com assento parlamentar, a peça contém uma coluna que ocupa a parte direita da página: após citações de António Costa, Rui Rio, Assunção Cristas e André Silva sobre o caso, surge uma citação de André Ventura, sendo o único político sem presença na AR a ser citado, com o texto “É tempo de Marcelo Rebelo de Sousa vir explicar o que é que sabia e o que é que não sabia sobre Tancos” (figura 21).

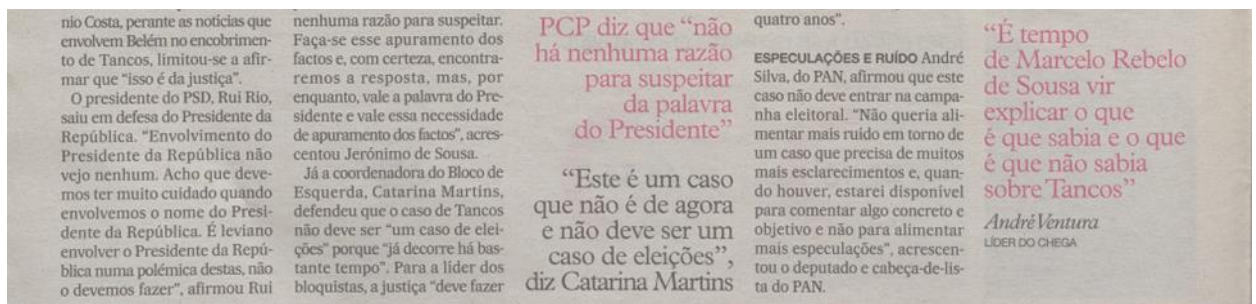


Figura 21 – Imagem da página 14 da edição de 26 de setembro de 2019 do jornal *I*.

Esta menção única a Ventura é mais significativa se se tiver em conta que existem declarações da mesma data proferidas por Carlos Guimarães Pinto da IL e por Pedro Santana Lopes da Aliança, sem qualquer citação desses dois líderes partidários neste artigo.

- l) Os resultados das eleições legislativas dominam a edição de 7 de outubro, sendo a totalidade da manchete ocupada por este tema, com os resultados representados como uma partida do videojogo Tetris, com os deputados arrecadados por cada partido

representados em pequenos bloquinhos (figura 22 e anexo 64).



Figura 22 – manchete da edição de 7 de outubro de 2019 do jornal *I*.

Os três recém-eleitos são mencionados na legenda: “Além do Livre, IL e Chega também se estreiam na AR”. O logo do partido liderado por André Ventura surge no canto inferior direito, como representação da votação que teve: apesar de o seu número

de votos a nível nacional ter sido superior ao da IL e do Livre, o Chega teve menos votos que essas duas forças políticas em Lisboa, o único círculo eleitoral onde conseguiu eleger um deputado. Essa vitória leva Ventura a ser descrito como um dos vencedores deste escrutínio na página 4, ao lado do líder da IL, Carlos Guimarães Pinto (figura 23 e anexo 65). Os dois recém-chegados da direita portuguesa surgem em conjunto numa coluna no canto superior direito. Contudo, o líder do Chega apenas é objeto de cobertura num terço do texto, sendo dito que o seu partido apostou na sua notoriedade para alcançar os seus objetivos eleitorais.



Figura 23 – Imagem da página 4 da edição de 7 de outubro de 2019 do jornal *I*.

No entanto, esta representação muda de figura na página 13: a notícia sobre a eleição de Ventura tem um texto maior do que as notícias sobre a eleição de João Cotrim de Figueiredo pela IL e de Joacine Katar Moreira pelo Livre (anexo 66). Para além disso, embora todas as notícias sobre os partidos recém-chegados à AR descrevam as reações dos seus militantes na noite eleitoral, o *filet* sobre o Chega é o único a mencionar os nomes de outros dirigentes para além do líder ou de cabeças-de-lista, humanizando a força política representada, ao identificá-la mais com os seus rostos do que com as suas propostas, que apenas são mencionadas no início de uma frase no texto: “além

das propostas descritas no programa leitoral – sobre reforma na justiça ou sobre a extinção do IMI”. O texto contém uma estrutura narrativa que começa por descrever uma situação de calma entre os militantes, ainda inseguros quantos aos resultados, e por identificar as ligações de alguns deles a Ventura e o que os levou a aderir ao partido. Esta apresentação é seguida por um momento de tensão e insegurança, perante a possibilidade de o Chega não eleger nenhum deputado, acabando com a descrição da celebração quando se confirmou a eleição de Ventura: “Nos últimos minutos, a novidade chegou e, finalmente, as expectativas deixaram de ser geridas: abraço, muitas bandeiras no ar e o grito que apenas se ouviu no início e no fim da noite: ‘Chega, Chega’”. No canto superior direito surge uma fotografia de André Ventura, sorridente perante os resultados do escrutínio (figura 24).



Figura 24 – Imagem da página 13 da edição de 7 de outubro de 2019 do jornal *I*.

Esta representação é reforçada por uma citação no canto inferior direito da página, na qual Ventura afirma que “O Chega é um partido democrático. Não há razão para alarmes nem ataques inusitados. O Chega não vem para minar a democracia”, sendo o único deputado eleito pelos partidos recém-chegados cuja citação surge nos rodapés

desta edição do *I*⁹⁴ (Figura 25).



Figura 25 – Imagem da página 13 da edição de 7 de outubro de 2019 do jornal *I*.

- m) André Ventura volta a aparecer no meio da manchete no dia 8 de outubro, desta vez numa chamada para uma entrevista sua, surgindo de perfil e com a sua face voltada para a direita e destaque para citação “A Assembleia da República nunca mais vai ser igual” (Figura 26 e anexo 69). Em seguida surge a referência a uma das suas medidas mais polémicas, a prisão perpétua, que alega ser uma prática “dos países mais democráticos” e ao facto de alegadamente ser, “ameaçado frequentemente por membros de etnia cigana”, numa continuidade dos ataques a esse grupo étnico que o haviam trazido para a arena mediática. É necessário frisar também que Ventura foi o único deputado dos partidos recém-chegados a ser entrevistado pelo jornal *I* após a eleições.



Figura 26 – Manchete da edição de 8 de outubro de 2019 do jornal *I*.

⁹⁴ Também existe a possibilidade de o destaque dado a esta citação se dever ao discurso alarmista em relação ao Chega, o que motivaria o líder deste partido a dar garantias de que não havia razões para receios em relação à sua força política.

Na entrevista, é necessário fazer uma distinção entre as perguntas formuladas nas páginas 8 e 9 (anexos 70 e 71), e as perguntas realizadas nas páginas 10 e 11 (anexos 72 e 73). Com uma exceção da quarta pergunta, que questiona se a redução do número de deputados não poderá ser “puramente demagógica”, todas as perguntas iniciais mostram um jornalista no papel de “pé de microfone”, que “se limita a servir de transmissor ou mensageiro do entrevistado” (Correia, 2005, p. 207):

- na primeira pergunta, Joacine Katar Moreira é citada por, no seu discurso posterior aos resultados eleitorais, ter dito que “não há lugar para a extrema-direita na AR”. Interpretando esta frase como sendo dirigida ao Chega, os dois entrevistadores perguntam “Como comenta esta afirmação?”.
- Após referirem que existe um abaixo-assinado a pedir a inconstitucionalidade do Chega, mencionam “a prisão perpétua, a castração de pedófilos e a célebre história do racismo com os ciganos”, acabando com “o que vai dizer na AR sobre estes temas?” e “Agora os ciganos: o que vai propor na AR?”
- A estas perguntas sobre as propostas segue-se: “teve algum problema com a comunidade cigana nos últimos tempos?”. No caso desta questão, não só existe um alinhamento com uma das propostas do Chega, como a formulação parte do pressuposto que, anteriormente, a comunidade cigana tem agido de forma hostil para com o deputado.
- De seguida são referidas as acusações de alegado financiamento do Chega por agentes estrangeiros de extrema-direita. Contudo, os dois entrevistadores limitam-se a perguntar “quanto é que o Chega gastou na campanha?” e se “não tiveram ajudas externas?”.

No entanto, a postura dos entrevistadores adquire um tom menos passivo nas duas páginas seguintes (anexos 72 e 73):

- Os entrevistadores pegam na declaração feita na resposta à última pergunta, quando Ventura afirma que é imoral um partido receber ajuda estrangeira, para afirmarem: “quanto à imoralidade, foram acusados de apresentarem assinaturas falsificadas.”
- Se seguida, Ventura é questionado se “todos os políticos estão no mesmo tacho”.
- A dupla de entrevistadores menciona os resultados das eleições referindo que “em Lisboa, o Chega foi o terceiro partido dos pequenos”, referindo-se a essa posição

como uma derrota. Quando o líder populista refere que a nível nacional obteve mais votos que a IL e o Livre, os dois entrevistadores replicam com “quererá isso dizer que quem votou também é racista, como o acusam?”⁹⁵.

- De seguida, são referidos os dados do portal *eyedata*, de acordo com os quais “o Chega obteve melhores resultados em zonas onde há menos poder de compra, serviços de saúde e onde a criminalidade é mais baixa”.
- Após mencionarem o facto de o militar da GNR Hugo Ernano, cabeça-de-lista pelo Porto, ter sido “condenado pela morte accidental de um menor de etnia cigana” e perguntarem o porquê dessa escolha, a dupla de entrevistadores menciona a fraco resultado nesse mesmo distrito e questiona se Ventura acha que “algum dia poderá ser um político com dimensão nacional”.
- Por último, o líder do Chega é questionado se não “vai deixar o comentário desportivo” e se não teme que “a representação do Benfica o prejudique”, sendo lembrado que, aquando da campanha eleitoral das eleições para o Parlamento Europeu, havia faltado a um debate televisivo para participar no seu habitual comentário desportivo na CMTV.

Ventura é mencionado mais uma vez na página 14 da mesma edição, ao ser apresentado entre os deputados que acabam de entrar na AR, ladeado por Joacine Katar Moreira, à sua esquerda, e por João Cotrim de Figueiredo à sua direita (anexo 74). Contudo, há diferenças assinaláveis na forma como os três são representados: o texto que se encontra abaixo contém um miniperfil do político recém-eleito, sendo mencionadas as qualificações académicas de cada um, com a especificidade da média final de 19 valores na licenciatura do líder do Chega, algo que não é mencionado em relação aos restantes candidatos. No mesmo sentido, é o único candidato cujas propostas eleitorais são mencionadas, nomeadamente “a castração química de pedófilos, reduzir para 100 o número de deputados, instituir a prisão perpétua ou extinguir o Ministério da Educação”. O texto acrescenta ainda que Ventura é “associado à extrema-direita”, tendo o cuidado de, ao contrário, por exemplo do jornal *Público*, não o descrever expressamente como parte desse campo ideológico.

- n) Na edição de 11 de outubro surge uma breve, na página 5, na qual Ventura envia uma resposta ao deputado social-democrata Luís Montenegro, que dois dias antes, ao

⁹⁵ No caso desta pergunta, abre-se a hipótese de quem entrevista estar a colocá-la em jeito de ironia, como se esse raciocínio em relação aos eleitores do Chega fosse um mero preconceito.

anunciar a sua candidatura para a liderança do PSD, havia dito que não faria acordos com o Chega (Figura 27 e anexo 77). Nesta peça do jornal *I*, o líder populista de direita afirma que também “não quer acordos com o PSD”, acrescentando que o seu único acordo “é com os portugueses desiludidos”. Esta notícia teria pouca relevância se não se encontrasse ao lado de um *filet* com o título “Rio avalia resultados dez dias depois”, no qual o presidente do PSD, Rui Rio, anuncia a reunião da Comissão Política Nacional do seu partido, para avaliar os resultados eleitorais nos quais os sociais-democratas haviam ficado em segundo. Dois parágrafos abaixo surge o anúncio da candidatura de Luís Montenegro, contra Rui Rio. Ao colocar uma breve na qual o presidente do Chega responde ao deputado social-democrata, o jornal *I* reforça a sua imagem antissistémica, ao representá-lo como um político que não pretende aliar-se aos partidos do arco de governação.



Figura 27 – Imagem da página 5 da edição de 11 de outubro de 2019 do jornal *I*.

O enquadramento favorável ao Chega segue nas colunas de opinião, com dois artigos de opinião: um escrito pelo antigo responsável pela comunicação do Chega, João Gomes de Almeida (anexo 78), que descreve o Chega como “um novo ativo que faltava na AR, com um discursos popular que agregasse um eleitorado volátil e, muitas vezes, abstencionista” e outro escrito pelo jornalista António Luís Marinho (anexo 79) que, embora avise não concordar com o partido de André Ventura, entende a entrada dos três novos partidos como “um abanão que pode ser positivo se se entender corretamente a mensagem” de esgotamento do sistema político e do rotativismo entre o PS e o PSD.

Jornal *Público*

À semelhança do jornal *I*, a postura de hostilidade do jornal *Público* descrita por Marchi (2020a) seria difícil de notar na maioria das peças nas quais o Chega é noticiado, 16 em 26:

- a) À semelhança do jornal *I*, o jornal *Público* também abre o conjunto de peças sobre o Chega com uma breve, na página 13 da edição de 14 de agosto (anexo 100). Esta peça incide sobre a ordem dos diversos partidos nos boletins de voto das eleições legislativas regionais madeirenses, em resultado de um sorteio. O partido de André Ventura é mencionado enquanto segundo colocado, a seguir ao PDR, não existindo qualquer favorecimento ou crítica associados a esta descrição.

Com a aproximação dessas mesmas eleições, o jornal *Público* redige uma peça intitulada “Dicionário para as eleições na Madeira” a 8 de setembro (anexos 107 e 108). Ao longo das páginas 18 e 19, são utilizados vários tópicos, ordenados alfabeticamente, relativos ao contexto político das eleições legislativas regionais madeirenses. O Chega somente é mencionado no penúltimo tópico, “Xadrez”, como um dos “17 nomes”, i.e., forças políticas, “no boletim de voto” (anexo 108).

A 20 de setembro, dois dias antes do escrutínio, surge uma peça sobre os últimos dias de campanha, intitulada “Madeira: entre PSD e PS, venha o eleitorado e escolha” (anexos 111 e 112). Mais uma vez, o Chega somente é mencionado no último parágrafo, sendo referido como um dos 17 partidos que estarão presentes no boletim de voto (anexo 112).

Esta prática repete-se a 23 de setembro, data posterior à realização das eleições: a vitória do PSD, encabeçado na Madeira por Miguel Albuquerque, é noticiada, acrescentando-se que “precisa do CDS-PP para formar governo” (anexo 114). Tendo em conta que o Chega não elegeu qualquer deputado nesta disputa eleitoral, o partido populista de direita radical continua a só ser mencionado no último parágrafo, na página 3, como uma das “17 forças políticas” presentes neste escrutínio (anexo 115). Por último, existe uma peça sobre a performance dos partidos que não conseguiram eleger nenhum deputado regional, na página 15 da edição de 25 de setembro (anexo 117). Para além de as únicas fotos nesta notícia serem de Vitorino Silva, líder do RIR e de Pedro Santana Lopes, líder da Aliança, o Chega está ausente de quase todo o texto, sendo apenas referido no *lead* quando se diz que teve uma quantidade de votos inferior à da IL e do PURP.

- b) No dia 16 de agosto, o jornal *Público* noticia, na sua página 10, os gastos previstos por cada um dos partidos para estas eleições regionais (anexo 101). Sendo uma força política ainda recente nesta altura, apenas é mencionado, num único parágrafo, que o Chega é um dos partidos que prevê gastar menos, com um orçamento de 10 mil euros. A informação do dia 14, relativa à ordem dos partidos no boletim de voto é repetida no final da notícia, referindo-se a informação relativa ao Chega no segundo lugar.
- c) Numa temática próxima da edição anteriormente mencionada, a edição de 29 de agosto aborda os orçamentos das diversas forças políticas que concorrem nas eleições legislativas, nas páginas 8 e 9 (anexos 103 e 104). O Chega somente é mencionado num parágrafo, no qual se refere que prevê que gastará mais do que o PAN, com “um orçamento de 250 mil euros” (anexo 103).
- À direita desta notícia está colocado um *filet*, em cujo título é referido que “Pelo menos 21 forças políticas vão a votos, número recorde desde 1976” (anexo 104). Da mesma forma, o Chega só é mencionado no último de sete parágrafos, apontado como uma das “quatro forças políticas que nunca foram a votos em legislativas”, embora relembrem que o seu líder, André Ventura, é um “ex-militante do PSD” e que este partido já se havia apresentado às eleições europeias, “integrado na coligação Basta!”.
- d) Além da já mencionada peça sobre as eleições legislativas regionais madeirenses, a edição de 20 de setembro contém também, na sua página 18, uma notícia sobre a exclusão judicial de um agente da Polícia de Segurança Pública (PSP) que encabeçava as listas do Nós, Cidadãos! pelo distrito de Aveiro, exclusão essa que teria motivado o partido em questão a recorrer ao Tribunal Europeu dos Direitos do Homem (anexo 113). O jornal *Público* aproveita este tema para falar, no quinto parágrafo, sobre outros dois agentes da PSP candidatos a listas nas legislativas, sendo um deles Pedro Magrinho, “chefe da PSP de Setúbal, presidente da Federação Nacional dos Sindicatos das Polícias” e “número dois na lista por Setúbal pelo Chega”. No entanto, esta referência é feita sem qualquer tom de crítica ao candidato ou à sua inclusão na referida lista partidária.
- e) As páginas 2 e 3 da edição de 2 de outubro abordam uma sondagem realizada pelo Centro de Estudos e Sondagens de Opinião da Universidade Católica Portuguesa para o jornal *Público* e a *Rádio e Televisão de Portugal*, “sobre as intenções de voto nas legislativas de 6 de outubro” (anexos 118 e 119). Tratando-se de um partido sem representação parlamentar, o Chega é relegado para uma coluna à direita da página 3,

em conjunto com a IL, o Livre e a Aliança (figura 28 e anexo 119).



Figura 28 – Imagem da página 3 da edição de 2 de outubro de 2019 do jornal *Público*.

No quarto parágrafo dessa mesma peça é referido que os dois partidos criados por dissidentes do PSD não conseguirão eleger deputados, devido à dispersão do seu eleitorado, algo que não pode ser visto como uma marca de hostilidade já que se trata de uma mera leitura de um dado proveniente de uma sondagem.

- f) A edição de 4 de outubro aborda as propostas eleitorais sobre finanças nas páginas 12 e 13. À semelhança do sucedido no artigo relativo à sondagem, os partidos extraparlamentares são relegados para um último parágrafo a seguir ao entretítulo “Outros partidos” (figura 29 e anexo 121).

cais às empresas que participem em Programas de Emprego para Reclusos, por forma a alargar o programa de regime aberto ao exterior”.

Outros partidos

Livre

Em relação ao IRS, o Livre propõe “discriminar positivamente o interior”, com uma redução do imposto para todos os trabalhadores e com incentivos a quem se fixa nestas regiões de menor densidade. Nas deduções a colecta, propõe que as despesas de reparação de “veículos de modos activos ou suaves” (como as bicicletas) passem a contar para o IRS. O Livre também quer acabar com o regime especial dos residentes não habituais. Para as empresas presentes no interior do país, também propõe benefícios fiscais.

Iniciativa Liberal

Uma das bandeiras do Iniciativa Liberal passa por acabar com o actual sistema de escalões e criar uma taxa única de IRS (de 15%) igual para todos os cidadãos. Os trabalhadores por conta de outrem não pagariam qualquer taxa nos primeiros 650 euros. O Iniciativa Liberal defende que a proposta não viola a Constituição – que prevê que o imposto sobre o rendimento pessoal é “único e progressivo” – porque “essa progressividade é garantida” com esta isenção.

O Iniciativa Liberal inspira-se nos exemplos de outros países, como a Estónia e a Hungria. Em Portugal, a taxa única seria aplicada “para todos os contribuintes de forma igual” e, em compensação, implicaria o fim de “todas as deduções e benefícios fiscais” no IRS. O partido propõe ainda a isenção de IRS no trabalho aci-

ma das 35 horas no sector privado.

Na área fiscal, propõe criar um “plano para a redução do número de taxas, impostos e contribuições de forma sistemática ao longo de dez anos” ou fazer um levantamento das situações em que há duplas tributações.

Aliança

Na área do IRS, o Aliança propõe uma redução do imposto “em função do número de filhos” e, tal como o CDS, defende o regresso ao quociente familiar. Também propõe um “aumento das deduções fixas à colecta por dependente”. E um reforço dos limites das deduções a colecta de saúde, educação e do grupo das “despesas gerais e familiares”.

Para incentivar a poupança das famílias, o Aliança defende que é preciso rever o “imposto aplicável a rendimentos advenientes dessa poupança”. Quanto ao IRC, propõe reduzir a taxa normal para 17% em 2022 e reduzi-la até aos 12,5% “num prazo máximo de três anos”. Para promover o reinvestimento, propõe a dedução à colecta das mais-valias “aplicadas nas próprias empresas”.

Chega

O partido Chega também defende a “existência de uma taxa única de IRS”, que seria de 15% em 2020, de 13,5% em 2021, 12% em 2022 e de 10% em 2023. O partido quer ainda eliminar aquilo que diz ser a “miríade” de isenções fiscais, “derrogações e outros mecanismos semelhantes”. No IRC, defende uma descida do imposto e a “eliminação total dos casos de dupla tributação”.

pedro.crsostomo@publico.pt

Figura 29 – Imagem da página 13 da edição de 4 de outubro de 2019 do jornal *Público*.

Apesar de o Chega ser o último cujas propostas são apresentadas e de ter uma parcela de texto menor, nada na linguagem aparenta mostrar hostilidade, limitando-se a citar as medidas integrantes do seu programa: “existência de uma taxa única de IRS”, eliminação de várias “isenções fiscais, derrogações e outros mecanismo semelhantes” e descida do imposto sobre os rendimentos das pessoas coletivas com uma “eliminação total dos casos de dupla tributação”.

- g) Apesar de todos os artigos do dia posterior às eleições que definem o Chega como “extrema-direita”, existe uma exceção nas páginas 20 e 21, onde são mostradas as fotos das reações aos resultados eleitorais de cada um dos líderes partidários com presença na AR (anexo 128). Apesar de ser colocado no canto inferior direito da página 21 numa fotografia bastante mais pequena que todas as outras⁹⁶, André Ventura aparece sorridente e a olhar para cima, como se visse a sua eleição como uma bênção vinda do céu (figura 30).

⁹⁶ As fotos de Cotrim de Figueiredo e Guimarães Pinto da IL são a exceção, pois têm o mesmo tamanho.



Figura 30 – Imagem da página 21 da edição de 7 de outubro de 2019 do jornal *Público*.

- h) As páginas 8 e 9 da edição de 8 de outubro contêm uma peça sobre os “Sete mapas” com os resultados eleitorais, acima de um texto que analisava os dados correspondentes (anexos 113 e 134). Nesta peça, o Chega apenas era mencionado no sexto parágrafo, sem qualquer componente valorativa, referindo oito concelhos no distrito de Lisboa onde mais de 10% da população havia votado em partidos sem assento parlamentar, o que explicava o porquê de os três partidos recém-chegados terem elegido deputados pelo círculo eleitoral respetivo.
- Da mesma forma, uma notícia na página 10 informa que “Chega e Iniciativa Liberal vão ganhar mais de 190 mil euros por ano”, graças a terem elegido pelo menos um deputado, sem qualquer tom crítico no seu texto (anexo 135).
- i) Uma notícia na página 4 da edição de 9 de outubro sobre os votos em partidos que não havia elegido nenhum deputado. O Chega é mencionado no quinto parágrafo como o partido com mais votos não convertidos em mandatos parlamentares, sem qualquer tom crítico que se note em toda a peça (anexo 137).
- j) A página 15 da edição de 11 de outubro continha uma notícia sobre o pedido de “tolerância de tempo para Joacine Katar Moreira”, feito pelo Livre (anexo 150). Sendo este *filet* centrado na deputada e nas dificuldades de expressão do seu pensamento e propostas do partido causados pela sua gaguez, não se deu atenção a outras forças políticas, sendo apenas mencionado no último parágrafo que, à semelhança do Livre, “o Chega e a Iniciativa Liberal elegeram também um deputado cada, com 1,3% e 1,29% dos votos, respetivamente”.

Contudo, também à semelhança do jornal *I*, é possível ver na cobertura jornalística do jornal *Público* traços que confirmam a leitura de Riccardo Marchi (2020a) sobre a hostilidade deste jornal relativamente ao Chega, na análise das restantes dez peças que serão tratadas de seguida:

- a) No dia 17 de agosto, um sábado, o jornal *Público* fecha a secção “Política” com a rubrica “Público & Notório”, na sua página 12, composta por breves com um tom humorístico e crítico, por uma coluna à esquerda intitulada “Bastidores” e por uma coluna à direita com as citações proferidas nessa semana por personalidades da esfera pública nacional, intitulada “As Frases” (anexo 102). O conteúdo desta data incidia sobre os diversos partidos da direita portuguesa, pertencendo a segunda citação da coluna “As Frases” a André Ventura, descrito na peça como “líder do Chega”:
- “Espero que Salvini corra com esta corja de mariquinhas da UE” (figura 31).



Figura 31 – Imagem da página 12 da edição de 17 de agosto de 2019 do jornal *Público*.

Deve ter-se em conta, ainda, que esta não é única peça na qual é feita uma ligação entre André Ventura e outros líderes populistas de direita: a edição de 17 de setembro conteve uma breve, na página 14, sobre o convite estendido ao Chega para o encerramento da campanha eleitoral para as legislativas do Vox, partido de direita radical populista espanhol (anexo 109).

Para além disso, também a edição de 8 de outubro continha um *filet* na página 7 intitulado “Já só há três países sem extrema-direita na UE”, no qual são enumerados diversos partidos da direita radical populista e da extrema-direita com representação nos parlamentos nacionais dos estados-membros da UE (anexo 132). Após o *lead* apontar para a Irlanda, Luxemburgo e Malta como as três exceções em permanência, surge uma referência ao Vox no segundo parágrafo. No terceiro aborda-se o caso da Polónia, cujo “Governo profundamente conservador e eurocético do Partido Lei e Justiça tem posições que o aproximam da extrema-direita”. Nesta parte do texto, fala-se ainda sobre “o exemplo da Hungria, onde o Fidesz, de Viktor Orbán, que nominalmente não é de extrema-direita” e sobre “um partido de extrema-direita húngaro, o Jobbik, que tem vindo a cair face à agressividade cada vez maior do Fidesz

de Orbán, ferozmente anti-imigração e com um discurso de resistência a Bruxelas”. O quarto parágrafo refere o presidente checo Milos Zeman, “um simpatizante da extrema-direita, embora inicialmente fosse considerado um político de centro-esquerda”. Já o quinto parágrafo fala sobre os governos antigamente apoiados pelas direitas radicais “na Finlândia, na Itália” e “na Letónia”, e sobre o caso da Bulgária, cujo partido de direita radical Patriotas Unidos “está no Parlamento e também na coligação Governamental”. O sexto e último parágrafo fala sobre o apoio parlamentar, à data, do Partido do Povo Dinamarquês ao governo e sobre a presença de Marine Le Pen no sistema político francês.

A última associação do Chega a outros partidos da direita populista radical viria em duas breves da página 13 da edição de 12 de outubro, na rubrica “Público & Notório” (anexo 154). No canto inferior esquerdo surge uma peça com o título “depois da esquerda-caviar”, no qual se refere o envio à comunicação social de uma nota sobre um jantar no restaurante Gambrinus entre André Ventura e “uma delegação do brasileiro PSL”, sigla do Partido Social-Liberal, pelo qual Jair Bolsonaro havia concorrido às eleições presidenciais brasileiras de 2017 (figura 32).



Figura 32 – Imagem da página 13 da edição de 12 de outubro de 2019 do jornal *Público*.

À direita junto à coluna “Frases” surge outra peça intitulada “O Roubo: PNR VS Chega”, no qual se aponta “uma guerra fratricida” na “direita da direita tradicional”, na qual José Pinto Coelho, líder do Partido Nacional-Renovador, atual Ergue-te, acusa André Ventura de se ter apropriado das ideias da sua força política. Ao utilizar o termo “fratricida”, o jornal *Público* está a descrever o Ergue-te e o Chega como partidos irmãos, i.e., semelhantes.

Esta associação do partido liderado por André Ventura a outros partidos de ultradireita⁹⁷ não deve ser ignorada. Neste caso encontramos a utilização, como mecanismo de enquadramento, daquilo que Smith *et al.* (2020, p. 4719) descrevem como o recurso a atores conhecidos, i.e., “atores cuja referência é significativa ou relevante para uma audiência num determinado domínio discursivo, de forma inerente, frequente e duradoura”. De acordo com os mesmos autores, os atores conhecidos funcionam como uma ferramenta para contextualizar tanto os atores menores como as suas ações.

Para compreender o recurso ao mecanismo de enquadramento mencionado, é necessário analisar a sua utilização, tanto no âmbito da política editorial do jornal *Público* como através de uma leitura intertextual. Começando pela citação publicada a 17 de agosto, é certo que a reprodução da linguagem inflamada e até mesmo insultuosa através da utilização do termo “mariquinhas” e a referência ao líder populista de direita radical Matteo Salvini também foram feitas pelo jornal *I*. Contudo a utilização desta frase adquire um significado diferente no contexto do jornal detido pela Sonae: as posições eurocéticas do ex-vice-primeiro-ministro italiano são conhecidas (Maccaferri & Newth, 2022), sendo presumível que uma figura com essa orientação política não seria representada de forma acrítica num meio de comunicação que se propõe, no seu Estatuto Editorial, a “participar no debate das grandes questões que se colocam à sociedade portuguesa na perspetiva da construção do espaço europeu”. Para além disso, não se deve ignorar que o euroceticismo é uma postura generalizada entre os atores e forças políticas da já mencionada ultradireita, tanto no caso da direita radical como no caso da extrema-direita.

Numa leitura intertextual, também é possível ver mais um caso deste recurso aos atores conhecidos na página 10 da edição de 2 de outubro. Numa rubrica intitulada “Fica para a próxima (legislatura)”, na qual os líderes dos partidos com assento parlamentar são questionados sobre algum tema visto como decisivo, é colocada a pergunta “A União Europeia deve ser mais rigorosa na exigência de respeito pela democracia e pelos direitos humanos, impondo mais sanções aos países que os violam?” (anexo 120 e figura 21). É imediatamente visível nesta questão uma posição antagónica aos países que não respeitam os direitos humanos e uma imposição das

⁹⁷ De acordo com a conceitualização proposta por Cas Mudde (2019), a ultradireita seria o conjunto da direita radical e da extrema-direita, estando ambas representadas nos artigos aqui analisados.

sanções contra esse desrespeito como condição *sine qua non*, o que acaba por atingir o Chega em diversas áreas: a sua relação conturbada com a comunidade cigana, a sua posição ambígua quanto ao acolhimento dos refugiados ou a defesa de medidas como a castração química de pedófilos. Contudo, o último parágrafo deste artigo torna-se mais claro, ao apontar como exemplo um dos integrantes do mesmo campo ideológico do Chega:

“Mas o respeito pela democracia e pelos direitos humanos coloca-se hoje em dia dentro da própria comunidade. O exemplo é a Hungria, cujo primeiro-ministro, Viktor Orbán, tem aprovado legislação atentatória dos direitos humanos e já foi condenado pelo Conselho da Europa por provocar comportamentos xenófobos, devido às suas intervenções sobre imigrantes e refugiados. Bem como pela forma como o Governo húngaro tem tratado e agido contra esses imigrantes e refugiados”.

Logo abaixo é visível uma foto na qual marcam presença o primeiro-ministro húngaro, ao lado do já mencionado Matteo Salvini (figura 33).

Fica para a próxima (legislatura)

O PÚBLICO escolheu nove temas decisivos na próxima legislatura e, sobre eles, questionou pessoalmente os líderes dos seis partidos parlamentares que se candidatam às legislativas. Em causa estão problemas por resolver e novas questões. **Por São José Almeida**

A União Europeia deve ser mais rigorosa na exigência de respeito pela democracia e pelos direitos humanos, impondo mais sanções aos países que os violam?

A União Europeia é uma organização política de Estados que assenta nos princípios do Estado de direito democrático e no respeito pelos direitos humanos. Como deve a União Europeia relacionar-se com governos de países que não respeitam nem praticam os princípios do Estado de direito democrático e que violam os direitos humanos? Deve recorrer a um esforço de negociação diplomática ou, pelo contrário, deve recorrer a sanções contra esses Estados? Como deve a União Europeia relacionar-se com Estados como a Rússia e a China?

Mas o respeito pela democracia e pelos direitos humanos coloca-se hoje em dia dentro da própria comunidade. O exemplo é a Hungria, cujo primeiro-ministro, Viktor Orbán, tem aprovado legislação atentatória dos direitos humanos e foi já condenado pelo Conselho da Europa por provocar comportamentos xenófobos, devido às suas intervenções sobre imigrantes e refugiados. Bem como pela forma como o Governo húngaro tem tratado e agido contra esses imigrantes e refugiados.



Figura 33 – Imagem da página 10 da edição de 2 de outubro de 2019 do jornal *Público*.

Esta foto ganha ainda mais peso se tivermos em conta o já mencionado europeísmo do jornal *Público* e a reputação de Orbán como um pária no âmbito da liderança europeia (Kaminski & Varadarajan, 2015; Zerofsky, 2019). Ao colocar estes dois políticos como exemplos de violadores dos direitos humanos, o jornal detido pela Sonae cria uma associação entre os restantes partidos da sua família política e a transgressão humanitária, adotando uma das utilizações típicas do mecanismo dos atores conhecidos: a de julgamento (Smith *et al.*, 2020), utilizando Salvini e Orbán como maus exemplos, apontando para quem lhes é ideologicamente próximo como um exemplo igualmente negativo.

O recurso aos atores conhecidos volta a aparecer na edição imediatamente posterior às eleições, a 7 de outubro, agora de forma mais clara e direta (anexo 129). No último

parágrafo de uma crónica sobre a utilização das redes sociais na campanha eleitoral, o jornalista Pedro Guerreiro compara André Ventura ao chefe de estado brasileiro Jair Bolsonaro, um conhecido político populista, ao mesmo tempo que mostra um paralelismo sobre a ascensão política de ambos:

“Por fim, a potencial conquista de um mandato pelo Chega e da sua agenda de protesto antissistema de inspiração bolsonarista é, por um lado, o triunfo do discurso dominante das caixas de comentários, mas também o resultado da atividade de uma constelação de páginas de Facebook de conteúdo sensacionalista que ao longo dos últimos meses replicaram a mensagem de André Ventura”

- b) À semelhança do jornal *I*, o jornal *Público* também noticia, na página 9 da edição de 29 de agosto (anexo 104), a possibilidade aberta por Rui Rio de se coligar com os restantes partidos da direita, com a nuance colocada pela então líder do CDS-PP, Assunção Cristas: o Chega não poderá entrar nessa coligação. Contudo, ao contrário do diário da *Newsplex*, o jornal liderado por Manuel Carvalho não dá voz nem a André Ventura nem a qualquer um dos restantes líderes da direita extraparlamentar, limitando-se a citar as declarações de Rui Rio e Assunção Cristas. A rejeição de uma coligação com o Chega pela líder democrata-cristã seria repetida dois dias depois na página 13, em mais uma edição da rubrica “Público & Notório”, com uma breve intitulada “A rejeição: Chega para lá!”, inteiramente centrada nas declarações de Assunção Cristas (figura 34 e anexo 105).



Figura 34 – Imagem da página 13 da edição de 11 de agosto de 2019 do jornal *Público*.

As peças onde membros do CDS-PP atacam o Chega continuam a 10 de outubro, com uma entrevista nas páginas 14 e 15 a um membro da comissão política nacional do CDS-PP, Francisco Mendes da Silva, que exclui o partido de André Ventura de

qualquer coligação (anexos 143 e 144). Contudo, a postura da entrevistadora nesta notícia não é particularmente crítica do Chega: na página 15 pergunta se a entrada do partido de direita radical no Parlamento o preocupa, se este vai confrontar eleitoralmente o partido democrata-cristão, se o Chega vai crescer e se a eleição de Ventura “não é uma falha do CDS-PP, por lhe ter facilitado o caminho”.

- c) A edição de 7 de setembro, também um sábado, traz mais uma referência a André Ventura na página 16, na rubrica “Público & Notório”, mas desta vez na coluna “Bastidores” (anexo 106). Com o título “Qual será o número de falta?”, esta breve fala sobre um cartaz do Chega no qual se lê “Chega de bandidos à solta”. Como a peça informa, esse cartaz contém a fotografia do líder populista e “um número de WhatsApp para quem quiser contactar o candidato”. Contudo, o número apresentado “tem oito dígitos em vez de nove: 969 53 238”, levando o jornal *Público* a ironizar: “Há bandidos à solta para tudo. Até para ‘abafar’ números de telefone. Dão-se alvíssaras a quem conseguir descobrir o número que falta” (figura 35).



Figura 35 – Imagem da página 16 da edição de 7 de setembro de 2019 do jornal *Público*.

Nesta peça vemos a utilização do humor como forma de crítica política, num artigo de cariz não opinativo e com a utilização da ironia, recurso estilístico frequentemente associado ao discurso cómico, sobretudo quando existe uma pretensão de representar um ator social de forma negativa (Brock, 2008), visando neste caso criticar tanto o descuido imagético do partido em questão como as suas referências frequentes a matérias penais⁹⁸. No mesmo sentido, a inserção na rubrica acima mencionada representa a criação daquilo que Jan Chovanec descreve como enquadramento humorístico, através do qual os interlocutores “enquadram o seu discurso por meio de sinais indicando que estão a ser ‘divertidos’ em vez de ‘sérios’”, indicando que a sua mensagem “deve ser recebido com o efeito humorístico pretendido” (2012, p. 143).

⁹⁸ Neste caso é possível ver uma das utilizações da ironia propostas por Elisabeth El Refaie, como mecanismo de “subversão das atitudes e opiniões citadas” no texto (2005, p. 785).

Chovanec acrescenta ainda que esta sinalização é necessária, já que “o propósito tradicional do jornalismo é informar e não entreter”, sendo necessário fazer um aviso ao leitor para que este perceba que deve interpretar aquele texto de forma jocosa (2012, p. 144).

- d) O Chega não marca presença na edição de 19 de setembro. Contudo, essa ausência é o principal motivo pelo qual esta notícia deve ser mencionada. Numa peça oriunda de uma notícia da *Agência Lusa*, na página 12, é abordada a influência eleitoral de duas redes sociais, o *Facebook* e o *Whatsapp*. O *lead* não faz referência a qualquer força política, limitando-se a referir que a rede criada por Mark Zuckerberg “é a que mais chega ao eleitorado” e que “o *WhatsApp* começa a ganhar relevância em Portugal”. A utilização das fontes vai no mesmo sentido, não se citando qualquer militante ou dirigente político, mas dois investigadores: Ana Pinto Martinho, nos parágrafos número dois, três, quatro e onze, e Sérgio Denicoli nos parágrafos cinco, dez e doze. Apenas os parágrafos seis a nove falam sobre os partidos e coligações políticas:

“O PS, o PSD, a CDU e o BE, através do Esquerda.net, são alguns dos partidos que criaram grupos no WhatsApp para divulgação de informação da actividade política.

Numa consulta feita aos vários perfis do Facebook, o PAN é aquele que lidera com maior número de 'gostos' na página oficial daquela rede social, com 160 mil, seguido do PSD com 149 mil 'gostos'. Entre os partidos sem assento parlamentar, o Nós, Cidadãos! e a Iniciativa Liberal conseguem reunir 64 mil e 61 mil 'gostos' cada.

Já no Twitter, o PSD é o partido que surge em primeiro lugar, com 34,9 mil seguidores, logo depois está o PS com 32,1 mil. Já a coordenadora nacional do BE, Catarina Martins, que reúne na sua página toda as informações relacionadas com a campanha, é seguida por 70,8 mil seguidores.

No Instagram é o PAN que lidera a lista com mais seguidores ao alcançar os 23 mil, enquanto o PSD atinge os 13,5 mil 'seguidores'.”

Neste excerto é possível reparar que predominam as referências aos partidos já com assento parlamentar, sendo, no entanto, mencionados os 64 mil *likes* na página de *Facebook* do Nós, Cidadãos! e os 61 mil *likes* da IL, não existindo qualquer menção ao Chega. Essa ausência poderia ser explicada pelo reduzido número de seguidores ou *likes* naquele período, tal como é possível constatar em dados cedidos pela plataforma de medição de performance nas redes sociais *Foxp2*: a última medição feita em data anterior ao artigo, a 31 de agosto, aponta para apenas 20.570 seguidores no *Facebook*

e 1100 no *Twitter*, chegando a 23.245 e 1254 no dia 30 de setembro⁹⁹. Contudo, a notícia não esclarece qual foi o motivo para a omissão, não tendo havido também qualquer resposta aos e-mails enviados aos investigadores. É certo que, tratando-se de uma notícia de agência, a responsabilidade da sua elaboração cabe à *Lusa* e não ao jornal *Público*¹⁰⁰. No entanto, não existe nenhum tipo de obrigação de publicar a peça da agência na íntegra, sem tentar obter qualquer esclarecimento adicional¹⁰¹.

- e) Com a aproximação da data das eleições legislativas, o jornal *Público* iniciou, a 24 de setembro, uma rubrica intitulada “Explique lá melhor”, onde entrevistava os líderes de cada um dos partidos extraparlamentares, para que estes esclarecessem uma das propostas integrantes do seu programa eleitoral. André Ventura foi o escolhido do dia 25 do mesmo mês, sendo chamado a explicar a “Extinção do cargo de primeiro-ministro” na página 9 (anexo 116). À partida, esta peça não aparenta qualquer postura crítica em relação ao Chega. O *superlead* limita-se a afirmar que “a adoção de um regime presidencial é uma das medidas propostas pelo partido liderado por André Ventura”, com um *lead* no qual Ventura “explica as vantagens de eliminar o cargo de primeiro-ministro. As próprias perguntas são bastante neutras: “sem primeiro-ministro, como seria a governação do país?”, “quantos mandatos teria o chefe de Governo e de Estado?” e “A ideia obrigaria a uma revisão constitucional. Uma vez aberta essa porta, que outra mudança introduziria?”. Contudo, no canto direito da página encontra-se uma coluna com um artigo de opinião da jurista Teresa Pizarro Beleza, intitulado “À espera de Gilead”, numa referência à distopia patriarcal, teocrática e machista de *A História de um Serva* de Margaret Atwood. Neste artigo, Beleza mostra-se pouco entusiasmada com a eleição que se aproxima, alarmada “pelo Mundo cada vez mais perigoso, menos democrático, mais a aceitar demagogias e demagogos xenófobos e racistas”. No entanto, elogia a suposta imunidade de Portugal “a quase todas as fantasias sobre a ‘invasão’ dos migrantes que o Ocidente próspero incubou nos territórios que saqueou e que permitem a persistência na divisão natural entre ‘nós’ e ‘eles’”, retomando a narrativa de Portugal enquanto caso de exceção

⁹⁹ Dados disponíveis na [página oficial da plataforma](#), na *dashboard* 4.

¹⁰⁰ Esta autoria por parte da Agência Lusa dificulta ainda mais a responsabilização, já que os redatores das notícias de agência nunca são identificados.

¹⁰¹ Tratando-se de um exclusivo da *Lusa* ao jornal *Público* e se vem assinado por um jornalista da agência, a questão da não intervenção no texto pode colocar-se. Ainda assim, esta situação não exclui a possibilidade de o editor do jornal *Público* intervir no texto sempre que estejam em causa questões importantes de natureza editorial.

relativamente à presença da ultradireita. Porém, nas frases seguintes aponta para o “regresso de fronteiras, muros, barreiras de toda a ordem, incluindo as mais eficazes, na cabeça das pessoas”, vendo nisto uma explicação para o facto de Portugal não ter acolhido tantos refugiados até à data e para a maioria desses mesmos refugiados não quererem vir para Portugal, retomando este tema no parágrafo seguinte quando diz que, nos discursos e debates desta eleição, não notou “grande preocupação com a necessidade imperiosa de combater a desigualdade e exclusão, também em termos de migração e asilo”. Sendo conhecidas as posições do Chega em relação ao acolhimento de refugiados e migrantes, as posições xenófobas e racistas do seu líder em relação à comunidade cigana e a sua rotulação pelos *media* como demagogo, é possível encontrar uma marca de hostilidade quando uma entrevista relativa a uma proposta sua de mudança de forma de governo é colocada ao lado de um artigo de opinião com este conteúdo.

- f) No enquadramento teórico do presente trabalho foi exposto que a definição ideológica do Chega não é unânime, sendo definida como direita radical populista por alguns autores (Marchi, 2020a; Mudde, 2020) e como nova extrema-direita por outros (Honório, 2021). Contudo, como já foi referido, o termo “extrema-direita” tem uma carga muito mais negativa do que “direita radical” ou “direita populista”. Por esse motivo, a utilização desta expressão pelo *medium* em análise não deve ser descurada: a edição imediatamente posterior ao ato eleitoral marca a estreia do Chega nas manchetes do jornal *Público*, cabendo-lhe a última frase: “Há novos partidos na AR: entre eles a extrema-direita do Chega” (figura 36 e anexo 122).

PS ganha força e quer recriar ‘geringonça’ com PAN e Livre

Socialistas perto dos 37%, mais nove pontos que PSD • Apesar do reforço de deputados, PS quer ‘geringonça’ que inclua PAN e Livre • Bloco estagnou, PCP recua de novo • CDS sofre dura derrota e Assunção Cristas anuncia saída • Há novos partidos na AR: entre eles a extrema-direita do Chega

Opinião Manuel Carvalho Teresa de Sousa António Barreto Vasco Pulido Valente João Miguel Tavares Rui Tavares Nuno Garoupa Susana Peralta Raquel Varela Helena Pereira **Resultados** Distrito a distrito • Vencedores e vencidos • Destaque, 2 a 23

PUBLICIDADE

Figura 36 – Imagem da manchete da edição de 7 de outubro de 2019 do jornal *Público*.

O *superlead* do primeiro artigo, na página 2 (anexo 123), volta a referir que “a extrema-direita entra no parlamento”, formulação repetida no final do *lead*: “O Parlamento que resulta das urnas receberá deputados de três novos partidos: Iniciativa Liberal, Livre e Chega (um parlamentar cada). Registe-se que com a eleição de um deputado pelo Chega verifica-se a entrada da extrema-direita no Parlamento português”. Embora o partido de direita radical só volte a ser mencionado nos dois últimos parágrafos, com um entretítulo “Três Estrelas”, referente aos três partidos recém-chegados, cuja entrada é atribuída à fragmentação eleitoral, existe um texto numa coluna à direita que repete a formulação “extrema-direita” no enquadramento deste resultado: o editorial escrito pelo diretor Manuel Carvalho (anexo 124). Nas palavras do jornalista: “se o sistema partidário resiste, deu um passo no sentido da fragmentação; o Chega pode criar um cavalo de Troia para instilar o vírus da extrema-direita na democracia portuguesa”¹⁰².

Após a rejeição no final da notícia da página 4, na qual o primeiro-ministro António Costa afirma “não contar com o Chega para nada” (anexo 125), a expressão “extrema-direita” é novamente utilizada na página 12, no artigo dedicado aos três partidos recém-chegados (anexo 126). Embora a foto de Ventura em frente aos seus apoiantes de punho erguido surja em primeiro lugar (figura 37), o *superlead* retoma a expressão já utilizada: “Extrema-direita de André Ventura foi o último a saber”, e mais uma vez no segundo parágrafo, dizendo que “o Chega representa a entrada da extrema-direita no hemiciclo português”.

¹⁰² Neste caso é ainda visível a carga negativa da palavra “vírus” que o diretor do jornal *Público* utiliza para descrever o Chega.

Iniciativa Liberal, Livre e Chega estreiam-se no Parlamento com eleição em Lisboa

Pedro Crisóstomo
e Rita Ferreira

Cotrim Figueiredo foi o primeiro a ter eleição garantida. Extrema-direita de André Ventura foi o último a saber

Quatro anos depois do PAN, três novos partidos – o Iniciativa Liberal (IL), o Livre e o Chega – repetiram o feito e garantiram a entrada no Parlamento elegendo os



frente aos apoiantes para cantar vitória. E com uma promessa: a de que o novo partido irá ser “uma voz clara” na defesa da liberdade individual, política e económica, e que fará uma “verdadeira oposição ideológica” à esquerda.

“Hoje fizemos história: pela primeira vez neste século um partido que se apresenta com menos de dois anos de vida irá ter representação no Parlamento”, festejou Carlos Guimarães, enquanto os apoiantes exultavam “liberal, liberal, liberal”.

Para Carlos Guimarães Pinto, ainda assim este é “um dia triste”, por-

gar as pontes e referia-se ao Livre como partido com representação parlamentar.

Chega Rejeição a “alarmismos”

Se a nível nacional o Chega alcançou mais do que o IL e o Livre, ao registar 66.442 votos (um total de 1,3%), em Lisboa ficou atrás dos outros dois estreantes. Alcançou 22.053 votos neste círculo eleitoral (perto de um terço da votação total) e garantiu a eleição de André Ventura, dissidente do PSD e ex-candidato dos socialistas-democratas nas últimas autárquicas em Loures.


Figura 37 – Imagem da página 12 da edição de 7 de outubro de 2019 do jornal *Público*.

Sendo o último dos três partidos a ser abordado no texto, não faltam citações do discurso do líder populista, que pede “aos ‘cidadãos’, aos ‘comentadores’ e aos ‘atores políticos’ para olharem para o Chega como um partido democrático”, acrescentando que “não quer ‘minar’ a democracia e que não há razões ‘para qualquer tipo de alarmismos’”, algo repetido na página 14, na qual é referido como um dos vencedores deste escrutínio (figura 38 e anexo 127).

Vencedores




António Costa

 Desta vez, Costa é o primeiro-ministro eleito e isso é uma vitória. O PS não cumpriu o desejo verbalizado por alguns socialistas de atingir a maioria absoluta, mas conseguiu ser o partido mais votado. Ficaram por conquistar distritos como Bragança, Viseu, Leiria e Vila Real. Na Madeira, também venceu o PSD, mas o PS conseguiu atingir o mesmo número de deputados que os sociais-democratas, o que é, em si mesmo, uma vitória. Resta saber como irá Costa governar. **S.S.**




André Silva

 O até agora deputado único do PAN assumia o objectivo de assegurar companhia na bancada e constituir um grupo parlamentar. O PAN elegeu quatro deputados (dois por Lisboa, um pelo Porto e outro por Setúbal) e nem a polémica à volta do consumo de carne de vaca lhe fez grande massa. O resultado do PAN confirma que os eleitores estão dispostos a investir em partidos de causas específicas (como o fim das touradas, por exemplo) e que há causas novas que se impuseram ao debate político, como as alterações climáticas. **A.V.**




Marcelo Rebelo de Sousa

 Não foi ontem a eleições, mas saiu ganhador. O Presidente da República temia a maioria absoluta do PS, pois isso iria roubar-lhe espaço de intervenção. Agora, Marcelo pode abalançar-se na recandidatura, sentindo que o seu papel vai continuar a ser de valor reforçado. O risco de dois terços de maioria de esquerda que a direita agitava como fantasma também não se verificou e Marcelo Rebelo de Sousa bem pode começar (se não começou já) a pensar em juntar peças e a desfazer jogo conforme as áreas e os consensos necessários. **H.P.**




André Ventura

 O Chega esteve, até ao fim da noite eleitoral, em sétimo lugar nas preferências dos portugueses, com praticamente 1.3% dos votos. E não foi pouquinho. Como em Lisboa esse valor foi mais elevado – à nossa hora de fecho já tinha ultrapassado os 2% –, já era suficiente para antever que o Chega elegeria um deputado. Com um lugar no Parlamento, André Ventura era um dos vencedores da noite. “O Chega vem para reforçar a democracia, não vem para a minar. O que queremos é de facto mudar o sistema em que vivemos”, disse a meio da noite. **S.S.**



Joacine Katar Moreira

 A eleição da cabeça de lista do Livre parece a história política a acertar contas consigo mesmo, para saldar uma dívida. O Livre nasceu para promover maiorias parlamentares de esquerda, numa altura em que a “geringonça” era uma quimera. E a “geringonça” acabou por ser possível após umas eleições em que o seu mais acérrimo defensor ficara de fora. O Livre teve então razão, mas não votos. É irónico que consiga eleger Joacine Katar Moreira, quando a “geringonça” parece ter chegado ao fim. Talvez venha para participar em algo parecido. **A.V.**



Carlos Guimarães Pinto


 O partido Iniciativa Liberal, liderado por Carlos Guimarães Pinto, candidatou-se pela primeira vez à Assembleia da República e conseguiu logo ser eleito. Em Lisboa, círculo onde foi eleito João Cotrim Figueiredo, o Iniciativa Liberal teve uma votação em muitas zonas semelhante à do CDS e até mesmo superior. Esta nova direita, que terá atraído sobretudo eleitorado mais jovem, vai introduzir no Parlamento uma agenda radicalmente diferente na economia e finanças. Afinal, não foi a Aliança que veio baralhar as contas à direita. **H.P.**

Figura 38 – Imagem da página 14 da edição de 7 de outubro de 2019 do jornal *Público*.

Porém, o penúltimo parágrafo da página 12 (anexo 126) faz algo que não foi feito com a IL nem com o Livre, citando uma crítica feita por um elemento de outro partido: “No discurso da eleição, Joacine Katar Moreira marcou terreno face à entrada do Chega no Parlamento, afirmando que ‘não há lugar para a extrema-direita’ no Parlamento”. Esta narrativa continua na página 6 da edição do dia seguinte, com uma notícia intitulada “Chegada da extrema-direita deve alertar AR” (anexo 131), ao lado de uma foto na qual Ventura e os seus apoiantes surgem sorridentes, de braço no ar e a fazerem com os dedos um gesto “V de Vitória” (figura 39).

Chegada da extrema-direita deve alertar a AR

Liliana Borges

Os partidos com assento parlamentar devem assumir a responsabilidade de não cair em populismos, dizem especialistas

Até domingo, Portugal era um dos quatro países da União Europeia (UE) sem representantes da extrema-direita na Assembleia da República. Com a eleição de André Ventura, pelo Chega, o cenário mudou. O que significa a chegada de um partido de extrema-direita a São Bento e como é que isso pode influenciar o Parlamento português? Os portugueses não estão necessariamente menos moderados, mas a promessa de soluções rápidas para problemas antigos e a crescente exposição mediática do protagonista político em representação do partido foram ingredientes suficientes para eleger uma força política de extrema-direita, observam especialistas.

Mais do que nunca, alertam, os partidos devem estar conscientes de que existe uma parte da população



O Chega, de André Ventura, obteve 2,74% dos votos em Portalegre e 2,22% em Évora

idade”. Para a investigadora e professora de Comunicação Política do ICS, esta entrada “habitualmente dá origem a uma fragmentação, quer do discurso político, quer do sistema partidário com propostas mais tradicionais”, o que se traduz num esvaziamento do centro.

Também por isso, a eleição de um partido de extrema-direita “deve alertar os restantes partidos para a necessidade de ouvir as pessoas”, argumenta a investigadora. “Tem de existir um despertar dos partidos com responsabilidade”. Os resultados das eleições deste domingo devem lembrar os partidos “que existem pessoas dispostas a votar em propostas radicais”, sublinha Susana Salgado.

A mesma interpretação tem Paula do Espírito Santo, para quem os partidos do sistema devem reforçar a sua base de capacidade de gestão da “res publica”. Para a investigadora, “os partidos que defendem os direitos humanos e que têm uma matriz ocidental” devem assumir a responsabilidade de combater os fenómenos de extrema-direita com uma resposta “muito mais sustentada e reforçada, dando bons exemplos em termos políticos e de representação parlamentar”.

No entanto, Paula Espírito Santo é

Figura 39 – Imagem da página 6 da edição de 8 de outubro de 2019 do jornal *Público*.

Embora uma leitura do texto clarifique que este suposto alerta resulta das opiniões de um conjunto de investigadoras universitárias, a formulação “deve alertar” já denota que o sujeito em questão é visto como perigoso. Ao longo do *lead*, a expressão “extrema-direita” vai sendo repetida: “Até domingo, Portugal era um dos quatro países da União Europeia (UE) sem representantes da extrema-direita na Assembleia da República”; “O que significa a chegada de um partido de extrema-direita a São Bento e como é que isso pode influenciar o Parlamento português?”; “a promessa de soluções rápidas para problemas antigos e a crescente exposição mediática do protagonista político em representação do partido foram ingredientes suficientes para

eleger uma força política de extrema-direita”. A mesma prática discursiva volta no oitavo, no nono e no décimo parágrafo:

“A entrada de um partido de extrema-direita tem 'um impacto negativo no sistema político', que, não sendo imediato, sê-lo-á 'a médio ou longo prazo, quer ao nível da moderação dos discursos, quer ao nível do compromisso e consenso' entre os partidos, avalia Susana Salgado. Para a investigadora, a entrada de um partido de extrema-direita em São Bento 'pode polarizar debates na sociedade.'” ...

“ (...) Também por isso, a eleição de um partido de extrema-direita 'deve alertar os restantes partidos para a necessidade de ouvir as pessoas', argumenta a investigadora.” ...

“ (...) A mesma interpretação tem Paula do Espírito Santo, para quem os partidos do sistema devem reforçar a sua base de capacidade de gestão da 'res publica'. Para a investigadora, 'os partidos que defendem os direitos humanos e que têm uma matriz ocidental' devem assumir a responsabilidade de combater os fenómenos de extrema-direita com uma resposta 'muito mais sustentada e reforçada, dando bons exemplos em termos políticos e de representação parlamentar'”

A posição das aspas revela que o termo “extrema-direita” é utilizado pelo jornal *Público* e não pela investigadora¹⁰³. A peça seguinte, na página 7 continua com esta mesma narrativa, com um *filet* intitulado “Já só há três países sem extrema-direita na UE”, já mencionado na alínea a) (anexo 132). A utilização desta expressão continua nas próprias “Cartas ao diretor” da página 14, escritas pelos leitores do jornal. Três cartas descrevem a entrada do Chega de forma crítica, com as duas últimas a referirem-se à “extrema-direita” (anexo 136). As edições de 9 e 11 de outubro continuariam este enquadramento, mas apenas através dos artigos de opinião: na data mencionada em primeiro lugar, o artigo de Elísio Estanque, na página 7, que refere “o dito Chega (cujo nome indicia já a linguagem radical de quem se propõe fazer “a limpeza”...), ao tentar apanhar a onda populista de extrema-direita”, acrescentando-se os “tiques profascistas a virem ao de cima em diversos pontos do seu programa” (anexo 138); um outro artigo, de Rui Tavares, na última página, repete a fórmula das notícias dos dias 7 e 8: “eis que a extrema-direita entra no parlamento português” (anexo 139). No caso do dia 11, existe o artigo de Bárbara Reis na página 16, que afirma que André Ventura “não é fascista. Já não se usa. É de extrema-direita” (anexo 151); e, mais uma vez na última página desta edição, Rui Tavares, refere-se ao

¹⁰³ No terceiro parágrafo, Paula Espírito Santo vai no mesmo sentido das afirmações de autores como Cas Mudde e Riccardo Marchi:

“Populismo e extrema-direita não são a mesma coisa’, nota Paula do Espírito Santo. Enquanto o populismo se baseia numa ‘mensagem básica e superficial, mas que promete uma resposta rápida’, mas ‘sem valores centrais que o definam’, a extrema-direita ‘está ancorada numa ideologia nazi e na identificação de elementos da sociedade que devem ser marginais’”.

“candidato fascistoide” à câmara municipal de Loures em 2017, André Ventura (anexo 152).

No entanto existe a possibilidade de esta escolha semântica também pode ter uma segunda motivação: a utilização de um significado dominante, com vista a facilitar a descodificação, i.e., a compreensão dos leitores (Entman, 1993). Tendo os termos “direita radical”, “nova direita” e “populismo de nova direita” surgido no contexto académico, parte-se do princípio de que a maioria do público não dominará estes conceitos. Já em relação a “extrema-direita”, toda a gente associa comportamentos preconceituosos a este campo ideológico.

- g) A edição de 11 de outubro mostra a última manchete na qual o Chega é mencionado, embora num pequeno espaço no canto inferior direito, com uma reportagem intitulada “Em Elvas, a ciganofobia deu ao Chega a sua maior expressão” (figura 40 e anexo 145).



Figura 40 – Imagem da manchete da edição de 11 de outubro de 2019 do jornal *Público*.

Um primeiro olhar sobre este título já demonstra uma ligeira abordagem condenatória através do sufixo "fobia", que denota sempre preconceito quando o radical se refere a um grupo étnico, como é o caso dos ciganos. Nas páginas 10 e 11 (anexos 148 e 149, respetivamente), onde se encontra a reportagem propriamente dita, a palavra “ciganofobia” é substituída por “ódio contra ciganos”, confirmando a carga negativa desta descrição.

Passando do título para o *superlead*, o enquadramento reprobatório do Chega torna-se ainda mais claro: a autora começa por referir que “dados da PSP de Elvas mostram que não há mais ciganos a cometer crimes do que não-ciganos”, desmentindo (pelo menos nesta localidade) uma das alegações antigas de André Ventura contra esta comunidade; no final, acrescenta que “os preconceitos estão bem vivos”, colocando mais uma palavra com uma carga negativa.

Não haveria melhor forma de reforçar essa carga negativa do que dando voz a

membros da comunidade alvo dos ataques de André Ventura, e foi isso que o jornal *Público* fez nesta peça: o *lead* fala sobre Almerindo Prudêncio, um mediador elvense e cigano que esteve presente numa das mesas de voto, citando-o quando o mesmo diz que achava que o Chega iria ter apenas “uma meia dúzia de votos” e que “não estava à espera de nada disto”. Para além disso, é um dos poucos intervenientes cuja fotografia é apresentada (figura 41).



Figura 41 – Imagem da página 11 da edição de 11 de outubro de 2019 do jornal *Público*.

Após informar, no segundo parágrafo, que a freguesia onde Almerindo vive foi uma das que “registou a maior taxa de votação no Chega” e que “aquele partido de extrema-direita” (novamente o termo com carga negativa) ficou à frente do PCP e do PAN, o jornal *Público* volta a citar o mediador elvense e cigano no terceiro, no quarto e no oitavo parágrafo:

“Olhando para trás, isto não espanta assim tanto Almerindo Prudêncio, 44 anos. ‘Encontraram no Chega a maneira de expressar a discriminação. Há um preconceito e uma ideia de que somos todos iguais e que não há nada de bom entre os ciganos. É nisso que o sr. Ventura pega e faz a sua campanha: recolhe o ódio da população, faz uma manobra e solta aquelas baboseiras.’” ...

“‘Afinal o que é um cigano?’”, questiona. “‘Se o dicionário diz que são ladrões, trapaceiros, então há muitos mais que nós. Ele [André Ventura] transfere todo o mal da sociedade para os ciganos e capta os votos de pessoas inconscientes.’” ...

“Almerindo Prudêncio contextualiza: ‘Grande parte das comunidades ciganas não se sentem representadas, estão despolitizadas. Houve políticas [dirigidas aos ciganos] sobre as quais não lhes perguntaram nada: dá nisto. E depois as pessoas estão resignadas, não é só aqui. Aqui há segregação, mas não é caso único. Se estes senhores puserem um currículo numa proposta de emprego, sabendo que as pessoas são do Bairro das Pias, vai para trás.’”

No parágrafo seguinte, o jornal *Público* relembra as acusações feitas pelo líder do Chega ao longo das suas diversas campanhas, como a alegada subsidiodependência e o

suposto “favorecimento em relação a outros cidadãos, nomeadamente na habitação”. No entanto, estas alegações são imediatamente contrastadas com as condições “do Bairro das Pias, à porta de Elvas”, onde “favorecimento é tudo o que não existe”, sendo a descrição das condições precárias de vida bastante detalhadas:

“Não há água canalizada nas casas, de estrutura pré-fabricada, o lixo no descampado não é retirado, não há transportes públicos à exceção da carrinha da escola. Ali vivem cerca de 40 famílias há mais de uma década. Há bidões de água espalhados nos terraços, e crianças a tomar banho cá fora, de balde. Por dentro, algumas casas parecem ter sido pintadas de fresco, contrastando com o exterior; outras têm rachas e bolor.”

Esta descrição é acompanhada por uma fotografia que apresenta uma habitação com condições precárias (figura 42) localizada no referido Bairro das Pias¹⁰⁴, reforçando a ausência de favorecimento da comunidade cigana.

¹⁰⁴ Embora a legenda da imagem na versão impressa desta reportagem não identifique a localização da casa fotografada, é possível encontrar a sua descrição como “Bairro das Pias” na [edição online](#) do jornal *Público*.



Figura 42 – Imagem das páginas 10 e 11 da edição de 11 de outubro de 2019 do jornal *Público*.

Para além de Almerindo Prudêncio, é também dada voz, no nono e no décimo parágrafo, a Sheila Cardozo, jovem cigana que afirma “haver racismo”, acrescentando que “há poucas pessoas a tratar bem os ciganos”, e a Cátia Carmo, descrita como “uma não-cigana casada com um cigano que tem família no bairro”, e cujas citações desmentem parte da narrativa de André Ventura: “Na nossa etnia tanto há bons como maus, como na deles. Não acho justo. Não são só os ciganos que recebem o RSI¹⁰⁵. Revolto-me muito.’”

O décimo-primeiro e o décimo-segundo parágrafo volta ao tema das más-condições de vida, ao apontar dados da Estratégia Nacional para a Integração das Comunidades

¹⁰⁵ Sigla do Rendimento Social de Inserção.

Ciganas, de acordo com os quais “97% dos ciganos estavam abaixo do limiar da pobreza”. A estes dados acresce ainda os de um estudo feito pela investigadora Manuela Mendes, onde se refere que, no tocante aos ciganos, “uma percentagem grande trabalha’, só que muitas vezes não se trata de trabalho no mercado formal, com um contrato ou um salário”.

No décimo-terceiro e no décimo-quarto parágrafo, o jornal *Público* diz que ninguém se lembra de ver nem os militantes do Chega nem André Ventura, em Elvas, nem “sabem o que o partido defende para além do ataque aos ciganos”. No entanto, toda a gente conhece o líder populista de outras andanças: “André Ventura é adepto ferrenho do Benfica, comenta na CMTV (faltou a um debate das europeias por causa de futebol) e tem uma coluna no jornal mais popular do país, o *Correio da Manhã*”, mostrando os eleitores do partido em questão como motivados predominantemente pelo preconceito.

Outra marca de crítica à mensagem do Chega pode ser vista no décimo-sétimo, vigésimo e vigésimo-primeiro parágrafos, onde são dados exemplos de preconceito em relação à comunidade cigana, sempre associados a falta de integração social, marginalidade e criminalidade:

“Eletricista, António Afonso acha que quem votou na extrema-direita foi o eleitorado do PSD. Sobre o sentimento anticiganos na cidade diz: 'Não sou racista. Mas eles não se dão com a gente, não se integram.' Discorre frases que associam os ciganos ao crime e à desordem.” ...

“(...) Estou convencido que é uma questão racista”, afirma sobre a motivação do eleitorado. 'É que os problemas com os ciganos são quase diários', diz. Quais? 'Os assaltos, a maneira de estar deles que não se querem integrar”.

Porém, o vigésimo-primeiro parágrafo cita declarações do comandante da divisão elvensê da PSP, que desmentem o estereótipo anticigano:

“O registo de crimes contradiz o preconceito. 'Os números não indicam que exista maior número de crimes cometidos pela comunidade cigana do que pela restante população. O crime não é um problema exclusivo da comunidade cigana', afirma. Quanto a boatos sobre aumento do crime em Elvas diz: 'Até há redução da taxa de criminalidade dos crimes contra o património”.

No entanto, o penúltimo e o antepenúltimo parágrafo voltam a mostrar preconceito sobre os ciganos por parte de dois munícipes de Elvas, ambos representados em fotografias na página 10 (figura 24), incluindo uma eleitora do Chega que desmente parcialmente o décimo-segundo e décimo-terceiro parágrafos:

“Já José Laço, presidente da junta de freguesia pelo PS, não notou sequer a presença do partido durante a campanha. Não descarta a xenofobia como motor. 'A integração dos ciganos vai estando mais próxima. Ainda está a meio a evolução de só quererem ter direitos e não querem obrigações', afirma, referindo-se à questão dos subsídios. Em que diferem estas opiniões das de André Ventura? 'Não empurrámos [os ciganos], mas fazemos uma aproximação', diz.” ...

“ (...) Aos 60 anos, com uma tatuagem no pulso, Preciosa Brito não tem pudor em afirmar que votou no Chega, mas noutra freguesia. Está num café perto do Clube de Ténis e ouviu-nos abordar um grupo de mulheres que não quer falar. Ela quer. Benfiquista, acompanhava André Ventura na CMTV. É viúva, doméstica, não costumava votar, e desta vez até influenciou algumas pessoas. Subscrive as ideias do líder de extrema-direita sobre os ciganos: 'A voz dele vai representar quem tem ideias como ele: não dar subsídios às pessoas que nunca trabalharam, a pena de morte, a castração química dos pedófilos'.”

CONCLUSÃO

A realização da presente dissertação resultou de uma vontade de compreender a forma como os *media* portugueses perspetivavam o Chega, sobretudo durante o período da campanha eleitoral para as primeiras eleições legislativas disputadas pelo partido. A quantidade ainda reduzida de trabalhos dedicados à relação entre o Chega e os *media* tornava a realização deste objetivo ainda mais necessária.

A análise da relação referida do parágrafo anterior criou a necessidade de uma explicitação sobre o populismo, sobretudo o populismo de direita, no qual o Chega se insere. Para além disso, foi também abordada a sua relação com os *media* e o resultante populismo mediático. Após enquadrar teoricamente esta análise, tornou-se necessário realizar um estudo empírico da cobertura do referido partido. Pelos razões mencionadas no capítulo II, os meios de comunicação escolhidos para esta análise foram o jornal *I* e o jornal *Público*, optando-se pelo estudo dos artigos de cariz informativo publicados entre 1 de agosto de 2019 e 13 de outubro do mesmo ano. Essas datas dizem respeito, respetivamente, ao início da pré-campanha e ao sétimo dia após a realização do ato eleitoral legislativo. Tendo como ponto de partida as posições de Riccardo Marchi (2020a), que descreveu o jornal *I* como jornal diário mais favorável ao Chega e o jornal *Público* como o jornal diário mais hostil ao partido referido, foi realizada uma análise mista, tanto quantitativa como qualitativa.

A nível quantitativo, efetuou-se uma medição do número de presenças simples do partido nas peças informativas de cada um dos jornais, verificando-se em seguida em quantas

dessas peças o Chega foi ator principal e quantas vezes surgiu nas manchetes. De seguida, foi contabilizado o número de artigos focados no presidente do partido em questão, André Ventura, ou declarações suas, sendo também analisado o número de artigos sobre o *Programa Político* ou sobre as *70 medidas para reerguer Portugal*. Neste estudo foi testado um conjunto de seis hipóteses: H1: O favorecimento do jornal *I* e a hostilidade do jornal *Público* confirmam-se e verificam-se através de uma cobertura maior do Chega no caso do medium mais favorável, e menor nos casos do medium mais hostil; H2: O Chega teve uma cobertura inferior aos restantes partidos atualmente presentes na AR; H3: A cobertura jornalística do Chega aumentou após a sua entrada no parlamento; H4: A cobertura da campanha eleitoral do Chega foca-se maioritariamente na figura de André Ventura; H5: Os media em análise ignoram a maioria das *70 medidas para reerguer Portugal*; H6: Os media em análise ignoram a maioria das propostas presentes no *Programa Político* do Chega.

Após esta análise quantitativa, foi realizada uma análise textual dos artigos nos quais o partido liderado por André Ventura marcava presença, assim como das manchetes nas quais era representado, procurando compreender a cobertura da sua campanha eleitoral. Nesse sentido, seguiram-se as cinco etapas ou estágios de análise textual propostos por Deacon *et al.* (1999), estudando as estruturas formais do texto, as estruturas temáticas, o esquema discursivo, a escolha lexical e as macroestruturas temáticas.

Olhando para os resultados da análise quantitativa, presentes no capítulo III, é possível notar uma confirmação total das hipóteses 1, 3, 5 e 6, uma confirmação parcial da hipótese 2 e uma negação da hipótese 4: o jornal *I* noticiou a atividade do Chega numa proporção maior que o jornal *Público*, publicando também mais peças nas quais o partido referido foi ator principal e dando-lhe mais espaços nas suas manchetes. Essa cobertura aumentou substancialmente após a eleição de André Ventura para o cargo de deputado, em ambos os jornais. Contudo, o Chega protagonizou mais artigos e marcou presença em mais manchetes do que o Livre. O partido liderado por André Ventura ultrapassou tanto o partido coordenado por Rui Tavares como a IL no tocante às presenças simples, tendo valores inferiores ao partido liberal no que toca a presenças como autor principal e a presenças nas manchetes. No mesmo sentido, tendo em conta a lógica personalista de funcionamento interno associada aos partidos populistas de direita e o valor-notícia da personalização, seria de esperar que a cobertura noticiosa dos dois meios de comunicação analisados se focasse em André Ventura ou nas suas declarações. Contudo, apenas 38 artigos se focam no líder partidário ou nas suas

declarações, ignorando também a maioria dos pontos do seu *Programa Político* e das *70 medidas para reerguer Portugal* (Afonso, 2019).

A nível qualitativo, é possível constatar que ambos os jornais analisados contêm um total de 53 artigos (27, no caso do jornal *I*, e 16 no caso do jornal *Público*) que não se enquadram na descrição feita por Marchi (2020), estando mais próximos de uma cobertura neutra. Já no caso dos restantes 27 artigos, a situação é bastante diferente. O jornal *I* representou o Chega de forma positiva: noticiou pseudoacontecimentos promovidos pelo partido em questão, deu-lhe voz em situações nas quais recebeu críticas de outras forças políticas e foi o único dos dois jornais analisados a entrevistar André Ventura nas edições posteriores ao ato eleitoral legislativo. Já no caso do jornal *Público*, a representação adotou contornos mais negativos: para além da utilização da sátira como forma de crítica à atividade partidária, o jornal *Público* não deu voz ao Chega quando elementos de outros partidos o criticavam, nem o entrevistou na semana posterior às eleições, enquadrando-o várias vezes em conjunto com forças políticas e líderes políticos eurocéticos (algo significativo num *medium* declaradamente europeísta), e realizou uma reportagem sobre o preconceito contra ciganos em Elvas, um dos municípios onde o Chega obteve mais votos. Para além disso, existe ainda a descrição do Chega como um partido de extrema-direita, definido no início da presente dissertação como uma marca de hostilidade, embora, como também já foi mencionado, exista a possibilidade de essa descrição ter sido adotada apenas com o objetivo de facilitar a compreensão do leitor, que reconheceria mais facilmente o conceito “extrema-direita” do que “direita radical” ou “direita populista”. Estas duas abordagens são reforçadas se se prestar atenção aos artigos, quer de opinião quer noticiosos, que os dois *media* publicaram nas mesmas edições das peças analisadas, artigos esses que reforçavam as representações descritas no parágrafo anterior.

Os dados resultantes desta análise mostram algo inesperado do ponto de vista da cobertura noticiosa dos acontecimentos políticos: sendo o Chega um partido liderado por uma figura já conhecida na arena mediática e sendo o seu discurso caracterizado por uma quebra da normalidade, seria de esperar que a instituição política em questão atraísse uma atenção considerável dos *media*. Contudo, a nível quantitativo, a cobertura do Chega não diferiu muito das restantes forças políticas sem assento parlamentar. As atenções dos *media* só aumentaram após constatarem a novidade criada pela eleição de André Ventura para o cargo de deputado, representando o fim de um dos casos de exceção de Portugal face à UE, no que toca à representação parlamentar da Ultradireita. O próprio jornal *I*, descrito como um jornal

favorável à força política em questão, não foi uma exceção, dando-lhe um espaço menor do que aos partidos com representação parlamentar.

É certo que vozes como Cecília Honório (2021), Daniela Santiago (2021) ou, em entrevista para este trabalho, Ferreira Fernandes (anexo 1), afirmam que grande parte dos media portugueses deram bastante atenção ao Chega, acabando por lhes dar publicidade¹⁰⁶. Contudo, os dados apresentados neste trabalho mostram uma realidade bastante diferente, tal como os relatórios de pluralismo da ERC já haviam feito (2019 a, b & c). No entanto, pelos motivos já referidos no início deste parágrafo, também não será correto seguir a mesma narrativa de alguns dirigentes do Chega, que acusavam os meios de comunicação nacionais de realizarem um bloqueio mediático à sua força política (Marchi, 2020a). Mesmo no caso do jornal *Público*, existe sempre a hipótese de a sua postura alegadamente hostil resultar mais do papel de crítica ao *establishment* político referido por Francisco Graça (2017). Deste ponto de vista, apesar de o Chega se descrever como um partido antissistema, estaria bastante inserido nele, estando tão sujeito a críticas como todas as outras forças políticas, não existindo uma aversão específica contra o partido liderado por André Ventura.

As diferentes abordagens dos dois *media* analisados poderiam ter sido esclarecidas por elementos das direções dos dois jornais, mas como nenhum aceitou dar declarações, as motivações de cada um dos meios de comunicação ficará em aberto. A inclinação política apenas poderia ser discernida a partir dos artigos de opinião de cada um. O espaço de opinião jornal *I* foi maioritariamente ocupada por comentadores ligados à direita, incluindo alguns elementos do Chega, como o próprio André Ventura, ou outros exteriores ao partido, mas com um discurso consonante. Já o jornal *Público*, embora contenha artigos escritos tanto por figuras de direita como de esquerda, mostrou um predomínio de material crítico do partido em questão, sobretudo nas edições nas quais noticiou as suas atividades de campanha.

Contudo, estas considerações não são suficientes para identificar algum tipo de inclinação política dos dois jornais analisados. Esse assunto necessitaria de um estudo autónomo e individualizado, com uma sistematização mais aprofundada dos trabalhos anteriormente realizados sobre esse assunto. Devido ao âmbito dessa abordagem, tal tarefa

¹⁰⁶ Curiosamente, essa opinião era partilhada pela própria liderança do Ergue-te, antigo Partido Nacional-Renovador, cujo presidente, José Pinto Coelho acusava os media portugueses de terem levado o Chega ao colo (Marchi, 2020a).

implicaria um tratamento no quadro de um trabalho sem as limitações de uma tese de mestrado.

No mesmo sentido, é necessário reconhecer que a amostra analisada na presente dissertação é bastante diminuta, referindo-se a apenas dois meios de comunicação e a apenas um período eleitoral. É tão possível que as abordagens dos restantes meios de comunicação tenham sido diferentes como que exista algum ponto em comum. Da mesma forma, terão os dois anos de funções parlamentares de Ventura e a recente eleição de mais onze deputados levado a alterações nessa cobertura? Como terá o líder do Chega sido noticiado durante a sua campanha eleitoral para as eleições presidenciais de 2021? Até se realizar uma investigação adicional sobre esse mesmo tema, não será possível responder.

BIBLIOGRAFIA/FONTES CONSULTADAS

Afonso, N. (2019). *70 medidas para reerguer Portugal*. CHEGA. <https://partidochega.pt/wp-content/uploads/2019/09/70-MEDIDAS-PARA-REERGUER-PORTUGAL-CHEGA.pdf>

Arditi, B. (2004). Populism as a spectre of democracy: a response to Canovan. *Political Studies*, 52(1), 135-143.

Berlin, I., Hofstadter, R., MacRae, D., Schapiro, L., Seton-Watson, H., Touraine, A., ... & Worsley, P. (1968). To define populism. *Government and Opposition*, 137-179.

Betz, H. G. (2003). Xenophobia, identity politics and exclusionary populism in Western Europe. *Socialist Register*, 39.

Blumenthal, S. (1980). *The permanent campaign: Inside the world of elite political operatives*. Beacon Press

Bobbio, N., Matteucci, N., & Pasquino, G. (1998). Dicionário de Política. vol. 1. *Brasília: Editora Universidade de Brasília*, 674.

Boorstin, D. J. (1992). *The image: A guide to pseudo-events in America*. Vintage.

Borges, S. (2010). Agendamento IN Correia, J.C., Ferreira, G.B., Espírito Santo, P. (Orgs.) (2010). *Conceitos de Comunicação Política. Série: Estudos em Comunicação* (pp. 137-144). Editora Universidade da Beira Interior.

Brock, A. (2019). Humor Jokes, and irony versu mocking, gossip, and black humour IN Gerd, A., Ventola, E. & Weber, T. (Eds.) (2019). *The Handbook of Interpersonal Communication – Volume 2* (pp. 541-566). Mouton de Gruyter.

Caeiro, M. D. F. (2019). *Média e populismo: em busca das raízes da excepcionalidade do caso português* (Doctoral dissertation). <http://hdl.handle.net/10071/19259>

Canovan, M. (1999). Trust the people! Populism and the two faces of democracy. *Political studies*, 47(1), 2-16.

Chega (2019). *Programa Político - 2019*.

Chovanec, J. (2012). Conversational humour and joint fantasizing in online journalism IN Chovanec, J. & Ermida, I. (Eds.) (2012). *Language and Humour in the Media* (pp. 139-161). Cambridge Scholars Publishing.

Conaghan, C., & De la Torre, C. (2008). The permanent campaign of Rafael Correa: Making Ecuador's plebiscitary presidency. *The International Journal of Press/Politics*, 13(3), 267-284. <https://doi.org/10.1177/1940161208319464>

Correia, F. (2005). Jornalistas portugueses: da homogeneidade aparente às distinções necessárias. *Caleidoscópio: Revista de Comunicação e Cultura*, 6/6 (34), 205-216. <http://hdl.handle.net/10437/2639>

Correia, J. C. (2020). A teoria dos efeitos e a construção de agendas populistas In Camponez C., Ferreira, G. B., Rodríguez-Díaz, R. (Orgs.) (2020). *Estudos do Agendamento: Teoria, desenvolvimentos e desafios — 50 anos depois* (pp. 107-136). LabCom

Couldry, N. (2019). *Media, Voice, Space and Power: Essays of Refraction*. Routledge.

Cresswell, J. W. (2009). *Research Design: Qualitative, quantitative, and mixed methods approaches*. Sage Publications.

Cunha, I. F. (2010). Televisão e Cobertura das Legislativas de 2009: Das estratégias às crises. *Revista Media & Jornalismo*, (17), 9.

Cunha, I. F. (2012). *Análise dos Media*. Imprensa da Universidade de Coimbra

Cunha, I. F. (2017, 16 a 18 de novembro). populismo mediático e (in)tolerância na diversidade global [Grupo de trabalho 8 – Recepção e Consumo da Comunicação]. *XV Congresso Internacional Ibercom 2017*. Brasil

Cunha, I. F. (2019). O jornalismo na era do populismo mediatizado. *Estudos em Jornalismo e Mídia*, 16(2), 9-22. <https://doi.org/10.5007/1984-6924.2019v16n2p09>

Deacon, D., Pickering, M., Golding, M. & Murdock, Graham (1999). *Researching Communications: a practical guide to methods in media and cultural analysis*. Arnold.

Dearing, J. W., Rogers, E. M., & Rogers, E. (1996). *Agenda-setting* (Vol. 6). Sage.

Eberwein, T., Porlezza, C., & Splendore, S. (2015). Media as political actors. *The international encyclopedia of political communication*, 1-9.

<https://doi.org/10.1002/9781118541555.wbiepc173>

El Refaie, E. (2005). ‘Our purebred ethnic compatriots’: irony in newspaper journalism. *Journal of Pragmatics*, 37(6), 781-797. <https://doi.org/10.1016/j.pragma.2004.10.017>

Entidade Reguladora para a Comunicação Social (2019). *Relatório de avaliação da Observância do Princípio do Pluralismo Político em 2019*. Entidade Reguladora para a Comunicação Social. <https://www.erc.pt/pt/estudos-e-publicacoes/relatorios-do-pluralismo-politico-partidario/relatorio-de-avaliacao-da-observancia-do-principio-do-pluralismo-politico-em-2019>

Entidade Reguladora para a Comunicação Social (2019). *Relatório sobre a Cobertura Jornalística das Eleições Legislativas 2019 - Imprensa*. Entidade Reguladora para a Comunicação Social. <https://www.erc.pt/pt/estudos-e-publicacoes/relatorios-sobre-cobertura-jornalistica-de-eleicoes/relatorio-sobre-a-cobertura-jornalistica-das-eleicoes-legislativas-2019-imprensa>

Entidade Reguladora para a Comunicação Social (2019). *Relatório sobre a Cobertura Jornalística das Eleições Legislativas 2019 - Televisão*. Entidade Reguladora para a Comunicação Social. <https://www.erc.pt/pt/estudos-e-publicacoes/relatorios-sobre-cobertura-jornalistica-de-eleicoes/relatorio-sobre-a-cobertura-jornalistica-das-eleicoes-legislativas-2019-televisao>

- Entman, R. M. (1993). Framing: Towards clarification of a fractured paradigm. *Journal of Communication*, 43(4), 390-397.
- Ericson, R., Baranek, P., Chan, J. (1987). *Visualizing deviance: a study of news organization*. University of Toronto Press.
- Esser, F., Stepińska, A., & Hopmann, D. N. (2016). Populism and the Media: Cross-National Findings and Perspectives. In T. Aalberg, F. Esser, C. Reinemann, J. Strömbäck & C. d. Vreese (Eds.), *Populist political communication in Europe* (pp. 365-380). Routledge
- Figueira, J. (2012). *O essencial sobre a imprensa portuguesa: 1974-2010*. Angelus Novus
- Figueira, J. (2021, Maio-Setembro). Práticas jornalísticas e populismo políticomediático. *Jornalismo & Jornalistas*.
- Galtung, J., & Ruge, M. H. (1965). The Structure of Foreign News: The Presentation of the Congo, Cuba and Cyprus Crises in Four Norwegian Newspapers. *Journal of Peace Research*, 2(1), 64–90. <https://doi.org/10.1177/002234336500200104>
- Gomes, W. (1995). Duas premissas para a compreensão da política espetáculo. *Revista de Comunicação e Linguagens*, 22, 299-338.
- Graça, F. V. S. (2017). *A Política e os Media: O Enviesamento da Imprensa Portuguesa em 2009 e 2015* (Dissertação de mestrado). <http://hdl.handle.net/10071/14833>
- Guazina, L. S. (2021). Populismos de direita e autoritarismos: apontamentos teóricos para estudos sobre a comunicação populista. *Mediapolis–Revista de Comunicação, Jornalismo e Espaço Público*, (12), 49-66. https://doi.org/10.14195/2183-6019_12_3
- Hameleers, M., Bos, L., & de Vreese, C. H. (2016). The Netherlands: A Heartland Full of Insights Into Populist Communication. In T. Aalberg, F. Esser, C. Reinemann, J. Strömbäck & C. d. Vreese (Eds.), *Populist political communication in Europe* (pp. 138-150). Routledge
- Honório, C. (2021). Portugal – o Fim da Exceção In C. Honório & J. Mineiro (Coords.) (2021). *Novas e Velhas Extremas-Direitas* (pp. 125-142). Edições Parsifal.
- Ignazi, P. (1992). Nuovi E Vecchi Partiti Di Estrema Destra In Europa. *Italian Political Science Review/Rivista Italiana Di Scienza Politica*, 22(2), 293-333. <https://doi.org/10.1017/S0048840200018578>

- Ignazi, P. (2006). *Extreme right parties in Western Europe*. Oxford University Press.
- Jansen, R. S. (2011). Populist mobilization: A new theoretical approach to populism. *Sociological theory*, 29(2), 75-96.
- Katz, E. & Dayan, D. (1995) Sadat em Jerusalém. *Revista de Comunicação e Linguagens*, 22, 275-297.
- Kaminski, M. & Varadarajan, T. (2015, 2 de dezembro). POLITICO 28 — An introduction - Viktor Orban: The Conservative Subversive. *Politico*. <https://www.politico.eu/list/politico-28/viktor-orban/>
- Krämer, B. (2014). Media populism: A conceptual clarification and some theses on its effects. *Communication Theory*, 24(1), 42-60. <https://doi.org/10.1111/comt.12029>
- Laclau, E. (2005). *On populist reason*. Verso.
- Lopes, M (2021). *Right-wing populism in Portugal: the case of CHEGA* (BA thesis).
- Maccaferri, M., & Newth, G. (2022). The delegitimation of Europe in a pro-European country: ‘Sovereignism’ and populism in the political discourse of Matteo Salvini’s Lega. *Journal of Language and Politics*. <https://doi.org/10.1075/jlp.21066.mac>
- Marchi, R. (2020). *A Nova Direita Anti-Sistema - O Caso do Chega*. Almedina
- Marchi, R. (2020). O Novo partido Chega no âmbito da direita portuguesa In A. C. Pinto & F. Gentile (Coords.) (2020). *Populismo: teorias e casos* (pp. 200-219). Editora EDMETA.
- McNair, B. (2011). *An introduction to political communication*. Routledge.
- McCombs, M. E., & Shaw, D. L. (1972). The agenda-setting function of mass media. *Public opinion quarterly*, 36(2), 176-187.
- Meyer, T. (2002). *Media democracy: How the media colonize politics*. Polity.
- Mendes, M. S. (2021). The rise of Chega and the end of Portuguese exceptionalism. *LSE European Politics and Policy (EUROPP) blog*. <http://eprints.lse.ac.uk/108751/>
- Mendes, M. S. & Dennison, J. (2021). Explaining the emergence of the radical right in Spain and Portugal: salience, stigma and supply. *West European Politics*, 44(4), 752-775. <https://doi.org/10.1080/01402382.2020.1777504>

- Mesquita, M. (1995) Tendências da Comunicação Política. *Revista de Comunicação e Linguagens*, 22, 385-399.
- Missika, J. L., & Wolton, D. (1983). *La folle du logis: la télévision dans les sociétés démocratiques*. Gallimard.
- Moffitt, B., & Tormey, S. (2014). Rethinking populism: Politics, mediatisation and political style. *Political studies*, 62(2), 381-397. <https://doi.org/10.1111%2F1467-9248.12032>
- Mudde, C. (2001). In the name of the peasantry, the proletariat, and the people: populisms in Eastern Europe. *East European Politics and Societies*, 15(01), 33-53.
- Mudde, C. (2010). The populist radical right: A pathological normalcy. *West European Politics*, 33(6), 1167-1186. <https://doi.org/10.1080/01402382.2010.508901>
- Mudde, C. (2020), *O Regresso da Ultradireita. Da Direita Radical à Direita Extremista*. Editorial Presença
- Mudde, C., & Kaltwasser, C. R. (2017). *Populism: A very short introduction*. Oxford University Press.
- Neuman, W. L. (2011). *Social Research Methods: Qualitative and Quantitative Approaches*. Pearson Education
- Norocel, C., Szabó, G., & Bene, M. (2017). Integration or isolation? Mapping out the position of radical right media in the public sphere. *International Journal of Communication*, 11, 3764-3788.
- Norris, P., & Inglehart, R. (2019). *Cultural backlash: Trump, Brexit, and authoritarian populism*. Cambridge University Press.
- Oliveira, N. (2021, 1 de outubro). Temos de separar as águas entre o populismo de direita e o de esquerda. *Setenta e Quatro*. <https://setentaquatro.pt/recensao/temos-de-separar-aguas-entre-o-populismo-de-direita-e-o-de-esquerda>
- Osório, L. (2019, 9 de setembro). Não há jornais de esquerda. *Comunidade Cultura e Arte*. <https://comunidadeculturaarte.com/nao-ha-jornais-de-esquerda/>
- Palazzolo, F., & Vidarte Asorey, V. (2013). Claves para abordar el diseño metodológico In Souza, M. S., Giordano, C. & Migliorati, M. (Eds) (2013). *Hacia la tesis: itinerarios*

conceptuales y metodológicos para la investigación en comunicación (pp. 83-92). Instituto de Investigaciones en Comunicación (IICom).

Pedro, E. R. (1997). Análise crítica do discurso: Aspetos teóricos, metodológicos e analíticos. In E. R. Pedro (Org.) (1997). *Análise Crítica do Discurso* (pp. 19-46). Caminho.

Pedro, E. R. (1997). O discurso dos e nos media. In E. R. Pedro (Org.) (1997). *Análise Crítica do Discurso* (pp. 293-312). Caminho.

Peixinho, A. T., & Araújo, B. (2017). A narrativa da desconfiança na política: a figuração do político In A.T. Peixinho & B. Araújo (Coords.) (2017). *Narrativa e Media: géneros, figuras e contextos* (pp. 137-156). Imprensa da Universidade de Coimbra

Pereira, J. R. M. F. (2011). *Estratégias de informação de um jornal híbrido – o caso do “i” nos media portuguesas* (Dissertação de mestrado). <http://hdl.handle.net/10400.21/5957>

Prior, H. (2021, 26 de maio). Populismo de Direita em Portugal: enquadramentos informativos nas eleições presidenciais de 2021 [Grupo de trabalho 9 - Jornalismo Político]. *9º Encontro da Compólitica*. Brasil

Prior, H., & Araújo, B. (2021). Media, populismo e espaço público: Desafios contemporâneos. *Mediapolis–Revista de Comunicação, Jornalismo e Espaço Público*, (12), 5-16. https://doi.org/10.14195/2183-6019_12_0

Quintas da Silva, R. (2018). A Portuguese exception to right-wing populism. *Palgrave Communications*, 4(1), 1-5. <https://doi.org/10.1057/s41599-017-0062-8>

Reis, J. P. (2020). André Ventura—por Portugal pelos portugueses. *MovimentAção*, 7(13), 73-90.

Rosa, G. P. & Fafe, J. P. (2020). *Tal & Qual - Memórias de um Jornalismo*. Âncora Editora.

Sá, A. F. (2021). *Ideias sem Centro: Esquerda e Direita no Populismo Contemporâneo*. Leya.

Santiago, D. (2021). *A Tempestade Perfeita*. Oficina do Livro

Santos, J. A. (1995). In vídeo veritas?. *Revista de Comunicação e Linguagens*, 22, 255-270.

- Scheuch, Erwin K., and Hans D. Klingemann (1967). Theorie des Rechtsradikalismus in westlichen Industriegesellschaften. *Hamburger Jahrbuch für Wirtschafts und Gesellschaftspolitik*, 12, 11–29.
- Schnall, S. (2017). Spatial Agency Bias. *edge.org*. <https://www.edge.org/response-detail/27154>
- Serrano, E. (2020). Populismo em Portugal: o factor media. *Media & Jornalismo*, 20(37), 221-239. https://doi.org/10.14195/2183-5462_37_12
- Smith, B., Figueroa-Caballero, A., al-Gharbi, M., & Stohl, M. (2020). Do You Know Your Enemy: The Role of Known Actors as Framing Devices in News Media. *International Journal Of Communication*, 14, 22. <https://ijoc.org/index.php/ijoc/article/view/9954>
- Silva, E. L., & Menezes, E. M. (2001). *Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação*. UFSC
- Sousa, J. P. (2006). *Elementos de Teoria e Pesquisa da Comunicação e dos Media*. 2ª edição. BOCC
- Stokes, J. (2003). *How to Media and Cultural Studies*. Sage Publications
- Stones, T. L., Adams, S., & Morioka, N. (2008). *Color design workbook: A real world guide to using color in graphic design*. Rockport Pub.
- Strömbäck, J. (2008). Four phases of mediatization: An analysis of the mediatization of politics. *The international journal of press/politics*, 13(3), 228-246. <https://doi.org/10.1177/1940161208319097>
- Strömbäck, J. (2011). Mediatization of politics: Toward a conceptual framework for comparative research In Holbert, R.L. & Bucy, E.P. (Eds.) (2011). *Sourcebook for political communication research* (pp. 389-404). Routledge.
- Strömbäck, J., & Van Aelst, P. (2013). Why political parties adapt to the media: Exploring the fourth dimension of mediatization. *International Communication Gazette*, 75(4), 341-358. <https://doi.org/10.1177/1748048513482266>
- Surel, Y. & Mény, Y. (2002). The constitutive ambiguity of populism. In *Democracies and the populist challenge* (pp. 1-21). Palgrave Macmillan, London.

- Taguieff, P. A. (1995). Political science confronts populism: from a conceptual mirage to a real problem. *Telos*, 1995(103), 9-43.
- Traquina, N. (2007). *O que é Jornalismo*. Quimera
- Traverso, E. (2019). *The new faces of fascism: Populism and the far right*. Verso Books.
- Van Dijk, T. A. (2005). *Discurso, Notícia e Ideologia: Estudos na Análise Crítica do Discurso*. Campo das Letras
- Walgrave, S. & Jagers, J. (2007). Populism as political communication style. *European journal of political research*, 46(3), 319-345. <https://doi.org/10.1111/j.1475-6765.2006.00690.x>
- White, D. M. (1950). The “Gate Keeper”: A Case Study in the Selection of News. *Journalism Quarterly*, 27(4), 383–390. <https://doi.org/10.1177/107769905002700403>
- Wolff, M. (1987). *Teorias da Comunicação*. Editorial Presença.
- Zerofsky, E. (2019, 7 de janeiro). Viktor Orban’s Far Right Vision for Europe. *The New Yorker*. <https://www.newyorker.com/magazine/2019/01/14/viktor-orbans-far-right-vision-for-europe>

ANEXOS

Anexo 1: Síntese - conversa com Ferreira Fernandes - 22 de fevereiro de 2022

No livro *A Nova Direita Antissistema: o Caso do Chega*, o Professor Riccardo Marchi alegou que, no período eleitoral legislativo de 2019, o *Diário de Notícias* optou deliberadamente por evitar cobrir o Chega, com vista a não lhes dar visibilidade. Enquanto diretor do *DN* nessa altura, confirma essas alegações?

Ferreira Fernandes: Sim. Existia uma posição deliberada de atacar o Chega e de mostrar André Ventura como um mau candidato. As declarações que ele havia proferido sobre a comunidade cigana nunca poderiam ter outra reação. Afinal de contas, racismo é crime. Nunca daríamos guarida a um projeto político desse género.

Para além disso, tanto o Chega como André Ventura eram pouco relevantes na arena pública, por partido em questão ainda não ter assento parlamentar. As suas propostas eram, portanto, pouco relevantes, assim como os temas que trazia a público. Apenas interessavam para criticar, para mostrar o quanto eram perigosas.

Mas acha que essa ausência do parlamento à época pode explicar a pouca atenção mediática que o Chega recebeu?

Ferreira Fernandes: O Chega não recebeu pouca atenção dos *media*! Muito pelo contrário! Desde a entrevista na qual André Ventura fez aquelas declarações sobre os ciganos que a maioria dos meios de comunicação lhe deu palco. O *DN* não iria fazer o mesmo.

C Opiniões

ENSAIO

O regresso de Calígula ao poder

Calígula, a sua loucura e total indiferença pelas vidas alheias continuam a ser o modelo no qual se podem rever, indubitavelmente, Rodrigo Duterte, Donald Trump e Matteo Salvini, assim como o autocrata russo e os ditadores chinês e saudita.



Alfredo Barroso

C

omeço por citar um breve diálogo da peça de teatro *Calígula*, de Albert Camus, estreada no ano de 1945:

CALÍGULA: Justamente! Trata-se do que não é possível, ou melhor: trata-se de tornar possível o que não o é.

CIPÍÃO: Mas esse é um jogo que não tem limites. É a diversão de um louco.

CALÍGULA: Não, Cipião, é a virtude de um Imperador. (Vira-se com uma expressão de fadiga). Acabo de compreender, enfim, a utilidade do poder. Ele dá oportunidades ao impossível. Hoje, e por todo o tempo que há-de vir, a minha liberdade não tem mais fronteiras.

Em 1945, dois Calígulas modernos, Hitler e Mussolini, inicialmente apoiados pelo povo alemão e pelo povo italiano – sinal

inquietante –, foram finalmente derrotados pelos Aliados, ao cabo de mais de 50 milhões de mortos. O que nos remete para outro diálogo daquela peça de Camus:

PRIMEIRO PATRÍCIO: Falaste bem, Cherea. Também fizeste bem em acalmar-nos. É muito cedo para agir: o povo ainda seria contra nós. Queres esperar connosco a ocasião propícia?

CHEREA: Sim, deixemos continuar Calígula. Empurremo-lo, mesmo. Organizemos a sua loucura. Há-de vir um dia em que ficará só, diante de um Império cheio de mortos e de parentes de mortos. Ou seja: todo o tempo que se esperou pela queda de ambos, empurrando Hitler e Mussolini para a guerra, foi o tempo de um Holocausto!

Estamos agora no séc. XXI, no tempo de Calígulas nossos contemporâneos. E a capa da revista *Courrier International* de Dezembro de 2018 era dominada por uma pergunta assustadora: "Agora mandam os brutos?" Tentando explicar quais as razões que terão feito o mundo entrar numa era de crueldade e de impunidade para os poderosos, a capa da revista emparelhava Bolsonaro com Trump, Duterte com Erdogan, Putin com Xi Jinping e Salvini com Bin Salman. Nessa altura, ainda não era Boris Johnson o primeiro-ministro britânico, mas pouco faltava. Jornalista e político deveras aldrabão, que adora comportar-se como um truão, o *ex-mayor* (presidente da

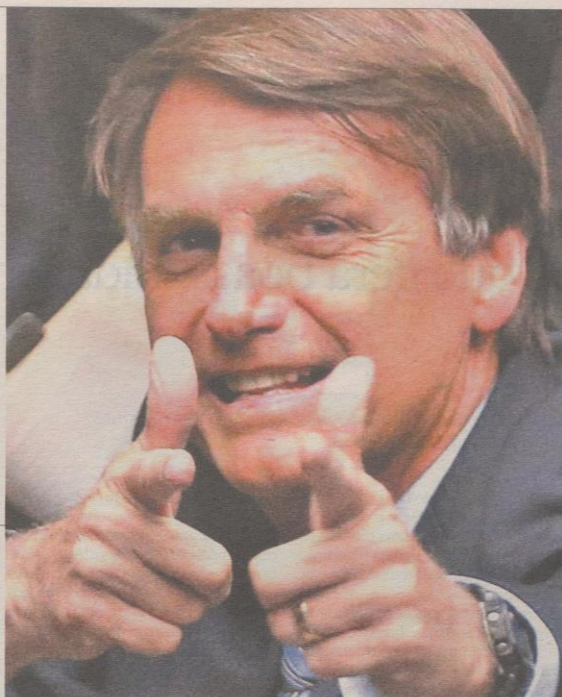
câmara) de Londres é "corporativamente" considerado um político "inteligentíssimo" por vários jornalistas portugueses e estrangeiros que sobre ele escreveram, e que eu pude ler, encantados por ele conhecer muito bem os clássicos e ser um "bruto" na política, o que – como já salientou, por exemplo, um semanário francês de centro-direita, *Le Point* – "tem a vantagem da clareza".

Como narra Suetónio em *Os Doze Césares* (séc. II d.C.), Calígula "inflamava o coração dos romanos procurando a popularidade por todas as formas". A mesma preocupação que têm, 20 séculos depois de Calígula, sobretudo Trump, Duterte, Erdogan, Salvini, Bolsonaro e Boris Johnson, mais dependentes dos eleitorados do que Putin, que controla totalmente o sistema eleitoral; que Xi Jinping, que já é ditador vitalício; e que Bin Salman, que domina a monarquia mais obsoleta, ultra-reacionária e torcionária à face da Terra. Onde os autoritarismos prosperam, quer em ditadura quer em democracia, tudo parece ser permitido. Como salienta o politólogo russo Fyodor Lukyanov, o crescente desdém pelas normas éticas explica, sem dúvida, a sinistra progressão dos baixos instintos, quer na política nacional, quer na política mundial, com óbvia influência nos conflitos que assolam o planeta.

Sem esquecer os contextos históricos tão distintos, bem podemos dizer, hoje, que as terríveis atrocidades cometidas por Calígula durante os três anos, dez meses e oito dias (do séc. I d.C.) em que reinou como imperador – até ser assassinado quando tinha 29 anos – só muito dificilmente poderiam ser comparadas com as carnificinas cometidas durante o séc. XX, Holocausto incluído, e mesmo com as carnificinas já cometidas, ou ainda em curso, no séc. XXI. Mas Calígula, a sua loucura e total indiferença pelas vidas alheias continuam a ser o modelo no qual se podem rever, indubitavelmente, Rodrigo Duterte, Donald Trump e Matteo Salvini, assim como o autocrata russo e os ditadores chinês e saudita. Bolsonaro também despreza a vida e a dignidade dos adversários mas, além de ser, de longe, o mais desfavorecido pela inteligência, ainda não passou à prática o que nele há de pior. No entanto, há em quase todos estes políticos brutais – assim como no Calígula caracterizado por Suetónio – "dois



Rodrigo Duterte quer matar os drogados



Jair Bolsonaro dispara com os dedos

vícios absolutamente opostos: uma insolência extrema e, por outro lado, uma extrema cobardia". E não nos iludamos em relação ao actual Presidente dos EUA. Como escreveu o insuspeito Thomas Friedman, no *New York Times*, Washington está disposta a ignorar todas as violações dos direitos humanos, ou todos os assassinios cometidos por um Estado, desde que este tenha boas relações pessoais com Donald Trump – sendo o caso da Arábia Saudita, nesta era de Bin Salman, o mais evidente e repugnante.

Desfazendo acordos, pactos e tratados internacionais – com o perverso prazer de uma criancinha que vai deitando abaixo uma construção do Lego que o pai ou o avô ergueu pacientemente para a entreter –, Trump conseguiu que os EUA tenham deixado de ser “um factor estabilizador da ordem liberal, abrindo, pelo contrário, o caminho para a desordem global”. Não admira que Trump – já esquecido o insulto que o então *mayor* de Londres lhe lançou em 2016, considerando-o um candidato presidencial de uma “ignorância estupidificante” e sem perfil para se instalar na Casa Branca – tenha agora manifestado uma enorme satisfação pela “ascensão” de Boris Johnson a primeiro-ministro, tal a simpatia que nutre por todos quantos ponham em causa a União Europeia. Esta, porém, seguindo as pisadas da NATO, continua a vergar-se aos perigosíssimos comportamentos do Presidente dos EUA e às atitudes provocatórias da Casa Branca, por exemplo, face ao Irão.

O que está a suceder no Médio Oriente, que leva Donald Trump (ou quem está por trás dele e o empurra) a provocar o Irão, é consequência da desastrosa invasão do Iraque pelos EUA, Reino Unido e aliados, em 2003, cujo desfecho foi a derrota dos sunitas, para grande proveito dos xiitas. Como escreveu Robert Baer, em 2008, no seu livro *A Irresistível Ascensão do Irão*: “Foi o Iraque que se perdeu. Foi o Irão que ficou a ganhar”. A vitória dos xiitas iraquianos em eleições legislativas foi motivo de regozijo para o Irão. O Iraque de Saddam Hussein já não existe graças à óbvia ignorância política de George Bush filho e ao grosseiro erro estratégico do clã neoconservador que o aconselhava – em contraste com a inteligência política de George Bush pai, quando decidiu não invadir o Ira-

que após a vitória do general Norman Schwarzkopf na Guerra do Golfo (1990-1991). Muito preocupada com as sucessivas asneiras dos EUA no Médio Oriente (não só no Iraque, mas também na Líbia e na Síria) está, obviamente, além de Israel, a Arábia Saudita, perante o Irão xiita a alargar a sua influência estratégica na região. Não admira que israelitas e sauditas tentem empurrar Trump e EUA para uma guerra com o Irão.

Mas regressemos à União Europeia, cada vez mais vulnerável e desorientada nos seus desígnios estratégicos. Nenhum dos Calígulas que nela despontaram, tanto na Hungria como na Polónia, mas também em França e sobretudo na Itália, são capazes de assumir claramente as suas origens históricas e ideológicas. Há até certos jornalistas sabichões (também em Portugal) que acham incorrecto atribuir aos movimentos populistas de direita antecedentes fascistas ou nazis, porque se trata – dizem eles – de um fenómeno político novo (?) que nem eles sabem ainda no que vai dar (!). Ou seja: há palavras que escaldam ou queimam e que, por isso, não devem ser usadas na imprensa supostamente “de refe-

rência”. Todavia, não é nada difícil – nem sequer tabu – identificar não só a nostalgia dos autoritarismos do primeiro quartel do século passado, mas também as raízes desses populismos autoritários em ascensão na Europa, claramente neofascistas e neonazis.

Tomemos o caso do vice-primeiro-ministro e ministro do Interior italiano, Matteo Salvini, chefe do partido de extrema-direita, separatista, racista e xenófobo Lega (antiga Lega Nord). Nunca o ouvimos reivindicar como antecedente o fascismo nem manifestar expressamente a sua admiração por Mussolini. Todavia, Salvini pronuncia várias vezes por dia frases que são citações bem conhecidas do antigo ditador fascista, como, por exemplo: “Quem fica parado está perdido”; “Quanto mais os inimigos, mais orgulhoso me sinto”; “Estou-me nas tintas” (“*Me ne frega*”). Como salienta o jornalista Piero Sansonetti: “É evidente que Salvini pretende fazer passar aos seus eleitores a mensagem de que ele próprio sente certa simpatia por Mussolini e pelo seu regime fascista”. É a nostalgia de algo que os eleitores não sofreram na pele, transformando uma monstruosidade em mito salvífico.

Mais moderado embora “bruto” parece ser o Calígula inglês Boris Johnson, porém tão racista como Enoch Powell (1912-1998), o líder da extrema-direita inglesa que discursou sobre “rios de sangue” contra a imigração, em 1968, mas que chegou a ser ministro da Saúde, entre 1960 e 1963, num governo conservador do primeiro-ministro Harold Macmillan. É famoso o texto que, em 2002, o então jornalista Boris Johnson escreveu sobre a Rainha Isabel II nas suas visitas aos países membros da Commonwealth, a ser saudada por “pretinhos a agitar bandeirinhas”. Em comum com Enoch Powell, doutorado em Grego Antigo aos 25 anos, Boris Johnson tem o conhecimento dos clássicos. Em comum com Calígula – que gostava de esgrimir

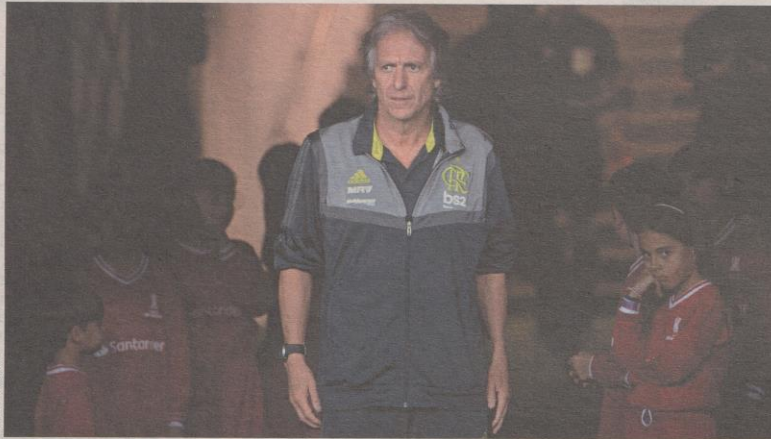
como um gladiador trácio, conduzia carros nos circos romanos e era dançarino – tem o facto de ser um desportista que sempre gostou de posar para os tablóides. Ah, é verdade, quando era jornalista também gostava de “inventar por completo alegados projectos absurdos de Bruxelas” engendrando “uma competição para ver quem melhor ridicularizava a União Europeia” (texto de Luís M. Faria na *Revista do Expresso* de 27/Julho/2019). Já Calígula foi afastado a muito custo do projecto de uma atrocidade abominável: “Dizimar as legiões que se haviam revoltado outrora, após a morte de Augusto, por terem então cercado o seu pai, general delas, e ele próprio (Calígula) então de tenra idade”. Sabe-se que também não terá conseguido fazer cônsul o seu cavalo Incitatus, para o qual mandou construir “uma cocheira de mármore e uma manjedoura de marfim”, além duma casa sumptuosa.

Estamos aqui no domínio do narcisismo – patológico em Calígula – e que também parece afectar, hoje, elites arrogantes, aparentemente revoltadas, que desprezam o povo e a evidência da morte combatendo o tempo através do *jogging*, dos patins em linha e dos regimes anti-oxidantes. Entretanto, o homem do povo é modesto e aceita com sábia resignação a fatalidade do envelhecimento, tal como a realidade objectiva da degradação do corpo. É o que refere Christopher Lasch (1932-1994), intelectual norte-americano de tradição marxista, no seu magnífico ensaio *A cultura do narcisismo* (1979), onde denuncia o narcisismo pós-moderno que se apresenta “superiormente” educado e acompanhado duma nostalgia de posturas psicológicas antigas. É, aliás, o narcisismo que, quer na política quer na imprensa, sustenta as imagens tablóides de narcisistas como Donald Trump e Boris Johnson, para só citar os exemplos mais óbvios. Aos quais não resisto à tentação de juntar a imagem de Marcelo Rebelo de Sousa, Presidente da República, cujo narcisismo e perversidade são de uma evidência incontestável, embora não tenha, de forma nenhuma, a crueldade de Calígula ou a brutalidade de Trump ou de Boris Johnson. A frase é uma mistificação mas cito-a: “São brandos os nossos costumes”...

Escreve sem adopção das regras do acordo ortográfico de 1990

O crescente desdém pelas normas éticas explica, sem dúvida, a sinistra progressão dos baixos instintos, quer na política nacional, quer na política mundial, com óbvia influência nos conflitos que assolam o planeta

SEGUNDA-FEIRA POR JOSÉ ANTÓNIO SARAIVA



Alvaro Fernandes/AFEP

Onde está o “verdadeiro” Jesus?

DEIXANDO PARA A SEMANA uma reflexão mais tranquila sobre a Supertaca disputada ontem no Algarve, vou falar hoje sobre Jorge Jesus.

Gostava muito que ele tivesse sucesso no Brasil – não só como seu amigo, mas porque isso abriria aos treinadores portugueses as portas do imenso mercado brasileiro.

Mas os primeiros passos não estão a ser brilhantes. É certo que venceu um jogo oficial por 6-1. Foi, porém, a exceção. O Flamengo foi escandalosamente eliminado da Copa do Brasil no seu próprio terreno, perdendo nos penáltis. Depois venceu com muita dificuldade o Botafogo, que está pessimamente classificado. Finalmente, só conseguiu seguir em frente na Taça dos Libertadores também à custa dos penáltis.

DEPOIS DE SE APANHAR a vencer por 2-0 aos 20 minutos, igualando a eliminatória (pois perdera fora por 0-2), o Flamengo não foi capaz de marcar mais nenhum golo ao adversário nos 70 minutos restantes.

Durante o jogo, interroguem-me várias

vezes: onde está o JJ da 1.ª época no Benfica, em que somava goleadas e os avançados faziam sucessivas cargas de cavalaria sobre o adversário?

Onde está o JJ do futebol vertiginoso?

O Jesus de hoje não parece o mesmo dessa época. Tornou-se um treinador mais calculista, mais resultadista e muito menos espetacular.

Talvez o golo de Kelvin, que o fez ajoelhar no Dragão, tenha sido o responsável por essa mudança. A perda do campeonato nos descontos, mercê de um golo marcado por um avançado que pouco mais fez depois disso, traumatizou-o. Jesus terá pensado: nunca mais me vai acontecer uma coisa destas. E aquela frescura que o seu futebol tinha perdeu-se.

É CERTO QUE, na sua 1.ª época no Sporting, o “velho Jesus” pareceu ressuscitar. Se não fosse um falhanço de Bryan Ruiz em cima da linha de golo num jogo em Alvalade contra o Benfica, o Sporting teria sido, muito provavelmente, campeão.

Também por isso, é injusto dizer que a sua passagem pelo Sporting foi

um flop. O primeiro ano foi brilhante, o segundo foi mau, o terceiro poderia ter sido razoável – não fora a loucura que tomou conta de Bruno de Carvalho no final da época.

E quem evitou o descalabro total nesses momentos infernais foi... Jorge Jesus, que se colocou à frente do pelotão e se comportou com uma maturidade exemplar.

MAS AGORA o que interessa é o Brasil. Gostávamos de ver o Flamengo jogar “à Benfica” (ou “à Sporting” do primeiro ano), ser intenso, atropelar o adversário, procurar sofregamente a baliza contrária. Mas o que vi no jogo da Libertadores foi um Flamengo receoso depois de estar a ganhar por 2-0, temendo sofrer um golo, quase parecendo desistir de resolver a eliminatória no tempo regulamentar, com o público todo a seu favor – e arriscando-se a nova derrota na lotaria dos penáltis.

Jesus tem muitos portugueses a torcer por ele. Mas também tem muitos portugueses saudosos do seu futebol vistoso, ofensivo e empolgante.



WWW.IONLINE.PT

Faça download da aplicação **iOnline** para Smartphone. Disponível na App Store e Google Play

Facebook: **ionline**
Twitter: **itwitting**
Flickr: **inoflickr**
YouTube: **inotubo**

SEMÁFORO



Álvaro Santos Pereira

Um dos políticos que foram mais injustiçados por serem transparentes e não gostarem de se esconder em jogos mesquinhos voltou a dar um ar da sua graça para chamar a atenção para que já lá vão cinco anos que rebentou o escândalo do BES e ainda ninguém foi julgado. Um homem que faz falta à política portuguesa. P. 08



Santana Lopes

Tentou uma aliança à direita para travar a esquerda, mas ninguém lhe deu ouvidos. Agora parte sozinho para o seu combate, tendo a esperança de conseguir pelo menos dois deputados. Muito menos do que imaginou em fevereiro, mas nada está perdido. P. 04



EUA

O que dizer de um país onde os seus habitantes, por questões incompreensíveis, matam quem lhes aparece à frente? Não é para roubar, é apenas para descarregar o ódio que adquiriram numa sociedade estranha. Culpar Trump é demasiado fácil, mas o apelo ao ódio e a corrida às armas ajudam. P. 10 V.R.

Grávida não foi transferida por falta de anestesistas

AMADORA Uma grávida não foi transferida do Hospital Amadora-Sintra para outra unidade hospitalar da Área Metropolitana de Lisboa por falta de anestesistas, no passado sábado. Segundo o *Público*, não houve capacidade nem do Hospital de Santa Maria, nem da Maternidade Alfredo da Costa. A grávida precisava de ser transferida porque o Hospital Amadora-Sintra não tinha um especialista anestesista disponível.

Listas do Chega integram elementos do PPV/CDC

LISBOA O Chega e o Partido Cidadania e Democracia Cristã PPV/CDC anunciaram ontem um acordo para concorrer em todos os distritos nas legislativas de 6 de outubro. Assim, os elementos do PPV/CDC serão integrados nas listas candidatas do Chega como independentes. André Ventura, o líder do Chega, será o cabeça-de-lista em Lisboa. Já o líder do PPV, Manuel Matias, encabeça a lista por Braga.

Buscas por idosa com 80 anos em Mogadouro

MOGADOURO Elementos dos bombeiros e da Guarda Nacional Republicana (GNR) lançaram ontem uma operação de busca de uma idosa de 80 anos que desapareceu de um lar no Mogadouro, distrito de Bragança. O alerta foi dado às 09h58 e estavam envolvidos nas buscas, ao fecho desta edição, 19 elementos, incluindo uma equipa cinotécnica, além de sete viaturas. Os familiares também estiveram no terreno.



inevitável



Governo pergunta a funcionários públicos se gostaram de ser aumentados

Inquérito que compara o tempo da troika com a atualidade está a causar polémica. Duas das questões são: “A reposição do salário afetou positivamente a minha motivação no trabalho?”; “Sinto-me hoje mais motivado no trabalho do que há 5 anos?”

Ana Avoila, da CGTP, diz que é “uma forma de coagir os trabalhadores”

PSD fala em campanha feita com meios do Estado // PÁG. 6

Duarte Lima perde novo recurso no Supremo Tribunal brasileiro

Antigo líder parlamentar do PSD cada vez mais próximo de ser julgado em Portugal pelo homicídio de Rosalina Ribeiro // PÁGS. 10-11



Francisco Miranda Rodrigues, bastonário dos psicólogos

“As pessoas precisam de mais tempo para si, seja qual for o tipo de família que têm”

// PÁGS. 22-25

Anacom tem falhado a divulgação de dados do setor

Altice está a ganhar quota de mercado na televisão // PÁG. 12

MP e Hospital de Faro investigam morte de recém-nascido

// PÁGS. 2-3

Camionistas. Governo esvazia greve e sindicato quer impugnar os serviços mínimos // PÁG. 8

Julho foi o mês com mais queixas de sempre contra companhias aéreas // PÁGS. 18-21

Livre quer eleger a primeira mulher negra e Chega acredita que vai fazer história // PÁGS. 4-5

Desemprego. Taxa cai para 6,3% e atinge valor mais baixo em 15 anos // PÁG. 14

Israel. Biblioteca Nacional revela inéditos de Kafka // PÁG. 30

Champions. FC Porto dá um passo em frente // PÁGS. 46-47

Direito resposta. Brain One, Lda. // PÁG. 9

A Radar //

Eleições. À procura de um lugar ao lado dos grandes

“Se os resultados das legislativas fossem os mesmos das últimas europeias, o PAN, o Aliança, o Livre e o Basta! elegeriam deputados”, diz o politólogo Carlos Jalali.

MAFALDA TELLO SILVA
mafalda.silva@ionline.pt

A menos de dois meses das eleições legislativas, a missão de todos os partidos mais pequenos é a mesma: conseguir entrar na Assembleia da República (AR), elegendo, pelo menos, um deputado. Apesar dos resultados das últimas eleições para o Parlamento Europeu (PE) não terem sido os mais promissórios para as estruturas partidárias mais pequenas, as expectativas para dia 6 de outubro são altas.

Nas últimas legislativas, o PAN foi o único dos partidos com menor dimensão a eleger um deputado. Nas próximas eleições há três partidos recentes – Iniciativa Liberal, Chega e Aliança – que se juntam ao Nós, Cidadãos!, ao Livre e a outros partidos mais pequenos.

Carlos Teixeira, número dois na lista de Lisboa do Livre, afirmou que o objetivo do partido é de “eleger um grupo parlamentar”. Se conseguirem ape-

nas eleger um deputado representará, de qualquer forma, uma vitória para o partido fundado por Rui Tavares. “Desde logo, seria histórico porque era o nosso primeiro deputado no Parlamento e depois porque significaria que a Joacine Katar Moreira seria a primeira mulher negra eleita para AR através do círculo da capital”, salientou o biólogo ao *i*.

A espera de também fazer história está André Ventura, líder do Chega, que nem coloca a hipótese de não eleger nenhum deputado na próxima corrida às urnas. “Todos os resultados que temos e sondagens mostram que vamos conseguir eleger pelo menos um deputado por Lisboa, mas temos de fazer mais. Temos de eleger, pelo menos, dois por Lisboa e um pelo Porto”, revelou ao *i*, o presidente do partido. Para atingirem esse objetivo, o presidente do partido – que integrou a coligação Basta! às europeias – disse que o Chega tem de “se aproximar do eleitorado” e garantir que o “André Ventura comen-



tador televisivo não é confundido com o André Ventura candidato político”. Mas deixa uma garantia: “Não vai deixar a televisão porque é a sua ‘profissão’, garantiu ao *i* que vai conseguir que os portugueses o vejam como um futuro deputado.

Já para o Iniciativa Liberal, fundado em 2018, o desafio prende-se em se dar a conhecer. No entanto, em comparação com as europeias, o dirigente Carlos Guimarães Pinto assegurou ao *i* que hoje o partido já é cada vez menos um desconhecido dos portugueses. “A esmagadora maioria nem sequer ponderou a possibilidade de votar em nós [nas europeias]. Isso tem mudado muito rapidamente nas últimas semanas e acreditamos que irá continuar a mudar”, destacou, acrescentando que são uma “alternativa séria” a “um

sistema político moribundo, ferido por décadas de casos de corrupção e nepotismo”. Carlos Guimarães Pinto acredita ainda que, se o partido continuar a fazer o caminho de se dar a conhecer “será possível eleger deputados em outubro”.

O Nós, Cidadãos!, que nasceu no verão de 2015, partilha igualmente o mesmo espírito positivo. Prefere ser tratado como um “partido emergente” e não como uma força política pequena. “Estamos confiantes que vamos eleger deputados e que vamos crescer. Vamos apresentar candidatos em todos os círculos”, diz ao *i* o presidente do partido, Mendo Castro Henriques.

A Aliança nasceu há menos de um ano, mas como grandes ambições ou não fosse o projeto liderado por Pedro Santana Lopes. O novo partido não conseguiu

ELEIÇÕES EUROPEIAS 2019

PAN	5,08%	168 501
ALIANÇA	1,86%	61 753
LIVRE	1,83%	60 575
BASTA!	1,49%	49 496
NÓS CIDADÃOS	1,05%	34 672
INICIATIVA LIBERAL	0,88%	29 120

FONTE: PARLAMENTO EUROPEU



Vários partidos tentam eleger deputados pela primeira vez. A tarefa não é fácil

KAWA GILLES

LEGISLATIVAS

Principais candidatos



Bebiana Cunha
PAN

Bebiana Cunha, de 33 anos, é a cabeça-de-lista do PAN para o Porto, tal como em 2015, nas últimas legislativas. A psicóloga, mestre em relações intergeracionais, aderiu ao partido dois anos após a sua fundação. Tendo já desempenhado várias funções dentro do PAN, atualmente, é deputada municipal do partido na Câmara do Porto.



Bruno Ferreira Costa
ALIANÇA

Bruno Ferreira Costa é o número um da lista do Aliança pelo Porto. O candidato, de 35 anos, é professor de Ciência Política na Universidade da Beira Interior e vice-presidente do partido do Santana Lopes. Bruno Ferreira Costa já tinha sido escolhido para número três da lista do Aliança nas últimas europeias.



Joacine Katar Moreira
LIVRE

Joacine Katar Moreira é a cabeça-de-lista por Lisboa. A candidata, natural da Guiné-Bissau, de 36 anos, é licenciada em História Moderna e Contemporânea e doutorada em Estudos Africanos, com uma tese sobre masculinidades e violência política. Moreira caracteriza-se como uma feminista interseccional e ativista antirracista.



Hugo Hernano
CHEGA

Hugo Hernano, de 40 anos, vai encabeçar a lista pelo Porto do Chega. Em 2008, o militar da GNR foi condenado por ter matado a tiro, em serviço, um jovem de 13 anos de etnia cigana durante uma perseguição de um carro, na sequência de um assalto, em Loures. Após recursos, o Supremo Tribunal de Justiça condenou o militar a pena suspensa de quatro anos e a uma indemnização de 55 mil euros à família da vítima.



João Cotrim Figueiredo
INICIATIVA LIBERAL

João Cotrim Figueiredo vai ser o cabeça-de-lista da Iniciativa Liberal (IL) por Lisboa. O candidato de um dos partidos mais jovens da democracia portuguesa foi diretor-geral da TVI e presidente do Turismo de Portugal. Foi convidado para este cargo no turismo pelo secretário de Estado Adolfo Mesquita Nunes em 2013 e saiu em 2016.



Santana Lopes
ALIANÇA

Santana Lopes já foi quase tudo na vida política, mas quer voltar ao parlamento eleito pelo partido que fundou depois de ter deixado o PSD. Vai liderar a lista por Lisboa e espera ter mais votos do que nas europeias, em que a Aliança não conseguiu atingir os 2%. Santana foi primeiro-ministro, presidente do PSD, líder do grupo parlamentar e, entre outros cargos, presidente da câmara de Lisboa.

—8 agosto 2019 **I** 5

POLÍTICA

Citações

“Não podemos ter considerações eleitorais quando está em causa a segurança das pessoas (...) O interesse nacional nunca tira férias”

António Costa
PRIMEIRO-MINISTRO

“Se o objetivo fosse tentar resolver o problema, o Governo era mais isento e mais discreto. Não dramatizava nem encenava um circo como o que montou antes das europeias. Adiar a greve para pós-eleições e, até lá, tentar um acordo parece-me o mais sensato”

Rui Rio
PRESIDENTE DO PSD, NO TWITTER

“Este teatro da greve dos combustíveis parece mais um reality show bem encenado (...) Entretanto não se fala do caos nas maternidades nem dos mais recentes disparates na Administração Interna”

Duarte Marques
DEPUTADO DO PSD, NO FACEBOOK

“O Governo ganhará se conseguir ter uma resposta rápida e eficaz, mas é mais incerto se a greve se prolongar”

António Costa Pinto
INVESTIGADOR

PSD. Críticos de Rui Rio disponíveis para entrar na campanha eleitoral

Moreira da Silva acredita que “a direção do PSD aproveitará todos os gestos de unidade”.

Jorge Moreira da Silva, um dos maiores críticos da atual liderança, contactou Rui Rio, há uns dias, a disponibilizar-se para entrar na campanha eleitoral. “Não sou hipócrita – não deixei de ter divergências quanto a algumas opções estratégicas –, mas não fico a meio da ponte”, escreveu, na sua página do Facebook, o ex-ministro do Ambiente. Moreira da Silva, que já se manifestou disponível para entrar na corrida à liderança, acredita que “a direção do PSD aproveitará todos os gestos de unidade nesta fase tão decisiva”.

Rui Rio não deverá desperdiçar a disponibilidade dos críticos que quiserem entrar na campanha eleitoral para as eleições do dia 6 de outubro. Luís Montenegro, outro dos críticos internos, também não deverá ficar de fora numa altura em que surgem vários apelos à união do partido. O ex-líder parlamentar entrou na campanha das europeias ao lado de Paulo Rangel e, nessa altura, mostrou-se disponível para ajudar o partido nas legislativas.

Miguel Pinto Luz, um dos nomes recusados pela direção para entrar nas listas, também já se mostrou disponível para

ajudar o partido nas eleições legislativas. “Agora é tempo do toque a rebate, é tempo de o PSD estar unido, ainda que alguns não o queiram. Irei lutar [pela vitória] na rua, na campanha, sempre disponível para o meu partido”, disse o ex-líder da distrital de Lisboa, no final de julho, à *Rádio Observador*.

NÃO HÁ TEMPO PARA AMUOS O processo de elaboração das listas acentuou as divergências dentro do PSD, mas, a dois meses das legislativas, não faltam apelos à união. “O PSD é um partido de proximidade e a responsabilidade é de todos. Todos têm respon-

sabilidade no combate que temos pela frente. Todos têm de fazer um esforço para que o PSD tenha um resultado digno e que corresponda às expectativas”, afirmou, em entrevista ao semanário *Sol*, João Montenegro, ex-secretário-geral adjunto do PSD.

Vários autarcas e dirigentes do partido têm criticado publicamente a direção nacional pela forma como geriu a elaboração das listas, mas o ex-diretor de campanha de Santana Lopes considera, na mesma entrevista, que este já não é o tempo para “amuos” e afirma que “o PSD precisa de ter juízo e maturidade”.

A partir de agora, os críticos vão assumir uma postura mais discreta para não serem acusados de terem prejudicado o partido. A verdade é que, entre os que discordam da estratégia de Rui Rio, ninguém acredita que o PSD possa ter um bom resultado nas eleições do dia 6 de outubro. Se o PSD perder, Rui Rio terá de ponderar se continua ou não à frente do partido. Certo é que desta vez terá de enfrentar os críticos da estratégia que implementou no PSD. Luís Montenegro, que já desafiou Rui Rio para disputar a liderança no início do ano, está preparado para avançar. Moreira da Silva, Pedro Duarte, Miguel Pinto Luz ou Miguel Morgado também já admitiram candidatar-se à liderança do partido.

Luís Montenegro e Pinto Luz já se mostraram disponíveis para “ajudar” o PSD

“Todos têm de fazer um esforço para que o PSD tenha um resultado digno”



Ventura contra “mais tachos para todos”

LISBOA André Ventura promete estar “na linha da frente” para impedir a regionalização. Para o líder do Chega, a criação de regiões administrativas vai “significar mais corrupção e mais tachos para todos”. Ventura gravou um vídeo que partilhou nas redes sociais a denunciar que “o parlamento prepara-se para cozinhar uma nova versão da regionalização”.

Ex-deputada do PSD apoia Cristas

LISBOA A ex-deputada do PSD Clara Carneiro desfilou-se do partido para ser mandatária de Assunção Cristas em Lisboa. A antiga deputada social-democrata disse ao *Expresso* que está desiludida com a liderança de Rui Rio e reconhece “trabalho desenvolvido” à presidente do CDS. Clara Carneiro não afasta, porém, a hipótese de voltar ao PSD “se as coisas se alterarem” depois destas eleições legislativas.

Três autarquias limpam floresta

PORTUGAL Só três municípios apresentaram, até agora, candidaturas à linha de crédito deste ano para limpeza da floresta. Sardoal, Baião e Viana do Castelo foram as autarquias que se candidataram e “todos tiveram resposta favorável e a transferência do montante solicitado já foi efetuada”, avançou à *Lusa* o gabinete do ministro Eduardo Cabrita. Os municípios podem candidatar-se até 30 de setembro.

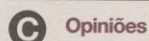
Belém promulga combate à violência

LISBOA O Presidente da República promulgou o diploma que estabelece o regime jurídico da segurança e combate ao racismo, à xenofobia e à intolerância nos espetáculos desportivos, alterando a lei de 2009. A nova lei tem como objetivo promover uma abordagem mais eficaz no combate aos fenómenos de violência associados aos espetáculos e às atividades desportivas.



Moreira da Silva apela à unidade

JOSÉ SÉRGIO



POR UMA DEMOCRACIA DE QUALIDADE

As habilidades políticas do primeiro-ministro

Receio que os elogios às habilidades do primeiro-ministro sejam o resultado de uma certa doença da sociedade portuguesa de admirar as espertezas dos aparentes sucessos de curto prazo.



Henrique Neto

Leio e ouço com frequência comentadores políticos a fazerem os mais rasgados elogios à habilidade política do primeiro-ministro, ainda que, quase sempre, elogios a um tipo de habilidade que pessoalmente não gostaria que me fosse atribuída. Trata-se da habilidade das meias verdades, quando não da mentira pura e dura, a habilidade de atacar ou reduzir a nada as boas ideias dos adversários políticos, a esperteza de usar argumentos contraditórios sempre que considera ser isso vantajoso para o seu partido em cada circunstância e, pior de tudo, comprometer o interesse nacional sempre que considera poder daí retirar vantagens partidárias. Vejamos alguns exemplos das habilidades do primeiro-ministro:

1 – O primeiro exemplo, que não é o mais importante, é recente. Trata-se de gastar dinheiro que faz falta na saúde e nos transportes para perguntar aos funcionários públicos se estão contentes com a reposição dos ordenados cortados por via das políticas desastrosas do PS de José Sócrates. Será esta habilidade, a de obter votos pela via indecorosa de uma sondagem inútil e pouco recomendável, útil ao país? O facto de o ministro das Finanças ter tido o bom senso de mandar parar a dita sondagem como um erro não será um exemplo de decência política, a decência política que faltou à habilidade do primeiro-ministro?

2 – Um segundo exemplo reside na pergunta se é habilidade política fugir para férias no meio dos fogos que mataram mais de 200 portugueses e destruíram o património nacional e a vida económica de milhares de famílias. Ou se devem os portugueses considerar como habilidade política o primeiro-ministro conviver com a corrupção, ou negar a sua existência, ou atirar para a justiça o que é do campo da política, nomeadamente quando os corruptos são do seu próprio partido.

3 – Como terceiro exemplo, recordo que, durante esta legislatura, o primeiro-ministro considerou a construção de uma via férrea de alta velocidade como um “tabu”, para agora, próximo das eleições legislativas, reduzir a proibição de tratar o assunto para considerar que se trata apenas de um “tema tóxico”. Um tema tóxico para quem, para a Medway? Será, assim, muita inteligência política transformar um dos mais importantes projetos da União Europeia, destinado a reduzir os custos do transporte de mercadorias, combater a poluição de dezenas de milhares de camiões e de aviões em toda a Europa e evitar milhares de mortos e o congestionamento das estradas? Será esta uma habilidade do primeiro-ministro digna de elogio? Ou porque será que não usa a sua habilidade para convencer Bruxelas a manter os financiamentos destinados ao transporte ferroviário, financiamentos que perdemos – vários milhares de milhões de euros – devido à crise financeira e à incúria dos Governos, financiamento usado pela Espanha e pelos países da antiga Cortina de Ferro?

4 – O quarto exemplo destina-se a recordar, ainda relativamente ao projeto ferroviário europeu em curso, o qual passa por tornar as vias férreas europeias interoperáveis entre todos os países, que o Governo de António Costa tenha deci-

do boicotar esse projeto através da manutenção em Portugal da bitola ibérica, com o argumento de que, através dessa habilidade, pode evitar a concorrência internacional. Será uma habilidade aceitável o primeiro-ministro isolar Portugal e a economia portuguesa do resto da Europa?

5 – O quinto exemplo é para recordar que, ainda sobre o mesmo tema, o ministro Pedro Nuno Santos anunciou a necessidade de termos, entre Lisboa e o Porto, um comboio com a velocidade de 250 a 300 quilómetros por hora, um ato de puro bom senso e de inteligência política, mas contraditório com a habilidade dos anúncios do “tabu” do primeiro-ministro. Será então uma habilidade aceitável de António Costa desconhecer as boas ideias do seu ministro, comprometendo no processo o interesse nacional? Ou devemos elogiar a habilidade de tentar queimar em lume brando o ministro Pedro Nuno Santos dando-lhe as tarefas mais difíceis da governação, ao mesmo tempo que protege a incapacidade dos seus delfins, Pedro Marques e Fernando Medina?

6 – O sexto exemplo dos prejuízos provocados ao país pelas diversas habilidades de António Costa reside no lançamento pelo Governo de medidas avulsas desligadas de coerência estratégica e de futuro, com o mero objetivo de

ganhar votos e iludir as verdadeiras necessidades do país, por exemplo nos transportes, mas também na saúde ou na economia. Será que é uma habilidade recomendável reduzir o custos dos transportes públicos em Lisboa e Porto e deixar, ao mesmo tempo, que esses transportes se degradem ou escasseiem? Ou será boa a habilidade de reduzir os custos das propinas no ensino universitário, ou a de criar escolas especiais para os alunos sem aproveitamento escolar, ao mesmo tempo que nada faz para criar creches e escolas do pré-escolar de qualidade, com alimentação e transporte, que é a única medida que pode verdadeiramente combater a falta de aproveitamento?

7 – O último exemplo – não tenho espaço para mais – trata a habilidade do primeiro-ministro de nunca fazer comparações entre os níveis de progresso económico e social entre os diversos países da União Europeia e só usar os dados que são favoráveis a Portugal, infelizmente raros, iludindo com isso os portugueses. Ou será uma habilidade recomendável do primeiro-ministro elogiar os empresários sempre que visita empresas, ao mesmo tempo que o seu Governo ataca a atividade privada, seja através de leis limitadoras da liberdade empresarial, seja na saúde, seja através de cada vez mais impostos ou de ameaças de ir buscar o dinheiro onde ele está? Ou, já agora, da instabilidade fiscal?

Em resumo, tenho receio de que os elogios às habilidades políticas do primeiro-ministro sejam o resultado de uma certa doença da sociedade portuguesa de conviver e admirar a esperteza dos aparentes sucessos de curto prazo, verdadeiros ou falsos, bons ou maus, pouco importa. Trata-se do mesmo fenómeno que manteve Ricardo Salgado durante muitos anos como dono disto tudo e José Sócrates como um dos mais amados primeiros-ministros de Portugal. Infelizmente, esta forma acritica de olhar só o curto prazo e de aceitar facilmente os abraços dos diversos poderes que nos rodeiam é uma das razões por que não vivemos numa verdadeira democracia de exigência e porque estamos a atrasar-nos em relação aos outros povos.



As habilidades de Costa têm o objetivo de iludir e ganhar votos

Empresário
Subscritor do “Manifesto: Por Uma Democracia de Qualidade”

euromilhões **Esta terça-feira TCHARAN 75 MILHÕES** JOGOS WWW.JOGOS.COM



PSD. Rui Rio evita jantares-comícios em campanha

Ordem é para reduzir os chamados encontros da carne assada // PÁG. 6

Paulo Marcos, presidente do Sindicato Nacional dos Quadros e Técnicos Bancários

“Estamos preparados para fazer greve por um tempo indeterminado”

“Com estes resultados, os bancos tinham margem para serem mais generosos”

“Os bancários ainda não tiveram aumentos reais neste milénio”

E RESPONDE ÀS CRÍTICAS DE ACUMULAR UM SALÁRIO DE 11 MIL EUROS // PÁGS. 20-25



André Ventura. “Espero que Salvini corra com esta corja de mariquinhas da UE” // PÁG. 37

Legislativas. Viseu e Guarda perdem deputados para Lisboa e Porto // PÁG. 7

Reino Unido. Nigel Farage ataca membros da família real britânica // PÁG. 13

EUA. Universal cancela filme com receio de violência após atentados // PÁGS. 40-41

BCP. Banco “não tem intenção de deter ações da Pharol” // PÁG. 10

EXAME PRÉVIO

A oposição inexistente

Como já tinha sucedido na crise dos professores, os partidos da oposição voltaram a deixar-se manietar pelo Governo, sendo incapazes de apresentar qualquer alternativa.



Luís Menezes Leitão

Há cerca de um mês, o *Expresso* publicou uma reportagem em que indicava quais os seis rostos da “verdadeira” oposição ao Governo antes das próximas legislativas. Essa lista era encabeçada por Pedro Pardal Henriques, advogado do Sindicato Nacional de Motoristas de Matérias Perigosas, incluindo ainda Ana Rita Cavaco, bastonária da Ordem dos Enfermeiros, Miguel Guimarães, bastonário da Ordem dos Médicos, António Ventinhas, presidente do Sindicato dos Magistrados do Ministério Público, Mário Nogueira, secretário-geral da Fenprof, e Arménio Carlos, líder da CGTP. No entender desse jornal, os restantes partidos no Parlamento não causavam qualquer mossa a António Costa, tendo ele antes de se preocupar com a contestação destes grupos profissionais. E, entre estes, o que causava mais preocupação era precisamente o sindicato dos motoristas, que o jornal justamente qualificava como uma pedra no caminho de António Costa para as eleições de Outubro.

Deve dizer-se, no entanto, que o Gover-

no conseguiu em grande parte controlar qualquer contestação desses grupos profissionais. Os procuradores do Ministério Público viram os seus salários aumentados exactamente na medida em que pretendiam, inclusivamente para valores superiores ao do primeiro-ministro. Da Fenprof não se ouviu mais qualquer contestação, depois da ameaça do Governo de se demitir se fosse devolvido o tempo de carreira reclamado pelos professores. A CGTP também não tem anunciado quaisquer greves, tendo-se, pelo contrário, colocado ao lado das empresas de transporte na greve dos motoristas. A Ordem dos Enfermeiros foi alvo de uma sindicância devido às posições que a sua bastonária tomou na altura da greve dos enfermeiros. Apenas a Ordem dos Médicos tem efectuado uma corajosa denúncia do caos em que está transformado o Serviço Nacional de Saúde, como se demonstrou pelo facto de uma parturiente ter sido obrigada a fazer centenas de quilómetros por falta de incubadora no hospital, acabando por perder a criança. Por comparação, a Ordem dos Advogados tem vivido num silêncio absoluto, nada dizendo sobre o facto de os advogados que prestam serviço no apoio judiciário não verem a sua remuneração actualizada desde 2004,

enquanto todos os outros operadores judiciários são aumentados, e de se estar a assistir à contínua erosão dos actos próprios do advogado.

Já o Sindicato Nacional de Motoristas de Matérias Perigosas, embalado pelo sucesso inesperado da sua greve em Abril, decidiu repeti-la numa altura sensível, julgando que o Governo se deixaria condicionar pela proximidade do acto eleitoral. Só que, desta vez, o Governo não foi apanhado de surpresa, tendo antes visto aqui uma clara oportunidade de voltar a capitalizar politicamente com a situação, como já tinha feito na crise dos professores. Foi assim que marcou serviços mínimos em níveis nunca antes vistos, chamou militares e policia para controlar os piquetes de greve e se colocou de plantão para decretar a requisição civil à mínima necessidade. Com isto, esvaziou em grande parte os efeitos da greve, removendo a pedra que tinha surgido no seu caminho para as eleições de Outubro.

Mas se o Governo não se deixou perturbar minimamente pela greve dos motoristas, já o mesmo não se pode dizer dos restantes partidos. Assim, enquanto o PCP e o BE optaram por um silêncio ensurdecedor relativamente a serviços mínimos nunca antes vistos, o PSD e o CDS optaram por declarações disparata-

das. O PSD propôs o adiamento da greve para depois das eleições, enquanto o CDS se propôs alterar a lei dos serviços mínimos, sugerindo assim que estes ainda deveriam ser maiores do que os decretados pelo Governo. Como já tinha sucedido na crise dos professores, os partidos da oposição voltaram a deixar-se manietar pelo Governo, sendo incapazes de apresentar qualquer alternativa.

Marcelo fez saber que estava preocupado com o facto de a greve dos motoristas poder conduzir o PS a uma maioria absoluta. A maioria absoluta não resultará, porém, da greve dos motoristas, mas sim da total inépcia dos partidos da oposição, incapazes de fazer qualquer oposição minimamente consistente ao Governo, deixando a mesma na mão de grupos profissionais sem qualquer legitimidade para tal. E resultará também da absoluta complacência de Marcelo para com este Governo, com o objectivo evidente de obter o seu apoio para a sua reeleição. Afinal de contas, perante uma oposição que não existe, qual é o Governo que não ganha eleições?

*Professor da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa
Escreve à terça-feira, sem adopção das regras do acordo ortográfico de 1990*

A maioria absoluta do PS resultará da total inépcia dos partidos da oposição, incapazes de fazer qualquer oposição minimamente consistente ao Governo, deixando a mesma na mão de grupos profissionais sem qualquer legitimidade para tal



Qual é o Governo que não ganha eleições perante a inexistência de oposição?

C Opiniões

OPINIÃO

“House of Gasoline”: António Costa é o Frank Underwood tuga

A reação do Governo socialista/trotskista/comunista à greve dos motoristas de matérias perigosas é digna de um episódio de pura ficção sobre encenação e manipulação política.



João Lemos Esteves

1. António Costa resolveu ter o seu momento Frank Underwood. Na quinta temporada da série *House of Cards* (ainda com a fantástica interpretação do ator Kevin Spacey) – que retrata, em termos fantasiosos e hiperbólicos, a vida política em Washington DC, o Presidente dos EUA (precisamente Frank Underwood) confronta-se com um cenário eleitoral pouco favorável. Enredado numa série de complexidades governativas e tumultos no seu próprio partido (estranhamente, atendendo à bitola de Hollywood, reconhece-se que os vícios se centram no Partido Democrata, ou seja, na esquerda norte-americana), Underwood inventa uma situação de crise à segurança nacional para reforçar os seus poderes, declarar o estado de emergência nacional, logrando, por esta via, suspender a democracia. Consequentemente, o processo eleitoral é interrompido, a realização das eleições é protelada, conservando-se o Presidente esquerdista Frank Underwood no poder por tempo indeterminado. Em conclusão: a série *House of Cards* evocou aqui um dos mais antigos truques políticos dos aspirantes a tiranos e indivíduos com pretensões ao poder absoluto e ilimitado, que consiste em criar um facto político suscetível de gerar emoções negativas na gene-

Costa – ao derrotar os trabalhadores, colocar-se ao “lado dos patrões” e silenciar o PCP e o BE – vai conquistar o apoio daquela direita que partilha com o PS costista a subordinação aos interesses especiais

ralidade das pessoas para mostrar liderança, para criar a percepção no eleito de que só o poder vigente conseguirá lidar com a situação gravíssima (inventada, na sua dimensão e severidade, pelo mesmo poder político) que o inquieta. Ah, e o Presidente Frank Underwood, ao mesmo tempo que suspendia o processo eleitoral, não deixava de elogiar a democracia e a sua importância, alegando estar a defendê-la, mantendo-se *ad aeternum* no poder...

2. Pois bem, António Costa – que, segundo nos contaram, viu esta temporada da série *House of Cards* nas férias do verão passado – reteve, com detalhes verdadeiramente assustadores, o enredo da ficção televisiva norte-americana. António Costa (que ao *SOL* já revelou ser “fanático por *House of Cards*”) quis ter o seu momento de protagonismo à la Frank Underwood: em diversos fóruns *online* e intervenções em sessões académicas nos EUA, várias personalidades de esquerda não escondem a sua admiração pela falta de ética, pelo descaramento (frequentemente) criminoso, pela visão de “democracia musculada” do presidente ficcional dos EUA, proveniente de Gaffney, Carolina do Sul. Porquê? Porque a única preocupação de Underwood é o poder pelo poder, tornando-o imune aos ciclos eleitorais – é a visão totalitária de democracia perfilhada pela esquerda. E de António Costa: Costa – tal como as crianças e os adolescentes sonham em se tornarem Zorros, Super-Homens, Homens-Aranha – adoraria ser o Frank

Underwood da vida real. E nos últimos dias teve a oportunidade da sua vida: Costa, o habilidoso, não deixou de aproveitar devidamente.

3. Com efeito, a reação do Governo socialista/trotskista/comunista à greve dos motoristas de matérias perigosas é digna de um episódio de pura ficção sobre encenação e manipulação política: António Costa faria Frank Underwood – o seu herói da fantasia política – corar. Senão, vejamos. Como é que António Costa reagiu? Exacerbando a dimensão do problema da greve, elevando de tal forma a fasquia da gravidade dos riscos para a vida dos portugueses que, acontece o que acontecer nos próximos dias, o Governo poderá sempre cantar vitória – alegará que, graças ao exercício da sua autoridade, o interesse de todos os portugueses se sobrepôs ao interesse particular de alguns “portugueses egoístas” que correspondem, nesta narrativa socialista, aos motoristas grevistas. Ora, como é impossível – porque logicamente absurdo – a greve assumir as proporções trágicas que António Costa anunciou, o Governo sairá sempre vencedor: como os portugueses, baseados na informação criada pelo Governo socialista e na montagem de uma situação de falsa emergência nacional, já interiorizaram a expectativa do pior cenário possível, todos os resultados verosímeis – que a factualidade demonstrará – serão mais benéficos. Logo, António Costa sairá como um líder nato, que põe os malandros dos trabalhadores na ordem, que

serve o interesse nacional, que até se mostra capaz de pôr o PCP e o BE do lado dos patrões e contra os trabalhadores (a extrema-esquerda gosta muito de greves... desde que os grevistas sejam seus camaradas). Por outro lado, António Costa – ao derrotar os trabalhadores, colocar-se ao “lado dos patrões” e silenciar o PCP e o BE – vai conquistar o apoio daquela direita que partilha com o PS costista a subordinação aos interesses especiais. Basicamente, António Costa está repetindo a birra que havia feito aquando da reposição integral do tempo de serviço dos professores – episódio que, por pura inabilidade política do líder do PPD/PSD, marcou o início do fim de Rui Rio (e de Assunção Cristas, acrescente-se). Convém ainda realçar que não queremos acreditar que, como nos foi contado por amigo próximo dos intervenientes, a Antram se tenha deixado envolver no castelo de cartas (o *House of Cards*) do PS de António Costa: seria muito grave que empresários respeitáveis se deixassem utilizar em jogos político-partidários...

4. Em suma: tal como Frank Underwood, António Costa criou um facto político, gerou um estado de aflição nacional irrealista em tempo pré-eleitoral, mobilizou o aparelho do Estado em termos claramente desproporcionais, deu ordens aos seus ministros para aparecerem, dando-lhes tempo de antena eleitoral extra – enfim, utilizou o medo da população para retirar dividendos políticos. António Costa subscreve a ideia central da personagem da série norte-americana: o medo é a arma política mais eficaz. Pois bem, nos últimos dias, assistimos, ao vivo e a cores rosinhas, a um episódio da *House of Cards* à portuguesa (versão soviética). Esta conclusão não deve surpreender-nos: tal como Frank Underwood, António Costa é um político sem princípios nem convicções. Apenas são motivados por uma ilimitada sede de poder, custe o que custar. A *House of Cards* de Underwood foi-se estilhaçando ao longo da série – e o castelo de cartas do poder política e moralmente corrupto de Costa não se aguentará muito tempo. O povo português – não a direita dos interesses especiais, que gosta muito deste PS – não é parvo. Já é tempo de cancelar esta série costista!



António Costa sairá deste conflito com a imagem de um líder nato

joaolemosesteves@gmail.com
Escreve à terça-feira

OPINIÃO

A lufada de ar fresco de Salvini

Espero que Salvini se torne primeiro-ministro e corra com esta corja de mariquinhas da União Europeia.



André Ventura*

Foi inesperado, mas aconteceu. Salvini fez implodir a coligação com o Movimento 5 Estrelas (M5E) devido à votação no Parlamento de um projeto de uma linha férrea para transporte de alta velocidade entre Turim e Lyon, mas a verdade é que as ten-

sões eram evidentes e os dois parceiros já não conseguiam esconder divergências ideológicas e políticas fundamentais.

Salvini tem sido uma lufada de ar fresco no seio da União Europeia. Sem colocar em causa a permanência de Itália no grupo comunitário ou na moeda única - revelando logo aí uma inteligência muito superior aos britânicos -, o ministro do Interior italiano soube tomar medidas difíceis, pouco populares para o *politburo* de Bruxelas, mas fundamentais para a defesa do povo italiano. As sondagens de 38%, impensáveis há poucos anos atrás, evidenciam isso mesmo.

A apologia de penas criminais mais

duras, o controlo da imigração ilegal e da tragédia do Mediterrâneo, o registo e controlo de todas as minorias étnicas do país, sejam elas quais forem, a promoção de uma nova política de modernização tecnológica (uma das maiores carências de Itália face aos seus concorrentes diretos) e a redução dos impostos sobre quem mais trabalha e produz riqueza fazem de Salvini um dos faróis de esperança no futuro próximo da União Europeia.

Uma política nestes termos e com este estilo, próxima das gerações mais novas e daqueles que querem verdadeiramente produzir riqueza e fazer deste continente o mais próspero e desenvolvido do mundo, é aquilo de

que Portugal e toda a União Europeia precisam.

Não sei, nem ninguém sabe, qual será a decisão imediata do Presidente italiano, Sergio Mattarella, mas sendo o cenário mais provável a realização de eleições legislativas, espero que a Liga vença confortavelmente. Não apenas para continuar a colocar Itália na rota do desenvolvimento, mas sobretudo para correr com todos aqueles mariquinhas de Bruxelas que, em vez de pensarem no futuro dos europeus, parecem ter medo que o George Soros deixe de lhes pagar o salário.

* Líder do Chega

PUB

EVERYTHING IS NEW & LIVE NATION APRESENTAM

NOSSA HISTÓRIA

SANDY & JUNIOR

6 OUTUBRO

ALTICE ARENA LISBOA

BILHETES: FNAC, WORTEN, EL CORTE INGLES, TICKETLINE.PT, SEETICKETS.COM, MASQUETICKET.COM E MAIS INFORMAÇÃO EM EVERYTHINGISNEW.PT | M6

Everything is New LIVE NATION elc RTP

—13 agosto 2019 37

POLÍTICA



“O PSD não está a cumprir os serviços mínimos”

LISBOA O social-democrata Carlos Carreiras critica a “inoperância” da oposição e teme uma vitória “esmagadora” de António Costa nas eleições legislativas. “O PSD está há muito em greve de combate político. Claramente, não está a cumprir os serviços mínimos”, escreve, num artigo publicado nesta edição (ver pág. 32), o presidente da Câmara de Cascais.

Ex-presos políticos contra “Museu Salazar”

SANTA COMBA DÃO Mais de 200 ex-presos políticos revelaram um abaixo-assinado em que se manifestam contra a criação de um “Museu Salazar”, anunciado pelo presidente da Câmara de Santa Comba Dão, terra natal do ditador. Estes abaixo-assinados apelam ainda “a todos os democratas e amantes da liberdade que se manifestem contra a criação desse memorial ao ditador”.

Bloco de Esquerda contra mais precários na saúde

COIMBRA O Bloco de Esquerda insistiu, ontem, no apelo a que as unidades de saúde tenham autonomia para contratar os funcionários de que necessitem. “Como as unidades de saúde continuam sem autonomia para a contratação, estão a ser contratados mais profissionais de uma forma precária”, disse a coordenadora do BE, Catarina Martins.

IL aposta em investigadora

AÇORES A assistente de investigação na Universidade de Oxford Ana Martins é a cabeça-de-lista da Iniciativa Liberal (IL) pelo círculo dos Açores nas eleições legislativas. Ana Martins defende que “não é com dependência do Estado que se deixa crescer uma sociedade de gente livre e capaz”. A Iniciativa Liberal concorre pela primeira vez às eleições legislativas.

Madeira

16 partidos na corrida eleitoral

SORTEIO
Concorrem 16 partidos e uma coligação às eleições regionais na Madeira, que estão marcadas para o dia 22 de setembro. O sorteio do boletim de voto foi ontem realizado e o Partido Democrático Republicano (PDR), liderado por Marinho e Pinto, será o primeiro a surgir no boletim de voto. O Chega, liderado por André Ventura, aparece em segundo lugar. Seguem-se o Partido Nacional Renovador (PNR), Bloco de Esquerda, PS e PAN. A Aliança e o MPT surgem em sétimo e oitavo lugar. O sorteio definiu ainda que o MRPP aparece em nono, enquanto o PSD surge em décimo lugar, logo seguido da Iniciativa Liberal. Depois aparecem o PTP, PURP, CDS, CDU e Juntos pelo Povo.

RIR EM ÚLTIMO
O boletim terá em último lugar o Reagir, Incluir, Reciclar (RIR), liderado por Vitorino Silva, mais conhecido como Tino de Rans. O RIR candidata-se pela primeira vez a eleições. Vitorino Silva foi candidato a Belém nas últimas eleições presidenciais e pretende com o novo partido “aproximar os cidadãos da política e vice-versa”.

PS QUER GANHAR
O PS ambiciona, pela primeira vez, vencer as eleições regionais na Madeira. Os socialistas apostam em Paulo Cafó. Do lado do PSD, Miguel Albuquerque recandidata-se ao cargo.

Coletes amarelos portugueses anunciam fim com “profunda tristeza”

“Mal ou bem, fizemos história”, concluiu o movimento através de uma nota divulgada nas redes sociais.

“É com uma profunda tristeza que comunicamos à população portuguesa que damos por encerrado o Movimento Coletes Amarelos Portugal (MCAP)”, informou, ontem, uma publicação divulgada no Facebook, assinada pelo porta-voz do grupo, Bruno Miguel Branco.

O movimento português, criado em dezembro de 2018 e inspirado nos coletes amarelos franceses, explicou na nota que o fim da organização foi decidido após uma “reunião interna”, na qual foi votado por unanimidade o término do movimento.

“No final de tudo, дума coisa temos a certeza, nunca nenhuma manifestação na história de Portugal levou o Governo a colocar toda a polícia disponível na rua. Mal ou bem, fizemos história”, refere o texto sobre os protestos organizados pelo grupo, que se deram em vários pontos do país no dia 12 de dezembro do ano passado.

Na publicação são apresentadas as razões que levaram ao fim do movimento. Os organizadores apontam que, apesar de todos os esforços feitos por lutarem “pelos que menos têm, exigindo reivindicações” que combateriam a corrupção e trariam justiça social, os portugueses viraram-se contra o MCAP e tornaram-no um alvo de “chacota, crítica”, resultando numa conotação falsa do movimento com “todo o género de extremismos”.

Considerando que sempre lutaram “de coração”, o MCAP também acusou o “povo português” de escolher “não fazer nada” após o movimento ter tentado tudo ao seu alcance para que os portugueses “fizessem valer os seus direitos”.

“Ao fim de tanto sermos ignorados e alvos de chacota, decidimos aceitar o que o povo escolhe ser”, pode ler-se no referido comunicado.

O texto incluiu igualmente agradecimentos a todos os que se manifestaram com o movimento e lutaram pelas reivindicações do mesmo. Porém, o MCAP sublinhou que a maioria dos portugueses “nem se deu ao trabalho” de ler o programa reivindicativo do grupo.

É de recordar que a falta de reivindicações concretas foi o principal argumento de descredibilização do movimento na altura.

O “movimento pacífico e apartidário de união e apoio a todos os grupos e indivíduos” vulgo “colete amarelo” responsabilizou ainda o Executivo de António Costa pela dissolução do grupo. “A culpa desta decisão também é do Governo, que nos boicota de todas as maneiras e que também utiliza a polícia como um escudo para eternizar o seu sistema corrupto”, destacou ainda Bruno Branco.

“Estivemos tão perto...”, fecha assim o texto divulgado na página oficial do movimento no Facebook, que conta com quase 15 mil seguidores.

Movimento culpa povo português e o Governo de Costa pela sua dissolução

“Estivemos tão perto...”, pode ler-se no anúncio que divulgou o fim do movimento



Movimento durou menos de um ano BRUNO GONCALVES

—14 agosto 2019 **9**

Anexo 14: Jornal I - 14 de agosto de 2019 – página 9

120€ // Quinta-feira, 15 agosto 2019 // Ano 10 // Diário // Número 3019 // Diretor: Mário Ramires // Dir. exec.: Vítor Rainho // Dir. exec. adjunta: José Cibrita Saraiva // Subdir. exec.: Marta F. Reis // Dir. de arte: Francisco Alves

Militares contestam requisição para conduzirem camiões

“Quando houver uma greve de médicos também chamam os médicos militares?”

Guerra de nervos pode ser resolvida hoje
Em Leça da Palmeira “vê-se de tudo, falam ao telemóvel e até fumam junto aos tanques” // PÁGS. 2-7

“RUI RIO NÃO PODIA TER DESILUDIDO MAIS”
O ataque é do líder do PSD/Porto // PÁG. 8

Cofina confirma negociações exclusivas para comprar TVI
// PÁG. 48

Incêndios. Desde 2014 que não havia tão poucos fogos
// PÁG. 11

André Ventura garante que não convidou Pardal Henriques
// PÁG. 9

Turismo acelera e estrangeiros já representam 70% das dormidas
// PÁG. 13

40 anos de Apocalypse Now. O estranho cheiro da vitória
// PÁGS. 16-19

Entrevista a Miguel Reino, dono do Aqui Há Peixe

“O Louboutin salvou-me a vida, comprou-me as duas casas”

“A minha imagem é muito a voz, o assobio e a gritaria, as gargalhadas” // PÁGS. 22-26



Anexo 15: Jornal I - 15 de agosto de 2019 - manchete

EDITORIAL

Patrões e CGTP de mãos dadas pela primeira vez



Vítor Rainho

Se o tempo não estivesse tão incerto, talvez as notícias fossem outras. Mas, felizmente, o mau tempo tem dado descanso aos bombeiros e todas as atenções se viram para a greve dos camionistas. E o que descobrimos nestas maratonas informativas é melhor do que ir ver um filme de ação. Foram detidos, não foram detidos; 60 horas semanais são normais, 60 horas semanais não são normais; o ordenado dos camionistas é de 600 euros, o ordenado dos motoristas é de 1800 euros, e por aí fora. As contradições são muitas, mas há factos que são indesmentíveis.

Os camionistas têm um salário base semelhante ao ordenado mínimo nacional e só as horas extras fazem com que levem mais umas centenas de euros para casa. Mas, para isso, precisam de trabalhar as tais 60 horas semanais. E é aqui que vemos com estupefação um ministro falar nas 60 horas semanais com a maior das ligeirezas, quando o Executivo de que faz parte tinha como bandeira eleitoral baixar para as 35 horas semanais o horário dos funcionários públicos. Percebemos então que, para o Governo, só os trabalhadores do Estado é que merecem essas atenções, já que os camionistas podem bem trabalhar de sol a sol.

E o que dizer do sindicato associado à CGTP que está a negociar com a Antram um aumento salarial para 700 euros? Não deixa de ser irónico que um sindicato afeto à central sindical ligada ao PCP seja muito menos exigente do que o sindicato de Pedro Pardal Henriques, um homem que teve de adiar o anúncio da sua candidatura à Assembleia da República por causa do prolongamento da greve.

Não fosse a inexistência de uma oposição e o Governo não poderia comportar-se desta forma, usando uma associação, a dos patrões, para dar cabo da greve e da credibilidade dos grevistas, com a ajuda da CGTP. Rui Rio, aliás, sai desta história como o político mais inábil da atualidade. A proposta de querer adiar o conflito para depois das eleições legislativas está ao nível do pior humor que se faz em Portugal. Pior é mesmo impossível.



A

Radar



Motoristas. Guerra de nervos pode ser resolvida hoje?

O Governo decidiu que, afinal, não é preciso alargar a requisição civil, o sindicato convida a Antram para uma reunião e acusa GNR de deter dois motoristas. O braço-de-ferro pode ter hoje fim ou pode continuar a esvaziar depósitos e paciência.

RITA PEREIRA CARVALHO
rita.carvalho@ionline.pt

As exigências não terminam e a greve também não. Entre cumprimento e incumprimento dos serviços mínimos e requisição civil decretada pelo Governo, a Associação Nacional de Transportadores Públicos Rodoviários de Mercadorias (Antram) diz que só negocia se a greve for cancelada. O Sindicato Nacional de Motoristas de Matérias Perigosas (SNMMP) recusa terminar a paralisação, mas diz estar disponível para negociar

com os patrões hoje às 15 horas na Direção-Geral do Emprego e das Relações do Trabalho (DGERT). André Matias de Almeida, porta-voz da Antram, fugiu à questão e não esclareceu se iria ou não aceitar a proposta de encontro.

Tal como já tinha avançado na terça-feira, Pedro Pardal Henriques não sai da mesa de negociações, "de maneira nenhuma", ao contrário daquilo que André Matias de Almeida queria.

Para hoje, há três cenários em cima da mesa: ou a Antram aceita negociar em plena greve, ou

POLÍTICA

Legislativas

PAN quer mais deputados

PARLAMENTO
André Silva, dirigente do PAN, afirmou esta quarta-feira que o objetivo do partido é eleger, no mínimo, um segundo deputado nas eleições legislativas. "A meta sempre foi o aumento da representação parlamentar", destacou o líder à agência Lusa, à porta do Palácio da Justiça, em Lisboa, antes de entregar a lista de candidatos a deputados do PAN.

EVITAR MAIORIAS
O atual deputado do PAN também deixou um apelo aos portugueses. André Silva pediu que a população continuasse a confiar no trabalho do partido para que "se consiga encontrar uma maior diversidade parlamentar" e para, acima de tudo, se "evitar maiorias absolutas e o afunilamento do sistema democrático numa visão apenas e redutora de um partido", apontou o cabeça-de-lista por Lisboa da estrutura partidária.

PRIORIDADES
O representante do PAN aproveitou o momento para recordar que o partido irá dar prioridade, na próxima legislatura, à "matéria ambiental", aos direitos sociais e à justiça, tudo assuntos que o partido já tinha confirmado iam ser desenvolvidos no programa eleitoral, que deverá estar pronto no final do mês.

André Ventura garante que não convidou Pardal Henriques para integrar as listas do Chega

Porta-voz dos motoristas não coloca de lado entrar no combate político, mas pelo PDR

André Ventura garante que não convidou Pardal Henriques para integrar as listas do Chega nas próximas eleições legislativas. "Não foi feito, por parte do presidente ou da direção do Chega, nenhum convite ao dr. Pardal Henriques para integrar as listas do Chega às eleições legislativas", garantiu ao i André Ventura.

Pardal Henriques ganhou visibilidade com a greve dos motoristas e não tem colocado de lado a hipótese de se candidatar a deputado nas próximas eleições legislativas. A possibilidade mais forte é, porém, integrar as listas do PDR, liderado por Marinho e Pinto. O advogado e porta-voz do Sindicato Nacional dos Motoristas de Matérias Perigosas disse à revista Visão que ainda não aceitou nada, mas admitiu que se identifica com o ex-bastonário da Ordem dos Advogados. "Depois de falar com ele, con-

versarei com a minha família e tomarei a minha decisão", disse Pardal Henriques, admitindo que "também" foi desafiado pelo Chega.

Já André Ventura garante que não convidou o advogado que representa os motoristas, mas elogiou uma greve que tem o

"mérito de evidenciar que tudo o que não é controlado pela CGTP ou a UGT, para a esquerda, é para dizimar e reprimir brutalmente. Esta greve é a prova de que a ditadura de esquerda está instalada no país". Ventura diz ainda que não aceita "a humilhação a que o Governo tem sistematicamente vetado os motoristas e outras classes profissionais".

O semanário SOL noticiou, no início deste mês, que Pedro Pardal Henriques foi convidado por Marinho e Pinto para liderar a lista do PDR em Lisboa. Ao SOL, o porta-voz do sindicato dos motoristas disse apenas, nessa altura, que não podia confirmar nem desmentir essa possibilidade.

O ex-bastonário da Ordem dos Advogados foi a surpresa das eleições europeias há cinco anos. Liderou a lista do MPT e conseguiu eleger dois eurodeputados com mais de 230 mil votos. Depois de entrar em rutura com o partido pelo qual foi eleito fundou o PDR, mas não voltou a ter sucesso. Nas últimas eleições europeias, Marinho e Pinto conseguiu apenas 15 mil votos.

Pardal Henriques ganhou visibilidade com as greves dos motoristas de matérias perigosas

O porta-voz do SNMMP tomará uma decisão depois de conversar com a família



Aliança vai sozinho às eleições regionais

FUNCHAL O partido liderado por Santana Lopes informou, ontem, que vai apresentar-se sozinho às eleições legislativas regionais na Madeira, pode ler-se num comunicado no site do Aliança. É de recordar que este anúncio surge na sequência do Tribunal Constitucional ter rejeitado, esta semana, a coligação 'Unidos Pela Madeira', formada pela Aliança e Partido da Terra.

Deputados do PCP não vão ganhar mais

PORTUGAL Os candidatos do PCP às legislativas assinaram um compromisso com o partido que define que o mandato "deverá ser, em princípio, exercido em regime de exclusividade". O documento, divulgado por alguns candidatos nas redes sociais, estabelece ainda que "os deputados comunistas recebem o mesmo salário que ganhariam no exercício da sua atividade profissional". O que sobra é entregue ao partido.

Ana Gomes promete continuar ativa

LISBOA A socialista Ana Gomes disse, numa entrevista ao Observador, que quer "estar mais em Portugal" e "usar a experiência, os contactos e os conhecimentos" que fez no Parlamento Europeu e "pó-los ao serviço do que se passa" no país. "A política não se esgota na vida partidária, embora ache que a vida partidária é indispensável em democracia", diz a ex-eurodeputada do PS.

CDU quer eleger um deputado na Madeira

MADEIRA A CDU entregou ontem a lista de candidatos pelo círculo da Madeira à Assembleia da República, esperando pela primeira vez eleger um representante do arquipélago. "Esperamos bem que os madeirenses pela primeira vez apostem na CDU para os representar na Assembleia da República", disse, citado pela agência Lusa, Leonel Nunes, após a entrega da documentação.



Pardal Henriques pondera entrar na política

BRUNO GONÇALVES

POLÍTICA



Jerónimo de Sousa diz que o compromisso do PCP é apenas com os trabalhadores

MAFALDA GOMES

PCP. Jerónimo não quer confusões: “Não há Governo apoiado pela CDU”

Jerónimo já anda em campanha, com críticas ao PS. Garante que todas as medidas positivas têm a marca do PCP e muitas delas enfrentaram “a resistência do Governo do PS”.

LUÍS CLARO
luis.claro@ionline.pt

Jerónimo de Sousa já anda em campanha e não poupou críticas ao PS num convívio de verão em Monte Gordo. “Sim, camaradas, o que se conseguiu, em muitos casos, teve sempre pela frente a resistência do Governo do PS, que mantém presente na sua governação opções essenciais da política de direita, tal como fizeram anteriores Governos do PSD e CDS”, afirmou, ontem à tarde, o secretário-geral dos comunistas.

O líder do PCP começou por defender que as próximas eleições legislativas, marcadas para dia 6 de outubro, são uma escolha entre dois caminhos: “Concretizar uma política alternativa ou andar para trás não só no

que neste período se repôs e conquistou, mas igualmente noutros domínios, retomando o percurso de retrocesso que PS, PSD e CDS, tendo as mãos livres, não hesitarão em retomar”.

Jerónimo de Sousa apontou depois várias medidas aprovadas pela geringonça, como o aumento de reformas e pensões, a reposição do subsídio de Natal por inteiro ou os passes sociais mais baratos, para garantir que “tudo o que é avanço, tudo o que é medida positiva a favor dos trabalhadores e do povo tem a marca do PCP e do PEV, dos partidos da CDU”.

E, continuou o secretário-geral do PCP, é preciso clarificar para que “não haja confusões” que esta solução governativa, encontrada há quatro anos, não se traduz num Governo de esquerda.

“Não há nenhuma maioria parlamentar nem nenhum Governo de esquerda ou de maioria de esquerda. Não há Governo apoiado pela CDU”, afirmou.

COMPROMISSOS, SÓ COM O POVO Jerónimo, num encontro que serviu para apresentar o cabeça-de-lista pelo círculo de Faro, Tiago Raposo, insistiu na ideia de que o único compromisso dos comunistas “foi e será até

ao fim” com os interesses dos trabalhadores e do povo. “Há medidas de um Governo que, se forem justas e a favor do povo, são apoiadas. Há medidas que, se forem negativas e prejudiciais ao país, são por nós combatidas e recusadas”, concluiu.

GREVE DOS MOTORISTAS Jerónimo não ignorou a greve dos motoristas e garantiu que o PCP está “inteiramente solidário com os trabalhadores do setor e as suas reivindicações”, mas não é possível “iludir a operação que se desenvolve e as vezes que se vão ouvindo a dar lastro para pôr em causa o direito à greve”. O secretário-geral do PCP considerou que os promotores desta greve “não se importam de dar pretextos à limitação do direito à greve, como se está a verificar”.

Jerónimo afirma que promotores do protesto dão pretextos para limitar a greve



Bispo do Funchal condena calúnias entre políticos

MADEIRA O bispo do Funchal, Nuno Brás, criticou os “ataques pessoais” e as “calúnias” entre partidos. “Mais que mostrar as suas propostas para a região e o país, as campanhas eleitorais têm, infelizmente, sublinhado os ataques pessoais, a desvalorização do outro candidato, por vezes até através de calúnias”, lamentou o bispo numa missa no Funchal.

Menezes critica líder do PSD/Porto e defende Rui Rio

PORTO Luís Filipe Menezes insurgiu-se contra as críticas do líder do PSD/Porto, Hugo Neto, ao presidente do PSD. “É gente desta que interessa a um PSD pós-outubro? Nem pensar, aconteça o que acontecer”, escreveu, nas redes sociais, o ex-líder do PSD. “O personagem desanca Rui Rio de forma que nenhum dirigente da geringonça o fará”, acrescenta.

Partidos vão gastar 1,3 milhões de euros na campanha

MADEIRA Os partidos vão gastar 1,3 milhões de euros na campanha das eleições da Madeira, de acordo com o “Jornal de Negócios”. O PS, que aposta forte para ganhar pela primeira vez estas eleições, conta gastar 370 mil euros. O PSD pretende gastar 360 mil euros. Os socialistas-democratas vão gastar muito menos, já que em 2015 tiveram destas de 761 mil euros.

Candidato do PCP critica Ventura

LISBOA Miguel Tiago, ex-deputado do PCP e candidato nas próximas legislativas, faz duras críticas a André Ventura nas redes sociais. “É apenas um boy, desesperadamente à procura do seu job. Encontrou um nicho de mercado no ódio e na extrema-direita”, escreve o ex-deputado. “Defenderá o que for preciso (o que mais atenção lhe der) para chegar onde quer”, acrescenta.

—16 agosto 2019 1 5

B Zoom // Legislativas

Legislativas. Os 10 candidatos mais novos

Com idades entre os 18 e os 26 anos, os candidatos mais novos a estas legislativas não querem saber se estão num lugar elegível ou não. O objetivo? Mostrar que os jovens (ainda) se interessam pela política e que querem fazer diferente.

MAFALDA TELLO SILVA
mafalda.silva@ionline.pt

Descrentes, desinteressados, apáticos ou indiferentes são as palavras com que mais se tem caracterizado a relação dos jovens portugueses com a política. Segundo um estudo da Universidade de Lisboa, apenas 21,9% dos jovens entre os 15 e os 24 anos se identificam com os partidos políticos portugueses. Mas, se uns olham para o lado, outros veem "política em tudo" e, antes do mais, querem ter uma voz ativa. Apesar de as listas dos partidos para as legislativas ainda não estarem todas fechadas, há várias caras (muito) novas já confirmadas.

Com apenas 18 anos, Inês Alves Rodrigues é a sétima candidata da CDU pelo círculo eleitoral de Braga. A mais nova aspirante ao Parlamento, do sexo feminino, inscreveu-se na Juventude Comunista Portuguesa (JCP) aos 16 anos e, passado um ano, no PCP, contou ao *i* a militante comunista de Guimarães. O facto de o pai fazer parte de um movimento sindical também pesou no seu precoce interesse pela política. Ainda assim, a estudante do ensino secundário garantiu que se identificou em particular com o PCP "por constatar que está todos os dias no terreno ao lado dos estudantes e trabalhadores" e por se rever "em toda a sua plenitude nas propostas do partido". Sobre a fraca probabilidade de se sentar na Assembleia da República (AR) na próxima legislatura, Inês Rodrigues recorda que o seu objetivo não é chegar a um cargo político específico: "Seja como militante ou deputada, a luta é a mesma", sublinhou, reforçando que espera principalmente que a sua candidatura inspire outros jovens a participarem na vida partidária. "Os jovens interessam-se por política, por vezes não têm é consciência disso. Quando falam sobre os transportes públicos ou sobre o preço dos passes não percebem que isso é política", esclareceu.

JOVENS MOVEM-SE POR CAUSAS Já para Eva Pinho, de 20 anos, 20.ª candidata por Lisboa do PSD, o problema entre a política e os jovens está na comunicação realizada pelos partidos. "Considerando que

os jovens têm demonstrado que se mobilizam por causas e associações, temos de transpor esse interesse para as estruturas partidárias", sugeriu a candidata mais nova dos sociais-democratas ao *i*, propondo uma maior aposta nos novos média. "Há falta de investimento na área de *marketing* digital por parte dos partidos. Os jovens não veem televisão, não reparam num cartaz na estrada e nem ligam ao candidato que está a falar na rua", apontou a cascalense, que se encontra atualmente a estudar Direito na Universidade Católica. "orgulhosamente" com bolsa de mérito. "A comunicação que passa na televisão devia passar no YouTube", aconselhou a social-democrata. Vinda de uma "família com convicções de esquerda", Eva Pinho destacou a importância de não se reproduzir as crenças dos outros na política e quis deixar claro que aceitou fazer parte das listas para o hemisfério por um motivo que acredita ser maior do que as suas próprias convicções. "Tenho noção de que não chegarei a deputada, mas vejo a minha candidatura como uma mensagem muito importante e clara: há caras jovens na política com um grande interesse em fazer diferente".

LUTAR PELA MUDANÇA Também interessado "em fazer diferente" está Sebastião Bugalho, de 23 anos, número seis da lista por Lisboa do CDS, que em conversa com o *i* se mostrou especialmente preocupado com o possível cenário de "uma maioria de dois terços das esquerdas unidas" na próxima legislatura. "Se isso acontecer, quer dizer que a geringonça pode mudar a Constituição. Portanto, logo aí, a direita terá de assumir um combate político sério e corajoso", focou o jovem lisboeta, licenciado em Ciência Política pela Universidade Católica, que se candidata como independente. Caso o PS consiga obter uma maioria absoluta, Sebastião Bugalho também salientou a necessidade de serem defendidos três aspetos "fundamentais": "A liberdade de imprensa, a independência dos tribunais, a autonomia do Ministério Público e valorização do Parlamento, como instituição de escrutínio à política". Depois de ter sido jornalista durante dois anos, o candidato explicou ao *i* que



foi convidado para as listas pela própria Assunção Cristas e que aceitou por uma simples razão: "Não sou socialista e estou farto de ver o PS a enterrar o meu país. Logo, podem contar comigo para tudo aquilo que seja combater isso. Nunca hei de dizer não quando me pedem para servir o meu país", destacou.

PARA ALÉM DA ESQUERDA/DIREITA Porém, se para uns o problema está na esquerda, para outros também está na direita. "As ideologias de esquerda e de direita e o sistema contemporâneo de partidarização são dos maiores entraves à política nacional e internacional", considerou Diogo Quintelho, de 20 anos, o candidato mais novo do PAN nas legislativas. Em terceiro lugar na lista de Viseu do partido de André Silva, o jovem estudante de Direito da Universidade Lusíada-Norte, no Por-

to, explicou ao *i* que começou a interessar-se por política "desde cedo ao ver mais do mesmo com o passar dos anos e ao verificar que os maiores problemas, aqueles que colocam a presença na Terra em perigo, eram ignorados". Filiado no PAN desde os 18 anos, vegetariano "pelos direitos dos animais e pela causa ecológica" desde os 17, Diogo Quintelho dá a cara pelo partido pelas causas que este defende, e não por uma ideologia política específica. Prioridade? Promover a "harmonia entre as pessoas, a natureza e todas as formas de vida". Numa ótica semelhante, Miguel Martins, de 18 anos, o candidato mais novo do BE, também se juntou ao partido pelo componente ativista dos bloquistas. "Relacionei-me logo com o BE porque é constituído por ativistas que defendem causas pelas quais luto desde os 16 anos, tais como a defesa dos direitos LGBTI, a promoção do feminismo e o combate ao racismo", começou logo por dizer ao *i* o número quatro da lista de Braga do BE. Tendo já sido candidato ao cargo de coordenador nacional de Jovens do Bloco e às eleições europeias deste ano, o ativista social e estudante de Barcelos garantiu que já não vê a sua "vida sem ser politicamente ativo".

CARRERA POLÍTICA FORA DAS AMBIÇÕES "Participo politicamente com absoluto desprendimento", assegurou ao *i* Joana Sá Pereira, a candidata número sete do círculo de Aveiro do PS. Com 26 anos, a advogada deixou claro que encara a sua vida política "como um serviço ao país" que desempenha paralelamente ao trabalho que realiza na área jurídica. A presidente da Federação Distrital de Aveiro da Juventude Socialista e candidata mais

Com 18 anos, Inês Rodrigues, da CDU, Miguel Martins, do BE, são os candidatos mais novos nestas legislativas

Ambiente, educação, saúde e emprego são as áreas que mais preocupam os jovens candidatos

14 **i** —19 agosto 2019

QUEM INFLUENCIA OS MAIS NOVOS?

Questionados pelo *i*, os candidatos mais novos a deputados revelam quem são os políticos que admiram e que os influenciaram.



Sebastião Bugalho
23 ANOS, 6.º POR LISBOA, CDS

"John McCain, antigo senador dos Estados Unidos, que acreditava numa América melhor do que a de Trump".



Joana Sá Pereira
26 ANOS, 7.º POR AVEIRO, PS

Mário Soares, António Costa e Pedro Nuno Santos, cabeça-de-lista do meu círculo eleitoral e o maior obreiro do grande progresso que o país tem vivido".



Inês Rodrigues
18 ANOS, 7.º POR BRAGA, CDU

"Carla Cruz, deputada da CDU eleita por Braga, porque tem feito um trabalho excelente e incansável no Parlamento".



Diana Costa
19 ANOS, 6.º POR BRAGA, ALIANÇA

"Pedro Santana Lopes sempre foi um exemplo para mim, mesmo antes de ter formado o Aliança".



Ana Sofia Marcelino
20 ANOS, CABEÇA-DE-LISTA POR FARO, LIVRE

"Tenho como inspiração Rui Vares, fundador do partido (...) Admiro também a bravura e vontade de vencer de Marie Curie".



Eva Pinho
20 ANOS, 20.º POR LISBOA, PSD

"Margaret Thatcher, ex-primeira-ministra do Reino Unido. Porque me deu a ideia de que as mulheres podem tudo".



Miguel Martins
18 ANOS, 4.º POR BRAGA, BE

"O meu exemplo é o meu avô, que era militante do BE, porque sempre lutou pelas necessidades dos outros".



Diogo Quintelho
20 ANOS, 3.º POR VISEU, PAN

"André Silva, líder do PAN, porque apesar de estar sozinho no Parlamento conseguiu fazer mossa no panorama mediático da política nacional".



Sérgio Freitas
20 ANOS, 11.º POR AVEIRO, CHEGA

"Winston Churchill, para mim, é a maior figura do conservadorismo. Foi um grande líder".



Maria Castello Branco
20 ANOS, CABEÇA-DE-LISTA POR CASTELO BRANCO, INICIATIVA LIBERAL

"Sá Carneiro e Milton Friedman, que apesar de não ser um político fez mais que muitos".

Inês Rodrigues inscreveu-se na Juventude Comunista Portuguesa aos 16 anos. Hoje, com 18, é candidata da CDU por Braga

DR

nova do PS nas últimas eleições europeias reforçou também que se juntou ao partido pela "capacidade verdadeiramente transformadora da sociedade" do PS. Recordando que se interessou por política por ter "um espírito inconformado", Joana Sá Pereira defende, entre várias ideias, a necessidade "de diminuir as disparidades salariais" e a defesa de os mais jovens conseguirem "um salário digno".

Noutro espectro político, Sérgio Freitas, o candidato mais novo do Chega, mostrou-se em sintonia com a socialista no que diz respeito a uma possível carreira na política. "Não quero acreditar que alguém possa achar que fazer da política vida seja uma carreira profissional". Com apenas 20 anos, o estudante da área de ciências, presidente da comissão instaladora da Juventude Chega e 11.º candidato da lista por Aveiro do partido liderado por André Ventura explicou que, apesar de se interessar por política desde os 14 anos, só há um ano é que encontrou no Chega um partido com o qual se identifica. Porque? "O Chega é, para mim, um rompimento com todo o sistema falido que temos. O Chega acaba com o monopólio dos partidos do poder e não deve nada a ninguém, ao contrário dos partidos que têm assento parlamentar".

EM BUSCA DE UMA ALTERNATIVA Também com um discurso apaixonado pelo seu partido falou ao *i* Diana Costa, de 19 anos – a candidata mais nova do Aliança. A número seis por Braga do partido, que tal como o Chega vai pela primeira vez às legislativas, encontrou na força política de Santana Lopes uma alternativa aos partidos tradicionais e um líder

que "finalmente" admira. A promoção do "crescimento económico, o combate à pobreza, a mobilidade e o ambiente" são as prioridades da jovem estudante de Administração Pública na Universidade do Minho. Também em nome da "educação, saúde, defesa do ambiente e justiça social" apresenta-se como cabeça-de-lista por Faro, a candidata mais nova do Livre, Ana Sofia Marcelino. A jovem estudante de Economia residente em Albufeira explicou ao *i* que foram os discursos de Rui Vares na comunicação social que a fizeram compreender que o Livre era o espaço que procurava e no qual poderia representar "a voz dos jovens".

Assim como Sérgio Freitas, Diana Costa e Ana Sofia Marcelino, Maria Castello Branco, a candidata mais nova do Iniciativa Liberal e cabeça-de-lista por Castelo Branco juntou-se ao partido por ter encontrado o "muito esperado espaço para pessoas mais liberais em termos económicos e sociais". Segundo a estudante de Ciência Política na Universidade Católica, o partido liderado por Carlos Guimarães Pinto é "a alternativa para a obsoleta e decadente política que se faz em Portugal, além de ser um partido muito jovem". Tendo escrito aos oito anos uma carta a Durão Barroso, na altura presidente da Comissão Europeia, a "pedir que banisse os sacos de plástico", as principais bandeiras da jovem de 20 anos são a "descentralização e a liberdade de escolha tanto na saúde como na educação", assinalou ao *i*. O *i* tentou falar com candidatos do Nós, Cidadãos, mas, até ao fecho da edição, não obteve qualquer resposta.

Anexo 21: Jornal *i* - 19 de agosto de 2019 - página 15

POLÍTICA



Costa inspira-se na EN2 para fazer campanha eleitoral

CHAVES O líder do PS, António Costa, esteve ontem em Chaves, onde está registado o quilómetro zero da Estrada Nacional 2 (EN2), que liga Vila Real a Faro ao longo de 700 quilómetros. “É uma fonte de inspiração. Agora que em outubro vamos começar uma nova etapa, nada como começarmos no quilómetro zero para ganharmos novas forças”, disse ao lado da mulher, Fernanda Tadeu.

BE pede soluções nos consulados para pensões de emigrantes

LISBOA O Bloco de Esquerda defende a “criação urgente de células competentes nos consulados” para que os emigrantes deixem “de andar a ser empurrados dos serviços da Segurança Social portuguesa para os serviços homólogos dos países de acolhimento” no momento de pedirem a reforma a que têm direito. A proposta faz parte do programa eleitoral do BE.

Chega quer levar Governo a tribunal por lei sobre género

LISBOA O líder do Chega, André Ventura, anunciou que vai avançar para os tribunais por causa de um despacho sobre a lei do direito à autodeterminação da identidade e expressão de género. “Mas agora qualquer rapaz que se sinta rapariga pode frequentar a casa de banho feminina?” atirou Ventura no Facebook. O Chega está a avaliar uma providência cautelar.

MPT quer eleger um deputado na Madeira

FUNCHAL O Partido da Terra-MPT tem a esperança de vir a eleger um deputado nas eleições regionais da Madeira no próximo dia 22 de setembro. Válder Rodrigues, empresário de 38 anos, é o rosto do partido na Madeira, apesar de concorrer como independente. “Vamos trabalhar para termos representação”, disse, citado pela *Lusa*, admitindo as dificuldades.

Fátima

PSD quer juntar mil autarcas

ENCONTRO EM FÁTIMA
Os Autarcas Sociais-Democratas (ASD) estão a organizar um encontro em Fátima no próximo dia 10 de setembro, inserido no período de pré-campanha eleitoral. O objetivo é demonstrar a força do poder local no PSD e, por isso, o presidente dos ASD, Hélder Sousa Silva, estimou ao *SOL* a presença de 800 a mil autarcas na reunião.

CONVITE POR EMAIL

O convite para os autarcas e dirigentes seguiu ontem por *email*, sendo solicitados “os bons ofícios na mobilização” interna do PSD. O evento incluirá debates e um jantar, que custará dez euros. Está prevista uma sessão de perguntas com o presidente do partido, Rui Rio, que “não tem custos”, assegura-se no convite. A única exigência é a inscrição para o debate.

CRÍTICOS ORADORES

O encontro é dividido em dois grandes temas de debate: ambiente e alterações climáticas e autarquias do séc. XXI. Neste último ponto, um dos oradores convidados é o autarca de Cascais, Carlos Carreiras, que tem sido muito crítico da atuação e da estratégia do presidente do PSD, Rui Rio. A seu lado terá Alcino Lavrador, presidente da Altice Labs, Luís Newton, presidente da Junta de Freguesia da Estrela, em Lisboa, Miguel Castro Neto, ex-secretário de Estado, e Ricardo Rio, presidente da Câmara de Braga. O moderador é o autarca de Viseu, Almeida Henriques.

Rui Rio. “Não é em cima das eleições que vamos acordar o que quer que seja”

Líder do PSD e António Costa estiveram nas festas da Senhora d’Agonia mas não se cruzaram.

O líder do PSD e o primeiro-ministro tinham previsto à mesma hora uma visita à Romaria de Nossa Senhora d’Agonia, com destaque para a tradicional confeção dos “Tapetes Floridos”, em Viana do Castelo, na passada segunda-feira à noite. Rui Rio e António Costa não se cruzaram, mas ficou claro que o discurso de consensos ou entendimentos não faz parte do léxico de campanha eleitoral das legislativas de 6 de outubro.

“O diálogo uns com os outros tem o seu tempo próprio e não é agora, não é em cima das eleições que vamos acordar o que quer que seja”, vincou Rui Rio, citado pela *RTP*. O presidente social-democrata insistiu que o momento pré-eleitoral “não é para fazer acordos nenhuns”.

O presidente do PSD percorreu a romaria e garantiu aos jornalistas que não andava a evitar ninguém. “Não vou fugir de ninguém, se encontrar, encontro”, assegurou, sem saber que o presidente da Aliança, Pedro Santana Lopes, também fez uma visita à chamada “noite dos tapetes”, que antecede a procissão do mar.

“Também anda aí?”, respon-

deu Rio a um jornalista enquanto passeava pelas ruas de Viana de Castelo.

Já António Costa chegou à romaria na qualidade de primeiro-ministro. Questionado se se iria cruzar com o líder da oposição, Costa teve resposta pronta: “Ainda bem que está cá e que vem dar uma mãozinha aos tapetes”. Ao contrário de Rui Rio, o primeiro-ministro não é estreato no evento, soma três visitas, e até admitiu que se ajeitava com os tapetes. Sobre acordos com o PSD, Costa disse que o momento “não era para essas conversas”, mas para apreciar

a romaria e o trabalho das “gentes de Viana”. A seu lado tinha o cabeça-de-lista pelo círculo eleitoral de Viana do Castelo, o também ministro da Educação Tiago Brandão Rodrigues.

Por seu turno, o presidente do PSD testou a sua habilidade por alguns minutos com os tapetes e colocou-se de cócoras para o efeito. “Isto é bem mais fácil do que governar o país. Mas há uma diferença: aqui temos de estar de cócoras, mas para governar o país devemos estar bem de pé”, frisou o líder social-democrata, citado pela *Lusa*, numa iniciativa em que disse ter sido confundido com o Presidente da República.

“Hoje só me confundiram com o Presidente da República”, afirmou Rui Rio, aludindo ao facto de lhe terem chamado Santana Lopes numa iniciativa para as eleições europeias, em maio.

O tema da greve dos motoristas de matérias perigosas, na semana passada, não passou ao lado de Rui Rio. Para o presidente dos sociais-democratas, o “pior já passou” para os portugueses, mas foi graças ao recuo do Governo que o país ganhou uma solução de diálogo. Na rede social Twitter, Rio acrescentou: “Segundo alguns profissionais do comentário, o PSD perdeu ‘esta coisa’ porque falou pouco e tarde. O Governo terá ganho porque falou por 7 (ou 8) cotovelos, 25 horas por dia”.

“Ainda bem que está cá e que vem dar uma mãozinha aos tapetes”, disse Costa sobre o líder do PSD

“Hoje só me confundiram com o Presidente da República”, desabafou Rio



Presidente do PSD, Rui Rio, em Viana do Castelo no dia 19

FACEBOOK PSD

POLÍTICA 4.0

Pardais ao ninho

O sonho dos populistas é percorrerem democraticamente o caminho para a asfixia autoritária e para o iliberalismo, já praticado em países como a Hungria e a Polónia.



ANDRÉ VENTURA



Carlos Zorinho

Tem estado alvoroçada a designada *silly season*, assim designada pela calma e descontração que costumava caracterizá-la. Esse alvoroço, cuja textura é cada vez mais difícil de definir numa sociedade complexa, provocou fenómenos políticos e sociais diversificados por todo o globo. Procurando alguma leveza estival na abordagem, viajarei nesta crónica por algumas ocorrências que constituem exemplos de dimensões de desafio em contextos diferentes e com os quais temos muito a aprender, para enfrentar com serenidade os riscos e as oportunidades de um mundo em mudança acelerada.

Em primeiro lugar, a muito mediática greve dos motoristas de matérias perigosas em Portugal, que não vou abordar no plano da lei e dos direitos, mas no plano da gestão democrática. Nesse plano, a governação assegurada pode-

rá ficar nos anais da ciência política como um exemplo de democracia cidadã e participativa. Sem interferir na negociação direta entre as partes, o Governo assegurou um patamar social e económico de tranquilidade, impedindo tentações possíveis de qualquer um dos parceiros de usar o medo ou o colapso na vida quotidiana como uma arma negociadora. Não é de estranhar que os estudos de opinião demonstrem que os cidadãos em geral se sentiram bem representados pelo Governo neste processo.

Atitude bem diferente teve o Governo italiano, em particular o seu vice-primeiro-ministro e ministro do Interior, Matteo Salvini, no agudizar da crise migratória no Mediterrâneo. Numa ilustração perfeita da definição de democracia populista, Salvini acicató o mais que pôde a sociedade italiana contra os refugiados, fraturando-a internamente e não hesitando em fraturar o próprio Governo que integra. A política da dicotomia entre "bons" e "maus" para gerar perturbações que levam a um anseio por soluções autoritárias e cesaristas foi esticada até a um limite de que só as próximas semanas permitirão desvendar as possíveis consequências.

O sonho dos populistas é percorrerem democraticamente o caminho para a asfixia autoritária e para o iliberalismo.

Um iliberalismo já praticado, ainda que sob vigilância do Estado de direito democrático e dos tratados que regem o funcionamento da União Europeia (UE), em países como a Hungria e a Polónia, e que constitui um entorse em relação ao qual é necessário manter nervos de aço e tolerância zero.

Para quem tiver dúvidas do que significa a ação iliberal sem freios, as ações repressivas da liberdade de expressão na Rússia e na China, em particular na revolta da população de Hong Kong contra a redução dos patamares de liberdade individual no território, constituem claras ilustrações da ilha onde querem chegar e do modelo de sociedade que querem instaurar Orbán, Kaczyński, Salvini e alguns aprendizes de feiticeiro que começam a surgir pelas terras lusas.

Mesmo em tempo de verão, não podemos baixar a guarda da defesa da democracia. É caso para usar uma expressão idiomática que a língua portuguesa consagrou, "rebeubéu, pardais ao ninho", porque o que por aí vem exige uma grande capacidade de luta contra os esvoaçares oportunistas. Exige valores, sentido das prioridades e coragem para as concretizar.

Eurodeputado

O Alfredo Barroso é dos poucos a quem me apetece dar uns estalos

O inefável Alfredo Barroso volta esta semana a trazer o meu nome à baila, associado a tudo e mais alguma coisa: à greve dos motoristas, ao populismo europeu e à demagogia. Anteriormente foram as minhas ligações ao Steve Bannon e a mais não sei quem. Todo um mundo de delírio que vive na sua cabeça já pouco organizada.

Tenho de responder. Sei que muitos, inclusive apoiantes e militantes do CHEGA, preferiam que não o fizesse, mas tenho de fazer. É mais forte que eu. O Alfredo Barroso é a personalidade mais anacrónica do espaço público português. A mais contraditória. Daqueles a quem, de vez em quando, apetece dar uns estalos. Se o Alfredo Barroso pudesse vivia numa bafaneta periferia socialista onde o investimento era zero e a riqueza quase nula, mas todos estávamos cheios de direitos. Sem nada para comer ou vestir, claro, mas com muitos direitos.

É a personagem mais contraditória da vida política portuguesa, um vasalo de Mário Soares que sempre esteve em segundo plano. Ataca António Costa por este ir ao Casino da Póvoa defender o investimento chinês, mas esquece aqueles muitos chineses, alguns deles de passado duvidoso, ligados à Fundação Mário Soares. Depois ataca aqueles que excedem a liberdade de expressão, mas acha muito mal que o Estado espanhol tenha agido contra os independentistas catalães que ameaçavam a unidade do país. Um homem cheio de virtudes e coerência, como se vê!!! Nem mereceria esta resposta pública, mas os leitores do *i* e os portugueses merecem saber a verdade. Se quiser saber mais sobre mim e sobre o CHEGA, em vez de dizer barbaridades, ligue-me. Faça-lhe de bom grado uma visita guiada. No final, quem sabe, ainda me pede o cartão de militante do CHEGA...

Líder do Chega



Salvini acicató o mais que pôde a sociedade italiana contra os refugiados

MIGUEL MEDINA/AFP

1,20€ // Quinta-feira, 22 agosto 2019 // Ano 10 // Diário // Número 3024 // Diretor: Mário Ramires // Dir. exec.: Vítor Rainho // Dir. exec. adjunto: José Cabrita Saraiva // Subdir. exec.: Marta F. Reis // Dir. de arte: Francisco Alves

inevitável

BIBLIOTECA GERAL
UNIV. DE COIMBRA
JORNALS



ESCOLAS. A GUERRA DOS WC INCLUSIVOS

Tudo o que queria saber sobre a cerveja artesanal
// PÁGS. 16-23

PSD vai plantar medronheiros na Festa do Pontal
// PÁGS. 6-7

“O país precisa de uma voz ativa contra a hipocrisia e a corrupção”, diz Pardal Henriques ao i
// PÁG. 8

O GOVERNO FALHA. MDS. NUNCA ASSUME A RESPONSABILIDADE

DIZEM QUE QUEREM GOVERNAR. MAS, NEM OPOSIÇÃO SABEM FAZER

Iniciativa Liberal ataca PSD
// PÁG. 9

Governo dá instruções às escolas para integrar alunos transgénero, dando a hipótese de estes escolherem a casa de banho ou o uniforme com que se identificam

Já há escolas em Portugal com casas de banho independentes para alunos transgénero

Medida está a provocar um pequeno vendaval na sociedade. Direita e esquerda muito divididas

“É insuportável. Parem de magoar quem já nasce com uma probabilidade muito maior do que a média para ser magoado”, Isabel Moreira, deputada do PS, no Facebook

“Recuso a ditadura da minoria e do experimentalismo social”, Hélder Amaral, deputado do CDS

// PÁGS. 2-5

Anexo 24: Jornal I - 22 de agosto de 2019 – manchete

EDITORIAL

O Estado falhou outra vez



Marta F. Reis

As duas irmãs de dez anos que até há dias viveram numa garagem, num ambiente de violência, estavam sinalizadas desde 2013 pela Comissão de Proteção de Crianças e Jovens, a família já tinha sido sinalizada ao MP em 2016 e soube-se entretanto que nunca frequentaram a escola. Se a discussão sobre as falhas do Estado tem sido, nos últimos tempos, mais vezes arma de arremesso partidário e passa-culpas do que o princípio de um debate construtivo, este é mais um momento em que se impõe reconhecer que o Estado falhou e perceber como foi possível uma situação destas – que faz lembrar os casos de cativo que são noticiados lá fora e que achamos que estão longe da realidade em que vivemos. Se até casos tão amplamente sinalizados se arrastam no tempo, muito haverá a fazer em termos de prevenção, acompanhamento e sensibilização. Tardam as explicações: por esta altura, Comissão de Proteção de Crianças e Jovens, a Procuradoria-Geral da República e os próprios ministros da Segurança Social e da Educação já poderiam ter vindo a público clarificar os contornos do caso e como é possível duas crianças perderem-se no sistema, num país em que tanto se gabam as simplificações administrativas. Mesmo sendo uma explicação naturalmente sensível, por envolver menores, haveria certamente maneira de aclarar o que se passou e que mecanismos existem para que situações destas não ocorram, usando da mesma proatividade que se viu, por exemplo, durante a crise energética, em que não faltaram rostos disponíveis para as explicações da posição assumida pelo Governo. Faltam meios? Falta articulação? Infelizmente, e não é a primeira vez, quando casos sinalizados acabam por não ter o acompanhamento que deviam ter – e muitos terão, basta dizer que, no ano passado, as CPCJ diagnosticaram 13 mil crianças e foram aplicadas 14 mil medidas de promoção e proteção –, assiste-se a comunicados laconicos e silêncio institucional que, esse sim, fragiliza mais o Estado do que assumir falhas.



Radar



Além do acesso a casas de banho neutras, os alunos podem também optar pelo uniforme com o qual mais de identificam.

PEDRO AGUIVEDO

Escolas abrem portas em setembro com menos barreiras para alunos transgénero

Ministério da Educação dá orientações às escolas públicas e privadas para que adaptem casas de banho e balneários para alunos transgénero. Medida gera polémica e onda de críticas de políticos do PSD e CDS. Pais e encarregados de educação têm de dar aval a novas regras aplicadas a estes alunos.

ANA PETRONILHO
ana.petronilho@ionline.pt

As escolas públicas e privadas vão abrir portas em setembro com novas regras para os alunos transgénero, no que diz respeito, por exemplo, ao tratamento de nome ou na adaptação de casas de banho e balneários para alunos com disforia de género.

A decisão do Governo está a ser alvo de uma chuva de críticas por parte de políticos, sobretudo, do CDS e do PSD e já levou à criação de uma petição contra a medida, que até à hora de fecho desta edição tinha recolhido quase 17 mil assinaturas. No reverso, tanto as escolas como os pais aplaudem

as orientações do Governo que estão em vigor desde a passada segunda-feira.

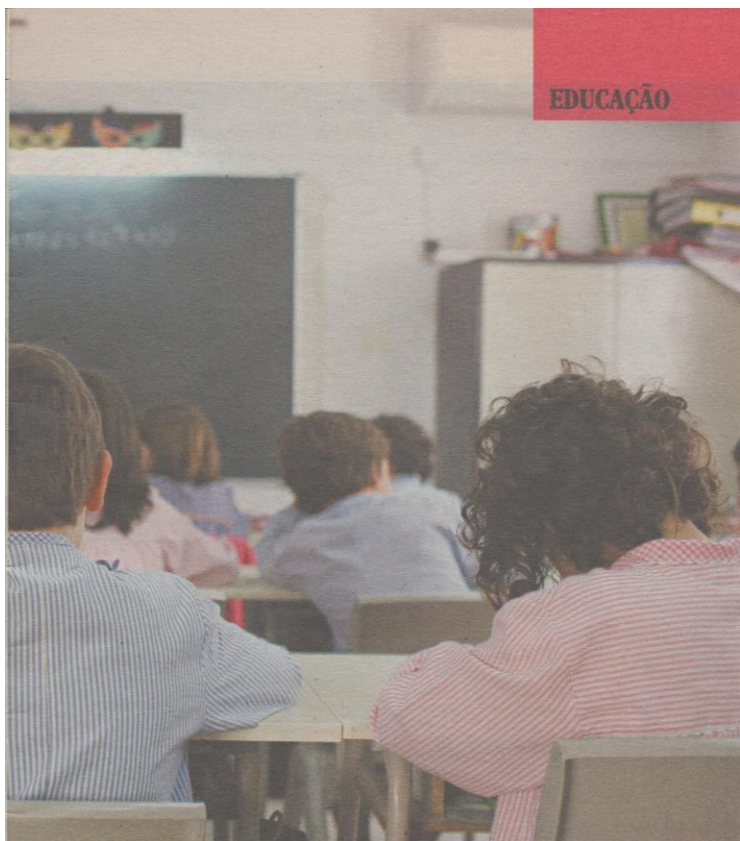
De acordo com o despacho do Ministério da Educação publicado em Diário da República, as novas regras devem ser aplicadas de forma a que seja respeitado o "direito à autodeterminação da identidade de género e expressão de género e o direito à proteção das características sexuais de cada pessoa". O diploma vem reforçar e regulamentar a Lei de Identidade e de Género, em vigor desde agosto de 2018.

Em causa está o nome pelo qual os alunos transgéneros querem ser identificados nas salas de aula ou nas pautas das notas, a liber-

dade de escolha dos alunos para vestirem o uniforme (saia ou calça) com o qual se identificam ou ainda o acesso a casas de banho e balneários neutros, garantindo a "intimidade e singularidade" dos alunos.

Ao i, o Ministério da Educação esclarece que estas são medidas que tratam da "proteção dos alunos" e que, por isso, são para ser aplicadas "em todas as escolas", públicas e privadas.

A tutela avança ainda ao i que, numa fase inicial, estas medidas são para ser aplicadas "aos alunos que estão em processo de alteração" de identidade e de género, reforçando que "todas as situações carecem de avaliação em



EDUCAÇÃO

P&R

Francisco Rodrigues dos Santos
Líder da Juventude Popular

Marta Ramos
Diretora Executiva da ILGA

“O Governo não pode brincar com a identificação das pessoas”

“Está a criar-se uma polémica que não existe nem faz sentido”



Por que é que a JP exige a suspensão do despacho? O objetivo da JP é, em primeiro lugar, apelando ao diálogo e à convergência com o Governo, que o Conselho de Ministros suspenda a título de urgência e com efeito imediato a aplicação deste despacho, até que o Tribunal Constitucional se pronuncie sobre a conformidade da lei da identidade de género. A nosso ver esta lei é inconstitucional porque inclui conteúdos que são considerados doutrinários nas escolas e porque viola a autonomia que também é conferida aos estabelecimentos de ensino.

Como é que a ILGA vê as críticas que têm sido apontadas ao despacho? Está a criar-se uma polémica que não existe nem faz sentido. Este despacho é uma decorrência de uma imposição da própria lei da identidade de género. Eram medidas esperadas pelas associações LGBTI, por várias famílias e pelas próprias escolas. Porque, aliás, havia muitas questões por responder, portanto, este despacho até vem atrasado. As medidas neste despacho são importantes porque vêm responder a problemas reais da experiência em ambiente escolar de jovens LGBTI em Portugal.

Qual é o maior problema deste despacho? Primeiro, parece-me que o Governo tentou passar pela calada este despacho, lançando-o quando a maioria dos portugueses está de férias, mais alheado da atualidade política. E depois, não é aceitável que rapazes a raparigas sejam forçados a partilhar espaços de maior intimidade como são as casas de banho e os banheiros. O Governo não pode brincar com a identificação e o nome das pessoas. Com estas medidas, na verdade, o Governo está a promover políticas que vão contribuir para os estereótipos que diz querer combater. Depois, tudo isto também é uma ofensiva ao direito das famílias educarem os seus filhos consoante os seus valores e crenças. Já sabíamos que o BE era pró-digo em manifestações caricatas sobre a identidade biológica. O que não sabíamos é que o PS andava a reboque dessa agenda.

A que problemas se refere? Há todo um contexto negativo que leva a *bullying* e discriminação nas escolas portuguesas que precisa de ser mudado. E este panorama não se deve só à falta de conhecimento e formação por parte dos alunos mas também por parte do pessoal docente e não docente.

E como é que o despacho ajuda a mudar essa realidade? Vem permitir que todos os jovens e crianças que ainda não têm 16 anos e não podem mudar os seus documentos legais possam ver salvaguardadas a sua dignidade e identidade. É de sublinhar que estas normas são uma novidade para Portugal, já muitos outros estados-membros da UE que adotaram políticas nas escolas semelhantes conforme as recomendações feitas pelo Conselho da Europa e da UNESCO.

conjunto com as famílias dos alunos”. São desconhecidos dados oficiais do número de alunos transgénero, mas o Ministério da Educação revela que tem recebido “várias dezenas de queixas por discriminação”.

PAIS TÊM DE DAR O AVAL. A lei de identidade e de género permite que um jovem de 16 anos altere o nome e o género no registo civil, sendo obrigatória a apresentação de um relatório médico para atestar a vontade dos menores. A partir dos 18 anos de idade os jovens podem fazer a alteração sem qualquer exigência.

No entanto, as novas regras para os alunos transgéneros aplicadas nas escolas têm de ser aprovadas pelos pais ou encarregados de educação. As escolas devem “garantir que a aplicação dos procedimentos definidos respeita a vontade expressa dos pais, encarregados de educação ou representantes legais da criança ou jovem”, lê-se no despacho assinado pelo secretário de Estado da Educação, João Costa e pela secretária de Estado para a Cidadania e a Igualdade, Rosa Monteiro.

Ou seja, se os pais ou os encarregados de educação não concordarem com a vontade expressa pelo aluno para que lhes sejam aplicadas estas regras, “prevalece a posição dos encarregados de educação”, tendo em conta que “se tratam de menores”, explica ao i o Ministério da Educação.

Ao i, tanto a Confederação Independente de Pais e Encarregados de Educação (CNIPE) como a Confederação Nacional das Associações de Pais (Confap) aplaudem a decisão e as medidas desenhadas pelo Governo. No entanto, o presidente da Confap, Jorge Ascensão, salienta que “não basta fazer um despacho e legislar”. O representante dos pais considera que esta é uma medida de “inclusão” e defende que o Governo deve desenhar “um plano de formação e de ações de sensibilização para os professores, para os alunos e para os pais” para que seja “respeitada a “diferença e a intimidade” dos estudantes transgénero.

ESCOLAS JÁ ADOTAM MEDIDAS. As escolas já adotam algumas das medidas que constam do despacho do Governo. O presidente do Conselho das Escolas, José Eduardo Lemos, conta ao i que são detetados cada vez mais casos de alunos transgénero sendo esta uma realidade à qual as escolas se têm vindo a adaptar.

Na Secundária Eça de Queirós, por exemplo, onde José Eduardo Lemos assume o cargo de diretor,

já existe uma casa de banho que sofreu obras para que seja utilizada pelos alunos transgénero, sendo um WC independente dos que funcionam para os alunos rapazes e para as raparigas. José Eduardo Lemos conta que foi instalada na divisão um cacifo e um chuveiro para que os alunos transgénero possam utilizar como banheiro funcionando também como casa de banho.

Além disso, há já alguns casos de alunos que comunicam aos diretores de turma que querem ser tratados por um nome diferente ao do seu género, dizem ao i o presidente do Conselho de Escolas e o presidente da Associação Nacional de Diretores e de Agrupamentos e Escolas Públicas (ANDAEP), Filinto Lima.

No entanto, os diretores alertam que estas medidas podem vir a “dar visibilidade a casos de alunos transgénero que querem manter na privacidade” a sua situação. Também o professor Paulo Guinote alerta que o despacho que “quer garantir o direito à privacidade e à confidencialidade” do aluno transgénero é o mesmo documento “que cria um espaço na escola que evidencia e dá visibilidade” à situação do aluno.

Além disso, Paulo Guinote alerta que as medidas se podem “preservar a abusos” por parte dos alunos, sublinhando que “as escolas não têm funcionários suficientes para vigiar o acesso às casas de banho”.

Inicialmente as novas regras são para alunos a alterar a identidade e género

A Radar //

A favor

“A negação da importância e necessidade deste despacho e de todas as suas medidas é a veiculação de uma cultura instituída de opressão, *bullying* e silenciamento de identidades de crianças e jovens LGBTI. e que tem repercussões no seu bem estar físico e mental para toda a vida”

Comunicado da ILGA



“Um adolescente transexual que está a assumir a sua identidade deve ser forçado a fingir que tem outra? Tudo o mais, com o devido respeito, é efabulação construída em cima de má informação”

Pedro Delgado Alves
DEPUTADO DO PS NUM COMENTÁRIO NO FACEBOOK

“Há que encontrar nas escolas soluções para estes alunos e que a todos possam satisfazer”

Jorge Ascensão
PRESIDENTE CONFAP

“As escolas devem garantir que a criança ou jovem, no exercício dos seus direitos, aceda às casas de banho e balneários, tendo sempre em consideração a sua vontade expressa e assegurando a sua intimidade e singularidade”.

Despacho do Governo

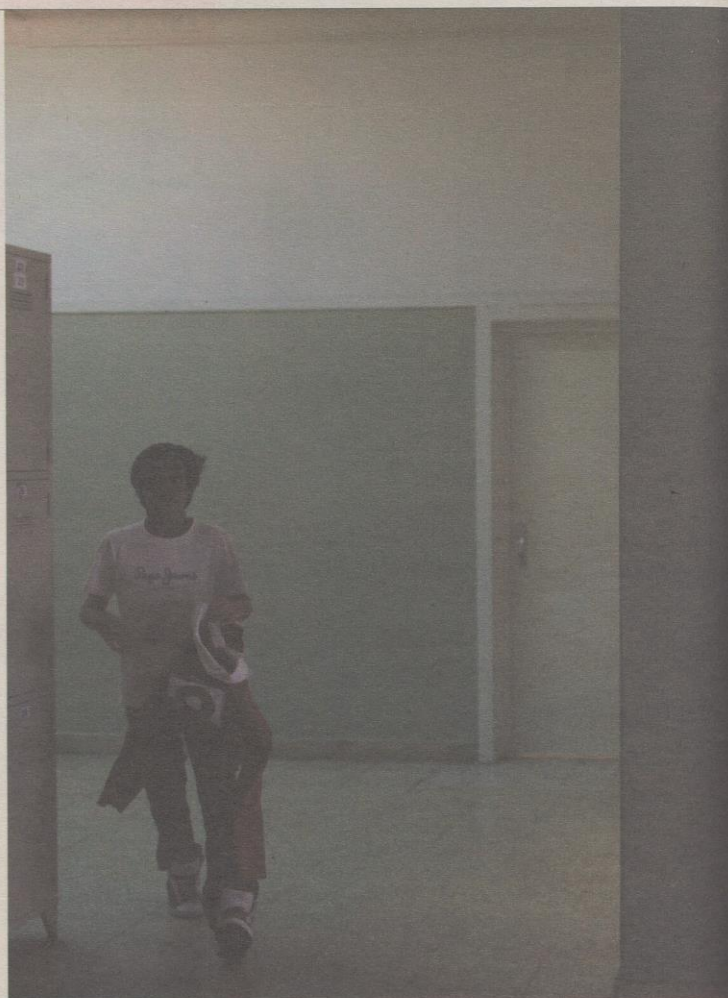


“É insuportável. Parem de magoar quem já nasce com uma probabilidade muito maior do que a média para ser magoado”

Isabel Moreira
DEPUTADA DO PS, NO FACEBOOK

“Para quem é apenas ignorante, visitem o site do Parlamento e encontram lá meses de trabalho, porque as leis não nascem do nada (...) Quanto aos jovens trans e às jovens trans, desculpem mil vezes por tudo o que passaram e continuam a passar. Porque ainda não pedimos desculpas o suficiente”

Idem



Escolas pelo mundo inteiro adotam medidas de apoio a alunos transgénero

MAFALDA TELLO SILVA
mafalda.silva@jonline.pt

Embora em Portugal a implementação de medidas nas escolas relacionadas com a identidade de género seja novidade, noutros países já existem políticas públicas sedimentadas de apoio a alunos transgéneros nos estabelecimentos de ensino.

No Canadá, Malta, Escócia, Irlanda e Espanha já foram adotados protocolos de atuação específicos nesta área, confirmou ao *i* tanto a ILGA como o Ministério da Educação. A tutela apontou ainda que “a importância deste tipo de medidas é destacada num relatório recente – de 2018 – do Conselho da Europa e da UNESCO intitulado *Safe at School*” acrescentando que este documento “refere a título positivo a componente educativa da lei da auto-determinação em Portugal”.

Em Espanha, nas regiões de Madrid, Andaluzia, Castela e Leão, desde 2015, que se considera que a “identidade de género se configura através da vivência íntima

De Espanha ao Canadá, há já vários países que implementaram normas para garantir a inclusão de alunos LGBTI.



No Canadá, Malta, Escócia, Irlanda e Espanha já existem as normas que vão ser agora aplicadas em Portugal
 FILIPE CAMAGA

do próprio género” que pode já estar “estabilizada na infância”, pode ler-se no *Protocolo de Actuación sobre Identidad de Género en el Sistema Educativo Andaluz*. Neste sentido, as escolas devem “promover os direitos” dos transgénero e combater cenários de “discriminação, violência ou exclusão” dos mesmos. Entre várias medidas, destacam-se a obrigatoriedade dos professores dirigirem-se ao aluno trans pelo nome “escolhido” e a garantia de que o mesmo possa escolher usar a “casa de banho ou balneário” do género com que se identifica.

Em Malta, também já há quatro anos que o Ministério da Educação e do Emprego lançou um conjunto de medidas para as escolas aplicarem em prol dos alunos trans e intersexuais. Apesar de mais abstratas, estas normas preveem que os alunos em causa tenham “instalações adequadas”, “acesso a informação”, “possibilidade de alterações de características de género assinaladas em documentos” oficiais das escolas e “total apoio por parte do

estabelecimento de ensino e da comunidade na qual se inserem.

Com uma perspectiva mais carregada na luta contra a discriminação e a homofobia, a Irlanda apresentou em 2018 um relatório realizado pelo Ministério para as Crianças e Assuntos dos Jovens, em que estão previstos programas e atividades de inclusão dos jovens LGBTI nas escolas.

Por outro lado, a Escócia acaba por ser o país deste grupo com medidas mais detalhadas nesta matéria. Perante a conclusão de que 77% dos jovens trans já tinham sofrido *bullying* na escola, foi elaborado um guia extremamente completo, no qual são implemen-

tadas medidas que vão desde a forma de como alguém se deve dirigir a um aluno trans até à liberdade do mesmo em usar qualquer casa de banho que entenda, havendo a possibilidade até de serem criadas outras condições, caso o aluno, mesmo assim, não se sinta confortável na escola.

A POLÉMICA NOS EUA Quando Barack Obama era Presidente dos EUA foi enviada uma diretiva a todas as escolas públicas do país, em 2016, que permitia que os estudantes transgéneros pudessem escolher que casa de banho preferiram usar. Em 2017, Donald Trump entrou na Casa Branca e reverteu esta medida, que apesar de ter a força de lei estava a ser implementada pois ameaçava retirar subvenções federais em caso de incumprimento. Hoje, a apelidada guerra das casas de banho é uma discussão recorrente nos EUA com vários jovens a lutarem, inclusive em tribunal, pelo direito de irem à casa de banho do género com que se identificam.

Medidas a favor da inclusão de trans nas escolas são implementadas desde 2015

EDUCAÇÃO

Contra



“É fundamental defender as nossas crianças. Deixá-las em paz. Defender a educação e as nossas escolas. Apesar das férias, não estamos a dormir”

Ribeiro e Castro
 EX-LÍDER DO CDS, NO FACEBOOK

“A principal questão, entre tantas, é a seguinte... Qual mesmo o objetivo da aprovação e consequente entrada em vigor, em pleno agosto, quando tantos pais e crianças estão de férias, de um despacho desta natureza fraturante”

Petição pela suspensão do despacho

“O fascismo higiénico da ideologia do género é um grave atentado aos direitos, liberdades e garantias das crianças e dos jovens, bem como dos pais e das famílias”

Abel Matos Santos
 FUNDADOR DO TEM/CDS E PSICÓLOGO, NO FACEBOOK



“Respeito todas as liberdades e recuso, por isso, a ditadura da minoria e do experimentalismo social”

Helder Amaral
 DEPUTADO DO CDS

“Este é daqueles assuntos onde não pode haver qualquer dúvida!!! Enquanto deputado assinei o pedido de apreciação da constitucionalidade e também já assinei a petição”

José Gonçalves Pereira
 DEPUTADO DO CDS

“Lutarei contra esta lei e contra estas medidas administrativas até ao meu último fôlego”

André Ventura
 LÍDER DO CHEGA

“Quando assinei o pedido de inconstitucionalidade de da lei que originou o despacho absurdo de que se fala, estava convicto que este era o caminho que se abria. Um caminho de opressão das maiorias e ataque à liberdade. É inaceitável tornar as escolas em laboratórios de experimentalismo social”

João Pinho de Almeida
 PORTA-VOZ CDS

Opiniões

Crónica sobre quando o meu fascismo é melhor que o teu...

A horda dos fanáticos ultrapolitizados, militantes das causas fracturantes e não só, signatários e impulsionadores destas sucessivas cruzadas, não percebem na imbecilidade do seu fanatismo que Salazar deve ter um museu, exactamente por causa dele.



Pedro Ferros

Há, ao que parece, um número ainda não certo – rezam as notícias que sejam entre 5 mil a 10 mil portugueses – que acham que podem e devem definir, de acordo com as suas importantes consciências e sólidos princípios morais, além de putativo superior discernimento, quais as baías admissíveis e os faróis morais daquilo que os restantes nove milhões noventa e nove e tal mil podem, ou não, visitar e/ou conhecer, e que são os que se opõem à ideia de que pode haver um museu (privado) sobre Salazar.

Muito curiosamente, ou talvez não, também Salazar tendia a querer controlar aquilo que os restantes podiam ou não fazer e, aparentemente, a avaliar pelas reacções (passado mais de meio século da morte do visado), estas luminárias aspiram, afinal e tão-só, a ser como ele foi. É o famoso fascismo da esquerda radical.

Do muito que se aponta à ditadura salazarista pontificam, entre outros, os pecados da censura, da falta de liberdade política, do partido e do pensamento únicos, das listas dos livros, das obras e dos autores proibidos e da falta de liberdades essenciais vividas durante a alegada ditadura fascista da União Nacional.

Quem tenha a mundividência necessária já notou que o novo paradigma da esquerda dos tiques salazarentos dos neofascistas do Bloco e quejandos, que perseguem a sombra e a memória de um morto que não voltará, é este: diabolizar o homem e tudo e todos os que não afinem por este diapasão e opor-se a tudo o que não seja uma manifestação mais ou menos nostálgica do caminho para o socialismo, ou seja, usar a mesma receita e chamar fascista quem o aponte.

Ao que parece, celebram o fim da ditadura do Estado Novo, mas aspiram a que, afinal, tudo seja exactamente igual, desde que o pensamento único e dominante seja o seu. É a lógica Robles dos fascistas de esquerda: a especulação imobiliária do outros é que é má e a deles é, afinal, sempre e necessariamente virtuosa.

Esta é a horda dos fanáticos ultrapolitizados, militantes das causas fracturantes e não só, signatários e impulsionadores destas sucessivas cruzadas, que na imbecilidade do seu fanatismo não percebem que Salazar deve ter um museu, exactamente por causa deles, e da sua versão em cada época.

A um tempo, para que não esqueçamos essa página da história, mas sobretudo para nos lembrarmos por que razão houve, em 28 de Maio de 1926, uma revolução pacífica que desceu de Braga até Lisboa e instalou, sem necessidade de nenhum PREC, um regime autoritário de sinal contrário, que estes ora tanto abominam, e que durou quase meio século, com grande aceitação popular durante muitos desses anos.

Estes idiotas de hoje em dia são, pois, os herdeiros morais dos muitos desmandos da República e das suas lutas

intestinas. Indignam-se com os mortos da Guerra Colonial e são indiferentes às vítimas da I Guerra Mundial, quando o Portugal das esquerdas revolucionárias carbonárias e jacobinas, que tanto glorificam e com o qual vivem pacificamente, enviou para as trincheiras de França 50 mil soldados impreparados e mal armados, de onde não voltaram quase oito mil soldados, um número quase idêntico ao das baixas de todos os teatros de guerra durante a Guerra Colonial, que durou década e meia.

Desonhecem, ou branqueiam, a barbaridade dos episódios desta putativa democracia dos golpes sucessivos, de um clima de quase guerra civil constante em que, num período de 16 anos, a República Portuguesa teve sete Parlaentos, oito Presidentes da República, 39 Governos, com 40 chefes diferentes, uma junta constitucional e uma junta revolucionária. E em que entre 1920 e 1926 houve 23 Governos.

Altura em que as perseguições políticas atingiram os pináculos da barbárie do sadismo e da violência. Relatos do episódio da noite sangrenta e do camião fantasma, com fuzilamentos e execuções sumárias ao gosto da Revolução Bolchevique superam em muito – pese o silêncio vergonhoso destes neomoralistas e a ausência de qualquer reacção conhecida contra esta barbárie – todas as muitas violências da PIDE em sadismo, crueldade e, provavelmente, também em número de vítimas.

Este clima de intolerância, experimentalismo e fervor revolucionário do combate das esquerdas republicanas, tão parecido na matriz com o destes ditadores dos costumes dos nossos dias,

que se matavam ao tiro e à bomba pelo acesso ao depauperado orçamento famélico do Estado, foi, pois, o caldo de cultura perfeito para se instalar uma ditadura duradoura como reacção natural a tal estado de violência, loucura e afrontamento aos valores tradicionais.

Perceber como Salazar chega ao poder e porque é um exercício fundamental para quem queira perceber a história e as dinâmicas sociais do séc. xx. Um museu é uma entre muitas soluções para se aprender com os erros do passado.

O risco de o construir não é o de branquear o Estado Novo, o risco é antes o de, não o construindo, permitir que se branqueie a cruzada dos neofascistas e que nada se tenha aprendido sobre o custo de dar aos alucinados extremistas a dianteira dos valores. No século passado, isso custou-nos quarenta e tal anos de ditadura.

P. S. Neste recatado mês de Agosto e às escondidas dos eleitores que ainda veraneiam, nem de propósito, Costa, às escondidas dos portugueses e com aquela lealdade a que nos vem habituando, transformou as escolas do país no acampamento de verão do Bloco de Esquerda ao publicar um despacho, 7274/2019 de 16/8, que é um aborto jurídico que nega a ciência a favor de uma ideologia obscura e segue uma agenda política que nada tem que ver com igualdade, mas sim com alucinação ideológica, em violação flagrante da Constituição Portuguesa.

Advogado na norma8advogados

pf@norma8.pt

Escreve à quinta-feira, sem adopção das regras do acordo ortográfico de 1990

inevitável
www.ionline.pt

DIRETOR
Mário Ramires
DIRETOR EXECUTIVO
Vitor Rainho
DIRETOR EXECUTIVO ADJUNTO
José Cabrita Sarinha
SUB-DIRETORA EXECUTIVA
Marta F. Reis
DIRETOR DE ARTE
Francisco Alves
DIRETOR DE GESTÃO DE CONTEÚDOS
Tiago Lopes

CONSELHEIRO EDITORIAL José António Sarinha
EDITORES PRINCIPAIS Afonso de Melo e Felícia Cabrita
EDITORES EXECUTIVOS Carlos Diogo Santos e Sónia Pires
EDITORES Luís Claro e Mariana Madrinha
POLÍTICA Ana Petronilha e Cristina Rita
SOCIEDADE Beatriz Dias Coelho, Rita Pereira Carvalho (Estágário), Tatiana Costa e Joaquim Gomes (Colaborador)
ECONOMIA Daniela Soares Ferreira e Joana Marques Alves
INTERNACIONAL João Campos Rodrigues (Estágário) e Ricardo Cabral Fernandes
CULTURA Cláudia Sobral e Diogo Vaz Pinto
DESPORTO Bruno Vendelino e Laura Ramires
IMAGEM Miguel Silva (Fotógrafo), Bruno Gonçalves e Mafalda Gomes (Fotógrafa Estágária), Ana Gonçalves (Infógrafa), Oscar Rocha (Infógrafa), João Sousa (Gráfico), Miguel Pires Dias (Gráfico), Fátima Albuquerque (Fotoprodução de imagens) João Rodrigues (Fotoprodução de imagens)
GESTÃO DE CONTEÚDOS Carmen Guilherme (Estágária), Joana Andrade e Maria Fernandes
REVISORA Maria Eugénia Colapelo
ADJUNTA DIREÇÃO E ADMINISTRAÇÃO Carolina Silva
ASSISTENTE DIREÇÃO E REDACÇÃO Margarida Alexandre

ADMINISTRAÇÃO Mário Ramires
(Presidente do Conselho de Administração)
DIREÇÃO GERAL Mário Vaz Ramires
FISCAL ÚNICO José Maria Ribeiro da Cunha
DEPARTAMENTO FINANCEIRO Susana Pires (TOC)
DEPARTAMENTO COMERCIAL E MARKETING
António João Ramires – Dir. Comercial
(antonio.joao.ramires@newsplex.pt) Tel: 917167170,
Ana Vaz Ramires – Dir. Marketing (ana.vazramires@newsplex.pt)
Tel: 917169324

PRODUÇÃO E DISTRIBUIÇÃO Mário Silva (Diretor)
DEPARTAMENTO DE INFORMÁTICA Hugo Marques (Diretor),
Bruno Ferreira e Miguel Branco
DEPARTAMENTO JURÍDICO E DE RECURSOS HUMANOS
Gonçalo Guérios (Diretor), Ana Rodrigues (Assistente RH),
Miguel Ricardo e Pedro Ferreira (Apoio Logístico)
Eugénia Pereira (Serviço Imprensa)

PROPRIETÁRIO/EDITOR
NEWSPLEX, SA
Rua do Açúcar, n.º 86, 1950-010 Lisboa
NIPC 513769073, Matriculada na CRC de Lisboa sob
o n.º 513769073, Capital Social 50.000 euros, Detentores
de mais de 10% do capital: Mário Ramires Registo ERC 223939
Telefone Redação 211 976 146
PUBLICIDADE publicidade@newsplex.pt
EMAIL GERAL geral@newsplex.pt
EDICÇÃO ONLINE www.ionline.pt
EMAILS agenda@ionline.pt; correio.leitores@ionline.pt;
radar@ionline.pt; zoom@ionline.pt; mais@ionline.pt;
desporto@ionline.pt

O Estatuto Editorial do I encontra-se disponível em:
http://ionline.pt/estatuto-editorial
IMPRESSÃO Sogepal DISTRIBUIÇÃO VASP Depósito legal
293616/09 Registo ERC 125624
TIRAGEM MÉDIA 14 000 exemplares.

A Radar //

Escolas. Direita ataca despacho “irresponsável” que pode promover bullying e violência

Após críticas do PSD e CDS, Governo esclarece que quer proteger as crianças. “Não é um despacho sobre casas de banho”.

MAFALDA TELLO SILVA
mafalda.silva@online.pt

Potenciador de “fenómenos de bullying e violência escolar” e “desrespeitador da liberdade” de ensino é como o PSD e o CDS caracterizaram o despacho sobre a aplicação da lei da identidade de género nas escolas públicas e privadas.

Publicado em *Diário da República*, na passada sexta-feira, com entrada em vigor no dia seguinte, o conjunto de medidas administrativas pensadas para os alunos transgénero e transexuais gerou uma onda de críticas e até já conta com uma petição contra as normas – com mais de 24 mil assinaturas – devido, sobretudo, às orientações que estabelecem que as crianças e jovens que não se identificam com o seu género biológico tenham acesso a casas de banhos e balneários neutros.

Um dia após a polémica ter estalado, o CDS foi o primeiro partido a tomar uma posição, considerando que o despacho impede a liberdade das escolas de terem o seu próprio projeto educativo. “É desrespeitador da liberdade porque há um princípio constitucional de liberdade de aprender e ensinar que pressupõe que cada escola tenha direito a desenvolver o seu projeto educativo”, disse João Almeida, esta

quinta-feira, em declarações à agência Lusa.

O deputado centrista também afirmou que o despacho é “ridículo” e “irresponsável”, porque “promove um experimentalismo social que não faz sentido em meio escolar”.

O PSD questionou também a constitucionalidade do polémico despacho, pedindo esclarecimentos ao Ministério da Educação. Os sociais-democratas exigiram saber se “o Governo ponderou se estaria a colocar em causa o princípio constitucional segundo o qual o Estado não pode programar a educação e a cultura segundo quaisquer diretrizes filosóficas, estéticas, políticas, ideológicas ou

religiosas” aquando da elaboração do despacho.

Os sociais-democratas defendem que estas orientações poderão agravar “fenómenos de bullying e violência escolar” e promover “tensão junto das comunidades escolares que em nada beneficia o processo de aprendizagem”.

Mais, os sociais-democratas consideram que estas medidas são “um reflexo da imposição de uma agenda ideológica de esquerda radical que está a ser imposta às escolas”.

O partido de Rui Rio reforçou ainda que estas novas regras “não salvaguardam o direito de todas as crianças à sua intimidade e singularidade”, sendo “impraticável operacionalmente que as escolas públicas tenham possibilidade de garantir que todas as crianças possam ter direito à sua individualidade e intimidade, quer crianças e jovens que se identificam com o seu género quer não”.

Além destas críticas, o PSD acrescenta que as orientações “violam a autonomia das escolas”; “não garantem o livre desenvolvimento da personalidade de todas as crianças e jovens” e “não contribuem para a não discriminação em ambiente escolar”.

RATINHOS DE LABORATÓRIO Fernando Negrão, líder da banca-



da parlamentar dos sociais-democratas, reforçou a posição tomada pelo partido enfatizando que o Governo socialista faz experiências com as crianças portuguesas. “As nossas escolas não são laboratórios e as nossas crianças não são ‘ratinhos’ de laboratório”, escreveu o deputado no Facebook.

Negrão considerou ainda que o Bloco de Esquerda “tomou conta do PS” e, por isso, é preciso evitar que “o PS tome conta do país”. Com o mesmo argumento, Rui Rio declarou que o Governo fez “um despacho de perfil bloquista, semeando a confusão nas escolas e nos pais”, pode ler-se no Twitter do dirigente.

O Chega aproveitou o momento para também informar, ontem à tarde, que pediu uma audiên-

cia com o Presidente da República para “pedir o seu apoio na “suspensão imediata deste despacho” e que “está a preparar uma providência cautelar” para interpor “urgentemente com a finalidade de travar” as referidas orientações, anunciou o partido num comunicado. O movimento liderado por André Ventura congratulou ainda o PSD e o CDS por “finalmente, ao fim de um ano, terem acedido à voz da razão, juntando-se ao Chega na firme oposição a esta perigosa lei”, acabando por convidar ambos os partidos a “se agregarem” a esta ação judicial.

“ALARISMO SOCIAL” Na sequência das críticas da direita, o secretário de Estado da Educação, João Costa, fez um esclareci-

PSD defende que estas orientações poderão agravar “fenómenos de bullying”

CDS apontou que as medidas promovem “um experimentalismo social”

VENDE-SE
POLÊMICA
VENDE-SE



Citações

“Por muito que irrite alguns, estas crianças existem e, por isso, merecem ver os seus direitos salvaguardados”

João Costa
SECRETÁRIO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

“As nossas escolas não são laboratórios e as nossas crianças não são ‘ratinhos’ de laboratório. O BE tomou conta do PS. É preciso evitar que o PS tome conta do país!”

Fernando Negrão
LÍDER PARLAMENTAR DO PSD

“O despacho é irresponsável porque promove um experimentalismo social que não faz sentido no meio escolar”

João Almeida
DEPUTADO DO CDS

“Em Agosto, a um mês do começo das aulas, o Governo faz um despacho de perfil bloquista, semeando a confusão nas escolas e nos pais. Um coisa feita da forma mais insensata que se pode imaginar. Tratam com a maior levandade um assunto sério e revelam pouco respeito pelas crianças”

Rui Rio
PRESIDENTE DO PSD

Rui Rio diz que Governo está a semear “a confusão nas escolas do país”
FELIPE CASACA

Afinal, o que diz o despacho?

A quem se destina?

- A todos alunos “que estão em processo de alteração” de identidade de género, do 1.º ao 12.º ano, inscritos em escolas públicas e privadas, confirmou ao *i* o Ministério da Educação.

Quando é que medidas entram em vigor?

- As novas regras estão descritas no despacho publicado em *Diário da República* que entrou em vigor no dia 17 de agosto. Ou seja, em setembro o ano letivo já vai arrancar com estas medidas.

Principais medidas

- Alunos transgénero vão poder ser identificados nas salas de aulas ou nas pautas das notas pelo nome que escolherem.
- Alunos transgénero vão poder escolher vestir o uniforme com o qual se identificam (saia ou calça).
- Alunos transgénero vão ter acesso a casas de banho e banheiros neutros.
- Escolas vão promover ações de formação sobre a diversidade de expressão de género dirigidas ao pessoal docente e não docente.

Os pais têm alguma coisa a dizer?

- As novas regras para os alunos transgénero têm de ser aprovadas pelos pais; encarregados de educação ou representantes legais das crianças e dos jovens.
- É de recordar que a lei de identidade e de género permite que um jovem de 16 anos altere o seu nome e género no registo civil, desde que seja apresentado um relatório médico a atestar a vontade do menor.

—23 agosto 2019 **i** 5

DETOX

Quem é que precisa de cadeiras?

Os dilemas existenciais de pais e filhos naquela idade em que as conversas começam com perguntas mais ou menos normais e nunca sabemos onde vão parar.



Marta F. Reis

Viu umas cadeiras à porta de uma loja e começou um dos dilemas existenciais das férias. "Cadeiras à venda, mãe? Que disparate. Quem é que ainda precisa de comprar cadeiras?" Assim, nos três quase quatro, a conversa começa com uma pergunta mais ou menos normal e nunca sabemos onde vai acabar. Dá vontade de gravar, mas quando damos por isso já passou para a brincadeira seguinte, para a ideia seguinte e não fazíamos outra coisa se não andar de telefone na mão.

"Ora, muita gente precisa de cadeiras, quem muda de casa, por exemplo, chega a uma casa vazia e precisa de cadeiras, mesas, toda a mobília". "E quem é que precisa de mudar de casa?", continuou ela, solene, como se soubesse de antemão que estava prestes a descobrir alguma coisa importante sobre a vida. Se calhar já sabia, sei lá. "Por exemplo, quando cresceres um dia vais querer ter a tua casa, quando saíres de casa dos pais". A caixa que fomos abrir. "Mas eu não quero sair nunca de casa dos pais", começou. "Logo se vê", respondi, tarde demais. "Não quero. Vou ter saudades vossas".

Os cérebros deles absorvem tudo, ligam tudo, parecem lembrar tudo com precisão e, ao mesmo tempo, temos a perfeita noção de que são memórias passageiras, de que o que se passou ontem já lhes parece que foi há uma eternidade, ao ponto de agora termos de escolher um lugar marcante para um trabalho da escola e dizer-me que pode ser o sítio da sala onde estou a fazer a pergunta. Está certo: quatro horas e meia de viagem até um parque de diversões com os bonecos de que ela gosta, uma experiência (demasiado) radical nuns insufláveis no meio do mar, na praia do Cabeço, trinta por uma linha e, vai na volta, podíamos ter

ficado por ali a fazer as macacadas do costume.

A verdade é que, muito provavelmente, não se vai lembrar de nada disto dos três, quatro ou cinco anos, muito menos das conversas e deste verão em que chorou de imaginar as saudades que vai ter quando tiver de mudar de casa e fizer parte desse grupo de pessoas crescidas que eventualmente, um dia, precisam de comprar cadeiras para a casa delas. E nós com um nó na garganta, de o imaginar também. Uma lamechice pegada.

O mal (ou bem) é queremos dar-lhes conversa, ver até onde vão. Como não nos lembramos de quando começámos a pensar como gente, somos apanhados desprevenidos e vamos improvisando quando esbarramos nas curvas e contracurvas do que lhes vai na cabeça. Nunca se sabe o que vai sair dali. Houve uma vez que quis saber como é que os animais grandes iam para o céu e, enquanto eu hesitava na resposta, atalhou que tinham de ser pássaros maiores a levá-los. Tranquilo. Noutro dia, enquanto descia um caminho de trotinete e deixou de me ver, atirou-me um "deixei de te ver, pensei que tinhas morrido". Como assim?

Mas esta febre das saudades é qualquer coisa. Nossas, da alga que encontramos um dia na praia e não tornámos a ver, do gatinho que nos foi visitar uns pares de noites no parque de campismo e não voltou para o banquete de leite e fiambre que lhe organizámos, da irmã, dos primos, dos avós. Nunca vi rapariga com tantas saudades. Vêm e vão. Numa destas tardes, de dedos engelhados na toalha, na piscina da Praia Grande, 15 dias depois das epifanias das cadeiras, declarou finalmente que até pode sair de casa "um dia", mas só um dia, e depois volta. Lá começa a resolver o dilema à maneira dela. Com tanta conversa aprendemos - o bom nos pais é que estão sempre a aprender - que às vezes mais vale acenar que sim e não dar mais conversa, dizer "esquece lá isso e vamos mas é chapinhar mais um bocadinho".

Jornalista
Escreve à sexta-feira



JOÃO GOMES DE ALMEIDA

Casas de banho

Há uns anos que tenho a sorte de ter opinião publicada, em blogues de referência, neste e noutros jornais. Mas há muitos anos que não via uma *silly season* tão pouco interessante como esta. Ninguém nota que estamos a menos de dois meses de eleições, principalmente na nossa direita, que parece conformada com a tempestade eleitoral que aí vem.

O assunto do momento são as casas de banho e vestiários das escolas públicas. O que diz muito sobre o estado do debate político nacional, mas também sobre os seus principais intervenientes. Estamos ao nível da retrete e parece que ainda ninguém deu por isso. Se, por eu ser de direita, estava à espera de uma crónica reacionária, vá tirando o cavalinho da chuva. Lamento muito desiludir, mas o conservadorismo não é nem nunca foi a minha praia. Estou para o conservadorismo como para as bolas-de-berlim. São interessantes, é verdade, mas não me fazem sair da piscina para me enfiar na tourada que são as nossas praias em agosto.

Ao que parece, a "nossa" esquerda fez aprovar um diploma que quer colocar as meninas e os meninos a escolherem quais as casas de banho que querem frequentar. A lei obviamente que é estúpida e que diz muito sobre os deputados moderninhos que a aprovaram. É gente que vive em Lisboa e que gostava era de viver em Nova Iorque. Malta de fatos

baratos, costumes rudes, mas que acha que tem muito mundo. Gente do Cacém que, depois de ter ido duas vezes ao Papa Açorda e à Bica do Sapato, se acha nascida e criada na esquina da Quinta Avenida com a Tiffany. Que eles não sabem, mas é precisamente onde fica a Trump Tower. A lei é obtusa a vários níveis. Primeiro, porque parte do princípio de que o conforto de uma minoria se deve sobrepor aos direitos da maioria. Depois, porque Portugal começa nas Amoreiras e acaba no Saldanha. E, por fim, porque é uma lei absolutamente inútil para que se acabe de vez com a discriminação em função da orientação sexual. Sou absolutamente favorável à união civil e à adoção por pessoas do mesmo sexo. Mas discordo frontalmente de políticas discriminatórias que coloquem os direitos de uns à frente dos outros. Metam na cabeça: somos todos iguais. Nem mais, nem menos. Nem menos um privilégio, nem mais um direito. Esta é a base do pensamento liberal que tantos apregoam, mas que tão poucos defendem na sua essência. O que a esquerda unida pretende é precisamente o contrário: em vez de unir, cria desavenças com base em narrativas políticas inventadas à pressão. Para esse campeonato, não contem comigo. Ganhem mundo e depois tornem-se deputados. Não é tudo, mas pelo menos seria um bom princípio.

Publicitário

1,20 € // Terça-feira, 27 agosto 2019 // Ano 10 // Diário // Número 3027 // Diretor: Mário Ramires // Dir. exec.: Vítor Rainho // Dir. exec. adjunto: José Cabrita Saraiva // Subdir. exec.: Marta F. Reis // Dir. de arte: Francisco Alves

Inevitável



AS MULTAS QUE VÊM DO CÉU

Autoridades portuguesas confirmam ao i que estão a estudar o uso de drones e helicópteros para vigiar as estradas nacionais

Espanha implementou modelo com 11 drones no início deste mês

// PÁGS. 2-3



A CRISE ESTÁ A ASSUSTAR A EUROPA

Reino Unido e Alemanha estão em risco de recessão // PÁGS. 12-13



Comentadores de futebol. Os políticos que dão toques na bola

Direita em peso nos programas de análise desportiva // PÁGS. 20-23

Barrigas de aluguer voltam ao TC e arriscam novo chumbo

// PÁG. 6

Governo. Financial Times elogia e dá vitória nas legislativas a "Mr. Costa"

// PÁGS. 4-5

Futebol. Justiça alemã investiga teia de favores no Mundial de 2006

// PÁGS. 8-9

Amazónia. A coisa 'tá preta mas muitos tentam pôr tudo às claras

// PÁGS. 16-17

Passes sociais. Depois da ameaça, operadoras retomam venda

// PÁG. 14

Anexo 33: Jornal I - 27 de agosto de 2019 - manchete



Anexo 34: Jornal I - 27 de agosto de 2019 - páginas 20 e 21

B Zoom // Desporto

Comentadores de futebol. Os políticos que dão toques na bola

DA ARENA POLÍTICA PARA AS QUATRO LINHAS

MAFALDA TELLO SILVA
mafalda.silva@jonline.pt

"Políticos ligarem-se à vida dos clubes ou ao comentário desportivo é uma prática bastante antiga em Portugal", lembra ao *i* o politólogo António Costa Pinto. E apesar de não ser possível quantificar os benefícios, o especialista acredita que tem sido uma "clara vantagem" para deputados e dirigentes políticos enveredarem pelas quatro linhas. Conseguem "notoriedade positiva", tendo em conta que o futebol é uma das matérias de maior interesse dos portugueses, independentemente do clube que se defenda, é um dos trunfos, explica o professor universitário. "Essa notoriedade traz, por isso, benefícios em termos de carreira política", reforça Costa Pinto.

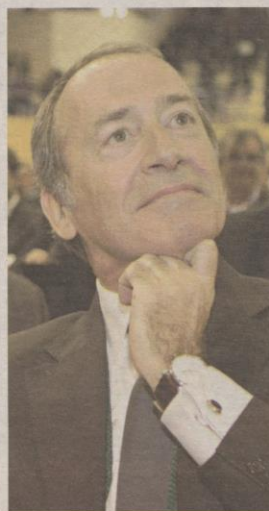
Depois, como a exposição dada pela aparição no espaço público "não é politizada", torna-se "uma prática ainda mais atrativa" para os políticos em vida ativa, mas não só. Aliando a experiência política e o conhecimento sobre futebol ao facto de já serem conhecidos do público, é criada uma conjuntura favorável para que um "político reformado" assuma um cargo num clube desportivo, conclui o politólogo.

INCOMPATIBILIDADES? Podem os campos misturar-se? Para João Paulo Batalha, presidente da associação Integridade e Transparência, "não existe qualquer incompatibilidade" na participação de um político em programas de análise desportiva. O único problema que pode existir, aponta Batalha, é se "um comentador reproduzir argumentos, mensagens ou diretivas que são preparadas pelos gabinetes de comunicação dos clubes", situação em que "fica numa posição de subalteridade em relação a um dos clubes, o que pode depois contaminar a sua atuação política".

Ainda assim, o assunto não é consensual. Recentemente houve quem no próprio CDS se insurgisse contra os políticos do partido que fazem análise da atualidade futebolística na comunicação social, avançou o *Público*. O caso passou-se em dezembro durante uma comissão política nacional, na qual um dos membros, Miguel Alvim, considerou a prática uma vergonha. Na altura, nenhum dos deputados, dirigentes, visados ou até Assunção Cristas respondeu à afronta, sendo que Telmo Correia, Nuno Magalhães, Diogo Feio e Hélder Amaral são comentadores desportivos esporadicamente.

LUÍS FILIPE MENEZES

Luís Filipe Menezes foi o último político a aderir ao comentário desportivo. O ex-presidente do PSD passou a fazer parte do painel do programa *Prolongamento*, na *TVI*. Menezes é sócio do Sporting há 46 anos e deixou a política ativa em 2013 depois de ter perdido as eleições para a câmara do Porto. O ex-autarca de Gaia anunciou, nas redes sociais, há uma semana, que se iria dedicar ao comentário desportivo. "No entanto, no meu caso há uma questão que fica clara à partida, nunca mais ocuparei cargos políticos eletivos de âmbito executivo. Ou seja, sou um cidadão 'normal' com todo o direito a intervir no que me der na gana", explicou. Menezes aceitou ser candidato pelo PSD nestas eleições legislativas, mas num lugar simbólico. Ou seja, a política ativa faz parte do passado. Para o ex-líder do PSD, o desporto é "uma paixão" e esta é uma oportunidade para "elevantar o debate sobre uma das áreas de interesse que mais mobiliza os Portugueses" e "honrar o Sporting".



RUI GOMES DA SILVA

Nos dias de hoje, Rui Gomes da Silva é mais conhecido pelos portugueses por ter feito parte da direção do Benfica – entre 2009 e 2016 – e por ser comentador de futebol. No entanto, até 2005, o advogado era reconhecido pelos cargos políticos que assumiu. Militante do PSD desde a faculdade, Rui Gomes da Silva foi deputado no Parlamento, integrou o Conselho Superior do Ministério Público e chegou a ser ministro dos Assuntos Parlamentares e ministro adjunto do primeiro-ministro no Governo de Santana Lopes. A nível autárquico foi ainda deputado na Assembleia Municipal de Lisboa e de Cascais. Atualmente, o antigo vice-presidente da Luz é, desde abril deste ano, conselheiro especial de Jorge Bom Jesus, primeiro-ministro e chefe do Governo de São Tomé e Príncipe, avançou o *i*, em julho. Tendo deixado, em janeiro, o programa desportivo na *SIC Notícias*, *O Dia Seguinte*, no qual comentou a atualidade do mundo do futebol durante anos, Rui Gomes da Silva continua a escrever uma crónica semanal no blogue *Novo Geração Benfica*. É esperado que o antigo ministro anuncie a sua candidatura à presidência do Benfica, objetivo que já assumiu publicamente várias vezes.

TELMO CORREIA

O presidente da mesa do Conselho Nacional e vice-presidente da bancada parlamentar do CDS, Telmo Correia, é outro político que divide o seu tempo entre o Parlamento e a televisão. Tendo sempre dado a cara pelo seu clube, Benfica, é comum ver o deputado em programas de análise de futebol. Telmo Correia já passou por vários programas de comentário futebolístico, sendo que, mais recentemente, participou no *Livre e Direto* na *TVI24*. A propósito da crítica que lhe foi dirigida indiretamente na comissão política nacional do CDS sobre os políticos comentarem desporto, o antigo ministro do turismo disse que estava confortável a desempenhar ambas as atividades. Licenciado em Direito, Telmo Correia destacou que, ainda assim, concorda que existe um excesso de futebol nas televisões nacionais, exemplificando que, no "dia da aprovação do Orçamento de Estado, só se falava se o treinador do Benfica saía [do respetivo clube]" e que "o Orçamento passou de forma discreta", apontou o dirigente centrista ao *Público*.



Em Portugal não é estranho encontrar deputados ou dirigentes partidários a fazerem comentários desportivos na comunicação social, sobretudo sobre futebol. Luís Filipe Menezes, antigo dirigente do PSD, anunciou que vai deixar a vida política por completo para se dedicar ao debate futebolístico. O *i* recorda outros seis políticos portugueses, no ativo ou “reformados”, que se dedicam à análise de futebol. O politólogo António Costa Pinto acredita que a prática contribui para uma “notoriedade positiva” num país rendido ao desporto rei.



DIOGO FEIO

Diogo Feio, atual diretor do gabinete de estudos e antigo vice-presidente do CDS, foi durante o último ano e meio uma presença constante no programa *Juízo Final*, na *Sport TV*. Tendo o programa acabado, o ex-deputado confirmou ao *i*, que, nos dias de hoje, apenas faz análises sobre a atualidade futebolística “esporadicamente”, quando é convidado. Ainda assim, Diogo Feio apontou que, no seu caso, não vê problema nenhum em ser também comentador desportivo. “Neste momento não sou deputado nem dirigente, estou à frente do gabinete de estudos e tenho-me focado muito no exercício da minha atividade profissional que é ser advogado”, reforçou. Ao *i*, o antigo secretário de Estado da Educação e ex-eurodeputado sublinhou ainda que “vê futebol sistematicamente desde os 12 anos” e que os “políticos, tal como todas as outras pessoas, também têm direito de gostar de desporto e de um clube em particular”.

NUNO MAGALHÃES

Nuno Magalhães tem 47 anos e é adepto do Sport Lisboa e Benfica, sendo comentador convidado na *Sport TV* no programa *Duelos*. De acordo com o seu registo de interesses, a participação é remunerada com ajudas de custo. O deputado do CDS está no Parlamento há quatro legislaturas (perto de 16 anos), tendo o seu percurso político começado ainda no ano 2000 quando foi consultor jurídico do grupo parlamentar democrata-cristão. Dois anos depois é convidado para secretário de Estado da Administração Interna. Na altura ficou com as pastas da direção-geral de viação e com a segurança do Campeonato Europeu de Futebol em 2004. Concorreu sempre como cabeça-de-lista pelo distrito de Setúbal, tendo chefiado a bancada parlamentar centrista durante oito anos, durante a vigência da assistência financeira externa a Portugal. Nesse período, o líder parlamentar do CDS teve de se coordenar com o PSD numa coligação governamental com várias crises internas. Nuno Magalhães faz parte da direção política da atual líder do CDS, Assunção Cristas, tal como integrou a direção do partido com o antecessor, Paulo Portas. Nas próximas legislativas, o deputado volta a concorrer por Setúbal, mas garante não ter vontade de continuar a liderar a bancada do CDS.



ANDRÉ VENTURA

André Ventura tornou-se mais conhecido quando foi candidato à câmara de Loures pelo PSD, nomeadamente devido aos comentários sobre a comunidade cigana, mas nessa altura já fazia comentários sobre desporto na televisão. Veste a camisola do Benfica e aparece regularmente na *CMTV*. Mudou de partido quando saiu do PSD para fundar o Chega, mas não mudou de clube. Ao *i*, André Ventura diz que ponderou as consequências de fazer política e comentário desportivo ao mesmo tempo, mas optou por acumular. “Sendo sabido e conhecido que sou adepto benfiquista, entendo que não devia deixar de fazer o que gostava e onde me sentia bem. Um dos grandes problemas que as pessoas hoje em dia apontam aos políticos é a falta de autenticidade. Ora, esta é a pessoa que eu sou, este é o tipo de comentários que faço e a paixão que tenho”, diz. Ventura já teve, porém, dissabores por praticar as duas funções. Faltou a um debate na RTP europeias para falar sobre futebol na *CMTV*. Alguns apoiantes não gostaram e o candidato pôs o lugar à disposição, mas teve o apoio dos parceiros de coligação para continuar.

HÉLDER AMARAL

O deputado e ex-vice-presidente da bancada do CDS, Hélder Amaral é outro dos casos de políticos com ligações ao futebol. Sportinguista assumido, Helder Amaral é presidente da Assembleia Geral do Núcleo Sportinguista “Leões de Viseu” e faz parte do painel de comentadores da *Sporting TV* do programa *Especial Jornada*. Também na *CMTV* assumiu o papel de comentador futebolístico no programa *Liga D'Ouro*. Foi ainda consultor do Sporting durante a direção de Bruno de Carvalho e na altura do ataque à academia de Alcochete, a ligação do deputado centrista ao clube gerou mal-estar no partido. Nessa altura chegou a defender algumas das decisões polémicas de Bruno de Carvalho, sendo o caso do boicote do clube a alguns jornais, e teve duras críticas à equipa que acusou de ser “pouco comprometida” ou de “andar a enganar os adeptos”. No ano passado, na altura de eleição da nova direção do Sporting, Hélder Amaral chegou a ser convidado para integrar a equipa de candidatura de Carlos Vieira. Mas a candidatura não chegou a avançar.



1.20€ // Quinta-feira, 29 agosto 2019 // Ano 10 // Diário // Número 3029 // Diretor: Mário Ramires // Dir. exec.: Vítor Rainho // Dir. exec. adjunt.: José Cabrita Saraiva // Subdir. exec.: Marta F. Reis // Dir. de arte: Francisco Alves

inevitável



André Ventura

“Cristas tem uma obsessão comigo porque sou o líder que o CDS gostava de ter”



Ventura reage a declarações de Assunção Cristas, que disse que só o Chega estaria a mais numa coligação de direita

// PÁG. 5

Partidos vão gastar 1,6 milhões de euros em comícios e espetáculos

➔ PS é o mais gastador, com um orçamento de 2,4 milhões de euros para a próxima campanha

➔ Socialistas lideram as despesas há dez anos. PSD é o segundo e a CDU fecha o pódio // PÁGS. 2-3

CEO do banco da CGD em Moçambique multado e inibido durante três anos

Paulo Sousa suspeito de agir em conflito de interesses

// PÁG. 14



DOAÇÕES PARA MATILDE

Ministério das Finanças fecha-se em copas sobre taxação de dinheiro angariado e diz que este é já “outro caso”

// PÁG. 6

Nova saída na administração dos CTT

Dionizia Ferreira é a segunda baixa em menos de quatro meses // PÁGS. 12-13

Itália. Democratas e 5 Estrelas chegam a acordo

// PÁG. 16

Motoristas. MP pede dissolução de sindicato, greve mantém-se

// PÁG. 10

Boris pediu e Rainha aceitou a suspender Parlamento

// PÁGS. 18-21

Este programa permite testar cursos antes de escolher

// PÁGS. 36-37

Anexo 37: Jornal I - 29 de agosto de 2019 – manchete

EDITORIAL

Democracia em suspenso

José Cabrita Saraiva

Os britânicos votaram a favor da saída do Reino Unido da União Europeia e parecem ter em Boris Johnson o homem certo para levar a cabo essa tarefa. Depois de meses de impasse com Theresa May em que o processo se arrastava penosamente, o novo primeiro-ministro já mostrou que não deixará que nada se interponha entre si e o seu objetivo. A bem ou a mal, o Brexit vai mesmo para a frente – e provavelmente será a mal.

Johnson quer sair a 31 de outubro, nem que para isso tenha de recorrer a métodos menos ortodoxos, como mostrou ontem ao pedir a suspensão dos trabalhos parlamentares até às vésperas da data limite, impedindo assim a formação de uma espécie de aliança negativa que inviabilizasse o processo. Num jogo do gato e do rato, arranjou um estratégia para “varrer” a oposição de uma penada – e a Rainha anuiu.

A medida mostra bem aquilo de que é feito o primeiro-ministro britânico: um político determinado, capaz de soluções inesperadas e porventura brilhante, mas também destituído de grandes escrúpulos.

É verdade que há debates que não levam a lado nenhum, e este do Brexit tem sido especialmente labiríntico. Mas o que Johnson disse ao pedir à Rainha a suspensão dos trabalhos do Parlamento para lá do que estava previsto é que os fins justificam os meios. Esta “golpada” revela um certo “chico-espertismo” (não é só em Portugal que ele existe) e falta de respeito pelas instituições, e isso é algo que dificilmente se pode perdoar a um estadista. Pior: pode com propriedade ser considerada uma suspensão das regras numa das mais perfeitas democracias do mundo. Não é fatal, mas abre um precedente perigoso.

P.S. Por falar em suspensão da democracia, por cá tivemos o Ministério Público (MP) a pedir a dissolução do Sindicato de Motoristas de Matérias Perigosas. Simpatize-se ou não com Pardal Henriques (e eu não simpatizo), este pedido mostra que o MP, em vez de se assumir como um árbitro isento, quer interferir na greve agendada. Um sinal preocupante.



Legislativas. Partidos preveem gastar 8,1 milhões de euros

PS volta a ser o partido que mais verbas prevê gastar na campanha eleitoral, estimando uma despesa de mais de 2,4 milhões de euros. O Partido da Terra entregou à Entidade das Contas um orçamento a custo zero.

ANA PETRONILHO
ana.petronilho@jonline.pt

Os 18 partidos e coligações que se apresentam às eleições legislativas preveem gastar 8,1 milhões de euros durante a campanha. São menos 700 mil euros face ao orçamento estimado pelos 20 partidos e coligações que se apresentaram a votos nas legislativas de 2015, que contavam gastar 8,8 milhões de euros. No entanto, o valor indicado pelos partidos para suportar as despesas de campanha têm sido, tradicionalmente, inferior ao custo real. Ou seja, no final da campanha a despesa prevista pelos partidos acaba por derrapar, de acordo com a Entidade

das Contas e Financiamentos Políticos.

Em 2015, por exemplo, os partidos acabaram por gastar cerca de 10 milhões de euros. Mais 1,2 milhões de euros face ao orçamento inicial.

Este ano, o PS volta a ser o partido que prevê gastar mais verbas na campanha eleitoral. Regra que se tem mantido nas eleições legislativas que decorreram nos últimos dez anos, em 2015, 2011 e 2009.

Para estas legislativas os socialistas preveem uma despesa que ultrapassa os 2,4 milhões de euros. Menos cerca de 900 mil euros face aos 3,3 milhões de euros gastos pelo PS no final da campanha às legislativas de 2015.

Entre as várias iniciativas de campanha, a maior fatia da despesa prevista pelo PS vai ser canalizada para os comícios e espetáculos, com um valor previsto que ultrapassa os 589 mil euros. Segue-se a verba prevista para folhetos, outras iniciativas de propaganda e comunicação na internet, com um orçamento estimado em 508 mil euros.

No reverso, o Partido da Terra apresentou um orçamento a custo zero. Seguem-se o Partido Nacional Renovador (PNR) e o Partido Unido dos Reformados e Pensionistas (PURP) que contam com uma despesa de 1.500 euros, cada um.

Entre os partidos com assen-

CAMPANHA

DISTRIBUIÇÃO DAS VERBAS



Foto: M. Momeni/FP



AGÊNCIAS DE COMUNICAÇÃO E ESTUDOS DE MERCADO
708 mil euros

De acordo com os orçamentos entregues à Entidade das Contas, os 18 partidos que se apresentam na corrida às urnas preveem gastar cerca de 708 mil euros com a conceção da campanha, com agências de comunicação e estudos de mercado, onde cabem, por exemplo, as sondagens internas dos partidos. O PS é o partido que prevê a maior fatura para este tipo de iniciativas, contando gastar 392 mil euros. Segue-se o PSD com 150 mil euros e o CDS com 84 mil euros. O Aliança, que pela primeira vez se apresenta a umas eleições legislativas, estima uma despesa de 30,7 mil euros. Já a CDU, o Partido da Terra, o Partido Trabalhista Português e o Partido Unido dos Reformados e Pensionistas não têm qualquer verbas inscritas para estas iniciativas.



PROPAGANDA, COMUNICAÇÃO IMPRESSA E DIGITAL
1 milhão de euros

Para ações de propaganda, de comunicação impressa e digital os partidos contam gastar cerca de um milhão de euros. Nesta despesa estão incluídos folhetos, a emissão televisiva do tempo de antena ou, por exemplo, iniciativas de campanha na internet. Também aqui o PS é o partido que tem a maior despesa prevista, com um valor que ultrapassa os 508 mil euros. Seguem-se o PSD e a CDU com uma verba inscrita na ordem dos 350 mil euros, cada um. O Bloco de Esquerda estima uma fatura de 119 mil euros com estas iniciativas.



COMÍCIOS E ESPETÁCULOS
1,6 milhões de euros

Os comícios e os espetáculos é uma das iniciativas onde os partidos contam gastar mais verbas, ultrapassando um total de 1,6 milhões de euros. O PS conta com uma despesa acima de meio milhão de euros (590 mil euros) seguindo-se o Bloco de Esquerda com mais de 480 mil euros. O PSD conta com uma despesa de 400 mil euros.



CUSTOS ADMINISTRATIVOS E OPERACIONAIS
2 milhões de euros

Esta é a rubrica do orçamento previsto pelos partidos que conta com a maior despesa. O PSD tem uma fatura prevista na ordem dos 650 mil euros, seguindo-se a CDU com 445 mil euros e o PS com cerca de 424 mil euros. O Bloco de Esquerda conta gastar mais de 235 mil euros.



OUTRAS DESPESAS
240 mil euros

Para outras despesas não tipificadas ou não previstas, os partidos inscreveram cerca de 240 mil euros. Aqui o Aliança prevê uma despesa de 55,4 mil euros, sendo esta a segunda maior despesa do partido para esta campanha eleitoral. O PSD estima uma fatura de 80 mil euros e o PS 73 mil euros.



ESTRUTURAS, TELAS E CARTAZES
1,3 milhões de euros

Para as estruturas, cartazes e telas os partidos contam em gastar mais de 1,3 milhões de euros. Para estas iniciativas, o PSD é o partido que inscreveu uma maior verba, estimando uma despesa de 400 mil euros. O PS prevê gastar 255 mil euros e o CDS 168 mil euros. Pouco mais do que os 165 mil euros previstos pela CDU. O Bloco de Esquerda conta com uma fatura de 119 mil euros e o Chega, de André Ventura, prevê 90 mil euros.



BRINDES E OUTRAS OFERTAS
555 mil euros

Para os brindes e outras ofertas, onde estão incluídas canetas, crachás, sacos, bandeiras ou autocolantes, por exemplo, os 18 partidos que se apresentam às legislativas contam com uma despesa de cerca de 555 mil euros. Aqui o PSD é o partido com a maior despesa prevista, estimando gastar 200 mil euros. O PS fica nos cerca de 165 mil euros. Esta é a maior aposta do Aliança, liderado por Santana Lopes, com uma despesa prevista de 62.500 euros. No oposto, o PCTP/MRPP, o Partido da Terra, o Partido Trabalhista Português, o PAN, o Partido Unido dos Reformados e Pensionistas (PURP) ou o Iniciativa Liberal não vão distribuir brindes durante a campanha, não tendo qualquer verba orçamentada para estas iniciativas de campanha.

to parlamentar, o PSD é o segundo partido que apresenta uma maior fatura para a campanha eleitoral, prevendo uma conta de cerca de dois milhões de euros. A maior fatia deste valor vai ser canalizada para custos administrativos e operacionais, onde os sociais-democratas preveem gastar 650 mil euros.

A CDU – coligação entre o PCP e Os Verdes – aponta para custos na ordem dos 1,2 milhões de euros. Menos 200 mil euros face aos 1,4 milhões de euros gastos pelo partido nas legislativas de 2015.

Segue-se o Bloco de Esquerda que prevê gastar uma fatura de 983 mil euros. O CDS surge logo atrás com cerca de 700 mil euros. Entre os partidos com deputados eleitos, é o PAN que prevê gastar menos na campanha, estimando um valor de 138 mil euros.

O Aliança, que concorre pela primeira vez nas legislativas, prevê gastar mais do que o PAN com um orçamento de 250 mil euros. A Iniciativa Liberal tenciona fazer uma campanha mais modesta com 50 mil euros e o Livre apenas 11 mil euros. O Chega apresentou um orçamento de 150 mil euros.

O prazo para que os partidos entregassem na Entidade das Contas e Financiamentos Políticos os orçamentos previstos para as legislativas, terminou na passada segunda-feira. Na página do Tribunal de Contas não constam os orçamentos do Nós, Cidadãos, PPM, POUS e do MAS.

A Radar //



“Uma coligação, seguramente, à direita, liderada por mim, nunca haverá uma ‘geringonça’ montada à pressa”, afirmou Rui Rio.

JOÃO PEDRO DOMINGOS

Rio admite coligação à direita desde que seja liderada por si

O líder do PSD salientou também que a possível aliança “nunca” será uma ‘geringonça’ pois “pressupõe uma coisa mal-amanhada”.

MAFALDA TELLO SILVA
mafalda.tello@online.pt

Rui Rio garantiu, ontem, que o PSD está disponível para fazer uma coligação, a seguir às eleições legislativas, com o seu “parceiro natural quando precisa de um outro partido para fazer uma maioria parlamentar”, o CDS.

“Ninguém disse que não fazia isso [uma coligação com o CDS em 6 de outubro]”, começou por assumir Rui Rio, uma semana depois de Nuno Magalhães, líder da bancada do CDS, ter afirmado, numa entrevista ao *Público*, que o dirigente social-democrata “nunca se mostrou disponível para uma coligação”.

Durante uma visita a Guimarães, o ex-presidente da Câmara

do Porto também esclareceu que essa aliança teria de ser liderada pelo PSD: “A alternativa de liderança de um Governo em Portugal, àquele que existe neste momento, a alternativa de liderança, de primeiro-ministro, a única alternativa a António Costa sou eu”, sublinhou.

Rio acabou ainda por apontar os termos nos quais está disposto a avançar com uma coligação. “Seguramente, à direita, se liderada por mim, nunca haverá uma geringonça montada à pressa e de qualquer maneira só para se conseguir o poder, terá uma uniformidade fundamental que com o CDS sempre existiu”, garantiu, acrescentando que a geringonça “pressupõe uma coisa mal-amanhada que

vai ver se consegue funcionar mais ou menos”. No mesmo dia, ainda em Braga, após uma curta visita ao Santuário do Bom Jesus, o dirigente reafirmou que nestas legislativas não procura só o apoio dos militantes mas sim de todos os portugueses.

COLIGAÇÃO “DESEJÁVEL” Um dia antes de Rio admitir uma coligação à direita, já Assunção Cristas tinha apontado que a aliança entre o PSD e o CDS, depois das eleições, era “perfeitamente possível” e até “desejável”.

A dirigente centrista abordou a questão, esta terça-feira à noite, durante o programa “Tenho uma pergunta para si”, da TVI24, em que um espetador perguntou de que forma é que a presidente cen-

trista olhava para uma coligação à direita com o PSD, CDS, Aliança, Iniciativa Liberal e o Chega.

“Sempre disse que, para termos 116 deputados de maioria, faria sentido, depois das eleições, ter uma coligação com aqueles que elegerem. Devo dizer que desses todos, parece-me que há um que está a mais, que é o Basta, mas com os outros todos acho que é perfeitamente possível conversarmos, e desejável”, respondeu Cristas, que quando falou do Basta, referia-se ao partido Chega, que encabeçou

a coligação Basta, nas eleições europeias. André Ventura, líder do partido ‘excluído’ na solução da dirigente centrista, já reagiu às declarações, apontando que, tendo em conta as sondagens, “o Chega é que vai excluir o CDS de qualquer coligação a 6 de outubro” (ver artigo ao lado).

SANTANA JÁ QUIS CONVERSAR

Santana Lopes, líder do Aliança e ex-presidente do PSD, defendeu que os partidos deviam conversar sobre a possibilidade de uma coligação pré-eleitoral. “A Aliança não tem receio de disputar sozinha as eleições legislativas, mas sem uma coligação pré-eleitoral é muito difícil vencer a frente de esquerda. Essa é a reflexão que devemos fazer”, disse, em entrevista ao semanário SOL, em fevereiro, o fundador da Aliança. Mais recentemente voltou à carga e convidou os partidos de centro-direita para se sentarem à mesa.

Rui Rio e Assunção Cristas rejeitaram essa hipótese e nem sequer abriram a porta a conversações. “Não faz sentido algum Santana Lopes sair do PSD e depois querer fazer uma coligação”, disse o líder dos social-democratas. Assunção Cristas também defendeu que “não faz nenhum sentido” uma aliança antes das eleições.

“A única alternativa a António Costa sou eu”, afirmou o presidente do PSD

Cristas já tinha admitido estar disponível para formar uma coligação à direita

POLÍTICA

“Cristas tem uma obsessão comigo. Sou o líder que o CDS gostava de ter”

André Ventura responde à líder do CDS e diz que o Aliança e o IL são fantoches do sistema

André Ventura reagiu ao facto de Assunção Cristas ter excluído o Chega de uma coligação entre os partidos de direita, após as eleições legislativas. “Assunção Cristas tem uma obsessão comigo porque sabe que eu sou o líder que o CDS gostava de ter”, começou por apontar ao *i*, o líder do partido formado em abril deste ano.

André Ventura enfatizou que Cristas “deu novamente um espetáculo deprimente perante milhares de telespetadores” - no programa da TVI24, no qual a líder centrista ‘excluiu’ o Chega de uma eventual coligação entre os partidos de direita.

Para o líder do partido Chega, Assunção Cristas “podia ter aproveitado para denunciar o que se

passa na Saúde em Portugal, ou a insegurança que se propaga em algumas zonas, ou a vergonhosa corrupção política”, mas preferiu “escolher novamente o André Ventura e o Chega para alvos prioritários”.

FANTOCHES DO SISTEMA Num tom irónico, André Ventura disse também ao *i* que, por um lado, compreende o ataque ao Chega, considerando que “o Aliança e o Iniciativa Liberal são abso-

lutamente mais do mesmo. (...) São fantoches do sistema”.

Contudo, o presidente do partido que vai pela primeira vez a eleições legislativas, reforçou que “há uma obsessão pessoal de Cristas” consigo e explica o porquê desta ilação. “Desde a perseguição em Loures, que remeteu o CDS para um resultado residual, até às sucessivas entrevistas que tem dado nos últimos meses, tudo mostra ali um certo ressabiamento pessoal. A verdade é que Cristas sabe que eu sou o líder que os militantes do CDS gostavam de ter. Talvez por isso me odeie tanto”, justificou.

O CDS rompeu a coligação com o PSD, em Loures, depois das declarações feitas por André Ventura sobre a comunidade cigana. O candidato disse, nessa altura, que há pessoas a viver “quase exclusivamente de subsídios do Estado” e que acham “que estão acima das regras do Estado de direito”.



André Ventura

Carlos Moedas deixa alerta a Elisa Ferreira

PORTALEGRE Carlos Moedas defendeu que “é importante termos cada vez mais mulheres” na política e manifestou-se orgulhoso em “passar a pasta” a Elisa Ferreira. “É um privilégio poder estar no palco europeu, representar a Europa e Portugal também, é uma grande responsabilidade e tenho muito gosto em desejar o melhor para o futuro à nova comissária”.

PCP excluído de debate sobre UE

MONSARAZ O PCP acusou a representação da Comissão Europeia em Portugal de “excluir e silenciar”, de forma deliberada, a CDU do SummerCEmp, um evento que tem como objetivo debater a União Europeia, que decorre em Monsaraz desde terça-feira. Apontando que estão no painel oradores de todas as forças políticas com assento parlamentar na Assembleia da República e Parlamento Europeu, o PCP pede esclarecimentos.

PSD questiona Governo sobre rapto

LISBOA O PSD pediu, ontem, esclarecimentos ao Ministério dos Negócios Estrangeiros sobre o rapto do cidadão português Américo Sebastião, que ocorreu em 2016, em Moçambique. “Que iniciativas foram desencadeadas pelo Governo neste âmbito?”, questionam os deputados sociais-democratas. O PSD quer saber se o Governo continua a acompanhar o caso.

PAN apresenta programa eleitoral

PORTO O PAN apresenta amanhã o programa eleitoral para as eleições legislativas. A apresentação é feita por André Silva, às 11 horas, no Jardim do Calem no Porto. O deputado do PAN vai participar, no sábado, numa acção de limpeza, em Braga. No mesmo dia, André Silva vai responder às perguntas da população numa iniciativa designado “Pergunta-me o que Quiseres”. O PAN foi a surpresa das europeias e elegeu um eurodeputado.

PUB

EVERYTHING IS NEW & LIVE NATION APRESENTAM

NOSSA HISTÓRIA

SANDY JUNIOR

6 OUTUBRO

ALTICE ARENA

LISBOA

BILHETES: FNAC, WORTEN, EL CORTE INGLÉS, TICKETLINE.PT, SEETICKETS.COM, MASQUETICKET.COM E MAIS INFORMAÇÃO EM EVERYTHINGISNEW.PT | MG

Everything is New LIVE NATION elc RTP

—29 agosto 2019 5

POLÍTICA

Subvenções

Ventura faz vigília no Constitucional

VIGÍLIA
O presidente do partido Chega, André Ventura, marcou uma vigília para o próximo dia 5 de setembro, amanhã, no Tribunal Constitucional, em Lisboa, para protestar contra a atribuição de pensões vitalícias "a políticos condenados por crimes públicos".

SUSPENSÃO
Segundo André Ventura o objetivo da iniciativa é o de pedir ao Tribunal Constitucional que suspenda "imediatamente o pagamento das subvenções vitalícias a políticos condenados pela prática de crimes contra o Estado, como o Dr. Armando Vara e o Dr. Duarte Lima".

ENCONTRO
O Chega quer ainda ser recebido pelo presidente do Tribunal Constitucional, Costa Andrade, na sequência da vigília, conforme explicou ao i André Ventura.

TÍTULOS E SUBSÍDIOS
Para o presidente deste partido é preciso "expor aquela que é uma situação que envergonha Portugal perante toda a Europa: aos políticos condenados são lhes retirados os títulos honoríficos mas não as subvenções vitalícias". Em causa está o pagamento de subvenções vitalícias a antigos políticos, dois deles reclusos, numa lista que foi divulgada na passada segunda-feira.

CDS. Cristas coloca de parte hipótese de abandonar liderança

Presidente centrista quer contribuir para o melhor resultado possível do centro-direita no Parlamento.

A presidente do CDS, Assunção Cristas, recusou ontem o cenário de abandono da liderança do partido após as eleições legislativas. Numa entrevista à *Lusa*, a dirigente não quis quantificar o resultado mínimo pelo qual poderia ter de se demitir, tendo em conta as várias sondagens do CDS para as eleições legislativas de 6 de outubro.

"Essa é uma questão que eu não me coloco, eu acho que nós vamos ter um bom resultado", afirmou a presidente do CDS. Assim, Assunção Cristas preferiu realçar que a meta dos centristas é a de afirmar as "bandeiras eleitorais" do partido, designadamente, a baixa de impostos para a próxima legislatura, tanto para as famílias como para as empresas. Mais, o objetivo é o de "contribuir o mais possível para um bom resultado do centro-direita", avisou Cristas. No passado, o registo do CDS era o de alcançar uma maioria de centro-direita no Parlamento.

Ora, os centristas têm 18 deputados e no CDS reconhece-se as

dificuldades em manter o mesmo número de mandatos alcançados em 2015, sobretudo depois da crise dos professores, no mês de maio, em pré-campanha das Europeias. O CDS falhou o objetivo de eleger dois eurodeputados e o partido entrou numa fase de nervosismo e críticas, ouvidos nos órgãos internos do partido.

Mas, o discurso oficial é o de não deitar a toalha ao chão e Cristas foi muito clara nessa ideia: "Temos 18 deputados, sabemos o difícil que é, mas também sabemos que cada eleição é uma

eleição. Portanto, o que podemos dizer é que estamos aqui, sim, para o mais possível dar força às nossas bandeiras [mas] isso está nas mãos das pessoas", declarou a presidente centrista na referida entrevista.

Antes das eleições legislativas, há eleições regionais na Madeira, no próximo dia 22 de setembro, e o CDS é, neste momento, o maior partido da oposição ao PSD. Talvez, por isso, Assunção Cristas tenha arriscado ontem a tese de uma geringonça à direita no arquipélago, com o PSD.

"A receita que funcionou para o continente em 2015, pode acontecer agora na Madeira em 2019", declarou Assunção Cristas.

De realçar que o PSD concorre para manter a maioria absoluta e mais de 40 anos no poder, enquanto o PS sonha alcançar a vitória e destronar os socialistas-democratas. Que sempre foram poder na Madeira.

"Durante estes [últimos quatro anos] o CDS fez um trabalho muito intenso de oposição construtiva, tem muitas propostas e, de facto, pode ser uma chave da governação para o próximo governo regional", defendeu Assunção Cristas, que escolheu a Madeira para a rentrée política dos democratas-cristãos, tal como os socialistas, no passado fim de semana.

Líder do CDS admite geringonça de direita no governo regional da Madeira

Descida da carga fiscal é uma das bandeiras dos democratas-cristãos para as legislativas



Catarina Martins quer SNS a "chegar a toda a gente"

LISBOA A coordenadora do BE, Catarina Martins, considerou ontem, em Lisboa, que o Serviço Nacional de Saúde deve "chegar a toda a gente". Mais, nos casos de migrantes, sem um número de utente, a solução, segundo Catarina Martins, é simples: "Primeiro trata-se da pessoa e depois dos papéis", disse, citada pela *Lusa*, após visitar o Grupo de Ativistas em Tratamentos.

Nova lei da habitação vai entrar em vigor já no dia 1 de outubro

LISBOA A nova lei de bases da habitação já foi publicada em Diário da República ontem e entrará em vigor no próximo dia 1 de outubro. A nova legislação prevê subsídios para pessoas com especial vulnerabilidade económica no acesso ao mercado de habitação, regras mais apertadas para condomínios, com o aumento da fiscalização e proteção nos despejos.

CDS quer saber se Governo tenciona ativar fundo de apoio

BREXIT O CDS enviou ontem uma pergunta ao Ministério dos Negócios Estrangeiros para saber se há a "intenção do Estado português" em formalizar o recurso ao Fundo de Solidariedade da União Europeia, previsto para "auxiliar os países mais afetados pelas consequências de uma saída sem acordo do Reino Unido". A pergunta surgiu perante a situação no Reino Unido.

PSD apresenta programa no dia 6

PORTO O PSD apresenta oficialmente o seu programa eleitoral esta sexta-feira, dia 6, no Porto, mais de um mês após a sua aprovação em conselho nacional. A apresentação do documento estará a cargo de Joaquim Sarmento, o 'arquiteto' do cenário macroeconómico do partido, do coordenador do Conselho Nacional de Estratégia do PSD, David Justino, e do líder, Rui Rio.



Assunção Cristas promete lutar por um bom resultado eleitoral

DIANA TINOCO



Opiniões

COM VISTA PARA O ATLÂNTICO

Subvenções e subversões

Como eleitor, considero amoral que haja ex-políticos a acumular subvenções com duas e três reformas de várias origens e proveniências (do Parlamento Europeu ao Banco de Portugal).



Carlos Carreiras

A democracia portuguesa está em crise. A desconfiança está profundamente enraizada na comunidade e corrói unidade do todo social.

Quantos portugueses acreditam que o sistema económico produz os melhores resultados para todos? Quantos cidadãos confiam que o sistema judicial olha para todos de igual forma? Quantos eleitores creem que o Governo representativo está verdadeiramente ao serviço do maior número?

Uma das consequências da erosão da confiança nas nossas instituições é o alheamento cívico, o adormecimento do exercício dos direitos individuais.

Cada vez mais pessoas se colocam à margem do processo de decisão.

De eleição para eleição, são menos os que votam.

São mais os que creem que o mundo se divide entre "nós", o povo, e "eles", os privilegiados.

Estas são as condições ideais de pressão e temperatura para a emergência de populismos e extremismos, por um lado, e para o exercício de um poder absoluto, por outro. Entre uma e outra coisa, há uma enorme maioria moderada e silenciosa.

Portugal em 2019 é isto. Temos os partidos da esquerda radical a valer quase 20% das intenções de voto – pobres daque-

les que ainda acham que Portugal está a salvo dos populismos e dos extremismos. Temos um governo que, para além de carregar os portugueses com a maior carga fiscal de sempre, não hesita em legislar sobre todo e qualquer domínio da vida privada. E depois temos os cidadãos que vivem do seu trabalho mas que, por interferência sistemática de um poder absoluto, se vêm privados de realizar o seu projeto de felicidade.

A quebra de confiança, sobretudo nas instituições de representação política, é um dos principais obstáculos à mobilização do país.

O regresso das manchetes com os valores das subvenções vitalícias dos políticos é mais uma machadada na saúde da nossa democracia.

Os cidadãos não compreendem que haja 318 políticos a receber mais de 6 milhões de euros por ano em subvenções. Não com-

preendem. A não ser que lhes expliquem o que pode e deve ser explicado.

A primeira coisa que as pessoas têm de perceber é que a Democracia tem custos. E, garantidamente, os custos da Democracia são muitíssimo inferiores aos de outros regimes políticos conhecidos. Democracias *low-cost* normalmente têm custos elevados em termos de liberdades e direitos individuais.

Um regime democrático vibrante tem de ser capaz de mobilizar os cidadãos para a causa do serviço público. Tem de resgatar os melhores da sociedade civil. Isso faz-se com um debate político civilizado, com a preservação da ética republicana e também com remunerações em conformidade.

A segunda coisa que é preciso explicar aos cidadãos é que não devemos, aos olhos de hoje, avaliar uma lei que é de 1985, num contexto social e político muito diferente

do atual. Hoje isso pode não ser evidente para a maioria, mas nesse tempo muitas pessoas abdicaram de carreiras profissionais e de regalias no setor público e privado com enormes custos pessoais. Fizaram-no para servir a causa pública. As subvenções fizeram-se para garantir a reposição de alguma justiça e a dignidade para aqueles que, a dada altura das suas vidas, se dedicaram ao país. Porém o país pode entender, como entendeu em 2005, que não se justifica a renovação desses privilégios aos titulares de cargos políticos não elegíveis para a subvenção.

A terceira ideia que é preciso assimilar é que cada caso é um caso. Há 318 políticos e ex-políticos a receber subvenções. Há justiça e equidade em todas elas? Não. E é aí que o sistema precisa de ser moralizado.

Como contribuinte, eu não compreendo que existam subvenções mensais que ultrapassem o salário do Presidente da República e do primeiro-ministro em exercício.

Como eleitor, considero amoral que haja ex-políticos a acumular subvenções com duas e três reformas de várias origens e proveniências (do Parlamento Europeu ao Banco de Portugal).

Como político no ativo, que não tem e não quer ter nunca uma subvenção, defendo que por razões de equidade, justiça e expectativa gerada, o Estado deve manter as subvenções em valores de razoabilidade alinhada com o estado geral do país.

A democracia tem custos. Devemos, enquanto comunidade, reconhecer os que serviram a política. Mas não podemos, nunca, perpetuar abusos e ser condescendentes com quem se serve da política.



O sistema político tem de ser moralizado

DIANA TINOCO

Escreve à quarta-feira



inevitável
www.ionline.pt

DIRETOR
Mário Ramires
DIRETOR EXECUTIVO
Vitor Fianro
DIRETOR EXECUTIVO ADJUNTO
José Cabrita Saraiva
SUB-DIRETORA EXECUTIVA
Marta F. Pais
DIRETOR DE ARTE
Francisco Alves
DIRETOR DE GESTÃO DE CONTEÚDOS
Tiago Lopes

CONSELHEIRO EDITORIAL José António Saraiva
REDATORES PRINCIPAIS Afonso de Melo e Felícia Cabrita
EDITORES EXECUTIVOS Carlos Diogo Santos e Sónia Pires
PRIMEIRO EDITOR Lúcia Claro e Mariana Madruga
POLÍTICA Ana Patrão e Cristina Rita
SOCIEDADE Beatriz Dias Coelho, Rita Pereira Carvalho (Especialista), Tatiana Costa e Joaquim Gomes (Colaborador)
ECONOMIA Daniela Soares Ferreira e Joana Marques Alves
INTERNACIONAL João Campos Rodrigues (Especialista) e Ricardo Cabral Fernandes
CULTURA Cláudia Sobral e Diogo Vaz
DESPORTO Bruno Venâncio e Laura Ramires
IMAGEM Miguel Silva (Fotografia), Bruno Gonçalves e Natália Gomes (Fotografia), Ana Gonçalves (Infografia), Oscar Rocha (Infografia), João Sousa (Gráfico), Miguel Peixe Dias (Gráfico), Fátima Albuquerque (Fotografia de imagem), Júlio Rodrigues (Fotografia de imagem)
GESTÃO DE CONTEÚDOS Carmen Guilherme (Especialista), Joana Andrade e Maria Fernandes
REVISORA Maria Eugénia Colaço
ADJUNTA DIREÇÃO E ADMINISTRAÇÃO Carolina Silva
ASSISTENTE DIREÇÃO E REDACÇÃO Margarida Alexandre

ADMINISTRAÇÃO Mário Ramires
(Presidente do Conselho de Administração)
DIREÇÃO GERAL Mário Vaz Ramires
FISCAL ÚNICO José Maria Ribeiro da Cunha
DEPARTAMENTO FINANCEIRO Susana Pires (TOC)
DEPARTAMENTO COMERCIAL E MARKETING
António João Ramires – Dir. Comercial
(antonio.jramires@newsplex.pt) Tel: 917167170,
Ana Vaz Ramires – Dir. Marketing (ana.vramires@newsplex.pt)
Tel: 917160324
PRODUÇÃO E DISTRIBUIÇÃO Mário Silva (Diretor)
DEPARTAMENTO DE INFORMÁTICA Hugo Marques (Diretor),
Bruno Ferreira e Miguel Branco
DEPARTAMENTO JURÍDICO E DE RECURSOS HUMANOS
Gonçalo Guérios (Diretor), Ana Rodrigues (Assistente RH),
Miguel Ricardo e Pócio Ferreira (Apóio Logístico),
Eugénia Pereira (Serviço Imprensa)

PROPRIETÁRIO EDITOR
NEWSPLEX, SA
Rua do Aguiar, n.º 86, 1950-010 Lisboa
NIPC 513766073. Matriculada na CRC de Lisboa sob
o n.º 513766073, Capital Social 50.000 euros. Detentores
de mais de 10% do capital: Mário Ramires. Registo ERC 223939
Telefone Redação 211 976 146
PUBLICIDADE publicidade@newsplex.pt
EMAIL GERAL geral@newsplex.pt
EDICÃO ONLINE www.ionline.pt
EMAILS agenda@ionline.pt, curso.lettors@ionline.pt,
rader@ionline.pt, zoom@ionline.pt, mais@ionline.pt,
desporto@ionline.pt

O Estatuto Editorial do i encontra-se disponível em:
<http://ionline.pt/estatuto-editorial>
IMPRESSÃO Sogapal DISTRIBUIÇÃO VASP Depósito legal
29381/93 Registo ERC 125524
TIRAGEM MÉDIA 14 000 exemplares.

28 i — 4 setembro 2019

A Radar //

Campanha. Debates na TV servem para mobilizar o eleitorado

Politólogos acreditam que espaço mediático de confronto de ideias pode fazer a diferença, ainda que não sejam decisivos. Para o PSD “pode marcar período eleitoral”.

CRISTINA RITA
cristina.rita@ionline.pt

Os debates televisivos – com doze duelos televisivos – e dois com todos os partidos, já arrancou esta semana e a lista de confronto de ideias estende-se até dia 23 de setembro, (com todos os partidos com assento parlamentar) em cima do período de campanha eleitoral. Haverá ainda um debate a 30 de setembro com as forças políticas sem assento parlamentar na RTP1/RTP3. A lista é grande e obriga os candidatos a esticarem a agenda até às eleições de 6 de outubro. Mas será que é decisiva?

A resposta nem sempre é clara, mas há um dado que pode contar, e muito, nos números e na estratégia das forças políticas: a mobilização do seu próprio eleitorado. Talvez, por isso, ninguém dispense os momentos televisivos para confrontar ideias com um adversário, mesmo que isso não represente qualquer transferência de votos.

“Os debates são mais importantes nos grandes partidos do que nos pequenos, [o debate] é mais importante para os segmentos de eleitores que são mais sensíveis a uma personalização da política”, afirmou ao *i* António Costa Pinto, politólogo e professor de Ciência Política no Instituto de Ciências Sociais na Universidade de Lisboa.

Para o politólogo, “os debates podem ser elementos importantes de mobilização, é isso que está em causa aqui”.

Mas os debates não são só importantes para os partidos mobilizarem o seu eleitorado. António Costa Pinto sublinha ainda que “são importantes por um ponto: quando se informam sobre assuntos políticos, os portugueses e as portuguesas fazem-no em primeiro lugar pela televisão”. Só depois o fazem pela imprensa e, por fim, pelas redes sociais. Os duelos têm, depois, uma importância maior junto das forças políticas com maior representação onde o eleitora-

do tem menor identificação partidária, valorizando mais a personalização da política dos candidatos a primeiro-ministro, lei-se, do PS e do PSD. Assim, nos eleitorados “como maior identificação partidária, como o do

PCP, o debate tem menos importância”.

Por seu turno, Rui Oliveira e Costa, diretor da Eurosondagem e politólogo, começa por dizer ao *i* que a “transferência de votos de um partido para o outro é praticamente zero” num debate televisivo. Em sua opinião, os debates televisivos servem para mobilizar o próprio eleitorado. “São muito importantes porque a abstenção é o maior grupo em Portugal, tem mais do que o partido mais votado e os líderes partidários, desde António Costa a André Ventura, têm uma luta diária (por isso é que há debates, por isso é que gastam dinheiro), entre eles e a abstenção”, acrescenta Oliveira e Costa.

Para o diretor da Eurosondagem “não há muita gente em Portugal com dúvidas em quem vai votar. O que há a saber é se vão votar, ou não vão votar”.

Tanto Oliveira e Costa como Costa Pinto não colocam as redes sociais no mesmo plano das televisões no que toca a medir o pul-

so das preferências dos portugueses.

Para o professor de Ciência Política no Instituto de Ciências Sociais na Universidade de Lisboa “as redes sociais não exprimem as intenções de voto dos portugueses” e Oliveira e Costa vai mais longe ao sustentar que as “redes sociais valem pouco”.

Oliveira e Costa sugere ainda uma solução aos partidos: “Ir buscar eleitorado a casa para ir votar” no dia das eleições. Questionado pelo *i* se tal prática é legal, o diretor da Eurosondagem defende-se: “É legal e recomendável e até defendo que os transportes públicos devem ser gratuitos nesse dia. Isso é que é eficaz”.

O QUE PENSAM OS PARTIDOS? Os intervenientes na campanha eleitoral e nos debates reconhecem ao *i* o papel dos debates televisivos, sobretudo para esclarecer os eleitores e passar a informação certa. Mas, o secretário-geral do PSD e diretor de campanha, José Silva-

Costa Pinto defende que os debates são mais importantes para os grandes partidos

Redes sociais “não exprimem as intenções de voto dos portugueses”, diz politólogo





LEGISLATIVAS

Os próximos debates televisivos

- Debates nas televisões:**
- 5 de set: Rui Rio/Assunção Cristas - SIC
 - 6 de setembro: António Costa/Catarina Martins - RTP1
 - 7 de set: Catarina Martins/André Silva - SIC Notícias
 - 9 de set: Rui Rio/André Silva - RTP1
 - 11 de set: António Costa/André Silva - SIC
 - 12 de set: Rui Rio/Jerónimo de Sousa - RTP1
 - 13 de set: António Costa/Assunção Cristas - TVI
 - 14 de set: Assunção Cristas/André Silva - RTP3
 - 15 de set: Rui Rio/Catarina Martins - TVI
 - 16 de set: António Costa/Rui Rio - simultâneo na RTP1/SIC/TVI
 - 23 de set: Debate com todos - RTP
 - 30 de set: Debate com todos os partidos sem assento parlamentar - RTP1/RTP3

- Debates nas rádios:**
- 18 de set: Debate com todos - RR, RDP, TSF
 - 23 de set: António Costa/Rui Rio - Antena 1, RR, TSF

Debates televisivos arrancaram na passada segunda-feira. As eleições realizam-se a 6 de outubro

TATIANA PRO

no, vai um pouco mais longe: "Acho que são importantes para afirmar as propostas dos partidos. Não sei se para votos serão tão importantes. Mas a quantidade de debates e entrevistas nas tvs e rádios podem marcar o período eleitoral".

Diretor da Eurosondagem defende transportes gratuitos em dia de eleições

BE, CDS e PCP realçam espaço de debate para expor ideias e propostas dos partidos

As contas sobre o que marca uma campanha são feitas no fim, mas para o Bloco de Esquerda "os debates são um espaço importante para discutir propostas que cada partido apresenta ao país. A escolha dos eleitores deve ser informada e é para isso que os debates devem contribuir".

O CDS, por sua vez, encara o espaço de discussão televisiva com similar importância, mas com argumentos diferentes: "Quando se tem uma alternativa ao socialismo, quando se tem uma visão de facto diferente do país e do modelo de crescimento, faz sentido debater com as pessoas que têm ideias diferentes. O país tem a ganhar com a apresentação de uma visão alternativa como a nossa". Tanto o CDS como o BE, cujas líderes já se confrontaram na RTP3, convergem num ponto: ninguém se furta a debates.

"O Bloco participará nestes debates, discutindo abertamente o seu programa, da mesma

forma que fará campanha de rua para ouvir o país" diz fonte oficial, enquanto o CDS acrescenta que também estará noutros debates que não são públicos, como as discussões nas universidades, nas associações ou nas escolas.

Já o PCP, que contestou o facto de existirem alguns duelos televisivos apenas em canais por cabo, respondeu que "os debates televisivos organizados segundo regras não discriminatórias podem ser um elemento, entre outros, para dar a conhecer posições e propostas eleitorais. Sobretudo se da sua realização resultar um juízo livre de cada um sobre o que assistem e não sujeito à torrente de 'comentadores' cujo único objetivo é o de tentar condicionar ou impor a leitura que pré-determinam".

O PAN, liderado por André Silva, sublinhou "o poder amplificador das mensagens em televisão", mas reconheceu o papel das novas tecnologias que "

estão a trazer alterações estruturais na organização, na utilização e na função social dos *media* tradicionais". Para o PAN o seu crescimento progressivo não esteve "alicerçado na cobertura mediática que lhe foi atribuída", tendo surgido após as eleições europeias, quando "se verificou um maior interesse na atividade e nas posições de um partido que já estava na Assembleia da República desde 2015".

Assim, os debates serão, para o PAN, uma forma de expor o "trabalho feito", as propostas, as ideias, mas também, em paralelo, ajudar a "esclarecer uma série de dúvidas e de mitos sobre o partido". No entanto, o PAN destacou que "vai continuar a apostar no contacto de proximidade com as pessoas nas ruas e nas redes sociais". Dito de outra forma: "Um formato de contacto com as pessoas, não se pode substituir ao outro".

Os socialistas não responderam em tempo útil ao i.

Mais de 1 milhão assistiu a debate

Foram mais de um milhão os portugueses que assistiram ao primeiro debate televisivo desta campanha eleitoral. De acordo com o grupo Impresa, o debate entre António Costa e Jerónimo de Sousa, que decorreu na passada segunda-feira e foi transmitido nos canais SIC/SIC Notícias contou com 1,1 milhões de telespetadores. O segundo duelo, entre Catarina Martins e Assunção Cristas, que decorreu na terça-feira e foi transmitido pela RTP/RTP3 contou com uma audiência de 165 mil telespetadores, disse a televisão pública.



Pequenos partidos. “Há temas importantes que têm ficado fora dos debates”

Fora dos duelos televisivos, ao contrário, alguns dos partidos sem assento parlamentar esclareceram quais são as suas ideias sobre as matérias já tratadas nos frente-a-frente.

MAFALDA TELLO SILVA
mafalda.silva@ionline.pt

A cinco semanas das eleições, começou a época dos debates televisivos para as legislativas.

Em comparação com os partidos com assento parlamentar – que têm marcados 13 duelos e um debate conjunto – os partidos sem um lugar no Parlamento têm apenas programado uma ida à televisão para uma discussão conjunta no último dia deste mês, na RTP.

Contactos pelo *i*, alguns dos pequenos partidos apontaram que há matérias relevantes que, até agora, não têm sido abordadas nos duelos já realizados, designadamente, entre Jerónimo de Sousa e António Costa e entre Assunção Cristas e Catarina Martins.

“Há temas importantes que têm ficado fora dos debates, como a divergência de Portugal em relação à Europa e o problema da baixa produtividade no nosso país, por exem-

plo”, começou por sublinhar ao *i* Mendo Castro Henriques, presidente do Nós, Cidadãos!

O líder do partido, que obteve nas últimas legislativas 0,40%, acrescentou que os debates têm “mostrado falta de sentido de futuro”, provando que são “muito táticos” e que não há “um combate sério à precariedade quer das pessoas quer dos ecossistemas”.

Mendo Castro Henrique ainda sublinhou que o problema da natalidade não foi uma questão valorizada até agora e que a sua estrutura partidária, fundada em junho de 2015, tem uma solução “completamente diferente dos outros partidos a pensar no futuro”: “Uma das nossas medidas que apresentamos no nosso programa é baixar em 25% a taxa coletável do IRS para quem tem um filho, 35% para quem tiver dois e assim consecutivamente. Queremos criar famílias *start up*. Se o Estado ajuda empresas *start up*, também deve ajudar as famílias no IRS”, argumentou.

JUSTIÇA NÃO FOI FALADA ‘DE PROPÓSITO’ Se o Nós, Cidadãos! considera que ficaram assun-

tos por falar nos debates, André Ventura, presidente do Chega, vai mais longe: “Há questões que preocupam muitíssimo os portugueses e quem quer investir em Portugal que ainda não foram faladas, designadamente, relativas à Justiça. Mas foi propositado, claro, porque não interessa aos partidos parlamentares falarem das subvenções vitalícias e dos privilégios que os políticos têm. Este clima de impunidade tem de acabar”, declarou ao *i* o dirigente do partido que vai pela primeira vez às legislativas e que nas últimas eleições, para o Parlamento Europeu, encabeçou a coligação Basta! que somou 1,49% dos votos.

O líder do Chega ainda notou que, no debate entre o secretário-geral do PCP e o primeiro-ministro, as divergências entre ambos, foram “completamente ensaiadas” porque durante os últimos quatro anos “os comunistas estiveram em silêncio em matéria de política laboral e agora, a semanas das eleições, é que discordam dos socialistas”.

André Ventura explicou que o partido, fundado este ano,



LEGISLATIVAS

Citações dos debates

“[O PS] é o único partido que tem assumido por inteiro a governação”

António Costa
PRIMEIRO-MINISTRO E SECRETÁRIO-GERAL DO PS

“Se alguém pensa que vamos voltar para trás com descongelamentos ou desvalorização de salários... se isso estiver refletido nas propostas de lei e no Orçamento do Estado, não terão acompanhamento do PCP”

Jerónimo de Sousa
SECRETÁRIO-GERAL DO PCP

“[O Governo da ‘geringonça’] apropriou-se da riqueza que as pessoas foram criando”

Assunção Cristas
PRESIDENTE DO CDS

“Não sei que famílias é que a dra. Assunção Cristas conhece, as que eu conheço lembram-se do brutal aumento de impostos de Vítor Gaspar e agora reconhecem que estão a pagar menos impostos do que pagavam”

Catarina Martins
SECRETÁRIA-GERAL DO BE

quer garantir que a legislação laboral “não se torna num entravo ao investimento” e quer que esta assegure “os mesmos direitos da Função Pública ao setor privado”.

DESIGUALDADES E IMPOSTOS
Ainda no universo laboral, as desigualdades de género foram uma das matérias abordadas

Partidos sem assento parlamentar apenas vão ter um debate televisivo conjunto

Legislação laboral e carga fiscal foram os temas mais quentes dos últimos debates

no duelo entre a líder do CDS e a secretária-geral do BE. Sobre este assunto, o Livre referiu ao i que “tem várias propostas para dar resposta a este problema” que não foram pensadas por Assunção Cristas ou Catarina Martins.

“A possibilidade de atribuição de baixa comparticipada a 100% para trabalhadoras grávidas em casos em que a gravidez não seja de risco” e a “criação de um regime de proteção para grávidas ou pais em processo de adoção com contrato a termo certo”, são algumas das ideias que Jorge Pinto, cabeça-de-lista do Livre pelo Porto, propôs sobre esta matéria.

Ainda sobre o mesmo frente-a-frente, o partido liderado por Rui Tavares explicou ao i o que faria diferente na área fiscal, tendo em conta que foi o tema que causou maior fricção entre as duas dirigentes.

“No Livre defendemos que é preciso aumentar as fontes de receitas do Estado e fomentar a redistribuição” começou por dizer o candidato do partido que conseguiu nas últimas legislativas 0,70% dos votos, refor-

çando que para tal é necessário proceder, entre várias medidas, ao “combate à evasão fiscal”, à “renegociação da dívida pública” e ao reforço fiscal sobre património que não a habitação permanente e sobre as grandes fortunas”, disse ao i o membro do partido que nasceu em 2014.

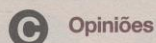
Contada pelo i, fonte oficial do Aliança disse que o partido não iria “comentar os debates pré-eleitorais no atual modelo”, considerando que, como é de conhecimento público, “o Aliança considera uma injustiça que estes debates só se realizem entre partidos com assento parlamentar”.

ESTREIAS NAS LEGISLATIVAS
O Aliança, o Iniciativa Liberal e o Chega, são os três partidos que se estreiam nestas eleições para o hemiciclo.

Contudo, as referidas estruturas partidárias já foram às urnas nas eleições europeias, que decorreram em maio deste ano. O Aliança conseguiu 1,86% dos votos, o Iniciativa Liberal 0,88% e o Chega, que encabeçou a coligação Bastal, somou 1,49% dos votos.

Há 14 forças políticas sem assento parlamentar a irem às urnas no dia seis de outubro

DR



Crónica sobre o dilema de um contribuinte líquido

Em Outubro, existe o risco real do preço de uma nova geringonça ser, no melhor cenário, uma espécie de regresso ao Gonçalvismo, os eleitores que têm a perder deveriam estar atentos.



Pedro Ferros

Por estes dias multiplicam-se as entrevistas, os debates e todo o costumado folclore que uma campanha eleitoral exige. É mais ou menos por estas alturas que qualquer cidadão minimamente atento se diverte com os jogos florais que os políticos experimentam, os quais só são suplantados, porventura, pelas inacreditáveis demonstrações de elasticidade espinal que os mesmos conseguem.

A facilidade com que se defende uma coisa e o seu contrário é um tema digno dos maiores espantos e perplexidades.

É, pelo menos notável a recente inversão do discurso fluidíssimo de António Costa no que se refere às maiorias absolutas e ao recente pedido de um PS forte, para que não se caia num "impasse à espanhola".

Depois de um início titubeante onde vociferou contra os perigos e os muitos inconvenientes das maiorias absolutas, com todos – incluindo Sócrates – a lembrá-lo da infidelidade dessas suas afirmações, Costa experimenta agora o seu exacto contrário.

Porventura fugindo ao seu conhecido síndrome do pouquinho, desta feita Costa não pede directamente a maioria absoluta com que sonha – ainda diga mal – usa, antes, um muito eufemístico "PS forte" que evite o "impasse à espanhola".

Ou seja a indesejável maioria absoluta, com a qual diz o mesmo que os Portugueses lidam mal, parece que, afinal, é a única hipótese de não se replicar em Portugal o problema que Costa entende que em Espanha existe, no que se refere à possibilidade de formação de um Governo.

Ora, tendo sido Costa – que aliás defendeu relativamente a Sócrates que deveria poder formar Governo caso não tivesse maioria absoluta mas fez o exacto contrário com Passos Coelho – o primeiro derrotado das eleições legislativas a erigir (sem que tal constasse do seu pro-

grama eleitoral) uma solução governativa parlamentar em Portugal, é, pelo menos exótico o alegado perigo que aqui encontra, em Portugal, referindo-se ao caso espanhol.

Depois dos quatro anos de geringonça que ninguém acreditou, nem sequer Costa, que durassem mais de seis meses, e dizendo Costa que o PS forte serve a continuação das mesmas exactas medidas, é notável a diabolização inerente e a ameaça velada, para mais quando vindo do aclamado rei dos consensos e príncipe da negociação política.

No entanto, é provável que tenha alguma razão! Não há uma segunda oportunidade para se causar uma boa primeira impressão, e a verdade é que não vai ser possível, com a mesma facilidade, por o BE e o PCP a aplicar medidas draconianas de redução do déficit orçamental, qual empedernido neoliberal, nem há novas reversões nas empresas públicas de transportes (pejadas de dívida e de operacionalidade) para satisfazer o braço armado do PCP.

O engodo dos orçamentos aprovados por um valor e depois desvirtuados pelas cativações e proibições de despesa, de que Centeno usou e abusou dando uma lição de política e cinismo já não convencem ninguém, nem podem enganar

os parceiros, outra vez, à segunda só cai quem quer.

O dilema reside, pois, sobre quanto custará o proverbial prato de lentilhas de uma nova geringonça? Não é inocente o posicionamento da também ela adepta de verdades fluidas, Catarina Martins, que veio invocar a sua simpatia (não pela evidente linha trotskista que todos lhe conheciam) mas sim proclamando-se como arauta de programa social democrata. É muito evidente que o PSD não é um partido que aplique medidas socialdemocratas, mas admitir-se que o Bloco tem essa matriz já será um salto e tanto, e, aliás, seria curioso ter um comentário da UDP e do PSR a esta subtilidade da coordenadora...

Note-se, aliás, que a Coordenadora do Bloco de Esquerda, nessa tal fluidez conceptual e memória selectiva, diz que não conhece famílias a quem tenham subido os impostos.

Todos os muitos indicadores que ciclicamente analisam este tema referem, sucessivamente, que Portugal aplica a maior, às vezes carga, às vezes incidência, fiscal de sempre (com o menor investimento em democracia) e isso, só por si, permitiria concluir que Catarina conhecerá famílias de menos... Aliás, o seu silêncio demonstra que a sua sensibili-

dade à promiscuidade familiar que grassa entre o Estado e alguns familiares do PS, também lhe passou ao lado.

No entanto e neste capítulo, o que ficou por apontar ao rei que vai nu, é que Catarina (qual neoliberal) aumentou e criou novos impostos indirectos que não existiam, e que equilibraram, com saldo negativo para os trabalhadores, as aparentes devoluções de rendimentos, sendo inclusivamente da sua bancada a criação de um adicional ao IMI, que não existia!

Temos pois que uma legislatura após o apregoado fim da austeridade só o BCE e um perigoso aumento da dívida pública, com a degradação acelerada dos serviços essenciais (não ou mal) prestados pelo Estado, mantém viva esta perigosa ilusão.

Note-se, aliás, que no perigoso país do "impasse", que Costa diz querer esconjur de Portugal, a economia, já antes com Rajoy e agora com Sanchez meses a tentar acordar num Governo, cresce mais que em Portugal, onde a diferença actual é de 1,8 cá e 2,5 lá, mesmo com o tal impasse, ou porventura por causa dele.

Ora, quando olhamos para os partidos tradicionais da direita portuguesa em estado semi-catatónico e ouvimos Catarina Martins falar-nos de revisão constitucional e nacionalizações, se nos lembrarmos que Costa não teve pejo em abrir as portas da decisão aos antigos partidos do protesto, contra a EU, contra a NATO, já agora também contra a propriedade privada e contra o capital, o cenário muda de figura.

Quem perdeu (ou ganhou) algum tempo a ver o que o PCP diz sobre a tributação do trabalho e é dos cerca de metade dos Portugueses que, realmente, é tributado sobre o seu trabalho com o que o Estado alimenta as clientelas das esquerdas radicais e estatizantes, também deve temer, e muito, a reedição desta solução.

É fundamental perceber o que pensa Costa e que limites assume.

Em Outubro, existe o risco real do preço de uma nova geringonça ser, no melhor cenário, uma espécie de regresso ao Gonçalvismo, os eleitores que têm a perder deveriam estar atentos...

Advogado na norma8advogados
pfj@norma8.pt

Escreve à quinta-feira, sem adopção das regras do acordo ortográfico de 1990



Nem sequer Costa acreditava que a geringonça durava 4 anos

PSD

Notáveis assistem a palestra de Rangel

DESTACADOS Vários destacados militantes do PSD vão assistir esta sexta-feira a uma palestra de Paulo Rangel sobre "A Europa e os novos equilíbrios globais" durante um almoço-debate organizado pelo International Club of Portugal. O / sabe que na plateia vão estar o ex-presidente do PSD, Luís Marques Mendes, o ex-ministro e atual vice-presidente do PSD, Morais Sarmento, o antigo chefe da Casa Civil de Cavaco Silva, Nunes Liberato, e o ex-ministro José Luís Arnaut.



Justiça. José Luís Arnaut era ministro das Cidades, Administração Local, Habitação e Desenvolvimento Regional. Nuno Morais Sarmento era ministro de Estado e da Presidência.

LIGAÇÕES Tanto Morais Sarmento como José Luís Arnaut foram colegas de Governo de Paulo Rangel durante o mandato de Santana Lopes. Na altura, o agora eurodeputado ocupava o cargo de secretário de Estado Adjunto do Ministro da

EURODEPUTADO Paulo Rangel voltou a ser eleito, este ano, pelo PSD como eurodeputado. Ocupa o cargo desde 2009. Em junho voltou a ser eleito como vice-presidente do grupo PPE, acumulando com a presidência do grupo parlamentar.

Chega pede a líderes do PSD, PCP e Aliança que renunciem a subvenções

O partido de André Ventura considera "inconcebível" que políticos condenados recebam estas pensões

O Chega entregou, ontem, nas sedes do PSD, PCP e Aliança um documento a exigir que os respetivos líderes partidários renunciem às subvenções vitalícias que lhes foram atribuídas. O pedido do partido liderado por André Ventura surge na sequência da divulgação da lista de beneficiários das subvenções vitalícias atribuídas a titulares de cargos políticos e a juizes do do Tribunal de Constitucional, publicada novamente pela Caixa Geral de Aposentações na passada segunda-feira.

Rui Rio, Jerónimo de Sousa e Pedro Santana Lopes são três dos nomes que constam nesta lista, mas tanto o dirigente social-democrata como o secretário-geral comunista têm as pensões mensais – de 1379 e 2282 euros respetivamente – suspensas. No caso do presidente do Aliança, o estado da pensão mensal de 2199 euros é de redução total. Ou seja, nenhum dos presidentes partidários recebe atualmente estas pensões.

Ainda assim, o Chega considera que, "em nome da dignidade política e da transparência exigível a quem representa os cidadãos eleitores", os dirigentes destes partidos devem renunciar "à mesma com efeitos imediatos", pode ler-se no documento entregue, a que o / teve acesso. "Agora percebemos porque só o Chega toca neste tema", disse ainda André Ventura, em declarações à Lusa, esta quinta-fei-

ra, recordando que as subvenções "são pedidas e não são automáticas".

TRIBUNAL CONSTITUCIONAL Ainda sobre as subvenções, o partido que vai pela primeira vez às legislativas também considerou "inconcebível" que políticos condenados continuassem a receber estas pensões mensais. Assim, o Chega entregou um requerimento no Tribunal Constitucional (TC) a pedir que este se pronuncie sobre a situação.

"Temos hoje políticos condenados por roubar o Estado a receber subvenções vitalícias", apontou André Ventura aos jornalistas à porta do tribunal.

O cabeça-de-lista do Chega de Lisboa destacou ainda que "há dois reclusos a receber subvenções" e anunciou que dirigentes do partido, que encabeçaram a coligação Basta! nas eleições europeias, vão ao estabelecimento prisional de Évora, na próxima semana, pedir a Armando Vara que renuncie à sua subvenção.

É de recordar que o ex-ministro, condenado a cinco anos de prisão efetiva por três crimes de tráfico de influências, recebe uma pensão mensal de 2014 euros.

"Agora percebemos porque só o Chega é que toca neste tema [subvenções]"

André Ventura entregou, ontem, um requerimento no Tribunal Constitucional

Filha de Mário Soares reforma-se

LISBOA A diretora do Colégio Moderno, Isabel Soares, reformase a partir de 1 de outubro com uma pensão de 2 957,92 euros ilíquidos mensais. Isabel Soares, 68 anos, é filha do antigo presidente da República, Mário Soares, e de Maria Barroso Soares, ambos já falecidos. Integra a lista de aposentados da Caixa Geral de Aposentações como docente do Ensino Particular e Cooperativo.

Centeno até ao fim no Eurogrupo

LISBOA Mário Centeno quer terminar o mandato como presidente do Eurogrupo e não fechou a porta a continuar como ministro das Finanças. "Assumi um compromisso até ao fim desta legislatura. Sou presidente do Eurogrupo, tenho como objetivo terminar o mandato... se o resultado das eleições assim o permitir", disse o governante ao *Jornal de Negócios*.

Eurodeputado é relator de fundos

BRUXELAS O eurodeputado do PSD José Manuel Fernandes é um dos quatro relatores do Parlamento Europeu para o Quadro Financeiro Plurianual (2021-2027), foi ontem anunciado. O eurodeputado é também coordenador do grupo PPE na Comissão de Orçamentos. O responsável lembrou ontem, no mesmo comunicado, que não aceita cortes nos fundos europeus.

Aliança quer fim de portagens nas ex-SCUT

LISBOA O Aliança defendeu o fim das portagens nas ex-SCUT para moradores e empresas fixadas nas regiões onde existe a via de pagamento. Uma medida que o líder do partido, Pedro Santana Lopes – durante uma iniciativa de campanha eleitoral em Viseu – disse que iria propor que avançasse já no início da próxima legislatura.

<p>RECURSOS HUMANOS AVISO Procedimento de recrutamento por mobilidade na categoria entre órgãos de dois (2) trabalhadores com licenciatura em Direito</p>	<p>CÂMARA MUNICIPAL CASCAIS</p>
<p>Recrutamento de dois técnicos superiores com licenciatura em Direito, por mobilidade na categoria entre órgãos, nos termos da oferta de emprego BEP OE201909/0017, publicada na bolsa de Emprego Público (www.bep.gov.pt) e na página do Município na Internet (www.cascais.pt/sub-area/recursos-humanos).</p> <p>As candidaturas são restritas a trabalhadores detentores de uma relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado previamente estabelecida.</p> <p>As funções serão exercidas no Departamento de Recursos Humanos.</p> <p>Cascais, 3 de setembro de 2019</p> <p>A Diretora do Departamento de Recursos Humanos Fátima Almeida</p>	

A Radar //

POLÍTICA



Catarina Martins desvaloriza propostas do PS e PSD para criar um Erasmus interno

MIGUEL SILVA

Legislativas. Bloco quer programa de reabertura de serviços públicos

Proposta dos bloquistas aplica-se aos territórios com menos população e prevê incentivos à fixação de trabalhadores.

LUÍS CLARO
luis.claro@online.pt

O Bloco de Esquerda defende a reabertura dos serviços públicos no interior do país para combater o despovoamento. "Aquilo que é preciso, porque cria emprego e fixa população, é ter um programa de reabertura de serviços públicos em todo o país", disse Catarina Martins, após uma visita à Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro.

A coordenadora dos bloquistas argumentou que "quando um serviço público é aberto há logo emprego" e defendeu que estes serviços devem ser repostos "de forma gradual e com o apoio das autarquias" para que

seja possível fixar "a população e combater o despovoamento".

O manifesto eleitoral do Bloco de Esquerda prevê a criação de um "programa de reabertura gradual de serviços públicos nos territórios de baixa densidade, acompanhado de incentivos à fixação de trabalhadores e trabalhadoras do Estado nesses territórios". Os bloquistas propõem ainda a "reversão da fusão de freguesia" e um processo "aberto e democrático com vista à regionalização".

ERASMUS PARA O INTERIOR Catarina Martins desvalorizou as propostas do PS e do PSD para a criação um Erasmus interno. "Quando ouço projetos mais ou

menos caricatos sobre o ensino superior, sobre o interior, devo dizer que dar contratos de trabalho permanentes aos investigadores que aqui estão, isso sim, era uma grande medida para fixar população nestas universidades e institutos politécnicos", afirmou.

António Costa anunciou, no sábado, em Vila Real, que tenciona criar um Erasmus para o interior para que os jovens estudantes possam conhecer "outros territórios, saberes e espaços". O programa dos socialistas prevê a criação de "um programa Erasmus interno, fomentando a mobilidade de estudantes entre instituições de ensino do litoral e do interior".

DESLOCALIZAR SERVIÇOS Rui Rio foi o primeiro a lançar a proposta que visa apostar no interior do país. "Temos de dar também oportunidade aos jovens portugueses de conhecerem o seu próprio país", afirmou, no domingo, o líder social-democrata.

No programa eleitoral, o PSD prevê o lançamento de um programa Erasmus para o interior com "o objetivo de fomentar a mobilidade de estudantes do litoral para o interior". Os social-democratas querem "garantir uma oferta de ensino superior diversificada e ajustada à especialização regional" e "promover uma melhor articulação entre a oferta de ensino superior e a especialização regional ou as necessidades do seu tecido económico e social".

O partido liderado por Rui Rio aposta ainda na implementação de "um programa de deslocalização que deslocalize progressivamente alguns serviços públicos relevantes para fora das maiores áreas metropolitanas". Uma medida que seria aplicada com "respeito pelos direitos de pessoas e famílias e recorrendo a instrumentos de compensação sempre que isso se revele necessário".



Ventura lança campanha na prisão

ÉVORA André Ventura decidiu fazer a apresentação oficial da candidatura às eleições legislativas junto ao Estabelecimento Prisional de Évora. O líder do Chega pretende ainda com esta iniciativa "exigir a Armando Vara que renuncie à vergonhosa subvenção vitalícia de que auferir". Ventura quer ser recebido pelo ex-ministro socialista ou pelo diretor da prisão.

683 mil assistiram a duelo Costa/Catarina

LISBOA O debate televisivo entre o primeiro-ministro, António Costa, e a coordenadora do Bloco de Esquerda, Catarina Martins, na RTP foi visto por 683.200 mil espetadores, segundo dados fornecidos pela estação pública. O duelo acabou por marcar as diferenças entre os dois protagonistas, com Costa a apelidar as propostas do BE como uma "lista de prendas de Natal". O debate registou um share de 15,6% e 7,2% de audiência média.

Costa critica PSD por causa do aeroporto

VILA REAL António Costa criticou o PSD por colocar em causa o aeroporto do Montijo. "Não há plano B. Novas hesitações seriam uma fortíssima ameaça à continuidade da atividade turística do país e ao crescimento deste setor, que é fundamental para gerar emprego", afirmou, ontem, o primeiro-ministro, num almoço promovido pela a Confederação do Turismo de Portugal.

Cristas quer salários mais altos

LISBOA Assunção Cristas afirmou ontem, no final de um encontro com a UGT, que a prioridade do país deve ser "criar condições para que as empresas tenham desafogo para investir e para pagar mais aos seus funcionários". Cristas afirmou que o CDS defende "salários dignos e cada vez mais elevados" e quer que Portugal possa inspirar-se em países como a Irlanda.

POLÍTICA

Legislativas

Vara rejeitou receber André Ventura

PRISÃO

Armando Vara rejeitou receber André Ventura no Estabelecimento Prisional de Évora. O líder do Chega apresentou um pedido formal para ser recebido pelo ex-ministro socialista com o objetivo de lhe entregar uma carta em que o desafiava a renunciar à subvenção vitalícia.

CORRUPTOS

André Ventura escreveu, nas redes sociais, ontem à tarde, que estava à porta da prisão de Évora para "exigir aos corruptos que devolvam as subvenções vitalícias".

Voto de condenação. Polémica com museu Salazar chega ao parlamento

PCP quer que Parlamento condene a criação de "um museu dedicado à memória do ditador".

A polémica com a criação de um museu dedicado Salazar já chegou ao Parlamento. O PCP apresentou um voto de condenação para que a Assembleia da República se manifeste contra a intenção do autarca de Santa Comba Dão. Os comunistas pretendem que o Parlamento condene "firmemente a criação de um 'museu' dedicado à memória do ditador Oliveira Salazar em Santa Comba Dão, independentemente da sua designação, considerando essa criação uma afronta à democracia, aos valores democráticos consagrados na Constituição da República e uma ofensa à memória das vítimas da ditadura".

A iniciativa dos deputados comunistas apela ainda aos pro-

motores da "criação de tal 'museu' para que reconsiderem a sua posição e a todas as entidades, públicas e privadas, para que não apoiem, direta ou indiretamente essa iniciativa".

A polémica nasceu quando o presidente da Câmara de Santa Comba Dão, Leonel Gouveia, anunciou, em julho, a criação do Museu do Estado Novo. Não demorou muito tempo para que mais de 200 ex-presos políticos e várias personalidades se juntassem para contestar a ideia do autarca socialista.

PCP alerta que museu será "um local de romaria de antigos saudosistas da ditadura"

O assunto chega agora ao Parlamento com o PCP a alertar que esta iniciativa "mais não seria, a ser concretizada, do que um local de romaria de antigos saudosistas da ditadura e de novos apoiantes de uma extrema-direita que se pretende assumir cada vez mais como ameaça à democracia". A iniciativa deverá ser debatida hoje na reunião da Comissão Permanente da Assembleia da República, mas dificilmente será aprovada.

António Costa, em entrevista à TVI, admitiu que o projeto pode ser "útil e favorável" se for "um centro de interpretação de um determinado período da nossa história". Já o presidente da Câmara de Santa Comba Dão, eleito pelo PS, garantiu que pretende "apresentar de forma isenta um importante período da nossa história que não pode ser apagado". Um dos principais objetivos do autarca é incentivar o turismo.

Manuel Machado quer regionalização

COIMBRA O presidente da Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP), Manuel Machado, defendeu que a regionalização "é manifestamente necessária para que haja um governo democrático dos territórios". O autarca realçou que "Portugal, creio, é o único país da União Europeia que não tem regiões administrativas governadas democraticamente".

Rui Rio critica Banco de Portugal

LISBOA O líder do PSD afirmou, ontem, ter um olhar "muito, muito crítico" sobre a atuação do Banco de Portugal nos últimos anos. Num almoço-debate da Câmara de Comércio e Indústria Portuguesa, Rui Rio defendeu que "nenhum português pode ver a atuação do Banco de Portugal com bons olhos". Rio defendeu que para conseguir cumprir a promessa de "melhores salários" é preciso "fazer o contrário" do PS.

NEW MATOGROSSO

BLOCO NA RUA

03 NOV
COLISEU PORTO AGEAS

DATA EXTRA **05 NOV**
COLISEU LISBOA

06 NOV
COLISEU LISBOA

BILHETES: COLISEUS, FNAC, WORTEN, EL CORTE INGLÉS E WWW.EVERYTHINGISNEW.PT | M6

RTP

A Radar //



Rio deixou em aberto a sua permanência como líder do PSD, apesar de estar concentrado numa vitória eleitoral do partido

MAFALDA GOMES

Rui Rio acredita que há quem lhe queira “fazer a cama” no PSD

“Obviamente que 20% era muito mau” assegura o presidente do PSD, deixando em aberto o seu futuro e até o lugar de deputado.

CRISTINA RITA
cristina.rita@ionline.pt

O presidente do PSD, Rui Rio, tem falado muito pouco, ou nada, sobre a vida interna dos sociais-democratas desde que se iniciaram os debates televisivos de pré-campanha. Contudo, ontem, em entrevista à *Antena 1* acabou por confessar que seria “hipócrita” dizer que tem todos os sociais-democratas consigo e que não há ninguém a tentar-lhe “fazer a cama”. “O partido comigo eu tenho, os militantes e o grosso das estruturas eu tenho. Agora, se me perguntar se tenho todos, todos, muito unidos, e ninguém me está a tentar fazer a cama? Eu era hipócrita se dissesse que não é ver-

dade” declarou Rio à *Antena 1*. O responsável acrescenta ainda que a “oposição interna não está assim tão calada como isso”.

Numa entrevista com cerca de quarenta minutos, o presidente social-democrata não fugiu à questão das sondagens, que têm dado a vitória ao PS nas eleições de 6 de outubro. Para o efeito, Rio lembrou que há sondagens “umas mais encomendadas que outras”, mas “obviamente que 20 por cento era muito mau, como é lógico”.

Rio deixou ainda em aberto a sua permanência como líder do PSD, apesar de estar concentrado numa vitória eleitoral do partido. “Se o PSD tivesse um resultado baixíssimo, o que é que uma pessoa fica lá a fazer? Em cada

resultado eleitoral, seja qual for, joga-se sempre o futuro de cada líder partidário, em qualquer parte do mundo”, afirmou o presidente dos sociais-democratas.

Depois de ter assumido, numa entrevista à agência *Lusa* que o lugar de deputado não o entusiasmava particularmente, o líder do PSD não esclareceu se cumprirá o seu mandato de deputado, caso venha a ter uma derrota eleitoral. “Vou tomar posse como deputado, o cumprimento do mandato de deputado, isso depois eu vejo porque se tivesse feito essa pergunta ao Tozé Seguro [António José Seguro, antigo líder do PS] ele também não lhe saberia responder como é evidente”, argumentou.

GERINGONÇA NEM PENSAR Na análise de cenários sobre a composição do Parlamento, após as eleições legislativas ficou claro também que o PSD não formará qualquer acordo de geringonça como o que existe atualmente à esquerda. Se for possível e necessário, o “compromisso preferencial é com o CDS” e se-lo-á em coligação como no passado recente. “Uma geringonça comigo, não há. (...) Significa que é um arranjo sem sentido estratégico” afirmou Rio, insistindo, mais à frente na mesma ideia: “Uma geringonça não faço. Pressupõe um arranjo de qualquer maneira”. Compromissos com o PS só em temas estruturais para fazer reformas e baseados em consensos o mais alargados possíveis,

que não se confinem, apenas, aos dois maiores partidos.

Na entrevista, Rio ainda abordou dois temas que têm levantado polémica no seu programa eleitoral. No caso do aeroporto do Montijo, o presidente social-democrata insistiu que seria “avocado” reapreciar a opção pelo aeroporto em Alcochete, casos os problemas ambientais se tornassem “inultrapassáveis”. O tema tem dividido o PSD. Esclarecida ficou também a polémica do TGV. Rio defendeu que o PSD não recuperou a proposta (enterrada no governo de Passos Coelho), mas tão só “uma linha uniforme de alta velocidade que reduzisse a distância” Lisboa e Porto. Ou seja, melhorar o que já está instalado.

A campanha eleitoral arranca oficialmente no dia 22, mas a estrutura nacional do PSD só deve estar a todo o vapor na estrada no dia 24, depois de o líder terminar a participação em debates televisivos. Entretanto, o comissário europeu cessante, Carlos Moedas tem já definidas iniciais campanhas tanto nos distritos de Lisboa como de Santarém. Falta acertar as datas.

Já Hugo Soares, ex-líder parlamentar e um dos nomes vetados por Rio nas listas, estará em Pombal, este sábado, numa visita à Bioartes com a equipa de candidatos de Leiria.

Coligação só com o CDS porque “geringonça pressupõe um arranjo qualquer”

Carlos Moedas em campanha em Santarém e Lisboa. Hugo Soares em Pombal

POLÍTICA

PS. António Costa quer coligação entre Estado e empresas para subir salários

Primeiro-ministro quer acordo para tentar subir rendimentos sem afetar competitividade.

O primeiro-ministro assumiu ontem a intenção de levar à concertação social um plano para elevar o nível de rendimentos no país, numa espécie de coligação entre Estado e empresas. O compromisso ou a intenção foi assumido num almoço-debate no International Club of Portugal, que se realizou em Lisboa. "Objetivamente temos de nos ajudar uns aos outros, porque sabemos bem qual o esforço que as empresas têm de fazer para acompanhar uma maior política de rendimentos, mas também conhecemos as limitações que o Estado tem para continuar a melhorar o rendimento das famílias por via das transferências não monetárias", declarou António Costa, citado pela

Lusa. O também secretário-geral socialista e recandidato a primeiro-ministro aludia ao pacote de medidas do atual governo como a redução do preço dos passes sociais, o aumento dos escalões de IRS, entre outras iniciativas. Reconhecendo que haverá sempre limitações, Costa deixou o apelo para todos fazerem uma "coligação" por forma a melhorar o "nível de rendimentos, sem que isso afete a competitividade das empresas e,



Costa lança desafio

igualmente, a estabilidade macroeconómica em Portugal"

O primeiro-ministro procurou fazer um discurso realista, tendo na sala o presidente da CIP, António Saraiva, membro da concertação social.

Costa assumiu que é "não basta o incentivo fiscal para que muitos dos postos de trabalho que são necessários preencher em Portugal sejam competitivos face a outros mercados". Mas, ao mesmo tempo, o chefe de Governo lembrou que uma empresa só é competitiva se contratar os melhores. Ou seja, uma empresa "tem de começar a ser competitiva na contração dos melhores recursos humanos".

De realçar que a CGTP, que também integra a concertação social, já aprovou o seu caderno reivindicativo para o próximo ano e uma das propostas passa por um aumento salarial de 90 euros para todos os trabalhadores a partir de janeiro de 2020.

Chega quer extinguir cargo de PM

LISBOA O partido liderado por André Ventura quer acabar com o cargo de primeiro-ministro e atribuir a função de chefiar o Governo ao Presidente da República, pode ler-se no programa eleitoral, divulgado, ontem, pela estrutura. O Chega propõe ainda medidas como o fim dos serviços públicos de saúde e de educação ou a "proibição dos vrentes de aluguer".

PSD diz que ministro agiu na pré-campanha

SANTARÉM O deputado do PSD e candidato pelo círculo de Santarém Duarte Marques esteve ontem junto ao Rio Sorraia e acusou o ministro do Ambiente de só ter agido no mês passado, "em vésperas de eleições", contra a praga de jacintos. E lembrou que questionou o governo em 2016 sobre o problema: "Esperemos que esta operação não acabe no dia 7 de outubro".

Iniciativa Liberal quer privatizar CGD

LISBOA O Iniciativa Liberal (IL) anunciou que "pretende criar uma legislação impeditiva de injeção de mais capital da Caixa Geral de Depósitos (CGD), iniciando um processo de privatização da CGD", avançou o próprio partido num comunicado enviado, ontem, às redações. Esta proposta, que consta no programa eleitoral do IL, "vai ao encontro do objetivo de impedir o Estado de voltar a injetar dinheiro na banca".

CDS em defesa dos antigos combatentes

LISBOA Assunção Cristas afirmou, ontem, que o CDS está comprometido "com a causa dos antigos combatentes e dos deficientes das Forças Armadas" e pediu aos eleitores que deem "mais força" ao partido para que este consiga aprovar medidas como "um estatuto do deficiente das Forças Armadas e repor questões de profunda justiça de reconhecimento e valorização destes homens", disse a dirigente numa visita à ADFA, em Lisboa.

PUB

AN EVENING WITH

DREAM THEATER

DISTANCE OVER TIME

CELEBRATING 20 YEARS OF SCENES FROM A MEMORY

01 FEVEREIRO
MULTIUSOS GONDOMAR

02 FEVEREIRO
CAMPO PEQUENO

BILHETES À VENDA 14 SETEMBRO

BILHETES: FNAC, WORTEN, EL CORTE INGLÉS, CTT, SEETICKETS.COM, MASQUETICKET.COM E EVERYTHINGISNEW.PT | M6

—13 setembro 2019 7

POLÍTICA

Citações

“Há pessoas que me chamam parvo e que não acreditam que continuo com o salário de metalúrgico”

Jerónimo de Sousa
SECRETÁRIO-GERAL DO PCP

“A sustentabilidade da Segurança Social não está em causa. Está mais forte porque foi criado mais emprego”

Catarina Martins
COORDENADORA DO BE

“A publicação de informações que estão ao abrigo do segredo de justiça deve ser punida”

Rui Rio
LÍDER DO PSD

“Portugal poderia ter um nível de desenvolvimento da Finlândia se não fossem os problemas de corrupção”

André Silva
PORTA-VOZ DO PAN

“Defendemos uma estratégia nacional para o combate à corrupção. Meios para a PJ é essencial”

Assunção Cristas
PRESIDENTE DO CDS

“Os políticos fariam mal em preocupar-se com o aumento dos salários dos políticos. Tenho uma ideia”

António Costa
SECRETÁRIO-GERAL DO PS

vejo, muitas vezes, de querer controlar o Ministério Público, de querer punir os jornalistas. Acho que não é saudável para a nossa democracia!”

SEGURANÇA SOCIAL A sustentabilidade da Segurança Social foi o tema em que mais se falou de esquerda e direita.

Catarina Martins voltou a atacar o PAN sobre as alegadas ideias de plafonamento, acusando o partido de ter ido rebuscar uma proposta da direita. André Silva rejeitou novamente as acusações e esclareceu que a medida proposta pelo PAN de um teto de 5200 euros nas reformas pode ajudar a resolver o problema da sustentabilidade do sistema. Já Rui Rio puxou pela proposta do PSD para taxar o “valor acrescentado das empresas” como forma de financiamento da Segurança Social, acabando por ir ao encontro “de toda a esquerda”.

Ainda assim, a líder bloquista, que concordou com a ideia, afirmou que “o PSD, quando podia ter feito, não quis, e agora que não pode é que quer”.

A possibilidade de haver descontos paralelos às atuais contribuições foi outra medida falada que uniu partidos, desta vez, PSD e CDS. “O que nós dizemos é que deve haver uma inscrição automática, mas não vinculativa – e, portanto, a pessoa inscreve-se, se quiser, num sistema público de capitalização, ou seja, reforçando e criando um suplemento da reforma”, reforçou Cristas.

Iniciativa Liberal quer privatizar RTP. “Uma máquina de propaganda”

“É um instrumento de controlo de informação por parte do poder político”, diz presidente do partido.

A Iniciativa Liberal (IL) defende a privatização da RTP. A medida está incluída no programa eleitoral do partido, que prevê a privatização de “empresas públicas ineficientes”.

Ao I, o presidente da IL explica que “não faz sentido os portugueses verem a sua fatura de eletricidade agravada para alimentar uma máquina de propaganda”. Carlos Guimarães Pinto defende que “a RTP, como se tem demonstrado por várias vezes, é apenas um instrumento de controlo de informação por parte do poder político”.

A privatização da RTP constava do programa eleitoral do PSD em 2011, mas os centristas acabaram por travar a medida defendida por Passos Coelho. O então Presidente da República conta, na segunda parte do livro *Quinta-feira e Outros Dias*, que “a vontade do primeiro-ministro em resolver o problema do futuro da RTP até ao final de 2012 não se concretizou devido ao CDS”. Cavaco Silva relata uma conversa em que, perante “a determi-

nação do primeiro-ministro” em avançar com esta medida, chamou a atenção para “os custos políticos de uma tal decisão, o que não deixaria de dificultar a ação do Governo em domínios mais importantes para o futuro do país”. Passos Coelho não ficou convencido e respondeu que a privatização era essencial para “pôr fim à influência dos Governos na televisão”.

A Iniciativa Liberal defende também a privatização da Caixa Geral de Depósitos. “No banco público são sempre os contribuintes a pagar e os responsáveis pela má gestão nunca têm absolutamente nada a perder. Só em 2017 custou 4 mil milhões de euros de recapitalização”, disse o líder da IL ao jornal *Eco*.

O programa da IL defende que é preciso “retirar o Estado da economia e libertar os contribuintes” para que Portugal volte a ter níveis de crescimento aceitáveis. “Vivemos num regime de asfixia fiscal, com excesso de burocracia e poder do Estado sobre a vida das pessoas. Este ciclo só pode ser quebrado inovando a forma de fazer política e trazendo uma efetiva alternativa ao socialismo”, lê-se no documento. O novo partido inaugura hoje um cartaz com o programa eleitoral na Alameda Dom Afonso Henriques.



CDS quer acabar com as maiorias absolutas

FUNCHAL Rui Barreto, líder do CDS, defendeu ontem que “é preciso evitar que os socialistas e os comunistas cheguem ao poder na Madeira”. O candidato centrista frisou ainda que os madeirenses estão perante uma “ótima oportunidade para terminar com as maiorias absolutas”, afirmando que a “mudança segura” está nos centristas. As eleições são no domingo.

Ainda que “cansado”, PAN continua campanha nas ruas

FUNCHAL A três dias das eleições regionais, o cabeça-de-lista do PAN na Madeira, João Freitas, disse que o partido e os seus “ativistas” vão continuar nas ruas até à meia-noite de sexta-feira “com convicção”, “embora cansados”. O candidato afirmou ainda que estão “contentes, orgulhosos e a fazer tudo” o que podem para conseguir o melhor resultado possível nas eleições.

Albuquerque pede o “apoio do povo madeirense”

CALHETA Miguel Albuquerque, candidato do PSD/Madeira e presidente do governo regional, pediu o “apoio do povo madeirense” para uma vitória “muito expressiva” no próximo dia 22 de setembro. O social-democrata, num comício na Calheta, afirmou que “não basta ganhar as eleições” porque socialistas e comunistas estão dispostos a governar mesmo que percam.

CNE envia queixa para MP

LISBOA A Comissão Nacional de Eleições enviou para o Ministério Público uma participação contra o presidente da Câmara de Santa Cruz, Filipe Sousa, no âmbito das legislativas da Madeira. A queixa diz respeito a “referências depreciativas” a outros partidos num artigo de jornal. Está ainda em causa o uso, em campanha, de um *outdoor* da autarquia.



Santana Lopes e André Ventura cruzaram-se na campanha para as eleições regionais da Madeira. Os dois líderes cumprimentaram-se e trocaram algumas palavras. DR

1,20 € // Terça-feira, 24 setembro 2019 // Ano 10 // Diário // Número 3047 // Diretor: Mário Ramires // Dir. exec.: Vítor Rainho // Dir. exec. adjunto: José Cabrita Saraiva // Subdir. exec.: Marta F. Reis // Dir. de arte: Francisco Alves

inevitável

Regresso às 35 horas fez disparar horas extra no SNS

BIBLIOTECA GERAL UNIV. DE COIMBRA JORNAIS

Enfermeiros mais velhos “empurrados” para turnos da noite, diz sindicato

Médicos são o grupo que faz mais horas extraordinárias

Greves e processos disciplinares aumentam absentismo

// PÁGS. 10-11



Madeira. Tino de Rans teve mais votos que Santana e Ventura

// PÁGS. 2-3

Portalegre. O distrito que menos deputados elege e perde mais população. Conheça os candidatos

// PÁGS. 8-9

COSTA VERSUS RIO

PSD apresenta o seu Centeno e debate centra-se na família

// PÁGS. 4-5

Duarte Lima será julgado em Lisboa por homicídio de Rosalina

// PÁGS. 12-13

Braga. Ricardo Rio e Firmino Marques arguidos por causa de terrenos

// PÁG. 14

Défica. Mário Centeno fala em “pequena revolução”

// PÁGS. 16-17

Alfama. Quando os estendais se enchem de publicidade em vez de roupa lavada

// PÁGS. 22-25

Thomas Cook. A queda da operadora de viagens mais antiga do mundo

// PÁG. 18

EDITORIAL

Bernardo Silva proibido de brincar. O mundo está louco



Vítor Rainho

Bernardo Silva é um jogador de futebol que brilha a grande nível no principal campeonato do mundo, o inglês, e no ano passado foi mesmo considerado o melhor a pisar os relvados de Sua Majestade. É um mítido que não tem tiques de craque parolo, apesar dos milhões que ganha, quando vem a Portugal deslocar-se para os estágios da seleção num Smart, não tem um corte de cabelo suburbano e não é uma loja ambulante de marcas de luxo. Nas suas entrevistas revela alguma maturidade para a idade que tem e utiliza sempre um discurso positivo. Percebe-se que é um jovem feliz, de bem consigo próprio e com os outros.

Na semana passada, decidi colocar nas redes sociais a foto de um companheiro de equipa e amigo ao lado de um boneco conguito, uma marca de chocolate espanhola, com a legenda "quem é quem?". Foi o suficiente para lhe cair o mundo em cima acusando-o de racismo e de ser intolerável uma brincadeira dessas.

Estas associações antirracistas são elas mesmo as maiores racistas ao cimo da terra. Mas desde quando é que não se pode fazer uma brincadeira com um amigo só porque a cor da pele é castanha? Se Bernardo Silva tivesse feito o mesmo com um amigo branco alguém diria alguma coisa? Agora as brincadeiras, género "separados à nascença", só podem ser realizadas com brancos? A associação Kick it Out exige que a federação inglesa castigue o jogador exemplarmente, como se o craque português tivesse cometido algum crime. Porque não se metem na sua vida e deixam as pessoas viver a sua com as brincadeiras que muito bem entendem fazer? Desde quando é que precisamos de polícias para controlarem as 'sacanagens' que fazemos uns aos outros, sem qualquer ponta de maldade?

Ao tomar conhecimento desta polémica lembrei-me das vezes que brinco com um grande amigo meu dizendo que vamos tirar uma foto a preto e branco. Mas há algum racismo nisto? A estupidéz está decididamente a tomar conta do mundo. Bernardo Silva apagou a brincadeira das redes sociais e escreveu: "Nem posso fazer uma piada com um amigo nos dias de hoje... Estas pessoas...". É verdade, meu caro. Estas pessoas querem-nos obrigar a ver o mundo como elas o veem. Cheio de estigmas e racismos encapitados.



Radar

Miguel Albuquerque perdeu a maioria absoluta e vai negociar uma coligação com os centristas

FACEBOOK PSD MADEIRA



Madeira. PSD e CDS já cozinham coligação

Rui Rio e Cristas querem uma coligação. Cafôfo ainda tentou uma geringonça, mas não tem apoios. "Seria uma caldeirada", diz Guilherme Silva.

LUÍS CLARO
luis.claro@ionline.pt

As conversações entre os líderes do PSD e do CDS para uma coligação de Governo, na Madeira, poderão começar em breve, mas "difícilmente" o acordo será tornado público antes das legislativas. Porém, o í sabe que estão em curso conversas informais entre os dirigentes dos dois partidos com o objetivo de assegurar uma solução estável para os próximos quatro anos.

Miguel Albuquerque perdeu a maioria absoluta e quer formar coligação com os centristas para

conseguir formar Governo. Para já, do lado do CDS, o cenário de uma coligação de direita é tido como o "mais provável", mas não se afasta, para já, uma geringonça liderada por Paulo Cafôfo, do PS, no caso de "falhar tudo" nas negociações à direita.

A coligação entre PSD e CDS é o cenário desejado por Rui Rio e Assunção Cristas. O presidente do PSD disse que "há todas as condições para que se forme um Governo de maioria através de negociações com o CDS".

A líder centrista também defendeu que "o centro-direita tem condições" para governar. "Foi



MADEIRA

Eleições Legislativas

Citações

“Há todas as condições para que se forme um Governo de maioria através de negociações com o CDS”

Rui Rio
PRESIDENTE DO PSD

“Foi clarinho como água: a esquerda saiu derrotada. O modelo que, em 2015, teve início em Portugal não teve acolhimento e saiu derrotado na Madeira”

Assunção Cristas
LÍDER DO CDS

“O PS obteve um resultado histórico, o melhor de sempre, com uma notável recuperação face há quatro anos”

António Costa
SECRETÁRIO-GERAL DO PS

“O BE hoje teve um mau resultado nas eleições regionais da Madeira, não alcançou a representação parlamentar e portanto falhámos o nosso objetivo”

Catarina Martins
COORDENADORA DO BE

“A redução do número de deputados da CDU é um factor que pesará negativamente na vida política da região e em particular na defesa dos interesses dos trabalhadores e do povo”

Jerónimo de Sousa
SECRETÁRIO-GERAL DO PCP

clarinho como água: a esquerda saiu derrotada. O modelo que, em 2015, teve início em Portugal não teve acolhimento e saiu derrotado na Madeira”, afirmou Assunção Cristas. Na Madeira, uma coligação à direita também é vista como o cenário mais natural. “Há algumas afinidades programáticas. É uma questão de acertos”, diz ao i Guilherme Silva.

UMA CALDEIRADA Para o ex-deputado do PSD, os dois partidos deviam entender-se o mais rapidamente possível e “o CDS tem de perceber que o PSD não pode prescindir do seu programa” eleitoral. “Uma coisa é ter três deputados e outra é ter 21”, diz. O social-democrata não acredita que o CDS possa fazer um entendimento com Calófo. “Seria uma caldeirada que não se afigura muito cozinhável”.

O líder do CDS/Madeira mostrou-se disponível para uma coligação com Albuquerque, mas já avisou que os centristas não estão dispostos a abdicar do seu programa eleitoral. A ideia é explorar ao máximo o facto de os sociais-democratas estarem dependentes do CDS para gover-

nar. “Não há governo de maioria absoluta sem o CDS”, avisou, na noite eleitoral, Rui Pereira.

GERINGONÇA O PS conseguiu o melhor resultado de sempre, mas falhou o objetivo de vencer, pela primeira vez, as eleições na Madeira. Paulo Calófo abriu a porta, na noite eleitoral, a uma geringonça e mostrou-se disponível para “liderar uma base de entendimento” com os partidos da esquerda. Ao contrário do que acontece no continente, os

PSD e CDS já fizeram contactos informais para negociar uma coligação

Aliança, Chega e Iniciativa Liberal tiveram menos votos do que o Tino de Rans

socialistas precisariam do apoio da direita para governar. Isto porque, PS, Juntos pelo Povo e CDS somam 23 deputados e seria necessários 24.

RIR À FRENTE DO ALIANÇA Entre os pequenos partidos, o resultado surpresa destas eleições foi a votação conseguida pelo partido criado por Vitorino Silva (conhecido como Tino de Rans). O RIR (Reagir, Incluir e Reciclar) conseguiu ficar à frente do Aliança, do Iniciativa Liberal (IL) e do Chega. O RIR conseguiu 1,21%, o que corresponde a cerca de 1700 votos. “O resultado foi muito animador. Ficámos à frente de muitos partidos, alguns mais antigos. O RIR tem apenas alguns meses”, disse Roberto Vieira, cabeça-de-lista.

Já o Aliança conseguiu apenas 766 votos com 0,53% dos votos. O IL também conseguiu 0,53% com 762 votos. O Chega de André Ventura teve 0,43% com pouco mais de 600 votos. À frente do RIR, mas sem eleger, ficaram o Bloco de Esquerda, que perdeu dois deputados com 1,74%, o PAN com 1,46% e o Partido Unido dos Reformados e Pensionistas (PURP) com 1,23% dos votos.

Alberto João insatisfeito com PSD/Madeira

Alberto João Jardim admitiu que o PSD, liderado por Miguel Albuquerque, cometeu erros que lhe custaram a maioria absoluta. “Não estou satisfeito. Ainda tentei deitar a mão. O PSD paga, neste momento, o preço dos dois primeiros anos desastrosos de governo que fez aqui na Madeira”, afirmou Alberto João Jardim, em declarações à RTP. O histórico do PSD defendeu mesmo que o partido precisa de ir para “um estaleiro” e “fazer uns concertos”. Para João Jardim, que liderou o PSD/Madeira durante mais de três décadas, “são necessárias imensas e importantes mudanças internas”.

1,20 € // Quinta-feira, 26 setembro 2019 // Ano 10 // Diário // Número 3049 // Diretor: Mário Ramires // Dir. exec.: Vítor Rainho // Dir. exec. adjunto: José Cabrita Saraiva // Subdir. exec.: Marta F. Reis // Dir. de arte: Francisco Alves

inevitável

As propostas mais radicais dos partidos para ganharem votos



Prisão Perpétua
30 horas de trabalho semanal
Reuniões entre presos e vítimas
Médicos obrigados a ir para o interior
Eleições à quinta-feira ou durante dois dias

SAIBA QUEM DEFENDE O QUÊ
// PÁGS. 6-7

TRUMP DEBAIXO DE FOGO

Democratas querem correr com o Presidente e este queixa-se da “maior caça às bruxas” // PÁGS. 2-5

A pronto ou a crédito? Banco de Portugal põe ordem na venda de casas e carros

Regulador exige formação a imobiliárias e stands // PÁGS. 18-19

Tancos. Costa não comenta e Rui Rio defende Presidente // PÁG. 14	Franceses são os que compram mais casas em Portugal // PÁG. 20	Santarém. Conheça os candidatos escalabitanos // PÁGS. 12-13	Greta Thunberg já ganhou um “Nobel Alternativo” // PÁG. 22	O regresso de Rambo. Queixas de racismo na Última Cruzada // PÁGS. 36-37
---	--	--	--	--

As gémeas marotas. O livro misterioso apreendido pela ASAE
Livro erótico que usa ilustrações da Miffy está a ser investigado pelo DIAP de Lisboa // PÁGS. 24-27

PUB

edp
edp.com



Número 1 das *utilities* integradas no mundo da sustentabilidade

MEMBER OF
Dow Jones Sustainability Indices
In collaboration with **ESAM**

Anexo 58: Jornal I - 26 de setembro de 2019 – manchete

A Radar //

Campanha. As propostas mais ousadas dos partidos para as legislativas



PAN. Acabar com a utilização de animais nas touradas

O PAN quer "abolir a utilização de animais em espetáculos tauromáquicos". Antes disso, o PAN, que já prometeu voltar a levar o assunto ao parlamento, pretende proibir a presença de crianças e jovens com menos de 18 anos em espetáculos tauromáquicos. Em nome dos animais, o partido propõe também a criação de uma secretaria de Estado do bem-estar animal. Ainda assim, o PAN não é o único a zelar pelos direitos dos animais e a defender o fim das touradas. O programa do Livre também prevê "abolir as atividades tauromáquicas" e o Bloco de Esquerda quer acabar com "os apoios públicos, diretos e indiretos, a eventos tauromáquicos". AS propostas para acabar com as corridas de touros foram chumbadas, no Parlamento, na última legislatura.



Chega. Menos 130 deputados na Assembleia da República

A proposta é polémica e está inscrita no programa eleitoral do Chega. O partido de André Ventura, que concorre pela primeira vez às eleições legislativas, defende a "redução do número de deputados para 100, incidindo essa redução essencialmente nos grandes círculos eleitorais costeiros com o conseqüente aumento relativo nos círculos eleitorais do interior". O programa do Chega prevê ainda o fim dos privilégios para a classe política e "uma redução drástica do número de ministérios". Atualmente, a Assembleia da República tem 230 deputados e dificilmente qualquer proposta para reduzir este número será viabilizada. PS, CDS, PCP e Bloco de Esquerda são contra qualquer alteração para diminuir o número de deputados.



Aliança. Eleições à quinta-feira para reduzir abstenção

O Aliança quer passar a realizar eleições à quinta-feira em vez de ao domingo. O objetivo da medida, incluída no capítulo dedicado à "Renovação e Ética" política no programa eleitoral do partido, é combater a abstenção. A ideia da proposta do partido fundado por Santana Lopes surgiu pouco tempo depois das eleições europeias, cuja taxa de abstenção foi a mais alta de sempre em Portugal: 68,6%. Também contra a abstenção, o Nós, Cidadãos! propõe a realização das "eleições legislativas durante dois dias - sábado e domingo". O Presidente da República já admitiu, no futuro, abrir um debate sobre esta matéria para combater a abstenção.



PURP. Redução dos salários dos ministros

"Redução em 15% nos salários dos ministros" é uma das várias medidas que o PURP (Partido Unido dos Reformados e Pensionistas) propõe no seu programa eleitoral. Numa secção dedicada a propostas para o Governo, o partido formado durante a crise, em 2015, anunciou que também quer que os governantes sejam "devidamente sancionados por uma entidade externa isenta" quando "não cumprirem promessas" e mentirem "despudoradamente aos eleitores". Nas europeias, o cabeça-de-lista do PURP, Fernando Loureiro, criticou o salário "extraterrestre" dos eurodeputados e prometeu dar uma parte aos "mais desfavorecidos".



PDR. Criação do Ministério da Mulher e Maternidade

Uma das propostas que salta à vista no conjunto de medidas apresentadas pelo PDR (Partido Democrático Republicano) é a criação de um Ministério da Mulher e Maternidade. No programa da estrutura política, criada pelo ex-eurodeputado e antigo bastonário da Ordem dos Advogados, a ideia surge entre várias propostas para reformar o sistema político atual e tem como objetivo conseguir proteger "mais e melhor" as mulheres, "nomeadamente nos casos de violência doméstica". O PDR defende ainda a "alteração da legislação sobre o crime de violência doméstica, nomeadamente através do aumento das penas e afastamento imediato do agressor".

CAMPANHA

Da introdução da pena de prisão perpétua à criação de um Ministério da mulher e da maternidade, o *i* selecionou algumas das propostas mais polémicas desta campanha. Dez ideias ousadas para tentar conquistar eleitores.

MAFALDA TELLO SILVA
mafalda.silva@ionline.pt



Chega.
Prisão perpétua para crimes mais graves

O partido liderado por André Ventura defende a "introdução de pena de prisão perpétua para os crimes mais graves, nomeadamente crimes de terrorismo ou homicídios com características específicas". A proposta consta do programa eleitoral do Chega que prevê ainda "a obrigatoriedade de penas de prisão efetiva para quaisquer crimes de violação, sem possibilidade de pena suspensa". Uma justiça mais dura é uma das bandeiras de André Ventura. Do programa eleitoral consta também uma proposta que prevê "um substancial agravamento das penas para os crimes de corrupção, contra o ambiente, recursos hídricos e florestais, património cultural e histórico e contra a integridade física e moral dos agentes da autoridade policial".



PAN. Sessões entre reclusos e familiares das vítimas

O PAN defende a instituição de uma sessão semanal de reconciliação entre reclusos condenados por crimes violentos e os familiares das vítimas. Esta é uma das propostas mais polémicas desta campanha. Nas redes sociais, o PAN foi acusado de estar a "perdoar" ou a "desculpabilizar" agressores e violadores. Nessa altura, o partido esclareceu que a medida não tinha sido pensada para crimes de natureza sexual ou de violência doméstica. Desta forma, a versão final ressalva que das sessões semanais de reconciliação devem ser excluídos reclusos condenados por "crimes de violência doméstica ou violação, e familiares das vítimas ou com as próprias vítimas, desde que todas as partes assim o pretendam".



Iniciativa liberal. Privatização da RTP

O Iniciativa Liberal quer privatizar a RTP com o argumento de que os portugueses não podem continuar "a alimentar uma máquina de propaganda". A proposta foi abandonada pelo PSD, mas constava do programa de Pedro Passos Coelho nas últimas eleições legislativas. O programa dos socialistas-democratas previa, nas últimas eleições legislativas, em 2011, a "alienação ao setor privado de um dos canais públicos". A intenção ficou pelo caminho devido à oposição do CDS, liderado por Paulo Portas. O então Presidente da República Cavaco Silva também não simpatizava com a proposta e Passos Coelho acabou por nunca conseguir implementar esta medida.



PURP. Médicos "obrigados" a ir para o interior

O PURP quer "obrigar" médicos recém-licenciados "a se deslocarem para o interior, para colmatar as lacunas existentes, por um período mínimo de três anos". Com vista a acabar com os problemas da Saúde no interior do país, a proposta apresentada no programa do partido justifica que, assim, os recém-licenciados terão uma forma de "compensar" o "esforço despendido por todos os cidadãos com os seus impostos, desde o período em que [os estudantes de medicina] iniciaram os seus estudos, até conclusão da sua licenciatura". A estrutura partidária defende também, no capítulo da Saúde, que a "taxa moderadora, seja concedida gratuitamente aos reformados".



Livre. 30 horas semanais de trabalho

Sob o lema "aumentar o tempo disponível para todos", o Livre quer reduzir "o horário de trabalho para 30 horas semanais". Mais, o partido liderado por Rui Tavares defende ainda o "aumento dos dias de férias para os 30 dias anuais". Em ambos os casos, o Livre sugere, contudo, que as medidas sejam implementadas "progressivamente" para garantir uma "maior distribuição do trabalho". Nestas legislativas, não há nenhum partido que vá tão longe na redução do horário de trabalho. O PCP, Bloco de Esquerda e o PAN defendem que a regra das 35 horas semanais também deve ser aplicada no setor privado. O aumento do salário mínimo nacional para 900 euros é outra das medidas apresentadas pelo Livre.

A Radar //



“É leviano envolver o Presidente da República numa polémica destas”, diz Rui Rio

PATRICIA DE MELO MOREIRA/AF

Tancos. Costa não comenta e Rui Rio defende Presidente

Partidos não querem caso Tancos na campanha eleitoral. Rui Rio e Jerónimo de Sousa defendem PR. Costa prefere não comentar.

LUÍS CLARO
luis.claro@ionline.pt

O caso Tancos entrou na campanha eleitoral com Rui Rio e Jerónimo de Sousa a defenderem o Presidente da República. António Costa, perante as notícias que envolvem Belém no encobrimento de Tancos, limitou-se a afirmar que “isso é da justiça”.

O presidente do PSD, Rui Rio, saiu em defesa do Presidente da República. “Envolvimento do Presidente da República não vejo nenhum. Acho que devemos ter muito cuidado quando envolvemos o nome do Presidente da República. É leviano envolver o Presidente da República numa polémica destas, não o devemos fazer”, afirmou Rui Rio,

numa ação de campanha na Vidigueira, no distrito de Beja.

Também o secretário-geral do PCP defendeu que não há “nenhuma razão para suspeitar” de Marcelo Rebelo de Sousa. “É a palavra do Presidente. Não tenho nenhuma razão para suspeitar. Faça-se esse apuramento dos factos e, com certeza, encontraremos a resposta, mas, por enquanto, vale a palavra do Presidente e vale essa necessidade de apuramento dos factos”, acrescentou Jerónimo de Sousa.

Já a coordenadora do Bloco de Esquerda, Catarina Martins, defendeu que o caso de Tancos não deve ser “um caso de eleições” porque “já decorre há bastante tempo”. Para a líder dos bloquistas, a justiça “deve fazer

PCP diz que “não há nenhuma razão para suspeitar da palavra do Presidente”

“Este é um caso que não é de agora e não deve ser um caso de eleições”, diz Catarina Martins

o seu caminho e deve apurar todas as responsabilidades e todas as consequências”.

“GOVERNO ESTEVE MAL” Assunção Cristas não quis comentar os desenvolvimentos sobre este caso, mas reafirmou que “o Governo esteve mal, atuou mal, não acautelou o furto e aparentemente foi conivente ou cúmplice no encobrimento ou farsa montada para a recuperação do material”.

O CDS foi um dos partidos que mais criticou o Governo por causa do caso Tancos. Assunção Cristas lembrou ontem, à margem de uma visita à fábrica da Continental, em Vila Real, que o CDS foi “até ao limite dos [seus] poderes parlamentares de censura a um Governo que falhou muito ao país ao longos destes quatro anos”.

ESPECULAÇÕES E RUIDO André Silva, do PAN, afirmou que este caso não deve entrar na campanha eleitoral. “Não queria alimentar mais ruído em torno de um caso que precisa de muitos mais esclarecimentos e, quando houver, estarei disponível para comentar algo concreto e objetivo e não para alimentar mais especulações”, acrescentou o deputado e cabeça-de-lista do PAN.

Citações

“Isso é da justiça”

António Costa
PRIMEIRO-MINISTRO

“Devemos ter muito cuidado quando envolvemos o nome do Presidente da República. É leviano envolver o Presidente da República numa polémica destas, não o devemos fazer”

Rui Rio
LÍDER DO PSD

“O Governo esteve mal, atuou mal, não acautelou o furto e aparentemente foi conivente ou cúmplice no encobrimento ou farsa montada para a recuperação do material”

Assunção Cristas
LÍDER DO CDS

“Tancos não deve entrar na campanha. Não queria alimentar mais ruído em torno de um caso que precisa de muitos mais esclarecimentos”

André Silva
DEPUTADO DO PAN

“É tempo de Marcelo Rebelo de Sousa vir explicar o que é que sabia e o que é que não sabia sobre Tancos”

André Ventura
LÍDER DO CHEGA

1,20 € // Segunda-feira, 30 setembro 2019 // Ano 10 // Diário // Número 3051 // Diretor: Mário Ramires // Dir. exec.: Vítor Rainho // Dir. exec. adjunto: José Coimbra Saraiva // Subdir. exec.: Marta F. Reis // Dir. de arte: Francisco Alves

Augusto Santos Silva e José Sócrates unidos contra a “guerra” de Tancos



Antigo primeiro-ministro compara o caso de Tancos à Operação Marquês

Tiago Barbosa Ribeiro, o deputado dos SMS com o ministro, entra na campanha do PS e diz que nunca foi contactado pelas autoridades

// PÁGS. 2-3

Entrevista a Eduardo Oliveira e Sousa, presidente da CAP

“Não sou nem periquito nem tubo de ensaio” para não comer carne de vaca

“Quem é contra a carne de vaca são pessoas que nascem, vivem, trabalham e se divertem em ambiente urbano. É o mundo da noite e da droga”

“O agricultor era visto quase como um marginal, agarrado a uma enxada, com duas cabras à porta” // PÁGS. 22-27



Como Portugal quer acabar com 500 mil analfabetos

🟡 Vários projetos procuram ensinar a população envelhecida a ler e escrever 🟡 A história de Deolinda, que pegou numa bicicleta aos 80 anos para ir à 'escola' 🟡 “Estas pessoas não são coitadinhas por serem analfabetas. Têm muito para ensinar”, diz responsável de um dos projetos // PÁGS. 18-21

João Vieira, aos 43 anos, é o mais velho medalhado de sempre em mundiais // PÁGS. 44-45

Viana do Castelo. Os candidatos que disputam seis lugares no Parlamento // PÁGS. 8-9

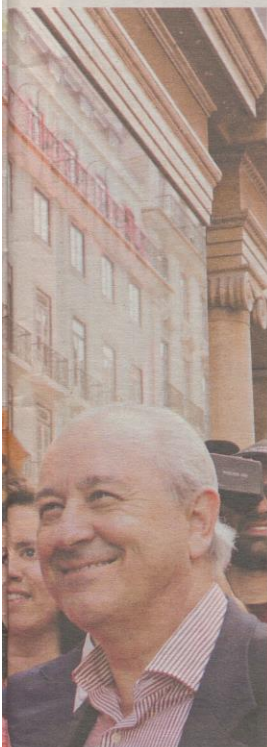
André Ventura diz que o “Chega engolirá muito em breve o CDS e toda a direita” // PÁG. 5

Pensões. Eugénio Rosa alerta para problema de sustentabilidade // PÁG. 12

Gonçalo Waddington. “Comecei a imaginar o que terá acontecido a Rui Pedro” // PÁGS. 36-37

Anexo 62: Jornal I - 30 de setembro de 2019 - manchete

LEGISLATIVAS



PAN quer o fim de apoios à produção de carne

PAREDES DE COURA André Silva considerou que “comer é um ato político” pois “tem implicações enormes em terceiros, noutras pessoas e culturas e nos ecossistemas”. Por isso, para combater as alterações climáticas, o porta-voz do PAN defendeu a divulgação de informação sobre as pegadas hídricas e carbónicas dos alimentos e o fim de apoios à produção de carne.

PDR acusa PS e PSD de falta de soluções

FARO Marinho e Pinto, o líder do PDR, afirmou que o PS e PSD – que “têm repartido as responsabilidades governamentais há quase 50 anos” – não têm “soluções” para os problemas que criaram e que é “preciso pedir-lhes responsabilidades”. Em Faro, o ex-bastião da Ordem dos Advogados acrescentou ainda que o “combate à corrupção” é uma das prioridades do seu partido nestas eleições.

56 mil pessoas votam antecipadamente

PORTUGAL Mais de 56 mil eleitores, em território nacional, inscreveram-se para votar ontem antecipadamente nas legislativas sem a necessidade de justificação. Segundo o Ministério da Administração Interna, Lisboa foi o distrito que somou mais pedidos (21.600). O voto antecipado é realizado numa mesa de voto existente em cada sede de distrito e em cada ilha das regiões autónomas.

Jerónimo justifica apoio a Governo PS

SANTARÉM Jerónimo Sousa justificou ontem em Alpiarça, Santarém, o apoio dado há quatro anos à formação do Governo PS, com o intuito de afastar o PSD/CDS-PP do poder. O secretário-geral do PCP afirmou ter tomado essa decisão “sem nenhuma hesitação” e considera que o seu partido foi “uma força na resolução do problema institucional criado em 2015”.

“Não atirei com instituições para lama nenhuma, eles é que, como digo, baixaram um bocadinho o nível e o dr. Augusto Santos Silva voltou àquilo que era antigamente, quando era membro do Governo do engenheiro Sócrates e dizia que gostava muito de malhar na direita”, atirou o líder partidário.

CRISTA ‘DEVOLVE’ CRÍTICAS AO PS Assunção Cristas também não se deixou ficar e reagiu às palavras do cabeça-de-lista socialista no círculo eleitoral Fora da Europa: “Quem coloca as instituições políticas na lama é quem mantém um candidato a deputado envolvido num processo, que aparentemente soube do que se passou, e quando devia escrutinar o Governo, estava de alguma forma a encobrir também o Governo”, respondeu a líder centrista, fazendo uma referência à mensagem enviada por Azere do Lopes ao deputado do PS Tiago Barbosa Ribeiro.

A presidente do CDS prometeu ainda defender “as pessoas que querem saber aquilo que se passou em Tancos”, concluindo que a “atuação do Governo” foi “absolutamente vergonhosa e desprestigiar” as instituições e a democracia.

André Ventura acusa Cristas de ter “medo da esquerda”

Assunção Cristas disse que trabalha todos os dias “para que não haja nenhum deputado eleito pelo Chega”.

Insistindo na ideia de que “Assunção Cristas tem uma obsessão com o Chega”, André Ventura acusou o CDS de ter “medo do sistema, da esquerda e do politicamente correto” e que, por isso, o “Chega engolirá muito em breve o CDS e toda a direita”.

Numa nota enviada ao i, o cabeça-de-lista por Lisboa do partido fundado este ano venceu que o “CDS está preso ao politicamente correto” e que “prefere falar em racismo, xenofobia e em estereótipos habituais que povoam o discurso da esquerda”. Estas críticas surgem como resposta às declarações prestadas pela dirigente centrista que, numa entrevista à RTP, afirmou trabalhar “todos os dias” para que o seu partido “tenha o melhor resultado possível e para que não haja nenhum deputado eleito” do partido de André Ventura no Parlamento.

O fundador do Chega também apontou o dedo a Cristas por estar a “matar outros projetos políticos” em vez de “apresentar um projeto de Governo para

o país” ou de avançar com “propostas para melhorar a vida dos portugueses”.

O ex-vereador do PSD da Câmara Municipal de Loures argumentou ainda que, na sua opinião, a dirigente centrista “odeia” o Chega “porque, desde Loures em 2017, que a comunidade cigana se tornou uma linha vermelha intransponível” entre ambos. “Se Cristas não reconhece que existe um problema em Portugal com a comunidade cigana, não vive no mesmo país que eu”, apontou André Ventura, salientando que “os ciganos (...) vivem maioritariamente de subsídios e não se revêm nas regras do estado de direito”.

CHEGA SUSPENDE CAMPANHA Em “homenagem” e por “respeito” a “mais um polícia brutalmente agredido” em Rio de Mouro, André Ventura decidiu suspender todos os atos de campanha previstos para ontem, em Lisboa e Loures. Ainda num comunicado enviado ao i, o dirigente considerou que “esta é a única forma de chamar atenção do país” para o “vergonhoso tratamento que é dado às forças da ordem em Portugal”. André Ventura deixou ainda críticas ao Governo por nem “sequer ter a preocupação” de “compreender o fenómeno”.



André Ventura suspendeu campanha em Lisboa e em Loures este domingo

Nas redes



CARLOS ABREU AMORIM “Tancos está a ser uma aflição para a nomenclatura do PS. Desespero é tal que até já recorrem às profundezas do socratismo”.

ANTÓNIO COSTA “De Matosinhos saio com uma certeza: é já evidente para todas e todos os portugueses que só há uma verdadeira escolha a fazer. Alguém acredita que, sem o PS, esta solução política tivesse durado quatro anos? Ninguém acreditava que isso fosse possível”.

LUÍS MONTEIRO “(...) No próximo dia 6, votar no Bloco significa dar força a um partido que não teve medo de, em 2015, dizer que o programa do PS não respondia às necessidades do povo. Sabem o que não consta nas contas de Centeno? O fim das propinas, por exemplo. Queremos mesmo que o PS cumpra *ipsis verbis* o seu programa eleitoral? De certeza que não.”



JOSÉ ADELINO MALTEZ “O Portugal político teve, como pilares, o partido dos militares e o partido dos becas, ou magistrados”.

1,20 € // Segunda-feira, 7 outubro 2019 // Ano 10 // Diário // Número 3055 // Diretor: Mário Ramires // Dir. exec.: Vítor Rainho // Dir. exec. adjunto: José Cabrita Saraiva // Subdir. exec.: Marta F. Reis // Dir. de arte: Francisco Alves

inevitável

BIBLIOTECA GERAL
UNIV. DE COIMBRA
JORNALS

PS GANHA E TENTA ENCAIXES PARA QUATRO ANOS

Costa desafia Bloco e PCP para geringonça alargada ao PAN e ao Livre. Bloco faz-se difícil e PCP rejeita.

Hecatombe da direita sacrifica Cristas e Rio pondera continuidade. Além do Livre, Iniciativa Liberal e Chega também se estreiam na AR

// PÁGS- 2-16

1

106 77 19 12 5 4 1 1 CHEGA

FPS ANS LIGA MEO SURF

#LIGAMEOSURF LIGAMEOSURF.PT

PARABÉNS

CAMPEÕES NACIONAIS

LIGA MEO SURF 2019

MIGUEL BLANCO

YOLANDA SEQUEIRA

Anexo 64: Jornal I - 7 de outubro de 2019 - manchete

Um país à esquerda. Do pós-‘geringonça’ ao adeus de Cristas

Nem sempre quem é o mais votado sai vencedor, como ficou provado nas legislativas de 2015. Mas, desta vez, o PS ganhou e António Costa tem tudo para formar Governo, mesmo que, agora, sem ‘geringonça’. No rescaldo desta, foi o PCP quem pagou a fatura. À direita, a derrota mais estrondosa foi do CDS, que volta a ser o ‘partido do táxi’ e deixa de ter Assunção Cristas na condução dos seus destinos.

VENCEDORES



ANTÓNIO COSTA

Ainda que sem maioria absoluta, o líder do PS foi o grande vencedor das legislativas, pela primeira vez. Sobre tudo porque, tal como tinha pedido ao eleitorado, não ficou refém do BE e de Catarina Martins para garantir uma maioria parlamentar que viabilize o seu Governo, como, em Espanha, Pedro Sanchez e o PSOE ficaram reféns do Podemos de Pablo Iglesias, criando um bloqueio insuperável. Com mais deputados do que a direita junta, o PS pode até governar ‘à vista’. Ou seja, para Costa, melhor resultado só mesmo a maioria absoluta – o que, para o PS, continua a ser um feito só alcançado por José Sócrates.



CATARINA MARTINS

O Bloco de Esquerda consolidou-se como terceira força política nacional. Mas o que o BE reclamou como uma vitória estrondosa nestas eleições não se traduz num crescimento da sua representação parlamentar (tinha 19 mandatos) e muito menos chegou para que Catarina Martins e as suas camaradas e os seus camaradas pudessem acalentar a esperança de chegar ao Governo e negociar o programa do Executivo para a legislatura. Ou seja, no final das contas, o BE pode ter menos capacidade para influenciar o que quer que seja do que o fez nos últimos quatro anos na ‘geringonça’.



ANDRÉ SILVA

Após quatro anos como deputado único do PAN, André Silva vai passar a ter um grupo parlamentar, como estabeleceu como objectivo para estas eleições. É certo que, para isso, bastava-lhe ser eleito e ter mais um dos seus pares de partido nas mesmas condições. Mas foi bem mais além e colocou-se no mesmo patamar do CDS-PP na hora da despedida de Assunção Cristas. Desta vez, os animais não tiveram direito a entrar no quartel general do PAN na noite eleitoral, que nem por isso deixou de estar lotado na hora das celebrações – está a crescer o partido de André Silva.



GUIMARÃES PINTO E ANDRÉ VENTURA

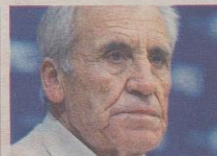
Imaginativa e dinâmica, a campanha da Iniciativa Liberal marcou a diferença em relação a todas as outras e conseguiu passar a mensagem e ultrapassar a falta de carisma e até de notoriedade de Carlos Guimarães Pinto, que apostou e bem numa linguagem de serenidade e no esforço para ultrapassar as suas dificuldades de comunicação para conquistar empatia com o eleitorado. Além da Iniciativa Liberal, também o Chega apostou na diferença e soube conduzir a campanha de forma a explorar a notoriedade de que goza o comentador televisivo e ferrenho benfiquista André Ventura.

VENCIDOS



ASSUNÇÃO CRISTAS

A líder do CDS não perdeu tempo: mal foram anunciadas as projeções de resultados das legislativas de ontem – todas antecipando uma hecatombe do partido – anunciou a convocação de eleições internas no partido e a sua não recandidatura. Estava escrito que o seu tempo na liderança do CDS tinha chegado ao fim. Se suceder a Paulo Portas não seria nunca tarefa fácil, a verdade é que Assunção Cristas teve uma liderança de quatro anos com resultados díspares, beneficiando, por exemplo, de um sucesso estrondoso (e enganador) nas eleições autárquicas em Lisboa. Esse foi o seu canto de cisne.



JERÓNIMO DE SOUSA

O PCP ficou com a fava da ‘geringonça’. Se o PS ganhou as eleições e o BE consolidou a sua posição como terceira força política nacional, o PCP sofreu uma pesada derrota e uma penalização enorme na sua bancada parlamentar, agora reduzida a uma dúzia de mandatos. Não é de estranhar, por isso, que Jerónimo de Sousa, no rescaldo das eleições, tenha imediatamente recusado a hipótese de uma reedição da ‘geringonça’ ou a possibilidade de o PCP assinar de cruz o programa de Governo do PS para os próximos quatro anos. O PS tem de começar a preparar-se para o regresso do PCP – e da CGTP-Inf – às lutas sindicais e de rua.



SANTANA LOPES

Se a não eleição de Paulo Sande para o Parlamento Europeu já fora um revés para o Aliança, a não eleição de Pedro Santana Lopes para a Assembleia da República é uma machadada maior para as ambições do antigo líder do PSD e ex-primeiro-ministro. Santana Lopes é um político corajoso e persistente, mas ficou atrás sobretudo da Iniciativa Liberal e do Chega deixa-o numa posição muito pouco confortável e com muita pouca esperança para o futuro do partido. Sobre tudo porque vai continuar a não ter a visibilidade que sempre favorece os partidos com assento parlamentar – e os outros têm.



MARINHO E PINTO

Depois do desaire nas eleições Europeias de Maio (perdeu os dois mandatos que tinha no Parlamento Europeu), sofre agora uma nova derrota, que provavelmente o levará a dar por determinada a sua carreira política. Não conseguiu ter qualquer expressão na eleição para o Parlamento, nem tão pouco teve sucesso no oportunista convite ao seu colega advogado do sindicato dos motoristas de materiais perigosos, Pedro Pardal Henriques. O cabeça-de-lista do PDR por Lisboa nunca teve a ilusão de poder ser eleito. Vai, com certeza, manter-se muito mais ativo nas lutas sindicais.

LEGISLATIVAS 19

no exemplo. Seremos a esquerda feminista radical porque o radicalismo feminista também é um alicerce das democracias", prometeu, acrescentando: "Vamos trabalhar, estamos ansiosos para contribuir para uma mudança nacional, estivemos estes anos à espera e vamos fazê-lo agora".

Sobre o futuro na Assembleia da República, a cabeça de lista do partido fundado por Rui Tavares, assumiu que a sua eleição é "uma grande responsabilidade" e que vai tentar assumi-la com o melhor que tem. "Seremos uma voz desconfortável, não viemos confortar ninguém, nem maiorias parlamentares. Vamos festejar, ouvir música, dançar porque a revolução também tem de ter esta vertente", sublinhou.

Ainda antes de os resultados finais serem conhecidos já se falava em "vitória histórica" com Rui Tavares a lembrar que é a primeira vez que um partido de esquerda entrou no Parlamento formado do zero, uma vez que os outros surgiram de outras formações políticas. "Vamos enraizar o partido, agora vamos plantar papoilas", defendeu.



Joacine Katar Moreira esteve ontem na Fábrica do Braço de Prata

Chega. Uma noite de confiança, silêncio e euforia

Uma noite eleitoral calma e apoiantes sempre com os olhos nos números.

RITA PEREIRA CARVALHO
rita.carvalho@online.pt

Formalidade, discrição, vinho tinto e branco, e um deputado eleito. Quem entrava ontem no Novotel, na Avenida José Malhoa, em Lisboa, nem dava conta da noite eleitoral que estava a ser acompanhada numa das salas do edifício.

É mesmo verdade, os portugueses não deram um chega para lá a André Ventura e o Chega conseguiu eleger um deputado. A confiança foi crescendo ao longo da noite e, com mais homens do que mulheres, os apoiantes não ultrapassavam a centena. Ao fundo da sala estava pintado o cenário de que o Chega pode ser um partido dos oito aos oitenta: crianças, três jovens com menos de 25 anos e Carlos Monteiro, com 81 anos, que foi recentemente aluno de André Ventura na licenciatura de Direito. "O André Ventura não é conhecido na política, mas é o melhor aluno que passou pela Universidade Nova de Lisboa".

Das andanças da faculdade, André Ventura escolheu, além de Carlos Monteiro, também António Martins, que foi igualmente seu aluno. E, no ano passado, ambos foram convidados a integrar a lista do Chega. Características? Há muitas, mas é, sobretudo, a "coerência do discurso de André Ventura que o diferencia dos outros", disse Carlos Monteiro.

A ironia também tomou conta da sala: os aplausos ao discurso de Assunção Cristas. Mas os apoiantes de André Ventura comportaram-se como o Chega, que esteve em discrição máxima até à última hora. As contas foram feitas até ao último minuto, um deles não largava a bandeira, outros diziam "eu sabia", e outros admitiram ao *i* que no início não estavam muito confiantes, "porque há muitos partidos pequenos".

André Ventura assumiu, desde o início da noite, que esta poderia ser a "primeira vez, em mais de 45 anos, que um partido com estas características" teria assento parlamentar. Mas



André Ventura pediu calma até ao fim e acabou por ser eleito

que características, afinal? Além das propostas descritas no programa eleitoral – sobre reforma na justiça ou sobre a extinção do IMI –, para um dos jovens presentes na sala, as mudanças no ensino são essenciais. "Não podemos cortar as pernas aos privados", disse.

Entre vestidos, fatos e saltos altos, a noite eleitoral na avenida José Malhoa foi uma espécie de curva descendente quando o tema é confiança: as primeiras projeções deram força ao Chega e aos apoiantes – que não tiraram durante toda a noite os olhos

do ecrã –, mas foi descendo e o silêncio tomou conta da sala.

Até se conhecerem os resultados finais, os comentários em voz baixa e a falta de palavras dos apoiantes dominaram o ambiente do Chega. Já André Ventura, apesar de uma posição confiante, pediu sempre calma. Até ao último segundo. Nos últimos minutos, a novidade chegou e, finalmente, as expectativas deixaram de ser geridas: abraços, muitas bandeiras no ar e o grito que apenas se ouviu no início e no fim da noite: "Chega, Chega".

MENOS 155 MESAS DE VOTO

Filas As queixas sobre o tempo de espera para votar multiplicaram-se. Segundo dados da Secretaria-geral da Administração Interna, nestas eleições legislativas houve 11.186 mesas de voto, menos 155 do que nas últimas Europeias.



"Não é este resultado, eventualmente mais baixo, que nos tira essa força para continuar a lutar"

Jorge Pires
DIRIGENTE DO PCP



"O Chega é um partido democrático. Não há razão para alarmes nem ataques inusitados. O Chega não vem para minar a democracia"

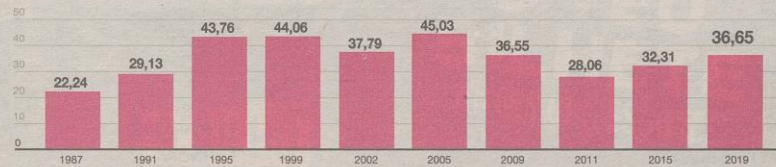
André Ventura
LÍDER DO CHEGA

LEGISLATIVAS 19

Esquerda esmaga direita

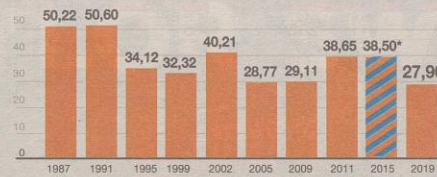
PARTIDO SOCIALISTA

Maioria relativa Se no início da campanha eleitoral as sondagens apontavam para uma forte probabilidade de maioria absoluta, a verdade é que nos últimos dias já indicavam que não seria fácil António Costa conseguir reeditar um feito que, para os socialistas, só José Sócrates conseguiu. O PS venceu e Costa quer reeditar a 'Geringonça' alargada ao PAN e ao Livre.



PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA

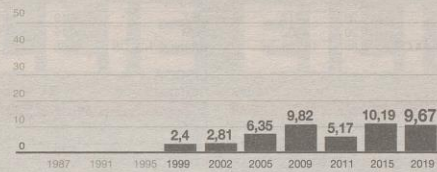
Derrota Não foi a hecatombe que todas as sondagens antecipavam, mas não deixou de ser um dos piores resultados do PSD em eleições legislativas. Rui Rio apontou, e bem, os factores externos e internos que contribuíram para lhe dificultar a vida. E acabou por não esclarecer se tenciona concorrer nas diretas de janeiro ou se abandona o cargo.



* DADOS REFERENTES AOS RESULTADOS OBTIDOS PELA COLIGAÇÃO ELEITORAL PORTUGAL À FRENTE (PAF), FORMADA PELO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA (PPD/PSD) E PELO CDS - PARTIDO POPULAR

BLOCO DE ESQUERDA

Consolidação O Bloco de Esquerda consolidou-se como terceira força política nacional, mas não conseguiu o objectivo de condicionar o próximo Governo (Catarina Martins colocou essa fasquia na última convenção do partido) socialista, assim ao jeito do que o Podemos de Pablo Iglesias fez com o PSOE de Pedro Sanchez, em Espanha.



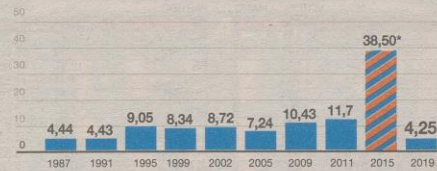
PARTIDO COMUNISTA/VERDES

Fatura A CDU foi o único dos partidos da 'Geringonça' que saiu claramente derrotado nas eleições de ontem, perdendo votos e mandatos parlamentares. Daí não ser surpreendente a categórica afirmação de Jerónimo de Sousa de que o PCP não está disponível para viabilizar novamente uma solução idêntica.



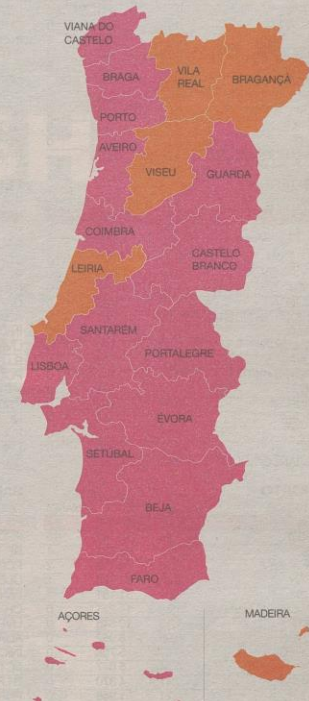
CDS

Fim de ciclo A derrota mais significativa e estrondosa das eleições de ontem estava reservada para o CDS-PP, que volta aos velhos tempos de 'partido do táxi'. Assunção Cristas não perdeu tempo a anunciar eleições internas e a anunciar a sua não recandidatura ao cargo.



PAN

O outro vencedor Deixa de ser um pequeno partido para ter um grupo parlamentar com quatro deputados – apenas menos um do que o CDS. Faz parte do conjunto de partidos com quem António Costa disse que iria falar para construir uma 'solução de Governo' que garanta estabilidade política para os próximos quatro anos.



TOTAL NACIONAL

PARTIDO	%	VOTOS	MAND.
PS	36,65	1.866.407	106
PSD	27,90	1.420.553	77
BE	9,67	492.487	19
PCP/PEV	6,46	329.117	12
CDS-PP	4,25	216.448	5
PAN	3,28	166.854	4
CHEGA	1,30	66.442	1
INICIATIVA LIBERAL	1,29	65.545	1
LIVRE	1,09	55.656	1
ALIANÇA	0,77	39.316	0
R.I.R.	0,68	34.638	0
PCTP/MRPP	0,68	34.572	0
PNR	0,30	15.272	0
MPT	0,23	11.622	0
NC	0,22	11.239	0
PURP	0,20	10.424	0
EM BRANCO	2,54	129.599	0
NULOS	1,74	88.539	0
VOTANTES	54,50	5.092.424	-



AVEIRO				BEJA				BRAGA				BRAGANÇA			
PARTIDO	%	VOTOS	MAND.	PARTIDO	%	VOTOS	MAND.	PARTIDO	%	VOTOS	MAND.	PARTIDO	%	VOTOS	MAND.
PS	34,31	120 836	7	PS	40,71	26161	2	PS	36,40	169 468	8	PSD	40,78	25 909	2
PSD	33,55	118 141	6	PCP/PEV	22,80	14 655	1	PSD	34,08	158 652	8	PS	36,54	23 215	1
BE	9,96	35 068	2	PCP/CDS	20,11	14 980	0	BE	8,88	41 331	2	BE	6,03	3 833	0
CDS-PP	5,69	20 045	1	BE	9,08	5 833	0	CDS-PP	4,11	19 127	1	CDS-PP	4,46	2 831	0
PCP-PEV	3,05	10 738	0	CDS-PP	2,30	1 480	0	PCP-PEV	3,96	18 443	0	PCP-PEV	2,12	1 347	0
PAN	2,96	10 424	0	CHEGA	2,04	1 313	0	PAN	2,56	11 934	0	PAN	1,31	831	0
INICIATIVA LIBERAL	1,02	3 582	0	PAN	1,97	1 269	0	INICIATIVA LIBERAL	0,82	3 804	0	CHEGA	0,84	533	0
R.I.R.	0,78	2 750	0	PCTP/MRPP	1,35	865	0	R.I.R.	0,75	3 469	0	R.I.R.	0,57	360	0
CHEGA	0,74	2 600	0	LIVRE	0,62	397	0	CHEGA	0,88	3 179	0	PCTP/MRPP	0,49	313	0
LIVRE	0,68	2 409	0	ILS	0,43	279	0	CHEGA	0,68	3 177	0	ALIANÇA	0,49	309	0
ALIANÇA	0,62	2 178	0	ALIANÇA	0,39	252	0	PCTP/MRPP	0,50	2 318	0	INICIATIVA LIBERAL	0,43	271	0
PCTP/MRPP	0,54	1 892	0	PNR	0,31	200	0	ALIANÇA	0,47	2 182	0	LIVRE	0,42	270	0
MPT	0,20	707	0	MPT	0,26	169	0	NC	0,22	1 017	0	PURP	0,29	184	0
PURP	0,20	701	0	NC	0,18	118	0	PNR	0,21	1 000	0	PNR	0,27	172	0
PNR	0,20	694	0	PDR	0,16	101	0	PNR	0,19	862	0	NC	0,22	137	0
NC	0,18	623	0	PTP	0,11	73	0	PDR	0,13	620	0	PDR	0,19	121	0
PDR	0,16	561	0	BRANCO/NULOS	3,83	2465	0	PURP	0,12	549	0	PTP	0,16	101	0
BRANCO/NULOS	4,83	17 017	0				BRANCO/NULOS	4,84	22 533	0	BRANCO/NULOS	4,29	2722	0	

CASTELO BRANCO				COIMBRA				ÉVORA				FARO			
PARTIDO	%	VOTOS	MAND.	PARTIDO	%	VOTOS	MAND.	PARTIDO	%	VOTOS	MAND.	PARTIDO	%	VOTOS	MAND.
PS	40,88	38 342	3	PS	39,02	79 590	5	PS	38,33	28 371	2	PS	36,75	63 469	3
PSD	26,33	24 674	1	PSD	26,61	54 279	3	PCP-PEV	18,89	13 980	1	PSD	22,30	38 516	3
BE	11,05	10 352	0	BE	11,18	22 808	1	BE	17,48	12 937	0	BE	12,31	21 255	1
PCP/PEV	4,75	4 451	0	PCP/PEV	5,59	11 402	0	BE	8,95	6 624	0	PCP/PEV	7,05	12 180	0
CDS-PP	3,71	3 479	0	CDS-PP	3,48	7 103	0	CDS-PP	3,42	2 535	0	PAN	4,77	8 238	0
PAN	2,38	2 231	0	PAN	2,63	5 355	0	CHEGA	2,22	1 645	0	CDS-PP	3,81	6 572	0
CHEGA	1,27	1 187	0	ALIANÇA	1,03	2 106	0	PAN	1,95	1 446	0	CHEGA	2,14	3 690	0
LIVRE	0,89	834	0	LIVRE	0,94	1 926	0	PCTP/MRPP	1,25	922	0	LIVRE	0,89	1 704	0
ALIANÇA	0,76	715	0	CHEGA	0,90	1 836	0	INICIATIVA LIBERAL	0,88	503	0	PCTP/MRPP	0,88	1 513	0
PCTP/MRPP	0,74	694	0	INICIATIVA LIBERAL	0,90	1 676	0	ALIANÇA	0,66	490	0	INICIATIVA LIBERAL	0,82	1 424	0
INICIATIVA LIBERAL	0,58	543	0	R.I.R.	0,57	1 154	0	ALIANÇA	0,62	459	0	ALIANÇA	0,76	1 310	0
R.I.R.	0,58	541	0	PCTP/MRPP	0,51	1 031	0	R.I.R.	0,45	334	0	MPT	0,43	740	0
PURP	0,29	273	0	PNR	0,31	623	0	NC	0,42	311	0	NC	0,42	729	0
PNR	0,26	246	0	PDR	0,22	453	0	PNR	0,24	179	0	PURP	0,29	499	0
MPT	0,24	226	0	NC	0,22	441	0	PURP	0,21	154	0	PPM	0,24	408	0
PPM	0,20	183	0	MPT	0,20	417	0	MPT	0,19	143	0	PDR	0,21	359	0
PTP	0,17	157	0	PURP	0,20	402	0	PPM	0,15	114	0	PTP	0,21	356	0
BRANCO/NULOS	4,78	4482	0	BRANCO/NULOS	5,85	10 703	0	BRANCO/NULOS	3,68	2727	0	BRANCO/NULOS	4,62	7 969	0

GUARDA				LEIRIA				LISBOA				PORTALEGRE			
PARTIDO	%	VOTOS	MAND.	PARTIDO	%	VOTOS	MAND.	PARTIDO	%	VOTOS	MAND.	PARTIDO	%	VOTOS	MAND.
PS	37,55	28 338	2	PSD	33,61	74 892	5	PS	36,74	404 877	20	PS	44,73	22 930	2
PSD	34,37	26 093	1	PS	31,07	69 460	4	PPD/PSD	22,60	248 937	12	PSD/CDS	20,08	10 284	0
BE	7,81	5 990	0	BE	9,36	20 920	1	BE	9,71	106 944	5	PCP/PEV	10,46	5 356	0
CDS-PP	4,99	3 823	0	CDS-PP	5,33	11 905	0	PCP/PEV	7,79	85 789	4	BE	8,10	4 146	0
PCP-PEV	2,98	2 295	0	PCP-PEV	4,27	9 534	0	PAN	4,41	48 536	2	CDS-PP	3,82	1 955	0
PAN	1,60	1 223	0	PAN	2,87	6 415	0	CDS/PP	4,40	48 502	2	CHEGA	2,74	1 401	0
CHEGA	1,48	1 135	0	CHEGA	1,48	3 318	0	INICIATIVA LIBERAL	2,47	27 166	1	PAN	1,66	852	0
INICIATIVA LIBERAL	0,60	461	0	ALIANÇA	0,98	2 185	0	LIVRE	2,07	22 807	1	PCTP/MRPP	1,21	622	0
R.I.R.	0,60	458	0	INICIATIVA LIBERAL	0,92	2 057	0	CHEGA	2,00	22 053	1	LIVRE	0,56	287	0
ALIANÇA	0,53	406	0	LIVRE	0,92	2 050	0	ALIANÇA	1,27	14 036	0	ALIANÇA	0,52	267	0
LIVRE	0,49	373	0	R.I.R.	0,74	1 649	0	PCTP/MRPP	0,81	8 923	0	IL	0,50	255	0
PCTP/MRPP	0,47	363	0	PCTP/MRPP	0,73	1 629	0	PNR	0,44	4 819	0	R.I.R.	0,41	209	0
PTP	0,22	171	0	MPT	0,30	668	0	R.I.R.	0,41	4 530	0	PNR	0,31	158	0
PNR	0,22	165	0	PNR	0,28	622	0	MPT	0,25	2 783	0	PURP	0,22	115	0
PURP	0,20	154	0	NC	0,26	583	0	NOS CIDADAOIS	0,25	2 713	0	MPT	0,18	94	0
MPT	0,16	122	0	PDR	0,24	547	0	PURP	0,19	2 101	0	PDR	0,13	65	0
NC	0,15	118	0	PPM	0,22	486	0	PPM	0,18	1 958	0	PTP	0,12	61	0
BRANCO/NULOS	5,32	4 083	0	BRANCO/NULOS	5,97	13 354	0	BRANCO/NULOS	3,61	40 503	0	BRANCO/NULOS	4,25	2176	0

PORTO				SANTARÉM				SETÚBAL				VIANA DO CASTELO			
PARTIDO	%	VOTOS	MAND.	PARTIDO	%	VOTOS	MAND.	PARTIDO	%	VOTOS	MAND.	PARTIDO	%	VOTOS	MAND.
PS	36,65	342 456	17	PS	37,13	76 896	4	PS	38,98	155 488	8	PS	34,77	46 892	3
PSD	31,16	291 183	15	PSD	25,20	52 141	3	PCP/PEV	15,75	62 236	3	PSD	33,79	41 196	3
BE	10,12	94 553	4	BE	10,22	21 141	1	PPD/PSD	14,39	56 860	3	BE	8,47	10 320	0
PCP/PEV	4,90	44 859	2	PCP/PEV	7,57	15 662	1	BE	12,11	47 863	2	CDS-PP	6,21	7 576	0
PAN	3,48	32 328	1	CDS-PP	4,73	9 793	0	PAN	4,44	17 529	1	PCP-PP	3,97	4 839	0
CDS-PP	3,34	31 181	1	PAN	2,59	5 364	0	CDS/PP	2,96	11 703	0	PAN	2,36	2 876	0
INICIATIVA LIBERAL	1,52	14 221	0	CHEGA	2,03	4 210	0	CHEGA	1,93	7 643	0	R.I.R.	0,87	1 058	0
R.I.R.	1,13	10 545	0	LIVRE	0,86	1 782	0	LIVRE	1,23	4 874	0	CHEGA	0,70	858	0
LIVRE	0,96	8 952	0	ALIANÇA	0,82	1 698	0	INICIATIVA LIBERAL	1,05	4 133	0	INICIATIVA LIBERAL	0,57	692	0
CHEGA	0,61	5 708	0	INICIATIVA LIBERAL	0,78	1 605	0	PCTP/MRPP	0,90	3 538	0	LIVRE	0,56	688	0
PCTP/MRPP	0,54	5 047	0	PCTP/MRPP	0,69	1 432	0	ALIANÇA	0,73	2 889	0	ALIANÇA	0,56	679	0
ALIANÇA	0,47	4 370	0	R.I.R.	0,61	1 266	0	R.I.R.	0,53	2 107	0	PCTP/MRPP	0,55	671	0
PURP	0,21	1 948	0	PNR	0,40	894	0	PNR	0,45	1 771	0	JPP	0,48	587	0
MPT	0,18	1 721	0	NC	0,39	814	0	MPT	0,28	1 106	0	PNR	0,24	292	0
PNR	0,18	1 656	0	PDR	0,29	605	0	PURP	0,26	1 033	0	PDR	0,23	281	0
PDR	0,15	1 446	0	PURP	0,24	498	0	NOS CIDADAOIS	0,26	1 025	0	NC	0,21	259	0
BRANCO/NULOS	3,90	36 418	0	MPT	0,23	471	0	PPM	0,19	739	0	PURP	0,17	212	0
				BRANCO/NULOS	4,85	10 033	0	BRANCO/NULOS	3,60	14 229	0	BRANCO/NULOS	4,77	5 816	0

VILA REAL				VISEU				AÇORES				MADEIRA			
PARTIDO	%	VOTOS	MAND.	PARTIDO	%	VOTOS	MAND.	PARTIDO	%	VOTOS	MAND.	PARTIDO	%	VOTOS	MAND.
PSD	39,04	39 143	3	PSD	36,24	64 373	4	PS	40,06	33 472	3	PSD	37,15	48 231	3
PS	37,21	37 306	2	PS	35,37	62 833	4	PSD	30,21	25 249	2	PS	33,41	43 373	3
BE	6,06	6 078													

1,20 € // Terça-feira, 8 outubro 2019 // Ano 10 // Diário // Número 3056 // Diretor: Mário Ramires // Dir. exec.: Vítor Rainho // Dir. exec. adjunto: José Cabrita Saraiva // Subdir. exec.: Marta F. Pais // Dir. de arte: Francisco Alves

inevitável

BIBLIOTECA GERAL
UNIV. DE COIMBRA
JORNAIS



Juiz sugere que saída de Joana Marques Vidal se deveu ao caso Tancos

“Logo por azar dos Távoras havia de haver a renovação do mandato da PGR”, disse o juiz João Bártolo durante interrogatório a Azeredo Lopes

// PÁGS. 16-17

Entrevista a André Ventura, líder do Chega

“A Assembleia da República nunca mais vai ser igual”

“Os países mais democráticos têm prisão perpétua”

“Sou ameaçado frequentemente por membros de etnia cigana”



// PÁGS. 8-11

MANUEL ALEGRE APELA AO PCP PARA CONTRIBUIR PARA SUCESSO DE NOVA GERINGONÇA

O day after da hecatombe à direita: Já há distritais a pedir a saída de Rio e João Almeida chega-se à frente no CDS Os deputados que chegam ao Parlamento e os que estão de saída // PÁGS. 32-35



Cíntia Gil, diretora do Doclisboa

“Há artistas que não têm para comer em casa”
“Todos os ministros da Cultura dos últimos tempos são absolutos incapazes e cobardes”

// PÁGS. 38-41

Grátis. Dentro do jornal há um voucher para um dia no Fitness Hut

// PÁG. 7

Packs Living

Entre no lado living da vida

até 8% Desconto gás natural + eletricidade verde

a partir de 4,90€/mês

edp COMERCIAL

Anexo 69: Jornal I - 8 de outubro de 2019 – manchete

A Radar //

André Ventura. “A Assembleia da República nunca mais vai ser igual”

É o novo inquilino do Parlamento e o mais polémico. Acusado de racista, André Ventura defende-se e diz que com ele a democracia não fica em causa.

DANIELA SOARES FERREIRA
daniela.ferreira@ionline.pt
VÍTOR RAINHO
vitor.rainho@ionline.pt
MAFALDA GOMES (FOTOS)
mafalda.gomes@ionline.pt

A entrevista estava marcada para as instalações da Universidade Autónoma e combinámos encontrarmo-nos à entrada do edifício onde tem o seu gabinete. À chegada, são muitos os que o cumprimentam e Ventura irradiava alegria depois de, na noite anterior, ter passado um mau bocado quando pensou que não seria eleito. Foi por 1820 votos que conseguiu um lugar no Parlamento português. O último deputado eleito pelo PS, segundo o método de Hondt, conseguiu 20 234 votos e Ventura alcançou os 22 053. Aqui fica a primeira entrevista depois de ser eleito, numa noite em que tocou várias vezes no terço que tinha no bolso. Como sempre, polémico mas, desta vez, mais à defesa no que diz respeito ao seu futuro enquanto comentador desportivo e professor universitário.

O Livre já disse que não há lugar para a extrema-direita na AR. Como comenta esta afirmação?

Acho que claramente era dirigida a nós, mas felizmente não é o Livre que decide quem vai para o Parlamento ou não, é o povo português. O povo português entendeu que devia dar-nos essa confiança e esse mandato e nós vamos cumpri-lo. Os rótulos, a nós, preocupam-nos muito pouco. Nós consideramo-nos essen-

cialmente um partido antissistema e o que o Livre deveria pensar, e deveria ponderar, é porque é que o Chega teve mais votos que o Livre, quando o Livre tem seis ou sete anos e o Chega tem quatro meses. O Livre deveria ponderar um bocadinho porque é que isso aconteceu. Aliás, acho que todos os partidos deveriam perguntar-se como é que um partido com quatro meses elege para a AR um deputado. Acho que isso é um sinal de que, de facto, as coisas não estão bem na nossa democracia.

Também já circula um abaixo assinado a pedir a inconstitucionalidade do Chega.

Tenho a mesma tranquilidade que tive quando entreguei as coisas no Tribunal Constitucional, a força das minhas convicções. Já estou a par desses movimentos, amanhã lá vamos ser recebidos pelo Presidente da República. Vou dar-lhe conta desta situação e destas petições que estão a circular. Parece-me muito curioso que, numa democracia que acaba de eleger um partido, com votos legítimos das pessoas, contados em urna, haja movimentos a pedir a sua inconstitucionalidade. É o mesmo que dizer que quase 70 mil portugueses são tontos ou estão de costas voltadas para a Constituição. Estas questões já são um bocadinho batidas mas vamos falar sobre elas. Prisão perpétua, castração de pedófilos e a célebre história do racismo com os ciganos. O que vai dizer na AR sobre estes temas?

Quanto ao primeiro, o Chega vai mesmo propor a restauração da prisão perpétua em Portugal. Não sabemos se vai ser aprovado ou não, estou curioso para ver o que o PSD e o CDS vão definir no voto sobre isso, porque hoje temos em Portugal uma situação em que os criminosos mais hediondos ao fim de sete, oito, nove, 10, 11 anos, são libertados. E nós olhamos para toda a Europa e isso não acontece. Ainda agora em Espanha tivemos mais uma condenação a prisão perpétua de uma mãe que matou o filho. Em Inglaterra temos várias. Aparentemente os países mais democráticos têm prisão perpétua. E nós queremos fazer o mesmo em Portugal. Não compreendo, nem nunca vou compreender, que a mãe da Joana, que matou a filha e a deu aos porcos para ser comida, tenha cumprido oito anos ou sete de prisão. Acho que os europeus olham para o nosso sistema penal e riem-se. É uma impunidade absoluta. Os



portugueses quando votaram em mim não podiam dizer que não sabiam em quem é que estavam a votar e os portugueses merecem que honremos essa palavra.

E em relação à castração?

Quanto à castração química dos pedófilos, vamos também propô-la durante esta legislatura. E vai ser curioso mais uma vez ver a opção que os partidos de direita vão tomar sobre esta matéria porque há várias vozes no PSD que já admitiram que a castração química pudesse ser uma solução. Tivemos agora recentemente o bispo do Porto a dizer que a castração química é uma solução para os casos de abusadores sexuais e violadores em série. Nós vamos propô-lo. Sei que a castração química não resolve os problemas dos violadores e dos pedófilos, mas é o único método que conhecemos até hoje que diminui a taxa de reincidência. E se eu sentir que salvei uma criança ou uma mulher de ser violada, para mim já é uma grande vitória.

E a história da redução para 100 deputados, que é considerada inconstitucional. Não é uma medida puramente demagógica?

Os 100 é um número simbólico, é um número que para nós é importante para marcar a ideia de que o Parlamento pode ser muito mais pequeno. Essencialmente a nossa mensagem é esta: temos de reduzir o número de deputados. Obviamente que para reduzir para 100 temos de fazer uma revisão Constitucional e não está nas nossas mãos, precisamos do apoio da assembleia e ontem o primeiro-ministro já disse que o Chega não vai contar para nada. O que é então possível fazer? É propor a descida para o mínimo legal, que são 180. E é isso que vamos fazer. Aliás, prometi aos meus eleitores que a nossa primeira proposta no Parlamento será reduzir o número de deputados e vamos apresentá-la já na primeira oportunidade, mal comece a legislatura. Mesmo que isso

“Os políticos não são todos iguais, há políticos que têm honrado a camisola”

“Queremos que haja uma incompatibilidade vitalícia entre governantes e as empresas com que negociem”

ENTREVISTA





André Ventura está convencido que vai ser o maior partido da direita em oito anos

prejudique o Chega. Porque o Chega com menos deputados vai ser prejudicado, aliás como os pequenos partidos. Qual é a diferença? É que nós não estamos a pensar em nós, estamos a pensar no dinheiro que se gasta com o Parlamento desnecessariamente. Já sei que depois vão dizer que isto é populismo, mas de facto se há três meses ligássemos o canal parlamentar a esta hora, víamos quantas pessoas? 15? 20? 30? Para que é que precisamos de 230 deputados? Não faz sentido. Vamos propor a redução para os 180 como uma forma de dizer aos portugueses que a forma como gastamos o dinheiro dos seus impostos vai começar a ser controlada e que acabou esta bandalheira na AR – deputados que não vão e assinam por outros, deputados que em quatro anos não fizeram uma intervenção. Um deputado que está lá quatro anos para não dizer nada, mais vale não estar. Agora os ciganos: o que vai propor na AR?

Acho que há um problema de 'subsidiopendência', há um problema de não integração no Estado de direito, de algum desrespeito ao Estado de direito e o que nós vamos propor são duas coisas: 1. Que haja um censo nacional para sabermos onde, quem são e quantos ciganos temos em Portugal, porque neste momen-

to ninguém sabe – sem qualquer problema de questões étnicas ou raciais. Se há um problema com a comunidade, temos de saber onde estão, quem são, que problemas têm. E em Portugal nem sequer se pode falar nisto. 'Eles querem é saber para os tratar mal'. Nós não queremos tratá-los mal. Nós queremos é saber quem eles são, onde estão, como vivem, para podermos tratar do problema. O segundo aspeto é o controlo efetivo – não temos ainda definido como esse plano se vai chamar – sobre as regras do Estado de direito em matéria da comunidade cigana. Por exemplo, continuam a existir casamentos com raparigas de 12 e 13 anos? As mulheres continuam a não ir à escola? Para fazer isto é preciso atuar e não olhar para o lado. Mas atenção, nós vamos fazer isso em relação à comunidade cigana, como vamos fazer o mesmo sobre a mutilação genital feminina em relação a comunidades africanas que existem em Portugal, como vamos fazer a uma série de outras.

Teve algum problema com a comunidade cigana nos últimos tempos?

Tive várias vezes durante a campanha, sim. O nosso antepenúltimo dia de campanha foi em Loures. Quando chegámos, estava uma senhora sentada na paragem de autocarro, nós estávamos em caravana, tinha estado conosco a RTP, e começou a chamar-nos racistas. Gerou-se um grande alarme, toda a gente se levantou, e a senhora ao telefone deve ter chamado outros elementos da comunidade cigana e vieram pelo menos dois carros com indivíduos que aparentavam ser de etnia cigana e nós tivemos que nos refugiar na esquadra de Loures. Os polícias estavam lá, poderão confirmar a veracidade desta história. O que é triste nisto é que é recorrente. Não me vou fazer de vítima, sei que quando digo certas coisas, estas têm consequências. Mas na verdade sou

ameaçado por membros da etnia cigana frequentemente e sempre que estou na rua e passamos por eles em campanha somos ameaçados, vilipendiados ou até agredidos, etc. Mas não vamos deixar de o dizer só por causa disso.

Mudando de assunto, o Chega também é acusado de ter financiamento da extrema-direita estrangeira. Quanto é que o Chega gastou na campanha?

Não sei ainda quanto é que gastámos. Diria, em números provisórios, que os gastos andaram à volta de 20/30 mil euros. Ainda não fizemos a contabilidade. A nossa estimativa era de 150 mil, penso que gastámos 20/30 mil. Contando com eventos, *outdoors*, todo o tipo de campanha. O que significa que, para o Estado, a comparar com os outros partidos, tivemos uma campanha muito barata e que a subvenção a nós vai ter menos custos porque gastámos também menos dinheiro.

E não tiveram ajudas externas? Nada. Nunca. As ajudas externas são proibidas em Portugal. Eu sei que... por exemplo, nós estivemos com o Vox, em Espanha. Tudo o que temos feito a nível europeu e internacional é criar pontos com forças sobretudo europeias que possam ajudar-nos a criar uma estratégia europeia para moldar a Europa tal como nós a queremos. Nunca pedimos um centímo a uma força estrangeira e eu nunca aceitaria receber, nem pessoalmente nem para o partido, nenhuma ajuda estrangeira. Primeiro porque é ilegal e segundo porque eu acho que é imoral.

continua na página seguinte >>

“Os países mais democráticos têm prisão perpétua. Não faz sentido Portugal não ter”

“Vamos propor um censo nacional para sabermos onde, quem são e quantos ciganos temos”

—8 outubro 2019 **1** 9

A Radar //

Muitas pessoas abordam-no na rua com cordialidade. Mas nem sempre é assim



>> continuação da página anterior

Quanto à imoralidade, foram acusados de apresentarem assinaturas falsificadas.

Nós recolhemos assinaturas do país inteiro, houve várias pessoas a recolhê-las. Eu próprio não sei o que se passou, foram várias assinatura invalidadas, umas porque eram de menores, outras porque eram de polícias, outras porque alegadamente foram falsificadas. Entregámos tudo ao tribunal e ao Ministério Público – sinto que nesse processo o partido foi o mais prejudicado. Sei que fomos prejudicados por isso e nós não vamos desistir até que este processo esteja terminado, para que eu possa saber exatamente quem as falsificou e para também agirmos civilmente contra essa pessoa. Se calhar nas legislativas não se colocou tanto, mas esse tema prejudicou-nos nas eleições europeias. E não vou esquecer isso.

Disse ainda ontem que vai lutar “contra estes políticos que nos roubam há 40 anos”. Os políticos estão todos dentro do mesmo tacho?

É uma certa generalização. O que queria dizer ali, em frente à AR, com um certo entusiasmo pós eleição, era que estarmos ali era para dizer que aquela casa, a partir de agora, nunca mais vai ser igual. Os políticos não são todos iguais, há políticos que têm honrado a camisola, mas hoje olhamos para a quantidade de teias no Parlamento e no Governo – o Governo parece uma família, no Parlamento uns nunca estão, outros estão e assinam por outros e acham que é absolutamente normal, outros têm negociatas com o Estado. Denunciei esta semana que o atual presidente da Lusoponte foi o mesmo ministro que negociou a concessão da

ponte Vasco da Gama. As pessoas olham para isto e pensam como é que é possível. O próprio homem que está ao lado do Governo na negociata vai depois trabalhar para aquela empresa. É isto que eu quero dizer com “estes políticos que nos roubam há 40 anos”. Alguns dir-me-ão assim: “mas ele não pode ter mérito para trabalhar na mesma empresa com que negociou?”. Poder, pode, mas é ético que alguém negocie em nome do Governo com uma empresa e depois vá trabalhar para lá?

Estamos a falar do Ferreira do Amaral.

Sim. O que eu queria dizer ali era que nós vamos dar um abanão neste regime em matéria de corrupção e vamos propor que haja um regime de incompatibilidade vitalícia entre qualquer dirigente político que negocie em nome do Estado e as empresas com que negocia. É o mais justo e é o mais legítimo.

Em relação à noite de domingo, em Lisboa, o Chega foi o terceiro partido dos pequenos. Como é que comenta essa derrota em Lisboa, onde acabou por ser eleito?

Nós, em Lisboa, queríamos ter mais, foi nos subúrbios que fomos mais fortes e não na cidade de Lisboa. Já o esperava sinceramente. Aliás, houve um momento da noite quando me disseram que as freguesias que faltava apurar eram Alfragide, Marvila e Algueirão-Mem Martins, eu disse ‘estamos eleitos’. Porque são freguesias onde as pessoas sentem estes problemas de que eu tenho falado. Nas freguesias em Lisboa, muitas delas, como o Parque das Nações e outras, não se sente tanto os problemas que eu tenho abordado. Em Sintra ficámos com um resultado fortíssimo, na Amadora a mesma coisa. Nestes sítios, onde as pessoas percebem os pro-

blemas de que nós falamos, isso acontece. Já para não falar de que a nível nacional fomos o partido mais votado dos pequenos.

Em Beja, Évora e Portalegre. Exato, temos implantação nacional. Mas isto quererá dizer que quem votou também é racista, como o acusam?

Não há como fugir. Sou muito frontal nestas coisas. Acho que não tem a ver com racismo. Tem a ver com as pessoas perceberem que aquilo que eu digo da comunidade cigana eles vivem na pele, enquanto há uma parte do país que não vive isso. Por outro lado, há um fenómeno que eu não quero esconder e que me parece evidente: há de facto algum eleitorado provavelmente do partido comunista desamparado, descontente e que entende que o Chega pode ser uma solução alternativa. Pode parecer estranho às pessoas, estamos a falar de dois polos diferentes do espectro político, mas eu estou convencido que, em algumas zonas do Alentejo, a votação que nós tivemos só pode advir de eleitorado do partido comunista. São locais onde o PCP tinha 50 ou 60% dos votos. E isto deixa-me muito feliz, significa que estamos a conseguir chegar a todo o tipo de eleitorado.

“Estamos a conseguir chegar a todo o tipo de eleitorado. Ganhámos votos ao PCP”

“Sou ameaçado frequentemente por membros de etnia cigana”

Não há como fugir. Sou muito frontal nestas coisas. Acho que não tem a ver com racismo. Tem a ver com as pessoas perceberem que aquilo que eu digo da comunidade cigana eles vivem na pele, enquanto há uma parte do país que não vive isso. Por outro lado, há um fenómeno que eu não quero esconder e que me parece evidente: há de facto algum eleitorado provavelmente do partido comunista desamparado, descontente e que entende que o Chega pode ser uma solução alternativa. Pode parecer estranho às pessoas, estamos a falar de dois polos diferentes do espectro político, mas eu estou convencido que, em algumas zonas do Alentejo, a votação que nós tivemos só pode advir de eleitorado do partido comunista. São locais onde o PCP tinha 50 ou 60% dos votos. E isto deixa-me muito feliz, significa que estamos a conseguir chegar a todo o tipo de eleitorado.

Há uma análise do portal eyedata divulgada hoje que diz que o Chega obteve melhores resultados em zonas onde há menos poder de compra, serviços de saúde e onde a criminalidade é mais baixa.

Da criminalidade acho estranho, porque de facto um dos temas que nós temos mais tocado é a criminalidade. O poder de compra percebo: um dos pontos que mais denuncié durante a campanha é haver indivíduos que estão a ganhar 13 mil euros de subvenções vitalícias por mês e os hospitais estarem cheios de pessoas nos corredores sem conseguirem ter acesso a tratamentos. Dei este exemplo na televisão, o valor pago pelas subvenções vitalícias desde 1985 dava para pagar o tratamento da SIDA durante um ano. As pessoas percebem isso. Isto não é populismo, façam as contas. Temos subvenções desde 1985, uma média de sete milhões por ano, vejamos quanto é que gastámos. Dava prova-

ENTREVISTA



velmente para um ano ou dois para o tratamento da sida. Quando nós tocamos nisso, não me surpreende que seja nos sítios onde há menos saúde e menos serviços do Estado que as pessoas ficam mais revoltadas. E isso é a razão da nossa força.

Escolher Hugo Ermano [militar da GNR condenado pela morte accidental de um menor de 13 anos de etnia cigana] para encabeçar a lista pelo Porto, é polémico. Porquê esta escolha? Acho que o Hugo Ermano foi vítima de uma grande injustiça em Portugal. Acho que a maior parte da população portuguesa assim o entende. Numa primeira condenação teve uma absurda pena de nove anos, uma coisa absurda. Ia perdendo tudo, a carreira, a vida, a liberdade, e mesmo assim teve força para se reerguer e lutar um bocadinho contra o sistema com as armas que ele tinha. Identifiquei-me com a luta dele e, noutra dimensão, porque ele não é um político, achei que era um

candidato que podia dar às pessoas aquele sentido de autenticidade. O Hugo Ermano é muito autêntico, travou uma grande batalha, é preciso não esquecer que até pelas minhas ligações ao futebol o Porto é um local muito difícil para nós do ponto de vista da implantação e o Hugo travou esta batalha heroica. Estou-lhe

“Não quero deixar de ser comentador desportivo nem professor universitário”

“Reconheço que o Porto é muito difícil de conquistar por causa do futebol”

muito agradecido por isso. No Porto só teve 5700 votos. Acha que algum dia poderá ser um político com dimensão nacional? Como é que vê a sua faceta de comentador, em que o fanatismo toca ali à porta em alguns casos, e como é que diz que dentro de oito anos será o maior partido de Portugal? Vamos dividir em duas questões. Reconheço que o Porto é muito difícil porque desde logo temos uma questão que eu noto na rua, ligada ao futebol: acho que os portugueses são muito maduros na hora de decidir e sabem distinguir perfeitamente as duas coisas mas a verdade é que, em Portugal, o futebol tem uma importância e uma dimensão que não tem em outros países e isso sente-se na rua. Ando na rua a fazer campanha e, sem querer exagerar, diria que 80% das pessoas fala mais do Benfica do que de política. É o país que temos, temos que lidar com isso. Estou convencido de que agora, com a nossa implan-

tação mediática e parlamentar, as pessoas terão acesso à nossa mensagem de outra forma mais direta, sem os filtros habituais, sem os estereótipos habituais e isso vai permitir que nos implantemos no Porto, que até é um terreno mais conservador do que Lisboa. Porquê o maior partido do país? Acho que isto nunca aconteceu, em quatro meses eleger um deputado para a Assembleia da República. No momento em que o CDS desce, o PSD desce, a Aliança desaparece completamente do mapa – eu compreendo porque desaparece, é o efeito do PSD a subir. Curiosamente, o eleitorado do Chega mantém-se e vai aumentando até à última sondagem antes do dia das eleições. Que sinal é que isto nos dá? Que o eleitorado do Chega não é o eleitorado tradicional do PSD, estamos a tocar na abstenção e a tirar algum eleitorado ao CDS. Estou convencido de que, até ao final desta legislatura, vamos passar o CDS em número de deputados, nas próximas eleições. E nas outras, vamos atrás do PSD. Nesse ciclo eleitoral estou convencido que o PSD já será o maior partido. Agora daqui a quatro anos vamos ter mais deputados do que o CDS.

Vai deixar o comentário desportivo?

Vou avaliar. Não queria deixar de ser comentador, vou avaliar com a CMTV a situação. Gostava de me manter na televisão, no comentário, mas vou avaliar. Tenho de falar com eles sobre isso e perceber qual é a intenção. Eu gostava de me manter. Honestamente, acho que não é incompatível. E não teme que essa representação do Benfica prejudique?

Temo e vou avaliar. Não há decisão tomada, também ainda não falei com a CMTV sobre isto, foi tudo muito recente. Vou avaliar

e ver o que é melhor para os dois, porque acho que os compromissos também se honram assim. Sobre a presença televisiva, não só desportiva, gostava de me manter na televisão por duas razões. Percebo que vá sempre haver pessoas que dizem que é concorrência desleal porque tem um palco que outros não têm, mas a verdade é que eu já era comentador antes de ser político. É isto que eu faço e é isto que gosto de fazer. Obviamente que, se colidir com as minhas funções parlamentares, terei de dar preferência às funções parlamentares.

Não vai faltar a uma sessão parlamentar importante como faltou a um debate porque causa de um programa desportivo?

Não, não vou faltar a nenhuma questão parlamentar por questões televisivas mas acho que a televisão – como os jornais – é um meio importante para nos darmos a conhecer.

Disse na altura que vivia desse dinheiro, embora também viva de outras atividades. É professor. A questão do dinheiro não se colocará?

Nessa altura terei também outras fontes de rendimento. Não sou rico e por isso só vivo do meu trabalho. Quando é assim acho que os portugueses percebem. Se fosse rico, deixava tudo e dedicava-me a escrever livros e a refletir sobre o país. Mas não posso, tenho de ganhar dinheiro porque tenho contas para pagar. Vou avaliar, provavelmente deixarei todas as minhas outras atividades para me dedicar em exclusivo ao Parlamento.

Deixa de ser professor?

Provavelmente, vou também avaliar com a universidade. Mas a televisão gostava de manter porque não é uma profissão mas é algo que é importante para nos darmos a conhecer ao público.

A Radar //

Parlamento.

As novas caras e as saídas

OS QUE CHEGAM



Libre Joacine Katar Moreira

●●● Joacine Katar Moreira tem 37 anos e nasceu na Guiné-Bissau. Cresceu com os avós e quando tinha oito anos a avó decidiu enviá-la para Portugal para estudar num colégio interno em Mafra. Tirou uma licenciatura em História Moderna e Contemporânea – vertente de Gestão e Animação de Bens Culturais, tem ainda um mestrado em Estudos do Desenvolvimento e um doutoramento em Estudos Africanos pelo ISCTE, onde ainda é investigadora do Centro de Estudos Internacionais. Enquanto estudou, trabalhou em supermercados e em hotéis para pagar as propinas. Nas últimas legislativas estava na 22.ª posição da lista de candidatas por Lisboa.



Chega André Ventura

●●● André Ventura saiu do PSD em 2018 para criar o Chega. Na altura, era vereador da Câmara de Loures. Ganhou notoriedade pelas opiniões polémicas entre as quais, castração química de pedófilos, reduzir para 100 o número de deputados, instituir a prisão perpétua ou extinguir o Ministério da Educação, sendo associado à extrema-direita. É adepto ferrenho do Benfica, gosta de ciclismo, escreveu um romance e, até se apaixonar, quis ser padre. É fluente em inglês, espanhol, árabe, francês e hebraico. Tem 36 anos e é licenciado em Direito pela Universidade Nova, com média de 19 valores. Mais tarde, doutorou-se em Direito Público pela University College Cork, na Irlanda.



Iniciativa Liberal João Cotrim de Figueiredo

●●● João Cotrim de Figueiredo é o primeiro deputado eleito do Iniciativa Liberal. Tem 58 anos, é gestor, empresário e, durante o Governo de Passos Coelho, foi presidente do Turismo de Portugal. Quando terminou o mandato, em 2015, foi eleito vice-presidente da European Travel Commission. Antes de entrar no mundo do turismo, entre 2000 e 2006, liderou a Compal e a Nutricafés. Seguiu-se a Privado Holding, dona do BPP, e entre 2010 e 2011 esteve na direção-geral da TVI. Nasceu em Lisboa, onde estudou na Escola Alemã e aos 18 anos rumou a Londres para tirar a licenciatura de Economia pela London School of Economics. Quando regressou tirou um MBA na Nova.

OS QUE PARTIRAM



PEV Heloísa Apolónia

●●● Heloísa Apolónia, dirigente de Os Verdes, era a cabeça-de-lista da CDU por Leiria e não foi eleita. Ao fim de 24 anos a deputada vai deixar o Parlamento. Leiria é, aliás, um círculo onde a CDU não elege qualquer deputado desde 1987. Heloísa Apolónia foi sempre eleita pelo distrito de Setúbal e esta mudança de círculo foi uma das surpresas das listas CDU. Nas últimas autárquicas foi a candidata da CDU à Câmara de Oeiras, tendo sido eleita deputada sem pelouro atribuído. Heloísa Apolónia tem 50 anos e nasceu no Barreiro. É licenciada em Direito e frequenta o mestrado na Universidade de Lisboa.



PCP Rita Rato

●●● Rita Rato é outro dos rostos que ao fim de dez anos estará de saída do Parlamento. A deputada lidera a lista de candidatas pela CDU no círculo da Europa e, até ao momento, a CDU nunca elegeu qualquer deputado por esse círculo. Rita Rato é militante do PCP desde 2001 e membro da Direção Regional de Lisboa do partido. Tem 36 anos, nasceu em Estremoz e vive em Lisboa. Foi eleita deputada pela primeira vez em 2009, sempre pelo círculo eleitoral de Lisboa. É licenciada em Ciência Política e Relações Internacionais pela Universidade Nova de Lisboa e, entre 2001 e 2006, foi atleta federada de futsal.



CDS Nuno Magalhães

●●● Também de saída está Nuno Magalhães. Foi deputado durante 15 anos e foi presidente da bancada do CDS durante oito anos, tendo sido o parlamentar que mais tempo assumiu a função. Foi sempre eleito por Setúbal e foi candidato pelo partido à câmara sadina. Tem 47 anos, nasceu em Luanda e vive em Lisboa. É licenciado em Direito pela Universidade de Lisboa e chegou a trabalhar como advogado. No ano 2000, a convite de Narana Coissoró, foi assessor jurídico do partido. Mais tarde, em 2002, quando tinha 30 anos, toma posse como secretário de Estado da Administração Interna no Governo de Durão Barroso.

A Radar //

Parlamento. O que vão propor os novos partidos



CHEGA. ACABAR COM PRIVILÉGIOS DOS DEPUTADOS

André Ventura fez da redução do número de deputados uma das bandeiras do Chega e garante que essa será a primeira proposta que vai apresentar no Parlamento. Depois de ter feito campanha a defender que a Assembleia da República devia ter apenas 100 deputados, o líder do partido quer "propor a descida para o mínimo legal", ou seja, 180 deputados. O Chega quer também "acabar com os privilégios dos deputados" e com "as regalias dos altos cargos públicos, como viaturas ou motoristas".

A castração química de pedófilos é outra das propostas que o líder do Chega promete apresentar no Assembleia da República. "Na primeira condenação, a castração química é uma opção de quem aplica a pena, na segunda será obrigatória", de acordo

com o programa eleitoral.

A prisão perpétua foi das propostas mais polémicas lançadas pelo comentador da CMTV. A intenção do agora deputado é introduzir a pena de prisão perpétua para os crimes mais graves, nomeadamente crimes de terrorismo ou homicídios com características específicas. "Hoje temos em Portugal uma situação em que os criminosos mais hediondos ao fim de sete, oito, nove, 10, 11 anos, são libertados", diz, em entrevista ao i, André Ventura. Não faltam propostas polémicas no programa do Chega. Ventura quer criar o "serviço comunitário obrigatório" durante a concessão de subsídio de desemprego e obrigar os beneficiários do Rendimento Social de Inserção (RSI) a prestar serviços à comunidade.

Chega quer acabar com os privilégios dos deputados e com "regalias dos altos cargos públicos"

Ventura defende criação do serviço comunitário obrigatório para os desempregados com subsídio



INICIATIVA LIBERAL. PRIVATIZAR RTP, TAP E CAIXA

O choque fiscal é uma das principais bandeiras do Iniciativa Liberal. O partido que elegeu João Cotrim Figueiredo, gestor e empresário, defende a criação de uma taxa única de IRS de 15% para os rendimentos acima dos 650 euros.

Mas esta está longe de ser a única proposta arrojada do partido que nasceu em dezembro de 2017. A privatização de empresas públicas "ineficientes" é outra das ideias. A RTP, a Caixa Geral de Depósitos e a TAP estão na lista do partido como empresas a privatizar. A "extinção ou concessão de múltiplas entidades estatais" e "liberalizar o mercado laboral" também constam do programa do novo partido com o objetivo de retirar de "retirar o Estado da economia e libertar os contribuintes".

A discussão sobre o salário mínimo nacional (SMN) poderá marcar a próxima legislatura com a esquerda a reivindicar um aumento significativo. O partido mais liberal do parlamento propõe trocar o SMN pelo salário mínimo municipal. Na prática, o salário mínimo passaria a ser definido por cada autarquia para "fomentar a coesão territorial" e "flexibilizar o mercado de trabalho".

O partido liderado por Carlos Guimarães Pinto pretende ainda a "eliminação de variados benefícios fiscais aos partidos" e "reduzir e democratizar subvenções de campanha dos partidos políticos". Durante a campanha, o IL garantiu que iria abdicar da subvenção pública de campanha.

6 i —9 outubro 2019

ELEIÇÕES

Vão estrear-se no parlamento e prometem lançar novos temas no debate político. André Ventura, João Cotrim de Figueiredo e Joacine Katar Moreira garantem que vão fazer a diferença na próxima legislatura.

LUÍS CLARO
luis.claro@jonline.pt



Resultados



1,3%

O Chega foi o mais votado dos pequenos partidos. André Ventura conseguiu cerca de 66 mil votos, o que corresponde a 1,3% e foi eleito pelo círculo de Lisboa. Os melhores resultados do partido, acima dos 2%, foram nos distritos de Portalegre, Évora, Beja e Faro. Os mais fracos foram no Porto, Viana do Castelo, Braga, Vila Real e Bragança com menos de 1% dos votos.

LIVRE. SUBIR O SALÁRIO MÍNIMO PARA 900 EUROS

Iniciativa Liberal quer menos impostos e tem várias ideias para “retirar o Estado da economia”

Liberalizar o mercado laboral e privatizar algumas entidades estatais é uma das propostas do novo partido

O Livre é dos novos partidos aquele que tem mais hipóteses de aprovar algumas das suas propostas no atual contexto político. A subida do salário mínimo nacional para 900 euros no espaço de uma legislatura é uma das prioridades do partido de Joacine Katar Moreira. “Em Espanha, o ordenado mínimo aumentou, de uma única vez, de 700 para 900 euros. Aqui, estamos há anos a fazer reajustes de 20 ou 25 euros”, disse, em entrevista ao i, Joacine Moreira. O Livre quer também “testar e implementar um Rendimento Básico de Cidadania (...) que garanta um rendimento a qualquer cidadão, independentemente da sua condição”.

A redução geral do horário de trabalho para as 30 horas semanais e o aumento dos dias de férias para 30 dias são outras das propostas do partido.

Joacine Katar Moreira já garantiu que uma das suas prioridades será “alterar a lei da nacionalidade de modo a que qualquer pessoa que nasça em território português tenha a nacionalidade portuguesa de forma imediata e definitiva”.

Os adeptos do fim das touradas ganham mais um deputado no parlamento. “Abolir as atividades taumomáquicas em Portugal” é uma das propostas do programa eleitoral. O Livre apresenta várias propostas em defesa dos animais como “reduzir o escalão do IVA de 23% para 6% nos serviços veterinários e na alimentação para animais de companhia” e criar a figura do provedor dos animais a nível nacional.

Livre quer criar rendimento básico de cidadania e reduzir horário de trabalho para as 30 horas semanais

Partido quer acabar com as touradas e reduzir o IVA de 23% para 6% na alimentação para os animais



1,29%

O Iniciativa Liberal conseguiu eleger um deputado pelo círculo de Lisboa com mais de 65 mil votos, o que corresponde a 1,29%. Os melhores resultados foram em Lisboa (2,47%), Porto (1,52%) e Aveiro (1,2%). Os piores foram em Beja, Vila Real e Bragança com menos de 0,5% dos votos.



1,09%

O Livre conseguiu a nível nacional mais de 55 mil votos, o que corresponde a 1,09%. O melhores resultados do partido de Rui Tavares foram em Lisboa (2,07%) e Setúbal (1,23%). As votações mais fracas foram em distritos como Bragança (0,42%), Guarda (0,49%) e Viseu (0,49%).

—9 outubro 2019 **i** 7



Ventura responde a Montenegro. "Não quero acordos"

LISBOA André Ventura responde à entrevista de Luís Montenegro e garante que o Chega não quer "acordos nem coligações" com o PSD, o CDS ou a Iniciativa Liberal. Montenegro defendeu que a direita deve unir-se, mas excluiu o Chega. "Nós somos a voz contra o sistema e vamos continuar assim. Acordos com o PSD? O meu único acordo é com os portugueses desiludidos".

CDS com Economia e Mar no Governo Regional da Madeira

MADEIRA O CDS ficou com as pastas da Economia e do Mar e Pescas no Governo Regional da Madeira. Miguel Albuquerque mantém o seu vice-presidente, Pedro Calado. O Governo Regional da Madeira vai tomar posse no dia 15 deste mês. Este é o primeiro governo de coligação na Madeira depois de o PSD ter perdido a maioria absoluta nas eleições do dia 22 de setembro.

Aliança não fecha portas, garante o partido de Santana

LISBOA O Aliança, partido fundado por Santana Lopes, avalia os resultados eleitorais este fim-de-semana, depois de ter falhado os objetivos eleitorais. Contudo, ontem o partido assegurou que é "absolutamente falso" que a dissolução do Aliança esteja em cima da mesa. Seja como for, o partido foi a votos nas europeias e nas legislativas e não conseguiu qualquer mandato.

Deputado alvo de denúncia anónima

VIANA DO CASTELO O recém-eleito deputado Eduardo Teixeira está a ser investigado pelo MP, diz a *Lusa*. Foram abertos dois processos, um deles resultante de uma denúncia anónima, entregue no penúltimo dia de campanha. Um dos casos reporta-se a presenças em simultâneo no Parlamento e na Câmara de Viana entre 2013 e 2015. O deputado disse que as denúncias não têm fundamento.

PSD

Rio avalia resultados dez dias depois

COMISSÃO POLÍTICA O presidente do PSD, Rui Rio, já marcou a reunião da Comissão Política Nacional do partido para analisar os resultados eleitorais. Será na próxima quarta-feira, dia 16, e servirá também para acertar a marcação do Conselho Nacional do PSD.

CONSELHO NACIONAL De acordo com informações recolhidas pelo *i*, o conselho nacional deverá realizar-se na primeira semana de novembro. Será aí que serão marcadas tanto as eleições diretas como o congresso eletivo do partido.

DECISÃO A decisão de convocar a comissão política foi anunciada menos de 24 horas de Luís Montenegro ter dito que era candidato à liderança do PSD, tendo desafiado o presidente do partido a concorrer também em nome da clarificação interna. Rio ainda não abriu o jogo.

PRESSÃO DE APOIANTES DE RIO Entretanto, há três dias que se sucedem declarações de dirigentes, apoiantes do líder, Rui Rio. Salvador Malheiro e Morais Sarmento foram os últimos a defender que o líder tem condições para continuar. Pacheco Pereira considerou, na *Circulatura do Quadrado (TVI24)* que "o PSD arranhou um líder que não é aparelhístico". Mas, Luís Montenegro ganhou ontem mais um apoio: o do líder do PSD/Açores, Alexandre Gaudêncio.

POLÍTICA

Parlamento. Livre vai pedir mais tempo para Joacine por causa da gaguez

Livre quer "tolerância de tempo" para garantir "igualdade de oportunidades" no Parlamento.

O Livre vai pedir ao próximo presidente da Assembleia da República para que as intervenções de Joacine Katar Moreira tenham uma tolerância de tempo devido à gaguez da nova deputada. "Consideramos que para haver um tratamento igualitário e igualdade de oportunidades, tem de haver uma tolerância de tempo e tem de ser atribuído tempo para que a deputada possa expor as suas ideias", defendeu, em declarações à *Lusa*, Paulo Muacho, da direção do partido.

O Livre considera que a Assembleia da República deve "dar o exemplo" e "adaptar os seus procedimentos internos para aco-

lher a vontade do povo português" nestas eleições.

Para Paulo Muacho, é fundamental "perceber-se que a igualdade não pode ser uma questão formal de atribuir o mesmo tempo a pessoas que não estão em circunstâncias iguais".

A gaguez de Joacine tem gerado polémica e, principalmente nas redes sociais, abriu-se uma discussão sobre se esta questão pode limitar a atividade política. Francisco Seixas da Costa, ex-secretário de Estado dos Assuntos Europeus, defendeu, na sua página do Facebook, que "um partido que só tem esta voz no parlamento vai ter inúmeras dificuldades para ser eficaz no debate político".

"NÃO É FÁCIL, CLARO" Joacine já respondeu aos que pensam que a gaguez pode limitar a sua atividade como deputada. "A gaguez é um 'problema' de quem gagueja mas também é um problema

de você que fica constrangido, que diz que é 'sofrível' ver alguém que gagueja, que se inquiete e se auto-desconforta. Não é fácil, claro. Mas fica mais difícil quando você não resolve o seu 'problema'. O maior problema para uma pessoa que gagueja é a coragem de assumir a gaguez, de falar com e sobre a gaguez. Decidi fazer a minha parte. Faça também a sua parte!", escreveu, após o debate na RTP dos pequenos partidos, a cabeça-de-lista por Lisboa do Livre.

Já Rui Tavares, fundador do partido, defendeu que a nova deputada "levará todas as suas forças, que como se vê são muitas, ao serviço dos cidadãos na Assembleia da República, e que será uma deputada ímpar".

O *i* questionou a AR sobre se existe disponibilidade para dar tolerância de tempo à deputada do Livre, mas ainda não obteve resposta.

PUB

Lisboa, 18 de Outubro
12h15 Welcome Drink

Almoço - Debate
Com Embaixador Carlos Fonseca
Embaixador de Angola

Main Sponsor: **GRUPO8** SEGURANÇA


Gold Sponsors: **AM 48** **Carclasse** **GRUPO-BEL** **DIARTARE CONSULTANCY**

Media Partners: **JF** O Jornal Económico **SOL** **Jornal i** **Record** **CORREIO** **VidaEconómica** GRUPO EDITORIAL

Partners: **Essential** **FRONTLINE** **LIDER** **Imobiliário** **W** **DOCKETT** **AVBOX** **laçarote** **CHAMBRE DE COMMERCE D'INDUSTRIE ET DE SERVICES DU PORTUGAL** **gardie.pt** **by music** **Lisbon Film**

211 320 413 | 91 333 00 55
geral.icpt@gmail.com | geral@icpt.pt

Inscrições:
€35,00 (Associados) €50,00 (Não Associados)
IBAN: PT50 0010 0000 4424 8300 00134

 Opiniões

DETOX

Na fila para votar

A sabedoria aos 82 de uma vizinha de secção de voto.



Marta F. Reis

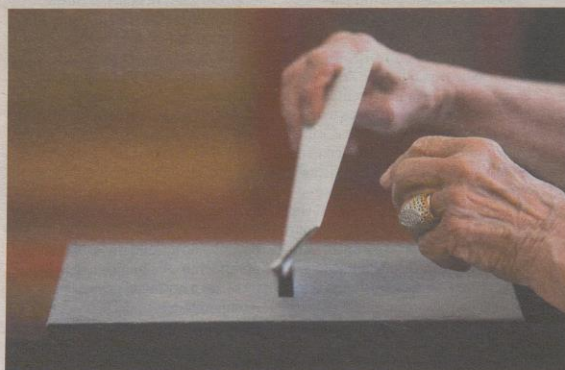
Fila para votar... sabem como foi. A senhora dá o lugar a uma velhota como ela, mais cambaleante. "Não tenho pressa e só estão os gatos à espera". São só três lugares à frente, mas nunca é demais a cortesia. Mais ninguém se vira para trás para ceder a prioridade, que a pressa tem o condão de levar a simpatia. Mete conversa, esse outro à vontade simples que parece ter caído em desuso. "E olhe que tenho oitenta e dois anos", declara. "Não diria", devolvo. Ela sorri, é o que lhe dizem. "Faço por isso todos os dias, vou a todo o lado a pé, escada acima escada abaixo. Desde que haja saúde...". Que bem que faz e que inveja. O elevador é mais rápido, o carro é mais rápido. "Ficar parada em frente à televisão? Que desperdício. Na televisão só oíço música". É a sabedoria dos oitenta e dois. "É preciso fazer ginástica ao cérebro, manter os neurónios a funcionar. Ler, leio muito. Estou sempre a dizer: se não fizermos nada e nos acomodarmos, os neurónios estão sempre a morrer".

Foi funcionária pública, chefe de serviço. Reformou-se cedo, nos 50, era a lei qualquer coisa – invoca o diploma.

Como será a lei quando chegar a nossa altura? Mais vale nem pensar nisso. Já tinha 40 anos de descontos, pôde acompanhar os filhos, orientá-los na vida e viajar com o marido, aproveitar o tempo que tiveram. A miúda dorme no carrinho. "A vossa geração e a deles está tramada, é isso dos aparelhos, ficam vidrados e depois aparecem os problemas. Não a deixe usar o telemóvel", recomenda. "Digo-o a todas as mães mas nem sempre ligam".

Olho à volta, temos todos os telefone na mão, tornou-se a bengala dos tempos livres. Guardo o meu na mala enquanto ela continua, cheia de energia, a falar da beleza e do sossego da terra do marido, dos bons tempos, do mundo que viram. Oitenta e dois anos, como é que lá chegaremos no stresse em que vivemos? É certo que não faltaram provações aos que hoje lá estão, infâncias menos almofadadas do as que nos proporcionaram a nós e queremos proporcionar aos nossos. Mas guardar aos 82 a lucidez de saber a importância de cuidar de si e querer falar disso parece um privilégio – interpela-nos a questionar os hábitos, mudar as rotinas. É simples, chegar à noite e em vez de ligar o televisor ou o telefone pegar no livro adormecido na cabeceira, mesmo que seja para adormecer com ele. Num instante a fila avançou, foi só dar tempo ao tempo.

Jornalista
Escreve à sexta-feira



Aprender a votar

PATRÍCIA DE MELO MOREIRA/AFP

JOÃO GOMES
DE ALMEIDA

Metade do caminho da direita já está feito

Para quem, como eu, está preocupado com o futuro do espaço político não socialista, no dia 6, metade dos nossos problemas ficaram resolvidos. Agora só falta a segunda parte. Faltavam novos ativos na Assembleia da República. Um partido como o Chega, com um discurso popular que agregasse um eleitorado volátil e, muitas vezes, abstencionista. Mas também um partido como a Iniciativa Liberal, urbano e sem medo de comunicar de uma forma criativa e inteligente.

Antes de domingo, faltava ainda provar que o PSD não ganha eleições à esquerda e muito menos a tentar ser muleta do PS, ainda por cima deste PS, que ignora o centro-direita e vive de mão estendida à esquerda radical. Ficou provado que o tempo de Rui Rio acabou.

A segunda parte dos problemas que faltam resolver é relativamente simples. Falta um CDS que encontre o seu espaço e

nos devolva o seu pragmatismo. Um CDS que volte a ser um partido de quadros prontos a ajudarem proativamente a governar o nosso país. Um CDS que não se perca em guerras de puritanismo ideológico.

Mas o que mais falta faz ao nosso espaço político é a refundação do PSD. O maior partido não socialista português tem de assumir a sua vocação de ser a grande casa que vai do centro à direita.

Uma casa que não vive dos dogmas do passado, mas que opta antes por ter os olhos no futuro. Uma casa arrumada e com a coragem de colocar as tricas pessoais para trás das costas. Uma casa com novos rostos, novas ideias e uma nova forma de comunicar com os portugueses.

Como dizia no início deste texto, o caminho já está a meio. Agora é termos juízo a fazer o resto.

Publicitário



O tempo de Rui Rio acabou

MIGUEL RIOPA/AFP

PALAVRAS NO AR

Um chega pra lá na democracia

Estas eleições evidenciaram a tendência crescente do eleitorado de procurar novas propostas políticas, fora dos partidos ditos tradicionais.



António Luís Marinho

“Os partidos formulam propostas políticas para vencer eleições; não procuram vencer eleições para realizar propostas políticas”.

Anthony Downs

Gostava de começar por dizer que, embora não concordando com 90% do que o partido Chega tem no seu programa, estou frontalmente contra a intenção de alguns, através de abaixo-assinados, de tentar proibir aquele partido, alegando a sua inconstitucionalidade.

A grande questão que nos conduz ao Chega, à direita, e que nos tem conduzido a partidos, à esquerda, com duvidoso amor pela democracia liberal tem a ver com o desgaste cada vez mais rápido e acentuado dos partidos do denominado arco da governação onde, de há quatro anos a esta parte, temos também de incluir o PCP e o BE.

Na verdade, o que estas eleições nos ensinaram foi, por um lado, o crescente afastamento dos cidadãos da participação política, expresso na abstenção de 45,5% – a maior de sempre em

eleições legislativas. Isto é, 4 milhões e 250 mil eleitores não foram às urnas.

Por outro lado, estas eleições também nos mostraram, ou melhor, evidenciaram a tendência crescente do eleitorado de procurar novas propostas políticas, fora dos partidos ditos tradicionais. Na verdade, de entre estes, só um cresce em relação a 2015: o PS.

O Parlamento passa a ter um número recorde de partidos, dez, num leque que vai praticamente de um extremo ao outro.

Resta-me explicar o “chega pra lá” na democracia.

Este abanão pode ser positivo se entendermos corretamente a mensagem. O eleitorado está cada vez mais farto deste jogo de alternância entre PS e PSD que tem marcado a política portuguesa desde a fundação do regime democrático.

É desta convivência pantanosa que nascem propostas novas, algumas delas representando franjas da sociedade que se sentem marginalizadas e que encontraram agora uma voz.

Da incapacidade dos partidos tradicionais nasceu este início de pulverização partidária que pode não ficar por aqui. Uma vez atingido o estatuto parlamentar e, com ele, uma nova e muito maior capacidade de comunicação, estas novas forças políticas têm todas as condições para crescer.

Veremos o que trazem de novo para o enriquecimento e o fortalecimento do sistema democrático.

Jornalista



Discordo dos abaixo-assinados contra o Chega

MAFALDA GOMES



RODRIGO ALVESTAXA

Gago fico eu!

Findas as eleições, não vou perder-me naquelas costumeiras análises eleitorais, querendo apenas transmitir o meu desprezo intelectual e cívico por quem não vota. Enoja-me esta sociedade que enche a boca de direitos mas se esquece dos deveres. A esses, que agora comam e se calem. Assim, vou antes focar-me na tese de que a extrema-direita chegou ao Parlamento, porque considero que só por rusticidade se pode catalogar André Ventura como sendo parte dela. Primeiro porque, para sê-lo, era preciso haver direita, e já não havia. Depois, porque havendo, aos que a deviam ser interessa diminuir quem lhes ameace legitimamente o lugar e, aos de esquerda, assustar as pessoas com fantasmas para que esta não rejuvenesça. Cansa esta palhaçada porque nem André Ventura nem o Chega são de extrema-direita, fascistas, facinoras, etc. Pode-se nem sempre gostar do estilo, mas Ventura põe o dedo na ferida, sendo por isso que incomoda e é atacado. No entanto, quanto mais atacado, mais rijo, sendo a sua eleição prova disso. Mas como tanto apregoam que o extremismo chegou ao Parlamento, vamos lá ao tema. Primeiro, ele já lá estava, sendo exercido pelo Bloco de Esquerda e pelo PAN. O que agora se pode dizer é que entrou mais um, também de esquerda, personificado por Joacine Moreira. Ora, começo já pelo que qualquer pessoa pensa mas não ousa dizer, temendo que, ao fazê-lo, seja apelidado de racista ou xenófobo. Como para isso me estou nas tintas, dado não ser nenhuma das coisas, não fujo do assunto. Alguém acha possível um cirurgião operar se tiver tremuras nas mãos? Eu não acho. É viável um

invisual conduzir? Não é. Ora, assentando a política parlamentar no dom da oratória, não compreendo como pode Joacine Moreira estar nela quando não domina esta faculdade – exceto alguns vídeos do YouTube, em que a mulher não gagueja. Não estou com isto a insinuar nada, mas tenho o direito de achar, no mínimo, estranho. Já o que desconfio sempre é de quem, ao sair num dia de anonimato, se ache logo no outro a última bolacha do pacote. Vejam que até disse que gagueja quando fala mas, ao contrário de outros deputados, não gagueja quando pensa. A mim parece-me que não gagueja quando pensa porque não chega a pensar sequer. Se pensasse, não propunha o que propõe sobre a nacionalidade. Se pensasse, sendo eleita deputada de Portugal, não se fotografava na noite da sua eleição ostentando uma bandeira que não a portuguesa. Para mim, fazê-lo deveria ser motivo bastante para perda imediata de mandato. E se quer brincar às bandeirinhas, vá para controladora de tráfego aéreo. A isto soma-se um discurso em tudo miserável. Desde vociferar que será uma voz incómoda, que é feminista radical ou, tal como alguns vídeos do YouTube testemunham (daqueles em que não gagueja), afirmar que ser mulher negra em Portugal é estar sujeita quotidiana e sistematicamente a discriminações seculares e estruturais, ou vir falar de colonialismo passados 40 anos, é demasiado boçal e odioso. Um dia destes, gago fico eu com tanta ignorância.

Escreve à sexta-feira

ELEIÇÕES

Braga. A disputa entre os dinossauros e os estreantes

O distrito bracarense é o terceiro do país a eleger mais deputados com 19 lugares. É por isso mesmo, um dos mais disputados sendo que este ano são 21 os candidatos que se apresentam na corrida às urnas para as legislativas.

ANA PETRONILHO ana.petronilho@dn.pt

PSD, ANDRÉ COELHO LIMA



André Coelho Lima é uma das estrelas do PSD como candidato a deputado. Mas o atual deputado da mesma circunscricao de Braga, em 2014 e 2015, foi assessor jurídico de Paulo Duarte na secretaria de Estado da Juventude. Foi vencedor na Câmara de Sintra desde 2009 tendo sido também líder da bancada na Assembleia Municipal. No partido, André Coelho Lima é vice-presidente da comissão de Braga. Fora da política, o social democrata teve funções ligadas ao setor industrial há quase 100 anos como fundador da COELIMA e de Lamentim. No entanto, entre 1993 e 2007, teve vários cargos no Mota Lipton Club, chegando a ser director para presidente daquele clube. Tem 34 anos, é licenciado em Direito pela Universidade Lusitana no Porto e é administrador da sociedade C.L. - Sociedade de Engenharia, que fundou em 2005.

BE, JOSÉ MARIA CARDOSO



O professor José Maria Cardoso volta a ser o candidato a deputado em Braga, já em 2005 tinha ocupado o 1.º lugar na lista de candidatos de BE naquele círculo eleitoral. Este ano José Maria Cardoso foi a cabeça de lista para substituir Pedro Soares que se recusa a reapresentar-se para encabeçar a lista por Braga. Licenciado em Engenharia com pós-graduação em Sociologia (Universidade Comenius), José Maria Cardoso, com 58 anos, é membro do BE desde a fundação do partido, em 1999. Nasceu em Barcelos e é professor do curso de Engenharia do Instituto de Engenharia de Bragança, onde foi eleito deputado municipal, cargo que exerce desde 2003.

PS, SÓNIA FERTUZINHOS



Sónia Fertuzinhos é deputada há 24 anos, mas só agora se apresenta como cabeça de lista do partido socialista. Chegou pela primeira vez ao Parlamento em 1993, aos 22 anos, quando António Guterres era secretário-geral do PS. Nas eleições anteriores ocupou o terceiro lugar da lista de candidatos e em 2011 e 2013 entrou na 1.ª formação. Nasceu em Vila Verde e tem há vários anos uma empresa de engenharia em Vila Verde da Silva. Apesar de ser engenheira, Sónia Fertuzinhos já se dedica ao jornalismo há mais de 20 anos, tendo sido vice-presidente da Associação de Jornalistas de Vila Verde da Silva e a primeira mulher a ocupar o cargo de vice-presidente da Associação de Jornalistas de Vila Verde da Silva. Foi a primeira mulher a ocupar o cargo de vice-presidente da Associação de Jornalistas de Vila Verde da Silva. Foi a primeira mulher a ocupar o cargo de vice-presidente da Associação de Jornalistas de Vila Verde da Silva.

CDU, TELMO CORREIA



Licenciado em Direito, Telmo Correia é deputado pelo PSD há 20 anos, tendo sido eleito pela primeira vez em 1996, quando Rui Formosa era presidente do conselho e o primeiro-ministro era António Guterres. Foi vice-presidente do grupo parlamentar do PSD durante duas legislaturas e entre 2003 e 2005 foi ministro do Turismo, durante o Governo de Santana Lopes. Nessa altura, viveu no tempo livre em um apartamento depois de ter sido vice-presidente do conselho municipal, antes de ser vice do cargo governamental. Mais tarde, entre 2009 e 2008 foi vice-presidente da Assembleia da República, quando o primeiro-ministro foi José Manuel Barroso. Depois de ter sido deputado pelo PSD, foi eleito deputado municipal, cargo que exerce desde 2003.

PAN, RAFAEL PINTO



É em Braga que o PAN tem o maior número de candidatos pelo partido. Rafael Pinto tem 22 anos e estuda na Faculdade de Ciências da Universidade do Porto. Licenciado em Direito, Rafael Pinto, que nasceu em Ourense do Basso, está a frequentar o mestrado em Direito da União Europeia na Universidade do Minho. Filhos do PAN há três anos e é um dos responsáveis pela criação do núcleo do partido em Braga. Tem alguma experiência em cargos políticos. Rafael Pinto é também, desde 2018, responsável de conteúdos educativos na área de formação e de Braga. É, ainda, através desta canal que Rafael Pinto também publica vídeos com ideias políticas. Assim da causa animal e ambiental, sempre como grande bandeira, a melhoria do sistema de educação, de saúde e a luta contra a corrupção.

BRAGA, DISTRICTO



RESULTADOS DAS ÚLTIMAS LEGISLATIVAS (2015)

PSD	45,61%
PS	30,87%
BE	8,60%
CDU	5,19%
PAN	0,78%

ABSTENÇÃO NAS ÚLTIMAS LEGISLATIVAS (2015)

BRAGA	39,79%
NACIONAL	44,14%

CABECAS-DE-LISTA DOS PARTIDOS SEM ASSENTO PARLAMENTAR

- Luis Carilo (ALIANÇA)
- Maria Sofia Pereira (PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS (PCP))
- CHEGA
- Manuel Martins (CHEGA)
- Mário Freitas (PARTIDO SOCIALISTA (PS))
- Olga Batista (REGIONAL LIBERAL)
- Filipe Leite da Costa (PARTIDO SOCIALISTA (PS))
- Vitor Secco (PARTIDO SOCIALISTA (PS))
- Carlos Lobo (PARTIDO NACIONAL RENOVADOR (PNR))
- Teresa Mota (LIVRE)
- Luis Alves (PARTIDO SOCIALISTA (PS))
- MAS
- Visco Santos (SOCIEDADE PROMOTORA SOCIALISTA (SPS))
- Antonio Joaquim Mendes (PARTIDO SOCIALISTA (PS))
- Armando Caldas (NÓS CIDADÃOS)
- António Ferreira (PARTIDO SOCIALISTA (PS))
- Diogo Reis (PARTIDO SOCIALISTA (PS))

Anexo 82: Jornal I - candidatos - 11 de setembro de 2019 - páginas 4 e 5

ELEIÇÕES

Bragança. O distrito que só elege candidatos do PS e PSD

PS e PSD repetem os candidatos pelo círculo de Bragança, mas há caras novas. O PSD aposta em Nuno Moreira, filho do ex-líder do partido Adriano Moreira, que se candidatará pela primeira vez a deputado. O BE aposta no investigador Pedro Oliveira e o PCP na arqueóloga Fátima Bento. Nas últimas décadas, só PS e PSD conseguiram eleger deputados por Bragança.

ANA PETRONILHO ana.petronilho@dn.pt

PSD, ADÃO SILVA



O PSD volta a escolher Adão Silva para liderar a lista de candidatos pelo círculo de Bragança. O atual vice-presidente do grupo parlamentar é um dos deputados mais próximos de Rui Rio e está na Assembleia da República há 32 anos, tendo sido eleito pela primeira vez em 1987. Pelo mais fez algumas intervenções na carreira de deputado nas últimas funções no Governo. Entre 2002 e 2004, durante o Governo de Durão Barroso, foi secretário de Estado Adjunto do ministro da Saúde. Professor de ensino secundário com licenciatura em Língua e Literatura, Adão Silva é presidente da Associação Portuguesa de Filólogos, Adão Silva foi também presidente do distrito de Bragança. Atualmente, o atual deputado é presidente da Assembleia Municipal de Macedo de Cavaleiros e diretor do Centro de Recuperação Profissional cda-cda.

BE, PEDRO OLIVEIRA



O Bloco de Esquerda nunca conseguiu eleger qualquer deputado em Bragança. Este ano, as listas encabeçadas por Pedro Oliveira para encabeçar a lista de candidatos a deputado por aquele distrito. Pedro Oliveira nasceu em Lisboa, mas vive há vários anos em Bragança. É investigador e professor do Instituto de Bragança, onde integra e ocupa que está a desenvolver os conteúdos científicos para a Maieia, da Língua Portuguesa. Tem mestrado na área de linguística pela Universidade de Lisboa, tendo desenvolvido investigação em parceria com a Universidade de Santiago de Compostela. Tem 27 anos e como principais bandeiras assume as desigualdades territoriais e a abstração da população jovem para as regiões do interior do país. Defende ainda a terapia social e política.

PS, JORGE GOMES



O mandato do antigo secretário de Estado da Administração Interna ficou marcado pelo papel de T15 nos incêndios de 2017. Mas o PS voltou a apoiar em Jorge Gomes para liderar a lista de candidatos por Bragança, cidade onde nasceu em 1951. Já em 2015, o antigo governador do círculo de lista pelo PS em Bragança, tendo sido eleito pela primeira vez deputado. Desde depois tornou-se como secretário de Estado. Nessa altura, já como António Costa há dois anos. Os primeiros dois governos inauguraram o distrito de Bragança e António Costa era secretário de Estado da Administração Interna. Antigo assessor de António Vitorino e com uma carreira sempre ligada à indústria de vestuário, tecnologia e saúde, Jorge Gomes foi também dirigente distrital e presidente da Assembleia do PS de Bragança. Candidatou-se por duas vezes à Câmara de Bragança, em 2007 e em 2009, tendo sido vencedor.

CDU, FÁTIMA BENTO



Também a CDU nunca conseguiu eleger qualquer deputado em Bragança. Este ano, a cabeça de lista é a arqueóloga Fátima Bento, de 39 anos, como cabeça-de-lista pelo distrito. Em 2017, não tinha candidatura. Fátima Bento foi eleita deputada na Assembleia Municipal de Bragança mais, até agora, não assumiu qualquer cargo na Assembleia da República. Nasceu em Macedo de Cavaleiros, foi da atividade pública, e cabeceira de lista é membro da direção da unidade de produção do distrito e do distrito de organização regional do PCP. Caso contrário era eleito como deputado, assume como prioridades várias medidas que visam melhorar no desenvolvimento do região, entre as quais a regeneração e a reposição das florestas, a gestão pública de água, e apoiar na transição energética ou o retorno dos apícolas à agricultura.

PAN, PAUL SUMMERS



Paul Summers, de 51 anos, foi assessor do Presidente-Armário-Náutica para liderar a lista de candidatos pelo distrito. Paul Summers é empresário na área do turismo e reside no Porto. No entanto, das ter antepassados e familiares com raízes no distrito de Bragança, sobretudo no Morado, Fátima e Barres. É membro de diversas organizações não governamentais e de movimentos de cidadãos na área do ambiente, como o SOS Estuário do Douro. Tem ainda presença no conselho municipal de Bragança, onde preside do município da cidade do Porto, como presidente executivo deputado, estabelecendo a aposta na terra e numa agricultura que alenteje a cultura de comércio daquele região. Quer ainda combater a desertificação no distrito.

BRAGA, DISTRICTO



RESULTADOS DAS ÚLTIMAS LEGISLATIVAS (2015)

PSD	49,41%
PS	34,06%
BE	5,54%
CDU	3,07%
PAN	0,55%

ABSTENÇÃO NAS ÚLTIMAS LEGISLATIVAS (2015)

BRAGA	52,77%
NACIONAL	44,14%

CABECAS-DE-LISTA DOS PARTIDOS SEM ASSENTO PARLAMENTAR

- Carlos Silvestre (ALIANÇA)
- Carlos Lobo (PARTIDO NACIONAL RENOVADOR (PNR))
- CHEGA
- Marco Nozede (CHEGA)
- Sandra Sousa (PARTIDO SOCIALISTA (PS))
- Teresa Domingues (REGIONAL LIBERAL)
- Jorge Filho (PARTIDO SOCIALISTA (PS))
- Margarida Bento (LIVRE)
- António Lopes (PARTIDO SOCIALISTA (PS))
- José Barros (NÓS CIDADÃOS)
- Manuel Carvalho (PARTIDO SOCIALISTA (PS))
- José Denguê (PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS (PCP))
- António Vitorino (PARTIDO SOCIALISTA (PS))

Anexo 83: Jornal I - candidatos - 12 de setembro de 2019 - páginas 4 e 5

Castelo Branco. O distrito onde as mulheres dominam

PSD, CLÁUDIA ANDRÉ
Cláudia André é uma das novas caras em que Rui Passos, substituindo o santista Manuel Passos, Geógrafo e professor no Instituto de Ciências, Cláudia André tem 48 anos e é natural da Beira. Tem quatro anos de idade, sendo vogal da comissão política do PSD e sorteada para a lista de Educação, Cultura, Juventude e Desporto do Conselho Estratégico Nacional do PSD, presidido por Daniel António, mas não tem qualquer experiência enquanto deputada. Nos últimos autárquicas, em 2017, foi eleita deputada municipal na Câmara de Beirã, sendo foi vereadora, entre 2008 e 2017. Atualmente preside ao conselho de administração da Praxitelis-Turismo e Artebeira. Aos 48 anos, Cláudia André é licenciada em Geografia, pela Universidade de Coimbra, e mestre em Sistemas de Informação Geográfica, também pela Universidade de Coimbra. Tem ainda a licenciatura em Gestão Escolar, pelo Instituto Politécnico de Leiria.

PS, HORTENSE MARTINS
A gestora Hortense Martins volta a ser cabeça-de-lista pelo PS em Castelo Branco. É licenciada há 14 anos e na última legislatura esteve associada em duas candidaturas. Em duas listas eleitorais, mas não foram publicadas notícias e dar conta que registou de interesse, chegou ao polo ocupado no Parlamento há três mandatos consecutivos. Em 2015, foi eleita deputada municipal na Câmara de Beirã, sendo foi vereadora, entre 2008 e 2017. Atualmente preside ao conselho de administração da Praxitelis-Turismo e Artebeira. Aos 48 anos, Cláudia André é licenciada em Geografia, pela Universidade de Coimbra, e mestre em Sistemas de Informação Geográfica, também pela Universidade de Coimbra. Tem ainda a licenciatura em Gestão Escolar, pelo Instituto Politécnico de Leiria.

BE, RUI LINO
Também o Bloco de Esquerda, que nunca conseguiu eleger um deputado por Castelo Branco, aposta numa candidatura para liderar a lista de candidatos às legislativas deste ano. Rui Lino, nascido em Coimbra em 1979, mas tem as raízes familiares na Covilhã e vive na cidade beirã desde 2011. É licenciado em Serviço Social pelo Instituto Superior Miguel Torres e tem uma pós-graduação em Gestão da Unidade de Saúde pela Universidade da Beira Interior e está ligado a vários movimentos sociais, culturais e artísticos, sendo, por exemplo, um dos membros da Plataforma Contra a Guerra. Rui Lino colabora também com jornais e sites, fazendo parte da Equipe Editorial do portal Interior. O Avesso. É militante do Bloco de Esquerda e faz parte do núcleo local do Covilhã e é um dos principais nomes da comissão coordenadora do distrito do partido.

ODS, ASSUNÇÃO VAZ PATTO
Assunção Vaz Patto é uma das candidatas à deputada. Há, pelo menos, 20 anos que o CDS não eleger qualquer deputado naquele distrito. Médica Neurologista no Hospital Sousa Martins e professora associada da Faculdade de Ciências da Saúde da UBI, nas últimas autárquicas, Assunção Vaz Patto, que nasceu em Coimbra em 1963, foi a cabeça-de-lista do partido à presidência da Assembleia Municipal da Covilhã. A candidata diz que decidiu aceitar o convite do CDS para apresentar medidas que ajudem a população de Castelo Branco. Como presidente, Assunção Vaz Patto quer implementar um sistema fiscal para o interior, reduzindo o IRS das empresas que se queiram deslocar para aquelas regiões assim como baixar o IRS das famílias que ali vivem. Além disso, quer apoiar a agricultura, Assunção Vaz Patto quer melhorar as suas ferramentas e cobalinas.

ODU, ANA MARIA LEITÃO
Pela segunda vez consecutiva, o PCP e Os Verdes apontam em uma mulher para liderar o elenco de candidatos pelo CDS em Castelo Branco. Este ano a escolha recaiu sobre Ana Maria Leitão que nasceu em Castelo Branco e tem 52 anos. É professora do 3.º ciclo do básico no Freguesia e dirigente do Sindicato dos Professores da Região Centro, alçada à Freguesia. Tem também 7 mandatos do PCP sendo membro da comissão de candidaturas do partido. Nas últimas eleições europeias, realizadas em maio deste ano, fez parte da lista de candidatos da CDU como suplente. E em 2017, nas eleições autárquicas, foi candidata à presidência da Câmara Municipal de Castelo Branco. Foi eleita deputada municipal naquele conselho, durante duas mandatos.

ANALISE
São quatro os deputados eleitos por Castelo Branco. E, entre os partidos com assento parlamentar, também são quatro as mulheres que encabeçam a lista de candidatos à Assembleia da República. A exceção está no Bloco de Esquerda que escolheu Rui Lino para liderar a lista de candidatos. Há, pelo menos, 20 anos que só o PSD e PS elegem deputados pelo distrito.

ANALISE
O Pessoas Animais-Natureza escolheu Rebeca Lopes para encabeçar a lista de candidatos a deputados. Rebeca Lopes é mestrandia da engenharia de leguminosas. Licenciada em Gestão pela Universidade Lusófona, Rebeca Lopes é advogada na sociedade OMAAssociadas. Aos 30 anos, Rebeca Lopes tem ainda uma pós-graduação em Ciências Forenses, Investigação Criminal e Comportamento Desviante pelo Instituto OPAAP. Rebeca Lopes já foi militante da Juventude Social Democrata, sendo, entre 2015 e 2017, exerceu funções de vice-presidente da comissão política distrital.

ELIÇÕES

REBECA LOPES
CASTELO BRANCO
DISTRITO

RESULTADOS DAS ÚLTIMAS LEGISLATIVAS (2015)

PS	38,86%
PSD	35,31%
BE	10,03%
CDU	5,03%
PA	0,83%

ABSTENÇÃO NAS ÚLTIMAS LEGISLATIVAS (2015)

CASTELO BRANCO	42,54%
NACIONAL	44,14%

CABECAS-DE-LISTA DOS PARTIDOS SEM ASSENTO PARLAMENTAR

- Ana Carmilo (ALIANÇA)
- Guilherme Serra (PARTIDO NACIONAL RENASCIMENTO)
- José Dias (CHEGA)
- Luis Vieira (PARTIDO POPULAR RENASCIMENTO)
- Maria Castelo Branco (INICIATIVA LIBERAL)
- Bruno de Sousa (PARTIDO TRABALHISTA POPULARES PT)
- Miguel Cardoso (LIVRE)
- Fernando Rocha (PARTIDO UNICO DOS TRABALHADORES RENASCIMENTO)
- Joaquim Pinto (PARTIDO COMUNITARIO TRABALHADORES RENASCIMENTO)
- Jorge Azevedo (RENOVO INCLUI REAGIR INCLUI)
- Carla Pereira (INICIATIVA TERRA VIVA)
- Vitor Santos (PARTIDO SOCIALISTICO REPUBLICANO POP)

4 | 11 de setembro de 2019

11 | 11 de setembro de 2019

Anexo 84: Jornal I - candidatos - 13 de setembro de 2019 - páginas 4 e 5

A Radar //

Coimbra.

O distrito que o PS quer reconquistar ao PSD

ELEIÇÕES

Coimbra perdeu 11 mil eleitores face ao número de recenseados nas últimas legislativas. Mas esta perda não reduziu o número de deputados eleitos pelo distrito. Continuam a ser nove os lugares que os partidos vão disputar. O PS, que desde 2011 não vence as eleições no distrito, apostou na ministra da Saúde para cabeça-de-lista.

ANA PETRONILHO emi.petroneff@jornal.pt

PSD. MÓNICA QUINTELA



Rui Rio escolheu Mónica Quintela, que ficou conhecida por ser advogada de Pedro Dias, para liderar a lista de candidatos por Coimbra, um dos distritos mais disputados. Mónica Quintela já tinha sido, antes, a escolha de Rui Rio como porta-voz para o Juízo do Conselho Estratégico Nacional. Mónica Quintela é política da vice-presidente do PSD Bina Fraga, tendo sido vogal da comissão de Ordem dos Advogados durante o mandato de antigo bastonário, entre 2014 e 2015. Além disso, o marido de Mónica Quintela, Rui da Silva Leitão, foi vice da antiga bastonária Elina Fraga. Licenciada em Direito pela Universidade de Coimbra, Mónica Quintela, de 51 anos, foi também formadora nas áreas pedagógica e de direito dos cursos do IEPF. Trabalha em regime de contrato, com quem já defendeu alguns dos casos mais mediáticos, como o da rapariga da PU Ana Sattilo, que foi acusada de matar o avô do marido com 14 tiros. A rapariga foi absolvida.

BE. JOSÉ MANUEL PUREZA



Com 60 anos, José Manuel Pureza é deputado, vice-presidente da Assembleia da República e dirigente do BE, e também é conhecido por ser um cabaleiro praticante de equitação. Representando sempre o distrito eleitoral de Coimbra, o biólogo foi eleito deputado pela primeira vez no Governo de Sócrates e só voltou ao Parlamento na atual legislatura, considerando que nas legislativas de 2011 não foi eleito. José Manuel Pureza foi ainda mandante nacional da candidatura de Francisco Louçã nas eleições presidenciais de 2005. Licenciado em Direito e doutorado em Sociologia, o vice-presidente do partido é professor universitário de Relações Internacionais e investigador na Universidade de Coimbra. Nesta legislatura destacou-se o seu trabalho como coordenador do Conselho de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdade e Garantias e a sua participação no debate sobre a despenalização de morte assistida.

PS. MARTA TEMIDO



A atual ministra da Saúde, sucessora de Adalberto Correia Fernandes, foi a escolha do PS para encabeçar a lista de candidatos por Coimbra. É a segunda ministra da Saúde cabeça-de-lista em Coimbra, depois de Ana Jorge ter liderado a lista em 2011. Nas duas últimas legislativas, em 2015 e em 2011, o PS foi derrotado, mas não chegou ao PSD. Marta Temido nasceu em Coimbra em 1974 e é doutorada em Saúde Internacional pela Universidade de Coimbra. Antes de assumir funções como ministra, em outubro de 2018, Marta Temido foi presidente do conselho diretivo da Administração Central do Sistema de Saúde e, entre 2013 e 2015, do presidente da Associação Portuguesa de Administrações Hospitalares. Estava ainda ligada à administração do Hospital da Cruz Vermelha.

CDS. RUI LOPES DA SILVA



Assunção Cristas escolheu Rui Lopes da Silva, o seu antigo assessor de imprensa enquanto foi ministro da Agricultura e do Mar no último Governo, para encabeçar a lista de candidatos do CDS por Coimbra. Rui Lopes da Silva foi, durante 14 anos, jornalista da RTP, e é uma das pessoas mais próximas da líder do CDS, sendo o seu atual chefe de gabinete. Licenciado em Jornalismo pela Universidade de Coimbra, frequentou também a licenciatura em Filosofia na Universidade de Coimbra. Como bastonário, Rui Lopes da Silva diz que quer transformar Coimbra no capital do empreendedorismo.

CDU. MANUEL PIRES DA ROCHA



A CDU volta a escolher Manuel Pires da Rocha como cabeça-de-lista em Coimbra. O professor de violino tem sido, pelo menos desde 2009, o candidato número um de lista desenhada pelo PCP e pelos Verdes. Aos 57 anos, Manuel Pires da Rocha é diplomado em Violino pelo Instituto Gioseffi, em Moscovo, como que concluiu em 1985. Foi um dos membros dos comités para a reforma do ensino artístico especializado. Foi presidente dos conservatórios de Música de Coimbra e de Loulé, músico da Orquestra Victor Jara e dirigente do Sindicato dos Professores da Região Centro, afilia à Freguif. É membro da comissão concelhã de Coimbra do PCP e membro da Assembleia de Freguesia de Santo André dos Olivais. Participou em vários trabalhos ligados à música e foi autor do documentário passado Plano Que Canta - Passado Segundo, para a RTP.

PAN. SANDRA DO CARMO



Sandra do Carmo, professora universitária de 50 anos, foi a escolha do Passadouro/Verdes/Alternativa para liderar a lista de candidatos pelo distrito de Coimbra. Nascida em Aveiro, vive em Coimbra e está a frequentar o doutoramento em Direito e Ética Animal na Universidade de Coimbra. Participou em várias conferências e pós-graduações de direito dos animais na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa. Esta também envia em colaboração com a Empty Cages, uma associação portuguesa e espanhola de direito dos animais, e colaborou com alguns para o projeto De Bicho. A candidata começou a militar no PAN há cinco anos e ocupa o seu tempo livre sobretudo com natureza, fazendo parte do Clube de Luta Livre de Coimbra.

COIMBRA



DISTRITO

NÚMERO DE CANDIDATOS	POPULAÇÃO (ESTIMADA)	ELEIÇÕES RECONHECIDAS	ELEIÇÕES POR QUOTA
17	429 987	390 947	9

RESULTADOS DAS ÚLTIMAS LEGISLATIVAS (2015)

Partido	Porcentagem
PSD	37,16%
PS	35,28%
BE	9,89%
CDU	7,03%
PSN	0,98%

ABSTENÇÃO NAS ÚLTIMAS LEGISLATIVAS (2015)

Distrito	Porcentagem
Coimbra	43,67%
Nacional	44,14%

CABECAS-DE-LISTA DOS PARTIDOS SEM ASSENTO PARLAMENTAR

- João Moura Navega (ALUSCIA)
- Rui Lourenço da Cruz (PARTIDO COMARCA DOS TRABALHADORES POPULARES/PTCOMAR)
- João Pacheco de Amorim (CHEGA)
- Rui de Campos (PARTIDO DE JOVENS EUP)
- Catarina Isabel Maia (MÚLTIPLA LIBERTAD)
- Susana de Almeida (PARTIDO DEMOCRÁTICO EUROPEU/DEMOCRÁTICO EUROPEU)
- Paulo Delgado (JORNALISMO EUROPEU/JPE)
- Pedro da Costa Marques (PARTIDO NACIONAL RENOVADOR/PRN)
- Rui Cristiano Marcedo (LIVRE)
- Cabral Oliveira (PARTIDO POPULAR RENOVADOR/PPR)
- Silva Marques (MOVIMENTO DA TERAPIA RENOVADOR/MTR)
- Ana Luísa Cortes (PARTIDO TRABALHISTA POPULAR/PTP)
- Miguel Castilho Pires (MELH. CIDADÃO)
- Inês Cunha Rocha (PARTIDO UNICO DOS REFORÇADOS E PERMANENTES/UPUR)
- Nuno Domingos Pedreiro (PARTIDO SOCIAL REDEADOR/RSR)

6

16 setembro 2019


Anexo 85: Jornal I - candidatos - 16 de setembro de 2019 - páginas 6 e 7

A Radar //

Faro. Os 19 partidos que disputam os nove lugares

ELEIÇÕES

PSD. CRISTÓVÃO NORTE




O advogado e ex-chefe de gabinete do ex-presidente da Câmara Municipal de Faro, Cristóvão Norte, volta a ser o cabeça-de-lista do PSD para lutar a lista de candidatos por Faro. Deputado desde 2011, Cristóvão Norte é o líder do Conselho Estratégico Nacional (CEN) e presidente da secção de Faro do partido. Filho do histórico deputado social-democrata Cristóvão Guarnon Henri, aos 43 anos, foram vários os cargos do partido que o cabeça-de-lista ocupou no Algarve. Foi presidente do Sporting Club Faroense entre 2004 e 2006 e membro da comissão política da secção de Faro, entre 1997 e 2001. Fora da política, Cristóvão Norte foi vice-presidente do Sporting Club Faroense entre 2002 e 2004, vice-presidente da Assembleia Geral da Associação de Tênis do Algarve e presidente do Conselho de disciplina da Associação de Clérigos do Algarve. É licenciado em Direito pela Universidade Católica e licenciado em Economia pela Universidade do Algarve.

BE. JOÃO VASCONCELOS



João Vasconcelos volta a ser cabeça-de-lista do BE por Faro. Entre os partidos com assento parlamentar, este é o único candidato que se mantém no 1.º lugar da lista de candidatos. É, desde 2013, membro do Parlamento da Câmara do Portimão e sem pretensões eleitorais. João Vasconcelos é também professor de História. Foi parte da direção do Sindicato dos Professores da Zona Sul e do Conselho Nacional da FEPAJPCP, alia a COTP. Nasceu em Portimão, tem 63 anos, e ganhou alguma notoriedade, quando, em 2010, assumiu funções de porta-voz da comissão de vítimas da Via do Infante na luta contra os portegãos no Algarve. Estava também envolvido em manifestações contra a frota e em movimentos de defesa do SIVL no Algarve. É licenciado em História Contemporânea pela Universidade de Lisboa.

CDU. TIAGO RAPOSO



Tiago Raposo, assessor político para a CDU na Câmara Municipal de Silves, é o cabeça-de-lista do partido por Faro, substituindo o deputado Paulo Sá que deixa a vida política para se dedicar à investigação e à docência na Universidade do Algarve. Menos de dois meses antes do regresso às aulas, Paulo Sá será o mandatado da lista da CDU no registo de Algarve. Tiago Raposo nasceu e vive em Silves e tem 25 anos. Antes de assumir funções como assessor foi, até 2017, deputado municipal. Foi também dirigente da Associação Desportiva e Cultural de Funes. Em 2017 foi eleito para a Assembleia da Freguesia de Aljezur e Tunas, fazendo também parte da direção da organização regional do PCP no Algarve. Tiago Raposo nunca foi eleito deputado e assume como prioridade o investimento na formação algarvia, as obras de requalificação na EN125 e o combate à precariedade laboral.

PS. JAMILA MADEIRA



A ex-líder da JS e atual deputada, JAMILA MADEIRA foi a escolhida do PS para encabeçar a lista de candidatas a deputados por Faro. Filha do ex-governador do PS e ex-governador civil do Faro, Luís Filipe Madeira, desde nova que JAMILA MADEIRA tem presença política. Aos dez anos já distribuía propaganda e, em Loulé, cedeu espaço e viveu, esteve envolvida nos protestos estudantis contra a Proliferação de Acesso (PGA). Em maio de ano 2000 foi eleita líder da JS, tendo verificado, apenas por um voto, Ana Catarina Mendes que é eleita entre si e como sua rival. Nessa altura já tinha ocupado várias cargos na distrital socialista e em 2004, depois de ter sido reeleita como deputada, renunciou ao mandato para assumir funções como autodesignada. Voltou ao Parlamento como deputada em 2013, quando era quadro da PNH. É licenciada em Economia no Instituto Superior de Economia e Gestão.

CDS. JOÃO REBELO



O deputado João Rebelo é o cabeça-de-lista dos cristãos por Faro. Desde 1999 que o parlamentar tem sido eleito para o Parlamento, mas através da lista de candidatos por Lisboa. Foi secretário-geral da JP e aos 27 anos foi convidado por Paulo Portas para secretário-geral do CDS, entre 1998 e 2002. Esteve mais de dez anos abastado da direção do partido. Só em 2015, já distrito à liderança de Assunção Cristina, foi convidado para integrar o conselho nacional do CDS como vogal. É ainda presidente da Assembleia Conciliadora do Libório, vice-presidente do grupo parlamentar e, desde março de 2018, coordenador autárquico. Fora da política foi professor na escola Universidade Moderna e da escola na Universidade Lusitana, sendo licenciado em Relações Internacionais. Integra o conselho consultivo da Sociedade Portuguesa dos Anestésia e é colaborador da Novaescola.

PAN. PAULO BAPTISTA



Paulo Baptista, de 42 anos, é o cabeça-de-lista do Partido Animalista Nacional por Faro. É membro da Assembleia Municipal de Faro e conselheiro municipal. Já em 2017, quando se realizaram eleições municipais, Paulo Baptista foi, ainda a aposta do PANI como candidato pelo partido a Câmara de Faro. Fora da política, Paulo Baptista é presidente da Comissão de Proteção Ambiental e Bem-Estar Animal, criada em maio deste ano. Cada seis meses, como prioridade o Conselho Político Nacional do PANI diz que quer levar ao Parlamento medidas que facilitem a mobilidade na região, mais centros de saúde, educação e cultura, medidas de incentivo à proteção e bem-estar animal, tanto por exemplo a construção de casas ou de alojamentos, e medidas que incentivem ao recurso de energias renováveis.

FARO DISTRITO



NUMERO DE CANDIDATOS	POPULACAO RESIDENTE	ESCRITÓRIOS ELEITORAIS	MANDATOS ATRIBUÍDOS
16	451 006	370	764


RESULTADOS DAS ÚLTIMAS LEGISLATIVAS (2015)

PS	32,77%
PSD	31,47%
BE	14,13%
CDU	8,66%
PNM	1,99%

ABSTENÇÃO NAS ÚLTIMAS LEGISLATIVAS (2015)

PNM	48,62%
PSD	44,14%

CABEÇAS-DE-LISTA DOS PARTIDOS SEM ASSENTO PARLAMENTAR

-  **Telmo Martins** (ALGARVE)
-  **Anabela Restolho** (PARTIDO DEMOCRÁTICO REPUBLICANO POR)
-  **Jorge de Jesus** (CDSEA)
-  **Madalena Coelho** (PARTIDO NACIONAL RENASCIMENTO PNP)
-  **Bruno Mourão Martins** (INDEPENDENTE)
-  **Rui Curado** (PARTIDO POPULAR RENASCIMENTO PPR)
-  **Ana Sofia Marcelino** (LIVRE)
-  **Ana Sofia Gomes** (PARTIDO TRABALHISTA PORTUGUÊS PTP)
-  **Luís Barroso** (NÃO CANDIDATO)
-  **António Tavares** (PARTIDO SOCIAL DO REFORMADO E PROGRESSIVO PPRP)
-  **Carlos Dias** (PARTIDO SOCIAL DO TRABALHADOR PORTUGUÊS PPTM)
-  **Carlos Aleixo** (REPARTO INCLUI REGRULAR PIRI)
-  **Carlos Marcelino** (PARTIDO DA TERRA PTT)

Anexo 87: Jornal I - candidatos - 18 de setembro de 2019 - páginas 4 e 5

A Radar //
ELEIÇÕES

Guarda. O distrito que encolheu o número de deputados

PSD. CARLOS PEIXOTO



O PSD voltou a escolher o presidente da distrital da Guarda, Carlos Peixoto, como cabeça-de-lista pelo distrito. É a terceira vez que lidera a lista de candidatos pela Guarda, tendo sido eleito como deputado desde 2009. Nasceu em Gouveia, tem 51 anos e é advogado. Foi membro da Assembleia Municipal de Gouveia entre 1989 e 1990 e entre 2001 e 2006, vereador da Câmara de Gouveia. No ano passado, o deputado foi analisado pela subcomissão de Ética depois de a Associação de Transparência e Integridade ter acusado Carlos Peixoto de conflito de interesses por redigir um parecer sobre os vistos gold, logo depois de ter sido advogado contratado como consultor jurídico da sociedade de advogados Casado Quaresma, que tem os vistos gold como uma das suas principais áreas de interesse.

PS. ANA MENDES GODINHO

A escolha de Ana Mendes Godinho, atual secretária de Estado do Turismo, para cabeça-de-lista pela Guarda não foi pacífica. Apesar de a Federação da Guarda ter escolhido o nome de Ana Mendes Godinho para ocupar o 1.º lugar da lista, o nome do membro do Estado foi impoído pelo candidato do PSD. Este impoído levou à demissão do presidente da Federação da Guarda, Pedro Fonseca. Esta é a primeira vez que Ana Mendes Godinho é cabeça-de-lista pelo PSD. Nas últimas legislativas, após a governante não ter conseguido qualquer lista de candidatos e deputados, Ana Mendes Godinho é um dos membros do Secretariado Nacional do PSD e tem neste momento ao Turismo, entre 2019 e 2020, no primeiro Governo do Sócrates, foi adjuvante e chefe de gabinete do secretário de Estado do Turismo. Foi ainda vice-presidente do Turismo de Portugal. É licenciada em Direito pela Universidade de Lisboa, com uma Pós-graduação em Direito do Turismo e Logística e Ciências da Legislação.

BE. JORGE MENDES



O Bloco de Esquerda volta a apostar em Jorge Mendes como candidato pela Guarda. Em 2017, nas últimas autárquicas, Jorge Mendes foi a escolha do partido como candidato independente à Câmara da Guarda. E também nas últimas legislativas, em 2015, os blocosiais apresentaram Jorge Mendes para encabeçar a lista de candidatos pelo distrito. É ex-militante do PS em Gouveia, onde nasceu, mas vive na Guarda há cerca de 25 anos. É licenciado em Matemática e mestre em Administração Escolar e tem pós-graduação em Gestão de Instituições do Ensino Superior e em Ciências da Administração pela Universidade do Minho. É ainda doutorando em Políticas Públicas, na Universidade de Aveiro. Desde 1990 que dá aulas como professor adjunto no Politécnico da Guarda para encabeçar a lista de candidatos pelo distrito. Henrique Monteiro nunca foi eleito deputado no Parlamento mas, nas últimas autárquicas, foi eleito deputado municipal na Guarda. Este ano voltou a ser eleito presidente da distrital, sendo este o seu terceiro mandato. Nas últimas legislativas, Henrique Monteiro foi um dos suplentes da lista de candidatos pela Guarda. Tem 58 anos e nasceu em Cendufe do Cão e viveu na frequentes do Rochoso até aos 10 anos. Nessa altura a família mudou-se para a Guarda onde reside. É professor do 1.º ciclo do básico e pai de três filhos. Caeo é um deputado. Henrique Monteiro tem como prioridade criar empresas para a região de forma a que sejam criados mais postos de trabalho. Que ainda discute medidas que travem o desemprego na distrital.

CDU. HENRIQUE MONTEIRO



Também o CDU apoiou no presidente do Conselho Político Distrital da Guarda para encabeçar a lista de candidatos pelo distrito. Henrique Monteiro nunca foi eleito deputado no Parlamento mas, nas últimas autárquicas, foi eleito deputado municipal na Guarda. Este ano voltou a ser eleito presidente da distrital, sendo este o seu terceiro mandato. Nas últimas legislativas, Henrique Monteiro foi um dos suplentes da lista de candidatos pela Guarda. Tem 58 anos e nasceu em Cendufe do Cão e viveu na frequentes do Rochoso até aos 10 anos. Nessa altura a família mudou-se para a Guarda onde reside. É professor do 1.º ciclo do básico e pai de três filhos. Caeo é um deputado. Henrique Monteiro tem como prioridade criar empresas para a região de forma a que sejam criados mais postos de trabalho. Que ainda discute medidas que travem o desemprego na distrital.

CDU. ANDRÉ SANTOS



André Santos foi o candidato do CDU à Câmara da Guarda em 2017, nas últimas autárquicas. Não quis ir a encabeçar o PSD de Carlos Peixoto como cabeça-de-lista pelo distrito, substituindo Luís Lusa. Nasceu em Aveles de Ome e vive, desde 2004, em Fátima onde é arqueólogo no Parque Arqueológico do Vale do Côa sendo um dos responsáveis pelo guia de excorção permanente do Museu do Côa. Colabora no estudo de arte pré-históricas de região tendo sido este o tema da sua tese de doutoramento na Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Participou em trabalhos de arqueologia por todo o país e o autor do co-autor de mais de meio centena de textos sobre o Pré-História na região da Beira Alta. Tem 42 anos e exerce ainda funções como delegado do Sindicato dos Trabalhadores em Funções Públicas e Sociais do Centro, até à OCPT na Fundação CDA Fátima. No PSD é membro da distrital da Organização Regional da Guarda.

PAN. TÂNIA DUARTE



Tânia Duarte é outra estreia do Pessoas-Animais-Natureza nas eleições legislativas. A cabeça-de-lista do partido pela Guarda tem 32 anos e tem formação em Gestão Hotelaria pela Escola Superior de Turismo e Hotelaria de Beja. Entrou para o PAN em 2017 porque queria alinhar com as causas sociais e ambientais. Nasceu na Guarda mas vive atualmente em Maifra. Trabalha numa empresa especializada no laboro de cavilheria, na Venda do Pinheiro, onde assume funções de administrativa e responsável de qualidade. Nos tempos livres gosta de ler e de apoiar livre enquanto faz caminhões. Em 2016 publicou o livro *A mulher que apaixonava* Ika.

GUARDA



RESULTADOS DAS ÚLTIMAS LEGISLATIVAS (2015)

PROVINCIA	45,56%
PS	33,78%
BE	7,42%
CDU	3,95%
PSD	0,85%

ABSTENÇÃO NAS ÚLTIMAS LEGISLATIVAS (2015)

GUARDA	47,71%
NACIONAL	44,14%

CARTEIRAS-DE-LISTA DOS PARTIDOS SEM ASSENTO PARLAMENTAR

- Ana Maria Mendes (ALÇAÇA)
- Joaquim Corista (PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO PORTUGUÊS (PSD))
- José António Marques (OEFA)
- Manuel Pinheiro (PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO PORTUGUÊS (PSD))
- Paulo Carmona (MOTIVA LIBERAL)
- António Maia (PARTIDO POPULAR MONARQUICO (PPM))
- Carlos Pinto (LIMPE)
- Inês Sousa (PARTIDO TRABALHISTA PORTUGUÊS (PTP))
- Rui Cordeiro (MOL. CANGARÉ)
- Adriano Ferreira (PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO PORTUGUÊS (PSD))
- Miguel Fonseca (PARTIDO CAMARATA DOS TRABALHADORES PORTUGUESES (PCTP/MPTP))
- Hermínio Lemos (PARTIDO INCLUIR. INCLUIR. INCLUIR.)
- Maria Guida Castrop (PARTIDO DA TERRA (PTT))

Anexo 88: Jornal I - candidatos - 19 de setembro de 2019 - páginas 8 e 9

Leiria. Os candidatos surpresa

PSD, MARGARIDA BALSEIRO LOPES



O PSD escolheu a líder da JSD como cabeça-de-lista por Leiria. É a primeira vez que Margarida Balseiro Lopes lidera uma lista de candidatos. Nas últimas eleições legislativas, em 2015 – antes de ser eleita, em 2018, como a primeira mulher a liderar a JSD – a deputada ocupou o 5.º lugar da lista de candidatos por Leiria. Filha de um jornalista, Margarida Balseiro Lopes nasceu e vive na Marinha Grande e, em entrevista ao SIC, contou que a maior parte dos familiares é do PS, tendo mesmo um irmão dirigente socialista. Tem quase 30 anos e nos tempos livres gosta de border-ponto cruz. É licenciada em Direito pela Universidade de Lisboa e tem um mestrado em Direito e Gestão pela Universidade Católica, sendo consultora fiscal na Ernst & Young. Nas últimas autárquicas, em 2017, liderou a lista à Assembleia Municipal da Marinha Grande sendo eleita deputada.

BE RICARDO VICENTE



Ricardo Vicente vai ser o cabeça-de-lista da CDU por Leiria. Fora da política e ativista do movimento Penhas Lusas da Paredes e da Associação de Combate à Precipitação – Precipitação Inflexível. Entre 2005 e 2010, foi também ativista estudantil fazendo parte do Movimento anti-tradição Académica (MATA) e do Movimento Aberto por Outra Vida na Escola (MOVES).

PS, RAUL CASTRO



O PS escolheu o presidente da Câmara de Leiria para encabeçar a lista de candidatos às legislativas. Raul Castro deixou a presidência da autarquia no final de agosto. Estava a cumprir o seu terceiro mandato à frente da autarquia, depois de ter vencido as eleições em 2003 como candidato independente, apoiado pelo PS. A sua progressão pela câmara focou-se no mercado por ter sucedido, em 2012, o seu mandato durante 21 dias para "fazer de uma série de assuntos particulares". Antes de ser eleito presidente em Leiria, foi vereador na mesma autarquia e foi também presidente da Câmara de Batalha. Nasceu em Abrantes, tem 77 anos, é licenciado em Ciências Políticas pela Universidade Internacional. Frequentou ainda o curso de Economia na Universidade de Coimbra e tem uma pós-graduação em Gestão Autárquica em Ciências Políticas no SICTE. Fora da política foi fundador do Corpo Nacional de Escutas de Alcobaca e da Associação Desportiva, Cultural e Recreativa do Bairro dos Arpes em Leiria.

CDS, RAQUEL ABECASSIS



Raquel Abecassis, ex-jornalista e ex-diretora adjunta da Berneço, foi uma das surpresas do CDS como cabeça-de-lista por Leiria. Já antes, em 2017, não autárquicas, tinha sido candidata pelas certezas como independente à Junta de Freguesia das Avenidas Novas, em Lisboa. Candidata que resultou de um convite de Assunção Cristas. É filha de Nuno Kius Abecassis, presidente da Câmara de Lisboa pelo CDS, entre 1980 e 1985. É licenciada em Marketing e Publicidade pelo IADE e foi jornalista durante quase 20 anos, tendo desempenhado várias funções desde redatora de política nacional, passando por chefe de redação, subeditora e diretora adjunta de Informação. É a atual chefe de gabinete do presidente do CDS na Câmara Municipal de Lisboa. É independente mas, diz que é uma "forte possibilidade" ficar no CDS.

ELEIÇÕES

Este ano foram algumas as surpresas entre os candidatos que disputam os dez lugares eleitos por Leiria. A CDU que há mais de 32 anos que não elege qualquer deputado pelo distrito aposta em Heleína Apolónia. O PAN, pela primeira vez, lança candidatos.

ANA PETRONILHO ana.petronilho@infocine.pt

PAN, RUI PRUDÊNCIO



O Passos-Asinheira-Naturica apresentou este ano, pela primeira vez, uma lista de candidatos pelo distrito de Leiria. E voltou a apostar em Rui Prudêncio como cabeça-de-lista. Já em 2017, nas últimas autárquicas, o partido apresentou, também pela primeira vez, candidatos à Câmara Municipal de Marinha, tendo saído como Rui Prudêncio como candidato. Militante do PAN desde 2012, Rui Prudêncio nasceu em Arração de Pera e vive em Torres Vedras, tem 44 anos e trabalhou como bibliotecário em várias instituições, entre as quais o Palácio Nacional de Marinha ou a Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa. É licenciado em História e pós-graduado em Ciências Documentais pela Universidade Autónoma tem obra publicada nas áreas de História e Edição Literária. Além disso, desde 2013, geranta de uma empresa de animação turística na região Oeste, a Your Cultural Escape.

LEIRIA, HELEÍNA APOLÓNIA



Heleína Apolónia vai ser a cabeça-de-lista da CDU por Leiria nas próximas legislativas. Criou ainda a Coligação Democrática Unitária não aliada disputada desde 1987. Há 25 anos que Heleína Apolónia tem sido eleita pelo distrito de Santarém e esta mudança de círculo foi uma das surpresas que levou a CDU. Nas últimas autárquicas foi a candidata da CDU à Câmara de Oeiras, tendo sido eleita deputada sem qualquer aliado. Heleína Apolónia tem 50 anos e nasceu no Barcelos. É licenciada em Direito e frequentou o mestrado em Direito na Universidade de Lisboa. Há vários anos que tem sido o rosto do partido. De Verde, juntou-se ao partido depois de ter assistido a um teatro de rua na Baixa de Lisboa contra a energia nuclear. Foi representante da EcoJovem – Juventude do Partido Ecológico – da Jandira e hoje é membro do Conselho Nacional do MDM – Movimento Democrático de Mulheres. Entre 2005 e 2009 foi deputada na Assembleia Municipal de Matos.



RESULTADOS DAS ÚLTIMAS LEGISLATIVAS (2015)

Partido	Porcentagem
PSD	48,42%
PS	24,82%
BE	9,66%
CDU	5,11%
PAN	1,22%

ABSTENÇÃO NAS ÚLTIMAS LEGISLATIVAS (2015)

Localidade	Porcentagem
Leiria	43,74%
Nacional	44,14%

CABECAS-DE-LISTA DOS PARTIDOS SEM ASSENTO PARLAMENTAR

-  Joana Fernz ALIANÇA
-  Luís Paulo Fernandes CHEGA
-  Bernardo Branco INDEPENDENTE
-  Sérgio Gomes LUTA
-  Filipe Honório LIBRE
-  Luís Miguel Marques MDS
-  Pedro Ladeira NDC
-  Adalino Pereira PCTP/MP
-  Amílcar Henriques Gaspar REPUBLICA
-  Pedro Miguel Serrá PSD
-  João Pais do Amaral PSD
-  Luís Almeida PSD
-  Ruben Castro PSD
-  Edite Rosa Veiga PSD
-  Mária Henriques PSD

—20 setembro 2019 7

Anexo 89: Jornal I - candidatos - 20 de setembro de 2019 - páginas 6 e 7

217

Portalegre. O distrito que menos deputados elege

PSD. ANTÓNIO JOSÉ MIRANDA

O enfermeiro António José Miranda é o cabeça-de-lista dos candidatos do PSD por Portalegre. O candidato tem 46 anos e é desde o início da 2019 o presidente da distrital do partido em Portalegre e é vice-presidente da Câmara Municipal de Castelo de Vide, com os pelotanos de Educação, Intelligência entre as Juntas de Freguesias, de Cidadania e Saúde, de Apoio Social ou de Saúde. António José Miranda é licenciado em Enfermagem pela Faculdade Superior de Enfermagem de Portalegre e está a frequentar o doutoramento em Enfermagem, Gestão de Unidades de Saúde e Serviços de Enfermagem na Universidade Católica. Nesta ano, António José Miranda já desempenhou funções como enfermeiro no Centro de Saúde de Nisa, e no Hospital Dr. José Maria Grande em Portalegre e, desde 2017, responsável pela UCCSP de Castelo de Vide. Foi ainda professor assistente na Escola Superior de Saúde da Politécnica de Portalegre.

BE. ANTÓNIO RICARDO

O Bloco de Esquerda decidiu apostar em António Ricardo para liderar a lista de candidatos pelo distrito. O candidato tem 68 anos e reside há vários anos em Ponte da Seta. Tem o 31.º ano de escolaridade e é técnico de vendas. Como três outros está a primeira vez que assume as funções de deputado. Mas em cargos políticos já tem experiência como deputado da Assembleia Municipal de Oeiras, da Assembleia Municipal de Ponte de Sor e ainda da Assembleia de Freguesias de Carnaxide. Foi coordenador distrital do Bloco de Esquerda em Portalegre e é militante desde a ano 2000. Do seu currículo destaca-se ainda ser membro fundador da Associação de Moradores Luta Pela Casa de Carnaxide e dirigente do Movimento Nacional das Associações de Moradores de 1979 a 1982.

PS. LUÍS MOREIRA TESTA

O PS volta a apostar no presidente da Federação socialista de Portalegre para encabeçar a lista de candidatos a deputado pelo distrito. Esta é a segunda vez que Luís Moreira testa o cabeçalho. O socialista tem 41 anos, nasceu em Portalegre e é licenciado em Direito. Em 2017 foi eleito presidente da Assembleia Municipal de Portalegre, onde antes já desempenhou funções como o cabeçalho. Antes, entre 2000 e 2010, Luís Moreira foi presidente da Assembleia Inter-municipal de Comunidade Inter-municipal do Alto Alentejo. Fora da política, o cabeçalho é afilhado ao serviço de burocracia e desempenha funções como advogado no Centro de Informação, Medicina, Psicologia e Atendimento de Segunda (CIMPA), é presidente do Conselho Fiscal da Fundação para o Próprio e é vice-presidente do Club Desportivo Portalegrense. O cabeçalho tem ainda uma participação de 21% numa consultoria de Ecos, o CIP e Accedios Lda, numa taxa de 33,3% na JúpCom Lda, uma empresa de comunicação digital.

CDS. JOSÉ RATO NUNES

O CDS lança como cabeça de lista dos candidatos por Portalegre o diretor da Escola Superior Agrária de Évora, José Rato Nunes. O candidato que se apresenta e votou como independente tem 51 anos, nasceu em Sousel, mas vive há vários anos em Évora. É licenciado em Agronomia pela Universidade Técnica de Lisboa onde concluiu também o mestrado em Nutrição Vegetal, Fertilidade dos Solos e Fertilizantes. É ainda doutorado em Engenharia Agronómica na Universidade de Estremadura, em Setúbal. É professor, desde 1995, na Escola Superior Agrária de Évora, onde foi investigador na área da Química Agrícola e Ambiental. Chegou à direção da instituição de ensino em 2014. Fora da docência, José Rato Nunes foi presidente da Assembleia Geral da Associação de Criações de Évora e foi presidente do Conselho Consultivo de Agricultura Biológica da Agriport - Certificação de produtos alimentares.

ELEIÇÕES

Portalegre é o distrito que menos deputados elege e foi um dos que, nos últimos anos, mais perdeu população. Entre 2011 e 2018, a população dos 15 municípios da região encolheu em 12200, passando para os cerca de 96 mil habitantes. Ainda assim, o distrito mantém os dois lugares na Assembleia da República.

ANA PIETRONILLO ana.pietronillo@comitea.pt

PAN. JORGE ALCOBIA

O Pensez António Natário aposta em Jorge Alcobia como cabeça de lista por Portalegre. É a primeira vez que, em legislativas, o partido apresenta candidatura por este círculo eleitoral. Jorge Alcobia Blouise no PAN em 2017, quando começou a manejar como o partido para a campanha às legislativas. No partido é tesoureiro da Comissão Política Distrital da Saúde e faz parte da Comissão de Maifa, sendo suplente da Comissão Política Nacional. Tem 87 anos, nasceu em Alameda e vive entre Montaria e Maifa, onde desempenha funções como auditor de sistemas de gestão de qualidade. Frequentou o Curso Superior de Organização e Gestão de Empresas no Instituto de Novas Profissões, em Lisboa, tendo sido assistente de Organização e Métodos em vários bancos, durante 30 anos. Foi oficial da Força Aérea, com uma comissão em Angola e, recentemente, foi diretor desportivo de algumas equipas de futebol juvenil, em Maifa.

CDU. MANUELA CUNHA

A CDU voltou a ter um líder dirigente da Ode Verde para encabeçar a lista de candidatos por Portalegre. Manuela Cunha é membro do Conselho Nacional e da Comissão Executiva do PEV e já em 2017, nas últimas autárquicas, foi a candidata da CDU à Câmara de Évora. Também em 2018 teve sido o cabeça-de-lista por Portalegre às legislativas. Tem 63 anos e é ativista social, cultural e política do grupo parlamentar do PEV desde 1988. Foi ainda vereadora na Câmara Municipal de Alentejo onde foi também deputada na Assembleia Municipal. Nos anos 70, Manuela Cunha participou no Movimento Estudantil, Pacifista e Anti-Nuclearista, em França, e posteriormente nas Lutas socialistas em Portugal. Foi representante de Ode Verde na Federação dos Partidos Verdes da Europa, tendo participado na sua fundação, em 2004. Mais recentemente foi ativista da luta em defesa da Lume e do Vale do Tua.

RESULTADOS DAS ÚLTIMAS LEGISLATIVAS (2015)

Partido	Porcentagem
PSD	42,48%
PS	27,63%
BE	12,18%
CDU	9,20%
PA	0,79%

ABSTENÇÃO NAS ÚLTIMAS LEGISLATIVAS (2015)

Porcentagem
41,69%
44,14%

CABEÇAS-DE-LISTA DOS PARTIDOS SEM ASSENTO PARLAMENTAR

Carlos Sequeira
Círculo
ALCOBIA

Joaquim Vaz-Rato
PARTIDO NACIONAL RENOVADOR (PNR)

CHEGA

Julio Paisão
CHUSA

Gonçalo Mendes Pereira
PARTIDO POPULAR MONARQUICO (PPM)

Mariana Nina
NACIONAL LIBERAL

Manuel Fidalgo
PARTIDO TRABALHISTA PORTUGUES (PTP)

Isabel Alfacinha
LUME

António de Matos
PARTIDO UNICO DOS REPUBLICANOS E PROGRESSISTAS (PUR)

António Corricas
PARTIDO COMUNITARIO DEMOCRATICO PORTUGUES (PCDP)

Albino da Silva
FORÇA ACILAR REZOLUÇÃO PLURA

Alexandre de Oliveira
PARTIDO DA TERRA (PT)

Nelson Rodrigues
PARTIDO SOCIALISTA REPUBLICANO (PSR)

Anexo 91: Jornal I - candidatos - 24 de setembro de 2019 - páginas 8 e 9

ELEIÇÕES

Porto. Os candidatos pela Invicta

PSD, HUGO CARVALHO

Foi Rio decidiu lançar Hugo Carvalho como cabeça-de-lista pelo Porto. Foi uma das primeiras listas de candidatos do PSD às legislativas deste ano. Candidato de 68 anos, nasceu em Viseu, a 66 anos, não conta com qualquer experiência em campos políticos. Entre 2011 e 2016, foi presidente do Conselho Nacional de Juventude. Foi também secretário-geral do Fórum da Juventude da Comarca do Países de Língua Portuguesa. Antes disso, entre 2014 e 2016, foi administrador da Federação Académica do Distrito Universitário e em 2013 foi membro do direito da Federação Académica do Porto, sendo presidente da Associação de Estudantes da Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto. Tem também integrado em Engenharia, Engenharia de Computação pela Universidade do Porto. Posteriormente foi diretor de operações e recursos humanos da empresa, uma consultoria alemã dedicada à inovação.

PS, ALEXANDRE QUINTANILHA

O PS voltou a apoiar no investigador Alexandre Quintanilha como cabeça-de-lista pelo Porto. Esta será a segunda vez que o professor universitário jubilado será eleito deputado, como independente, eleito do PS. Alexandre Quintanilha nasceu em Mourizelos onde vive até aos 12 anos. A licenciatura em Física Teórica foi concluída na Universidade de Witwatersrand, em Johannesburg, onde trabalhou e doutorou-se em Física do Estado Sólido, em 1971. Um ano depois mudou-se para Berkeley, Universidade da Califórnia, onde trabalhou como professor associado e fez investigação durante 20 anos. Em 1991 mudou-se para o Porto para se juntar à equipa de professores e investigadores de ensino não-universitário da Faculdade de Ciências Exatas, desde 1997, diretor do Instituto de Biologia Molecular e Celular. Tem 74 anos e é casado, desde 2016, com o escritor e jornalista Richard Zima, com quem tem uma filha, nascida em 1978.

BE, CATARINA MARTINS

A coordenadora do BE volta a apresentar a lista pelo Porto. Catarina Martins é militante do BE desde 2010 e foi eleita deputada pela primeira vez em 2009, no distrito de Independência. Já em 2005 tinha sido candidata pelo BE ao Parlamento, mas não foi eleita. Tem 48 anos e nasceu no Porto tendo vivido entre S. Tomé e Príncipe desde os 9 anos. Depois de regressar a Portugal viveu em Aveiro, Vila Nova de Gaia e em Lisboa. Entrou em Direito mas acabou por se dedicar em Línguas e Literaturas Modernas no Universidade de Coimbra. Frequentou o doutoramento em Direito da Língua na Universidade de Coimbra. E antes foi em Coimbra que entrou na Câmara de Iniciação Teórica da Academia de Coimbra. Foi parte da direção de associações culturais, como a Plataforma a Vozes da Uca, tendo gostado de produzir cultura. Casou-se com Catarina, em 2012 e 2014, foi coordenadora com João Saraiva.

ODS, CECÍLIA MEIRELES

Cecília Meireles, vice-presidente do ODS, volta a liderar a lista de candidatos pelo distrito do Porto. Esta é a primeira vez que a deputada e em 2014, foi eleita deputada pela primeira vez em 2009, sempre pelo distrito do Porto. É licenciada em Direito pela Universidade de Coimbra e tem um MSc pela Escola de Gestão do Porto. No anterior Governo, entre 2011 e 2013, assumiu funções como secretária de Estado do Turismo, tendo regressado ao Parlamento depois de deixar funções governamentais. Antes, entre 2002 e 2005, foi assessora política e partido e foi ainda membro da Assembleia das Freguesias de Paranhos. Em 2009 foi assessora jurídica da Câmara do Porto. Hoje faz parte da Assembleia-geral da Associação de Pais e Amigos de Crianças Mentais, em Braga.

CDU, DIANA FERREIRA

A CDU escolheu Diana Ferreira para liderar a lista de candidatos pelo distrito do Porto. A candidata chegou ao Parlamento como deputada em 2014 por substituir Paula Baptista. É nas últimas legislativas, em 2018, Diana Ferreira ocupou o 1.º lugar da lista de candidatos pela CDU ao Parlamento Europeu. Tem 38 anos e é licenciada em Psicologia pela Universidade do Porto, onde fez parte da direção da Associação de Estudantes. Foi durante vários anos dirigente da JCP tendo integrado a Direção Nacional e o Conselho Regional do Porto. Foi ainda um dos membros da Comissão de Gestão do PCO 2007-10, até 2013, deputada na Assembleia Municipal de Vila Nova de Gaia durante anos e parte da Assembleia da Freguesia de Galiza e de V. Madalena. Hoje é membro da Direção da Organização Regional do Porto da CDU.

RESULTADOS DAS ÚLTIMAS LEGISLATIVAS (2015)

PSD	39,59%
PS	32,72%
BE	11,14%
CDU	6,63%
FA	1,59%

ABSTENÇÃO NAS ÚLTIMAS LEGISLATIVAS (2015)

PORTO	39,70%
NACIONAL	44,14%

POPULAÇÃO 181 777 095
ELÉITORES 1 595 205
PORTO 181 777 095
ELÉITORES 1 595 205

CABECAS-DE-LISTA DOS PARTIDOS SEM ASSENTO PARLAMENTAR

- Bruno Costa (ALIANÇA)
- Isolinda Rocha (PARTIDO DA TERÇA FEIRA)
- Hugo Ermano (CHEGA)
- Marinho e Pinto (PARTIDO SOCIALISTA)
- Carlos Pinto (NORTE LIBERAL)
- Vitor Ramalho (RENOVADOR SOCIAL)
- Leonor Fonseca (ANTOS FELIZ POR UM)
- Maguel Cardoso (PARTIDO POPULAR MONTEAGUDO)
- Eduardo Pinto (LIVRE)
- Artur Silva Martins (PARTIDO TRABALHADOR PORTUGUÊS)
- MAS
- Renata Cambra (MOVIMENTO VERDE)
- Germano Miranda (PARTIDO SOCIALISTA)
- MIGUEL ALCOFORADO (NACIONALIDADE)
- Vitorino Silva (REAGIR FELIZ RECUSAR FUIR)
- João Paulo Monteiro (PARTIDO COMUNISTA DOS TRABALHADORES PORTUGUESES)

10 | — 25 setembro 2019

Anexo 92: jornal I - candidatos - 25 de setembro de 2019 - páginas 10 e 11

ELEIÇÕES

Santarém. Os candidatos escalabitano

PSD, ISAUARA MORAIS

O PSD lançou como cabeça-de-lista pelo Santarém a estaladora de Rio Maior. Isaura Morais estava assas comovidas da última municipalidade 2008. Antem, entre 2005 e 2009, foi presidente da junta freguesia de Rio Maior. A escolha dos candidatos por Santarém ficou marcada pelo discurso entre o vice-presidente do partido, João Morais Sarmento, e o presidente da Câmara de Santarém, Ricardo Gonçalves, para incluir o deputado Duarte Marufo como candidato. Isaura Morais e Vitor, tem uma filha e reside em Rio Maior. Em 2018 denunciou o companheiro, com quem vive há 16 anos, por violência doméstica que "nunca" teve vida. É licenciada em Gestão de Recursos Humanos e pós-graduada em Gestão de Marketing. É militante do PSD desde 2002 e presidente da mesa da Assembleia Distrital de Santarém, desde 2016.

PS, ALEXANDRA LEITÃO

O PS decidiu apoiar na secretária de Estado da Educação, Alexandra Leitão, para cabeça-de-lista por Santarém. É a primeira vez que a governante é candidata a deputado. Alexandra Leitão nasceu em Lisboa e é militante do PS desde 1981. Hoje faz parte do secretariado nacional do partido. Tem 68 anos e é licenciada em Direito pela Universidade de Lisboa onde concluiu, também, o mestrado em Ciências Jurídico-Políticas e o doutoramento. Foi professora auxiliar na Faculdade de Direito e, mais tarde, doutoranda da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra. Foi ainda vogal do Conselho Consultivo da PGR. Entre 1987 e 1998, foi adjunta de gabinete do secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros, Vasco Cordeiro. É casada com João Miranda, filho do conhecido "pai" da Constituição Jorge Miranda e é fan de Bruce Springsteen.

BE, FABIOLA CARDOSO

O Bloco de Esquerda decidiu apoiar em Fabiola Cardoso para cabeça-de-lista pelo distrito de Santarém, em substituição do deputado Carlos Mendes. Entre decidiu que criou alguma discordância dentro do partido, tanto porque a distrito aprovou, por larga maioria, Carlos Mendes, que vive em Évora, como porque a cabeça-de-lista. Mas a direção do partido não aceitou. Fabiola Cardoso tem 46 anos, nasceu em Gungahs, mas vive em Castelo Branco mas vive em Santarém há mais de 20 anos. É licenciada em Direito e é professora. Está ligada a várias causas da escola pública, do ambiente e dos direitos das mulheres, principalmente a transgênero. Foi, aliás, fundadora e presidente do Clube Selo, a única associação portuguesa para a defesa dos direitos das mulheres. Foi ainda dirigente do Sindicato das Professoras da Grande Lisboa, até à Fergand.

CDU, ANTÓNIO FILIPE

A CDU voltou a apoiar no deputado António Filipe para liderar a lista de candidatos pelo distrito de Santarém. É a quarta vez que o deputado e cabeça-de-lista por aquele distrito. Foi eleito pela primeira vez em 1987, no atual pelo círculo eleitoral de Lisboa. Já a partir de 2009, António Filipe comprou e se sentiu pelo círculo de Santarém. Tem 56 anos, vive em Massamá mas tem ligação familiar a Alcanide. Entre 2004 e 2009 e entre 2011 e 2015 foi vice-presidente da Assembleia da República e hoje é vice-presidente do grupo parlamentar do PCP. Foi do Parlamento foi vereador da Câmara de Alcanide. É, desde 1982, membro do Comité Central do partido sendo militante desde 1966. Tem a licenciatura em Direito pela Universidade de Lisboa e o mestrado em Ciências Políticas pela Universidade Lusófona. O doutoramento em Direito foi concluído na Universidade de Lodi, na Itália. É professor na Lusófona e no ISLA.

RESULTADOS DAS ÚLTIMAS LEGISLATIVAS (2015)

PSD	35,62%
PS	32,91%
BE	10,76%
CDU	9,64%
FA	1,19%

ABSTENÇÃO NAS ÚLTIMAS LEGISLATIVAS (2015)

SANTARÉM	42,13%
NACIONAL	44,14%

POPULAÇÃO 21 431 277
ELÉITORES 380 976
SANTARÉM 21 431 277
ELÉITORES 380 976

CABECAS-DE-LISTA DOS PARTIDOS SEM ASSENTO PARLAMENTAR

- Rui Sousa (ALIANÇA)
- José Lopes (PARTIDO SOCIALISTA)
- Tiago Neves (CHEGA)
- Carlos Alberto Teles (PARTIDO SOCIALISTA)
- João Pina Soares (NORTE LIBERAL)
- Luis Pombinho (PARTIDO SOCIALISTA)
- Pedro Mendonça (LIVRE)
- Américo Costa (PARTIDO TRABALHADOR PORTUGUÊS)
- Ana Barradas (MOVIMENTO VERDE)
- Evandro Francisco (PARTIDO SOCIALISTA)
- João Nobre (PARTIDO POPULAR MONTEAGUDO)
- Carlos Oliveira (REAGIR FELIZ RECUSAR FUIR)
- Vasco Gaíto (PARTIDO DA TERÇA FEIRA)

12 | — 26 setembro 2019

Anexo 93: Jornal I - candidatos - 26 de setembro de 2019 - páginas 12 e 13

Setúbal.
Os candidatos que disputam 18 lugares

ELEIÇÕES

GABECAS-DE-LISTA DOS PARTIDOS SEM ASSENTO PARLAMENTAR

PSD. NUNO CARVALHO

O PSD escolheu Nuno Carvalho para liderar a lista de candidatos. Filhou no PSD com 15 anos em 1997 e é desde 2013 presidente da oposição da Setúbal do PSD. Antes, entre 2007 a 2013, foi vice-presidente da câmara e presidente da JSD, hoje distrito. Nas últimas autarquias, em 2017, foi o candidato à câmara de Setúbal tendo sido eleito vereador sem pastoreio. E também, desde 2016, coordenador nacional do PSD. Nuno Carvalho tem 37 anos, nasceu no Barcelos e vive em Alentejo. É licenciado em Direito pela Universidade Moderna e tem um curso de especialização para executivos em França do ISEG. A esposa de Nuno Carvalho como chefe-de-lista foi um dia casada que geriu alguma polémica no PSD.

PS. ANA CATARINA MENDES

É a segunda vez que Ana Catarina Mendes, economista-geral adjunta do PS, é a cabeça-de-lista pelo distrito de Setúbal nas legislativas. Despedida desde 1998, Ana Catarina Mendes tem 40 anos e nasceu em Alentejo. Durante a adolescência mudou-se com a família para Alentejo onde estudou, com um dos quatro irmãos, a Juventude Socialista. Tem 18 anos e foi durante vários anos a presidente da Federação de Setúbal. É reita de um gabinete do PCP que chegou a ser primeiro-pedra e casada com o ex-ministro do Trabalho, Paulo Portas, que se retirou da política depois do esvaziamento da Casa Pia. É licenciada em Direito pela Universidade de Lisboa e frequentou o mestrado em Novas Fronteiras do Direito no ICS-TE. Foi a cabeça-de-lista pelo distrito de Setúbal em 2013. No PS foi membro do secretariado nacional, com o apoio da Educação. Foi vice-presidente da bancada parlamentar durante o governo de Guaranês e de Sócrates.

BE. JOANA MORTAGUA

É a segunda vez que o BE escolheu Joana Mortagua como cabeça-de-lista por Setúbal. A deputada é irmã gêmea de Mariana Mortagua, também licenciada e cabeça-de-lista por Lisboa. Joana Mortagua foi eleita deputada pela primeira vez em 2015 mais antes, em 2013, foi a candidata pelo partido à Câmara de Alentejo e nas legislativas de 2009 encabeçou a lista de Évora. Tem 33 anos, nasceu em Alentejo, distrito de Beja, fez o ensino secundário em Viana do Alentejo e vive há vários anos em Alentejo, onde é vendedora, sem pastoreio atribuído. É licenciada em Relações Internacionais pela Universidade de Lisboa, onde frequentou o mestrado na mesma área de estudo. Filhou-se no BE aos 18 anos e hoje integra a mesa nacional, a comissão política e o secretariado nacional do partido. É filha de Gerardo Mortagua, fundador da LUSOL e prima da ex-eurodeputada socialista Maria João Rodrigues.

ODS. NUNO MAGALHÃES

O ex-líder da bancada parlamentar volta a ser cabeça-de-lista pelo distrito sado. Nuno Magalhães tem 47 anos, nasceu em Lisboa e vive em Lisboa. Antes, viveu com a família nas Galés da Beira. Foi eleito como deputado pela primeira vez em 2005 e tornou-se chefe-de-lista de Setúbal, tendo sido presidente da câmara do partido e candidato do ODS à autarquia local. É licenciado em Direito pela Universidade de Lisboa e chegou a trabalhar como advogado. O pai era "CDU farroupa" e no ano 2000, a convite de Nuno Cordeiro, foi eleito juiz do partido. Mas desde, em 2002, quando tinha 30 anos, tem o cargo de secretário de Estado da Administração Interna, durante o Governo de Durão Barroso. Só em 2005 foi eleito deputado. Durante dois anos, a convite de Paulo Portas, foi o presidente da bancada parlamentar do ODS, sendo o deputado que mais tempo assumiu a função.

CDU. FRANCISCO LOPES

A CDU volta a apoiar em Francisco Lopes como cabeça-de-lista por Setúbal. Nasceu em Alentejo mas vive desde criança em Lisboa, onde estudou. É candidato por Setúbal desde 2005, ocupando, desde então, o 1.º lugar da lista de candidatos da coligação do PCP e de Os Verdes. Tem 55 anos e é casado, tendo frequentado o curso industrial de licenciatura de engenharia no ISEL. Tornou-se membro do Comité Central do PCP aos 24 anos (em 1978), sendo militante do partido desde 1974. Em 1988 foi eleito membro suplente do Secretariado do Comité Central do PCP. Mas também, em 1980, tornou-se membro do Conselho Político e do Secretariado do Comité Central, responsável pela área do Movimento Operário, Sindical e das Questões Laborais e pelas Questões da Organização Partidária. Em 2011 candidatou-se à Presidência da República, mas foi vencido por Cavaco Silva.

PAN. CRISTINA RODRIGUES

O Pensez-Arte/Natureza larga Cristina Rodrigues como cabeça-de-lista por Setúbal. A candidata é chefe de gabinete do grupo parlamentar e membro do conselho político do partido. No ano passado, foi-se envolvida numa polémica ligada ao grupo de Intervenção e Regeneração (IR), um grupo radical que alegadamente invade residências particulares para recolher animais domésticos, singularmente vitimas de máis-istos. Segundo as notícias publicadas no futuro, o caso está a ser investigado pela PJ. Cristina Rodrigues terá prestado esclarecimentos jurídicos ao IRL, sendo licenciada em Direito pela Universidade de Lisboa, onde tirou o mestrado em Ciências Jurídico-Empresariais. Foi ainda advogada pro bono de vitimas de violência doméstica. A candidata tem 54 anos, nasceu em Lisboa mas sempre viveu no Setúbal. Estudou no PAN há cinco anos e em 2017 foi candidata pelo partido à Câmara de Setúbal.

SETÚBAL

RESULTADOS DAS ÚLTIMAS LEGISLATIVAS (2015)

Partido	Porcentagem
PS	34,31%
PSD	22,69%
BE	13,05%
PAN	1,93%

ABSTENÇÃO NAS ÚLTIMAS LEGISLATIVAS (2015)

Tipologia	Porcentagem
NACIONAL	41,67%
NACIONAL	44,14%

Carlos Medeiros
ALIANÇA

Vitor Manuel Lobo
PARTIDO DA TERRA (PTT)

Nuno Manuel Afonso
LIVRE

Bruno Fialho
PARTIDO COMUNITÁRIO REPUBLICANO (PCR)

Diogo Prates
REACTO LIBERAL

João Carlos Patrocínio
PARTIDO NACIONAL RENOVADOR (PNR)

Ana Raposo Marques
LIVRE

Luís Manuel António
PARTIDO POPULAR REPUBLICANO (PPR)

José Afonso
MOVIMENTO VITIVINICOLA SOCIALISTA (MVS)

Rute Miriam Inácio
ALIANÇA REPUBLICANA POPULARES (ARP)

Carlos Manuel Martins
NOVOS CIDADÃOS

Diário Fonseca
PARTIDO UNIDO DOS REPUBLICANOS E PROGRESSISTAS (PUR)

Leonel Eusébio Coelho
PARTIDO COMUNITÁRIO DOS TRABALHADORES POPULARES (PTP)

António Manuel Carvalho
REACTO-INCLUIR REACTO (RIR)

Anexo 94: Jornal I - candidatos - 27 de setembro de 2019 - páginas 18 e 19

A Radar //

Viana do Castelo. Os candidatos que disputam seis lugares

PSD. JORGE MENDES
A escolha de Jorge Mendes para encabeçar a lista de candidatos por Viana do Castelo não foi pacífica, tendo sido uma imposição da direção do partido. Nos últimos anos, o cabeça-de-lista por aquele distrito foi César Azeite Amorim, que este ano ficou fora das listas de candidatos. Jorge Salgueiro Mendes era, desde 2003, presidente do Câmara de Viana. Tem 54 anos e nasceu na Sertão. Inicou-se na vida política em 2001, quando foi eleito vereador pelo PSD na Câmara da segunda cidade do Alto Minho. Antes foi consultor na empresa Parus. É licenciado em Economia e Gestão Empresarial pela Nova e tem uma especialização em Ciências da Educação pela Universidade dos Açores e pelo Proficentro de Viana do Castelo. Conta ainda com uma pós-graduação em Pedagogia e Educação de Adultos pela Universidade do Minho.

PS. TIAGO BRANDÃO RODRIGUES
É a segunda vez que Tiago Brandão Rodrigues, ministro da Educação, é cabeça-de-lista por Viana do Castelo. O candidato de 43 anos foi camista na área de Crisolégio em Cantanhão e em 2012 representou o Portugal para disputar as legislativas pelo PS. Estudou no Porto Unido há 15 anos. Nasceu em Planície da Cizara relacionado ao acórdão em Braga. É licenciado em Bioprocessos pela Universidade de Coimbra onde também concluiu o doutoramento. Foi investigador em Dabris, onde estava quando ocorreu o ataque de 11 de setembro. Faz ainda investigação na área biomédica em Madrid, em 2004, onde também viveu quando se deu o ataque terrorista em Alcob. Sobreviveu ainda a um rapto no Rio de Janeiro, a um ferido em Dabris e a um furto em Madrid. Tiago Brandão Rodrigues perdeu a mulher e a filha e foi sócio da comuna portuguesa aos Jogos Olímpicos de 2012, em Londres.

BE. LUÍS LOURO
O BE aposta em Luís Louro como cabeça-de-lista para tentar quebra a regra de eleger um deputado por aquele distrito eleitoral. É a primeira vez que Luís Louro lidera a lista de candidatos, substituindo Jorge Teixeira. Mas antes, nas autarcais de 2005 e de 2017, Luís Louro já tinha sido o candidato pelo partido à Câmara de Viana do Castelo, não tendo sido eleito. Luís Louro tem 57 anos e nasceu em Viana do Castelo. É licenciado em Direito pela Universidade da Coruña. Exerce advocacia em Viana e fez parte de vários órgãos da Ordem dos Advogados. Foi presidente da direção do Viano Natção Clube e atualmente preside à Mesa da Assembleia Geral do camião Sport Clube Vianense. É membro fundador do Bloco de Esquerda fazendo parte da Mesa Nacional e da Comissão Política do Bloco de Esquerda.

CDU. ANACORETA CORREIA
O deputado Filipe Anacoreta Correia é o cabeça-de-lista do PSD para substituir Paulo Portas, a convite do presidente do PSD, António Guterres. Anacoreta Correia tem sido o principal nome de oposição interna à liderança de Portas. Tem 47 anos, nasceu em Cantanhão e cresceu no Porto, onde foi a licenciatura de Direito na Universidade Católica. Antes de concluir a licenciatura, trabalhou com três anos, Filadelfia e Rodrigo. Vive em Lisboa, mas tem raízes familiares no norte, tendo casado em Ponte de Lima. Entre 2000 e 2002 foi adjunto do secretário de Estado Adjunto do Ministério da Economia. Desde 2003, Anacoreta Correia foi general do Ministério da Presidência. Nasceu Maria Sierrenho. Foi da política faz parte da Federação Portuguesa de Desporto para Pessoas com Deficiência.

CDU. JORGE MACHADO
Este ano, o deputado Jorge Machado vai ser cabeça-de-lista pela CDU no distrito de Viana do Castelo, onde a CDU elegerá deputados. Desde 2005, no altura com 26 anos, foi o parlamentar mais jovem eleito pelo distrito eleitoral do Porto, onde, nas últimas legislativas (2015) foi cabeça-de-lista. Jorge Machado tem 43 anos e nasceu na Alemanha. Vive desde a infância na Póvoa do Varzim, tendo sido várias vezes candidato pela CDU à câmara municipal poeira. É membro da direção da Póvoa de Varzim e faz parte da direção da organização regional do Porto do PCP. Entrou no JCP aos 16 anos. É licenciado em Direito pela Universidade Moderna do Porto e é um dos especialistas do partido em assuntos de Defesa.

PAN. RICARDO ARIEIRA
O candidato pedista Ricardo Arieira é o cabeça-de-lista do Partido Animalista pelo distrito de Viana do Castelo. É a primeira vez que Ricardo Arieira, de 38 anos, lidera uma lista de candidatos. O candidato nasceu em Moncorvo e estudou no Ensino secundário em Viana do Castelo. A licenciatura em Relações Internacionais foi concluída em Braga, na Universidade do Minho, tendo ainda concluído em Portugal: Filosofia e Estatuto de Governança no Centro de Europa, em Braga, Bélgica. De momento, frequenta o mestrado em Comunicação Política na Universidade de Alagoa, em Madrid. No último ano trabalhou como consultor em Bruxelas, assumindo funções como investigador de Políticas Europeias. De momento, presta serviços como consultor independente para empresas da Paranaíba Iberica. Entrou para o PAN em 2016 e desde 2018 que é membro da direção do partido.

VIANA DO CASTELO
DISTRITO

RESULTADOS DAS ÚLTIMAS LEGISLATIVAS (2015)

Partido	Porcentagem	Assentos
PSD	45,64%	11
BE	29,82%	7
CDU	7,96%	2
PAN	5,23%	1
PS	0,85%	0

ABSTENÇÃO NAS ÚLTIMAS LEGISLATIVAS (2015)

Categoria	Porcentagem
VIANA DO CASTELO	49,26%
NACIONAL	44,14%

CABECAS-DE-LISTA DOS PARTIDOS SEM ASSENTO PARLAMENTAR

- Jorge Nuno Sá (ALIANÇA)
- Tónio Parada (MUDOS DA TERÇA FEIRA)
- Lopo Amorim (CHEGA)
- Rute Mariene (PARTIDO INDEPENDENTE SOCIALISTA)
- António Baptista (INDICIA LIBERAL)
- Bruno Rebelo (PARTIDO SOCIALISTA RENOVADOR)
- Luís Jorge Vieira (LIGADOS PELA PAZ E JUSTIÇA)
- Hugo Varanda (PARTIDO SOCIALISTA RENOVADOR)
- Filipe Faro da Costa (LARES)
- António Matança (PARTIDO SOCIALISTA RENOVADOR)
- Hélder Pena (INDICIA LIBERAL)
- Armando Silva (PARTIDO SOCIALISTA RENOVADOR)
- António Botelho (PARTIDO SOCIALISTA RENOVADOR)
- Vanesa Sá (PARTIDO SOCIALISTA RENOVADOR)

ANA PETROVICH ana.petrovich@anavisa.pt

30 setembro 2019

Anexo 95: Jornal I - candidatos - 30 de setembro de 2019 - páginas 8 e 9

A Radar //

Vila Real. O círculo em que PSD e PS disputam mandatos



PSD. LUÍS LEITE RAMOS

Luís Leite Ramos é professor universitário, tem 57 anos e repete o papel do cabeça-de-lista em 2019, um dos poucos repetentes no PSD nesse papel face a 2015. A experiência parlamentare começou em 2011, mas é na vida académica que tem feito carreira. No seu currículo pode ler-se que é professor associado com agregação da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro desde 1994, na área de planeamento e ordenamento do território, já sua maior especialidade. É licenciado em Engenharia Civil, mas tem um mestrado em Sociologia e um doutoramento em Ciências Sociais pela Universidade de Paris X. Considera-se pouco ativo tanto como um homem de direito, mas sempre dedicado ao compromisso da segurança comissário do Inquérito à Casa, onde em dois momentos mais polémicos foi a audição ao empresário José Berardo. É casado, grata de literatura e maratonista.



PS. ASCENÇÃO SIMÕES

O candidato tem 66 anos, é gestor de profissão, e completa agora três legislaturas como parlamentar, sempre pelo círculo eleitoral de Vila Real. Licenciou-se em Ciências Empresariais e fez um mestrado em gestão. A vida política já vai longe com três secretarias de Estado: Administração Interna, (2005/2007) com António Costa a ministro, Proteção Civil (2007/2008) e Desenvolvimento Rural e das Florestas (2008/2009). Fora da política foi docente, consultor e até administrador da Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos, entre 2010 e 2016. Há quatro anos chegou a ser diretor de campanha eleitoral de Costa, mas deturpou-se nesse vertice depois de uma polémica com imagens usadas em cartazes. É vultoso a condição de simples militante do PS. Na legislatura que acaba ficou com o pelouro da Defesa. Na vida privada tem um hobby desde criança: coleção de lapas.



BE. MARIANA FALCATO SIMÕES

Mariana Falcato Simões tem 41 anos e foi a aposta do Bloco de Esquerda no círculo eleitoral de Vila Real. É natural de Lisboa, passou a adolescência em Torres e reside em Vila Real desde 1997. Da real, faz o percurso inverso de muitos estudantes na escola superior. Em vez de sair do interior para o litoral, fez o caminho inverso. Licenciou-se em Engenharia Agrícola pela Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, mas tem-se destacado sobretudo como advogada ligada ao movimento Miles (Fogas). O movimento nasceu em 2014 e há para que os pontos na água possam ser realizados em hospitais públicos. O seu nome também está ligado à Rede 8 de Março (movimento feminista). Integrando o núcleo de Vila Real. Além disso, é fundadora da "Bipartidária", Associação Cultural e Recreativa e da "Luz de Azeite" - Associação Cultural, Social e para o Desenvolvimento.



CDU. MANUEL CUNHA

O candidato da CDU é médico e tem 54 anos. A coligação não elega ninguém naquele círculo eleitoral, tanto em 2015 como em 2011, por isso, a tarefa do dirigente regional de Vila Real não é fácil. Mas há uma certeza: Manuel Cunha não é um estereótipo como candidato, nem como cabeça-de-lista. Papa o eletro, conheceu inclusive em 2009 na mesma posição. Em 2005 tentou concorrer à Câmara de Chaves, conhece onde reside. A tentativa repetiu-se até 2017, num caso de clara persistência dos comunistas. Do seu currículo profissional destaca-se o facto de ser diretor do serviço de Hematologia do Centro Hospitalar de Trás-os-Montes e Alto Douro. Além disso, integrou a direção da Sociedade Portuguesa de Hematologia. No plano partidário é membro da Direção da Organização Regional de Vila Real do PCR, deputado municipal em Chaves e delegado sindical.



CDS. PATRIQUE ALVES

Patrique Alves tem 36 anos, é presidente do distrito do CDS em Vila Real. O seu percurso é sobretudo autárquico, sendo deputado municipal em Vila Real. Além, há dez anos concorre à Câmara Municipal de Vila Real. O candidato nasceu em França, mas vive no distrito desde 1988, tendo origens familiares em Murça e Valpaços. O seu percurso académico esteve ligado ao ambiente. Licenciou-se em Engenharia do Ambiente e está a terminar um mestrado em Gestão Pública pela Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro. A ligação ao CDS-PP começou bem cedo porque aos 14 anos inscreveu-se na Juventude Popular. É confesso ao i que é do CDS "desde que se lembra".



PAN. JOSÉ CASTRO

O partido Pessoas-Animais-Natureza decidiu apostar num professor de 54 anos que é coach pessoal e organizacional pelo círculo de Vila Real. O candidato nasceu em Setúbal de Aguiar. Vila Real, mas tem residência em Antares, no distrito do Porto. José Castro não tem um percurso político ativo, mas há oito anos decidiu filiar-se pela primeira vez num partido e escolheu o PAN, cansado do rumo que o país segue. É comissário político nacional da Pessoas-Animais-Natureza, casado e tem uma filha. A nível académico José Castro tem formação em Física e Química pela Universidade do Minho uma pós-graduação em Aline Terapia e Waking Dream Therapy, além de outra pós-graduação em Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho. O candidato tem também certificação internacional em coaching. É microbiológico e vegetariano.



VILA REAL DISTRITO

NUMERO DE CONCELHOS	POPULACAO RESIDENTE	ELEITORES REGISTRADOS	RESERVACAO DE SEDES PARA O PARTIDO
14	192 465	219 112	5

RESULTADOS DAS ÚLTIMAS LEGISLATIVAS (2015)

PSD	33,06%
BE	5,18%
CDU	2,95%
PAN	0,60%

ABSTENÇÃO NAS ÚLTIMAS LEGISLATIVAS (2015)

VILA REAL	51,74%
NACIONAL	44,14%

CABECAS-DE-LISTA DOS PARTIDOS SEM ASSENTO PARLAMENTAR

- Maria João Gaspar (ALIANÇA)
- José Manuel Ferreira Dias (CHEGA)
- Teresa Rebelo (LISBOA)
- Rui Gonçalves Paiva (FEDERAL LIBERAL)
- Miguel Carvalho (NÓS, OS GARDIÕES)
- Isabel Montalvão e Sílvia (INICIATIVA SOCIALISTA DOS TRABALHADORES PORTUGUESES (POSTALMARKET))
- Lígia Cruz (INICIATIVA SOCIALISTA DOS TRABALHADORES PORTUGUESES (POSTALMARKET))
- Daniela Carvalho (PARTIDO TRABALHADOR PORTUGUESE (PTP))
- Sílvia Correia (PARTIDO POPULAR REPUBLICANO (PPR))
- João Cabeço (REAR DO LULU REPLICAR (PR))

Anexo 96: Jornal I - candidatos - 1 de outubro de 2019 - páginas 8 e 9

Viseu. O ex-cavaquistão elege menos um deputado

PS. JOÃO AZEVEDO



O candidato tem um percurso sobretudo académico, ligado à Câmara de Mangualde. João Azevedo, 44 anos, foi eleito pela primeira vez como presidente da câmara de Mangualde em 2008. A experiência repetiu-se até 2017, estando no seu último mandato permitido por lei. Em maio deste ano, João Azevedo assumiu outro desafio, a de ser diretor de operações das eleições europeias do PS, tendo Pedro Marques como cabeça-de-lista. O primeiro-ministro decidiu, por isso, chamá-lo para o cargo e, agora, ao Parlamento.

João Azevedo nasceu em Mangualde, é professor de Educação Física do 2.º ciclo do Ensino Básico, casado e pai de três filhos.

BE. BÁRBARA XAVIER



O Bloco de Esquerda aposta numa jovem psicóloga de 27 anos para tentar ganhar a eleição. Bárbara Xavier é psicóloga e especialista em matérias de qualidade de género. E também a mais nova cabeça-de-lista do BE. Concorre em Viseu, onde nasceu, mas é natural da Guarda. A candidata não é advogada (nem se chamam os milhares do BE) do partido liderado por Catarina Martins, mas tem um percurso ligado ao ativismo. Apesar de não ter qualquer experiência política, Bárbara Xavier integra a "Plataforma Já Manifesta" e de Pedro 3.º do Março, um movimento de defesa dos direitos das mulheres. Num conversa com iReport, a candidata explicou que o facto de ser independente e não ter experiência política demonstra que pretende ir para o Parlamento por um "real interesse comunitário", e não partidário ou pessoal.

PSD. FERNANDO RUAS



Após 70 anos Fernando Ruas tenta manter o histórico de vitórias do PSD num círculo eleitoral que já foi considerado, em tempos, o "Cavaquistão". O histórico alfaia social-democrata confunde o seu percurso político com a presidência da câmara de Viseu. Exerceu o cargo durante 24 anos. Ruas foi ainda presidente da Assembleia Municipal de Mangualde Portuguesa (AMMP) durante cinco anos, entre 2002 e 2013. Foi de atividade autárquica por limite de mandato e acabou a concorrer nas listas de coligação PSD-CDS para as eleições em 2014. Mas a experiência como autárquico do PSD não lhe valeu um mandato de cinco anos. A sua saída não foi propriamente conturbada até porque o atual líder do PSD, Rui Rio, tinha outros planos para o histórico autárquico ex-cabeça-de-lista por Viseu. Ruas é licenciado em Economia, sendo natural de Fátima, Viseu.

CDS. HÉLDER AMARAL



O cabeça-de-lista do CDS por Viseu é uma figura incontornável dos democratas-cristãos no distrito. Tem 50 anos, nasceu em Angola, é casado, sportista, mas a sua vida está ligada a Viseu, dividindo e entre o trabalho e o círculo eleitoral há cerca de 30 anos. Foi presidente do distrito de Viseu do CDS e integra o diretivo central durante o mandato de Paulo Portas. O deputado foi ainda coordenador autárquico nacional do CDS. Não tem a licenciatura de Direito concluída, tem o 4.º ano de licenciatura e a sua profissão é de política e de direito de turismo. Em 2007, foi o nome associado a polémica num comício nacional do CDS, bastante conturbado. A já conhecida dirigente Inês José Nogueira Pinto, chegou a de a ter magistral no ombro. Na resposta, Helder Amaral lembrou que os "bóvidos não batem nos mulhotes".

CDU. MIGUEL TIAGO



O ex-deputado Miguel Tiago, 40 anos, concorre num terreno difícil para a CDU. Geólogo de formação, o candidato chegou a abandonar o Parlamento em setembro de 2018, mas um ano depois o seu nome ressurgi como cabeça-de-lista por Viseu, um círculo completamente novo para Miguel Tiago e onde a CDU não atingiu qualquer deputado em 2015. Há em ano, Miguel Tiago quer sair das atividades parlamentares, algo deslucido e premiado mesmo a suas atividades de geólogo, após três anos de atividade na "Casa da Democracia". O ex-deputado, conhecido pelo seu paixão por motos e pelas viagens, tem também ligação a Saúde e concorre sempre pelo círculo eleitoral de Lisboa.

Segundo o seu negócio de interesses, o sobrinho Helder Henriquez possuiu alguns terrenos junto do Centro Cívico do PSD, no Conselho de Atividades Económicas.

ELEIÇÕES

Os vinte partidos e movimentos que concorrem às eleições de 6 de outubro tentam a sua sorte para oito mandatos disponíveis. O distrito divide-se entre o mundo rural e grandes empresas da região Centro, mas perdeu 24 mil eleitores em quatro anos.

CRISTINA RITA FERREIRA, rita@avoz.pt

PAN. CAROLINA PINA DE ALMEIDA



Após 36 anos, Carla Almeida encabeça pela primeira vez uma lista do PAN. No entanto, esta não é a primeira vez que a Psicóloga cívica integra as listas do partido. Nas eleições autárquicas de 2017 foi candidata pelo PAN à Câmara e à Assembleia Municipal de Viseu e, em maio deste ano, integrou as listas para as eleições europeias. Carla acabou ainda a fundar o Núcleo do PAN em Viseu há dois anos. Desde 2018 é porta-voz da Comissão da Comissão Política Distrital do partido em Viseu. Em 2015 decidiu filiar-se no partido após se ter identificado com as ideias que o dirigente André Silva divulgou numa entrevista. Entre conselhos de psicóloga no privado e o trabalho no partido, nos tempos livres, Carla gosta de ir à praia e ao rio, passear pela natureza, ir ao cinema e cozinhar para a família e amigos. A candidata é vegana e tem um cão, que adota há três anos, chamado Miro.

RESULTADOS DAS ÚLTIMAS LEGISLATIVAS (2015)

Partido	Porcentagem
PSD	29,65%
BE	5,72%
CDS	3,50%
PAN	0,65%

ABSTENÇÃO NAS ÚLTIMAS LEGISLATIVAS (2015)

Grupo	Porcentagem
Voto	48,72%
Não voto	44,14%

CABEÇAS-DE-LISTA DOS PARTIDOS SEM ASSENTO PARLAMENTAR



Pedro Escada
ALIANÇA



João Tilly
CHEGA



Filipe Amorim Barbosa
ALIANÇA LIGADA



João Mendes
ALIANÇA PELO PORTUGAL



Sónia Veiga
LIGADA



Norberto Albuquerque
MPP - PARTIDO DA TERÇA



António Silva Barreto
MPP - LIGADA



José Cruz
MPP - LIGADA



Manuel Prior
PARTIDO DEMOCRÁTICO REPUBLICANO (PDR)



Patrícia Araújo
PARTIDO NACIONAL RENOVADOR (PNR)



José Pereira
PARTIDO POPULAR RADICAL (PPR)



Daniela Ramos
PARTIDO TRABALHISTA PORTUGUÊS (PTP)



Armando Formoso
PARTIDO UNICO DOS REFORMADORES E INDEPENDENTES (PURI)



Ludgero Silva
PARTIDO SOCIAL PROGRESSISTA (PSP)

Anexo 97: Jornal I - candidatos - 1 de outubro de 2019 - páginas 10 e 11

224

Europa. Os 21 candidatos europeus

PSD. CARLOS GONÇALVES



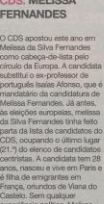
O ex-jornalista Paulo Pisco volta a ser o cabeça-de-lista pelo PSD ao círculo eleitoral da Europa. Eleito deputado por este círculo desde 2009, é coordenador dos deputados do PSD na Comissão dos Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas assumiu também recentemente na área das migrações no âmbito da Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa. Em 2002, ano em que o antigo Presidente Jorge Sampaio ficou fora das listas de candidatos. Em 2006, quando José Sócrates ganhou as eleições, regressou às listas e desde então não deixou de ser candidato. Antes de ter sido eleito deputado pela primeira vez já trabalhava para o partido, em Bruxelas. Nasceu em Queluz, há 58 anos, e vive no capital belga. É licenciado em Filosofia e tem uma Pós-Graduação em Estudos Europeus pela Universidade Livre, em Bruxelas.

BE. TIAGO PINHEIRO




Este ano, o Bloco de Esquerda apoiou em Tiago Pinheiro para encabeçar a lista de candidatos do círculo da Europa. Tiago Pinheiro tem 38 anos, nasceu em Lisboa e vive há cinco anos em Londres. Antes de emigrar para o Reino Unido, em 2013, nas autárquicas, foi candidato pelo BE à Câmara Municipal do Montijo, onde vive. É licenciado em Enfermagem com especialização em Cuidados Críticos. Antes de emigrar trabalhou na Linha de Saúde 24 e no Hospital Amadora-Sintra. Em Londres, trabalha no hospital privado "London Clinic" e é que está a preparar o regresso a Portugal, numa altura em que se discute o Brexit. É militante do Bloco de Esquerda desde 2009 sendo membro do despacho do núcleo do BE da Europa e integra a coordenação nacional de trabalho.

CDS. MELISSA FERNANDES



O CDS apoiou este ano em Melissa da Silva Fernandes como cabeça-de-lista pelo círculo da Europa. A candidata sustenta o seu professor de português Inês Abreu, que é mandatária da candidatura de Melissa Fernandes. Já antes, às eleições europeias, melissa da Silva Fernandes tinha sido para da lista de candidatos do CDS, ocupando o último lugar (21.º) do elenco de candidatas comissárias. A candidata tem 28 anos, nasceu e vive em Paris e é filha de emigrantes em França, oriundos de Viana do Castelo. Sem qualquer experiência política, Melissa Fernandes tem um Mestrado de Marketing, Comunicação e Relações Públicas e chegou a trabalhar como jornalista. Diz que se deixou com frequência a Portugal, onde passa as férias. Tem como objetivo promover a fuga portuguesa e defender os valores e os interesses dos portugueses e dos lusodescendentes que residem fora de Portugal.

CDU. RITA RATO



A escolha de Rita Rato para encabeçar a lista de candidatos pela CDU no círculo da Europa, foi uma das surpresas da campanha. Até ao momento, a CDU nunca elegeu qualquer deputado pelo círculo da Europa. Rita Rato é militante do PCP desde 2001 e membro da Direção Regional de Lisboa do partido. Tem 38 anos, nasceu em Estremoz e vive em Lisboa. Foi eleita deputada pela primeira vez em 2008 e sempre pelo círculo eleitoral de Lisboa. Entre 2005 e 2009 foi eleita na Assembleia Municipal de Estremoz. É licenciada em Clínica Política e Relações Internacionais pela Universidade Nova de Lisboa e, entre 2001 e 2006, foi assistente federada de futebol. No partido, fez ainda parte da Direção do Conselho Português para a Paz e Cooperação e do Conselho Nacional de Juventude em representação da JCP. Integrou também a Direção Nacional e a Comissão Política da JCP.

ELEIÇÕES

Desde 1995 que os dois deputados eleitos pelo círculo da Europa são divididos entre o PS e o PSD. Até agora, nenhum outro partido conseguiu eleger qualquer parlamentar. Por isso, a CDU gerou alguma surpresa ao escolher Rita Rato, deputada do PCP desde 2009, como cabeça-de-lista por este círculo.

ANA PETRONILHO emilia.petronilho@jornal7.pt

PSD

CONVULSÃO

12

PS

ESTRONGES

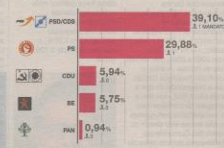
895 515

CDU

QUAQUILHO

2

RESULTADOS DAS ÚLTIMAS LEGISLATIVAS (2015)



Partido	Votos	%
PSD	39,10%	8,1 milhões
PS	23,88%	4,7 milhões
CDU	5,94%	2,1 milhões
BE	5,75%	2 milhões
PAN	0,94%	1,1 milhões

ABSTENÇÃO NAS ÚLTIMAS LEGISLATIVAS (2015)



Área	Abstenção
EUROPA	82,57%
NACIONAL	44,14%

ELEIÇÕES

CABEÇAS-DE-LISTA DOS PARTIDOS SEM ASSENTO PARLAMENTAR


Anónio Manuel da Costa
LUSITANO



Luís Martelo
DIESEL



Suzanne Rodrigues
INDUSTRIAL (INDI)



Paulo Viana
LUSITANO (LUSITANO LPT)



David Targarho
LIFE



José Sebastião
MOVIMENTO ALTERNATIVA SOCIALISTA (MAS)



João Francisco Silva
PARTIDO DA TERRA (PTT)



Sergio Fraga
POV. CIVICISMO



Ana Rita Pinto
PARTIDO COMUNITÁRIO DOS TRABALHADORES PORTUGUESES (PCPT)



Carlos Moreira Pinto
PARTIDO DEMOCRÁTICO-REPUBLICANO (PDR)



Patrícia Manguinhas
PARTIDO NACIONAL RENOVADOR (PNR)



Lopo Maria de Abreu
PARTIDO POLAR (POLAR)



Carlos Nogueira
PARTIDO TRABALHADOR PORTUGUÊS (PTP)



João Rodrigues
PARTIDO DEMOCRÁTICO-REPUBLICANO E PROGRESSISTA (PDRP)




Ana Maria Vieira
REAR (REAR-REAGÃO À EUROPA)



Anexo 98: Jornal I - candidatos - 2 de outubro de 2019 - páginas 8 e 9


Fora da Europa. PSD domina há quase 20 anos

PSD. JOSÉ CESÁRIO




José Cesário foi eleito deputado em 1983 pelo distrito de Viseu e desde 2005 que é eleito pelo círculo Fora da Europa. Tem uma ligação forte às comunidades portuguesas. Foi secretário de Estado das Comunidades Portuguesas no Governo liderado por Durão Barroso, entre 2002 e 2004, e, mais tarde, no Governo de Passos Coelho, entre 2011 e 2015. É professor do 1.º ciclo do ensino básico e foi membro da direção do Sindicato de Professores da Zona Centro. É licenciado em Administração e Gestão Escolar. Os seus principais hobbies são "ciclismo, ver televisão e futebol nos tempos livres". Nas últimas eleições legislativas, o PSD ficou à frente com 48,46%, o que corresponde a mais de sete milhões de votos. Nas últimas 20 anos, só o PSD elegeu deputados pelo círculo Fora da Europa.

PS. AUGUSTO SANTOS SILVA




Augusto Santos Silva foi uma das surpresas da lista do PS ao aparecer como cabeça-de-lista pelo círculo Fora da Europa. Nas últimas legislativas, o PS não conseguiu eleger nenhum deputado, com apenas 10,83% dos votos. Foi ultrapassado pelo PSD, mas também pelo NsC Cidadãos. Desde 1989 que o PS não elege nenhum deputado. Santos Silva é uma escolha arrojada, mas justificada pela proximidade que ganhou com as comunidades portuguesas, nos últimos quatro anos, como ministro das Negociações Estrangeiras. Destacou-se por ser um dos políticos que mais tempo esteve no Governo, já foi ministro em quatro áreas diferentes: ministro da Educação e da Cultura de António Guterres, ministro dos Assuntos Parlamentares e da Defesa Nacional em José Sócrates e ministro da Defesa Nacional no Governo liderado por António Costa. Ao todo, são quase 19 anos com responsabilidades governativas.

BE. JOÃO BRANCO




João Branco é encanador e vive, desde 1991, na cidade do Mindelo, em Cabo Verde. O candidato independente foi condecorado, no 10 de Junho, com o grau de Comendador da Ordem do Mérito. Foi o fundador do Grupo de Teatro do Centro Cultural Português e do Festival Internacional do Teatro do Mindelo - Mindelact. De acordo com o perfil publicado pelo Bloco de Esquerda, João Branco "é licenciado em Gestão do Património e Organizações Culturais, teve o mestrado de Artes Cénicas, especialidade Encenação, e doutorou-se em Artes, Comunicação e Cultura". O Bloco de Esquerda foi a sexta força política mais votada nas últimas eleições legislativas, em 2015. Os bloguistas conseguiram 1,56%, o que corresponde a 229 votos.

CDU. DULCE KURTENBACH



Dulce Kurtenbach é a cabeça-de-lista do PCP pelo círculo Fora da Europa. É professora de Inglês apontada e deu aulas de inglês na Universidade de Zhoukou, região de Henan, na China, até 2018. Foi também assistente clínica no Hospital Conde de São Amaro, em Lisboa, entre 1996 e 2000, e "desempenhou cargo de direção na área da Medicina Física e Reabilitação", de acordo com a informação divulgada pelo PCP. Os comunistas foram a sétima força política mais votada nas últimas eleições legislativas com 1,46%, o que corresponde a 214 votos.

CDS. GONÇALO DOS SANTOS




Gonçalo dos Santos mudou-se do PSD para o CDS. Foi uma figura importante do PSD/Madeira, nos tempos de Alberto João Jardim, e já foi deputado, entre 2002 e 2005, pelo círculo Fora da Europa. Acabou o comité de Assunção Cristina com a convicção de que a tarefa não é fácil, mas tem a vantagem de conhecer bem as comunidades portuguesas ou não livres sob a chancela do Centro das Comunidades Madeirenses durante cerca de 30 anos. Uma das suas principais bandeiras na campanha eleitoral é a criação de mais um círculo eleitoral para as comunidades portuguesas. O CDS nunca elegeu nenhum deputado pelo círculo Fora da Europa.

ELEIÇÕES

Desde 1999 que o PS não consegue eleger um deputado pelo círculo Fora da Europa. Os socialistas apostam, nestas eleições, em Augusto Santos Silva. José Cesário volta a liderar a lista do PSD. Os restantes partidos nunca elegeram deputados.

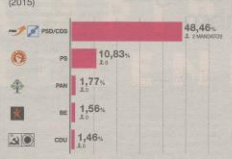
LEON CLAUDIO LIMA/AGENCIAMENTO.PT

FORA DA EUROPA



CONSELHO: 11
DEPUTADOS: 570
PROPOSTOS: 435
ELEGIDOS: 2

RESULTADOS DAS ÚLTIMAS LEGISLATIVAS (2015)



Partido	Porcentagem	Votos
PSD	48,46%	2.146.468
PS	10,83%	478.125
BE	1,77%	74.125
CDU	1,56%	65.125
CC	1,46%	61.125


ABSTENÇÃO NAS ÚLTIMAS LEGISLATIVAS (2015)

FORA DA EUROPA: 91,07%


NACIONAL: 44,14%

CABECAS-DE-LISTA DOS PARTIDOS SEM ASSENTO PARLAMENTAR


Tiago Sousa Dias
ALIANÇA




José Louçã
PARTIDO COMUNISTA DOS TRABALHADORES PORTUGUESES (PCP/PAV)




Paulo da Silva
CHEGA




Fernando Albarran
PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO REPUBLICANO (PSD)




Filipa Osório Pereira
INICIATIVA LIBERAL




Jorge de Almeida
PARTIDO NACIONAL RENOVADOR (PNR)




Joaquim Pinto Alves
PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO (PSD)




Christian Baums Hehn
PARTIDO PROLETÁRIO MORGANTIANO (PPM)




Geizely Fernandes
LIVRE




Jacqueline Delonghi
PARTIDO TRABALHISTA PORTUGUESE (PTP)




Francisco Silva
PARTIDO DA TERRA BOM




Maria Fernandes
PARTIDO UNIDO DOS REPUBLICANOS E FUNDACIONISTAS (PUR)



Renato Epifânio
NÃO SE ENGADE



Isabel Maria Corqueira
REAGIR INCLUIR RECONSTRUIR (RI)



Anexo 99: Jornal I - candidatos - 2 de outubro de 2019 - páginas 10 e 11



Breves

Partidos

PSD aproveita as férias para lançar site sobre legislativas

Portugal Precisa é o novo lema do PSD para as legislativas, de acordo com o novo *micro-site* do partido lançado esta semana e dedicado às eleições. Na página www.psd.pt/legislativas-2019/ é possível conhecer todos os candidatos do PSD, ler notícias, consultar as propostas sectoriais e a agenda, descarregar o material de campanha e visualizar os novos cartazes afixados pelo país.

Regionais da Madeira

RIR em último e PDR em primeiro no boletim de voto

O sortelo do boletim de voto no âmbito das eleições legislativas regionais na Madeira, realizado ontem, ditou que o PDR vai surgir em primeiro lugar e o RIR em último, entre 17 candidaturas. Ao PDR segue-se o Chega, o PNR, o Bloco de Esquerda, o PS, o PAN, a Aliança e o MPT. O PSD vai em décimo lugar e o CDS em décimo quarto. Em último estará o RIR, de Tino de Rans.

Presidência da República

Presidente promulga sete diplomas do Parlamento

Marcelo Rebelo de Sousa promulgou ontem sete diplomas oriundos da Assembleia da República, incluindo o texto "relativo à redução do impacto das pontas de cigarros, charutos ou outros cigarros no meio ambiente". O Presidente da República deu ainda luz verde ao Estatuto do Ministério Público, à lei antidopagem no desporto e ao regime do inventário notarial, entre outros diplomas.



"Eu gaguejo. Isso não me impede de rigorosamente nada", disse Joacine Katar Moreira, candidata do Livre às eleições legislativas

Rentrée Miguel Albuquerque sobe ao palco



A festa de *rentrée* dos social-democratas da Madeira está marcada para sábado, dia 17, no Largo das Palmeiras, em Porto Santo, como tem sido

habitual. Antes da tradicional intervenção política de Miguel Albuquerque, líder do partido na região, presidente do governo e candidato às eleições

de Setembro, haverá um momento musical protagonizado pela dupla Dinoise & Skool Daze e o conjunto Galáxia.

Abaixo-assinado

Mais de 200 ex-presos políticos contra "Museu Salazar"

Mais de 200 ex-presos políticos assinaram um documento em que se manifestam contra a criação de um "Museu Salazar" anunciado pelo presidente da Câmara de Santa Comba Dão, terra natal do ditador. "Os abaixo-assinados, ex-presos políticos, manifestam, em nome próprio e no da memória de milhares de vítimas do regime fascista — de que Salazar foi principal mentor e responsável —, o mais veemente repúdio pelo anúncio da criação de um "Museu Salazar", diz o texto a que o PÚBLICO teve acesso. Para os signatários, em vez de visar esclarecer a população sobre o regime fascista, o museu prefigura-se "como um instrumento ao serviço do seu branqueamento e um centro de romagem para os saudosistas".



Saúde

Bloco defende autonomia para contratar funcionários

O Bloco de Esquerda insistiu no apelo a que as unidades de saúde tenham autonomia para contratar os funcionários de que necessitem, alegando que estão a ser contratados mais trabalhadores precários. "Como as unidades de saúde continuam sem autonomia para a contratação, estão a ser contratados mais profissionais de uma forma precária", disse ontem a coordenadora do BE, Catarina Martins, em Coimbra.

10 • Público • Sexta-feira, 16 de Agosto de 2019

POLÍTICA

PS é o partido que prevê gastar mais nas regionais da Madeira

Socialistas têm orçamento de 370 mil euros. O PSD vem logo atrás. No total, as candidaturas estimam gastar 1,5 milhões de euros na campanha das eleições legislativas na Região Autónoma da Madeira

Eleições
Sofia Rodrigues

É com um orçamento de 370 mil euros que o PS e Paulo Cafó vão desafiar a longa maioria absoluta do PSD nas próximas eleições legislativas regionais da Madeira. No total, as 14 candidaturas estimam gastar 1,5 milhões de euros na campanha, de acordo com os orçamentos disponibilizados no site da Entidade das Contas.

Com o maior orçamento de campanha deste ano, os socialistas acrescentam mais 75 mil euros face ao previsto nas eleições regionais de 2015. Nessa altura, o PS apresentou-se com uma coligação da qual fazia parte o Pessoas-Animais-Natureza (PAN), o Movimento Partido da Terra (MPT) e o Partido dos Trabalhadores Portugueses (PTP). Desta vez, o PS concorre sozinho, com o cabeça de lista Paulo Cafó, que governou a Câmara do Funchal nos últimos anos.

Já o PSD, que em 2015 manteve a maioria absoluta por apenas um deputado, diminuiu os seus gastos para menos de metade: de 761 mil euros passa para 360 mil. Ainda assim, o partido liderado pelo actual presidente do governo regional, Miguel Albuquerque, apresenta o segundo maior orçamento de campanha destas eleições regionais.

O partido Aliança, liderado por Santana Lopes, tem um orçamento de 140 mil euros e concorre sozinho, depois de o Tribunal Constitucional ter recusado a coligação Unidos pela Madeira, com o MPT. A estimativa da Aliança, que concorre pela primeira vez às regionais da Madeira, é gastar mais do que o que o CDS se propõe investir, que são 100 mil euros.

Nas últimas regionais, os centristas foram a segunda força política mais votada e agora admitem vir a apoiar o PS, para evitar uma maioria de esquerda na assembleia legislativa regional. O valor previsto pelos centristas é mais baixo do que o apresentado em 2015 – 176 mil euros – e é agora mais próximo do divulgado pelo PCP, que concorre em coligação com o PEV. A CDU prevê, assim, gastar 110 mil euros, mais cerca de 30 mil euros do que o Juntos pelo Povo (JPP), que



Paulo Cafó, o ex-presidente da Câmara do Funchal, é a aposta do PS para a liderança do governo regional

O PSD, cuja maioria absoluta depende apenas de um deputado, vai gastar menos de metade do que gastou em 2015. Então apresentou um orçamento de 761 mil euros, agora fica-se pelos 360 mil

apresentou um orçamento de 81.500 euros. Mais magra é a previsão do BE, que estima gastar 62 mil euros na campanha cujo período oficial começa a 8 de Setembro e termina a 20. Tanto a CDU como o JPP, o BE e o Partido Nova Democracia elegeram deputados nas últimas regionais. Neste último caso, o PND, fundado por Manuel Monteiro, foi extinto depois das eleições na Madeira, tendo o seu deputado passado a ser independente.

Abaixo da fasquia dos 50 mil euros estão os orçamentos de sete candidaturas: o PTP, com 30 mil euros; o PAN, com 11 mil euros; o PCTP/MRPP e o Chega, com 10 mil euros cada; a Iniciativa Liberal, com 2 mil euros; o PURP (Partido Unido dos Reformados e Pensionistas), com mil euros; e o PNR, com 300 euros.

A poucas semanas do início da campanha, o bispo do Funchal, Nuno Brás, apelou aos candidatos às eleições da Madeira para que usem a campanha eleitoral como “tempo de civilização” e criticou os “ataques pessoais” e as “calúnias” entre políticos.

“Nos últimos tempos, mais que mostrar as suas propostas para a região e o país, as campanhas eleitorais têm, infelizmente, sublinhado os ataques pessoais, a desvalorização do outro candidato, por vezes até através de calúnias”, afirmou Nuno Brás, na homília que proferiu na missa da Assunção de Nossa Senhora, na freguesia do Monte, Funchal.

RIR por último

No boletim de voto que será apresentado aos eleitores a 22 de Setembro

constam 17 candidaturas: a primeira a aparecer é a do Partido Democrático Republicano (PDR) e a última é a do Rir, Reagir, Reciclar (RIR), cujos orçamentos não estavam disponibilizados no site da Entidade das Contas. Na ordem decidida por sorteio, realizado na terça-feira, ficaram colocados depois do Chega, o PNR e o BE. Em seguida, surgiu o PS e o PAN. As forças políticas Aliança e o Partido da Terra-MPT ficaram um após o outro, ocupando, o 7.º e 8.º lugares no boletim de voto, depois da rejeição da coligação por parte do Tribunal Constitucional. Surgem ainda no boletim, por esta ordem, PCTP/MRPP, PSD, Iniciativa Liberal, PTP, PURP, CDS, CDU e JPP, com o RIR por último.

srodrigues@publico.pt

12 • Público • Sábado, 17 de Agosto de 2019

POLÍTICA

PÚBLICO & NOTÓRIO

32

número de requisições civis decretadas desde 1974. No último ano, o Governo recorreu três vezes a este mecanismo, mas 1977 foi o ano em que houve mais requisições civis: foram cinco (o primeiro-ministro era Mário Soares)



Bastidores

Lema de Trump usado na campanha do PNR

Donald Trump escolheu como lema da sua campanha às presidenciais de 2016 a frase "Make America great again" (Tornar a América grande outra vez). O slogan atravessou fronteiras e foi escolhido pelo Partido Nacional Renovador (PNR), que o adaptou. Esta semana, quando José Pinto-Coelho, líder do partido, entregou no tribunal a lista de candidatas a Lisboa, foi apresentado o lema da candidatura: "Fazer Portugal grande outra vez." "Muitos dizem: 'Ai, que falta de originalidade', mas já estão a falar dele", disse Pinto-Coelho que quer vir a ser o "Trump português".

Rio no Twitter: enigma ou humor "laranja"?

O líder do PSD esteve de férias durante a greve dos motoristas, mas nem por isso deixou de se referir ao assunto na rede social Twitter. Só que as palavras que escolheu foram tão enigmáticas que ninguém percebeu se eram mais do que humor "laranja". Escreveu Rui Rio: "Ensinam-nos aqui que a greve dos motoristas só pode ser suspensa ou adiada pelos seus sindicatos que é quem a decreta. Que bom aprender com quem tanto sabe. E eu a pensar que os governos é que decretavam as greves. Aprende-se tanto aqui no Twitter. É quase uma universidade."



AS FÉRIAS DO PRESIDENTE

AS FÉRIAS DO PRESIDENTE
RTP.PT 13:58
Marcelo Rebelo de Sousa foi abordado por dezenas de banhistas numa praia em Portimão

Já é um clássico de Agosto. Marcelo Rebelo de Sousa troca o formal fato e gravata pelo calção de banho e rumo ao Algarve, este ano para as praias de Alvor. Entre banhos e despacho presidencial (sim, como mostraram as imagens da RTP, o

chefe de Estado trabalha na praia), o Presidente avia dezenas de *selfies* com cidadãos de todas as idades. Este ano, Marcelo notou que a água das praias algarvias está mais fria. Revelou-se mesmo um especialista em temperatura

marítima. "Dizem que está a 18 graus, eu diria 16,5." Ontem veio a Lisboa para um encontro com o primeiro-ministro, depois volta ao Algarve e, lá para o final do mês, ainda dará um salto às praias fluviais das zonas afectadas pelos fogos de Julho.

O CONSELHO LAMBER SABÃO

Aconteceu no último conselho nacional do CDS e foi registado num artigo de opinião, para não restarem dúvidas. No final da reunião — durante a qual foram saindo na imprensa notícias sobre o que estava a ser dito naquela noite —, Assunção Cristas mandou um conselheiro nacional "lamber sabão". A expressão, informal, significa "não me aborreça" ou, por outras palavras, "vá dar banho ao cão".

O alvo do "conselho" da líder do CDS foi Luis Gagliardini Graça (que é da Tendência Esperança em Movimento, corrente interna crítica da direcção), que escreveu

sobre o assunto no jornal *online* Observador. "E tudo acabou assim!", começa por escrever Gagliardini Graça, sobre "as memórias do último conselho nacional do CDS, desconhecido para muitos, mas infelizmente a realidade de alguns".

No final do artigo, Luis Gagliardini Graça discorre sobre centelhas de esperança e amanhãs possíveis, se se começar pelo hoje. "Em sede própria e magna, cá estaremos para ser a construção de sempre e sempre parte da solução, para que nunca mais a presidente do CDS me mande lamber sabão...", regista,

AMUDANÇA DO PSD AO CDS

Desde que Pedro Santana Lopes fundou a Aliança tem havido alguns sociais-democratas a trocar o PSD pelo novo partido do antigo primeiro-ministro, Martins da Cruz (ex-ministro), Luis Cirilo (antigo secretário-geral adjunto), Firmino Pereira (ex-deputado) e Jorge Nuno de Sá (que foi líder da JSD e deputado) são exemplos dessa mudança. Mais recentemente, o PSD perdeu outra militante, mas desta vez para o CDS: Clara Carneiro, que foi deputada social-democrata, desfilou-se do partido e vai ser mandatária de Assunção Cristas em Lisboa.

AS FRASES

Onde estão Rui Rio, Catarina Martins, Assunção Cristas e Jerónimo de Sousa? Também fizeram greve?

Marcos Perestrello
Deputado do PS

Espero que Salvini corra com esta corja de mariquinhas da UE

André Ventura
Líder do Chega

A avidez de tudo ser crime tem efeitos perversos

Rogério Alvez
Ex-bastonária da Ordem dos Advogados

Os portugueses gostam de autoridade

Marques Mendes
Comentador e ex-líder do PSD

Redes sociais? Só aderir ao Whatsapp

Luis Montenegro
Ex-líder parlamentar do PSD

Portugal precisa de um novo rumo. Não é conversa política, é um imperativo

Pedro Santana Lopes
Líder do Aliança



8 • Público • Quinta-feira, 29 de Agosto de 2019

POLÍTICA

Campanha de 2019 deverá custar menos 600 mil euros

Os seis partidos com assento parlamentar estimam gastar 7,5 milhões de euros na preparação das legislativas. Os outros, todos juntos, orçamentaram pouco mais de 600 mil euros

Legislativas 2019 Liliana Borges

No dia 6 de Outubro, o país vai a votos. Até lá, os partidos estarão em clima de campanha e já se sabe quanto dinheiro contam gastar. Os cartazes, as viagens, os comícios, os espectáculos, os brindes e as restantes acções de campanha vão custar 8,1 milhões de euros, um valor que fica aquém das despesas estimadas nas últimas legislativas – em 2015 – quando os partidos e coligações apresentaram um orçamento de 8,8 milhões. Os números foram revelados ontem pela Entidade das Contas e Financiamentos Políticos, que recebeu 18 orçamentos no Tribunal Constitucional. Contas feitas, os seis partidos com assento parlamentar estimam gastar 7,5 milhões de euros e os restantes 12 não ultrapassarão os 639 mil euros. O PS é o campeão dos gastos.

Os socialistas têm um orçamento de 2,4 milhões de euros – um valor que fica abaixo da despesa de 2015, quando o PS estimou custos de 2,6 milhões. Por oposição, no final da lista surge o Movimento Partido da Terra (MPT), que não prevê quaisquer despesas e apresenta um orçamento a zeros. Em 2015, o MPT definiu 57 mil euros para despesas.

Dos 18 orçamentos apresentados, apenas metade inclui na previsão de receitas a subvenção estatal, que é um apoio para compensar as despesas de cada partido – desde que consiga eleger pelo menos um deputado. Segundo a informação disponibilizada pela Comissão Nacional de Eleições, nestas eleições legislativas serão disponibilizados cerca de 6,97 milhões de euros para esse fim. Deste valor, 20% será distribuído em partes iguais por todos os partidos que consigam eleger um deputado. A restante verba será dividida na proporção dos votos expressos.

Entre os partidos com assento parlamentar, apenas o CDS não apresenta

um valor estimado para a subvenção estatal. A rubrica das receitas atinge os 700 mil euros, mas a sua origem está definida como “contribuição de partidos políticos”. Em 2011, ano em que o CDS se candidatou sozinho e não em coligação (à data liderado por Paulo Portas) apresentava exactamente a mesma expectativa de receitas e despesas, mas atribuiu a origem das primeiras à subvenção estatal. Pelo contrário, o partido de Rui Rio apenas assume como fonte de receita a subvenção estatal, não recorrendo a rubricas como as contribuições de partidos ou a angariação de fundos.

Da mesma forma, também o RIR, o Juntos pelo Povo e o Livre esperam conseguir subvenção estatal para cobrir as despesas, e não declaram outras formas de receita para esta campanha.

Campeões dos gastos

Nas últimas eleições legislativas, PSD e CDS, em conjunto, apresentaram o maior orçamento da campanha. A coligação Portugal à Frente (PaF) estimava gastar 2,8 milhões de euros. Desta vez, os dois partidos concorrem separados e é o PSD que assume o segundo lugar no ranking das despesas. Os sociais-democratas estimam gastar 2,05 milhões. Já o CDS é o 5.º partido com a maior factura de despesas estimadas, com um orçamento a rondar os 700 mil euros. Curiosamente, somando todas as rubricas de gastos dos dois partidos, o orçamento seria exactamente o mesmo que foi apresentado em conjunto há quatro anos.

O terceiro maior orçamento é o da CDU: 1,2 milhões de euros (em 2015 era de 1,5 milhões). Segue-se o do Bloco de Esquerda, que ultrapassa os 983 mil euros, mais do que o orçamento do CDS.

Na lista de partidos com assento parlamentar está também o PAN, que prevê gastar aproximadamente 138 mil euros, um valor considera-

Gastos dos partidos nas legislativas

PARTIDO	ORÇAMENTO EM EUROS
PS	2.406.605
PPD/PSD	2.050.000
CDU	1.200.000
Bloco de Esquerda	983.724
CDS-PP	700.000
Aliança	250.000
Chega	150.000
Pessoas-Animais-Natureza (PAN)	138.885
Partido Democrático Republicano (PDR)	100.000
Iniciativa Liberal	50.000
Juntos pelo Povo	28.000
Reagir Incluir Reciclar (RIR)	25.000
PCTP/MRPP	18.000
Livre	11.000
Partido Trabalhista Português	4.000
Partido Nacional Renovador (PNR)	1.500
Partido Unido dos Reformados e Pensionistas	1.500
Partido da Terra (MPT)	0
Partido Operário de Unidade Socialista (POUS)	Não entregou
Nós, Cidadãos!	Não entregou
Partido Popular Monárquico (PPM)	Não entregou
MAS (Movimento Alternativa Socialista)	Não entregou
Total	8.118.214

Fonte: Entidade das Contas e Financiamentos Políticos

PÚBLICO

21

Número de partidos que vão a votos nestas legislativas em pelo menos três círculos eleitorais: Leiria, Coimbra e Europa

0

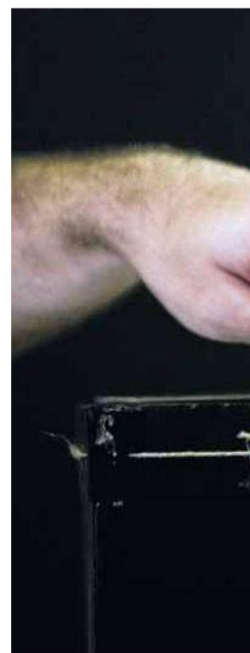
O Partido da Terra depositou o seu orçamento na Entidade de Contas e dele não consta qualquer gasto. O valor inscrito na rubrica das despesas e das receitas é o mesmo: zero euros

2,4

Valor, em milhões de euros, que o PS prevê gastar na campanha. São menos 200 mil euros do que em 2015, mas é o orçamento mais elevado de 2019

700

mil euros é o que, para já, se vai gastar a menos em relação a 2015. O valor pode descer, uma vez que quatro partidos ainda não entregaram os seus orçamentos

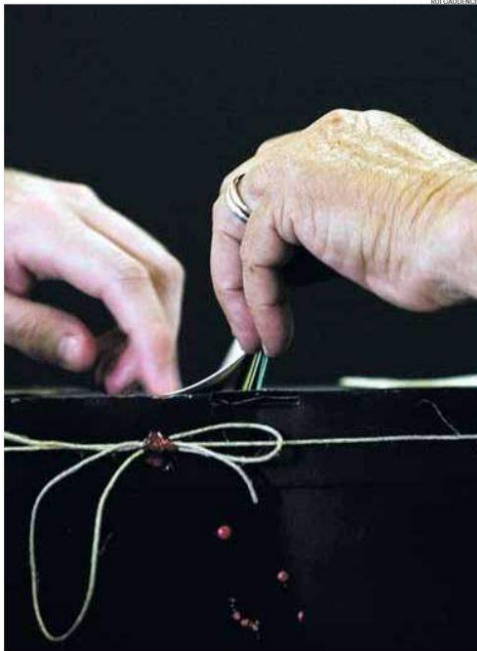


velmente superior aos 30 mil euros apresentados em 2015. No entanto, ainda assim, o orçamento do partido de André Silva surge atrás de dois partidos estreantes em legislativas: a Aliança e o Chega, que apresentam um orçamento de 250 mil e 150 mil euros, respectivamente.

Na lista dos dez partidos com o maior orçamento surgem ainda, por esta ordem, o Partido Democrático Republicano (PDR) e a Iniciativa Liberal, com um orçamento de 100 mil e 50 mil euros. Em 2015, as estimativas para as despesas do PDR orçamentavam apontavam para os 207 mil euros.

Seguem-se o partido Juntos pelo Povo, que orçamentou 28 mil euros (em 2015 o orçamento ascendia aos 355 mil euros), e o Reagir Incluir Reciclar (RIR), de Tino de Rans, que conta gastar 25 mil euros. Já o PCTP-

Número de partidos e coligações que se apresentam às legislativas nunca foi tão elevado



MRPP espera que as despesas não ultrapassem os 18 mil euros na campanha para as legislativas e o Livre esboça um orçamento de 11 mil euros (que esperam conseguir apenas com a subvenção estatal). Nas eleições legislativas de 2015, o Livre apresentava-se menos poupado e estimava gastar 215 mil euros, sendo que destes 125 mil seriam obtidos através da atribuição de subvenção estatal.

Abaixo dos cinco mil euros surgem três partidos: o Partido Trabalhista Português – quatro mil euros –, o Partido Unido dos Reformados e Pensionistas e o Partido Nacional Renovador (PNR) – 1500 euros cada.

Uma vez que o prazo para apresentação das listas de candidatos termina no final desta semana, a 31 de Agosto, os dados finais ainda não foram disponibilizados pela Comis-

são Nacional de Eleições. No entanto, com base na lista apresentada pela Entidade das Contas e Financiamentos Políticos, contam-se para já pelo menos 22 candidaturas (de 21 partidos e uma coligação). Nas últimas legislativas foram a votos 16 forças políticas. Destas, apenas 12 – dez partidos e duas coligações – concorreram aos 22 círculos eleitorais (ver texto ao lado).

O prazo para a entrega dos orçamentos de campanha terminou na segunda-feira, mas nem todos os partidos concorrentes apresentaram as contas. De fora ficaram o Nós, Cidadãos!, o Movimento Alternativa Socialista (MAS), o Partido Popular Monárquico (PPM) e também o Partido Operário de Unidade Socialista (POUS).

lillana.borges@publico.pt



À direita nunca haveria uma 'geringonça' porque a 'geringonça' pressupõe uma coisa mal-amanhada

Rui Rio
Líder do PSD



Pelo menos 21 forças políticas vão a votos, número recorde desde 1976

Os portugueses vão ter um número de partidos recorde entre os quais escolher nas legislativas, já que pelo menos em três círculos eleitorais, Leiria, Coimbra e Europa, são 21 as forças políticas que irão constar no boletim de voto. Em pelo menos outros seis círculos – Lisboa, Setúbal, Viana do Castelo, Viseu, Madeira e Fora da Europa – os eleitores poderão decidir entre 20 opções. Contactada pela Lusa, a Comissão Nacional de Eleições disse ainda não dispor da informação global, aguardando que os tribunais de cada círculo enviem os resultados.

No entanto, dados já recolhidos pela Lusa em 18 dos 22 círculos permitem concluir que em todos eles vão ser igualados ou ultrapassados os 17 partidos que concorreram em 2011, eleição que registava até agora o maior número de candidaturas em legislativas.

Há quatro anos foram 16 as forças políticas a votos nas legislativas de 4 de Outubro, mas apenas 12 – dez partidos e duas coligações – concorreram aos 22 círculos eleitorais, enquanto em 2011 esse número tinha sido de 17 forças políticas, das quais dez em todos os círculos eleitorais.

Este ano, segundo os dados já recolhidos pela Lusa, em Santarém, Évora e Guarda concorrerão 19 partidos ou coligações, em Portalegre, Bragança e Castelo Branco serão 18, e em Beja, Vila Real e Açores haverá 17 forças políticas a votos.

Nos três círculos com maiores can-

didaturas, são as mesmas as 21 forças políticas concorrentes: as seis com assento parlamentar – PSD, PS, BE, CDU (coligação que junta PCP e Verdes) CDS-PP e PAN – e outras 15.

Os restantes partidos que concorrem pelos círculos de Leiria, Coimbra e Europa são PNR, PURP, MAS, PDR, PTP, PCTP-MRPP, Livre, PPM, MPT, JPP e Nós, Cidadãos!

Registe-se ainda que nas eleições de Outubro se estreiam quatro forças políticas que nunca foram a votos em legislativas: a Aliança, liderada por Pedro Santana Lopes; o RIR, de Vitorino Silva (conhecido por “Tino de Rans”); o Chega, cujo líder é André Ventura (ex-militante do PSD); e a Iniciativa Liberal, presidida por Carlos Guimarães Pinto. Destes quatro partidos, apenas o RIR nunca foi a eleições (o Chega apresentou-se as europeias integrado na coligação Basta!). PÚBLICO/Lusa



Pedro Santana Lopes lidera um dos quatro partidos que se estreiam agora em eleições legislativas

Rui Rio admite coligação “à direita”, Assunção Cristas também mas sem o Chega

Depois de Assunção Cristas ter admitido, em declarações à TVI, que à direita é possível uma solução idêntica à “geringonça”, também o presidente do PSD colocou a hipótese de uma coligação “à direita” após as eleições, explicando que, “obviamente, o parceiro natural” para uma maioria parlamentar é o CDS. A condição, para Rio, é que seja liderada pelos sociais-democratas. Já Cristas rejeita apenas a entrada do Chega, de André Ventura, numa possível aliança.

“Ninguém disse que não fazia isso [uma coligação com o CDS depois das eleições]. Haverá um resultado eleitoral e depois logo se vê”, disse Rui Rio, em Guimarães. Num dia dedicado ao património, o líder do PSD realçou afinidades com o partido de Assunção Cristas, explicando que, “obviamente, o parceiro natural do PSD quando precisa de um outro partido para fazer uma maioria parla-

mentar é o CDS-PP”. No entanto, afirmou, essa aliança teria de ser liderada pelo PSD: “A alternativa de liderança de um governo em Portugal àquele que existe neste momento, alternativa de liderança e de primeiro-ministro, a única alternativa a António Costa sou eu”, afirmou.

O ex-presidente da Câmara do Porto fez ainda questão de explicar que uma aliança à direita nunca seria uma “geringonça”. “À direita nunca haveria uma ‘geringonça’ porque a ‘geringonça’ pressupõe uma coisa mal-amanhada que vai ver se consegue funcionar mais ou menos. O próprio termo deriva dessa ideia”, salientou.

Na noite anterior, na TVI, Assunção Cristas respondera a um telespectador que queria saber o que achava de uma aliança à direita entre o PSD, o CDS, a Aliança, o Chega e a Iniciativa Liberal. “Devo dizer que, desses todos, me parece que há um que está

a mais”, disse a centrista, referindo-se ao partido de André Ventura. “Eu sempre disse que, para termos 116 deputados de maioria, faria sentido, depois das eleições, ter uma coligação com aqueles que elegerem (...). Mas, sim, aquilo que existe agora à esquerda, um dia, agora, em 2019, pode acontecer no espaço político do centro-direita”, acrescentou.

De visita ao Santuário do Bom Jesus de Braga, Rui Rio reafirmou também que nas eleições legislativas não procura o apoio dos militantes, mas sim dos portugueses, que são “multíssimo mais”. Mostrando-se indiferente às críticas internas, o social-democrata referiu que na composição das listas, seja qual for o partido, há sempre deputados que ficam contentes e outros descontentes porque os “candidatos são mais do que os lugares”. “Mas isso é transversal a todos os partidos”, vincou. PÚBLICO/Lusa

12 • Público • Sábado, 31 de Agosto de 2019

POLÍTICA

PÚBLICO & NOTÓRIO

17,5

milhões de litros de combustível são consumidos todos os dias em Portugal. Este valor representa um retorno para o Estado de dez milhões de euros, por dia, em receita fiscal.



Bastidores

A moda da hashtag chegou à política

Depois de a TVI ter importado a hashtag (#) das redes sociais para a linguagem televisiva — para avaliar a entrevista a António Costa, por exemplo, era possível escolher entre #CostaBem e #CostaMal —, foi a vez de a JP aproveitar a ideia para fazer oposição. Os jovens do CDS puseram a circular na Internet mensagens dirigidas ao Governo e assinaladas com #PaguemOQueDevem. Assim, recomendam ao executivo que pague: aos livreiros que disponibilizam os manuais escolares gratuitos; aos hospitais e seus fornecedores externos; e às operadoras de transporte por causa dos passes sociais mais baratos.

Discordância ou marketing eleitoral?

O partido Iniciativa Liberal (IL) viu esta semana o Tribunal da Comarca de Portalegre rejeitar as suas listas às legislativas no distrito por não cumprirmos a lei das quotas: tinham excesso de mulheres. A situação, inédita, chamou a atenção dos jornais e levou Carlos Guimarães Pinto, presidente da IL, a fazer saber que duas candidatas seriam substituídas. “Apesar de não concordarmos com a lei, iremos substituir duas mulheres na lista por dois homens. Não iremos deixar de dar aos eleitores de Portalegre a possibilidade de votarem na IL”, afirmou. Discordância ou marketing eleitoral?

FOTOS DA SEMANA



“António Costa observa um rebanho de cabras”, lê-se na legenda da foto da Lusa que mostra o líder do PS a olhar para um bando de chibas em Góis, numa das etapas que fez ao longo da Estrada Nacional 2. Uma análise mais atenta às fotos

da agência revela que a viagem do socialista foi cheia de muita e variada observação. Em Viana do Alentejo foi fotografado a observar um chovalho. Em São Brás de Alportel, a mirar uma garrafa de medronho, uma cesta de vime e uma cadeira de

madeira. Na serra do Caldeirão foi apanhado a observar... a serra. Em Lagoa atentou a vacas, ovelhas e a uma banca de doces. Por fim, na Aguiçeira, viu a barragem, que era a única coisa que havia para ver. António, o verdadeiro observador.

A QUEIXA RYANAIR MUST CHANGE

A líder do Bloco de Esquerda encontrou-se com os trabalhadores da Ryanair em greve e mais tarde acusou a transportadora aérea irlandesa de ignorar a lei laboral portuguesa. “Os trabalhadores continuam sem salário-base, sem subsídio de alimentação ou de férias ou sequer seguro de acidentes de trabalho”, resumiu, num tweet. Depois, acrescentou-lhe a hashtag #ryanairmustchange (a Ryanair tem de mudar). A companhia aérea respondeu-lhe, mas, qual *Lost in Translation*, o



serviço de apoio lamentava não ter compreendido o problema da “cliente” Catarina Martins, uma vez que o apoio nas redes sociais está limitado à “língua inglesa, espanhola, italiana, francesa e portuguesa”. Em inglês, para evitar confusões, a bloquista respondeu que não se trata de “um problema de linguagem”, mas de um “problema de lei laboral”. “A Ryanair deve respeitar a lei laboral portuguesa quando opera em Portugal”, escreveu. Desta vez, nem uma mensagem automática recebeu.

AREJEIÇÃO CHEGA PARA LÁ!

Assunção Cristas deu esta semana uma entrevista à TVI, na qual pôs a hipótese de acontecer, à direita, o que acontece agora à esquerda: uma “geringonça”. A líder do CDS respondia a um telespectador que queria saber o que achava de uma aliança à direita entre o PSD, o CDS, a Aliança, o Chega e a Iniciativa Liberal. A centrista até anuiu na questão da “geringonça”, mas aproveitou para dar um “chega para lá” ao Chega. “Devo dizer que, desses todos, me parece que há um que está a mais”, disse, referindo-se ao partido de André Ventura.

AS FRASES

Não virei ocupa. Fui sempre lutador toda a vida

Pedro Santana Lopes
Líder da Aliança

Majoria absoluta não é um perigo afastado, é hipótese real

Jerónimo de Sousa
Secretário-geral do PCP

Pessoalmente, gostava de ver o PSD mais liderante na causa ecológica

Durão Barroso
Chairman da Goldman Sachs

Para as esquerdas no poder, a igualdade é um valor relativo: acaba onde a liberdade de escolha dos cidadãos começa

Miguel Pinto Luz
Autarca em Cascais

À direita nunca haverá uma “geringonça” porque a “geringonça” pressupõe uma coisa mal-amanhada que vai ver se consegue funcionar mais ou menos

Rui Rio
Presidente do PSD



16 • Público • Sábado, 7 de Setembro de 2019

POLÍTICA

PÚBLICO & NOTÓRIO

5,9

número, em milhões, de portugueses que receberam a mensagem preventiva da Autoridade Nacional de Emergência e Protecção Civil (ANEPC) para o risco de incêndio rural, enviada na quarta-feira.



Bastidores

A esperança de Joana na humanidade

Uma palhinha, uma simples palhinha daquelas para sorver um sumo, pode ser suficiente para fazer um ser humano retomar a esperança na humanidade? Pode. Aconteceu com a deputada do BE Joana Mortágua, que, na quarta-feira, partilhou no Twitter o momento que parece ter mudado a sua vida: "Ontem vi dois miúdos quase à bulha num café. Um insistia que queria pedir uma palhinha para o sumo e o outro tentava arrastá-lo porta fora enquanto repetia 'as palhinhas são poluentes!'. Retomei a esperança na humanidade e assisti satisfeita à vitória do pequeno ambientalista."

Qual será o número que falta?

O partido de André Ventura estreou novos cartazes sobre corrupção. Num deles lê-se: "Chega de bandidos à solta." Além da imagem do candidato e do logótipo do Chega, o outdoor disponibiliza o endereço de Facebook do partido e um número de WhatsApp para quem quiser contactar o candidato (que já admitiu reconsiderar o seu lugar na direcção do partido caso não seja eleito). Problema? O número só tem oito dígitos em vez de nove: 969 53 238. Há bandidos à solta para tudo. Até para "abafar" números de telefone. Dão-se alvissaras a quem conseguir descobrir o número que falta.

FOTO DA SEMANA



A pré-campanha eleitoral já tem "a" frase. O seu autor é Jerónimo de Sousa, secretário-geral do PCP e especialista em ditados populares, e foi proferida no frente-a-frente com António Costa, no início da semana. "A melhor prova do pudim é

comê-lo", disse Jerónimo citando a sua mãe. O líder do PCP e o socialista apressaram-se a afirmar que ninguém tinha andado a comer ninguém – na chamada "geringonça", claro. A verdade é que a frase foi um sucesso e o P&N está em

condições de arriscar que nos três dias da Festa do *Avante!*, que ontem começou na Quinta da Atalaia, a iguaria mais cobiçada vai ser o pudim, seja o abade-de-priscos, o francês, ou do avó, o da mãe, o de laranja ou o flã. É comê-los, camaradas...

ODESABAFO QUANDO A MAIORIA ABSOLUTA DIVIDE O PS

O primeiro-ministro, António Costa, tem dado sucessivas entrevistas, nas quais se repetem perguntas e respostas. Uma questão muito popular é sobre a maioria absoluta. O PS quer maioria absoluta? António Costa vai pedi-la? Por que razão não a pede? Aborrecido com a insistência, o líder do PS disse esta semana que "estas eleições não são um referendo às maiorias absolutas", o que é um facto. Antes desabafara que os portugueses

"não gostam de maiorias absolutas". A frase conseguiu irritar José Sócrates (o primeiro socialista a ser eleito com maioria absoluta), que reagiu prontamente num artigo de opinião no *Expresso*: "Começa a ser insuportável assistir, sem reagir, aos ataques que o líder do PS faz à história do PS e aos anteriores governos socialistas." Dias depois, Costa defendeu-se: "Não, pelo amor de Deus. Não me passou sequer isso pela cabeça."



APROMESSA FAKE

Em clima eleitoral, os partidos disputam entre si a autoria das melhores promessas de campanha ou, pelo menos, das que têm o potencial de conquistar mais votos. O que o Público & Notório nunca tinha visto era os partidos a prometerem não cumprir promessas. Mas foi isso mesmo que fez Marta Temido, a ministra da Saúde, quando disse: "Médico de família para todos é uma das promessas que não vamos cumprir." Uma das? Não se iniba, senhora ministra, teremos todo o gosto em conhecer as outras promessas que o PS já sabe que não vai cumprir.

ASFRASES

Costumo dizer que naqueles três anos como ministro envelheci por dez
Correia de Campos
Ex-ministro da Saúde

O programa económico do PS é confuso, parece um albergue espanhol
Joaquim Sarmento
Responsável pelo cenário macroeconómico do PSD

Porque é que cada vez que cresce o PIB quem aparece com a seta para cima não é o ministro da Economia?
António Costa
Primeiro-ministro

Não há descabro nenhum no PSD, há uma minoria que faz muito barulho
Rui Rio
Presidente do PSD

A direita está tão à rasca que acabou por se agarrar às casas de banho
Tiago Brandão Rodrigues
Ministro da Educação



18 • Público • Domingo, 8 de Setembro de 2019

POLÍTICA

Dicionário para as eleições

A Madeira vai a votos no dia 22 de Setembro para escolher o governo regional para os próximos quatro anos. PSD parte na frente e tenta nova maioria. PS está bem perto e quer ser o veículo da mudança política. Eleições madeirenses de A a Z

Regionais 2019

Márcio Berenguer

O período de campanha oficial para as eleições regionais da Madeira começou hoje à meia-noite. Pela frente, há duas semanas de namoro com o eleitorado. Os partidos já estão em campo desde a *rentrée*, mas é agora que a disputa se intensifica. Surpresas à parte, o duelo mais aceso é entre Miguel Albuquerque e Paulo Cafófo.

Autonomia

Tem, na Madeira, um carácter quase sacrossanto. O PSD, primeiro com Alberto João Jardim e agora com Miguel Albuquerque, tem sabido capitalizar o sentimento autonomista dos madeirenses, estabelecendo uma linha divisória: de um lado os socialistas-democratas autonomistas, do outro todas as restantes forças políticas. Nesta campanha, a narrativa do PSD passa pelo combate ao centralismo de Lisboa representado pelo PS. Os socialistas, através de Paulo Cafófo, defendem o oposto. A autonomia, tem repetido o candidato do PS, não pode ser arma de arremesso político, mas sim um instrumento de desenvolvimento.

Bloco de Esquerda

O BE chega a estas regionais com nova liderança. Paulino Ascensão venceu o partido em 2018, derrotando Roberto Almada (líder durante uma década). As eleições internas foram duras e deixaram marcas. Paulino, que passou pela bancada do Bloco em São Bento até renunciar em Maio do ano passado, na sequência da duplicação de abonos para deslocados, não conta com os antigos deputados do partido. Preferiu rodear-se de novos rostos e recuperar históricos da UDP.

Cafófo

É a grande esperança do PS para afastar o PSD do governo. Paulo Cafófo, o

independente que em 2013 infligiu a primeira derrota a Jardim, ao vencer a Câmara do Funchal à frente de uma coligação de partidos liderada pelo PS e BE, e repetiu a vitória quatro anos depois, quer ser o símbolo da mudança. O primeiro teste – europeias – não correu bem, e obrigou o PS a reposicionar-se e a chamar o anterior líder, que tinha sido afastado meses antes. Para já, Cafófo conseguiu unir um partido que na região tem uma crónica apetência pela autofagia. Falta convencer o eleitorado. Os adversários, incluindo os antigos parceiros de coligação, olham-no com desconfiança. Não esquecem a forma como entrou na campanha: um mês depois de ter pedido (e obtido) uma maioria para governar o Funchal, com o apoio de PS, BE e JPP, aceitou ser o candidato socialista à presidência do governo.

Dívida regional

A colossal dívida regional que atingiu os 6,3 mil milhões de euros com Alberto João Jardim continua a ser argumento para a oposição criticar o modelo de desenvolvimento seguido pelo PSD, assente, nos últimos anos, em grandes obras públicas. Em quatro anos, nas contas do governo de Albuquerque, houve uma redução de 22% da dívida, mas, apesar do crescimento económico, os efeitos do plano de resgate imposto à Madeira em 2012 ainda se sentem na carga fiscal.

Emanuel

Emanuel Câmara é o presidente do PS-Madeira de quem poucos falam. Autarca de uma pequena vila no Norte da ilha, foi ele quem abriu as portas do partido à candidatura de Cafófo. Chegou à liderança do partido em Janeiro do ano passado, desafiando o líder da altura, Carlos Pereira. Convenceu os militantes com a garantia de que seria Cafófo, e não ele, o candidato socialista à presidência do governo regional.

Funchal

As regionais têm um único círculo eleitoral, e o Funchal, responsável por quase metade dos eleitores inscritos na região autónoma, é fundamental na contabilidade dos votos. Cafófo, que liderou o município desde 2013, tem na capital madeirense uma teórica vantagem, mas em Maio último, nas europeias, o PS não conseguiu materializar essa aparente vantagem em votos. O PSD ganhou em todas as freguesias.

Geringonça(s)

Pela primeira vez, não é líquido que haja na Madeira uma maioria absoluta. Por isso, e apesar de o PSD parecer estar em vantagem, há muitos cenários: uma AD regional, com PSD e CDS; ou uma "geringonça" à António Costa, com PS, BE ou PCP. O JPP admite uma coligação à esquerda ("nunca com o PSD"), e o CDS, apesar da maior proximidade ideológica com o PSD, não descarta um acordo com o PS, para "evitar" que a "extrema-esquerda" chegue ao poder.

Hospital

Nas regionais de 2015, a construção de um novo hospital central foi uma das bandeiras do PSD. Quatro anos depois, continua a ser. A obra já tem cronograma e será comparticipada pelo Estado – Costa comprometeu-se em pagar metade, mas as contas não batem certo com as da Madeira, que desconfia dos valores inscritos no Orçamento do Estado. Nesta campanha, mais do que o edifício, é o funcionamento dos serviços de Saúde que tem marcado o debate.

Iniciativa Liberal

É a primeira vez que a IL concorre a umas regionais e tem em Nuno Morina, um localmente conhecido actor, encenador, produtor e programador cultural, o principal candidato. Mesmo com poucos meios financeiros, Morina, antigo militante do CDS, tem



apostado numa campanha digital e, como o PAN e a Aliança, pode ser uma das surpresas da noite.

Jardim

Olha quem voltou? O antigo presidente do governo regional, que deixou o palco em 2015, vai estar na campanha ao lado de Albuquerque. Antigos rivais, iniciaram um processo de aproximação depois das autárquicas de 2017 em que os socialistas-democratas não só tiveram a pior votação de sempre no arquipélago como viram Cafófo crescer como ameaça imediata. Alberto João Jardim já marcou presença num comício, e tem participado em encontros com militantes.

Lume

Há quatro anos, Ricardo Lume (CDU) chegou a estar com o pé dentro do parlamento madeirense, "roubando"

a maioria ao PSD por 12 votos. Acabou por ser apenas um erro informático da CNE na recontagem dos votos. São esses 12 votos que a CDU, liderada por Edgar Silva, quer agora para aumentar a bancada de dois para três.

Miguel

Em 2014, quando Miguel Albuquerque pegou no partido, o PSD-Madeira estava tudo menos unido. Dois anos antes tinha enfrentado Jardim nas eleições internas e as feridas abertas não tinham ainda sarado. Pagou por isso, principalmente nas autárquicas de 2017, que confirmaram Cafófo como um activo político para o PS. Fez reformas políticas importantes, valorizando o parlamento regional com um novo regimento que retirou os espartilhos do jardimismo. Na segunda metade do mandato, procurou, com sucesso, reunir as "tropas" e com uma profun-

ções na Madeira



DANIEL ROCHA

As incógnitas na Madeira são várias: o PSD de Albuquerque perderá a maioria? Cafófo conseguirá melhorar a marca do PS? Haverá um novo partido no parlamento? E que coligações podem surgir? Costa, Cristas e Rio já estiveram na região



da remodelação governamental viu os níveis de aceitação do governo crescerem. A oposição acusa-o de ter retomado a política de obras públicas que não acrescentam valor e de cultivar, tal como Jardim, um clima de confronto com Lisboa. Aos críticos, responde com o crescimento económico e com o cumprimento das promessas.

Navio

Uma ligação marítima regular de passageiros e mercadorias entre o arquipélago e o continente foi o compromisso assumido por Albuquerque em 2015. Cumpriu, mas a ligação ferry só tem funcionado no Verão. O PS promete esticar a operação por todos os meses do ano e com Lisboa como porto de destino. Garantem que contam com o apoio do Estado para custear a linha. Questionado, Costa, respondeu "nim". O PSD pergunta:

se quer apolar, porque não apoiou antes? A mesma pergunta, para a mobilidade aérea. O preço das passagens aéreas entre a Madeira e o continente e a revisão do subsídio de mobilidade são também presença habitual nos debates.

Obstáculos

Da sede do PSD-Madeira só se vislumbram obstáculos em Lisboa. O partido (tal como, a espaços, o CDS) vem acusando António Costa de instrumentalizar os serviços do Estado para fins partidários, bloqueando dossiers importantes para a região. O PS local responde que o verdadeiro obstáculo é a forma como o governo regional dialoga com a República.

Povo

Foi de um movimento popular que o Juntos Pelo Povo se fez partido. Líde-

rado pelos irmãos Filipe e Elvino Sousa, o primeiro é autarca em Santa Cruz e o segundo é líder parlamentar, o JPP diz falar a voz do povo. Nas primeiras regionais a que concorreu (2015), entrou de rompante no parlamento, ficando com cinco deputados, tal como o PS. O ferry e a mobilidade são duas das suas bandeiras.

Quinta da Vigia

É a sede oficial da presidência do governo regional. Albuquerque, que lá está desde 2015, disse recentemente que se não ganhar as eleições não assume o lugar de deputado. "Concorro para presidente", disse. Cafófo, no dia seguinte, repetiu o mesmo.

Rui

Rui Barreto quer levar o CDS-Madeira, que lidera, para o governo. Tem insistido nos riscos de voltar a dar uma maioria a um partido e, se tal não acontecer, admite negociar uma coligação com o PSD ou com o PS. A linha vermelha é uma convivência no executivo com BE ou com PCP. A redução de impostos para a classe média e para as pequenas empresas tem marcado o discurso de campanha.

Sondagens

Um empate técnico. As sondagens que têm sido publicadas colocam PSD e PS lado a lado, com ligeira vantagem para o primeiro. A última, divulgada em Julho, dava pela primeira vez uma maioria de esquerda na Madeira.

Turismo

É o principal sector económico do arquipélago, e todos os partidos têm propostas. A captação de mais ligações aéreas, o aumento da competitividade do destino e o posicionamento (ambiental) da Madeira num mundo cada vez mais globalizado, resumem as ideias apresentadas.

Urnas

Em 2015, bastaram 2635 votos para o PND eleger um deputado e foi por apenas 12 boletins que o PSD seguiu a maioria. A 22 de Setembro, o peso de cada voto será ainda mais relevante. Pode significar uma (nova) maioria, uma coligação ou um novo partido a entrar no parlamento.

Venezuela

O regresso de muitos emigrantes, em fuga da crise política e económica da Venezuela, torna o "voto latino" apetecível. PSD e CDS têm lusodescendentes em lugares de destaque nas suas listas, tentando capitalizar o sentimento anti-Maduro de quem regressa de Caracas. Os discursos têm diabolizado o socialismo bolivariano, colando-o à esquerda nacional.

Xadrez

O xadrez político madeirense nunca teve tanta cor e diversidade. São 17 nomes no boletim de voto. Além dos novos Chega e RIR, concorrem ainda: PDR, MPT, MRPP, PNR ou PURP, con-

correm BE, PS, PAN, Aliança, PSD, IL, PTP, CDS, CDU e JPP.

Zona Franca

Na Madeira, o Centro Internacional de Negócios é quase um tabu para os partidos. PS e Bloco questionam o modelo de concessão a privados (defendem que a gestão devia ser pública), mas dado a receita fiscal (120 milhões de euros/ano) e o peso que a zona franca em termos de emprego (cerca de 3000 directos), ninguém se atreve a criticar abertamente aquele instrumento. PSD e CDS falam até em alargá-lo a toda a região autónoma.

marcio.berenguer@publico.pt

FUNDAÇÃO ORIENTE
MUSEU DO ORIENTE
13 SETEMBRO | 21.00
AUDITÓRIO

O ÉPICO MAHABHARATHA EM DANÇA KATHAKALI
POR SHRI EVOOR RAJENDRAN PILLAI E COMPANHIA

NOVO BANCO
bol

INFORMAÇÕES | T. 21 358 52 44 200 | bilheteria@fundacao.pt | www.bol.pt
Avenida Brasília, Docas de Alcântara (Norte) | 1750-152 Lisboa
www.museudooriente.pt

14 • Público • Terça-feira, 17 de Setembro de 2019

POLÍTICA



Breves

Imobiliário

Defesa quer rentabilizar 192 imóveis

O Ministério da Defesa quer rentabilizar 192 imóveis, por arrendamento e outras vias, para obter verbas para a conservação do seu património. Entre esses imóveis está o Forte de Santo António da Barra, cedido à Câmara de Cascais que ali quer desenvolver o Blue Ocean Watch e o Novo Atlas da Língua Portuguesa.



Legislativas

Chega convida Vox para encerramento da campanha

O Chega convidou a direcção do Vox, da extrema-direita espanhola, a deslocar-se a Lisboa para participar no encerramento da campanha para as legislativas, segundo um comunicado enviado à Lusa. O convite surgiu após uma reunião entre as direcções de ambas as forças políticas.

Livro

Garcia Pereira lança livro com prefácio de Ramalho Eanes

Por um país mais justo e outras crónicas é o livro do advogado, professor e ex-dirigente do MRPP Garcia Pereira, que é hoje lançado em Lisboa e que incita o leitor a denunciar aquilo que considera "errado" e "Injusto". A obra tem prefácio do ex-Presidente da República Ramalho Eanes.

Forças Armadas Adeus, G3. Olá, SCAR



O primeiro-ministro, António Costa, defendeu ontem que a substituição da arma ligeira do Exército G3 (que começou por

ser utilizada em 1962, em África) era um "imperativo de modernização" e destacou que o novo equipamento, disponível a

partir de 2020, é mais leve e robusto. "É um investimento muito significativo, mas crucial para a modernização das Forças

Armadas", frisou António Costa, na apresentação da nova espingarda de assalto SCAR, na Escola das Armas, em Mafra.

80.º aniversário

Partido Socialista homenageia Jorge Sampaio

O antigo Presidente da República Jorge Sampaio completa 80 anos amanhã. Para assinalar a data, o PS organiza uma sessão de homenagem, às 18h30, na sede nacional, no Largo do Rato, em Lisboa, ao antigo secretário-geral do partido, que foi deputado, presidente da Câmara de Lisboa e Presidente da República.

Redessociais

Santana convida pequenos partidos para debates online

A Aliança convidou ontem os outros partidos sem assento parlamentar para 36 debates a emitir no YouTube, desde que estas forças concorram em todos os círculos eleitorais. Os debates realizar-se-ão durante o mês de Setembro e serão transmitidos em directo num canal criado para o efeito.



Televisão

Debate entre Costa e Cristas na TVI teve 935 mil espectadores

O debate entre António Costa — Assunção Cristas, na sexta-feira, na TVI, teve um share de 21,8%, e foi visto por 935 mil telespectadores, disse à Lusa fonte do canal. Este foi o terceiro debate televisivo mais visto entre líderes partidários sobre as legislativas de 6 de Outubro.

"Não votarei no PSD (...) enquanto esta direcção estiver à frente deste partido", diz Carlos Páscoa Gonçalves, deputado do PSD pelo círculo Fora da Europa, que foi excluído da lista de candidatos



ANTÓNIO FERREIRA/ALFONSO MARQUES

12 • Público • Quinta-feira, 19 de Setembro de 2019

POLÍTICA



Partido de Santana Lopes completa um ano a 23 de Outubro e faz a festa a 26 e 27

Aliança adia Festa da Liberdade para depois das legislativas

Partidos Margarida Gomes

Evento é inspirado na Festa do *Avante!*, mas Santana evita comparações. Está marcado para 26 e 27 de Outubro, em Odivelas

A primeira edição da Festa da Liberdade do partido Aliança, uma espécie de Festa do *Avante!* mas à direita, que chegou a estar marcada para Setembro, em Carcavelos, foi adiada para o último fim-de-semana de Outubro. Com o novo agendamento, a Festa da Liberdade vai coincidir com o primeiro aniversário da fundação do partido criado por Pedro Santana Lopes, a 23 de Outubro.

Os militantes e simpatizantes da Aliança vão assentar arraiais em Odivelas durante dois dias, num ambiente mais descontraído do que aquele que teria a festa se decorresse antes das eleições legislativas de 6 de Outubro. A ideia de lançar uma iniciativa nos moldes idênticos aos da tradicional festa do PCP — o maior evento político-cultural realizado em Portugal desde 1976, partiu do presidente do partido. Salvaguardando as devidas distâncias, como fez questão de dizer, em declarações ao PÚBLICO, Santana Lopes acredita no sucesso da iniciativa, apesar deste contra-

tempo da mudança de data.

Porquê fazer uma Festa da Liberdade? “A liberdade deve ser celebrada pela generalidade dos partidos”, responde Santana, acrescentando um argumento político: “Numa altura em que há tantos populismos e extremismos lançados por novas forças políticas na Europa, nós — os fanáticos da liberdade — queremos celebrar o valor da liberdade”.

Consciente de que a ambição de fazer uma festa para o eleitorado da direita inspirada numa festa como a do *Avante!* é um grande desafio, o líder da Aliança acredita, mesmo assim, que o partido vai ser capaz de deixar a sua marca, à sua escala. “A Festa do *Avante!* é um gigante e nós somos um pigmeu”, compara, sublinhando que a festa que os comunistas promovem todos os anos “começou devagarinho, quando não havia festivais, e foi crescendo sem concorrência nenhuma; já a Festa da Liberdade acontece numa altura em que todos os fins-de-semana há festivais”.

Criar um acto cultural

Santana não levanta o véu relativamente às figuras de cartaz que vão animar os dois dias do evento, limitando-se a dizer que os “nomes são conhecidos”. “Não haverá surpresas. É uma festa humilde que pretende ser nacional”, sintetizou.

Quando, em Abril, fez o anúncio oficial da Festa da Liberdade, Pedro

Santana Lopes parecia mais ambicioso. “Queremos criar um acto cultural e esperamos trazer para a política esse lado. Será um evento em nome da coesão nacional, destinada a todos os sectores. E para as pessoas de direita, do centro e de esquerda”, disse então, ressaltando que o evento não pretendia “concorrer com outras festas”.

Com a liberdade em pano de fundo, a Aliança quer fazer a festa com realizações alusivas ao tema escolhido, mas o programa prevê vários concertos de música, exposições de ranchos folclóricos, artes plásticas e outras iniciativas. A gastronomia e o artesanato também vão estar representados na festa de Odivelas, na qual o ingresso é feito através de um título de entrada, cujo valor varia entre os dez (um dia) e os 15 euros (dois dias).

O adiamento do evento ficou a dever-se à impossibilidade de solucionar aspectos técnicos ligados às infra-estruturas eléctricas na quinta de Carcavelos para onde chegou a estar prevista a festa. Um dirigente nacional da Aliança aplaude a alteração da data para depois das legislativas. “Os cabeças de lista e outros candidatos a deputados teriam de participar na festa e isso iria comprometer acções de campanha. Sendo em Outubro, é bom e isso não prejudica a campanha”, acrescenta.

mgomes@publico.pt

Eleições: WhatsApp começa a ganhar relevância em Portugal, mas Facebook é o campeão

Redes sociais

Investigadora defende que número de “gostos” ou de “seguidores” nas redes sociais não reflecte “a intenção dos votos”

As redes sociais são “mais um canal” para os partidos políticos fazerem campanha eleitoral e o Facebook é o que mais chega ao eleitorado, e o WhatsApp começa a ganhar relevância em Portugal, segundo investigadores ouvidos pela Lusa.

A investigadora do ISCTE — Instituto Universitário de Lisboa e do Observatório da Comunicação (OberCom) Ana Pinto Martinho entende que o Facebook é a rede social que chega a um maior número de pessoas, sendo, por isso, o canal privilegiado para os partidos fazerem passar a sua mensagem, uma vez que atinge quase todo o eleitorado, incluindo o mais velho.

No entanto, este ano está a assistir-se “a um aumento muito maior da comunicação através do WhatsApp”, refere Ana Pinto Martinho, sustentando que o que aconteceu nas eleições do Brasil está agora a começar a passar-se em Portugal. A investigadora atribui muita importância aos grupos que começam agora a surgir no WhatsApp, que “não são uma coisa muito visível”, mas “chega às pessoas de uma forma diferente” e “mais personalizada”. Nas eleições presidenciais brasileiras, que elegeram Jair Bolsonaro, em 2018, o WhatsApp foi

um meio privilegiado para a difusão de notícias falsas.

Já no Instagram, que é seguido por eleitores mais jovens, os políticos fazem publicações mais próximas e “não tão políticas”, adiantou, frisando que o Twitter é “mais restrito” e não é acessível ao público em geral, sendo seguido sobretudo por jornalistas e políticos.

Também Sérgio Denicoli, especialista de comunicação digital da Universidade do Minho, defende que, em Portugal, os partidos têm procurado estar presentes sobretudo no Facebook e Instagram, começando o WhatsApp “a ganhar mais relevância” sem comparação com o que aconteceu nas eleições brasileiras.

O PS, o PSD, a CDU e o BE, através do Esquerda.net, são alguns dos partidos que criaram grupos no WhatsApp para divulgação de informação da actividade política.

Numa consulta feita aos vários perfis do Facebook, o PAN é aquele que lidera com maior número de “gostos” na página oficial daquela rede social, com 160 mil, seguido do PSD com 149 mil “gostos”. Entre os partidos sem assento parlamentar, o NÓS, Cidadãos! e a Iniciativa Liberal conseguem reunir 64 mil e 61 mil “gostos” cada.

Já no Twitter, o PSD é o partido que surge em primeiro lugar, com 34,9 mil seguidores, logo depois está o PS com 32,1 mil. Já a coordenadora nacional do BE, Catarina Martins, que reúne na sua página toda as informações relacionadas com a campanha, é seguida por 70,8 mil seguidores.

No Instagram é o PAN que lidera a lista com mais seguidores ao alcançar os 23 mil, enquanto o PSD atinge os 13,5 mil “seguidores”.

Para a investigadora do ISCTE, o número de “gostos” ou de “seguidores” nas redes sociais “não reflecte directamente a intenção dos votos”, e Portugal não é o país onde existe “uma propaganda mais agressiva”.

Ana Pinto Martinho sustenta que as redes sociais “são mais um canal” para os partidos políticos fazerem campanha eleitoral, mas não substituem “por enquanto” as arruadas ou as acções de rua.

Para Sérgio Denicoli, a campanha de rua é muito importante para que os políticos conheçam localmente os problemas do país, sendo estas acções e as redes sociais “dois universos que se encontram e interagem”.



WhatsApp começa a ganhar relevância política

12 • Público • Sexta-feira, 20 de Setembro de 2019

POLÍTICA

Madeira: entre PSD e PS, venha o eleitorado e escolha

Partidos têm dramatizado o discurso. PSD alerta para os riscos de uma “coligação negativa” de esquerda. PS apela ao voto, para operar a mudança no arquipélago

Eleições regionais Márcio Berenguer

As sondagens que têm sido divulgadas esta semana na Madeira coincidem na vitória (mais uma) do PSD nas legislativas regionais de domingo, mas são também coincidentes quanto à improbabilidade de uma maioria absoluta.

Talvez por isso, à medida que o tempo para campanha eleitoral foi encolhendo, a narrativa política foi se afunilando. Deixou-se de ouvir falar tanto de propostas e ideias, passou-se a falar mais de maiorias. Do que se pode fazer com elas. Do que elas representam à direita e à esquerda. Da necessidade de as evitar.

O PSD de Miguel Albuquerque tem pedido uma “maioria expressiva” para continuar a governar o arquipélago com “estabilidade”, esforçando-se por diabolizar uma hipotética maioria de esquerda que junte “socialistas, comunistas e extremistas”. “Queremos continuar a crescer, não queremos cá as convulsões sociais do continente”, argumenta o líder social-democrata, que tem percorrido, em comícios, um a um, todos os 11 concelhos da região autónoma.

Também o PS, unido à volta de Paulo Cafófo, tem vindo a polarizar o discurso. Há o “eles”, personificação nos 43 anos de governação do PSD, e há o “nós”, que os socialistas querem liderar. O *sound bite* de Cafófo tem sido a “mudança”. O mesmo com que o candidato independente roubou o município do Funchal ao PSD, em 2013. O mesmo, com que o PS, em coligação com o PAN, PTP e MPT, perdeu com estrondo para Albuquerque, nas regionais de 2015.

As sondagens não têm sido famosas para o PS. A primeira que foi divulgada, encomendada pela RTP à Universidade Católica, coloca o PSD a um deputado da maioria. No dia seguinte, um estudo de opinião

da Intercampus para o *JM-Madeira*, retirava dessa projecção dois deputados aos social-democratas. A última, publicada ontem, conduzida pela Eurosondagem para o *DN-Madeira*, foi um pouco mais animadora para os socialistas. Foi a única no qual uma coligação PSD e CDS não consegue formar maioria no parlamento regional. “Poucoquinho” para o PS, que começou a preparar estas regionais logo após as autárquicas de 2017.

A aposta em Cafófo

Foi nessa altura que Emanuel Câmara, um histórico dirigente do PS local que preside desde 2013 à Câmara de Porto Moniz, um pequeno município no Norte da ilha, decidiu desafiar a liderança do partido, na altura encabeçada por Carlos Pereira, acenando com um trunfo chamado Paulo Cafófo: o autarca independente, que foi o rosto da derrota de Jardim nas autárquicas de 2013. Se ganhasse o partido, garantiu aos militantes, seria o então autarca do Funchal o candidato do PS à presidência do governo madeirense. Câmara ganhou e aqui estamos.

Mas o entusiasmo inicial da campanha dos socialistas, que chegaram a liderar estudos de opinião, tropeçou nas eleições europeias, em que o PSD teve mais 12 pontos percentuais, uma vantagem superior a 11 mil votos, do que os socialistas, ainda divididos pelo combate interno entre Emanuel Câmara/Paulo Cafófo e Carlos Pereira.

Foi preciso repensar estratégias. Cafófo antecipou a saída da presidência do Funchal para se dedicar em exclusivo à campanha e Câmara procurou reunir as hostes, recuperando Carlos Pereira para encabeçar a lista do PS-Madeira para as legislativas de Outubro.

Do outro lado da barricada — por que é de barricadas que se trata — o PSD fez o mesmo, mas logo nas autárquicas. O partido também esta-



Albuquerque alerta para o risco de a mudança de que fala Cafófo resultar numa “geringonça” insular

Socialistas e sociais-democratas estão pacificados: Câmara chamou para si Carlos Pereira; Albuquerque reaproximou-se de Jardim

va dividido há muito. Albuquerque enfrentou Alberto João Jardim nas eleições internas de 2012 e a rivalidade agudizou-se dois anos depois, quando a luta pela sucessão do histórico dirigente do PSD-Madeira levou Albuquerque a bater numa segunda volta Manuel António Correia, o delfim de Jardim.

Com o PSD partido ao meio, o PS cresceu. Primeiro Carlos Pereira, e depois com Câmara/Cafófo. Era preciso reagir. Na resaca das autárquicas, Albuquerque remodela o governo, chamando Pedro Calado, companheiro nos tempos em que presidiu à Câmara do Funchal, para a vice-presidência, libertando-se



para funções mais políticas.

O segundo passo foi fazer regressar Alberto João Jardim, que andava afastado do seu sucessor (e não raras vezes a criticá-lo). Unidos, os social-democratas consolidaram o espaço político à direita e têm recuperado eleitorado. Alberto João Jardim tem procurado ajudar. Subiu ao palco do comício que abriu a campanha e voltou a fazê-lo ontem, na festa-comício no Funchal. Esta sexta-feira, no final da tarde, vai estar ao lado de Albuquerque na arruada pelas ruas da capital madeirense, que fecha a campanha.

O antigo governante madeirense continua a gozar de grande popula-



Acompanhe os resultados em directo das eleições regionais da Madeira no próximo domingo em publico.pt



GREGÓRIO CUNHAL/LUSA

de ela começar, o verbo vencer era presença habitual nos discursos; nos últimos dias tem andado mais escondido nas intervenções políticas. Fala-se de mudar, sim. De ganhar, também. Mas o objectivo, percebe-se, só será alcançado com mais partidos.

O PSD, por outro lado, tem agigantado o discurso. A frase “maioria absoluta” tem andado na boca de Albuquerque desde o início, mas nos últimos dias tem sido mais audível.

Esta bipolarização PSD-PS, tem devorado partidos que nos últimos quatro anos tiveram relevância na assembleia madeirense. O CDS, que desde 2011 é líder da oposição, arrisca-se a cair para terceira força política, ou mesmo quarta, se o Bloco surpreender. O JPP, que tinha os mesmos cinco deputados que o PS, também deverá ser fortemente penalizado. Mas, ironicamente, serão esses mesmo partidos, e até alguns menos representativos no arquipélago, como o PAN, a Aliança ou a Iniciativa Liberal, que poderão ter uma palavra a dizer quando as urnas fecharem e for preciso fazer contas para formar uma maioria parlamentar que suporte o próximo governo.

Nesta matemática, o CDS perfilase como candidato natural, tanto à esquerda como à direita. Rui Barreto, o líder regional dos centristas, tem repetido que “maiorias absolutas significam um poder absoluto”. Por isso, quer o partido a influenciar o próximo governo. PSD ou PS? Barreto diz o óbvio, que a maior proximidade ideológica é com o PSD, mas ressalva: não vai deixar que a extrema-esquerda faça parte de uma solução de governo.

Há quatro anos, o PSD segurou a maioria absoluta por um deputado. Os social-democratas ocuparam 24 dos 47 lugares do parlamento regional, deixando sete para o CDS, seis para a coligação Mudança – PS (cinco), PTP (um), PAN e MPT –, cinco para o JPP, dois para CDU e Bloco de Esquerda e um para o PND, que terminou a legislatura como independente.

No boletim de voto de domingo, vão constar 17 quadrados: PDR, Chega, PNR, BE, PS, PAN, Aliança, MPT, PCTP/MRPP, PSD, Iniciativa Liberal, PTP, PURP, CDS, CDU, JPP e RIR.

marcio.berenguer@publico.pt

ridade no arquipélago. Tanto que o próprio Cafófo não se furta aos elogios. “É uma personalidade inigualável”, disse a propósito de Jardim, numa entrevista recente ao *Expresso*. Que, diga-se, não caiu nada bem em certos sectores do partido.

Ligeira inflexão

É esse somatório – o PSD arrematado, as sondagens (as que têm sido divulgadas, e as outras para consumo interno) e o peso que a máquina social-democrata tem na administração pública regional – que tem provocado uma ligeira inflexão no discurso socialista. No início da campanha, e mesmo antes

51,1

A taxa de abstenção registada na Região Autónoma da Madeira nas últimas eleições legislativas, em 2015, foi de 51,1%. Em 1975, nas primeiras eleições pós-25 de Abril, foi de apenas 10,9%.

50,3

A taxa de abstenção registada na Região Autónoma da Madeira nas últimas eleições regionais, em 2015, foi de 50,3%. Em 1976, nas primeiras eleições regionais, foi de 25,2%.

45,9

A taxa de abstenção registada na Região Autónoma da Madeira nas últimas eleições autárquicas, em 2017, foi de 45,9%. Em 1976, nas primeiras eleições autárquicas, foi de 45,1%.

54,5

A taxa de abstenção registada na Região Autónoma da Madeira nas últimas eleições presidenciais, em 2016, foi de 54,5%. Em 1976, nas primeiras eleições presidenciais, foi de 25,2%.

O arquipélago em números

Márcio Berenguer

Nas últimas eleições regionais, em 2015, um em cada dois eleitores não votou. Para este ano, dada a proximidade eleitoral entre PSD e PS, a expectativa é que a afluência às urnas seja mais elevada numa região autónoma que conta com 254.157 residentes.

O PSD venceu as eleições para a Assembleia Legislativa Regional sempre com maioria absoluta, e, com pontuais excepções – em alguns municípios, em eleições autárquicas, e nas presidenciais de 2001, ganhas por Jorge Sampaio –, foi sempre o partido mais votado na região autónoma.

De acordo com o Pordata, que a propósito destas regionais, actualizou o *Retrato da Madeira – Edição 2019*, o Funchal é o concelho mais populoso do arquipélago com uma população residente média de 104.286 indivíduos: 44 vezes mais residentes do que o menos populoso, o Porto Moniz (2360). A ilha do Porto Santo é também dos concelhos que menos residentes têm: apenas 5175.

A esperança de vida à nascença na Madeira (78,2 anos) é inferior à média nacional (80,8 anos), apesar de ter aumentado cinco anos entre 2001 e 2016. O mesmo acontece com o índice sintético de fecundidade – número médio de crianças nascidas por cada mulher em idade fértil (entre os 15 e os 49 anos). Para que a substituição de gerações seja assegurada, é preciso que cada mulher tenha em média 2,1

filhos. Na Madeira, esse valor é 1,15, contra os 1,41 do resto do país.

O índice de envelhecimento (o número de pessoas com 65 ou mais anos por cada 100 pessoas menores de 15 anos) subiu de 71,4 em 2011, para 120,6 no ano passado. Um valor inferior a 100 significa que há menos idosos do que jovens, e nos concelhos de Porto Moniz (223,4), Santana (242,4) e São Vicente (247,5), o número de idosos representa já mais do dobro dos jovens.

No capítulo da educação, a região autónoma tem registado progressos, mas tem ainda um caminho a percorrer. Há 20 anos, regista o Pordata, um quarto da população não tinha qualquer nível de escolaridade. No ano passado, esse valor estava nos 7,4%. Mesmo assim, em 2018, quase duas em cada três pessoas com 15 e mais anos têm, no máximo, o nono ano de escolaridade. Em 2016, perto de um quarto dos jovens entre os 18 e os 24 anos abandonou a escola sem completar o ensino obrigatório.

Em termos económicos, a região apresentou o ano passado um saldo positivo na balança comercial de 62 milhões de euros, com a população empregada a dividir-se pelo sector terciário (75,5%), secundário (13,9%) e primário (10,6%). Em termos nacionais, essa divisão é, respectivamente, 69,1%, 24,8% e 6,0%.

Na Madeira recicla-se mais, em média, por habitante do que no restante território nacional. 131,4 quilogramas por habitante, face aos 90,4, que constituem a média do país.



MIGUEL MANSO

A Madeira tem 254.157 residentes

18 • Público • Sexta-feira, 20 de Setembro de 2019

POLÍTICA

Exclusão de candidato da PSP leva Nós, Cidadãos! a recorrer ao Tribunal Europeu

Legislativas 2019
Margarida Gomes

Agente da PSP foi impedido de se candidatar porque o Tribunal de Aveiro considerou a PSP uma força militarizada

O agente da PSP, Delmar Duarte Almeida, escolhido pelo Nós, Cidadãos! para liderar a lista do partido pelo círculo eleitoral de Aveiro às eleições legislativas, acusa o tribunal desta comarca de o “discriminar” nos seus direitos de cidadão ao afastá-lo da corrida eleitoral e ao recusar toda a lista com o argumento de que a Polícia de Segurança Pública é uma força militarizada. O Nós, Cidadãos! apresentou dois recursos desta decisão ao Tribunal Constitucional, um por considerar a ilegalidade da rejeição de toda a lista, quando o que estava em causa era a elegibilidade só de Duarte Almeida; e outro alegando que este não devia ser excluído porque a PSP não era uma força militarizada. Como o TC deu apenas provimento ao primeiro dos recursos — decidindo não tomar conhecimento do segundo por razões processuais —, o Nós, Cidadãos! promete recorrer para o Tribunal Europeu dos Direitos Humanos.

“Num Estado de direito, não se admite que esteja a ser discriminado e lesado nos meus direitos de personalidade, bom nome, e de participação política”, declara Duarte Almeida ao PÚBLICO, considerando incompreensível que a sua candidatura tenha sido recusada quando dois colegas da PSP viram as suas candidaturas aceites sem quaisquer obstáculos pelos tribunais de Setúbal e de Portalegre.

“O juiz titular do processo entende que faço parte de uma força militarizada e, por isso, seria inelegível, nos termos da Lei Eleitoral da Assembleia da República”, insturgesse, afirmando que “há muito tempo que se sabe que a PSP não é uma força militarizada e a sua lei orgânica determina que a PSP é uma força de serviço público [do Estado], e tem sido sempre reconhecida judicialmente a capacidade eleitoral dos agentes da PSP”, contrapõe o também mandatário do partido. Alega ainda que o art. 270.º da Constituição define os agentes da PSP



TC não se chegou a pronunciar sobre a elegibilidade de polícias

De acordo com a lei orgânica, “a PSP é uma força de segurança, uniformizada e armada, com natureza de serviço público e autonomia administrativa”

como agentes de forças de segurança, após revisão constitucional, de Dezembro de 2001.

De acordo com a lei orgânica, “a PSP é uma força de segurança, uniformizada e armada, com natureza de serviço público e dotada de autonomia administrativa”.

Os dois agentes da PSP candidatos às legislativas são Pedro Magrinho e Carlos Carolino. Ambos têm ligações a sindicatos. O primeiro é número dois na lista por Setúbal pelo Chega, apesar de o Tribunal Constitucional ainda não se ter pronunciado sobre o parecer pedido pelo Governo em relação às candidaturas de elementos de forças de segurança a cargos políticos; o segundo encabeça a candidatura por Portalegre pelo partido Aliança. Pedro Magrinho é chefe da PSP em Setúbal e presidente da Federação Nacional dos Sindicatos das Polícias; Carlos Carolino é comissário no Comando Metropolitano de Lisboa e presidente do Sindicato de Oficiais da PSP.

Formado em Direito, Duarte Almeida não aceita esta dualidade de critérios que permite que uns agentes da PSP possam ser candidatos e outros não. “O Tribunal de Aveiro foi intransigente e prejudicou um agente, bem como a lista que liderava, rejeitando-a sem fundamento, quando, por lei, devia mandar substituir o candidato rejeitado”, sublinha o chefe da PSP no Comando Metropolitano de Lisboa.

Tendo em conta esta dualidade de critérios, Duarte Almeida fala da necessidade de uma clarificação sobre se os agentes da PSP podem ou não candidatar-se a eleições. “O tema deve ser discutido num âmbito mais alargado, envolvendo Governo, tribunais e Assembleia da República”, defende, declarando que “não é aceitável que um juiz de um tribunal [Comarca de Aveiro] discuta uma questão de direito — a natureza jurídica da PSP — no âmbito de um processo eleitoral”.

“Estas atitudes lesivas e discriminatórias de direitos atingem o estatuto de cerca de 22 mil agentes da PSP no activo que podem, de repente, ver os seus direitos restringidos ao belo sabor de um entendimento de um juiz, quando há outros entendimentos judiciais”, alerta uma outra fonte ligada ao processo”. Nas eleições europeias, o Tribunal Constitucional não se opôs a presença de dirigentes sindicais da PSP nas listas. Esse facto chegou a ser proibido pela direcção nacional da PSP, que acabou por recuar nessa posição.

mgomes@publico.pt

Ventos de esquerda



Hora H
Helena Pereira

Tome notas destas três frases, pois proponho-lhe um desafio.

— “Alargar e aperfeiçoar a base de financiamento da Segurança Social por forma a que a componente que incide sobre os empregos e os salários seja completada por outras fontes, nomeadamente a taxação do valor acrescentado das empresas.”

— “Numa sociedade em elevada mutação tecnológica, um sistema de financiamento baseado exclusivamente nos salários, conduz, obviamente, à redução das suas receitas, é desincentivadora da criação de emprego, introduz elementos de desequilíbrio concorrencial entre as empresas.”

— “O financiamento da Segurança Social não deve repousar exclusivamente sobre o factor salário. Há empresas que não são de mão-de-obra intensiva mas de capital intensivo.”

Na verdade, são todas muito semelhantes e defendem uma alteração de fontes de financiamento da Segurança Social. O raciocínio é simples: com uma população cada vez mais envelhecida, o aumento da economia não garantirá por si só receitas para pagar as pensões de reforma a toda a gente nos próximos anos. A pressão sobre o sistema é grande e uma das possibilidades seria fazer com que as empresas descontem para a Segurança Social não só em função do número de trabalhadores que empregam mas também em função da riqueza que geram, ou seja, do Valor Acrescentado Líquido.

Mas vamos lá. Quem disse cada uma delas?

A primeira consta do documento “Por uma reforma democrática da Segurança Social: conclusões do Encontro Nacional do PCP”, coordenado por Edgar Correia, e data de 1996. António Guterres era primeiro-ministro há apenas um ano, o programa *Chuva de Estrelas* apresentado pela Catarina Furtado

era um sucesso na SIC e Vítor Bafã o capitão da selecção portuguesa no regresso ao Europeu, que esse ano se disputava em Inglaterra.

A segunda foi dirigida a Eduardo Ferro Rodrigues, então ministro da Segurança Social, durante uma interpelação ao Governo no Parlamento em 1998, pelo então deputado do PCP Lino de Carvalho que ficou sozinho nesta proposta.

A terceira é da autoria de Rui Rio, presidente do PSD, e foi proferida esta quarta-feira. Aquilo que há 23 anos parecia uma ideia radical e que nunca foi acolhido pelo PS ao longo do tempo aparece agora pela voz de Rui Rio, o líder que na verdade tem avisado que não é “de direita”, mas “do centro moderado”.

Esta proposta choca com a posição dos últimos anos do partido. Basta comparar com o programa de 2015, de Pedro Passos Coelho, ou recordar as intervenções dos últimos ministros da Segurança Social de Governos liderados pelo PSD, como Bagão Félix ou Mota Soares. O programa eleitoral de 2015 seguia outro caminho: diminuir encargos futuros através da “introdução, para as gerações mais novas, de um limite superior para efeitos de contribuição, que em contrapartida determinará um valor máximo para a futura pensão”. Passos, aliás, foi o autor da polémica proposta de aumentar a contribuição dos trabalhadores para a Segurança Social (18% em vez dos 11%) de modo a permitir que as empresas pagassem menos (8% em vez dos 23,5%).

Nos últimos anos, o país virou à esquerda e o PSD também. O caso da Segurança Social é um exemplo disso. Com aquele jeito desembaraçado que o caracteriza, mas que também se confunde às vezes com alguma leviandade, Rio insistia na questão dos descontos das empresas no debate de quarta-feira: “Vai ter de ser, mais dia, menos dia. Quanto mais cedo, melhor.” Pois, isto levanta-me uma dúvida. Será que, mesmo que perca as eleições, Rio quer ficar a liderar o PSD para fazer as grandes reformas estruturais, como costuma dizer, e a próxima será esta alteração à Segurança Social?

Jornalista. Escreve à sexta-feira.
helena.perreira@publico.pt

2 • Público • Segunda-feira, 23 de Setembro de 2019

DESTAQUE

ELEIÇÕES REGIONAIS

PSD vence na Madeira, mas precisa do CDS para formar governo

Pela primeira vez em 43 anos, o PSD perdeu a maioria absoluta na Madeira. Albuquerque admite conversas com CDS, e vai negociar governo de coligação com os centristas. PS conseguiu ainda assim um resultado histórico e tenta unir toda a oposição contra sociais-democratas



Márcio Berenguer

O PSD perdeu ontem a maioria absoluta na Madeira, mas terminou a noite a festejar ao lado do CDS. Os 21 deputados eleitos pelos sociais-democratas de Miguel Albuquerque, somados aos três mandatos conseguidos pelo CDS de Rui Barreto, formam, à justa, uma maioria parlamentar à direita, numa assembleia legislativa composta por 47 lugares.

O Partido Socialista, liderado pelo independente Paulo Cafófo, apesar da enorme subida em relação às regionais de 2015, acabou derrotado na recta final, ficando-se pelos 19 eleitos. Curto, para quem se propunha a, pelo menos, liderar uma coligação de governo à esquerda do PSD que parece agora inviável.

Copiosamente derrotado é o Bloco de Esquerda, de Paulino Ascenção. O partido perdeu os dois deputados que tinha, e foi varrido do parlamento madeirense.

Numas eleições bastante polarizadas, o JPP, que tinha sido a sensação

há quatro anos, foi o quarto partido mais votado, elegendo três parlamentares. A CDU, perdeu um mandato, mas consegue manter representatividade na assembleia madeirense, através da eleição de Edgar Silva.

Foram as eleições regionais madeirenses mais disputadas de sempre. Só depois de terminada a contagem da penúltima freguesia do Funchal, que garantiu em simultâneo a eleição do 21.º deputado para o PSD e o terceiro do CDS, é que a habitualmente animada sede dos sociais-democratas pôde festejar.

Mas o primeiro a cantar vitória, foi o CDS. Rui Barreto destacou a derrota da "esquerda", sublinhando que no arquipélago não haverá "governo de maioria absoluta" sem os centristas. "O nosso guião, o nosso caderno de encargos, é o nosso programa", disse Barreto, repetindo o que foi dizendo ao longo da parte final da campanha.

Cafófo falou depois. Reconheceu a vitória do PSD, mas lembrou que a maioria da população não votou em Albuquerque. Por isso, desafiou os restantes partidos da oposição para

uma espécie de "geringonça" "A esmagadora maioria da população não votou no PSD e é por isso que eu não desisto da mudança da nossa terra", argumentou, dizendo que o PS está disponível para liderar um governo de coligação com a oposição.

Albuquerque rejeita. "A extrema-esquerda e PS foram, mais uma vez, derrotados na Madeira", disse na declaração vitória, em que admitiu já ter falado com Barreto sobre um acordo à direita. Será, explicou, um governo de coligação, porque, defende, não basta o CDS apoiar o governo no parlamento. É preciso fazer parte dele."

Fim da maioria absoluta

Sobre os resultados, e a histórica perda de maioria do PSD na Madeira, Albuquerque faz as contas para lembrar que os sociais-democratas tiveram sensivelmente os mesmos votos nestas eleições do que em 2015 (56.448 votos agora, e 56.569 há quatro anos). O que aconteceu, disse, foi uma concentração de votos no PS, que fez com que o Bloco "desaparecesse" e a CDU quase ficava sem deputado.



“A extrema-esquerda e PS foram, mais uma vez, derrotados na Madeira”, disse ontem Miguel Albuquerque

44%

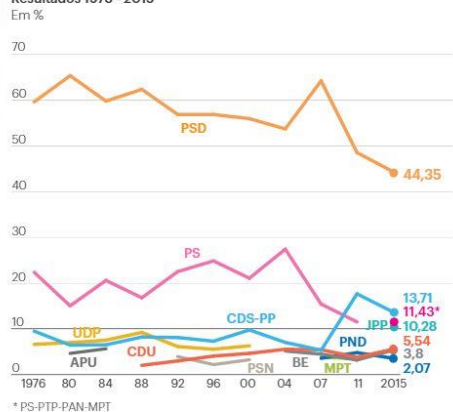
foi a abstenção nestas regionais na Madeira. Nas europeias de Maio, a abstenção a nível nacional foi de 69%

Madeira - Eleições Regionais 2019

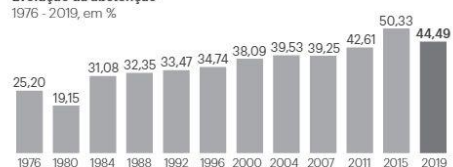
Novo Parlamento



Resultados 1976 - 2015



Evolução da abstenção



Olhando para 2015, a primeira vez que o PSD foi a votos sem Alberto João Jardim, o PSD perdeu três deputados. Na altura, seguiu a maioria absoluta por um deputado, conseguindo por apenas 12 votos.

O PS, concorrendo em coligação, ficou-se pelos cinco parlamentares, ganhando agora 13. O CDS, que liderou a oposição nos últimos oito anos, passou de sete para três mandatos, o JPP encolheu de cinco para três, e a CDU passou de dois para um. O Bloco os dois deputados que tinha.

O PTP de José Manuel Coelho também saiu do parlamento madeirense, onde estava desde 2011, e o PND, que tinha eleito um representante (que depois passou a independente) também deixa de contar na geografia política da assembleia regional.

Concorreram a estas eleições 17 forças políticas, um número recorde em eleições regionais madeirenses: PDR, Chega, PNR, Bloco de Esquerda, PS, PAN, Aliança, MPT, PCTP/MRPP, PSD, Iniciativa Liberal, PTP, PURP, CDS, CDU, JPP e RIR.

marcio.berenguer@publico.pt

Fonte: MAL; PÚBLICO

Vencedores e vencidos

Mas houve derrotas sem sabor amargo

Rui Rio e Assunção Cristas

Um empurrão bem-vindo

Os resultados dos socialistas madeirenses permitiram a Rui Rio falar de 43 anos de vitórias do PSD no arquipélago e dizer que o resultado normal, nos dias de hoje, é não se ganhar por maioria absoluta. Mas o próprio Rio, com inesperada franqueza, tratou de relativizar. A vitória na Madeira "moraliza sempre", mas "seria cinico" não reconhecer que as europeias também tiveram impacto. Já Assunção Cristas capitalizou até ao tutano os três deputados conquistados pelo CDS na Madeira que lhe asseguraram o estatuto de parceiro indispensável do PSD. Cristas falou da maioria de direita da Madeira com uma força que não tem usado no continente.

António Costa
Triplete distante
O secretário-geral do PS tinha dito que queria ganhar as três eleições deste ano na Madeira, mas, em vez desse 3-0 o resultado vai em 0-2. O PS também já tinha perdido as europeias na Madeira, ao arreplio da grande vitória que obteve em Maio no continente. O secretário-geral do PS andou com o candidato socialista pela mão em vários momentos, dando espaço para os socialistas recuperarem um narrativa tão próxima de Alberto João Jardim: o centralismo de Lisboa.

Emanuel Câmara

As fichas todas em Cafó

Foi o rosto de uma estratégia que prometia muito e ficou aquém do objectivo. Por outro lado, rendeu ao PS a retirada da maioria absoluta ao PSD e o melhor resultado de sempre no arquipélago. Quando, logo após as autárquicas, desafiou a liderança de Carlos Pereira no PS-M, Câmara acenou com o nome de Paulo Cafó para encabeçar um projecto de governo. A estratégia entusiasmou militantes e começou por agregar o voto anti-PSD e quase chegava lá.

Paulino Ascensão
BE varrido do Parlamento
Chegou à liderança no ano passado, fazendo regressar a ala que formou a UDP na Madeira. As lutas internas dividiram o partido, que pagou nas urnas por essa divisão. Não conseguiu traduzir em votos o bom momento do Bloco a nível nacional, nem mobilizar o eleitorado à esquerda, mais seduzido pela oportunidade que o PS oferecia para mudar o governo regional. Não foi uma noite de boa memória.

José Manuel Coelho

Ponto final?

O PTP, que nos últimos anos estava pessoalizado em Raquel Coelho, a filha de José Manuel Coelho, desapareceu do parlamento madeirense. A bipolarização destas eleições e o aparecimento de outros partidos pulverizaram o voto de protesto que o populismo de Coelho vinha conseguindo nas capitalizar nas eleições regionais dos últimos anos.

DESTAQUE



Acompanhe em
publico.pt/legislativas-2019

Extinção do cargo de primeiro-ministro

Explique lá melhor
Sofia Correia Baptista

A adopção de um regime presidencial é uma das medidas propostas pelo partido liderado por André Ventura

André Ventura, líder do Chega, explica ao PÚBLICO as alterações que defende para o regime e as vantagens de eliminar o cargo de primeiro-ministro. Sem primeiro-ministro, como seria a governação do país? A figura orientadora da política geral do Estado passaria a ser o Presidente da República. Temos hoje um sistema que é uma das máquinas mais caras para o contribuinte e ainda por cima é um sistema confuso, em que o Presidente é o chefe de Estado, mas não é o chefe de Governo. Elegemos um Presidente da República com uma legitimidade reforçada, por eleição directa e maioritária, mas depois é praticamente um corta-fitas. Elegemos um Governo por via indirecta, por via parlamentar que nem sempre expressa a vontade directa do povo,



como se viu com a formação da "geringonça". A nossa lógica passa por uma reforma total do Estado, assumindo um presidencialismo com menos custos para o contribuinte. Daí a extinção da figura do primeiro-ministro, que será substituído, na condução geral do país, pelo Presidente e depois pelo Governo com as pastas.

Que vantagens vê nessa opção? A primeira vantagem é ser muito mais barato do que um sistema semipresidencial. É também muito mais claro. As pessoas sabem que estão a votar naquela que será a figura mais alta do Estado e do Governo. (...) O sistema presidencial tem a vantagem de ser mais barato, mais claro e mais transparente na distribuição de poder e de permitir uma escolha directa, sendo, portanto, democrático.

Quantos mandatos teria o chefe de Governo e de Estado? Em princípio, teria dois mandatos, como acontece na grande maioria dos sistemas presidenciais. Estamos abertos à discussão. O essencial aqui é contribuir para diminuir a corrupção, o clientelismo e a permeabilidade dos poderes públicos. Optaríamos por uma limitação a dois mandatos, no máximo três, com cinco anos cada. A ideia obrigaria a uma revisão constitucional. Uma vez aberta essa porta, que outras mudanças introduziria?

Isso, para nós, não é problema porque, aberta essa porta, há muitas das nossas medidas que necessitam de revisão constitucional, como a redução do número de deputados para 100, a reintrodução da prisão perpétua para crimes mais graves, como homicídios qualificados e violações em série, a castração química dos pedófilos, a obrigatoriedade de trabalho no sistema prisional e o fim da progressividade do IRS.

scbaptista@publico.pt

BREVES

Legislativas

Libre está disponível para formar governo com PS

A cabeça de lista do Livre pelo círculo de Lisboa, Joacine Katar Morelra, admitiu ontem a disponibilidade para formar Governo com o PS, caso o partido eleja um deputado e os socialistas "respeitem" os objectivos propostos pelo partido. "Se eventualmente houver necessidade de uma convergência com o PS, nós iremos analisar", ressaltou.

Defesa

PCTP/MRPP defende retirada de tropas internacionais

O PCTP/MRPP defende a retirada "imediate" das tropas portuguesas de missões internacionais, como na República Centro-Africana, exigindo igualmente o não-pagamento da dívida pública, no manifesto eleitoral às legislativas apresentado em Lisboa. O PCTP/MRPP reterá a saída da União Europeia, da moeda única e da NATO.

Saúde

Para o MAS, a "geringonça" ficou "aquém"

O líder do Movimento Alternativa Socialista (MAS), Gil Garcia, defendeu ontem que os gastos no SNS por parte do Governo do PS apoiado pelo BE e PCP foram "trocos" que ficaram "aquém" das necessidades. "É tudo muito aquém, é tudo uma espécie de trocos face às necessidades", afirmou numa acção de campanha junto ao Hospital de Santa Maria, em Lisboa.

À espera de Gilead



Crónica de Campanha
Teresa Pizarro Beleza

Portugal, 2019: dá o destino votos e liberdades a quem não quer deles saber, quais nozes a desdentados? Por casualidade pessoal ou distração, saber que daqui a pouco mais de uma semana estarei a exercer a mais básica liberdade democrática, que tanto me faltou até aos vinte e poucos anos, deixa-me estranhamente desinteressada, quase indiferente. Nunca faltei a uma eleição, nem a esta faltarei. Mas o entusiasmo de outros tempos parece ter-se desvanecido e embora a abstenção que vai persistindo não deixe de me irritar, já sinto menos força na convicção de que o voto deveria ser legalmente obrigatório.

Feito natural do envelhecimento e de alguns percalços de saúde meus, ou saturação democrática de uma normalidade que se torna tão natural que sugere tédio, desinteresse, indiferença?

Estupidéz certa e fatal. É preciso acordar e depressa, sugere o meu lado consciente, ao ler o disparate que acabo de escrever.

O Mundo está cada vez mais perigoso, menos democrático, mais a aceitar demagogias e demagogos xenófobos e racistas, o ovo da serpente parece ter-se conservado no covão de algum polvo escondido, como os dinossauros em potência das histórias fantásticas em banda desenhada feitas filme.

Portugal parece razoavelmente imune ao mal que assola democracias consolidadas ou algumas recentes e a quase todas as fantasias sobre a "invasão" dos migrantes que o Ocidente próspero incubou nos territórios de origem que saqueou e que permitem a persistência na divisão natural entre "eles" e "nós". E o regresso de

fronteiras, muros, barreiras de toda a ordem, incluindo as mais eficazes, na cabeça das pessoas. Será que isso se explica por que não acolhemos, até agora, tanta gente assim? E porque o nosso país não será dos mais apetecidos pelos que buscam refúgio e protecção?

Não tenho seguido com total atenção a campanha eleitoral, um dos sinais da minha habituação ao luxo do "cansaço democrático". Ainda assim, percorrendo de memória o que fui ouvindo, não notei nos vários discursos e debates grande preocupação com a defesa da democracia ou com a necessidade imperiosa de combater a desigualdade e exclusão, também em termos de migração e asilo. Suponho que é dado como adquirido que isso é imperativo político-constitucional, logo não é preciso discutir muito o assunto.

Mas perante o que se vai passando em Gilead e os caminhos que parecem convergir nessa distopia imaginada pela fabulosa Margaret Atwood, não deveria a campanha que decorre prestar mais atenção ao risco mundial de retrocesso que já se concretizou em tantas alterações legais e políticas aquém e além-mar?

De cada vez que ligo a rádio para ouvir as notícias, parece-me que a única questão que se coloca e centra as atenções é a de saber se a maioria absoluta de um partido é possível ou desejável, ou se os *leaders* parceiros de uma aliança política já se insultaram ou ripostaram de novo.

Será só as leitoras de Atwood que se tornou evidente o risco de morte da democracia, que pode soçobrar também a pretexto da próxima falência de um qualquer gigante de viagens de férias que precipite uma crise económica mundial, antecipando o desastre energético ou climático que se suporia provável que chegasse antes, mesmo se tantos continuarem a olhar horizontes enevoados sem perceber bem o que os está cegando?

Professora catedrática de Direito da Universidade Nova de Lisboa

Público • Quarta-feira, 25 de Setembro de 2019 • 15

POLÍTICA

Na Madeira, Tino de Rans venceu o campeonato dos pequenos

Entre os partidos mais pequenos, que foram no último domingo a votos na Madeira, também há vencedores e vencidos. A grande surpresa foi protagonizada pelo Reagir – Incluir – Reciclar

Regionais
Márcio Berenguer

Nas regionais da Madeira, o RIR (Reagir – Incluir – Reciclar), fundado por Vitorino Silva (Tino de Rans) no início deste ano, teve mais do dobro dos votos da Aliança de Pedro Santana Lopes. A Iniciativa Liberal, que apostou numa campanha com cartazes irreverentes (a exemplo da linha nacional), ficou atrás do PURP e um pouco acima do Chega. Entre os partidos mais pequenos, também houve surpresas na noite eleitoral madeirense.

Num universo eleitoral pequeno, onde cabem pouco mais de 257 mil eleitores – Lisboa tem quase dois milhões e o Porto um milhão e meio –, existe grande proximidade entre eleitores e candidatos. É por isso natural que, como acontece em autárquicas, os eleitores votem em quem conhecem, mais do que na bandeira partidária que trazem. Esta lógica ajuda a explicar a votação do RIR, liderado por Tino de Rans.

Roberto Vieira, o cabeça de lista do partido que quer “reciclar a democracia”, é um velho conhecido da política madeirense. Começou no PS, migrou para o MPT, que no arquipélago teve origem numa facção dissidente do PS, e foi candidato pela coligação Nova Mudança, nas últimas autárquicas, no Funchal. Integra, por via de um acordo com o PSD, a mesa da Assembleia Municipal do Funchal. A meio do ano, trocou o MPT pelo RIR. Agora, tem uma meia vitória (ou uma meia derrota). O objectivo passava por eleger um deputado, mas os 1739 votos conseguidos ficaram longe dos 2577 com que a CDU conseguiu, à justa, um mandato no parlamento madeirense. Mesmo assim, mostrou que talvez ainda possa ser relevante, num futuro.

Melhor, mas ficando também aquém do que se propôs, esteve o PURP. O Partido Unido dos Reformados e Pensionistas assentou a narrativa eleitoral nas redes sociais, num discurso bastante crítico (não raras vezes populista) contra os problemas do sistema regional de Saúde. O candidato, Rafael Macedo, era até há



OCTAVIO PASSOS/LUSA



MANUEL DE ALMEIDA/LUSA

O cabeça de lista da Aliança ficou muito atrás do do RIR (ambos os partidos foram criados este ano)

bem pouco tempo responsável pelo Serviço de Medicina Nuclear do Hospital do Funchal. Afastado, depois de um rol de surreais acusações ao Governo e aos colegas de serviço, conseguiu convencer 1.766 eleitores (1,23%) de que tinha a solução para listas de espera, para o cancro e demais problemas da saúde regional. Esperava ser eleito, mas não foi.

Derrotas inesperadas

O PAN foi, entre este grupo, um dos (grandes) derrotados. João Freitas, o cabeça de lista, pagou por uma campanha praticamente inexistente em que parece ter confiado mais no nome do partido e nas causas que ele defende do que em se mostrar ao eleitorado. Ficou logo atrás do Bloco de Esquerda com 1,46% (2.095 votos).

Derrotado também foi o PTP. O partido que acolheu José Manuel Coelho chegou a eleger três deputados (2011) e um parlamentar (2015), e desaparece agora da geografia do parlamento madeirense. A concentração de votos anti-PSD no PS penalizou fortemente Raquel Coelho. A filha do polémico deputado concorreu a estas eleições ao lado de Gil Canha, outro anti-sistema que na última legislatura foi eleito pelo PND e depois passou a independente, e perdeu o lugar na Assembleia da Madeira.

Resultados aquém para a Aliança e para a Iniciativa Liberal (IL). Joaquim Sousa, antigo director de uma escola rural da Madeira, que chegou a ser premiada como a melhor pública do país nos exames nacionais, foi o rosto da Aliança. Sem experiência eleitoral, sem bases e, diga-se, com um discurso curto, ficou longe de ser uma surpresa eleitoral. O mesmo para o IL, que teve em Nuno Morna o candidato.

Figura conhecida do meio cultural madeirense – é actor e promotor de espectáculos –, Morna saiu da noite eleitoral como vencido. Apresentou propostas, muitas. Apontou caminhos e indicou soluções, mas as eleições deste ano, bastante polarizadas, não estavam para experiências.

marcio.berenguer@publico.pt

2 • Público • Quarta-feira, 2 de Outubro de 2019

DESTAQUE

CAMPANHA ELEITORAL

PS fica longe da maioria absoluta, PSD chega aos 30%

Campanha na rua não ajuda Costa. PS está cada vez mais longe da maioria absoluta. Rio melhora com escândalo da acusação de Tancos. Votantes da CDU gostam da “geringonça”, mas penalizam Jerónimo de Sousa. BE e PAN somam e seguem

Helena Pereira

A maioria absoluta não está ao alcance do PS e o PSD pode valer tanto no dia 6 como nas legislativas de 2015. Estas são algumas das conclusões a retirar da sondagem do Centro de Estudos e Sondagens de Opinião da Universidade Católica Portuguesa (Cesop-UCP) feita para o PÚBLICO e RTP sobre a intenção de voto nas legislativas de domingo. O PS alcança os 37% e o PSD chega aos 30%. Em terceiro lugar, surge o BE com 10%, seguido do PCP com 6%, do CDS com 5% e do PAN com 3%.

O trabalho de campo (3226 inquéritos válidos) foi feito entre quinta e segunda-feira, ou seja, depois de ser conhecida a acusação do caso do roubo de munições em Tancos, que entrou pela campanha adentro sobretudo pela mão do PSD e CDS. As projeções foram feitas com base nas escolhas expressas pelos inquiridos que assumiram que irão votar “de certeza” no próximo domingo. A margem de erro é de 1,7%.

Em termos de mandatos, o PS pode eleger entre 97 e 107 deputa-



Milhares votaram antecipadamente no fim-de-semana passado

dos, ficando assim sempre longe dos 116 que asseguram a maioria absoluta. O BE pode ter entre 18 e 24 lugares e o PCP de oito a 13. Isto significa que, a verificar-se o pior destes cenários, não bastará ao PS fazer acordos com um só partido para ter a maioria dos votos no hemiciclo. Nas perspectivas mais optimistas, o PS engorda a sua bancada parlamentar com mais 21

deputados (em 2015, teve 32,31%). De salientar, porém, que, com base nos resultados desta sondagem é impossível estimar a distribuição de deputados pelos círculos da Europa e Fora da Europa, circulos esses em que tradicionalmente os votos são divididos apenas entre PS e PSD.

O PSD, que em 2015 era liderado por Pedro Passos Coelho, tendo obti-

do em coligação com o CDS 36,8%, pode agora chegar aos 30%. Em termos de mandatos, o PSD pode ficar com 79 a 87 assentos no Parlamento (tem agora 89).

Questionados sobre quem seria melhor primeiro-ministro, se António Costa ou Rui Rio, os inquiridos pronunciaram-se largamente a favor do secretário-geral do PS: 51% escolhem Costa contra apenas 25% que apontam o presidente do PSD.

Em Maio, a sondagem da Católica para o PÚBLICO e a RTP destinada a avaliar as intenções de voto nas legislativas, apontava para a possibilidade de o PS chegar aos 39%, no limiar da maioria absoluta. O PSD ficava-se pelos 28%. Seguiam-se o BE com 9%, a CDU com 8%, o CDS com 7% e o PAN com 3%.

A tendência é, portanto, de descida do PS e de subida do PSD. Em relação aos restantes partidos com assento parlamentar, a ordem de preferências mantém-se: BE à frente da CDU e CDS sem se deixar ultrapassar pelo PAN.

Queda da CDU e CDS

O BE, por seu lado, tem crescimento garantido de acordo com estes dados. De 19 deputados em 2015,

Intenção de votar

Das seguintes frases que lhe vou dizer, qual é aquela que melhor se aplica ao seu caso em relação às próximas eleições legislativas (para a Assembleia da República) no dia 6 de Outubro?



Intenção de voto por sexo do inquirido

De certeza que não vai votar/não tenciona ir votar



Não sabe se vai votar



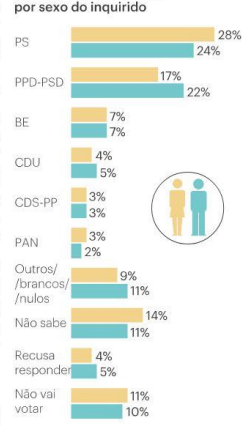
Em princípio vai votar



De certeza que vai votar



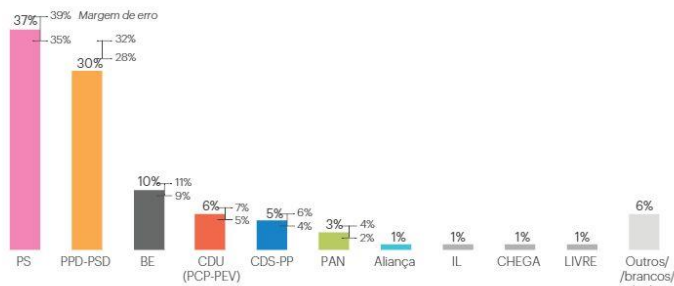
Intenção directa de voto por sexo do inquirido



Fonte: CESOP/UCP para o PÚBLICO e RTP

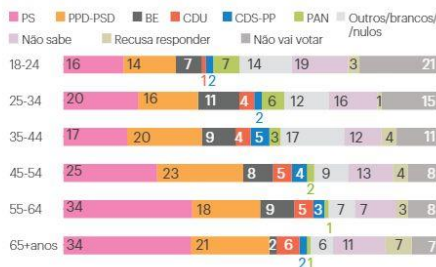


Estimativa dos resultados eleitorais*



*Obtida calculando a percentagem de intenções directas de voto em cada lista em relação ao total de votos válidos (excluindo abstenção, não respostas e indecisões). São apenas consideradas intenções e inclinações de voto de inquiridos que disseram que "de certeza" vão votar (N=1775). Estas estimativas têm valor meramente indicativo, dado que diferentes pressupostos poderão gerar resultados diferentes.

Intenção directa de voto por idade do inquirido (%)



Distribuição de deputados (nacional)

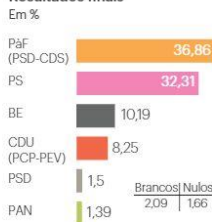


FICHA TÉCNICA

Esta sondagem foi realizada pelo CESOP-Universidade Católica Portuguesa para a RTP e para o PÚBLICO entre os dias 26 e 29 de setembro de 2019. O universo alvo é composto pelos indivíduos com 18 ou mais anos, recenseados eleitoralmente e residentes em Portugal Continental. Foram selecionadas quarenta e duas freguesias do país, tendo em conta a distribuição dos eleitores por círculos eleitorais, de modo a garantir que as médias dos resultados eleitorais das últimas eleições nesse conjunto de freguesias (ponderado o peso eleitoral dos seus círculos de pertença) estivessem a menos de 1 ponto percentual dos resultados nacionais das cinco candidaturas mais votadas em cada eleição. Os domicílios em cada freguesia foram selecionados por caminho aleatório e foi inquirido em cada domicílio o próximo aniversário recenseado eleitoralmente. Todas as entrevistas foram efectuadas com recurso a tablets (CAPI), respondendo os inquiridos à sua opção de voto de forma totalmente confidencial. Foram obtidos 3226 inquiridos válidos, sendo 15% dos inquiridos mulheres, 31% da região Norte, 20% do Centro, 28% de Lisboa, 8% do Alentejo e 5% do Algarve. Todos os resultados obtidos foram depois ponderados de acordo com a distribuição de eleitores residentes no Continente por sexo, escalões etários, e região na base dos dados do recenseamento eleitoral e das estimativas do INE. A taxa de resposta foi de 65%. A margem de erro máximo associado a uma amostra aleatória de 3226 inquiridos é de 1,7%, com um nível de confiança de 95%.

LEGISLATIVAS 2015

Resultados finais



Acompanhe em publico.pt/legislativas-2019

Iniciativa Liberal e Livre podem eleger

A Assembleia da República pode passar das actuais seis forças políticas para oito. Entre os chamados "pequenos partidos", dois têm possibilidades de eleger: Iniciativa Liberal (IL) e Livre.

Segundo a sondagem do Centro de Estudos e Sondagens de Opinião da Universidade Católica Portuguesa (CESOP-UCP) feita para o PÚBLICO e RTP sobre as intenções de voto nas legislativas de domingo, os dois partidos podem entrar através do círculo eleitoral de Lisboa, o maior do país (48 mandatos), elegendo Joacine Katar Moreira (Livre) e João Cotrim de Figueiredo (IL).

O Livre, que teve como fundador o historiador e ex-eurodeputado Rui Tavares, não é uma novidade nestas eleições. Foi criado em 2014, já concorreu às últimas legislativas (teve 39 mil votos), mas nunca elegeu um deputado. Já a IL, liderada por Carlos Guimarães Pinto, foi criada em Dezembro de 2017 e estreou-se nas europeias, nas quais conseguiu 29 mil votos.

Nas intenções de voto, tanto a IL, como o Livre, o Chega e o Aliança obtêm 1%, mas apenas os dois primeiros poderão eleger deputados. Isso tem que ver com a dispersão de votos. Como o apuramento é feito em função dos círculos eleitorais, beneficiam mais os partidos que apresentam maior concentração de votos. O Aliança, de Pedro Santana Lopes, e o Chega, de André Ventura, não conseguirão eleger.

Nestas legislativas, os eleitores vão ter um número-recorde de partidos entre os quais escolher. Em Leiria, Coimbra e Europa são 21 as forças políticas que se apresentam.

pode ir até aos 24. A CDU, que tem actualmente 17 mandatos, pode ficar entre os oito e os 13. Queda semelhante pode registar o CDS que, com 18 deputados, arriscar ter uma bancada entre 7 e 11. Se assim for, os centristas João Rebelo (Faro) e Helder Amaral (Viseu) podem sair do Parlamento, bem como Heloisa Apolónia do PEV (Leiria), o líder parlamentar do PCP, João Oliveira (Évora), e o vice-presidente da Assembleia da República, António Filipe (Santarém). Aparentemente, o PCP é o único partido da "geringonça" a sofrer perdas nas urnas, depois dos maus resultados nas autárquicas de 2017 e nas europeias de Maio.

O PAN, que elegeu um deputado pela primeira vez há quatro anos, pode quadruplicar o seu grupo parlamentar: de acordo com estes dados, pode ficar com dois (no mínimo) e quatro (no máximo) mandatos. O distrito onde é mais forte é Lisboa, mas tem possibilidades de eleger também no Porto e em Setúbal.

Olhando com mais pormenor para a distribuição por círculos eleitorais, verifica-se que os únicos locais onde existe alguma hipótese de o PSD poder ultrapassar o PS são Aveiro, Leiria, Bragança e Madeira.

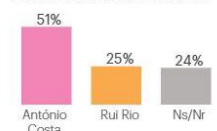
Se o PS ganhar as próximas eleições legislativas sem maioria absoluta, o que será melhor para o país?



Se o PSD ganhar as próximas eleições legislativas sem maioria absoluta, o que será melhor para o país?



Independente das suas preferências partidárias, entre António Costa e Rui Rio quem seria melhor primeiro-ministro?



PÚBLICO helena.perreira@publico.pt

10 • Público • Quarta-feira, 2 de Outubro de 2019

DESTAQUE**DIREITOS HUMANOS****Fica para a próxima (legislatura)**

O PÚBLICO escolheu nove temas decisivos na próxima legislatura e, sobre eles, questionou pessoalmente os líderes dos seis partidos parlamentares que se candidatam às legislativas. Em causa estão problemas por resolver e novas questões. **Por São José Almeida**

A União Europeia deve ser mais rigorosa na exigência de respeito pela democracia e pelos direitos humanos, impondo mais sanções aos países que os violam?

A União Europeia é uma organização política de Estados que assenta nos princípios do Estado de direito democrático e no respeito pelos direitos humanos. Como deve a União Europeia relacionar-se com governos de países que não respeitam nem praticam os princípios do Estado de direito democrático e que violam os direitos humanos? Deve recorrer a um esforço de negociação diplomática ou, pelo contrário, deve recorrer a sanções contra esses Estados? Como deve a União Europeia relacionar-se com Estados como a Rússia e a China?

Mas o respeito pela democracia e pelos direitos humanos coloca-se hoje em dia dentro da própria comunidade. O exemplo é a Hungria, cujo primeiro-ministro, Viktor Orbán, tem aprovado legislação atentatória dos direitos humanos e foi já condenado pelo Conselho da Europa por provocar comportamentos xenófobos, devido às suas intervenções sobre imigrantes e refugiados. Bem como pela forma como o Governo húngaro tem tratado e agido contra esses imigrantes e refugiados.



Rui Rio
Presidente do PSD

Eu acho que, sem arrogância, podemos assumir que a União Europeia é, digamos, o principal farol, à escala mundial, de defesa dos direitos humanos. Nesse sentido, deve assumir esse papel, sempre que possível, sem fundamentalismos, entendendo que as sociedades, sejam elas quais forem, não mudam em 24 horas, isto em sentido figurado, demoram a mudar — mas muito atenta, sempre muito atenta aos direitos humanos. E, já agora [deve estar também] muito atenta à questão da poluição e à questão do ambiente. Também com sanções para aqueles que mais poluem, se não tiverem uma estratégia de despoluição. Em nome do futuro da humanidade, (...) porque, a longo prazo, não há humanidade sequer, se não tivermos cuidado com isso.



António Costa
Secretário-geral do PS

A União Europeia deve ser, sobretudo, cada vez mais promotora dos bons valores europeus em matéria de direitos humanos, em matéria de altos standards de exigência ambiental, de qualidade alimentar, de níveis de saúde. A União Europeia não pode ter uma relação com o mundo que seja paternal, de exigência, nem a prioridade deve ser a sanção. Essa prioridade deve ser a promoção, a relação justa, a relação amigável. É essa relação que pode promover os bons valores que devem ser património comum de toda a humanidade.



LEGISLATIVAS 2019



Acompanhe em
publico.pt/legislativas-2019



IRC e empresas

Tal como o PSD, os centristas querem baixar a taxa de IRC, mas a um ritmo mais rápido, reduzindo-a para 17% já no próximo ano. A meta é chegar a 2026, já na legislatura seguinte, com a taxa nos 12,5%, equiparando-a à taxa da Irlanda.

O CDS quer lançar um “Estatuto Fiscal para o Interior”, criando uma verdadeira “zona económica especial” a negociar com Bruxelas.

**PCP e PEV
IRS e património**

O PCP compromete-se a aprofundar a progressividade do IRS (reduzindo as taxas para os baixos e médios rendimentos e criando taxas mais altas para quem ganha mais). Em concreto, defende “um alargamento do mínimo de existência” para que mais pessoas com rendimentos mais baixos possam beneficiar deste mecanismo de isenção total ou parcial de IRS.

Por outro lado, propõe uma taxa de 65% para a fatia dos rendimentos colectáveis acima dos 152 mil euros por ano e de 75% para a parte que exceder os 500 mil euros.

Outra bandeira passa por obrigar os contribuintes com rendimentos de capital e prediais a englobar os ganhos (juntando-os ao “bolo” dos rendimentos do trabalho sempre que o valor global superar cem mil euros).

O PCP propõe ainda um “imposto extraordinário” que abranja as “quotas, acções, títulos, depósitos e outros instrumentos financeiros”.

IRC e empresas

Para as empresas, o PCP propõe agravamentos e desagravamentos, con-

soante o universo de que se está a falar. A partida, propõe subir a taxa normal de IRC dos actuais 21% para 25%. Por um lado, propõe que essa taxa seja de 35% “para lucros superiores a três milhões de euros” e propõe-se “aumentar a tributação sobre os grandes lucros por via do aumento da derrama estadual do IRC”, actualmente com três escalões para a parte dos resultados acima de 1,5 milhões de euros.

Por outro, propõe que as micro, pequenas e médias empresas com lucros inferiores a 15 mil euros sejam tributadas em IRC com uma taxa de apenas 12,5%.

Os comunistas defendem ainda uma “tributação efectiva em Portugal de todos os rendimentos gerados no território” e uma taxa de 90% para “os rendimentos dirigidos aos paraísos fiscais”. O PCP enuncia ainda o objectivo de combater o planeamento fiscal agressivo usado para “reduzir a base tributária das grandes empresas e dos grupos económicos”. E propõe o “fim dos benefícios fiscais na Zona Franca da Madeira”.

**PAN
IRS e património**

O PAN propõe “reformular os escalões de IRS” e colocar o mínimo de existência nos dez mil euros anuais (face aos actuais 9150,96 euros). Propõe ainda reforçar os benefícios fiscais para os “pequenos aforradores”

em PPR privados e no regime público de capitalização.

Nas deduções, quer acrescentar à lista as despesas com “alimentos produzidos em modo biológico”, considerar o “investimento na protecção das propriedades florestais” e incluir nos gastos de saúde os “serviços de psicologia a qualquer área de intervenção”.

O PAN coloca ainda em cima da mesa criar uma nova categoria de dedução chamada “Sustentabilidade”, para as pessoas deduzirem 15% da compra de bicicletas ou painéis solares, e o investimento da reparação de bens. A medida teria um tecto de 500 euros.

Tal como o BE, o PAN propõe o fim dos incentivos do regime dos residentes não habituais.

O partido deseja lançar um projecto-piloto de implementação de um Rendimento Básico Incondicional.

IRC e empresas

Para os empregadores que façam as novas contratações por terem trabalhadores neste sistema de horário reduzido, o PAN também propõe incentivos. E o mesmo para as empresas que “praticarem menores assimetrias” salariais em termos sectoriais. O PAN quer “conceder benefícios fis-



cais às empresas que participem em Programas de Emprego para Reclusos, por forma a alargar o programa de regime aberto ao exterior”.

**Outros partidos
Livre**

Em relação ao IRS, o Livre propõe “discriminar positivamente o interior”, com uma redução do imposto para todos os trabalhadores e com incentivos a quem se fixa nestas regiões de menor densidade. Nas deduções à colecta, propõe que as despesas de reparação de “veículos de modos activos ou suaves” (como as bicicletas) passem a contar para o IRS. O Livre também quer acabar com o regime especial dos residentes não habituais. Para as empresas presentes no interior do país, também propõe benefícios fiscais.

Iniciativa Liberal

Uma das bandeiras do Iniciativa Liberal passa por acabar com o actual sistema de escalões e criar uma taxa única de IRS (de 15%) igual para todos os cidadãos. Os trabalhadores por conta de outrem não pagariam qualquer taxa nos primeiros 650 euros. O Iniciativa Liberal defende que a proposta não viola a Constituição – que prevê que o imposto sobre o rendimento pessoal é “único e progressivo” – porque “essa progressividade é garantida” com esta isenção.

O Iniciativa Liberal inspira-se nos exemplos de outros países, como a Estónia e a Hungria. Em Portugal, a taxa única seria aplicada “para todos os contribuintes de forma igual” e, em compensação, implicaria o fim de “todas as deduções e benefícios fiscais” no IRS. O partido propõe ainda a isenção de IRS no trabalho aci-

ma das 35 horas no sector privado.

Na área fiscal, propõe criar um “plano para a redução do número de taxas, impostos e contribuições de forma sistemática ao longo de dez anos” ou fazer um levantamento das situações em que há duplas tributações.

Aliança

Na área do IRS, a Aliança propõe uma redução do imposto “em função do número de filhos” e, tal como o CDS, defende o regresso ao quociente familiar. Também propõe um “aumento das deduções fixas à colecta por dependente”. E um reforço dos limites das deduções à colecta de saúde, educação e do grupo das “despesas gerais e familiares”.

Para incentivar a poupança das famílias, o Aliança defende que é preciso rever o “imposto aplicável a rendimentos advenientes dessa poupança”. Quanto ao IRC, propõe reduzir a taxa normal para 17% em 2022 e reduzi-la até aos 12,5% “num prazo máximo de três anos”. Para promover o reinvestimento, propõe a dedução à colecta das mais-valias “aplicadas nas próprias empresas”.

Chega

O partido Chega também defende a “existência de uma taxa única de IRS”, que seria de 15% em 2020, de 13,5% em 2021, 12% em 2022 e de 10% em 2023. O partido quer ainda eliminar aquilo que diz ser a “miríade” de isenções fiscais, “derrogações e outros mecanismos semelhantes”. No IRC, defende uma desicida do imposto e a “eliminação total dos casos de dupla tributação”.

pedro.crisostomo@publico.pt

PUBLICIDADE



HOTEIS HERITAGE
— LISBOA —

Charme e Tradição no Centro Histórico de Lisboa

AS JANELAS VERDES • HERITAGE AVENIDA LIBERDADE HOTEL • HOTEL BRITANIA • HOTEL LISBOA PLAZA • SOLAR DO CASTELO
www.heritage.pt

Edição Lisboa • Ano XXX • n.º 10.759 • 1,30€ • Segunda-feira, 7 de Outubro de 2019 • Director: Manuel Carvalho Adjuntos: Amílcar Correia, Ana Sá Lopes, David Pontes, Tiago Luz Pedro Directora de Arte: Sónia Matos



PS ganha força e quer recriar 'geringonça' com PAN e Livre

Socialistas perto dos 37%, mais nove pontos que PSD • Apesar do reforço de deputados, PS quer 'geringonça' que inclua PAN e Livre • Bloco estagnou, PCP recua de novo • CDS sofre dura derrota e Assunção Cristas anuncia saída • Há novos partidos na AR: entre eles a extrema-direita do Chega

Opinião Manuel Carvalho Teresa de Sousa António Barreto Vasco Pulido Valente João Miguel Tavares Rui Tavares Nuno Garoupa Susana Peralta Raquel Varela Helena Pereira **Resultados** Distrito a distrito • Vencedores e vencidos • Destaque, 2 a 23



2 • Público • Segunda-feira, 7 de Outubro de 2019

DESTAQUE

LEGISLATIVAS 2019

PS com maioria relativa num Parlamento pulverizado

Com o PS reforçado, António Costa quer alargar os entendimentos de governo ao PAN e ao Livre. Numas eleições em que a direita sai derrotada, a extrema-direita entra no Parlamento

São José Almeida

O PS ganhou as eleições legislativas, com 36,65% dos votos, numas eleições em que a abstenção ultrapassou recordes, atingindo os 45,50%, quando há quatro anos foi de 44,1%, e em que o Parlamento que resulta das urnas receberá deputados de três novos partidos: Iniciativa Liberal, Livre e Chega (um parlamentar cada). Registe-se que com a eleição de um deputado pelo Chega verifica-se a entrada da extrema-direita no Parlamento português.

O número de partidos ou coligações com eleitos passa assim de seis para nove, o que poderá ser um fator que vem alterar a lógica de formação de maiorias parlamentares de sustentação do próximo governo. Aliás, António Costa já anunciou que convidará o Livre para a esfera do poder. Registe-se a eleição de Beatriz

Dias do BE e de Joacine Katar Moreira do Livre que garantem a estreia na Assembleia da República de duas mulheres afrodescendentes na mesma eleição em que o único deputado com essa ascendência étnica falhou a eleição, Helder Amaral do CDS.

Costa alarga convites

António Costa ganha assim as suas primeiras eleições para a Assembleia da República atingindo uma percentagem superior à de há quatro anos, quando teve 32,31% e elegeu 86 deputados. Agora, a bancada parlamentar do PS terá 106 mandatos. Isto quando ainda falta apenas apurar os círculos da Europa e de Fora da Europa.

O PS não atinge a maioria absoluta que desejava, ainda que o líder dos socialistas, António Costa, não o tivesse alguma vez expresso claramente e este objectivo tivesse apenas sido apontado por figuras como a secretária-geral adjunta, Ana Catarina Mendonça Mendes, ou pelo ministro das Finanças e quinto can-

didato em Lisboa, Mário Centeno.

Com um resultado "reforçado" e com "o horizonte da próxima legislatura", o líder do PS vai não só procurar reeditar os acordos com o BE e o PCP, mas também alargar esse entendimento político permanente ao PAN e ao Livre.

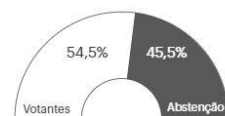
O PSD atinge uma percentagem de 27,9% com a eleição de 77 deputados. Há quatro anos, a coligação Portugal à Frente, que juntou PSD e CDS, ganhou as eleições com 36,86%, elegendo então 107 deputados, 89 do PSD e 18 do CDS.

A redução da bancada do PSD é assim substancial, fazendo deste partido um dos derrotados da noite, ainda que Rui Rio tenha ultrapassado as expectativas que as sondagens apontavam em relação às intenções de voto no PSD há cerca de um mês. Registe-se, porém, que este é o terceiro pior resultado obtido pelo PSD quando concorreu sozinho a legislativas. Pior só Sá Carneiro, em 1976, com 24,35%, e Mota Pinto, em 1983,

Resultados finais

Resultados às 00h30

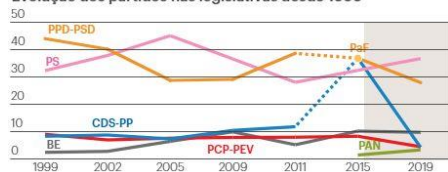
2019



Por distrito



Evolução dos partidos nas legislativas desde 1999



Fontes: CNE; Secretaria-Geral do Ministério da Administração Interna - Administração Eleitoral

com 27,24%. E fica atrás dos 28,77% de Santana Lopes em 2005.

Rui Rio não se assumiu como derrotado, considerou o resultado "positivo" e salientou o crescimento em Lisboa e no Porto em relação às autárquicas e às europeias. Mas não deixou de assumir que o PSD não tinha atingido o objectivo. Quanto ao futuro, não abriu a porta à sua saída da liderança, assim como voltou a frisar a sua disponibilidade para "reformas estruturais nucleares para o futuro de Portugal".

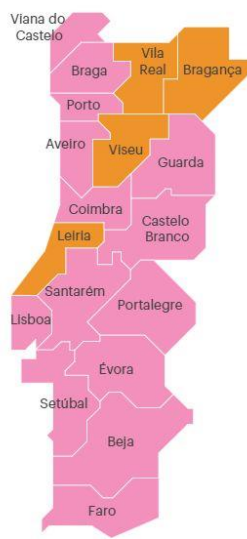
Em terceiro ficou, de novo, o BE que manteve a bancada de 19 deputados, tal como há quatro anos. Mas baixou em termos percentuais de 10,19% dos votos em 2015 para 9,67%. O Bloco conseguiu, assim, aguentar a sua posição no ranking parlamentar.

Falando antes do líder do PS, a coordenadora do partido, Catarina Martins, fez questão de abrir formalmente a porta a uma nova aliança política com os socialistas. Garantiu, sem "tabus" nem "suspense", que "o PS

tem todas as condições para formar governo", e manifestou a "disponibilidade" do BE para "uma solução de continuidade" ou de acordos anuais em torno do orçamento. E excluiu de forma peremptória que haja condições para o BE integrar o próximo governo, face ao resultado do PS.

Já a CDU fica-se pelos 6,46% e elege dez deputados. A coligação entre o PCP e o PEV sofre uma pesada derrota, já que há quatro anos tinha obtido 8,25% dos votos e eleito 17 deputados. A CDU agrava assim a erosão eleitoral que se tinha manifestado já nas autárquicas, com a perda de dez câmaras, e nas europeias, com a perda de um eurodeputado.

O próprio secretário-geral do PCP, Jerónimo de Sousa, reconheceu a derrota ao afirmar que com o resultado da coligação que lidera o "interesse dos trabalhadores" satram "enfraquecidos". E, ao sublinhar que se vive uma "conjuntura distinta" de 2015, Jerónimo de Sousa deixou no ar a ideia de que será mais difícil vir a acce-



Acompanhe em publico.pt/legislativas-2019

As eleições num país em transição



Editorial
Manuel Carvalho

Nem revolução, nem uma pura e dura continuidade: a vontade dos portugueses na eleição deste domingo encaixa-se melhor no conceito da pequena reforma. O PS ganha sem maioria absoluta, o PSD resiste, o Bloco mantém-se sem capitalizar votos com o apoio ao Governo, há duras penalizações para o CDS e para a CDU e o Parlamento abre portas a novos partidos. No deve e haver, várias notícias esperanças: a representação nacional não configura um cenário de ingovernabilidade; a diversidade racial do país fica um pouco melhor assumida; há mais jovens e mais mulheres. Mas, se o sistema político-partidário resiste, deu um passo no sentido da fragmentação; o Chega pode criar um cavalo de Tróia para instilar o vírus da extrema-direita na democracia portuguesa; e a abstenção cresce como espelho do alheamento cívico.

um terço do parlamento. Pode ser que resista e assuma os seus novos desafios como uma missão. Difícilmente será feliz. E eficaz. Até porque a severa derrota do CDS o transforma num pássaro exótico no novo ecossistema parlamentar. A Direita está gravemente ferida e só não está moribunda porque Rio resistiu e a Iniciativa Liberal fez prova de vida.

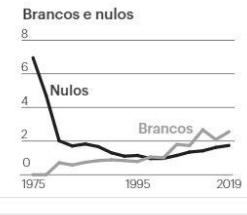
Se faz sentido falar numa "derrota histórica da Direita", é abusivo reclamar uma vitória absoluta da Esquerda. O Livre nasceu por mérito e vontade de Joacine Katar Moreira. Mas o Bloco estagnou. E o PCP definiu. O caderno de encargos que ambos ontem apresentaram ao PS carece de conteúdo real. Não se concebe que o PS queira discutir um programa de Governo com o Bloco que assuma, por exemplo, a renacionalização dos CTT. Ou que possa ceder aos "compromissos formais" exigidos pelo PCP. Isolados, um e outro deixaram de ter a chave das maiorias. O PS poderá oscilar entre um e outro, ou jogar com um contra o outro. Tudo é possível – até a "geringonça 2.0".

As Legislativas de 2019 traduzem o processo de transição do país que, após uma crise grave, foi capaz de levantar a cabeça. Não foi coisa pouca. O ciclo dos últimos quatro anos é irrepetível, como bem lembrou o Presidente. Acabou o tempo das devoluções. No futuro próximo, vai ser necessário criar riqueza para se poder pensar em redistribuí-la. Também por isso, estas eleições mostram-nos um país devotado ao centro. Sem a "geringonça" nos moldes do passado recente, mas com a flexibilidade de um sistema partidário que deu prova de resistência, o PS terá de mostrar-se é um partido capaz de produzir compromissos. E de desenhar uma ideia capaz de projectar o país no árduo futuro que o espera.

manuel.carvalho@publico.pt

Resultados globais das legislativas de 2015 e 2019

	2015			2019			
	%	Votos	Dep.	%	Votos	Dep.	
Votantes	56,93	5.374.363		54,5	5.092.424		
Abstenção	43,07	4.065.288		45,5	4.250.660		
PaF (PSD-CDS)	36,83	1.979.132	99	36,65	1.866.407	106	
PS	32,38	1.740.300	85	PPD/PSD	27,90	1.420.553	77
BE	10,22	549.153	19	B.E.	9,87	492.497	19
PCP-PEV (CDU)	8,27	444.319	17	PCP-PEV	6,46	329.117	12
PPD/PSD	1,51	81.054	5	CDS-PP	4,25	216.448	5
PAN	1,39	74.656	1	PAN	3,28	166.854	4
PDR	1,13	60.912	—	CH	1,30	66.442	1
PCTP/MRPP	1,11	59.812	—	IL	1,29	65.545	1
L/TA	0,72	38.958	—	L	1,09	55.656	1
PNR	0,50	27.104	—	A	0,77	39.316	—
MPT	0,42	22.384	—	R.L.R.	0,68	34.638	—
PTP-MAS	0,38	20.690	—	PCTP/MRPP	0,68	34.572	—
NC	0,35	18.695	—	PNR	0,30	15.272	—
PPM	0,28	14.799	—	MPT	0,23	11.622	—
JPP	0,26	14.196	—	NC	0,22	11.239	—
PURP	0,26	13.739	—	PURP	0,20	10.424	—
CDS-PP	0,14	7.536	—	JPP	0,20	9.945	—
CDS-PP-PPM	0,07	3.654	—	PDR	0,18	9.217	—
PPV/CDC	0,05	2.658	—	PPM	0,15	7.875	—
PTP	0,03	1.748	—	PTP	0,15	7.499	—
Branços	2,09	112.293	—	MAS	0,06	3.158	—
Nulos	1,61	86.571	—	Branços	2,54	129.599	—
				Nulos	1,74	88.539	—



tar um novo acordo de governação com o PS e que o seu apoio a um governo de António Costa será negociado medida a medida e orçamento a orçamento no Parlamento.

Cristas demite-se
O maior derrotado da noite eleitoral é o CDS. Desce para 4,25% e elege cinco deputados. Há quatro anos, o CDS não teve percentagem de votos individualizada, pois integrou a coligação com o PSD (PaF), mas então elegeu 18 deputados. O partido liderado por Assunção Cristas perde assim mais dois terços da bancada. Uma derrota que levou Assunção Cristas a anunciar pelas 21 horas que ia pedir ao conselho nacional do CDS para antecipar o congresso previsto para Março e a assumir que não se recandidataria à liderança do partido. Ou seja, abandonou a liderança que herdou de Paulo Portas.
Entre os vitoriosos da noite eleitoral está o PAN que vê a sua percentagem de votos aumentar para 3,28%,

O número de partidos ou coligações com eleitos passa de seis para nove, o que poderá ser um fator que vem alterar a lógica de formação de maiorias parlamentares de sustentação do próximo governo

face aos 1,39% de 201, que então lhe asseguraram a eleição do porta-voz do partido, André Silva. Agora elegeu quatro deputados.

Três estreias
A surpresa destas legislativas é a fragmentação eleitoral que leva à entrada de três novos partidos (e três deputados) em São Bento: Iniciativa Liberal, Livre e Chega. Uma novidade possibilitada pela concentração de votos que tiveram no círculo eleitoral de Lisboa.
A Iniciativa Liberal é o ganhador dos estreantes e foi o primeiro a garantir a eleição de João Cotrim Figueiredo em Lisboa e uma percentagem nacional de 1,30%. O Livre elege Joacine Katar Moreira e obtém 1,09% a nível nacional. Já o Chega entra no Parlamento com o seu líder André Ventura e uma percentagem de 1,30% também em termos gerais.

sao.jose.almeida@publico.pt

4 • Público • Segunda-feira, 7 de Outubro de 2019

DESTAQUE

LEGISLATIVAS 2019

Os portugueses gostaram da 'geringonça' e desejam a sua continuidade

António Costa
Secretário-geral do PS

Costa quer renovar "geringonça". Mas pode ser de outra forma

O PS vai falar com BE, PCP, PEV, Livre e PAN. Costa diz que portugueses "gostaram da geringonça", mas que houve um reforço do PS e espera mudanças no PCP

Liliana Valente

O apito inicial para as negociações entre o PS e os outros partidos à esquerda foi dado por António Costa na noite eleitoral e começam já agora as conversas com o PCP, BE, PEV, mas também com o Livre e com o PAN. Para estas conversas, defende António Costa, o PS parte numa posição de reforço face a 2015, como tinha pedido ao eleitorado: "Os portugueses gostaram da geringonça – é verdade, gostaram mesmo – e desejam a continuidade da actual solução política, agora com um PS mais forte".

Os socialistas têm agora mais possibilidades de diálogo e mais deputados no Parlamento, o que o faz dizer que vai tentar renovar os acordos, mas o que procura é uma solução de estabilidade para quatro anos de legislatura. Isto, apesar de bater de frente com o que o PCP disse. "Se for possível dessa forma, excelente, se não for possível haveremos de encontrar caminho para assegurar estabilidade", declarou Costa no discurso que encerrou a noite eleitoral, recusando sempre responder se vai procurar uma solução Orçamento a Orçamento. E mais, se os outros partidos já delinearam as suas linhas, o PS, que ganhou, "também tem caderno de encargos".

O PS ganhou 15 dos 20 círculos eleitorais, com mais deputados (no território nacional e ilhas tem 106), podendo chegar aos 108 caso tenha um bom resultado nos círculos da Europa e Fora da Europa, e vai ter cinco partidos e não três para negociar no Parlamento. Contudo, a avaliar pelos números, precisará de um conjunto de mais oito deputados para conseguir maioria, o que significa que as possibilidades são: ou todos os partidos, BE e PCP sozinhos ou um con-



António Costa celebrou 106 deputados. Ainda falta apurar os círculos da emigração



junto do PAN e Livre a que teria de se juntar o PEV. Ou, na prática, a abstenção destes, uma vez que tem mais deputados que a direita toda junta.

Para início de conversa, Costa vai deixando avisos. Ouviu Jerónimo de Sousa e Catarina Martins e respondeu que se a ele, "não tendo maioria", lhe cabe abrir a porta "para procurar soluções para quatro anos", essa é uma "responsabilidade partilhada" e a responsabilidade dos outros "é de não fecharem a porta". E mais uns do que outros, virando-se para PCP e BE: "Os que fixaram como objectivo impedir uma maioria absoluta do PS têm agora responsabilidades acrescidas para uma solução de estabilidade".

Nesta fase do jogo, Costa insiste que a sua cartada é a de procurar "renovar esta solução", porque foi isso que

leu dos resultados eleitorais e virá-se para o PCP que foi o desbloqueador de há quatro anos dizendo que os resultados não são aqueles da "interpretação que o PCP possa fazer". "Manifestamente não foi essa a leitura que os portugueses fizeram, não disseram que era uma solução para não repetir". Os "portugueses votaram pela continuidade", disse. "Mas não depende só de nós, depende de todos". Mas queiram os outros partidos ou não queiram, o PS falará com quem der garantias para a legislatura. "Vamos ver se é possível, PCP diz que o quadro é diferente, vamos ver se é assim ou se pode evoluir; o BE disse que podia ser assim ou de forma diferente. É essencial para a credibilidade do país", insistiu.

Ministros passaram no teste

Pedro Nuno Santos, Marta Temido, Capoulas Santos, Tiago Brandão Rodrigues eram os ministros cabeças de lista e todos eles ganharam nos seus distritos, virando o resultado de 2015. Só Capoulas tinha vencido em Évora há quatro anos. Desta vez, todos os outros distritos onde os ministros deram a cara, foram parar às mãos do PS, seja Aveiro, Coimbra e Viana do Castelo. Só nestes quatro círculos, o PS ganhou cinco novos deputados.

A maior viragem aconteceu mesmo em Aveiro, com Pedro Nuno Santos a conseguir mais dois deputados do que em 2015 e conseguir uma vitória distrital que fugia ao partido desde a maioria absoluta de José Sócrates em 2005. Em Coimbra, Marta Temido foi eleita com mais quatro deputados, roubando um parlamentar ao PSD. Já em Viana do Castelo, Tiago Brandão Rodrigues foi eleito num grupo de três, o mesmo número do PSD, retirando um deputado ao CDS. Capoulas, em Évora, conseguiu fazer eleger dois deputados, mais um do que há quatro anos. L.V.

Mas o programa é o do PS, avisou, deixando a nota aos parceiros que há metas que vai querer cumprir, nomeadamente no que mais os divide: Europa e metas financeiras. Falando do que se diz lá fora sobre os resultados de Portugal, repete, "não podemos desperdiçar esta vantagem".

Se se não houver uma solução para quatro anos, irá falar com os social-democratas. Costa não fechou a porta, mesmo que a sala tenha desatado num apuro aquando da pergunta. De fora, definitivamente estará o partido de André Ventura: "Não contamos com o Chega para nada".

"25 de Abril sempre, fascismo nunca mais", ouviu-se de imediato na sala.

liliana.valente@publico.pt

12 • Público • Segunda-feira, 7 de Outubro de 2019

DESTAQUE

LEGISLATIVAS 2019

Iniciativa Liberal, Livre e Chega estreiam-se no Parlamento com eleição em Lisboa

Pedro Crisóstomo e Rita Ferreira

Cotrim Figueiredo foi o primeiro a ter eleição garantida. Extrema-direita de André Ventura foi o último a saber

Quatro anos depois do PAN, três novos partidos — o Iniciativa Liberal (IL), o Livre e o Chega — repetiram o feito e garantiram a entrada no Parlamento elegendo os seus cabeças-de-lista por Lisboa. João Cotrim Figueiredo, Joacine Katar Moreira e André Ventura são os novos deputados.

O IL promete ser uma voz liberal de “oposição ao socialismo”; o Livre estreia-se em São Bento erguendo a bandeira da “esquerda verde”; o Chega representa a entrada da extrema-direita no hemiciclo português. Três programas distintos que marcam uma nova etapa em Portugal.

Iniciativa Liberal A “oposição ao socialismo”

O Iniciativa Liberal alcançou 1,29% a nível nacional, 65.545 votos. Foi, dos três novos, o mais votado no distrito de Lisboa, com 27.166 votos, e por isso o primeiro a festejar. No maior círculo eleitoral, os liberais tiveram 2,47% dos votos e conseguiram fazer entrar em São Bento o empresário João Cotrim Figueiredo, ex-presidente do conselho directivo do Turismo de Portugal.

Cotrim Figueiredo promete ser uma “voz liberal de oposição ao socialismo”. Quando subiu ao palco para falar, as primeiras palavras foram confessionais: “Que viagem, que viagem...”.

O presidente do partido é Carlos Guimarães, cabeça-de-lista pelo Porto, o primeiro a aparecer em



ANÓNIMO COTRIM LISBOA



MICHEL A. LOPES LISBOA



ROBERTO ANTUNES LISBOA

Chega, Iniciativa Liberal e Livre festejam

frente aos apoiantes para cantar vitória. E com uma promessa: a de que o novo partido irá ser será “uma voz clara” na defesa da liberdade individual, política e económica, e que fará uma “verdadeira oposição ideológica” à esquerda.

“Hoje fizemos história: pela primeira vez neste século um partido que se apresenta com menos de dois anos de vida irá ter representação no Parlamento”, festejou Carlos Guimarães, enquanto os apoiantes exultavam “liberal, liberal, liberal!”.

Para Carlos Guimarães Pinto, ainda assim este é “um dia triste”, porque “um partido que está a governar o país durante um período tão grande de estagnação consegue vencer com esta facilidade”. E depois promete: “Agora vão ter uma oposição diferente. Irão ter uma verdadeira oposição ideológica, uma voz clara na defesa da liberdade individual, política e económica.”

Livre O peso de Lisboa

Foi já depois da meia-noite que ficou confirmada a entrada dos outros dois partidos. O Livre alcançou 1,09% a nível nacional, conseguindo 55.656 votos. EM Lisboa, os 22.807 votos (2,07%) deram a eleição da historiadora e activista negra Joacine Katar Moreira. É a entrada na Assembleia da República de um partido da “esquerda verdade” europeia, como ao início da noite dizia Rui Tavares, quando a eleição já se perfilava, mas ainda não estava garantida.

Ha quatro anos, o partido apresentou-se pela primeira vez a umas legislativas com a candidatura Livre/Tempo de Avançar, encabeçada por Tavares, mas o resultado (14.683 votos em Lisboa e 39.340 a nível nacional) não chegou para eleger. Desta vez foi diferente e mesmo antes de a eleição ser oficial já António Costa, discursando como secretário-geral do PS, dizia querer alar-

gar as pontes e referia-se ao Livre como partido com representação parlamentar.

Chega Rejeição a “alarmismos”

Se a nível nacional o Chega alcançou mais do que o IL e o Livre, ao registar 66.442 votos (um total de 1,3%), em Lisboa ficou atrás dos outros dois estreantes. Alcançou 22.053 votos neste círculo eleitoral (perto de um terço da votação total) e garantiu a eleição de André Ventura, dissidente do PSD e ex-candidato dos socialistas nas últimas autárquicas em Loures.

Ainda ao início da noite, com a eleição no horizonte, Ventura pedia em directo na SIC aos “cidadãos”, “comentadores” e os “actores políticos” para olharem para o Chega como um partido democrático. A primeira mensagem política que quis deixar é a de que o Chega não quer “minar” a democracia e que não há razões “para qualquer tipo de alarmismos”.

O Chega defende a “presidencialização do regime (com o fim do cargo de primeiro-ministro), incluiu no seu programa a introdução da pena de prisão perpétua para crimes de “terrorismo ou homicídios com características específicas” e considera que os refugiados não podem “obter nacionalidade portuguesa nem residência, mas sim uma autorização em forma de título precário de refugiado, enquanto o seu país de origem se mantiver em situação guerra”.

No discurso de eleição, Joacine Katar Moreira marcou terreno face à entrada do Chega no Parlamento, afirmando que “não há lugar para extrema-direita no parlamento” e que o Livre será a “esquerda antifascista e anti-racista”.

Como cada um elegeram um deputado, os três partidos não terão um grupo parlamentar.

pedro.crisostomo@publico.pt
rita.ferreira@publico.pt

14 • Público • Segunda-feira, 7 de Outubro de 2019

DESTAQUE

LEGISLATIVAS 2019

Marcelo e a autoridade para lamentar (e outras notas)

Opinião
Susana Peraita

1 É provável que a abstenção ronde os 50%. Como se esperava, os sucessivos apelos à participação eleitoral e o tom moralizador do Presidente não deram em nada. Já nas europeias, Marcelo tinha ensaiado a estratégia do puxão de orelhas. No sábado, reiniciou quando disse que não votar implica "perder autoridade para lamentar, para contestar, para recusar, o que, ao fim e ao cabo, seja resultado da apatia, do desinteresse ou do comodismo dos que optem por não optar". A mim parece-me que a inércia com que os políticos reagem aos sucessivos aumentos da abstenção lhes retira qualquer autoridade para lamentar e contestar. São eles que optam por não optar. No menu das coisas simples: voto por procuração, multiplicar as secções de voto para as tornar mais acessíveis e evitar as filas, alargar horários de abertura. O voto antecipado ainda está incipiente: obrigar as pessoas a deslocar-se às capitais de distrito pode desencorajar muita gente. Para além destas coisas simples – de tão simples, não percebemos como continuam na gaveta – há toda um mundo de possibilidades para mostrar aos cidadãos que vale a pena votar porque os votos contam. Por exemplo, listas abertas que permitem aos cidadãos influenciar a ordem dos nomes nas listas. Ou um círculo nacional que permita dar voz aos partidos que obtêm votos insuficientes em cada círculo eleitoral distrital, mas ainda assim têm uma expressão nacional considerável, como defendeu Nuno Garoupa em artigos no PÚBLICO.

2. Confirmando-se as projeções, não só o PAN vai ter um grupo parlamentar como poderá haver novos partidos na Assembleia. Num sistema proporcional, um Parlamento mais diverso é uma boa notícia e é um passo em frente para as mudanças que não são do interesse dos grandes partidos.

3. Ouvidos Jerónimo de Sousa e Catarina Martins, parece haver disponibilidade de ambos para ajudar o PS a governar. Se, por um lado, a vida do PS poderá ficar mais fácil por ter mais deputados, a posição do BE e do PCP sugere que vão ser mais exigentes. Jerónimo marcou posição com um salário mínimo de 850 euros. Outras incógnitas são o papel do PAN e eventualmente do LIVRE, que detém os direitos de autor da convergência das esquerdas e poderá chegar a São Bento. O que é certo é que, tal como em 2015, o Parlamento vai estar no centro da democracia do país. E isso é bom.

4. Agora é tempo de começar a trabalhar. Esta legislatura entra em cena num período internacional instável. Boris Johnson está em braço-de-ferro com a UE e a saída do Reino Unido da União continua a ser uma incógnita. A guerra comercial entre Trump e a China começa a criar ondas de choque na economia mundial. A UE tem no seu coração líderes com delírios autoritários que dificultam a nossa vida conjunta (veja-se o veto aos comissários romeno e húngaro na comissão Von Leyen). A nível interno, Portugal continua a ser um país de baixos salários, em que mais de 10% dos trabalhadores são pobres. Vai ser necessário trabalhar pela transparência e qualidade das instituições, num país que já gastou 25 mil milhões no sistema bancário. A campanha andou alheada de muitos destes temas fundamentais; estarão os partidos à altura de os abraçar a partir de amanhã?

Professora de Economia na Nova SBE

Vencedores



António Costa

↑ Desta vez, Costa é o primeiro-ministro eleito e isso é uma vitória. O PS não cumpriu o desejo verbalizado por alguns socialistas de atingir a maioria absoluta, mas conseguiu ser o partido mais votado. Ficaram por conquistar distritos como Bragança, Viseu, Leiria e Vila Real. Na Madeira, também venceu o PSD, mas o PS conseguiu atingir o mesmo número de deputados que os sociais-democratas, o que é, em si mesmo, uma vitória. Resta saber como irá Costa governar. **S.S.**



André Ventura

↑ O Chega esteve, até ao fim da noite eleitoral, em sétimo lugar nas preferências dos portugueses, com praticamente 1,3% dos votos. E não foi pouquinho. Como em Lisboa esse valor foi mais elevado – à nossa hora de fecho já tinha ultrapassado os 2% –, já era suficiente para antever que o Chega elegeria um deputado. Com um lugar no Parlamento, André Ventura era um dos vencedores da noite. "O Chega vem para reforçar a democracia, não vem para a minar. O que queremos é de facto mudar o sistema em que vivemos", disse a meio da noite. **S.S.**



André Silva

↑ O até agora deputado único do PAN assumia o objetivo de assegurar companhia na bancada e constituir um grupo parlamentar. O PAN elegeu quatro deputados (dois por Lisboa, um pelo Porto e outro por Setúbal) e nem a polémica à volta do consumo de carne de vaca lhe fez grande massa. O resultado do PAN confirma que os eleitores estão dispostos a investir em partidos de causas específicas (como o fim das touradas, por exemplo) e que há causas novas que se impuseram ao debate político, como as alterações climáticas. **A.V.**



Joacine Katar Moreira

↑ A eleição da cabeça de lista do Livre parece a história política a acertar contas consigo mesmo: para saldar uma dívida. O Livre nasceu para promover maiorias parlamentares de esquerda, numa altura em que a "geringonça" era uma quimera. E a "geringonça" acabou por ser possível após umas eleições em que o seu mais acérrimo defensor ficara de fora. O Livre teve então razão, mas não votos. É irónico que consiga eleger Joacine Katar Moreira, quando a "geringonça" parece ter chegado ao fim. Talvez venha para participar em algo parecido. **A.V.**



Marcelo Rebelo de Sousa

↑ Não foi ontem a eleições, mas saiu ganhador. O Presidente da República temia a maioria absoluta do PS, pois isso iria roubar-lhe espaço de intervenção. Agora, Marcelo pode abalançar-se na recandidatura, sentindo que o seu papel vai continuar a ser de valor reforçado. O risco de dois terços de maioria de esquerda que a direita agitava como fantasma também não se verificou e Marcelo Rebelo de Sousa bem pode começar (se não começou já) a pensar em juntar peças e a desfazer jogo conforme as áreas e os consensos necessários. **H.P.**



Carlos Guimarães Pinto

↑ O partido Iniciativa Liberal, liderado por Carlos Guimarães Pinto, candidatou-se pela primeira vez à Assembleia da República e conseguiu logo ser eleito. Em Lisboa, círculo onde foi eleito João Cotrim Figueiredo, o Iniciativa Liberal teve uma votação em muitas zonas semelhante à do CDS e até mesmo superior. Esta nova direita, que terá atraído sobretudo eleitorado mais jovem, vai introduzir no Parlamento uma agenda radicalmente diferente na economia e finanças. Afinal, não foi a Aliança que veio baralhar as contas à direita. **H.P.**



Eleições: Portugal não é excepção



Crónica Raquel Varela

A crise de hegemonia política – o abismo entre representantes e representados – nas democracias parlamentares tem diferentes expressões no globo. Em Portugal ela expressa-se na abstenção eleitoral recorde; na incapacidade do PS ter maioria absoluta no “melhor dos mundos”; no crescimento do *Partido pelos Animais* PAN (uma expressão “bizarra” da crise, diria Antonio Gramsci); e na multiplicação de nano-agregações que nem assumem o nome de partido.

Portugal – compreendemos nestas eleições – não é um Estado-ódis, imune ao *tsunami* pós-2008.

A crise apresenta-se aqui com outras cores, observa-se na paulatina instabilidade política e social, e sobretudo na crise de legitimidade de um sistema eleitoral cuja autoridade repousa precisamente na representação política, baseada no sufrágio universal. Caminhamos para uma situação em que um em cada dois portugueses não vota – pese embora a forte campanha estatal contra a abstenção. Este facto merece uma reflexão, que não pode ser feita comparando conjuntamente a abstenção de 2015 com a de 2019. A evolução da abstenção entre 1975 e 2019 é avassaladora – isso é estrutural e desestruturante. Não tem como explicação só um “bom domingo de praia” ou a ausência de consciência sobre o valor universal da democracia. Portugal viveu uma ditadura durante 48 anos e mais de 95% dos portugueses mobilizaram-se para votar em 1975.

A maciça despolíticação da esfera pública a partir dos anos 80; a profissionalização e a burocratização da política; e o peso das decisões cada vez mais centradas em instituições não-eleitas contribuíram para este hiato entre governantes e governados.

A outra expressão da crise é a vitória do PS sem uma maioria absoluta. O PS beneficiou do trauma do Governo PSD/CDS durante a *troika*; de ausência de oposição, que nas grandes decisões apoiou o PS ou se absteve; do apoio dos principais partidos à esquerda, com destaque para o apoio do PCP. Pela primeira vez, desde 1975, o PCP deu apoio a um Governo PS. Este é o dado histórico mais interessante, e que merece uma reflexão profunda que está por realizar. Este foi o primeiro governo desde 1976 em que nenhuma força gritava “Governo para a rua”. O PS beneficiou ainda de uma conjuntura internacional económica favorável – embora a médio prazo desastrosa, porque baseada na diminuição do mercado interno, e dependente das exportações, turismo, especulação imobiliária. E, mesmo assim, não teve maioria absoluta.

A “geringonça” salvou o PS de um destino como o do PASOK, e sobretudo foi uma tentativa de travar esta crise de representação histórica. Contudo, o seu impacto foi muito menor do que seria esperado. Tudo indica que a queda real do poder de compra, a divergência salarial crescente com a média europeia, a migração maciça, os baixos salários, a degradação dos serviços públicos e a crise da habitação, junto com a emergência de lutas laborais não enquadradas por sindicatos tradicionais, terão impedido a maioria absoluta do PS.

Portugal, em matéria de crise, não é excepção.

Historiadora, Universidade Nova de Lisboa



Acompanhe em
publico.pt/legislativas-2019

País ameaçado por um carçoço



Crónica
António Rodrigues

Este domingo, 6 de Outubro de 2019, a democracia portuguesa esteve em risco até quase às 20h e o pivô da TVI24 chegou a afirmar que era preciso fazer da abstenção “uma causa nacional” porque os números mostravam o fracasso na mobilização do eleitorado. Mesmo com Tino de Rans a garantir, com “certeza absoluta”, que a abstenção não seria alta, o tom era fúnebre.

Ángela Silva explicava, na SIC Notícias, que tudo se devia à “falta de dramatização” da campanha eleitoral e Nicolau Santos afinava pelo mesmo diapasão ao explicar que os partidos “não fizeram um combate dramático”. A “festa da democracia”, que Santana Lopes tinha desejado na altura de votar, não aconteceu, tal como o grande futuro político da Aliança do “Menino Guerreiro” que, a meio da noite, assumiu “a responsabilidade do resultado que a Aliança teve ou não teve”.

Festa, festa, só na TVI, onde Bruna cantava, para gláudio de muitos fãs, “faz amor comigo numa noite louca”, na Praça 5 de Outubro de Torres Novas, onde a emissão do canal se manteve até quase as 20h. Por essa altura, já no Largo do Caldas se tinha visto que a noite não estava para amores loucos ou muitos foguetes. Diogo Feio falava, no entanto, apenas da abstenção, quando se referia a um “grande desafio para o futuro”.

A melhor explicação para o fenómeno da abstenção foi, no entanto, dada por José Miguel Júdice, na SIC Notícias,

salientando que, em parte, se devia ao facto de as câmaras municipais não quererem “limpar os cadernos eleitorais porque recebem menos carçoço” se o fizerem.

A abstenção, esse clássico do comentário dos dias eleitorais, no entanto, rapidamente deixou de ser desiderato nacional assim que os canais deixaram de ter de encher chouriços (para continuar no mesmo tom popular de Júdice) para começarem a divulgar sondagens à boca das urnas. Mesmo quando as margens de resultados previstas eram ainda muito grandes (ou estranhas, como a da sondagem da TVI que punha a Aliança com uma votação entre 0,0% e 1,9%), os jornalistas em directo procuravam explicações definitivas e até anúncios de demissão de Rui Rio. Filipa Roseta, cabeça de lista do PSD por Lisboa, foi peremptória: “Não tenho nenhuma sensibilidade sobre esse assunto.”

Enquanto Pedro Pinto, na TVI, insistia na “geringonça 2.0”, outro Pedro, o Nuno Santos, quase se irritava com os jornalistas e as suas perguntas sobre essa nova “geringonça”, quando o que ele queria era mesmo sublinhar os grandes feitos do Governo, que até tinham atraído pessoas da Itália, que estavam ali para assistir *in loco* ao resultado desse grande feito.

Uma última palavra para outro fenómeno da noite eleitoral, o do desaparecimento do PAN no cenário eleitoral da SIC Notícias. Se o CDS, provavelmente por uma assunção cromática do seu azul-celeste, surgia acima de todos os outros partidos, o partido de André Silva nem sequer lá figurava, apesar de ter representação parlamentar desde 2015. É provável que não tenha sido por decisão política, apenas questões de *dégrade*.

Jornalista

BREVES

Boicotes

Protestos na Guarda, Barcelos e Montalegre

Foram pelo menos três as localidades onde houve boicotes nestas eleições. Em Malcata, Guarda, os eleitores combinaram abster-se por causa da barragem local; em Perelhal, Barcelos, apelou-se ao voto nulo contra uma linha de muito alta tensão; e em Morgade, Montalegre, protestou-se contra a projectada mina de lítio.

Urnas

GNR registou seis incidentes em mesas de voto

A Guarda Nacional Republicana registou seis incidentes em mesas de voto, todos resolvidos em minutos. Com 6199 mesas de voto a seu cargo, nenhuma chegou a ser encerrada. Três incidentes ocorreram em Vila Real, um no Porto, um em Braga e outro em Faro. A GNR destacou mais de 5000 militares para as eleições.

Voto antecipado

Número de presos a votar quadruplicou nestas eleições

Houve quatro vezes mais presos a votar nestas eleições do que em 2015, mostra um Relatório do Processo Eleitoral do Ministério da Administração Interna. Assim, 2663 reclusos votaram este ano, quando nas legislativas de 2015 foram apenas 675. Nas eleições europeias foram apenas 426 reclusos a votar, enquanto nas presidenciais de 2016 chegaram aos 1055.

O país não é o Twitter nem o Facebook mas ficou mais perto



Crónica
Pedro Guerreiro

Ao que a campanha dos cinco maiores partidos da anterior legislatura não trouxe de novo às redes sociais, estas responderam com novas expressões no quadro parlamentar. Na noite de ontem consumou-se o crescimento de quatro fatias do eleitorado não enquadradas nos partidos clássicos do sistema português, cuja expansão se fez assente no Facebook e, em grau menor, no Twitter e no Instagram, e que encontram representação no PAN, Chega, Livre e Iniciativa Liberal (IL). O Twitter, que em Portugal continua a ser uma rede social de nicho, um cantinho com códigos e dinâmicas incompreensíveis para o frequentador ocasional, com um proporção exagerada de jornalistas e *news junkies*, de políticos e cidadãos politizados, foi o local onde se detectou e expressou mais precocemente a evolução de duas tendências consumadas na noite eleitoral de domingo: o nascimento de um movimento político assumidamente liberal fora dos dois principais partidos da direita portuguesa – a IL de Carlos Guimarães Pinto – e de um movimento progressista, europeísta e verde, simultaneamente concorrente do PS, do Bloco e do PCP e, ao mesmo tempo, veemente defensor da continuidade de uma “geringonça” – o Livre de Rui Tavares e Joacine Katar Moreira.

Em ambos os casos, movimentos apoiados por eleitorados eminentemente urbanos e com habilitações académicas acima da média, espelho também daquilo que é a população adulta do Twitter português. E ambos encabeçados

por líderes que, ao longo da campanha e antes desta, foram debatendo abertamente as suas agendas com os seus seguidores e críticos naquela rede social, em contraste com a participação parca e por vezes enigmática de Rui Rio e dos seus *emojis* de gatinhos, ou da presença mediada e impessoal de António Costa.

Se o resultado das últimas eleições europeias tinham sublinhado que o Twitter não era o país, deixando Livre e IL aquém de um único mandato, as legislativas de domingo deram uma primeira expressão política a eleitorados que deixam de ser negligenciáveis. No caso da IL, com uma nota adicional para a forma hábil com também sabe explorar o Facebook e o Instagram, onde tem um número de seguidores comparável ao do Partido Socialista, e como nas três redes soube capitalizar as sucessivas polémicas geradas em torno dos seus cartazes nas ruas.

No Facebook, rede social com maior projecção em Portugal, encontram-se as raízes do crescimento exponencial do PAN de André Silva. É o segundo maior partido naquela rede. Só o PSD tem ali um número maior de seguidores, mas é o partido animalista que não só tem aproveitado melhor os recursos da rede como tem representado um eleitorado que ali é numeroso: sensível à causa ambientalista e profundamente descrente dos partidos tradicionais.

Por fim, a potencial conquista de um mandato pelo Chega e da sua agenda de protesto anti-sistema de inspiração bolsionista é, por um lado, o triunfo do discurso dominante das caixas de comentários, mas também o resultado da actividade de uma constelação de páginas de Facebook de conteúdo sensacionalista que ao longo dos últimos meses replicaram a mensagem de André Ventura.

Jornalista

Segunda-feira, 7 de Outubro de 2019



Migrações Grécia “não vai ser o anfitrião amigo dos oprimidos”
Mundo. 32/33



Entrevista Walden Bello: “Trump não é neoliberal, é sobretudo oportunista”
Economia. 30/31

Brasil Conceição Evaristo acredita que a arte e a literatura terão um papel decisivo no país Cultura. 36/37

CONSOANTEMUDA

E agora, já podemos falar de futuro?



Rui Tavares

Um marciano que tivesse seguido esta campanha eleitoral portuguesa até poderia pensar que este país se decidiu a tirar férias durante a próxima década. Quando o mundo está já no limiar de vários embates, das alterações climáticas à entrada massiva da automação e da inteligência artificial no mundo do trabalho, em Portugal falou-se sobretudo do passado, do ciclo noticioso de curtíssimo prazo, do factóide, do caso e da trica.

Diz-me-ão que isso é normal em campanha eleitoral. Pode ser que sim. É normal, e é péssimo. Portugal acabou de passar por duas décadas perdidas, e só conseguiremos superar as nossas fragilidades se nos prepararmos bem para o futuro. Infelizmente não parece que essa seja a preocupação dominante das nossas elites políticas ou jornalísticas.

Restaria então fazer durante os próximos quatro anos o que não se

fez durante a campanha. Mas mesmo aí as coisas parecem complicadas. A legislatura que se avizinha será provavelmente dominada pelo taticismo: se – como parece provável à hora em que escrevo – o PS ficar à beira da maioria absoluta e não precisar de mais do que um parceiro para formar uma maioria governativa, ou mesmo que escolha fazer um governo minoritário com apoios pontuais, vamos passar os próximos tempos sempre à espera da próxima crise política que nos leve de novo a eleições, provavelmente depois da presidência portuguesa da União Europeia, em 2021.

Este cenário é evitável apenas de uma forma: através de uma nova convergência à esquerda, que terá uma amplíssima maioria parlamentar, não deixando nenhum parceiro de fora. Esta “geringonça 2.0” teria de ser muito diferente da sua primeira versão: em vez de apenas um somatório de acordos bilaterais entre o PS e cada um dos outros partidos, um diálogo permanente entre todos os partidos da esquerda parlamentar; em vez de uma “geringonça dos gabinetes”, procurar as bases sociais de apoio de uma maioria progressista; em vez de gerir a situação, apontar para as reformas

estruturantes e transformadoras de que Portugal precisa: reforma do ensino superior, reforma da administração pública e reforma das políticas de território. Construir um país mais igual – uma sociedade altamente desenvolvida assente numa economia do conhecimento que não deixe ninguém para trás – é, ou pelo menos deveria ser, a missão maior da esquerda portuguesa. As ocasiões para dar passos decisivos nesse sentido são raras. A “geringonça 1.0” foi boa a reverter as políticas da direita e da *troika*, mas menos boa a implementar as políticas da esquerda. Uma “geringonça 2.0” substancialmente renovada nos seus métodos e objetivos poderia ser a forma de chegarmos lá.

Estas eleições ficarão também marcadas pela chegada ao Parlamento de novas famílias políticas que, existindo na maior parte dos países da União Europeia, ainda não tinham feito entrada na nossa política parlamentar: os liberais da IL e a esquerda verde do LIVRE. À hora a que escrevo, é também bastante provável que entre a extrema-direita no Parlamento português, quebrando assim uma das nossas mais felizes especificidades. Se a extrema-direita

chegar ao Parlamento português, com a falta de escrutínio a que foi sujeito o seu líder, os apoios mediáticos e financeiros que ele teve, é altura de muita gente fazer um exame de consciência no nosso país. Regressarei a esse tema numa próxima crónica.

Há uma enorme diferença, não só ideológica, mas de atitude e de comportamento entre estes três partidos recém-parlamentares. Tanto os liberais quanto a extrema-direita gastaram uma fortuna nesta campanha eleitoral, e na das europeias que a antecedeu. No caso da extrema-direita não sabemos ainda de onde veio esse dinheiro. O LIVRE fez a sua campanha eleitoral, como já tinha feito a das europeias, com dez mil euros. Essa diferença deveria ser mais valorizada do que costuma ser: quando um partido como o LIVRE consegue o maior rácio de votos por euro gasto em campanha – e sistematicamente consegue-o –, isso significa que as suas ideias têm um amplo espaço de representação para fazer crescer.

A chegada do LIVRE ao Parlamento, com a eleição de Joacine Katar Moreira como deputada, representa a correção de várias injustiças. Assinalo duas, a encerrar.

Uma delas é a da inexistência de um partido verde com autonomia estratégica (ao contrário do PEV) e amplitude ideológica (ao contrário do PAN), à semelhança do que existe já há mais de três décadas em praticamente toda a União Europeia.

Mas a mais simbólica e relevante do ponto de vista da longa história social do nosso país é certamente a da chegada à representação parlamentar, com Joacine Katar Moreira, de uma mulher negra que pela primeira vez protagonizou uma candidatura como cabeça de lista em Lisboa. Durante décadas, os partidos da esquerda portuguesa poderiam ter feito justiça à necessidade de representação e diversidade na nossa política; é sintomático que apenas num partido que escolhe os seus candidatos por eleições primárias abertas e não por indicação da direção esta aposta tenha sido ganha. Pessoalmente, tenho um enorme orgulho em fazer parte deste partido e ter sido mandatário desta candidatura. Só podemos antecipar o futuro porque durante demasiado tempo nos andaram a prolongar o passado.

Historiador, fundador do Livre

Por motivos pessoais, o Bartoon de Luís Afonso não será publicado nas próximas semanas

P Contribuinte n.º 502265094 | Depósito legal n.º 45458/91 | Registo ERC n.º 114410 | Conselho de Administração - Presidente: Angelo Paupério Vogais; Cláudia Azevedo, Cristina Soares E-mail: publico@publico.pt | Estatuto Editorial: publico.pt/nos/estatuto-editorial Lisboa Edifício Ologó Cbo, Doca de Alcântara Norte, 1350-352 Lisboa; Telef: 210110000 (PPCA); Fax: Dir. Empresa 210110105; Dir. Editorial 210110006; Redacção 210110008; Publicidade 210110103/210110104 Porto Rua Júlio Dinis, n.º 70, Bloco A, 3.º, 4050-318 Porto; Telef: 226151000 (PPCA) / 226103214; Fax: Redacção 226151009 / 226102213; Publicidade, Distribuição 226151011 Madeira Telef: 963388260 e/ou 291639102 Proprietário PÚBLICO, Comunicação Social, SA, Sede: Lugar do Espido, Via Norte, Maia, Capital Social €4.050.000,00. Detentor de 100% de capital: Sonaeocom, SGPS, S.A. Impressão Unipress, Travessa de Anselmo Brancamp, 220, 4410-350 Arcos de Valadeira, Telef: 227537030; Litografia - Impressão e Artes Gráficas, SA, Estrada Consiglieri Rodrigo, 30, Quiluz de Esbo, 2730-053 Barcarena, Telef: 214345400 Distribuição VASAP - Distribuidora de Publicações, SA, Quinta do Casal - Venda Seca 2730-511 Aguaiã Caçém, Telef: 214 337 000 Fax: 214 337 009 e-mail: geral@vasp.pt Assinaturas 808200095 Tiragem média total de Setembro 31540 exemplares Membro da APCT Direção de Autor Portuguesa



PGLOBAL

Saber mais sem fronteiras



CONHEÇA AQUI
 pglobal.publico.pt
 210 111 902 / pglobal@publico.pt

6 • Público • Terça-feira, 8 de Outubro de 2019

DESTAQUE

LEGISLATIVAS 2019

Chegada da extrema-direita deve alertar a AR

Liliana Borges

Os partidos com assento parlamentar devem assumir a responsabilidade de não cair em populismos, dizem especialistas

Até domingo, Portugal era um dos quatro países da União Europeia (UE) sem representantes da extrema-direita na Assembleia da República. Com a eleição de André Ventura, pelo Chega, o cenário mudou. O que significa a chegada de um partido de extrema-direita a São Bento e como é que isso pode influenciar o Parlamento português? Os portugueses não estão necessariamente menos moderados, mas a promessa de soluções rápidas para problemas antigos e a crescente exposição mediática do protagonista político em representação do partido foram ingredientes suficientes para eleger uma força política de extrema-direita, observam especialistas.

Mais do que nunca, alertam, os partidos devem estar conscientes de que existe uma parte da população que não se sente representada e que por isso apoia respostas mais radicais. Por outro lado, ainda que reduzido, o risco de contaminação das restantes forças partidárias com discursos e propostas populistas existe e deve ser seguido com atenção. Os avisos são de Susana Salgado, investigadora e professora de Comunicação Política do Instituto de Ciências Sociais (ICS), e de Paula do Espírito Santo, investigadora e professora de Sociologia Política do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas (ISCSP), que partilham com o PÚBLICO as primeiras leituras que fazem à entrada de um partido de extrema-direita no Parlamento.

Mas se os discursos populistas são uma preocupação, a eleição do Chega traz novos problemas. "Populismo e extrema-direita não são a mesma coisa", nota Paula do Espírito



O Chega, de André Ventura, obteve 2,74% dos votos em Portalegre e 2,22% em Évora

Partidos do sistema devem reforçar capacidade de ouvir os eleitores e melhorar a gestão da res publica. Discursos extremados podem ser contagiantes, avisam académicos

Santo. Enquanto o populismo se baseia numa "mensagem básica e superficial, mas que promete uma resposta rápida", mas "sem valores centrais que o definam", a extrema-direita "está ancorada numa ideologia nazi e na identificação de elementos da sociedade que devem ser marginais".

O Chega "canaliza o descontentamento junto de pessoas que são descrentes na política e vêem aqui uma oportunidade e solução democrática milagrosa para problemas que o sistema democrático não consegue resolver rapidamente, como é o caso da Justiça", aponta a investigadora do ISCSP.

Ambas as investigadoras acreditam que as condições já estavam reunidas, mas havia ineficácia dos protagonistas políticos até agora e notam que houve um caminho feito

até domingo. "Este líder já era conhecido", diz referindo-se ao facto de Ventura ser comentador de futebol, como benfiquista, na CMTV.

O distrito de Lisboa foi aquele onde o Chega obteve mais votos (20 mil). A estes juntaram-se mais de 7500 do distrito de Setúbal. Mas, em termos percentuais, foi nos distritos de Portalegre (2,74%) e Évora (2,22%) que o Chega conquistou mais eleitores (cerca de três mil pessoas).

A entrada de um partido de extrema-direita tem "um impacto negativo no sistema político", que, não sendo imediato, se-lo-á "a médio ou longo prazo, quer ao nível da moderação dos discursos, quer ao nível do compromisso e consenso" entre os partidos, avalia Susana Salgado. Para a investigadora, a entrada de um partido de extrema-direita em São Bento "pode polarizar debates na socie-

dade". Para a investigadora e professora de Comunicação Política do ICS, esta entrada "habitualmente dá origem a uma fragmentação, quer do discurso político, quer do sistema partidário com propostas mais tradicionais", o que se traduz num esvaziamento do centro.

Também por isso, a eleição de um partido de extrema-direita "deve alertar os restantes partidos para a necessidade de ouvir as pessoas", argumenta a investigadora. "Tem de existir um despertar dos partidos com responsabilidade". Os resultados das eleições deste domingo devem lembrar os partidos "que existem pessoas dispostas a votar em propostas radicais", sublinha Susana Salgado.

A mesma interpretação tem Paula do Espírito Santo, para quem os partidos do sistema devem reforçar a sua base de capacidade de gestão da "res publica". Para a investigadora, "os partidos que defendem os direitos humanos e que têm uma matriz ocidental" devem assumir a responsabilidade de combater os fenómenos de extrema-direita com uma resposta "muito mais sustentada e reforçada, dando bons exemplos em termos políticos e de representação parlamentar".

No entanto, Paula Espírito Santo é menos pessimista e acredita que, uma vez que a política do Chega é "desvinculada e pouco amadurecida", o risco de contaminar os restantes partidos não é significativo, uma vez que "estão habituados a consensos e à luta política com argumentação e fundamentação mais sustentada".

Susana Salgado lembra ainda que os "partidos populistas, quando são eleitos, tendem em atenuar em muito o seu discurso" – o que acontece por vários motivos e não é exclusivo dos partidos mais radicais. "Quando são eleitos com uma representação institucional, têm de cumprir regras que já existem", vinca a investigadora. "São anti-sistema, mas têm de se adaptar ao sistema. Têm de jogar o jogo com as regras que os outros também jogam", conclui.

liliana.borges@publico.pt



Acompanhe em publico.pt/legislativas-2019

Já só há três países sem extrema-direita na UE

Margarida Gomes e Clara Barata

Com as eleições legislativas de domingo em Portugal, os únicos países europeus sem deputados de extrema-direita são agora a Irlanda, o Luxemburgo e Malta, que vão ter eleições para os respectivos parlamentos em 2020, 2021 e 2022.

Em Espanha, o Vox elegeu 24 deputados para o Congresso, o correspondente a 2,5 milhões de votos.

O Vox constituiu a preferência de 10,2% dos eleitores espanhóis, transformando-se na quinta força política.

Coligados ou sozinhos, os partidos de extrema-direita não só entraram na grande maioria dos parlamentos nacionais, como conseguiram subir ao poder em nove países europeus. Na Polónia, o Governo profundamente conservador e eurocéptico do Partido Lei e Justiça tem posições que o aproximam da extrema-direita. Tem ambições de refazer o siste-

ma de Justiça, seguindo o exemplo da Hungria, onde o Fidesz, de Viktor Orbán, que nominalmente não é de extrema-direita – faz parte do Partido Popular Europeu –, governa como tal. Existe um partido de extrema-direita húngaro, o Jobbik, que tem vindo a cair face à agressividade cada vez maior do Fidesz de Orbán, ferozmente anti-imigração e com um discurso de resistência a Bruxelas. Orbán apresenta-se como um defensor da cristandade europeia.

A República Checa tem no Presi-

dente, Milos Zeman, um simpatizante da extrema-direita, embora inicialmente fosse considerado um político de centro-esquerda – é alguém com um percurso ideológico zigzagueante.

A extrema-direita já chegou ao poder na Finlândia e na Itália, em governos de coligação, mas esses executivos caíram. Na Letónia, a coligação governamental tem vários partidos de direita, incluindo um que é descrito como populista e anti-sistema, do género do Move-

mento 5 Estrelas, em Itália. Na Bulgária, a extrema-direita está no Parlamento e também na coligação governamental.

Além disso, na Dinamarca, o Partido do Povo Dinamarquês dá apoio pontual ao partido do Governo. Em França, Marine Le Pen não conseguiu ganhar as últimas eleições presidenciais, face a Emmanuel Macron, mas o sistema político implodiu, reduzindo em muito a representação parlamentar dos partidos tradicionais.

PUBLICIDADE

TAKE A *Bus* AND STAY WITH US



Decoração Integral



Óculos traseiros



Óculos traseiros

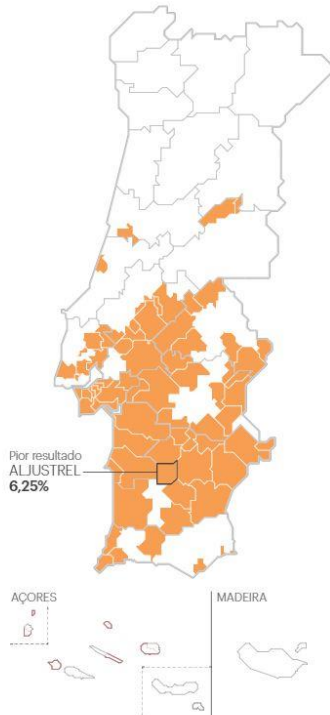
GRUPO FC&F
publitaxis
publiroda
Transit Advertising

Av. António Augusto de Aguiar, Nº88 - 3º 1050-018 Lisboa ☎ +351213515300 ✉ publitaxispubliroda@outlook.pt

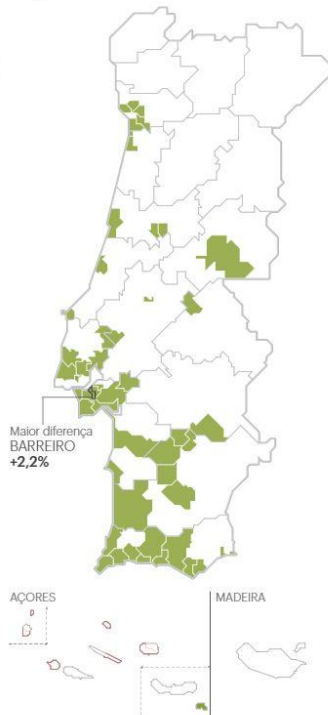
8 • Público • Terça-feira, 8 de Outubro de 2019

DESTAQUE

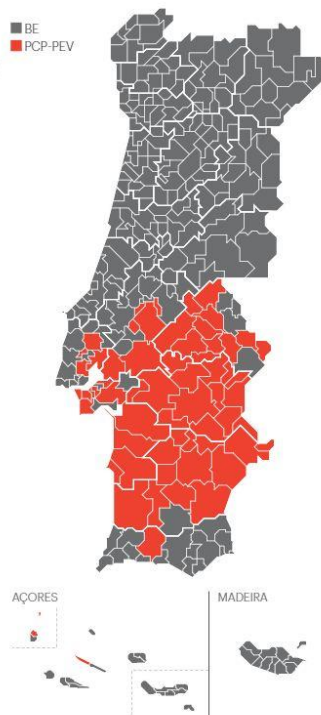
Concelhos onde o PSD teve menos de 20% dos votos



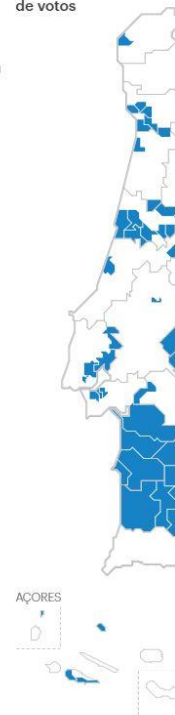
Onde o PAN obteve mais votos do que o CDS-PP



Onde o BE ganhou ao PCP e o contrário



Onde o CDS teve menos de 3% de votos



Fonte: MMI

Sete mapas que mostram os resultados como ainda não os viu

Concelho a concelho, pode ver de que cor é o declínio do CDS, o sufoco do PSD, o “absolutismo” do PS, a luta entre BE e PCP ou a popularidade do voto branco

PSD tem menos de 20% em 73 concelhos

“Não houve grande derrota”, disse Rui Rio na noite eleitoral, quando fez um balanço geral da votação. E se lhe disser que em 72 concelhos o PSD não conseguiu chegar aos 20%? Esta é outra forma de olhar para os números. E não se trata apenas de zonas do país que tradicionalmente fogem do PSD.

A lista é grande e inclui zonas urbanas, no litoral, com muitos eleitores, que contam sempre para as vitórias e derrotas nacionais. Exemplos? Estes são alguns: Amadora (18%); Sintra (19,4%); Loures (18%); Setúbal (15,9%) ou Almada (15,8%). Mas há mais casos: Covilhã (17,8%); Marinha Grande (16,6%); Vila Franca de Xira (15,1%); Seixal (14,4%); Barreiro (10,2%). Estes são dados preocupantes sobre a perda de influência do partido de Rui Rio, que nas eleições europeias de Maio tinha ficado

pelos 17,7% no concelho de Lisboa. Agora, porém, conseguiu 27,9%.

Comparando com as eleições de 2015, em que o PSD e o CDS concorreram coligados, verifica-se que os distritos onde aparentemente o PSD mais perdeu foram Aveiro, Leiria, Lisboa e Viseu.

Em relação às legislativas de 2011, em que o PSD concorreu sozinho e foi o partido mais votado, perdeu 739.189 votos.

PAN ultrapassou CDS 52 vezes

Aquilo que algumas sondagens indicavam aconteceu mesmo. Em 52 concelhos, houve mais pessoas a votar no novo PAN do que no velho CDS.

Há sete concelhos onde o PAN obteve votações acima dos 5%. A maior parte situa-se no Algarve. O top10 é este: Albufeira (5,5%); Portimão (5,41%); Olhão (5,37%); Alze-

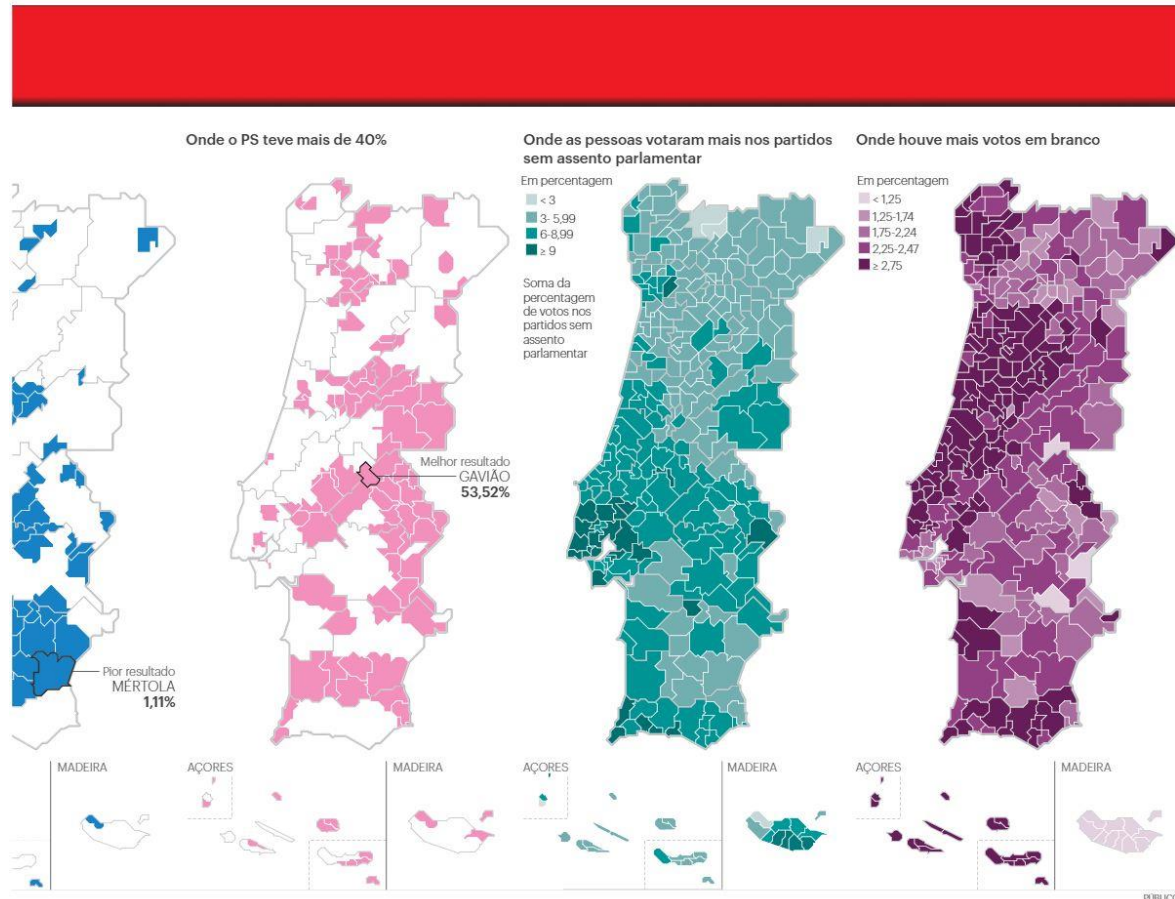
jur (5,34%); Lagoa (5,16%); Sintra (5,1%); Faro (5%); Lagos (4,9%); Almada (4,9%) e Cascais (4,8%).

Em termos de votos, os concelhos onde o partido de André Silva recolheu mais apoios foi em Lisboa (11891), Sintra (8550), Vila Nova de Gaia (6546), Cascais (4837), Porto (4651) e Oeiras (4308).

Aqui o BE não entra

O Alentejo continua a ser uma fortaleza do PCP. Mas neste caso uma fortaleza contra os avanços do BE. São apenas 63 os concelhos onde os eleitores preferem Jerónimo de Sousa a Catarina Martins. A esmagadora maioria a sul. Nestes casos, a distância entre a CDU e o BE é grande, com os comunistas a registarem grandes avanços.

Há, porém, locais como Estremoz, Alenquer, Loures, Palmela, Sesimbra ou Sines, em que os dois partidos estão quase empatados



(apenas separados por menos de dois pontos percentuais).

Em locais históricos para os comunistas, como a Marinha Grande, a CDU já se deixou ultrapassar pelos bloquistas.

CDS fica abaixo dos 3% em mais de 70 locais

São 73. Nesta lista existem muitos concelhos onde historicamente o CDS nunca teve grande implantação, como na zona do Alentejo, mas existem também autarquias grandes como Gondomar, Matosinhos, Vila Franca de Xira, Loures (2,69%), Maia, Seixal, Odivelas, Amadora.

Seirmos por distrito, verifica-se que as votações mais baixas ocorreram em Beja 2,3%, Setúbal 3%, Porto (3,3%) e Coimbra e Leiria (3,5%).

Mais: em termos de perda de votos e influência, os distritos onde Assunção Cristas mais desceu relativamente às eleições de 2011 foram

Vila Real, Bragança e Porto.

Nas legislativas de 2011, o CDS obteve 653.987 votos. Duas eleições depois, a líder do CDS deixa o partido com 216.448 votos, ou seja, o partido vale agora um terço do que valia quando Assunção Cristas o herdou de Paulo Portas. É uma espécie de erradicação do CDS da face da terra.

Interior gosta de maiorias absolutas do PS

Durante a campanha eleitoral, António Costa dizia que os portugueses não gostavam de maiorias absolutas. Na verdade, há muitos portugueses que gostam, seirmos o mapa dos concelhos ao pormenor. Em Baião (Porto), os socialistas tiveram 50% dos votos, tal como em Campo Maior (Portalegre), Porto Santo (Madeira) ou Gavião (Portalegre). Alguns bastiões socialistas voltam

a mostrar ao secretário-geral a sua lealdade, como Guimarães, Santo Tirso ou a Covilhã.

O PS teve maioria em quase todos os distritos. Só perdeu Leiria, Viseu, Vila Real, Bragança e a Madeira para o PSD. O resto do mapa é cor-de-rosa.

Pequenos convencem mais na Grande Lisboa e Algarve

Nunca tinha havido tantos partidos e coligações a apresentarem-se a umas eleições legislativas como agora. Se fizermos a soma aos votos nos partidos sem assento parlamentar, facilmente se percebe que há vários concelhos onde a percentagem é superior a 10%: são oito.

Nesta lista, encontra-se Lisboa, Oeiras, Cascais, Vila Franca de Xira, Azambuja ou Vila Nova da Barquinha. Aliás, entraram pelo círculo de

Lisboa novos deputados do Livre, Iniciativa Liberal e Chega.

Mas há também casos singulares. No Corvo, o PPM teve 36,4% dos votos (com 64 votos), ficando em segundo lugar. O Corvo tem há vários anos um deputado na Assembleia Legislativa dos Açores, do PPM.

Situação semelhante acontece em Santa Cruz, na Madeira, onde a estrela é o Junto pelo Povo, que ficou em terceiro lugar, com 21,6% dos votos. A explicação é simples: foi neste concelho que nasceu o movimento em 2009, conhecido pela oposição que fez ao Governo de Alberto João Jardim.

Voto em branco: é difícil agradar ao litoral

O mapa do voto em branco também é interessante. O que revela? Que os eleitores do litoral são mais renitentes e são os que mais dúvidas têm

sobre as diferentes formações políticas e as suas propostas. Todo o litoral? Não, há exceções: como o litoral alentejano (onde o conservador PCP ainda é forte, a par do PS) e a zona do Porto, o que pode significar que os eleitores dessa zonas se empenham nos ditos "partidos tradicionais".

O mapa da abstenção já é diferente. A abstenção a nível nacional ficou nos 45,5%. No continente, porém, houve três distritos onde a abstenção foi superior a 50%: Bragança (55,1%), Faro e Vila Real (54,2%). Segue-se Viana do Castelo com 49,4%. Olhando com mais pormenor, vemos que a taxa atingiu os 62,5% em Montalegre ou 59,3% em Albufeira e Vimiosos. O concelho com maior taxa de abstenção foi o de Vila Franca do Campo, na ilha de São Miguel, Açores, com 70,4%. A abstenção mais baixa foi em Vila de Rei (Castelo Branco) 30,4%.

Helena Pereira

10 • Público • Terça-feira, 8 de Outubro de 2019

DESTAQUE

LEGISLATIVAS 2019

Bye bye. A crueldade das apostas falhadas

Nuno Ribeiro

A volatilidade da política pós fim a candidaturas otimistas. Outras não confirmaram a volúpia que as viu nascer

É na ressaca da noite eleitoral que a estratégia dos partidos não resiste à leitura fina dos resultados. Havia, à partida, candidaturas que se sabiam de risco. Outras sucumbiram estrondosamente à vontade dos eleitores. São, em toda a sua crueldade, as apostas falhadas que levarão à saída de alguns deputados de São Bento.

“Estamos a pensar eleger mais deputados no reforço do grupo parlamentar do Partido Ecologista Os Verdes [PEV] que têm trazido as questões ambientais à Assembleia da República.” Foi assim que, em 28 de Julho, Heloísa Apolónia justificou, ao PÚBLICO, ser cabeça de lista da CDU por Leiria. Nas eleições legislativas deste século, o historial do desempenho da coligação do PCP com o PEV naquele distrito podia animar optimismos. Dos 11.423 votos de 2005 aos 12.181 de uma década depois, era visível a existência de uma base de apoio. No domingo, a CDU ficou-se pelos 9534 votos e Heloísa Apolónia terminou os seus 24 anos de deputada em sete legislaturas.

Leiria foi, também, território de apostas de menos risco nos cálculos partidários. A ex-jornalista Raquel Abecasis sucedeu a Assunção Cristas à frente da candidatura do CDS por um círculo eleitoral que o Largo do Caldas admitia tranquilo. Não foi assim. O CDS perdeu o seu deputado.

Em Viseu, algo de semelhante ocorreu a Helder Amaral, eleito em 2002 pela primeira vez com 22.374 votos. Passar de um grupo parlamen-



A CDU apostou em Heloísa Apolónia em Leiria, sem sucesso

58%

Mesmo assim, 58% dos deputados eleitos são repetentes

tar de 18 para cinco deputados, curiosamente o mesmo número que Freitas do Amaral obteve em 1991 no seu regresso ao partido que fundou, evidenciou outras situações.

Desde 2002 até 6 de Outubro de 2019 eleito deputado do CDS-PP por Lisboa, João Rebelo foi enviado pela direcção de Cristas como cabeça de lista para o Algarve. Não conseguiu ser eleito.

A luta política em território adverso terá motivado o ex-deputado Miguel Tiago a aceitar a indicação partidária para encabeçar a candidatura para Viseu e pugnar pelo regresso à bancada comunista em São Bento, onde esteve até Setembro do ano passado eleito por Setúbal.

A militância do PCP de Viseu foi notícia por críticas à direcção de

Jerónimo de Sousa e o cabeça de lista teria o perfil de frontalidade e dureza política que levaria à calma das hostes comunistas do cavaquistão. Teve, agora, 4081 votos, não foi eleito, e confirmou a ultrapassagem da CDU pelo Bloco de Esquerda, que vigora desde 2005.

A cantúcia pré-eleitoral ficou também marcada pelo aparecimento de dois cabeças de lista sem historial político. Pardal Henriques, então vice-presidente e assessor jurídico do Sindicato dos Motoristas de Matérias Perigosas, e Bruno Fialho, mediador daquele sindicato nas negociações, foram escolhidos para liderarem as candidaturas do Partido Democrático Republicano (PDR) de Marinho e Pinto em Lisboa e Setúbal, respectivamente.

O veredicto das urnas não correspondeu à notoriedade de ambos no Verão. Em Lisboa, o PDR teve 1884 votos, quando em 2015 ultrapassou os dez mil, e em Setúbal o escrutínio de domingo apurou, apenas, 692. A nível nacional, o PDR passou de 60.912 votos há quatro anos para 9217. Ou seja, encolheu mais de seis vezes.

nuno.ribeiro@publico.pt

Chega e Iniciativa Liberal vão ganhar mais de 190 mil euros por ano

Maria Lopes

Ao contrário do que tem sido habitual em eleições legislativas, desta vez não haverá partidos que, mesmo não tendo eleito qualquer deputado, recebem subvenção anual para o seu financiamento por terem obtido pelo menos 50 mil votos. Foi assim que entre 2015 e 2019 o PCTP/MRPP e o PDR (de Marinho Pinto) receberam, cada um, anualmente, uma subvenção superior a 170 mil euros.

Nas eleições deste domingo, porém, não houve qualquer partido com mais de 50 mil votos que não tenha eleito deputados. O último a eleger foi o Livre, com 55.656 votos (sem contar com a emigração), e no lugar seguinte está a Aliança, que neste momento contabiliza 39.316 votos, pelo que não se prevê que consiga chegar ao patamar dos 50 mil votos.



Na sua estrela, a Iniciativa Liberal conseguiu logo eleger e ter votos suficientes para receber a subvenção

De acordo com a lei do financiamento dos partidos políticos e das campanhas eleitorais, os partidos com mais de 50 mil votos têm direito a esta subvenção pública e os partidos que elegem deputados têm também direito a somar uma subvenção anual para encargos de assessoria no valor líquido de 1764,8 euros por deputado eleito. Este dinheiro é pago pelo Parlamento em duodécimos, como se se tratasse de uma renda mensal.

Assim, contas feitas com os dados apurados no território nacional e sem contar ainda com os círculos da emigração, o Livre receberá por ano 163 mil euros, a Iniciativa Liberal pode contar com 192 mil e o Chega

com 194.800 euros – os três têm apenas um deputado cada.

O PAN, que subiu de um para quatro deputados, vê o cofre encher-se proporcionalmente: terá agora direito a pelo menos 492 mil euros por ano. O CDS, ao reduzir a bancada de 18 para cinco deputados, é o que sente mais a derrota no bolso: vai receber 637.620 euros. A CDU também vê reduzida a entrada de dinheiro, porque perdeu deputados e votos e passa a receber 977.284 euros por ano, que têm de ser divididos proporcionalmente entre o PCP (dez deputados) e o PEV (dois).

O Bloco fica, por enquanto, com 1,464 milhões de euros. O PSD receberá 4,262 milhões de euros pelos 1.420.553 votos apurados até ao momento e 77 deputados eleitos (que podem subir com a emigração). E nos cofres do PS entrarão por ano pelo menos 5,6 milhões de euros.

Tudo somado, só a subvenção pública para financiamento dos partidos custará ao Parlamento 14 milhões de euros por ano. Mas a factura com os custos para o Estado que decorrem destas legislativas não se fica por aqui: é preciso somar a subvenção para as despesas da campanha eleitoral, para a qual existe um bolo de 6,972 milhões de euros. Estas subvenções para o financiamento e funcionamento dos partidos políticos e para o pagamento das despesas da campanha eleitoral não são automáticas: têm de ser pedidas ao presidente da Assembleia.

Apenas um partido garantiu na campanha que irá abdicar do subsídio para pagamento das despesas de campanha: Carlos Guimarães Pinto, líder da Iniciativa Liberal (que eleger João Cotrim Figueiredo por Lisboa), afirmou ser uma “imoralidade” gastar “mais de oito milhões de euros para pagar campanhas dos partidos políticos numa altura em que falta material básico nos hospitais e temos a maior carga fiscal de sempre”.

maria.lopes@publico.pt

14 • Público • Terça-feira, 8 de Outubro de 2019

ESPAÇO PÚBLICO



Albin Kurti



O Kosovo virou politicamente nas legislativas de domingo, com os partidos da oposição a serem os mais votados, afastando do poder os ex-comandantes da guerra, penalizados pela corrupção, desemprego, etc. O mais votado foi o partido de Kurti, nacionalista de esquerda, deverá formar coligação com o LDK e são muitos os desafios que os esperam — precisam do apoio parlamentar de pequenos partidos para formar governo, mas há uma nova geração a chegar ao poder. (Pág. 30) **J.J.M.**



Donald Trump



As tropas dos EUA começaram a recuar das suas posições no Nordeste da Síria, por decisão de Trump, para abrirem a porta ao avanço do Exército turco nas zonas controladas pelos curdos (adivinha-se nova crise humanitária) e esta mudança radical na política norte-americana para a região foi até criticada ferozmente por republicanos próximos da Administração, que estão contra a posição do Presidente de ceder a Erdogan abandonar os aliados curdos. (Pág. 28/29) **J.J.M.**

Até onde vai a força da “geringonça”?



Manuel Carvalho
Editorial

Um dos mitos mais repetidos na campanha das legislativas dava conta de um suposto desinteresse do PS face à maioria absoluta. Que o PS a não tenha pedido por razões estratégicas compreende-se; que a não desejasse ardentemente ninguém acredita. Porque só por manifesto masoquismo o partido estaria por sua inteira vontade a sujeitar-se às duras e intrincadas negociações que se seguem para garantir estabilidade ao novo

governo. A realidade é o que é e, depois do que aconteceu em 2015, faz pouco sentido falar em limites. Mas sem Passos Coelho a assombrar a esquerda, após quatro anos de devoluções de rendimentos, progressões nas carreiras, aumentos de pensões, baixas de IRS e um cenário internacional longe de ser auspicioso (sim, a Alemanha está em recessão), o que espera António Costa não é uma tarefa fácil.

Na política, como na vida, não há almoços grátis e António Costa alimentou o cardápio da esquerda com concessões que permitiam ao Governo dizer que virou a página da austeridade sem comprometer o essencial do seu programa e aos seus parceiros apregoar que lhes cabia a glória de assumir “os compromissos com os trabalhadores e o povo”,

como disse no final do dia de eleições Jerónimo de Sousa. Para o PS poder manter o equilíbrio instável de uma nova “geringonça”, o equilíbrio entre o que o Governo pode dar e o que os parceiros querem receber como troca precisa à partida de um bem que não tem garantido: precisa de perspectivas económicas que sustentem o crescimento da despesa ou do investimento que quer o Bloco, quer o PCP têm na sua agenda.

O dilema que António Costa terá nas negociações é por isso terrível. No PS, não passa pela cabeça de ninguém que a disciplina fiscal que tornou o Governo uma estrela na Europa e nos mercados financeiros seja posta de lado; e a incerteza sobre o crescimento torna os cadernos de encargos dos partidos que estão dispostos a apoiar um novo governo

demasiado pesados e arriscados no futuro próximo. Pura e simplesmente, se o PS mantiver a prudência e a responsabilidade financeira dos últimos quatro anos, tem poucas condições para a “solução de estabilidade” que o Bloco admite. Ou até para negociar orçamentos caso a caso. Mas todos estes cenários se enquadram num juízo de racionalidade que contraria a experiência do passado recente. Se houve uma solução imaginativa e surpreendente para demolir as barreiras da razão, há que a procurar na “geringonça”. Nada nos prova que essa solução não se repita numa putativa reincarnação. Se o país aguenta a repetição da dose, isso é outra coisa.

manuel.carvalho@publico.pt



As cartas destinadas a esta secção devem indicar o nome e a morada do autor, bem como um número telefónico de contacto. O PÚBLICO reserva-se o direito de seleccionar e eventualmente reduzir os textos não solicitados e não prestará informação postal sobre eles.

Email: cartasdirector@publico.pt
Telefone: 210 111 000

CARTAS AO DIRECTOR

Fim da hegemonia?

Para lá do sobe e desce, mais desce do que sobe, mais participantes tradicionais, estas eleições são talvez as primeiras em que se começam a ver sérias fissuras na hegemonia dos que por cá mandam há algumas décadas. Para já ainda não muito quantitativamente, mas para lá se caminha.

Há a consolidação do PAN, que, beneficiando da exposição do seu singelo deputado na legislatura prévia, passa a ter o privilégio de ser eventualmente relevante na viabilização de uma solução governativa. Está bem que as questões ambientais são uma urgência e uma premência, sem protecção do ambiente não há futuro, mas daí a esta infantilidade que “tudo” passa pela protecção do ambiente e dos animais... Faz sentido as

correntes ideológicas do Livre e da Iniciativa Liberal estarem representadas no Parlamento e veremos se esta visibilidade acrescida irá “PANificar” a sua base para as próximas eleições.

Livrámo-nos de ficar a chorar com a entrada do RIR e fica para o fim a questão do Chega, no que parece ser uma dramática perda de virgindade no país dos brandos costumes... Obviamente que seria apenas uma questão de tempo aqui chegarmos, porque os erros e trapalhadas dos partidos tradicionais empurraram, empurraram e empurrarão parte do eleitorado para “alternativas” diferentes. Apenas demorou mais tempo...

Curioso, curioso é ver a distribuição geográfica da percentagem do Chega por distrito. Abaixo de 1% a norte do Douro e acima de 2% a sul do Tejo. Existirá alguma fronteira ali

para os lados de Rio Maior?
Carlos J. F. Sampalo, Espoense

André Ventura

O Chega chegou à Assembleia da República. Após 45 anos de democracia parlamentar, a extrema-direita vai sentar-se na casa da democracia. A aburguesada classe política portuguesa que se cuide. André Ventura vai ser o Matteo Salvini português. A corrupção, o tráfico de influências, a subsídio-dependência, as baixas reformas da Segurança Social, o tráfico de droga, as deficiências do Sistema Nacional de Saúde vão ser de bicada fácil para o comentador televisivo afecto ao clube da água. Afinal, a queda do CDS deu força à extrema-direita. O CDS de partido “táxi” tinha passado a partido tampão contra o

alavancar extremista de direita. Parabéns ao Livre e à Iniciativa Liberal.
Ademar Costa, Póvoa de Varzim

O populismo entrou na AR

Por total inépcia da direita e do centro-direita, as eleições de domingo pulverizaram a nossa “usual” direita e encurtaram o centro-direita, este também por guerras internas de poleiro. E adveio o populismo, a extrema-direita entrou na Assembleia da República, o que muitos acharam que não nos iria acontecer. (...) O populismo tem um estilo de comunicação que agrada às massas pelo fracasso da democracia liberal — fizeram tudo para lhe dar entrada na Assembleia da República.
Augusto Küttner de Magalhães, Porto

4 • Público • Quarta-feira, 9 de Outubro de 2019

DESTAQUE

LEGISLATIVAS 2019



Acompanhe em
publico.pt/legislativas-2019

Quem se senta à mesa de negociações?

O PS reúne-se hoje com Bloco de Esquerda, PCP, PEV, PAN e Livre

A série de reuniões de António Costa com os partidos com que irá discutir soluções de governo começa às dez da manhã. Os convites foram feitos logo na segunda-feira, antes de todos os partidos com assento parlamentar terem sido ouvidos pelo Presidente da República. Do lado dos socialistas, a equipa regista uma alteração face aos negociadores do acordo que em 2015 deu origem à "geringonça": Pedro Nuno Santos sai da mesa de negociações para dar entrada a Duarte Cordeiro. Além do secretário de Estado adjunto e dos Assuntos Parlamentares, a equipa socialista terá o secretário-geral do PS, António Costa, o presidente do PS, Carlos César, e a secretária-geral adjunta, Ana Catarina Mendes. São estes os quatro nomes que irão representar os interesses de um futuro governo socialista que, por ter ficado aquém de uma maioria absoluta, terá de negociar a gestão dos próximos quatro anos.

A primeira reunião decorrer na sede de um dos novos partidos com assento parlamentar — o Livre. A eleição de Joacine Katar-Moreira pelo distrito de Lisboa coloca o Livre na mesa de negociações para os próximos anos. Além da deputada eleita, a equipa do Livre contará com Carlos Teixeira, Patrícia Gonçalves, Pedro Mendonça, Isabel Mendes Lopes e Paulo Velez Muacho.

Do Livre, o PS segue para a sede do PAN, onde tem encontro marcado às 11h30. Do lado do Pessoas-Aníma-

-Natureza estarão o porta-voz do partido, André Silva, a número dois por Lisboa, Inês Sousa Real, o eurodeputado Francisco Guerreiro e o dirigente Artur Alfama, apurou o PÚBLICO. A tarde Costa encontra-se

com os partidos que em 2015 integraram a "geringonça": o PEV, o PCP e o Bloco de Esquerda. A reunião com o Partido Ecologista Os Verdes está marcada para as 14h. Os socialistas serão recebidos por Manuela Cunha, da comissão executiva do PEV, e pelos deputados do partido eleitos no domingo nas listas da CDU, a coligação do PEV com o PCP, José Luís Ferreira (pelo distrito de Setúbal) e Mariana Silva (pelo distrito de Lisboa).

Segue-se a reunião com o PCP, às 16h. A espera do PS estarão o secretário-geral do PCP, Jerónimo de Sousa, o líder parlamentar João Oliveira, o dirigente Jorge Cordeiro e José Capucho.

O último encontro está reservado para o Bloco de Esquerda, que recebe o PS com a mesma equipa que negociou há quatro anos. Do lado dos bloquistas estarão a coordenadora do BE, Catarina Martins, o líder parlamentar Pedro Filipe Soares, Mariana Mortágua e o dirigente bloquista Jorge Costa. Na mesa fica a faltar José Gusmão, que agora cumpre mandato como eurodeputado. **Liliana Borges**



Houve 680 mil votos que não elegeram nenhum deputado

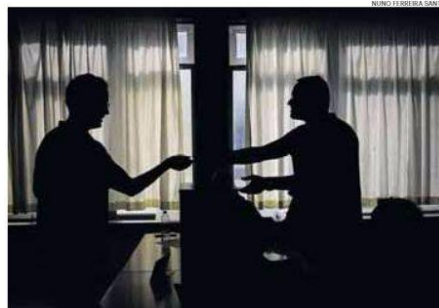
Liliana Borges

Em 2015, o número de votos "inúteis" tinha sido 529.820. O recenseamento dos emigrantes tirou eleitores aos distritos mais pequenos

No domingo, 5.092.424 eleitores portugueses quiseram escolher os deputados que os irão representar nos próximos quatro anos. A escolha é dada a todos os eleitores, mas na hora de contar as "cruzes", nem todos os votos valem o mesmo em todos os círculos. Dos mais de cinco milhões de eleitores que votaram para estas legislativas, na hora de apurar os mandatos para o Parlamento, ficaram por aproveitar 680.748 votos válidos.

Em causa está o sistema eleitoral português de reconversão de votos em assentos na Assembleia da República. Luís Humberto Teixeira, tradutor, cabeça de lista do PAN por Évora e com formação em Política Comparada pelo Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, olhou para os "votos ignorados" ou "desperdiçados" e mostra como o fenómeno tem aumentado nos últimos anos e tem tendência de beneficiar os maiores partidos. Nestas eleições, o maior beneficiado foi o Partido Socialista.

"Os votos ignorados não atingem todos os partidos da mesma maneira", contextualiza Luís Humberto Teixeira em conversa com o PÚBLICO. Como explica a Comissão Nacional de Eleições, os votos são convertidos em assentos parlamentares, que são definidos, em cada círculo, em função da população af recensada. Esta conversão faz-se com base no método D'Hondt, em que os resultados de cada partido são divididos pelos divisores 1, 2, 3, 4, ..., sucessivamente. Os mandatos disponíveis são atribuídos aos quocientes mais elevados que foram obtidos por cada partido. O



A conversão dos votos em mandatos é feita pelo método D'Hondt

13%

Os 680 mil votos que no domingo não serviram para eleger quaisquer deputados representam 13% dos votos

processo procura garantir a proporcionalidade, mas tende a favorecer os partidos maiores, com mais votos, que acabam por ficar com uma representação ligeiramente superior em relação aos outros. O PS, que elegeu deputados em todos os círculos apurados até agora (falta os círculos da Europa e Fora da Europa), foi o partido que menos votos desperdiçou.

Do lado dos partidos mais prejudicados com a distribuição de mandatos ficaram o CDS-PP, a coligação CDU e o Bloco de Esquerda. Votos (quase todos) escrutinados e contas feitas, cada um destes partidos viu desaproveitados mais de 80 mil votos. No caso do CDS, que elegeu cinco deputados, foram 97.593 votos. Já a CDU não capitalizou 91.936 votos. O BE viu "ignorados" 80.599 votos. Em termos per-

centuais, "quase metade da votação no CDS não foi convertida em mandatos", nota Luís Humberto Teixeira.

Em termos percentuais, olhando para o número total de votos de cada partido, o Chega (66,81%), o Livre (59,02%) e a Iniciativa Liberal (58,55%) as forças partidárias com percentagem mais elevada de votos não foi convertidos em mandatos.

Em 2015, o número de votos "inúteis" tinha sido 529.820. O recenseamento automático dos emigrantes tirou eleitores aos distritos mais pequenos, onde a proporcionalidade é menor — e o risco de desaproveitamento de votos mais elevado.

A questão dos votos "desaproveitados" deverá ser um tema dos próximos anos. Tema presente nos debates que antecederam a campanha eleitoral, o sistema político deverá ser discutido na próxima legislatura, antevê. Para o especialista, a solução mais consensual entre os partidos grandes e os partidos com menor representação, seria a redução dos círculos eleitorais, diminuindo o desperdício de votos. A criação de um círculo nacional seria outra forma de evitar o desperdício de votos.

liliana.borges@publico.pt



Acompanhe em
publico.pt/legislativas-2019

As eleições e os desafios da esquerda



Opinião
Elísio Estanque

Assistimos no passado domingo a uma vitória da esquerda. Mas, embora o PS seja a força hegemónica e a principal beneficiária deste resultado, a esquerda que ganhou as eleições é plural. Depois da “geringonça I”, poderá surgir uma “geringonça II”, seja esta mais consistente e estável ou mais frágil e instável do que a anterior. Se na sociedade, na economia e na política a vida é sempre e necessariamente dinâmica, é bom que se assuma o “equilíbrio instável” como cenário desejável, porque essa condição é a pedra de toque das democracias avançadas. Sem divergência não se criam consensos e o monolitismo de pensamento é inimigo da criatividade e da inovação.

Nestas eleições, os portugueses emitiram uma mensagem clara ao poder político: perto de metade do eleitorado já não acredita nem nos partidos nem nas instituições democráticas em geral; os eleitores do PS e da esquerda, de certo modo, referendaram a continuação da “geringonça”. No essencial, disseram à classe política que não querem correr o risco de voltar atrás na reposição de direitos e na proteção social. Os tempos da austeridade violenta deixaram um profundo trauma na sociedade portuguesa e ficou claro que a direita conservadora ou neoliberal (personificada no Governo PSD-CDS liderado por Passos Coelho) não merece a confiança do eleitorado na sua grande maioria. O PSD e o CDS, que antes somavam 107 (89+18) deputados, têm agora 82 (77+5) e o seu braço mais à direita (CDS) regressou aos tempos do “partido

do táxi” (cinco deputados, quando antes tinha 18).

O PS foi sem dúvida o principal vencedor destas eleições, pois soma mais 20 deputados, pelo menos, aos 86 que já tinha (106 já eleitos mais um ou dois dos círculos internacionais ainda por apurar). Libertado do anterior estigma de ter governado sem ter ganho as eleições, o PS pode agora assumir mais claramente a sua política de esquerda (com contas equilibradas). Não foi em vão que a referência às “contas certas” esteve tão presente nos debates, inclusive na boca de Catarina Martins (BE). A esquerda, ao contrário da direita, preocupa-se com os direitos dos mais fracos e não apenas com o poder e riqueza dos mais fortes, seja em nome do “sucesso” dos “empreendedores” seja, por outro lado, na defesa do nacionalismo, autoritário ou conservador. Mas o reformismo de esquerda que o PS corporiza é hoje das raras forças políticas europeias que pode orgulhar-se de, além do combate às injustiças sociais e da defesa do emprego (se bem que este esteja longe da qualidade e dos direitos que uma política de esquerda requer), mostrar eficiência e sentido realista para gerir os constrangimentos externos do capitalismo internacional e respeitar os compromissos com a UE.

Os novos partidos com representação parlamentar, com dois à direita (Chega e IL), um à esquerda (Livre) e um que se diz neutro (PAN), imprimem à AR uma nova dinâmica e espera-se que tragam um novo colorido à linguagem política do Parlamento. Isso é positivo. Mas esta nova direita em crescendo levanta perplexidades que importa não menosprezar: a Iniciativa Liberal, a querer cavalgar o individualismo, o mito da meritocracia e a retórica do “antiestatismo”, não creio que tenha grande futuro num país de cultura católica como Portugal; o dito Chega (cujo nome indicia já a linguagem radical de quem se propõe fazer “a limpeza”...), ao



tentar apanhar a onda populista de extrema-direita – uma espécie de ideologia de “caixa de mensagens” – que cresce em vários países europeus, revela sinais preocupantes com os seus apelos antiparlamentares, a sua sanha xenófoba e tiques profascistas a virem ao de cima em diversos pontos do seu programa. Já o Livre, de Rui Tavares, poderá vir a crescer se a mensagem do eco-socialismo e o projeto europeísta com mais cidadania ativa ganharem mais fulgor no ciclo político que agora se inicia.

Perante este pano de fundo, o PS tem à partida duas opções, presumindo que uma terceira, a aproximação ao centro com o PSD, se mostra, por ora, descartável. Cenário A: governar sozinho com acordos pontuais, sobretudo na aprovação dos orçamentos, uma abstenção agora, um voto a favor mais adiante, uma aproximação ao PSD num ou noutro momento, com mais gritaria, greves e manifestações em pano de fundo nos ciclos habituais em cada ano político, etc. Esta hipótese, que pode parecer tentadora num momento triunfal, dado o peso político reforçado dos socialistas, é arriscada e desgastante, correndo o risco de nos afastar de um verdadeiro programa de convergência com a UE e continuar em regime de “navegação à vista”, como em boa verdade aconteceu no

passado ao longo de décadas. Cenário B: continuação da “geringonça” com novos contornos, baseada em acordos estratégicos envolvendo PS, PCP e BE, eventualmente também o PAN e o Livre, na base dos grandes princípios e propostas negociadas sobre cada programa (questões laborais, SNS, educação, ciência/ inovação, ambiente e políticas energéticas, etc.), preservando como nos últimos quatro anos a identidade de cada partido. Uma esquerda plural e mais irreverente, apesar de uma eventual intensificação da retórica e da conflitualidade no quadro parlamentar, poderá unir-se no combate ao populismo, na denúncia dos riscos ambientais, na insensibilidade social da direita e, inclusive, estimular ideias e programas inovadores, capazes de contagiar outros parceiros europeus e ganhar impacto internacional. Os desafios dos atuais bloqueios europeus, um tema incompreensivelmente omissivo no debate eleitoral, não podem continuar alheios ao debate político nacional.

Apesar de uma orientação mais consentânea com os valores socialistas (um socialismo democrático, mas abertamente de esquerda) não agrada a uma parte minoritária do PS, é importante que tais referências sejam assumidas sem tabus nem cedências

“centristas” por parte da liderança de A. Costa, agora consolidada. Os portugueses mostraram mais uma vez nestas eleições que querem reformas progressistas e políticas sociais que devolvam coesão à sociedade, que reduzam as desigualdades e ofereçam efetivas condições de aproximação aos padrões europeus em matéria salarial, de produtividade e de condições de vida. Os portugueses, tal como os franceses, espanhóis, alemães, etc., não abdicam do direito a um Estado providência que lhes ofereça segurança e uma perspectiva de futuro para os seus filhos. O capitalismo financeiro e mercantilista, a privatização alargada de serviços públicos, a submissão ao ordoliberalismo ou mesmo o recuo populista para os Estados-fortaleza, já mostraram ser bandeiras da direita que empurram a Europa para um beco sem saída.

Os resultados do passado dia 6 de outubro em Portugal colocam-nos perante novos desafios e podem abrir novos horizontes ao campo da esquerda. Em vez de exorbitar as calamidades e as crises estruturais ou o clamor pelo iminente “fim do capitalismo”, coisa que se repete há pelo menos 200 anos, a Europa carece de uma efetiva prática política de esquerda. Uma esquerda transformadora tem de ter um pé nas instituições democráticas, outro na sociedade e nas lutas sociais. Não sabemos se o PS tem condições de protagonizar um tal papel. Mas este PS pode abrir caminhos de futuro a uma esquerda reformista (mas radical), uma esquerda sonhadora e transformadora, mas realista. Realista também na consciência das corrosões e perversões oligárquicas dos seus aparelhos. Uma esquerda, enfim, que finalmente mostre capacidade para travar a tendência de queda no abismo das atuais democracias ocidentais.

Professor da Faculdade de Economia e investigador do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra

Quarta-feira, 9 de Outubro de 2019

	<p>Um homem polémico Morreu Avelino Ferreira Torres</p> <p>Política. 6</p>		<p>Equador Protestos violentos forçam Governo a abandonar a capital</p> <p>Mundo. 30</p>	<p>12.º ano História associa-se à cultura e à democracia em nova disciplina</p> <p>Sociedade. 18</p>
---	---	--	---	---

CONSOANTEMUDA

Acabou-se a sorte



Rui Tavares

Nunca fui adepto de nenhuma das teorias supostamente explicativas da ausência da extrema-direita na nossa política parlamentar. Para alguns era a coesão dos partidos do centro, para outros ainda o tipo de imigração no país, ou a bonomia dos portugueses, ou (com mais plausibilidade) a memória recente do fascismo e do colonialismo. Tudo boas histórias, algumas delas inteligentes. Mas apenas histórias.

Na verdade, a única razão para não termos até aqui tido extrema-direita na AR, escrevi-o várias vezes nesta página, era apenas esta: sorte. Até agora tínhamos tido sorte: os nossos nacional-populistas, fascistas e outros mussolinis de trazer por casa foram sempre demasiado incompetentes, burros, ou evidentemente criminosos para que se lhes fosse dado qualquer crédito. Mas agora apareceu um

fala-barato um bocadinho mais organizado – ou, nas palavras de um dos seus antecessores mais azarados e azedos, “um oportunista levado ao colo pela comunicação social, cheio de dinheiro, com *outdoors* em todo o país”, e eis que a extrema-direita entra no Parlamento português.

Falar de sorte e azar, porém, pode dar uma ideia errada. Convém precisar. De cada vez que eu escrevia que estávamos apenas segurados pela sorte, acrescentava: mas a sorte constrói-se. Agora que a sorte acabou, é altura de dizer: o azar cria-se. E houve em Portugal quem brincasse demasiado com a sorte até que o azar aconteceu. Por outras palavras: há culpados para a primeira eleição da extrema-direita em Portugal. E é importante apontá-los para que o necessário exame de consciência se inicie e o difícil trabalho de pôr o génio ruim de novo dentro da lâmpada se possa fazer.

Podé ser duro dizê-lo, mas o primeiro responsável pela criação do personagem político que a partir de fim do mês vai representar a extrema-direita no parlamento tem nome. Chama-se Pedro Passos Coelho. Foi primeiro-ministro do nosso país e

presidente do PSD. Foi ele quem chamou um então advogado e comentador desportivo para ser candidato do seu partido à Câmara de Loures nas últimas autárquicas. E foi ele que, ao arripio de todos os valores consagrados nos estatutos do PSD, não retirou a candidatura nem expulsou o candidato do partido quando este começou a obsessivamente fazer declarações racistas sobre os ciganos ou a falar de reintrodução da pena de morte e de todos os outros temas useiros e vezeiros da extrema-direita em qualquer parte do mundo. Os sinais de alarme estavam todos lá – valha a justiça, o CDS viu-os e retirou-se da candidatura que era inicialmente em coligação –, mas Pedro Passos Coelho, casmurro, decidiu ignorá-los. Teria tido toda a base legal, todo o apoio dos órgãos jurisdicionais do seu partido, e toda a validação pelo Tribunal Constitucional, se tivesse tirado o tapete partidário a tal criatura. Infelizmente, também não se pode dizer que entre as figuras gradas do PSD se tenha visto quem tenha exigido que se esmagasse o ovo da serpente antes que ele eclodisse. Essa falta de responsabilidade

democrática por parte de Pedro Passos Coelho e do PSD da época ficará sempre a manchar a história do partido e as carreiras políticas de muita gente, a não ser que façam o necessário ato de contrição e ajudem agora – se é que é possível – a limpar a sujeira.

Em suma, como em muitos outros países da Europa, a culpa pelo nascimento da extrema-direita está na complacência irresponsável do centro-direita. Mas há mais culpados.

Em segundo lugar, teve culpa pela ascensão do comentador-desportivo-tornado-político o canal televisivo que lhe deu guarida, que o apadrinhou e o promoveu. O que terá motivado tal atitude? O afã de procurar audiências pelo escândalo, a vontade de ter influência política, uma qualquer cumplicidade? Ignora-se, mas aí está um assunto a merecer investigação.

E por falar em investigação, aí chegamos a um terceiro nível de responsabilidade: por que raio não houve nunca um apuramento sério, jornalístico ou eventualmente criminal, das muitas inconsistências e evidências suspeitas na candidatura do partido de

extrema-direita e no percurso do seu líder? A mais óbvia tem que ver com a origem do dinheiro para a maciça campanha de *outdoors*, ou cartazes publicitários panorâmicos, que ele conseguiu espalhar pelo país. Esta infeliz falta de interesse investigativo começou ainda antes de o seu partido ser formalizado, quando as centenas de caríssimos *outdoors* promoviam um partido que formalmente não existia. Continuou com o orçamento da sua campanha para as eleições europeias, 500 mil euros, uma barbaridade. E continuou pelas legislativas adentro. De onde vem o dinheiro? Do país, do estrangeiro, de um investidor oculto? Ninguém no mundo jornalístico ou judicial procurou saber. Mas continua ser importante chegar à verdade, até porque somos nós todos que vamos devolver esses gastos de campanha através dos impostos.

A seguir o exemplo de outros países, o mal está feito. Podemos tentar ignorar o fenómeno, geri-lo ou combater-lo, mas ele está aí. Houve uns quantos – com nome e responsabilidades – que brincaram com a sorte, e o azar agora é para todos nós.

Historiador, fundador do Livre

Esta informação não dispensa a consulta da lista oficial de prémios

Euromilhões 7 10 15 44 49 3 12 **1.º Prémio 190.000.000€**

P Contribuinte n.º 502265094 | Depósito legal n.º 45458/91 | Registo ERC n.º 114410 | Conselho de Administração - Presidente: Angelo Paupério Vogais; Cláudia Azevedo, Cristina Soares E-mail: publico@publico.pt | Estatuto Editorial: publico.pt/nos/estatuto-editorial Lisboa Edifício Oligo Cbo, Doc. de Alcântara Norte, 1550-352 Lisboa; Telef: 210110000 (PPCA); Fax: Dir. Empresa 210110105; Dir. Editorial 210110006; Redacção 210110008; Publicidade 210110103/210110104 Porto Rua Júlio Dinis, n.º 770, Bloco A, 3.º, 4050-318 Porto; Telef: 226151000 (PPCA) / 226103214; Fax: Redacção 226151099 / 226102213; Publicidade, Distribuição 226151011 Madeira Telef: 963388260 e/ou 29639102 Proprietário PÚBLICO, Comunicação Social, S.A. Sede: Lugar do Espido, Via Norte, Maia, Capital Social €4.050.000,00. Detentor de 100% de capital: Sonaeocom, SGPS, S.A. Impressão Unipress, Travessa de Anselmo Brancamp, 220, 4410-350 Arcos de Valadeira, Telef: 227537030; Litografia - Impressão e Artes Gráficas, S.A. Estrada Consiglieri Pedrosa, 30, Quiluz de São, 2730-053 Barcarena. Telef: 214345400 Distribuição VASIP - Distribuidora de Publicações, S.A. Quinta do Casal - Venda Seca 2730-511 Aguiarva Cacém, Telef: 214 337 000 Fax: 214 337 009 e-mail: geral@vasip.pt; Assinaturas 808200095 Tiragem média total de Agosto 33.336 exemplares Membro da APCT Direcção de Autor Protegidas

5 601073 016049 10761

TOME A MELHOR DECISÃO E TORNE-SE ASSINANTE DO PÚBLICO

Aponte para aqui a câmara ou aplicação do seu telefone e carregue no link que aparece

OU CONTACTE-NOS
publico.pt/assinaturas | assinaturas@publico.pt
808 200 095 (DIAS ÚTEIS DAS 9H ÀS 18H)

Quando o país muda, o bom jornalismo diz-lhe para onde vai

Edição Lisboa • Ano XXX • n.º 10.762 • 1,30€ • Quinta-feira, 10 de Outubro de 2019 • Director: Manuel Carvalho Adjuntos: Amílcar Correia, Ana Sá Lopes, David Pontes, Tiago Luz Pedro Directora de Arte: Sónia Matos



A negociação continua
António Costa e Catarina
Martins ainda não
chegaram a acordo sobre
o “grau de compromisso”
 Política. 10/11

Caixa penaliza reformados e dá bônus de 30% a clientes especiais

CGD agravou em 14% o custo das contas à ordem mais baratas, penalizando pensionistas e titulares de montantes mais baixos, e dá desconto aos clientes com rendimentos mais elevados **Economia, 24**

Síria Turquia ataca curdos para se livrar dos refugiados **Destaque, 2a4**



Médicos sem especialidade fazem urgência de obstetria

Escalas do Hospital de São Francisco Xavier incluem clínicos sem inscrição no colégio da especialidade **p17**



Mendes da Silva: o Chega “põe em causa todo o regime”

Membro da comissão política nacional do CDS diz que a direita “vai ter de se entender” **p14/15**

Algarve e Alentejo têm apenas três pedopsiquiatras

Director do Programa para a Saúde Mental diz que os principais problemas surgem no Norte alentejano e Barlavento algarvio **p18/19**

Goodenough acordou com a notícia: “Ganhou o Nobel!”

John B. Goodenough, um dos três premiados com o Prémio Nobel da Química, foi avisado por investigadora portuguesa **p32/33**

Montenegro desafia Rui Rio a concorrer às directas do PSD

Antigo líder parlamentar anuncia candidatura à liderança e diz que o “PS era batível” se tivesse havido “oposição forte” **p12**

idealista

A maneira certa de encontrar casa

ISSN 0872 2548

6 • Público • Quinta-feira, 10 de Outubro de 2019

ESPAÇO PÚBLICO



John B. Goodenough

John B. Goodenough tem 96 anos e tornou-se o cientista mais velho a receber um prémio Nobel. Goodenough recebeu o Prémio Nobel da Química, juntamente com M. Stanley Whittingham e Akira Yoshino, pelo desenvolvimento das baterias de lítio, para as quais contribuíram de forma independente, que permitirão o sonho de um "mundo recarregável". Quem deu a notícia ao primeiro dos três cientistas foi Helena Braga, uma investigadora portuguesa. (Pág. 32) **A.C.**



Luís Montenegro

O antigo líder parlamentar do PSD deu três dias de tréguas a Rui Rio para digerir as últimas legislativas. Não se lhe pode criticar a falta de vontade. Falta saber se este é o momento mais apropriado para Luís Montenegro se candidatar à liderança do partido. Por um lado, Rui Rio não teve um resultado tão desastroso como esperava, mas, por outro, também não se pode dizer que o homem que nunca tinha perdido eleições tenha saído triunfante. Rio não saiu incólume. (Pág. 12) **A.C.**

Uma “geringonça” ainda mais “geringonça”

Manuel Carvalho
Editorial

A festa das reuniões do secretário-geral do PS com os partidos à sua esquerda tem sido bonita, mas arrisca-se a produzir uma monumental inutilidade. Por muito que António Costa se esforce neste jogo, ainda que o faça com uma manifesta humildade democrática que o leva às sedes de partidos nanicos, não tem conseguido o que seguramente pretende: compromissos formais que lhe garantam uma estabilidade previsível. Porque uma coisa é um

acordo escrito, ou, na terminologia da anterior legislatura, uma “posição conjunta”; outra coisa muito diferente é deixar no ar a promessa vaga que o apoio ou a recusa do programa do governo ou de um Orçamento do Estado será feito caso a caso.

Um acordo escrito implica um vínculo, um contrato, uma direcção; uma declaração genérica, como as que tem recebido, não passa de palavras com propensão para caírem no esquecimento à primeira dificuldade. Na prática, o que o PCP ou os Verdes dizem pode facilmente ser dito pelo CDS ou pelo PSD: que irão analisar as propostas e depois decidirão.

Depois de um dia intenso de reuniões, o secretário-geral do PS e primeiro-ministro indigitado,

António Costa, começa a perceber com o que não conta, o que não quer dizer que saiba com o que pode contar. Difícil? Não, é apenas a evolução da política de compromissos inaugurada no Governo anterior. O que há aqui de novo não são nem as linhas vermelhas que não se podem ultrapassar nem as exigências que têm de ser aceites. Umas e outras já se conhecem, mas agora ficam no éter. Todos os partidos parecem dispostos a dar a mão ao governo, mas, para já, de boca – curiosamente, o Bloco é o que parece mais desejoso de ir a jogo. Ou num novo golpe de génio consegue regras escritas, ou “geringonça 2.0” será mais instável que a primeira edição.

Para já, a força de 37% dos votos e,

para já, de 106 deputados, permite ao PS desvalorizar o caso de namoro difícil com os seus potenciais parceiros. Pode dizer que é “agnóstico” e que “respeita” quer os acordos escritos, quer a sua inexistência. Não será bem assim. Sem papéis, o partido arrisca-se a perder os tais compromissos escritos que lhe forneciam direcção e previsibilidade. Vai ter muito mais trabalho a negociar à vista. A nova “geringonça” arrisca-se ser ainda mais “geringonça”. Por isso António Costa tentará até ao limite defender a estabilidade e o interesse nacional, que ontem associou à garantia de entendimentos. Uma “geringonça” mais escangalhada e imprevisível não lhe dá jeito nenhum.

manuel.carvalho@publico.pt



As cartas destinadas a esta secção devem indicar o nome e a morada do autor, bem como um número telefónico de contacto. O PÚBLICO reserva-se o direito de seleccionar e eventualmente reduzir os textos não solicitados e não prestará informação postal sobre eles.

Email: cartasdirector@publico.pt
Telefone: 210 111 000

CARTAS AO DIRECTOR

“Geringonça” a dois com o dobro dos anos

Que cada um engula o seu sapo, foi como o socialista Marcos Perestrello selou o entendimento PS-BE que se perspectiva para a próxima legislatura. Uma “geringonça” a dois, mas com o dobro dos anos! Algumas trocas de mimos, durante a campanha, que, quanto a mim, não passaram de folclore, não obstam a provável acordo entre socialistas e bloquistas. Saber divergir no acessório e convergir no essencial. Mesmo com a adesão do PAN e do Livre – o PCP já se auto-excluiu – a “geringonça” será sempre a do PS e BE, tendo como pano de fundo a social-democracia, já que até a própria Catarina Martins se reclama deste ideário. Os comunistas votarão caso a caso.

O PSD terá, mesmo, de ficar de fora da solução governativa, a bem

da nossa democracia. O Portugal de Abril ficaria desvirtuado na sua essência, com os social-democratas no poder coligados com os socialistas. Deixaria de haver oposição e, mais grave, alternativa, a regra de ouro dos regimes democráticos. O próprio Montenegro só terá a lucrar com este cenário, dado que a melhor forma de consolidar a sua futura liderança e fazer subir o partido será o total distanciamento da “geringonça”. O comprometimento, mesmo que pontual, com o PS não seria vantajoso para o PSD. O score eleitoral, quase 28%, poderá ter sido frouxo, mas ficou além das expectativas. Não será, seguramente, com Maria Luís, como Cavaco deseja – tem tanto de boa técnica como de má política –, que ele será ampliado, atingindo números mais consentâneos com o papel fundamental do PSD na

sociedade portuguesa. Mas, por ora, basta recordar a Montenegro e companheiros de partido que se pode servir o país no Governo como na oposição. E, às vezes, até melhor neste último caso.

Stmões Ilharco, Lisboa

Chega

Confesso a minha estupefacção ao ler no PÚBLICO de ontem que o historiador e dirigente do Livre Rui Tavares culpa Pedro Passos Coelho pela existência do partido Chega e sua entrada no Parlamento, aliás, digo eu, com mais votos (1,3%) do que o Livre (1,1%). Por mim, e perante o fenómeno da extrema-direita, nomeadamente na Europa, a pergunta que de imediato me ocorre é porque é que a esquerda em geral, a saber o BE, o Livre e outros por cá, não é capaz de conter os avanços, claramente indesejáveis, de uma realidade que

tem na base problemas sociais graves, para cuja solução só essa esquerda apregoa ter remédio. Como e porquê não soube falar a esses eleitores, esclarecendo-os e propondo algumas respostas para o que os faz votar Chega?

Em vez do saudável exercício racional de se olhar ao espelho (vale para todos nós, evidentemente), é mais fácil apontar o dedo a fantasmas e alinhar em bodes expiatórios de tudo o que de mau ou menos bom aconteceu nos últimos quatro anos. Para um historiador que se intitula herdeiro da tradição iluminista, que até acaba de publicar uma História de Portugal alternativa (tenho-a toda, acrescente), insistir em proibições de censura parece-me inaceitável. A tolerância, em contexto democrático, exerce-se precisamente perante aqueles de quem discordamos.

Teresa Seruya, Lisboa

A vitória do alívio

Manuel Loff

1 A maior derrota das direitas portuguesas desde 1975. Nunca os dois partidos clássicos da direita (PSD e CDS) tiveram tão poucos votos: 1638 mil (32,2%), menos 440 mil do que em 2015, quase menos 1,2 milhões do que na vitória anti-Sócrates de 2011. Pela primeira vez desde 1975, literalmente, eles não juntam um terço dos votos. É

verdade que as pequenas (extremas-)direitas cresceram como nunca: 227 mil votos (4,5%, um quarto dos quais do Chega), mas não é que eles já cá não estivessem; em 2015 já tinham 1,9%, e 3,2% em 2011. Desde o segundo referendo sobre a IVG (2007) que à direita começaram a organizar-se autonomamente ultras de várias espécies, desde o PNR aos antiabortistas; só agora conseguiram, com outras siglas, representação parlamentar, mas há muito que vêm marinando. Todas somadas, contudo, do PSD ao Chega, nunca foram tão poucos, e nunca se apresentaram tão fragmentados. Falta perceber o mais importante: como vão PSD e CDS comportar-se perante estes bolsoneiros da “bala”, do medo e do racismo, que prometem destruí-los nos próximos quatro anos. Se tomarmos por referência o que já disseram há um ano sobre Bolsonaro, e se se comportarem como os seus congéneres (italianos, escandinavos, austríacos, americanos, brasileiros...), conviverão bem com a extrema-direita, descafeinarão a coisa (“são portugueses como quaisquer outros”), e farão este discurso que já se ouve da “grande casa das direitas” que há que (re)construir. Em suma, chegará a hora dos Nunos Melos e dos críticos de Rio, que, como fez Ventura, querem importar a fórmula da radicalização da direita: ultraliberalismo económico, racismo contra os “inassimiláveis”, política do medo, policiação da realidade.

2. A vitória do PS ou do alívio? Costa conseguiu para o PS uma das suas piores vitórias de sempre. Muito abaixo de Guterres e Sócrates, mas até mesmo de Ferro Rodrigues, que foi derrotado em 2002 por Durão Barroso com bem mais votos do que Costa agora. O PS ganhou 120 mil votos mas tem hoje menos 200 mil de quando Sócrates perdeu a maioria absoluta, em 2009, e menos 100 mil do que nas autárquicas de 2017. Há dez anos que o PS não consegue atrair o milhão de votantes que apoiam partidos à sua esquerda (BE, CDU e outros), ainda que tenha conseguido convencer uma parte dos 110 mil votantes perdidos pela CDU e dos 60 mil pelo BE de que era seu o mérito da reposição de salários e de reformas ou o aumento do salário mínimo, que Costa e Centeno não tinham querido em 2015 mas

que lhes garantiram, afinal, este pequeno sucesso. No essencial, na dúvida sobre se a austeridade acabou ou não (e não acabou), uma grande parte dos portugueses sente, em todo o caso, um grande alívio comparado com a angústia e a ofensa diária que sentiu no último ano Sócrates e nos anos de Passos e Troika. Facilita tudo isto que meio milhão tivesse emigrado já até 2015, e que até 2018 mais 300 mil pessoas tenham arranjado um emprego, mas os salários continuam esmagados e, apesar da redução da pobreza, a concentração de riqueza acentuou-se. Estes trinta anos de precarização dos contratos, privatização do público e financeirização da economia têm sido uma longa lição de resistência aprendida à força; sempre que se bloqueia o avanço da indignidade, é natural que quem resiste se sintam aliviado. Poucas são as vitórias que pode cantar, mas reconhece o alívio – e este prémio (limitadamente) o PS.

3. A crise do sistema de representação não foi corrigida. E a medida dela nem está no nível da abstenção oficializada, mas

artificialmente inflacionada pelo milhão de eleitores, pelo menos, que não vive em Portugal mas está cá recensado. Isto, contudo, não invalida a grande desafeição que demasiados cidadãos sentem pelo sistema de representação. Esta é também uma consequência destes últimos 30 anos: por um lado, os mais precários (jovens, pobres, com exceção de grande parte dos idosos) são ensinados a sentir que é inútil participar (a diferença de



participação entre freguesias pobres e ricas nas mesmas cidades pode atingir 15%); por outro, entre trabalhadores acessados, advertidos para não se sindicalizarem, as derrotas face ao poder patronal e ao do Estado dissuadem cada vez mais gente de votar, em vez de o fazer em protesto. A nossa, como a grande maioria das democracias formais, está a tornar-se uma democracia da abstenção deliberadamente promovida pelas políticas económicas. Neste contexto, todos os apelos cívicos de quem assim governa parecem hipocrisia da mais acabada.

Historiador. Escreve quinzenalmente a quinta-feira

Nasser Kamel

Reconhecida pela sua riqueza cultural e natural, a bacia do Mediterrâneo tem comprovado a sua diversidade excepcional ao longo dos tempos. As estimativas atuais indicam que a região hospeda até 18% de todas as espécies marinhas identificadas no mundo. Deixado por conta própria, o Mediterrâneo claramente tem uma capacidade natural de cultivar a vida.

Mas essa tenacidade de longa data em termos de sustentação tem os seus limites, pois a interferência e ação humana leva-a ao limite. A combinação da concentração de atividades económicas e a sua dependência em métodos de agricultura sensíveis ao clima tornam a região num dos principais pontos críticos das alterações climáticas no mundo.

Nas últimas décadas, as temperaturas médias anuais do mar e da atmosfera aumentaram, assim como o nível do mar, e todas as previsões indicam a aceleração desses aumentos.

Enquanto isso, a acidificação da água piora. Além disso, há 15 megacidades que fazem fronteira com as costas do Mediterrâneo e que correm o risco de inundações, tornando a região particularmente suscetível a esses aumentos previstos no futuro. Até 2050, espera-se que 250 milhões de pessoas sejam “pobres em água”, além de que existirá um número de cidadãos em necessidade de socorro através de medidas de emergência que serão de difícil gestão. Todas essas mudanças põem em risco tanto os ecossistemas como o bem-estar humano. Existe uma riqueza de literatura científica sobre o Mediterrâneo. Avaliações e dados detalhados sobre os riscos podem ser encontrados, mas os recursos são desigualmente distribuídos e algumas das regiões mais vulneráveis e setores económicos precários têm sido, até agora, insuficientemente estudados. Os decisores públicos e privados têm acesso inadequado a pesquisas confiáveis e atualizadas. Mais notavelmente, tais estudos geralmente concentram-se na área norte do Mediterrâneo, significando que a região mais quente e seca do Sul se debate para tomar decisões bem informadas e coordenadas regionalmente quando o tema são as alterações climáticas. Existe, há já algum tempo, uma necessidade urgente de reunir os conhecimentos científicos mais avançados sobre o meio ambiente na bacia do Mediterrâneo e torná-lo facilmente acessível aos formuladores de políticas, especialistas e cidadãos.

Ciente dessa necessidade crítica, o Secretariado da UpM iniciou, em 2015, um apoio e colaboração com a MedECC, uma rede de 600 cientistas de todos os 35 países da região do Mediterrâneo. Juntando forças, foi construída uma avaliação científica

robusta sobre as mudanças climáticas e ambientais e os seus impactos na bacia do Mediterrâneo. O resultado final desse esforço coletivo foi o desenvolvimento da primeira plataforma de política regional sobre essas mesmas mudanças. Hoje, os cientistas por trás do relatório apresentam em primeira mão as suas principais conclusões, em Barcelona.

Para gerir os riscos futuros, será fundamental criar resiliência, explorando os dados analisados no relatório. Só assim podemos esperar resolver os principais problemas relacionados com as mudanças em andamento de maneira robusta e resolvida. De facto, devemos transformar as mudanças climáticas numa oportunidade de desenvolvimento comum e pacífico, justo e sustentável. Uma mensagem, além das descobertas científicas imediatas, surge do relatório: nenhuma pessoa, organização ou área, seja na margem sul ou norte do Mediterrâneo, pode enfrentar sozinha a amplitude de desafios. Exige-se um esforço comum para enfrentar esta emergência climática. Trabalhar em conjunto pode levar a um novo ciclo de crescimento coletivo, mais



As notícias de que a região do Mediterrâneo está a aquecer 20% mais rápido do que a média global devem ser levadas a sério



aprimorado e igualitário, inclusive nas relações de género. Reconsiderando em termos de justiça e de direitos humanos, a nossa abordagem aos recursos deve estar no centro desse processo, porque existem inegavelmente enormes desequilíbrios na região, desde o acesso a recursos, aos conflitos e a contínua migração em larga escala. Se não agirmos agora, o aquecimento global afetará irremediavelmente a região do Mediterrâneo e os seus habitantes. A UpM continuará, portanto, a conduzir as conversações necessárias para preparar a região para enfrentar, combater e até reverter os inevitáveis impactos das alterações climáticas e ambientais.

Conformarmo-nos com o *status quo* não é uma opção. Temos de ser audazes nas nossas convicções e agir em conjunto, caso contrário, as consequências serão dramáticas e, muito possivelmente, irreversíveis. Os cidadãos e as próximas gerações pedem que os seus líderes façam mais. Não há espaço para os desapontarmos.

Secretário-geral da União para o Mediterrâneo (UpM)

14 • Público • Quinta-feira, 10 de Outubro de 2019

POLÍTICA

Aparecimento do Chega “põe em causa todo o regime”

Francisco Mendes da Silva Membro da comissão política nacional do CDS, defende que a direita “vai ter de se entender” para poder ir a eleições e governar, mas exclui o Chega

Hora da Verdade
Sofia Rodrigues e Susana
Madiureira Martins (RR)

O advogado vê com bons olhos uma candidatura de João Almeida à liderança do CDS.

Depois deste resultado eleitoral, como é que se pode salvar um partido? O CDS corre o risco de desaparecer?

Assim como pouca gente previa um resultado desta dimensão, sou bastante relutante em traçar cenários catastróficos. Obviamente que a situação política portuguesa mudou muito, porque há uma fragmentação à direita e à esquerda que é inevitável e que veio para ficar. Ela tem razões mais profundas do que a crise neste ou naquele partido e eu acho que é a continuação na política de uma segmentação que há na sociedade e no mundo que resulta da democratização dos fluxos de informação.

Como é que explica a derrocada do CDS?

Tem várias razões internas e externas. É óbvio que o PSD e o CDS não iam ficar incólumes aos anos da *troika*. Desde logo porque fizeram o que tiveram de fazer e isso causou uma grande desconfiança do eleitorado. Houve também outras razões que não têm que ver só com o PSD e o CDS. O PS, de facto, colonizou o discurso da direita. Quando vemos os princípios que Mário Centeno impôs à governação do PS, percebemos que quem ganhou o combate ideológico foi a direita.

Não houve um falhanço da liderança de Assunção Cristas? Houve, claro que sim. Já lá vou. Mas há razões de vária índole. Nesta campanha, falou-se muito de que Rui Rio também tinha o seu Centeno. Mas porque é que o eleitorado de centro-direita gosta de Mário Centeno na sua generalidade? Porque Mário Centeno é o Vitor Gaspar de António Costa. Houve erros à

direita, obviamente. Houve erros no PSD, porque ficou demasiadamente à espera do diabo, que não veio, e houve erros estratégicos no CDS. No início do ano estava com 9, 10% nas sondagens, talvez pudesse ter a sua afirmação como nunca.

Então o que é que aconteceu desde Fevereiro?

Aconteceu a crise dos professores.

Foi um erro de estratégia?

Não sei se foi um erro da medida em si, se foi a gestão. O CDS tomou demasiado as dores. Hoje em dia o CDS é visto como mais culpado do que o PSD. Não é só culpa da crise dos professores, mas de uma campanha que foi muito focada num eleitorado que se achava fixo.

De nicho?

Não necessariamente. As europeias são eleições em que há muita abstenção. E há aquele princípio de que ganha ou tem um bom resultado quem conseguir mobilizar o seu eleitorado. Isso fez o CDS jogar para a claqué. Mas esta estratégia tem um problema de ser muito cruel, ou seja, mostra os partidos ao espelho. Quando o CDS reparou que teve 6%, ficou a perceber que é o seu eleitorado fiel. **Esse resultado também não foi fruto de se ter posto as expectativas muito altas e Cristas dizer que podia ser primeira-ministra?**

“

O que é que o CDS havia de fazer? Passar a dizer mal dos ciganos? Dizer que [os políticos] são todos uma cambada de ladrões?

Agora visto à distância há, de facto, uma distância grande entre as ambições e o resultado. Ponho a questão ao contrário: o que é que um partido como o CDS podia fazer de diferente?

O CDS enganou-se quando disse que o voto útil tinha desaparecido.

Se o CDS é tão corroído por este voto útil no PSD – e foi mais corroído do que pela Iniciativa Liberal ou pelo doutor Ventura –, é porque o eleitorado vê o CDS e o PSD como sucedâneos. Houve uma evolução do eleitorado nos últimos dez ou 20 anos, que mostra que é preciso começar a pensar num entendimento à direita.

Há uma candidatura que já foi assumida de Abel Matos Santos, da tendência Esperança em Movimento, e outras duas, de João Almeida e de Filipe Lobo d’Ávila, que estão em reflexão.

Sente-se próximo de algum? Do Abel Matos Santos, com quem tenho uma relação cordial, estou nos antipodas.

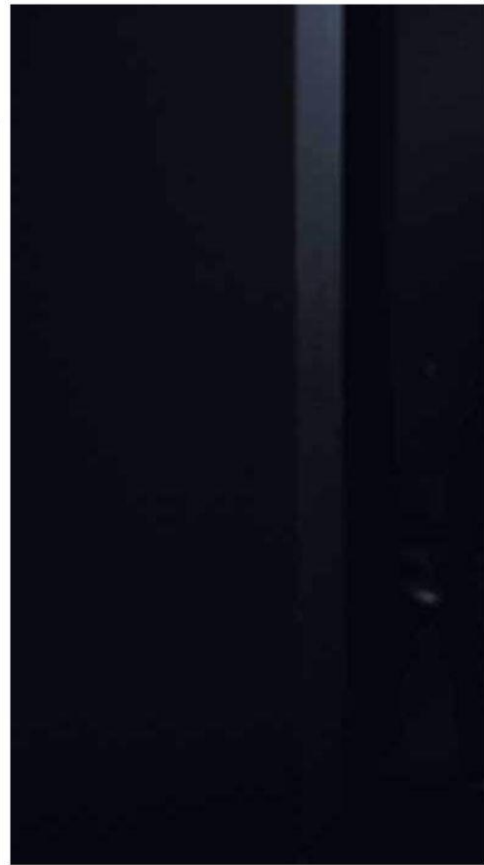
Ele foi um dos críticos da liderança de Assunção Cristas. O que o dr. Abel Matos Santos costuma dizer é que pessoas como eu estão a abastardar a matriz do CDS. Quem está abastardar a matriz do CDS é ele. A matriz do CDS é ser o partido do Freitas do Amaral, Lucas Pires e Adriano Moreira. É o partido abrangente no centro-direita que vai do centro à direita na direita democrática. O dr. Abel Matos Santos tem toda a liberdade para defender o que defende, mas é óbvio que ele, apesar de se dizer que é

democrata-cristão, representa em Portugal as tendências da direita que vêm lá de fora – Le Pen, Bolsonaro...

Mais conservadoras e à direita? Conservador sou eu.

Mais à direita? Uma direita liberal, digamos assim.

E em relação aos outros dois potenciais candidatos?



Eu estarei do lado de alguém que consiga e que queira fazer do CDS o que sempre quis ser: que é um partido que federa as várias tendências da direita democrática. Sou um conservador muito mais liberal do que a média do CDS. O João Almeida é a pessoa que conheço melhor, tenho uma história de vida política, sou

amigo dele há 20 anos, acho que ele tem condições. O Filipe Lobo d’Ávila também. Tenho uma boa amizade com ele, mas não sei tanto o que ele pensa.

Sente-se mais próximo de João Almeida?

Não me sinto mais próximo, porque não sei o que ele vem defender para o CDS. O que estou

POLÍTICA



Leia a entrevista na íntegra em www.publico.pt



a dizer é que eu, do que conheço de João Almeida e dos seus princípios, presumo que se esteja a preparar para fazer uma candidatura abrangente. **Seria sempre uma candidatura a prazo? De recuperação?** Não tendo falado com ele desde as eleições, mas ouvi-o já esta semana na RTP a dizer que a

direita só regressa ao poder se se entender. Há uma fragmentação complicada, porque vamos ter à direita e à esquerda um espectro político muito mais identitário, panfletário e proclamatório. Só vão para o governo se forem unidos – e aqui afastos por razões ideológicas o Chega – e essa solução de governo, tendo em

conta que tem de articular todas estas forças, não será ultramontana, nem ultraliberal nem só social-democrata. Será aquilo que o CDS sempre quis que fosse a direita portuguesa: plural, abrangente, pragmática, moderada. Vamos andar a brincar a ver quem é mais puro, mas todas as pernas do tripé vão ter de se

entender, quando for para haver eleições. **Que discurso deveria ter o CDS?** O CDS não tem de se desviar ideologicamente. Não é pelo facto de o CDS ter 4,5% que tem de emular o Chega. Se o CDS achar que, para parar o Chega, tem de ser como o Chega, para mim chega. Não pode ser. Sinto-me

bem num partido que seja uma grande tenda das tendências. **O Chega no Parlamento preocupa-o?** Sim. Acho que o Chega vai crescer. **Vai confrontar eleitoralmente o CDS?** O CDS e todos os outros. O problema é todo o regime que fica posto em causa, de facto, pelo advento deste partido. **Mas vai crescer?** Está a crescer onde a extrema-esquerda cresceu. **Não é uma falha do CDS? Por poder ter facilitado o caminho?** Percebo isso, mas o que é que o CDS havia de fazer? Passar a dizer mal dos ciganos? Propor a redução do Parlamento para cem deputados? Dizer que são todos uma cambada de ladrões? **Como é que vê o regresso de Manuel Monteiro ao CDS?** Primeiro deixe-me explicar a saída de Manuel Monteiro. Sai depois de ter 30% de um congresso. Ele não foi escorraçado, tinha uma parte importante do CDS com ele. O dr. Manuel Monteiro saiu chateado com o CDS de tal forma que, para destruir o dr. Paulo Portas, foi fazer um partido contra o CDS, com um programa escrito por uma pessoa que escreveu agora o de André Ventura. Pode voltar à vontade, fico muito feliz com isso, que regresse a casa. **Não está resolvido isso então.** Para mim está. Mas o dr. Manuel Monteiro não pode achar que não há um partido ainda ferido com o que tentou fazer ao CDS. **O Presidente da República tem mostrado preocupação com a direita democrática. Gostava de o ouvir mais sobre o CDS?** Não está muito no conceito de Presidente da República, ainda que seja seu eleitor e apoiante. Não sei se aquelas declarações dele sobre isso, dizendo que havia uma crise na direita, basicamente tal como está é para esquecer, não agravaram a ideia que passou para o eleitorado de que isto está, como dizem os anglofonos, *hopeless*, sem esperança. Acho que aí pisou o risco. Pisou, não, ultrapassou, claramente o que deve ser o papel do Presidente da República.

srodrigues@publico.pt

Edição Lisboa • Ano XXX • n.º 10.763 • 1,70€ • Sexta-feira, 11 de Outubro de 2019 • Director: Manuel Carvalho Adjuntos: Amílcar Correia, Ana Sá Lopes, David Pontes, Tiago Luz Pedro Directora de Arte: Sónia Matos

P



Literatura
Um Nobel a dobrar mas sem fugir à regra para Olga Tokarczuk e Peter Handke

Destaque. 2 a 4



Brasil
Guarani, o povo que quer ser feliz

ípsilon

Maioria das provas da *Operação Teia* em risco de ser anulada

Processo que investiga rede de favores e corrupção em câmaras do Norte do país pode voltar à estaca zero. Juiz que autorizou escutas e buscas foi declarado incompetente para analisar o caso **Sociedade, 22**



Ofensiva na Síria
Erdogan ameaça enviar 3,6 milhões de refugiados se Europa falar em ocupação p32/33

REUTERS

Cateterismo vai ditar se Marcelo avança para novo mandato

Presidente assume problema cardíaco e será submetido em breve a cirurgia por indicação médica p14

O Inimigo Público
Costa procura "geringonça" usada com quatro anos de garantia



Crianças comem quatro vezes mais proteína do que deviam

Carnes e laticínios lideram excessos. DGS lança campanha de alerta p20

HOJE Coleção Portugal. Uma Retrospectiva com direcção de Rui Tavares
Vol. 19 — 1385



Portugal parou de convergir em 1995 e já foi passado a leste

De 1995 até agora, o PIB per capita português afastou-se da média da UE p27 a 29

Em Elvas, a ciganofobia deu ao Chega a sua maior expressão

Reportagem Viagem às freguesias onde o partido teve a melhor votação p10/11

6 • Público • Sexta-feira, 11 de Outubro de 2019

ESPAÇO PÚBLICO



Peter Handke/Olga Tokarczuk

Os dois escritores foram distinguidos com o Nobel da Literatura de 2019 e 2018, respectivamente. A escolha do dramaturgo austríaco, um dos maiores dramaturgos pós-Beckett, autor de extensa obra, é uma surpresa tendo em conta as suas posições políticas sobre o Kosovo e pelo apoio ao sérvio Milošević. Olga é também uma activista política, crítica do nacionalismo polaco de extrema-direita e apenas agora será editada a sua segunda obra em Portugal. (Págs. 2 a 4) **J.J.M.**



Mário Centeno

Poucos dias depois de o PS ter ganho as legislativas, o Governo de Costa-Centeno recebeu uma boa notícia, dada pelo Conselho das Finanças Públicas: Portugal deverá registar no final de 2019 o seu primeiro excedente orçamental (0,1%) em mais de quatro décadas, antecipando em um ano o que estava previsto. O CFP projecta, aliás, saldos orçamentais positivos (e dívida pública decrescente) para os próximos anos. (Pág. 29) **J.J.M.**

Esta coisa pública que se faz privada



David Pontes
Editorial

Mesmo que haja gente que se consegue eleger para o Parlamento cavalgando o mito que os males de Portugal se devem ao facto de este ainda ser um país economicamente pouco liberal, a verdade é que dessas “conquistas de Abril” já não resta tanto assim para ser o bode expiatório da nossas fracas taxas de crescimento e do nosso baixo índice de competitividade. É certo que na Saúde, Educação e Justiça ainda há muito para despertar

o interesse dos privados (normalmente desde que acompanhado pelo respectivo financiamento público), mas não é muito difícil perceber que não são estes sectores que pesam na nossa *performance* económica. Desde os anos 90, e na maior parte dos casos bem, muitas áreas foram privatizadas, desde a comunicação social até à banca. A vinda da *troika* deu mais um empurrão neste sentido e, para além de significativas alterações na lei laboral, ainda levou a privatização a áreas como a distribuição de energia ou os correios, em que alguns podem identificar, com alguma pertinência, serviços essenciais que deveriam ser assegurados pelo Estado. Entre o que resta na esfera do Estado está a Caixa Geral dos Depósitos (CGD), um banco que uns

dirão ter sofrido por estar sujeito ao poder político, nomeadamente por más decisões dos administradores nomeados por este, mas que há muitos anos beneficia de um lugar único de referência no que respeita a pagamentos do Estado, nomeadamente dos seus pensionistas e reformados. É por isso pouco compreensível que a CGD revele tanta falta de sensibilidade na gestão desse enorme contingente de seus clientes que, muitas vezes, se encontram entre as faixas mais fragilizadas da população. Duplicar o preço a cobrar para actualizar uma caderneta ou agravar em mais 14% o custo da conta à ordem mais barata, com a justificação de que a revisão está “em linha com o mercado”, até pode ajudar quem argumenta que este é um banco igual

aos outros e que, como tal, deve ser privatizado. Mas até que isso aconteça este é um banco público que, no mínimo, não deve contrariar os valores do seu proprietário, nomeadamente o da protecção dos mais desprotegidos, exactamente aqueles que usam caderneta ou optam pela conta mais barata. Escudar-se atrás da desculpa de que a “gestão do banco é com a comissão executiva” é muito pouco para quem ainda defende que o Estado tem um papel importante a desempenhar na nossa sociedade. Parte da “geringonça”, o PCP e o Bloco de Esquerda, já mostraram onde estão, inclinando para a esquerda as suas críticas. E o Governo? Para que lado pende?

david.pontes@publico.pt



As cartas destinadas a esta secção devem indicar o nome e a morada do autor, bem como um número telefónico de contacto. O PÚBLICO reserva-se o direito de seleccionar e eventualmente reduzir os textos não solicitados e não prestará informação postal sobre eles.

Email: cartasdirector@publico.pt
Telefone: 210 111 000

CARTAS AO DIRECTOR

Primeiro o país

Rui Rio, votaram em si mais de 1,4 milhões de portugueses. Conseguiu atingir 34% dos deputados na AR e teve mais votos que a soma de todos os outros partidos que ficaram atrás de si. Ainda na campanha, alguns apareceram a agurar-lhe uns fracas 20% de votos, mas conseguiu mais 400.000 votos que esta previsão. Votei em si porque foi o primeiro político – depois dos distantes tempos de Mário Soares, Salgado Zenha, Amaro da Costa e tantos outros –, que voltou a pôr o país à frente do partido e à frente de si. Incomodados com este atrevimento, surgem agora uns tantos que lhe querem tirar a força desta vontade, repondo disfarçadamente o princípio de, primeiro eu, depois o partido e depois o país. Nesta linha, até um antigo Presidente da República veio

propor primeiro uma amiga, depois o partido e finalmente o país. Rui Rio, mais de 1,4 milhões de portugueses votaram primeiro em si e depois no partido. Não nos desiluda.

Manuel Campos, Viana do Castelo

Chega

O PÚBLICO publicou anteontem, e bem, o artigo *Chegada da extrema-direita “ao Parlamento deve alarmar partidos”* analisando o significado de o partido Chega ter conseguido eleger um deputado. É realmente uma situação que deve preocupar todos aqueles que entendem que a tolerância é um valor essencial no funcionamento da sociedade e a entrada deste deputado no Parlamento deve ser motivo de reflexão e trabalho na sociedade e, em particular, junto dos restantes partidos. No entanto, parece-me que

deveria também ser motivo de preocupação e reflexão para os partidos pensarem como é que alguém como o candidato do Chega, cujas ideias, se não eram antes conhecidas, puderam ser ouvidas pelos portugueses durante a campanha, singrou durante vários anos dentro do PSD, tendo inclusive sido escolhido por este partido para ser candidato e cabeça de lista num município como Loures. Como foi possível que alguém que defende as ideias hoje inscritas no programa do Chega singrasse dentro de um partido que se reclama da social-democracia? Nunca, dentro deste partido, ele expressou a sua opinião? Nunca ninguém dentro do partido se preocupou em saber qual o seu pensamento? É efectivamente preocupante que alguém com a ideologia e as propostas populistas do Chega consiga entrar na casa da Democracia. Mas isso é algo que

pode ser conseguido através de um projecto pessoal com base num pequeno partido radical. Mais preocupante, em termos da saúde do nosso sistema, é que alguém com essas ideias consiga subir vários degraus dentro de um partido que, por definição, deveria ser, entre outras coisas, garantia do funcionamento democrático das instituições e, por isso, necessariamente capaz de lidar com quem não se sente confortável numa sociedade democrática, aberta e tolerante. Pensar que uma pessoa com ideais xenofobos e impregnados de intolerância consegue progredir até ser cabeça de lista num dos principais partidos do regime parece-me ser uma mensagem preocupante sobre os critérios com que os partidos, senão todos, pelo menos alguns, escolhem aqueles que os representam. Pedro Fonseca, Aveiro

Liberdade de expressão - 4, Portugal - 0

Francisco Teixeira da Mota
Escrever Direito

Mo domínio da liberdade de expressão, os nossos tribunais, vezes de mais, são bastante primitivos, oscilando entre o corporativismo medieval e o respeito do Estado Novo, por mais que já utilizem, nas suas decisões, citações do próprio Tribunal Europeu dos Direitos Humanos (TEDH). Mas, no final da sentença ou do acórdão, lá dão a volta a todas essas sábias digressões e concluem que a pessoa em causa se excede, ultrapassou os limites admissíveis, ofendeu, difamou e, enfim, tem de ser condenada em multa ou em pesadas indemnizações ou mesmo em penas de prisão!

Curiosamente, é muito em juzes da primeira instância que se encontra este afã de calar e castigar os críticos, os malcriados, os insolentes, os minoritários, os inconvenientes e os desmesurados, esmagando, assim, a nossa liberdade de expressão. Já o nosso Supremo Tribunal de Justiça tem, há alguns anos, um entendimento da liberdade de expressão respeitador da nossa Constituição dos nossos compromissos internacionais, reconhecendo o seu carácter matricial numa sociedade democrática.

Na semana passada, o TEDH debruçou-se sobre o caso do jornalista Joaquim António Emídio, do jornal *O Mirante*, que, num artigo de opinião, escrevera “*Chama-se Rui Barreto, é o mais idiota dos políticos que conheço, e foi durante este último ano e meio secretário de Estado das Florestas, do Governo de José Sócrates*”, e que, por isso, fora condenado a pagar €2500 ao político visado e outro tanto em multas. O TEDH considerou que o direito de exprimir essa opinião, no âmbito do debate público e político, não podia ser coartado e condenou o Estado português a devolver ao jornalista os €5000 que este gastara por ordem do Tribunal de Santarém. Debruçou-se também o TEDH, na semana passada, sobre o caso do médico Gomes da Cruz, que, também num artigo de opinião, ao pôr em causa a decisão do presidente da Câmara da Louinhã de excluir a sua clínica dos fornecedores de serviços camarários, tinha referido a “*falta de carácter e honestidade*” do autarca e também a sua “*cobardia*”. O Tribunal da Relação de Lisboa condenou o médico a pagar uma multa de €18.000 e uma indemnização ao autarca de €4500, mas o TEDH, pacientemente, veio explicar que a opinião do médico tinha, por um lado, alguma base factual e, por outro, era feita no contexto de um debate público de interesse geral, sendo o autarca uma figura pública, pelo que não se justificava punir o

médico por ter dito o que pensava. A liberdade de expressão devia ter prevalecido e Portugal foi condenado a pagar ao médico os €22.500 que este gastara.

Esta semana, o TEDH voltou a condenar duas vezes Portugal por violação da liberdade de expressão. Em ambos os casos as vítimas tinham sido advogados e os algozes, juzes. Um dos advogados porque tinha feito uma queixa ao Conselho Superior da Magistratura (CSM), referindo, a seu ver, algumas irregularidades processuais praticadas por uma juíza do Tribunal de Gouveia e referido a existência de um “*clima de grande intimidação*” entre a juíza e o advogado da parte contrária. Moral da história: *At queixaste-te? Pois, então, levas*. A queixa no CSM contra a juíza foi arquivada e o temerário advogado – que se queixara no local próprio! – foi condenado pelo crime de difamação agravada e a indemnizar a juíza em €5000!

Já o advogado Pedro Miguel Carvalho fora condenado a pagar €10.000 a uma juíza do Tribunal de Felgueiras por ter patrocinado uma queixa-crime apresentada contra esta

“**Ainda há muitos juzes que não perceberam o que é a liberdade de expressão numa sociedade democrática. É triste e é grave**”



por seus clientes se sentirem ofendidos pelas expressões utilizadas relativamente à etnia cigana, numa sentença que os condenou a um outro processo. A queixa-crime contra a juíza foi arquivada e esta não esteve com meias medidas: foi ao tribunal pedir que o advogado fosse condenado a indemnizá-la em €500.000 por ter patrocinado os ciganos ofendidos! Não conseguiu esta modesta verba, mas o Tribunal da Relação do Porto foi

amigo: condenou o advogado a pagar-lhe €10.000, o que este cumpriu. Em ambos os casos, o TEDH considerou que os tribunais procederam ilegalmente ao condenar os advogados, podendo até estar a intimidá-los – a eles e a todos os advogados – no exercício da sua profissão e ordenou que o Estado português pagasse aos causídicos o que eles tinham pago às juízas.

Infelizmente, ainda há muitos juzes no nosso país que não perceberam o que é a liberdade de expressão numa sociedade democrática. É triste e é grave.

Advogado. Escreve à sexta-feira

A preocupação com André Ventura

João Júlio Cerqueira

Mota prévia: nas últimas eleições europeias votei no Livre de Rui Tavares e nestas eleições legislativas votei no PS de António Costa. Nunca, na minha vida, votei num partido de direita.

Dito isto, fiquei satisfeito com a chegada de três novos partidos à Assembleia da República – Livre, Iniciativa Liberal e o Chega. E fico

contente por existir uma maior representatividade de ideias, mesmo não concordando com muitas delas. E até concordo com a manutenção do PAN na Assembleia, apesar de ser extremamente crítico das suas posições anticientíficas.

Assim, não posso deixar de constatar a minha surpresa pelo pânico moral que surgiu pela chegada do André Ventura ao Parlamento, em representação do Chega. Como se fosse o fim da democracia. Numa democracia que convive há décadas com a extrema-esquerda, sem grandes pudores.

Por exemplo, o Partido Comunista acha que a definição do regime político da Coreia do Norte, se é ou não uma democracia, é uma questão de opiniões. Defende Nicolás Maduro, dizendo que foi eleito de forma democrática e a soberania da Venezuela deve ser respeitada, apesar de o povo estar a morrer à fome, sem acesso a cuidados de saúde e emigrando em massa. Apesar das eleições não terem sido livres nem justas, com vários países a não reconhecerem a legitimidade de Maduro. O Partido Comunista é o partido que votou contra o pesar pelas mortes na praça chinesa de Tiananmen. É o partido que salda a revolução cubana de Fidel Castro.

Também não deixa de ser interessante que o pânico moral não se estendeu ao Livre, um partido que se fez representar por Joacine Katar-Moreira, que interpretou as eleições como um “concurso de coitadinhos”, afirmando-se como a mais coitadinha dos candidatos. Katar trouxe para Portugal o *identity politics* americano. Representa o feminismo radical, que pede uma revolução cultural em todos os contextos sociais e económicos, contra a opressão do patriarcado (habitualmente representado pelo homem branco). Um discurso altamente polarizador, criador de “Trumps e Bolsonaros”, já que afasta uma grande parte do eleitorado na direção oposta a este radicalismo de esquerda. Toda a campanha de Katar circulei à volta do seu sexo, cor de pele, origem e da sua gaguez. Não foi culpa da comunicação social, foi opção política. Katar diz ser “revolucionário que uma mulher de origem africana e que não faz parte das elites seja candidata” e tenha agora entrado na Assembleia. Essa Assembleia das elites onde, na época pré-Katar, pelos vistos

não existiam mulheres, negros, gajos e gente de origem humilde. Ou uma conjugação destas adjetivações.

Também convivemos bem com um dos partidos mais anticientíficos da nossa democracia (quase empatado com o PAN). O Bloco de Esquerda é um dos grandes proponentes das terapias alternativas, um dos principais demonizadores do glifosato (apesar de não ser cancerígeno), dos transgénicos (apesar de seguros e positivos para a saúde e ambiente), da “agricultura intensiva” e promotores do roubo que representa a agricultura biológica.

Aliás, toda a esquerda em Portugal e por esse mundo fora sofre de um paradoxo engraçado. Ao mesmo tempo que se mostram preocupados com as alterações climáticas, negam as vantagens de algumas das melhores soluções para combater esse problema.

Mas qual o objetivo deste texto? É atacar a esquerda política? Não. Este texto pretende alertar para a necessidade de olharmos para os nossos próprios vieses. Para os nossos “telhados de vidro”. A histeria moralizadora a que neste momento assistimos com a eleição

“**Há problemas graves no nosso sistema político, na nossa democracia. E o Chega de André Ventura nem sequer chega ao pódio**”



do André Ventura não é nada chocante quando olhamos para os restantes partidos da Assembleia de uma forma neutra, vemos as suas incongruências e, em alguns casos, as suas visões radicais do que deve ser a sociedade e a democracia.

“Grunho” é uma adjectivação habitualmente atribuída a apoiantes da extrema-direita em Portugal. Mas “grunhos” de esquerda não são menos perigosos que “grunhos” de direita. Expressam o mesmo nível de intolerância por ideias diferentes das suas, o mesmo nível de autoritarismo, a mesma motivação para evitar opiniões contrárias e a mesma tendência para ignorar evidência científica que contraria a sua ideologia.

Há problemas graves no nosso sistema político, na nossa democracia. E o Chega de André Ventura nem sequer chega ao pódio. O principal será o tribalismo político que toda a racionalidade das pessoas, preferindo a sua ideologia à verdade.

Médico; criador do blogue SCIMED

10 • Público • Sexta-feira, 11 de Outubro de 2019

POLÍTICA

Em Elvas, “o ódio contra os ciganos” rendeu votos ao Chega

Dados da PSP de Elvas mostram que não há mais ciganos a cometer crimes do que não-ciganos. Mas na cidade onde vive uma comunidade cigana com centenas de pessoas os preconceitos estão bem vivos

Reportagem Joana Gorjão Henriques

No domingo, Almerindo Prudêncio estava numa mesa de voto na Escola Básica de Santa Luzia, centro de Elvas. Achava que o Chega ia ter apenas “uma meia dúzia de votos”. Mas, afinal, foram mais. “Não se estava à espera de nada disto”, afirma o também mediador cigano naquela escola.

A sua freguesia – Assunção, Ajuda, Salvador e Santo Ildefonso, que fica no centro de Elvas – registou a maior taxa de votação no Chega entre as que tiveram acima de 100 votos. Em 8368 eleitores, aquele partido de extrema-direita tornou-se a quinta força política, à frente do PCP e do PAN: 167 votos, ou seja, 4,49%.

Olhando para trás, isto não espanta assim tanto Almerindo Prudêncio, 44 anos. “Encontraram no Chega a maneira de expressar a discriminação. Há um preconceito e uma ideia de que somos todos iguais e que não há nada de bom entre os ciganos. É nisso que o sr. Ventura pega e faz a sua campanha: recolhe o ódio da população, faz uma manobra e solta aquelas baboseiras.”

Estamos no Bairro de São Pedro, onde vivem famílias ciganas e não-ciganas, e onde reside Almerindo Prudêncio. Prédios brancos baixos, estradas largas, ambiente tranquilo. “Afinal o que é um cigano?”, questiona. “Se o dicionário diz que são ladrões, trapaceiros, então há muitos mais que nós. Ele [André Ventura] transfere todo o mal da sociedade para os ciganos e capta os votos de pessoas inconscientes.”

Sobre os ciganos André Ventura repetiu várias vezes que viviam à custa de subsídios e que são favorecidos em relação a outros cidadãos, nomeadamente na habitação. Entrando no Bairro das

Pias, às portas de Elvas, favorecimento é tudo o que não existe. Não há água canalizada nas casas, de estrutura pré-fabricada, o lixo no descampado não é retirado, não há transportes públicos à excepção da carrinha da escola. Ali vivem cerca de 40 famílias há mais de uma década. Há bidões de água espalhados nos terraços, e crianças a tomar banho cá fora, de balde. Por dentro, algumas casas parecem ter sido pintadas de fresco, contrastando com o exterior; outras têm rachas e bolor.

Segundo o Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana, em 2015, 45% de todos os alojamentos não clássicos eram habitados por famílias ciganas, 32% das famílias ciganas residiam em alojamentos não clássicos e 46% em habitação social.

Almerindo Prudêncio explica aos moradores o motivo da reportagem: perceber por que razão tanta gente na freguesia votou no Chega. A maioria absteve-se. Porque? “Nunca fazem nada pela gente”, diz David Carmo, 38 anos.

Almerindo Prudêncio contextualiza: “Grande parte das comunidades ciganas não se sentem representadas, estão despoltizadas. Houve políticas [dirigidas aos ciganos] sobre as quais não lhes perguntaram nada: dá nisto. E depois as pessoas estão resignadas, não é só aqui. Aqui há segregação mas não é caso único. Se estes senhores puserem um currículo numa proposta de emprego, sabendo que as pessoas são do Bairro das Pias, vai para trás.”

A jovem Sheila Cardoso quer falar. “Há muito racismo, aqui há poucos a tratarem bem os ciganos.” E comenta: “Eles desistiram da gente. Dão-nos patadas.”

Cátia Carmo, 29 anos, não-cigana casada com um cigano que tem família no bairro, chega à rua de carro. Atrás está o filho. As famílias aceitaram-se bem, conta. Ela costuma comentar nas publicações



Jacinto Cesar, vice-presidente da Aiar; Preciosa Brito, eleitora de freguesia vizinha; e José Laço, autarca

das redes sociais para defender os ciganos: “Na nossa etnia tanto há bons como maus, como na deles. Não acho justo. Não são só os ciganos que recebem o RSI. Revolto-me muito.”

Os números oficiais dizem que os ciganos em Portugal são 0,4% da população. Em 2015 havia cerca de 530 ciganos registados no concelho de Elvas, segundo o Observatório das Comunidades Ciganas, mas a população pode crescer em determinadas alturas até aos mil.

Dados da actual Estratégia Nacional para a Integração das Comunidades Ciganas (ENICC) dizem que 97% dos ciganos, em 2011, estavam abaixo do limiar da pobreza. Mas é falsa a ideia de que sobrevivem à conta de prestações sociais, revela o primeiro grande estudo nacional de 2015 sobre esta comunidade, feito pela investigadora Manuela Mendes: “uma percentagem grande trabalha”, só que muitas vezes não se trata de trabalho no mercado

formal, com um contrato ou um salário. Metade dos ciganos recebe o Rendimento Social de Inserção (RSI), o que representa apenas entre 3 a 6% do bolo do RSI distribuído a nível nacional, segundo dados do Instituto da Segurança Social compilados em relatórios.

Cidade conservadora

Falando com a população a impressão é de que não era preciso André Ventura ir espalhar xenofobia em Elvas contra os

“Há quem tema que o Chega vá agora para Elvas ‘provocar ciganos, para legitimar’ o seu discurso, diz Rui Salabarda



FRANCISCO ROMÃO PEREIRA

seu partido além do ataque aos ciganos. Propostas? Eliminar o cargo de primeiro-ministro, castração química de pedófilos, reduzir o número de deputados para uma centena, prisão perpétua, taxa única de IRS e extinção do Ministério da Educação.

A mesa de um restaurante no centro está o comunista António Avis Afonso, a almoçar com o irmão. “Elvas foi uma cidade de agricultores, latifundiários. Havia relação com a extrema-direita, com PIDE. Aqui não é PS, nem PSD, é uma questão familiar”, diz. Numa reportagem da RTP acusou-se a Câmara de Elvas de ter excluído uma jovem deficiente de 25 anos, com o 12.º ano, de um concurso, para colocar a familiar da ex-secretária do presidente da câmara.

Foi o PS, porém, quem voltou a vencer as eleições na cidade de Elvas e naquela freguesia onde estamos: num universo em que quase 56% das pessoas não foram votar, ficou com 39% dos votos; o PSD teve 24,7%. O BE ficou à frente do Chega com quase 9% e o CDS também, com 7,66%.

Electricista, António Afonso acha que quem votou na extrema-direita foi o eleitorado do PSD. Sobre o sentimento anticiganos na cidade diz: “Não sou racista. Mas eles não se dão com a gente, não se integram.” Discorre frases que associam os ciganos ao crime e à desordem. Contrapomos com o que alguns ciganos disseram. Não concorda. Se um candidato do PCP dissesse o que André Ventura diz sobre os ciganos, votaria nele? — perguntámos. Responde: “Esse candidato acabava, não votava.”

Um jovem passa pela mesa, levanta-se, afirma: “Devia era entrevistar as pessoas novas.” Votou

no Chega? Levanta o dedo como quem diz que sim e desaparece.

A tarde está quente e não há muita gente na rua, tirando alguns turistas espanhóis. Jacinto César, 69 anos, ex-professor e vice-presidente da Aiar — Associação de Desenvolvimento pela Cultura, surpreendeu-se com os resultados da extrema-direita, nomeadamente no distrito de Portalegre, ao qual Elvas pertence, e onde teve 1407 votos, ou seja, 2,73%.

André Ventura vem do PSD de Loures, mas acabou por ser afastado pelo seu partido e pelo CDS com quem estava coligado. Depois de várias irregularidades com o processo — com assinaturas de menores e militares — em 2018 conseguiu que o Tribunal Constitucional aprovasse a constituição do Chega. O Chega criou a coligação Basta nas europeias, usando como “barrigas de aluguer” o Partido Pró-Vida e o Partido Popular Monárquico. Jacinto César é, aliás, um dos fundadores do partido Pró-Vida. Diz não ter votado no Chega, votou em branco. “Estou convencido que é uma questão racista”, afirma sobre a motivação do eleitorado. “É que os problemas com os ciganos são quase diários”, diz. Quais? “Os assaltos, a maneira de estar deles que não se querem integrar.”

Uns metros à frente está a esquadra da PSP. É lá que trabalha o comandante de divisão de Elvas, Rui Massaneiro. O registro de crimes contradiz o preconceito. “Os números não indicam que exista maior número de crimes cometidos pela comunidade cigana do que

pela restante população. O crime não é um problema exclusivo da comunidade cigana”, afirma. Quanto a boatos sobre aumento do crime em Elvas diz: “Até há redução da taxa de criminalidade dos crimes contra o património.”

Rui Salabarda, coordenador do gabinete de mediação intercultural em Elvas, dirigente da associação Silaba Dinâmica e candidato do Bloco de Esquerda, diz que o seu trabalho é desmistificar e desconstruir preconceitos. Mas mesmo ele foi surpreendido com o resultado: “Algumas pessoas quiseram mostrar revolta por se estar a pôr o foco na integração de minorias étnicas. Não percebem o que é equidade. Entendem que é um favorecimento.” Outra “parte” desse eleitorado terá sido mobilizado pelo discurso contra a corrupção. E outra respondeu ao discurso sobre reivindicação de direitos das forças de segurança (dois dirigentes sindicais da PSP fizeram parte da lista do Basta às europeias). “Tenho receio que o Chega venha a Elvas provocar os ciganos para legitimar o seu discurso.”

Para a directora da Escola Secundária D. Sancho II, Fátima Pinto, 54 anos, os motivos da adesão nada têm a ver com os ciganos: “Sempre coabitámos com eles”, diz. Lembra que Elvas é “zona de grandes latifundiários e conservadorismo”. Afirma que quem votou Chega “não votou por repulsa, mas mais por ideais, há uma grande fatia monárquica”.

Já José Laço, presidente da junta de freguesia pelo PS, não

notou sequer a presença do partido durante a campanha. Não descarta a xenofobia como motor. “A integração dos ciganos vai estando mais próxima. Ainda está a meio a evolução de só quererem ter direitos e não querem obrigações”, afirma, referindo-se à questão dos subsídios. Em que diferem estas opiniões das de André Ventura? “Não empurrámos [os ciganos], mas fazemos uma aproximação”, diz.

Aos 60 anos, com uma tatuagem no pulso, Preciosa Brito não tem pudor em afirmar que votou no Chega, mas noutra freguesia. Está num café perto do Clube de Tênis e ouve-nos abordar um grupo de mulheres que não quer falar. Ela quer. Benfiquista, acompanhava André Ventura na CMTV. É viúva, doméstica, não costumava votar, e desta vez até influenciou algumas pessoas. Subscreeva as ideias do líder de extrema-direita sobre os ciganos: “A voz dele vai representar quem tem ideias como ele: não dar subsídios às pessoas que nunca trabalharam, a pena de morte, a castração química dos pedófilos.”

Numa grande esplanada onde se juntam pequenos grupos, Luís Aparício e os amigos bebem cerveja. Ele acabou o curso de produção musical, está desempregado. Participou nas mesas de voto no domingo. “Acho que é aquele medo imposto à sociedade para que tenham o preconceito. É um discurso que incentiva ao ódio”, diz. Não descarta como factor de mobilização do eleitorado ele aparecer na CMTV e ser benfiquista. “Sabe que os temas que levanta são polémicos. E o que ele quer é polémica para ficar na boca do povo.”

jgh@publico.pt



Almerindo Prudêncio



HOTEIS HERITAGE
— LISBOA —

Charme e Tradição no Centro Histórico de Lisboa

AS JANELAS VERDES • HERITAGE AVENIDA LIBERDADE HOTEL • HOTEL BRITANIA • HOTEL LISBOA PLAZA • SOLAR DO CASTELO
www.heritage.pt

Livre quer Assembleia da República a dar o exemplo e vai pedir tolerância de tempo para Joacine

Parlamento

Depois de Joacine Moreira tomar posse como deputada, o Livre levantará a questão junto do próximo presidente da AR

O Livre vai solicitar ao próximo presidente da Assembleia da República uma "tolerância de tempo" relativamente às intervenções da deputada eleita Joacine Katar Moreira, que tem gaguez, disse à Lusa o dirigente Paulo Muacho.

"Consideramos que para haver um tratamento igualitário e igualdade de oportunidades, tem de haver uma

tolerância de tempo e tem de ser atribuído o tempo para que a deputada possa expor as suas ideias", defendeu, em declarações à Lusa, Paulo Muacho, da direcção política do partido.

Assim, depois de Joacine Moreira tomar posse como deputada, o Livre "irá levantar a questão" junto do próximo presidente do Parlamento, disse, considerando que a Assembleia da República deve "dar o exemplo" e "adaptar os seus procedimentos internos para acolher a vontade do povo português" que a elegeu.

"A deputada tem gaguez, mas nós não dizemos que a gaguez é um problema" e "não será por uma questão de tempos que deixará de ter oportunidade para expor as suas ideias",



Joacine Moreira foi cabeça de lista do Livre por Lisboa

afirmou, sustentando que "é uma questão fundamental até pela pedagogia que pode resultar para a sociedade".

É fundamental "perceber-se que a igualdade não pode ser uma questão formal de atribuir o mesmo tempo a pessoas que não estão em circunstâncias iguais", considerou Paulo Muacho, antecipando que o Parlamento saberá encontrar um critério.

O regimento da Assembleia da República estabelece que aos deputados únicos representantes de um partido é garantido um tempo de intervenção de um minuto nos debates dos projectos e propostas de lei em plenário e o mesmo tempo é atribuído nos debates quinzenais com o primeiro-ministro.

A gaguez é uma perturbação da fluência da fala, não sendo considerada uma doença nem uma deficiência, e é caracterizada por pausas no discurso, hesitações ou bloqueios.

O Livre tem a expectativa de que a deputada eleita possa integrar a conferência de líderes parlamentares – órgão que fixa a agenda das reuniões plenárias – na qualidade de observadora, tendo em conta "que a legislação anterior abriu um precedente", atribuindo, em 2015, ao então deputado único do PAN, André Silva, aquele estatuto.

Com uma deputada eleita, o Livre obteve 1,09% e 55.660 votos. O Chega e a Iniciativa Liberal elegeram também um deputado cada, com 1,3% e 1,29% dos votos, respectivamente.

TAKE A *Bus* AND STAY WITH US

Traseiras Integrais

Óculos traseiros

Óculos traseiros

GRUPO FC&F
publitaxis
publiroda
Transit Advertising

Av. António Augusto de Aguiar, Nº88 - 3º 1050-018 Lisboa | +351213515300 | publitaxispubliroda@outlook.pt

16 • Público • Sexta-feira, 11 de Outubro de 2019

POLÍTICA

Director do DCIAP dispensou audições de Costa e Marcelo no uso das suas funções

Tancos

Procuradoria-Geral da República afirma não olhar a timings políticos. Ex-ministro Azeredo Lopes reafirma inocência

A procuradora-geral da República considerou ontem que o director do DCIAP fez uso das funções directivas quando impediu a inquirição do Presidente da República e do primeiro-ministro no caso do furto de armas em Tancos.

“A intervenção do director do DCIAP [Departamento Central de Investigação e Acção Penal, Albano Pinto] surgiu num contexto processual e factual que mais não foram do que o exercício das funções directivas que lhe estão cometidas”, disse Lucília Gago à Lusa, a margem da Conferência Internacional – Formação de Magistrados em Portugal: Tendências e Perspectivas, no Centro de Estudos Judiciários, em Lisboa.

A Procuradoria-Geral da República havia revelado que na fase final do inquérito foi equacionada, mas depois afastada, “a pertinência da inquirição como testemunhas do Presidente da República e do primeiro-ministro”. “Na sequência da análise a que directa e aprofundadamente procedeu, o director do DCIAP concluiu, perante os elementos constantes dos autos, que tais inquirições não revestiam relevância para as

finalidades do inquérito, nem tão pouco se perfilavam como imprescindíveis para o apuramento dos crimes objecto de investigação, dos seus agentes e da sua responsabilidade”, referia a nota PGR.

Garantindo que não teve conhecimento prévio sobre a tomada de posição do director do DCIAP, Lucília Gago frisou que a decisão de Albano Pinto “se circunscreveu aos seus poderes de direcção” do departamento. A nota da PGR adiantava também que “o director do DCIAP entendeu, ponderada também a data-limite para o encerramento do inquérito, que tais diligências não deveriam ter lugar, o que mereceu a anuência dos magistrados titulares”.

A procuradora-geral da República garantiu também que o Ministério Público “não se pauta por critérios políticos” e que, no caso da acusação do processo de Tancos, foi simplesmente cumprida a lei. “O Ministério Público não sem pauta, obviamente, por critérios políticos nem tem de atender a esse tipo de timings. Tudo o que envolva a avaliação política das situações é para outra dimensão que não o Ministério Público”, afirmou Lucília Gago quando questionada pela Lusa sobre a data em que foi conhecida a acusação do caso de Tancos, durante a campanha eleitoral para as eleições legislativas do passado domingo.

O ex-ministro da Defesa Azeredo Lopes foi acusado a 26 de Setembro de abuso de poder, denegação de justiça, prevaricação e favorecimento pessoal. No total, o MP acusou 23 pessoas de terrorismo, associação criminosa, denegação de justiça, prevaricação, falsificação de documentos, tráfico de influência, abuso de poder, receptação e detenção de arma proibida.

Azeredo Lopes reiterou ontem que está “absolutamente inocente” no caso de Tancos, criticou o seu “assassinio no espaço público” e assegurou que exercerá o seu direito de defesa nos tribunais.

Em declaração escrita enviada à agência Lusa, o ex-ministro considera que diariamente continuam a ser publicadas “efabulações retiradas do processo destinadas a inculcar na opinião pública, de forma bastante primária”, a sua alegada responsabilidade naquele caso criminal que corre na Justiça. PÚBLICO/Lusa

O senhor Ventura não é fascista



Coffee Break
Bárbara Reis

Falamos do Chega com pezinhos de lá e percebe-se porquê. O partido de André Ventura elegeu um deputado e muitos acreditam que é só uma questão de tempo até eleger mais.

O instinto dos sensatos diz que quanto menos atenção lhe dermos, melhor. Há quem antecipe espasmos pontuais de extremismo nas intervenções na Assembleia da República, pois sem eles Ventura desaparece das televisões. E há quem antecipe uma “lepenização” à la Marine Le Pen que, ao suavizar o discurso herdado do pai, multiplicou o eleitorado da agora rebaptizada União Nacional.

Nesta lógica, também não ajudaria debater o lugar que o Chega ocupa nas famílias ideológicas portuguesas. O cuidado em classificá-lo é evidente. Há no ar uma espécie de pudor em dizer o que o Chega é. Alguns leitores protestaram contra o uso do rótulo de “extrema-direita”. Outros dizem que é “apenas populista”. Em que ficamos?

André Ventura não gosta que digam que é de extrema-direita. Logo na primeira linha do seu programa político diz que o Chega “é um partido conservador” (em rigor, não é na primeira linha, pois o programa começa com um longo excerto de um artigo de opinião publicado no *observador* – talvez uma originalidade cósmica – co-assinado por José Miguel Pinto dos Santos, professor na AESE Business School, próxima do IESE Business School da Opus Dei). Lido todo o programa – são 24 mil palavras – confirma-se a inquietação. Diz nove vezes que é um partido da “nova direita” e da “direita moderna”, uma vez que é de “direita identitária” e oito vezes que são “conservadores liberais”.

Percebe-se o esforço. Também Marine Le Pen está sempre a dizer que a “Frente Nacional não é um partido de extrema-direita” – em 2013 chegou a ameaçar processar quem o classificasse assim. E já em 1996 o seu pai, Jean-Marie Le Pen, fez

a mesma ameaça e inundou as redacções com a sua definição de extrema-direita: “Recusa da democracia e de eleições, apelo a violência, racismo e vontade de instalar um partido único.” Há dezenas de definições para “extrema-direita”, mas os cientistas políticos costumam concordar que recusar a democracia e defender um partido único tem outro nome: fascismo.

Como Marine, o senhor Ventura não é fascista. Já não se usa. André Ventura é outra coisa: é de extrema-direita.

Ao ler aqui no PÚBLICO a entrevista a Francisco Mendes da Silva, da comissão política nacional do CDS, reparei como evitou dizer “extrema-direita”. Ao falar de um candidato a presidente do partido,

Como Marine Le Pen, André Ventura não é fascista. Já não se usa. O senhor Ventura é de extrema-direita

disse que “Abel Matos Santos representa em Portugal as tendências da direita que vêm lá de fora, Le Pen, Bolsonaro...”

- Mais conservadoras e à direita?
- Conservador sou eu.
- Mais à direita?
- Uma direita liberal, digamos assim.

Como se ao não dizermos “extrema-direita” ninguém reparasse e ninguém votasse neles. André Ventura fez o seu caminho, com a ajuda de Pedro Passos Coelho, do PSD e da televisão do *Correio da Manhã*, e chegou ao Parlamento. Não vale a pena fazer de conta. Ventura é populista? Podemos dizer que sim. Mas se nos anos 1980 Cavaco Silva tinha um discurso “nacional e populista”, como é hoje consensual, dizer que Ventura é “populista” é pouco. Por alguma razão, quando foi a Madrid, teve uma reunião com o Vox, o partido de extrema-direita espanhol, e não com o Partido Popular. Do mesmo modo que no programa do Chega diz que a União Europeia está tomada pelo

“marxismo cultural” e todas as suas propostas são de aproximação ao Grupo de Visegrado, onde está a Hungria, de Viktor Orbán, símbolo da eufemística nova “direita liberal”.

Qual é a diferença entre ultradireita, direita radical ou extrema-direita? Quando falamos, temos de usar palavras que os outros entendam. E o que está escrito no programa do Chega é claro. O Chega diz que a “família natural” é a “garantia de identidade civilizacional” e “apenas nela pode residir a certeza de que o Homem não regressa à selva”. O Chega quer dar cheques-família para incentivar a natalidade, mas só quando “ambos os pais tenham naturalidade e nacionalidade portuguesa”.

Quase a reversão “imediatá” do “suicidário Pacto para as Migrações”. Defende “uma política comum de defesa contra a invasão maciça dos países do sul do mediterrâneo”. Quer “um novo tratado europeu na linha defendida pelo Grupo Visegrado em termos de fronteiras, soberania nacional e respeito pelos valores da cultura europeia”. Descreve Portugal como um país com “uma insegurança crónica” e “assume-se, sem complexos, como um partido ‘securitário’”.

Quer a prisão perpétua. Quer a “retirada de todos os privilégios nas prisões para [os] imigrantes ilegais”. Quer o fim “do ‘crime de ódio’”. “Qualquer imigrante que tenha entrado ilegalmente em Portugal estará incapacitado, para o resto da vida, para legalizar a sua situação.” Quer “abolir as autorizações de residência para ‘protecção humanitária’”. Quer “estabelecer uma lista de países seguros na origem”. Não quer que “os refugiados possam” obter nacionalidade portuguesa nem residência enquanto o seu país de origem se mantiver em guerra. “E não quer que o Estado atribua ‘habitação social a estrangeiros – imigrantes, migrantes ou refugiados’”.

Não é preciso ler o programa do Chega nas entrelinhas. É só preciso ler todas as linhas. No fim, é evidente que as ideias do Chega são aquilo a que se convencionou chamar extrema-direita.

Journalista. Escreve à sexta-feira breits@publico.pt



Lucília Gago diz que não interveio na decisão do DCIAP

Sexta-feira, 11 de Outubro de 2019



Ensino superior
Quase 8000 bolsas de estudo já estão a ser pagas a universitários
Sociedade, 18/19



Energia
Obrigações verdes, um instrumento para financiar a descarbonização
Economia, 30/31

Futebol
Seleção defronta um Luxemburgo que já não é de goleadas
Desporto, 48/49

CONSOANTEMUDA

Os populistas não são o povo



Rui Tavares

Se tudo decorrer como previsto, Boris Johnson irá hoje a Bruxelas com um mandato restringido pelo Parlamento britânico: ou arranja um acordo para sair da União Europeia, ou é obrigado a pedir novo adiamento do "Brexit". Uma saída da UE sem acordo é agora inválida na ordem legal do Reino Unido.

O problema é que nos anos que decorreram desde o referendo de saída da UE, os líderes eurocéticos britânicos redefiniram o "Brexit" como só querendo dizer uma saída sem acordo, não só da UE, como do seu mercado interno e união aduaneira. Não foi assim, porém, que o "Brexit" foi vendido ao povo. Em 2016, o próprio Boris Johnson dizia que votaria a favor de ficar no mercado único da UE e até Nigel Farage dava como exemplos de um futuro fora da UE países como a Noruega ou a Suíça, ambos

(de maneira diferente do ponto de vista do direito internacional, mas na prática equivalente) dentro do mercado único da UE.

Como aconteceu isto? Os defensores do "Brexit" dizem que é "a vontade do povo". Uma comentadora britânica tem uma opinião diferente: a redefinição do significado do "Brexit" "aconteceu porque é o que querem aqueles que meteram milhares de milhões na queda da libra esterlina e que o apoiam [ao primeiro-ministro britânico]". Quem assim fala é nem mais nem menos do que a própria irmã de Boris Johnson, Rachel Johnson, e deve saber do que fala, pois um outro irmão de ambos, Max Johnson, especulador em Hong Kong, já declarou estar pronto para fazer uma fortuna com uma saída sem acordo.

Assim são estes populistas: com a boca cheia de "povo" e com a cabeça cheia dos interesses dos seus padriños multimilionários. Assim é o italiano Salvini, o austríaco Strache, a francesa Le Pen, e todos os outros que já se comprovou receberem milhões de Putin (sempre interessado em comprar políticos em Estados-membros da UE ou da NATO – e Portugal,



Os populistas escondem-se atrás do povo. Usam o povo. Mas não querem saber do povo para nada

pertencente a ambas as organizações, é capaz de não escapar à regra, agora ou no futuro).

No entanto, se alguém quiser desmascarar estes impostores, o mais certo é que seja atacado por "insultar o povo" que votou neles. O argumento é obviamente pedestre, mas merece ser desmontado. Se desmascarmos quem foi vigarizado. Da mesma forma, os populistas não são o povo. Escondem-se atrás do povo. Usam o povo. Mas não querem saber do povo para nada. E quem se opõe a estas personagens tóxicas para a democracia tem todo o direito a dizer a verdade sobre elas.

A terminar, uma nota da mais elementar justiça. Na minha crónica de quarta-feira mencionei o CDS de Assunção Cristas como tendo estado bem quando se retirou de uma coligação com o PSD em Loures ao ver que o candidato escolhido – e reiteradamente apoiado por Pedro Passos Coelho – revelava uma propensão obsessivo-oportunista por fazer declarações racistas, xenófobas ou contra o Estado de direito. Mas não mencionei – e deveria tê-lo feito – uma das poucas

vozes que dentro do próprio PSD então se levantou contra o candidato fascistoide e o apoio que o seu partido lhe estava a dar. Trata-se de Teresa Leal Coelho, então candidata em Lisboa. Tivesse havido no PSD mais gente com a coerência de princípios dela e o partido não teria esta mancha no seu passado agora que a criatura que apoiam chega à Assembleia da República. Teresa Leal Coelho não foi muito bem tratada nessa campanha, nem depois dela. Mas sai honrada pela atitude clara que então tomou, e faço questão de o deixar lembrado, porque a barricada que importa aqui não está entre a esquerda e a direita, mas entre aqueles que defendem a democracia, o Estado de direito e os direitos fundamentais, e aqueles que esses valores querem subverter. Do lado do Estado de direito democrático vamos precisar de muita gente de famílias políticas diferentes. E é tão decisivo responsabilizar os que falharem a esta luta decisiva como honrar os que souberam ter a coragem das escolhas difíceis, para mais dentro do seu próprio partido.

Historiador, militante do Livre

Por motivos pessoais, o Bartoon de Luís Afonso não será publicado nas próximas semanas

Esta informação não dispensa a consulta da lista oficial de prémios

Lotaria popular 6 9 9 9 7 9 1.º Prémio 50.000€

P Contribuinte n.º 502265094 | Depósito legal n.º 45458/91 | Registo ERC n.º 114410 | Conselho de Administração - Presidente: Angelo Paupério Vogais; Cláudia Azevedo, Cristina Soares E-mail: publico@publico.pt
 pt Estado Editorial publico.pt/registro-editorial Lisboa Edifício Ologio Cbo, Doc de Alcântara Norte, 1550-352 Lisboa; Telef: 21011000 (PPCA); Fax: Dir. Empresa 21011015; Dir. Editorial 21011006; Redacção 21011008; Publicidade 21011013/21011014 Porto Rua João Dins, n.º 70, Bloco A, 3.º, 4050-318 Porto; Telef: 226151000 (PPCA) / 226103214; Fax: Redacção 226151099 / 226102213; Publicidade, Distribuição 226151011 Madeira Telef.: 963388260 e/ou 291639102 Proprietário PÚBLICO, Comunicação Social, SA, Sede: Lugar do Espido, Via Norte, Maia, Capital Social €4.050.000,00. Detentor de 100% de capital: Sonaeocom, SGPS, S.A. Impressão Unipress, Travessa de Anselmo Brancamp, 220, 4410-350 Arcos de Valadeira; Telef.: 227537030; Litógrafia - Impressão e Artes Gráficas, SA, Estrada Consiglieri Pedroso, 30, Quiluz de Esbo, 2730-053 Barcarena; Telef.: 214345400 Distribuição VASIP - Distribuidora de Publicações, SA, Quinta do Casal - Venda Seca 2730-511 Aguaiã Cacém; Telef.: 214 337 000 Fax: 214 337 009 e-mail: geral@vasip.pt Assinaturas 808200095 Tiragem média total de Setembro 31540 exemplares Membro da APCT Direção de Autor Protegida

TOME A MELHOR DECISÃO E TORNE-SE ASSINANTE DO PÚBLICO

Aponte para aqui a câmara ou aplicação do seu telefone e carregue no link que aparece

OU CONTACTE-NOS
publico.pt/assinaturas | assinaturas@publico.pt
808 200 095 (DIAS ÚTEIS DAS 9H ÀS 18H)

Quando o país muda, o bom jornalismo diz-lhe para onde vai

8 • Público • Sábado, 12 de Outubro de 2019

ESPAÇO PÚBLICO



Fernando Santos



O seleccionador nacional avisou que o Luxemburgo já não é aquela selecção que joga pouco e sofre muitos golos e o jogo de ontem confirmou-o. O Luxemburgo não deu grande trabalho a Rui Patrício, mas obrigou a selecção a trabalhar muito para conseguir mais uma vitória no caminho para o Europeu de futebol de 2020. Ronaldo marcou mais um golo e está agora a um dos 700 na sua longa e rica carreira. (Págs. 52/53) **J.J.M.**



Abiy Ahmed Ali



O primeiro-ministro etíope foi ontem escolhido pela Academia sueca para o Nobel da Paz, pelos seus esforços "para alcançar a paz e a cooperação internacional", sobretudo pela "sua iniciativa decisiva para solucionar o conflito fronteiriço com a vizinha Eritreia". Abiy lançou ainda o seu país no caminho da abertura política, aprovou muitas medidas inovadoras, mas uma tentativa de golpe de Estado na região de Amhara mostrou que são muitos os perigos. (Págs. 28/29) **J.J.M.**

A "geringonça" morreu, quando o PS ganhou

Amílcar Correia
Editorial

Os portugueses gostaram muito da "geringonça", mas o PS já não gosta do BE como terá gostado. Os dois partidos das contas certas fizeram um acordo há quatro anos do qual não constava aquilo de que discordavam, mas sim aquilo que os unia. Desta feita, não há como esconder o que os separa. António Costa decidiu governar sem acordos formais, ignorou a proposta de compromisso dos bloquistas e recusou-se a aceitar

qualquer acordo escrito, porque não quis ficar refém da agenda de um só partido, e muito menos da agenda do Bloco. O que terá impedido um compromisso entre as duas partes foi a discordância quanto a uma nova e sensível vaga de reversões em matéria de legislação laboral (herdada dos anos da *troika*) e que o PS traçou como linha vermelha. Quando o BE fala de lei laboral, o PS fala de aumento dos rendimentos. Quando o BE fala em Parlamento, o PS fala em sede de Concertação Social. Convenhamos, o PS nunca arriscaria ficar sozinho com o BE no mesmo quarto.

CDU, Verdes, PAN e Livre não foram tão longe como o BE e ficaram-se pelas promessas de diálogo permanente ao longo da

legislatura e muita água benta. O PSD de Rui Rio fez um compasso de espera, tentou perceber que modelo de governação o PS iria escolher, e não se pode dizer que o desfecho seja desfavorável ao principal partido da oposição. Na ausência de acordos escritos ou verbais, o PSD de Rio sai reforçado deste cenário como candidato ao papel de fiel da balança. Na noite eleitoral, o líder social-democrata disse que iria esperar que os acordos à esquerda não inviabilizassem as reformas estruturais de que tanto fala. De facto, nada inviabiliza acordos pontuais entre PS e PSD. Mas o PSD de quem não está com Rio não vai querer um arremedo de "geringonça" ao centro-direita. Na verdade, o futuro Governo

vai ser construído medida a medida, ora com um lado da bancada, ora com o outro. Mas a governação também pode ser obtida à custa de abstenções, nuns casos do PSD, noutros do BE ou da CDU. O futuro governo não viverá em união de facto e não será baseado em qualquer compromisso. O governo tanto pode ter aliados pontuais como toda a oposição em bloco. António Costa venceu estas eleições e preferiu não reeditar o método. Fim de ciclo. A partir daqui todas as "geometrias variáveis" são possíveis, à esquerda e a direita. Estabilidade é uma palavra que vai reentrar no nosso léxico.

acorrela@publico.pt



As cartas destinadas a esta secção devem indicar o nome e a morada do autor, bem como um número telefónico de contacto. O PÚBLICO reserva-se o direito de seleccionar e eventualmente reduzir os textos não solicitados e não prestará informação postal sobre eles.

Email: cartasdirector@publico.pt
Telefone: 210 111 000

CARTAS AO DIRECTOR

O problema do populismo

Não faltam demonstrações de desalento e de preocupação pela entrada do Chega no Parlamento, um pouco como alguém se lamentar de ter encontrado um rastro de bicho de madeira em casa, potencialmente ameaçador para a saúde de toda a mobília.

O Chega e outros populistas podem efectivamente minar o regime democrático, para lá do que ele já foi minado pelos menos populistas. Se populismo é apresentar aos eleitores receitas falsificadas, todos são maus. Quanto ao extremismo, não encontro novidade acrescida no ser de direita. Nunca entendi porque se tolera mais Estaline, Mao e Fidel do que Hitler, Mussolini e Franco.

O problema da implantação e do crescimento dos populistas não

está, no entanto, nas mentiras que dizem; está precisamente nas (algumas) verdades. Os partidos tradicionais demitiram-se de ser sérios. Pelo politicamente correcto divorciado da realidade, pelas desonestidades de todo o tipo, pela negação das evidências e dificuldade em assumir e corrigir as falhas... demasiadas coisas cheiram mal nos habituais inquilinos do poder.

Não é, portanto, difícil apontar meia dúzia de verdades incómodas, para as quais os eleitores estarão receptivos. É fácil, a seguir, enxertar nesse discurso uma dúzia de meias verdades e duas dúzias de mentiras descaradas. O bicho da madeira aparece, porque não se arejou suficientemente a casa. Não se tendo tido o cuidado de manter um ambiente são, não vale a pena agora chorar pelo apodrecimento adicional. Não reconhecer e não

tratar a causa fundamental apenas agrava a situação.

Carlos J. F. Sampato, Esposende

A democracia não vende!

Actualmente, o grau de abstenção do eleitorado português, somando votos brancos e nulos, quase perfeitamente a maioria no processo democrático e livre, na última escolha dos nossos governantes!

Partindo do 25 de Abril e da escassa abstenção inicial, verificou-se o lento assalto ao poder, por quem, aproveitando o período de mudança de regime, trouxe os velhos pecados, quase genéticos, do povo: a cunha e a corrupção. Lentamente, desde nas autarquias até aos ministérios, foi um regabofe com dinheiros vindos de Bruxelas e com a contínua cedência de quem devia fiscalizar e punir; e casos que fossem

investigados, para ser levados aos tribunais, os mesmos prescreviam ou, convenientemente, nada era provado!

Sendo assim, o que é de mais provoca enjoo, por um lado, dos mais velhos, já com pouca paciência e baixos níveis de credência, para as triviais promessas. Por outro lado, os jovens, não estão despertos para analisar o que está em jogo para o seu futuro, tantos mais que não têm boas referências do que ouvem e veem! Há quem tenha a tentação de obrigar a votar! Pura ilusão, porque agravaria o nulo e o branco, como campeões das eleições. A solução, não sendo simples nem tónica, é a de serem sérios, não prometerem o que não podem e executarem o prometido. Só assim, melhorarão a qualidade da democracia.

Silvino Taveira Machado
Figueiredo, Gondomar

POLÍTICA

PÚBLICO & NOTÓRIO

680

mil votos não contaram para eleger ninguém nas últimas legislativas, “sobraram” após a distribuição de votos pelos mandatos de deputados dos vários círculos, de acordo com o método de Hondt. Há quatro anos, esse número não ultrapassava os 530 mil



Bastidores

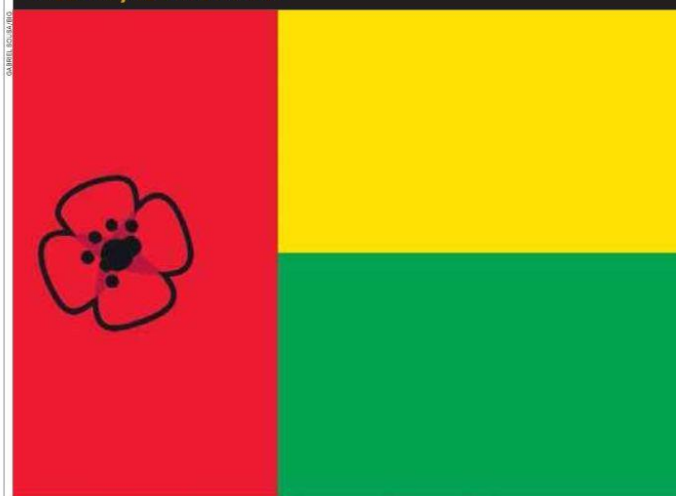
O CDS-PP está livre? Anexe-se, nacionalize-se!

Foi um corrupio de caras, partidos e declarações em Belém na terça-feira. Tanto que até a SIC se baralhou. E apresentou, num oráculo, Jerónimo de Sousa como “presidente CDS-PP”, dois dias depois de Cristas anunciar que se demitia. Um volte-face interessante, não fosse uma afronta ideológica para os comunistas. Mas matematicamente podia dar-lhes jeito: anexar o CDS era a maneira de a CDU manter 17 deputados (em vez da derrota pesada com a perda de cinco lugares). Com tanto afã em nacionalizar o que é mal gerido, o PCP bem pode começar pelo Largo do Caldas – parece que lá há um palacete (perdão, um partido) pronto a ser entregue ao primeiro que aparecer.

Depois da esquerda-caviar...

A 8 de Outubro, o Chega enviou uma nota à comunicação social a dar conta de um jantar “no Restaurante Gambirinus” que decorria àquela hora entre “o dr. André Ventura” e uma delegação do brasileiro PSL, que vinha “com a missão de entregar pessoalmente os parabéns do Senhor Presidente do Brasil, Jair Bolsonaro” ao deputado eleito pelo resultado obtido. “Fica assim a expressão clara do apoio do PSL ao Chega e ao seu presidente.” E fica assim a expressão clara do apetite do Chega por bons restaurantes.

“ILUSTRAÇÃO” DA SEMANA



Joaquim Katar Moreira, cabeça de lista do Livre, foi uma das três deputadas negras, juntamente com Beatriz Gomes Dias, do BE, e Romualda Fernandes, do PS, eleitas nas legislativas de domingo. As três fizeram história, mas Joacine

Katar Moreira foi a que mais destaque teve durante a semana. Presidiu a uma delegação do Livre, que se reuniu com António Costa e Marcelo Rebelo de Sousa, e viu-se também envolvida numa polémica pelo facto de a bandeira da

Guiné-Bissau, onde nasceu, ter sido ostentada com destaque nas comemorações na noite eleitoral. O ex-secretário de Estado do PS Seixas da Costa veio até defendê-la, elogiando o orgulho que a deputada tem pelas suas raízes.

ANUNCE A IMORALIDADE DOS DINHEIROS ESTATAIS

Afinal, a Iniciativa Liberal (IL) sempre vai receber dinheiro do Estado. O partido tinha informado, durante a campanha, que iria abdicar da fatia de fundos públicos que lhe viesse a caber para ajudar a financiar a sua campanha eleitoral. Contudo, soube-se depois das eleições em que o IL obteve um lugar em S. Bento que esta força política não pretende deixar de receber a subvenção anual que cabe aos partidos que têm mais de 50 mil votos. Cada voto vale aos partidos 2,905 euros por cada ano da legislatura e aqueles que elegem deputados têm também

direito a somar uma subvenção anual para encargos de assessoria no valor líquido de 1764,8 euros por parlamentar eleito. A Iniciativa Liberal, que vai poder contar com 192 mil euros, considera “uma imoralidade” que se gaste “mais de oito milhões de euros em campanhas”.



OROUBO PNR VS. CHEGA

À direita da direita mais tradicional (onde antigamente Paulo Portas dizia que havia um muro), abriu-se uma guerra fratricida. O Partido Nacional Renovador acusou o Chega de oportunismo por se apropriar de ideias (ou parte delas) daquele partido. “Muito triste vir um oportunista cheio de dinheiro, com outdoors em todo o país, apropriando-se de parte do nosso discurso — sem convicção —, roubar-nos anos de trabalho”, queixou-se José Pinto Coelho, líder do PNR. O alvo era André Ventura, que acabou de ser eleito deputado.

ASFRASES

E pronto, a “geringonça” chega ao fim, concluída a sua missão

Vital Moreira
Constitucionalista

Às vezes o PSD parece a galoia das malucas

Morais Sarmento
Vice-presidente do PSD

Afastamento do PSD foi um erro (do CDS)

José Ribeiro e Castro
Ex-líder do CDS

Tornou-se inevitável a recandidatura do Presidente Marcelo Rebelo de Sousa

Carlos Carreiras
Autarca em Cascais

O Presidente vai fazer tudo para que haja estabilidade

Marcelo Rebelo de Sousa
Presidente da República

Não há nenhuma situação crítica ou grave, senão eu teria dito, porque [a saúde do Presidente] é de interesse público

Idem

